CONSORCIO BDOPRO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E ARBITRAGEM, DO FORO CENTRAL DA CAPITAL/SP.

Processo nº 1080871-98.2017.8.26.0100

CONSORCIO BDOPRO, estabelecido na Rua Major Quedinho, 90 - 5º andar, Centro, CEP 01050030, São Paulo/SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 23.661.399/0001-57, por sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente à presença de **Vossa Excelência,** nos autos do **PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL** requerido por **HEBER PARTICIPAÇÕES S/A, COMAPI AGROPECUÁRIA S/A, CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, COMPACTO PARTICIPAÇÕES S/A, CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A, CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S/A, CONCESSIONÁRIA SPMAR S/A, ÁGUAS DE ITU GESTÃO EMPRESARIAL S/A,** perante este d. Juízo, em cumprimento à determinação de fls. 2313/2316 e atendendo a nomeação de fls. 2315, apresentar em anexo seu trabalho técnico preliminar de constatação da real situação de funcionamento da empresa, assim como, perícia prévia sobre a documentação apresentada.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEATRIZ QUINTANA NOVAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/08/2017 às 21:16 , sob o número WJMJ17409646420
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 3693BE2.

Como se vê do incluso relatório, em que pesem as inconsistências contábeis, sendo elas sanáveis e, de outro lado, havendo atividade empresarial, emprego de trabalhadores e fomento da atividade local, esta subscritora não se opõe a concessão da recuperação judicial requerida.

É o que cumpria informar.

São Paulo, 23 de agosto de 2017.

CONSÓRCIO BDOPRO
BEATRIZ QUINTANA NOVAES
OAB/SP 192.051

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEATRIZ QUINTANA NOVAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/08/2017 às 21:16 , sob o número WJMJ17409646420
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 3693BE2.

Grupo Heber

Relatório de perícia prévia de análise de documentação

Recuperação judicial de nº 1080871-98.2017.8.26.0100

MM. Juiz de direito da 1ª Vara de falências, recuperações judiciais e arbitragem, do Foro Central da Capital/SP

23 de Agosto de 2017

CONSÓRCIO BDOPRO

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90
Consolação - São Paulo, SP
Brasil
01050-030

4404/17
23 de Agosto de 2017

Ao
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E ARBITRAGEM, DO FORO CENTRAL DA CAPITAL/SP, DR. JOÃO DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO

O CONSÓRCIO BDOPRO vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos autos do pedido de Recuperação Judicial nº 1080871-98.2017.8.26.0100 do Grupo Heber, atendendo a nomeação, apresentar o relatório de perícia prévia constatando a regularidade material dos documentos citados no Art. 51 da Lei nº11.101/05, a real situação de funcionamento das empresas *in loco*, assim como, a verificação sumária econômica, financeira e patrimonial das mesmas.

Cordialmente,

Mauro Massao Johashi

Henrique Nelson Calandra

Considerações iniciais

Introdução

Estamos encaminhando aos cuidados de V.Sa. nosso relatório de perícia prévia de análise da documentação do Grupo Heber, denominado "o Grupo" ou "Grupo Heber", composto pelas empresas contempladas no pedido de Recuperação Judicial nº 1080871-98.2017.8.26.0100.

O Grupo Heber que entrou em Recuperação Judicial é formado por dez empresas que, conforme petição inicial impetrada no dia 16 de Agosto de 2017, são:

- Heber Participações S.A.;
- Compacto Participações S.A.;
- Cibe Participações e Empreendimentos S.A.;
- Cibe Investimentos e Participações S.A.;
- Doreta Empreendimentos e Participações S.A.;
- Infra Bertin Empreendimentos S.A.; e
- Águas de Itu Gestão Empresarial S.A.;
- Contern Construções e Comércio Ltda.;
- Concessionária SP Mar S.A.; e
- Comapi Agropecuária S.A.

Atividade-fim das empresas

Conforme informado pela Administração do Grupo Heber no termo de diligência realizado no dia 17 de Agosto de 2017 (anexo A) as empresas impetrantes encontram-se em atividade, sendo que todas estão a funcionar operacionalmente, salvo a Águas de Itú que está sendo reposicionada, razão pela qual encontra-se viva e em atividade. Conforme o mesmo termo de diligência (anexo A) as holdings se encontram em atividade própria de seus respectivos objetos sociais e as demais atuam no setor de construção civil e concessões. Ressalta-se que a empresa Comapi Agropecuária S.A. está exercendo atividade patrimonial. Segue abaixo trechos do termo de diligência em que é registrado tais fatos:

do endividamento listado na impetração; 8) Comapi Agropecuária S/A, que corresponde a holding controladora do braço de construção civil do Grupo Heber, a qual prestou garantia fidejussória e real de parte substancial do endividamento listado na impetração; 9) Contern

(..)

concessões públicas; 10) Águas de Itu Gestão Empresarial S/A, que corresponde a empresa titular da concessão de água e esgoto da cidade de Itu/SP, atualmente em litígio arbitral com a municipalidade, via de consequência, operacionalmente suspensa (a holding Heber Participações é devedora solidária de parte do endividamento da Águas de Itu, listado na impetração). Que, o controle societário sobre

(...)

cópia dos livros de registro de ações nominativas). Que todas as empresas impetrantes encontram-se em atividade, cada qual de acordo com o seu escopo, com o endividamento interligado e ramificado entre elas, inclusive no que tange a impetrante Águas de Itu, que tem o propósito de retomar a concessão de Itu e de se reestruturar para a prospecção de novas concessões a partir de sua capacitação técnica representada pelo atestado do concedente em face da própria concessão referida. Que a princípio, como já

(...)

Guilherme Godoy Cardoso de Melo. Que a atividade das empresas impetrantes listadas de nºs. 1 a 7 corresponde à concessão do rodoanel. Que a atividade das empresas impetrantes listadas nos nºs. 8 e 9 corresponde à construção civil (empreiteiras), tendo neste exato momento como projetos ativos e operantes: a) Consórcio Construtor Belo Monte; b) Aeroporto Executivo de São Roque, no bairro Santa Catarina, com a execução do projeto iniciada pela impetrante Contern, com os serviços de aterro e drenagem, atualmente negociando com o cliente JHSF a prospecção dos serviços subsequentes de pavimentação; c) Execução do plano de obras do rodoanel por conta da concessão de titularidade da SPMAR, entre as quais (SPMAR e Contern) há um contrato de empreitada global, que outorga à Contern a pré contratação dos respectivos serviços de engenharia e construção civil (as impetrantes apresentarão o instrumento contratual respectivo). Que a atividade da empresa listada no nº 10, Águas de Itu, como dito, corresponde às ações empresariais notadamente de reestruturação e reengenharia operacional com vista ao restabelecimento da concessão de Água e Esgoto de Itu, e prospecção de outras concessões da mesma natureza. Que embora a impetrante Águas de Itu tenha sido, no tocante à concessão de água e esgoto de Itu, alvo de intervenção e respectivo decreto de caducidade por parte da Prefeitura local, os executivos do Grupo Heber aqui presentes, asseguram neste ato, que a empresa encontra-se em atividade na perspectiva retro declinada, ou seja, a empresa, para tal fim, é tocada pelo executivo estatutário José Donizete Domingues que acumula cargo e função no setor de licitações e obras na Contern, que salvo engano, é a responsável pelo pagamento do salário do mesmo. Que o outro estatutário trata-se do senhor Fernando Antonio Bertin, membro da família controladora do grupo. Que a impetrante Heber Participações é quem arca com os compromissos financeiros da impetrante Águas de Itu. Que a impetrante Águas de Itu se sustenta operacionalmente na atividade declinada compartilhando a estrutura da impetrante Heber Participações. Que as empresas impetrantes representam em torno de 1.500 postos de trabalho ativos e um faturamento anual por volta de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Que a empresa impetrante SPMAR é a responsável pela maior parte do faturamento, em torno de 90%. Que instruindo a petição inicial consta a lista de

Fonte: Termo de diligência, anexo A

Outras empresas do Grupo Heber não contempladas na Recuperação Judicial

Ressaltamos que há 67 empresas do mesmo grupo que não foram contempladas no processo de Recuperação Judicial, conforme organograma societário apresentado no anexo B.

Outras considerações

Este trabalho foi elaborado com a finalidade específica definida no objetivo dos trabalhos constantes neste relatório e o uso para outra finalidade, para data-base diferente da especificada ou extração parcial de dados sem o texto completo, não apresenta ou reproduz confiabilidade.

Nenhum membro do Consórcio BDOPRO tem ou pretende ter interesse financeiro, direto ou indireto, no Grupo objeto deste relatório, assim como os honorários referentes ao presente trabalho, não guardam relação de qualquer espécie ou natureza com o seu resultado.

O trabalho considera o Grupo livre de ônus e encargos que, porventura, existam sobre ela, exceto aqueles expressos neste relatório. Não efetuamos investigações e não assumimos responsabilidade quanto às matérias de cunho documental, legal, fiscal ou trabalhista.

O Consórcio BDOPRO não tem responsabilidade de atualizar este relatório para eventos e circunstâncias que ocorram após a data-base dele, muito embora, se reserva ao direito de revisar todos os cálculos referidos neste relatório, se julgar necessário, bem como revisar sua conclusão, caso tenha conhecimento posterior de informações não disponíveis por ocasião da emissão deste relatório.

A geração expressa nesse relatório é decorrente das análises feitas com base nas informações fornecidas pela Administração do Grupo Heber. Cabe ressaltar que o trabalho apresentado possui julgamento significativo e não consiste em uma auditoria.

Assim, os usuários deste relatório devem formar suas próprias conclusões sobre as capacidades das empresas do Grupo em honrar com seus compromissos financeiros por base de análise própria e interpretação pessoal dos demonstrativos financeiros, considerando os riscos inerentes em realizar qualquer transação.

Fonte das informações

As informações utilizadas nesse relatório originaram da petição inicial impetrada no dia 16 de Agosto de 2017 e documentos listados nos anexos, conforme relacionados na seção Anexos.

fls. 2844

Glossário

Abreviação	Significado
ADI	Águas de Itu Gestão Empresarial S.A
Bertin	Infra Bertin Empreendimentos S.A.
Cibe Investimentos	Cibe Investimentos e Participações S.A.
Cibe Participações	Cibe Participações e Empreendimentos S.A.
Comapi	Comapi Agropecuária S.A.
Compacto	Compacto Participações S.A.
Contern	Contern Construções e Comércio Ltda.
Doreta	Doreta Empreendimentos e Participações S.A.
Heber	Heber Participações S.A.
SPMAR	Concessionária SPMAR S.A.
Recuperandas	O Grupo Heber
Grupo Heber	Grupo composto pelas empresas acima
Índice de liquidez corrente	Quociente que relaciona quantos unidades monetárias a empresa dispõe, imediatamente, disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo.
Índice de liquidez seca	Quociente que relaciona quantos unidades monetárias a empresa dispõe, imediatamente, disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, excluindo-se estoques, com relação às dívidas de curto prazo.
Índice de perfil de endividamento	Proporção entre capital de terceiros e capital próprio que compõe o passivo da empresa
Capital de giro	Recurso utilizado para sustentar as operações do dia-a-dia da empresa, ou seja, é o capital disponível para condução normal dos negócios da empresa. Calculado como ativo circulante menos passivo circulante
Margem líquida	Lucro líquido divido por receitas operacionais líquidas

Todos os montantes encontram-se em Reais ("BRL" ou "R$").

fls. 2845

Index

Sumário executivo 9

Sumário executivo 10

Introdução 13

Introdução 14

Regularidade material dos documentos do Art. 51 da Lei nº11.101/05 15

Regularidade material dos documentos do Art. 51 da Lei nº11.101/05 16
Relação de funcionários por empresa 18

Situação in loco do Grupo Heber 19

Situação in loco do Grupo Heber 20

Verificação sumária econômica, financeira e patrimonial 25

Verificação sumária econômica, financeira e patrimonial 26
Águas de Itu Gestão Empresarial S.A ("ADI") 28
Infra Bertin Empreendimentos S.A. ("Bertin") 32
Cibe Investimentos e Participações S.A. ("Cibe Investimentos") 36
Cibe Participações e Empreendimentos S.A. ("Cibe Participações") 39
Comapi Agropecuária S.A. ("Comapi") 42
Compacto Participações S.A. ("Compacto") 46
Contern Construções e Comércio Ltda ("Contern") 50
Doreta Empreendimentos e Participações S.A. ("Doreta") 54
Heber Participações S.A. ("Heber") 58
Concessionária SPMAR S.A. ("SPMAR") 62

Conclusão 67

Conclusão 68

Anexos 69

Anexos 70

fls. 2847

Seção 1
Sumário executivo

Sumário executivo

Temas de destaque

A seguir informamos os pontos de destaque da perícia prévia de análise de documentação.

Ponto de destaque	Descrição
Relação de funcionários	De acordo com a relação de funcionários anexada na petição inicial (fls 860 até 886), foi constatado que: ▪ Comapi Agropecuária S.A. possui 5 funcionários, ▪ Contern Construções e Comércio Ltda. possui 130 funcionários; ▪ Concessionária SPMar possui 564 funcionários; e ▪ as demais Companhias do Grupo que estão solicitando a Recuperação Judicial não possuem funcionários. Portanto, conforme a relação de funcionários evidenciada na petição inicial as empresas do Grupo Heber possuem um total de 669 funcionários. No entanto, no 1º Termo de Diligência do dia 17 de Agosto de 2017, a Administração declarou que há 1.500 postos de trabalhos ativos, conforme anexo A. Essa diferença pode ser devida à natureza das empresas de construção, pois geralmente são contratados funcionários terceirizados que podem estar sendo considerados entre os 1.500 funcionários citados no termo.
Constatação de atividade	Foram realizadas vistorias de constatação das atividades nas seguintes localidades: ▪ sede administrativa de todas as Companhias do Grupo Heber que estão solicitando a Recuperação Judicial, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012; ▪ unidade operacional da Contern em Suzano, localizada na Rua Eliziel Alves Costa, 346 - Centro, Suzano - SP; ▪ unidade da SPMAR no Rodoanel Mario Covas, quilômetro 41 - Itapecerica da Serra - SP; e ▪ complexo industrial da Contern em Lins localizado na Av. José Fogolin, sem número - Parque Industrial, Lins - SP. O Consórcio BDOPRO constatou que todas as unidades citadas estão operando normalmente. Os termos de constatação de atividade se encontram assinados no anexo E.
Regularidade material dos documentos do Art. 51 da Lei nº11.101/05	Os documentos exigidos pelo Art. 51 da Lei nº11.101/05 foram apresentados, exceção feita ao: ▪ detalhamento e especificações da lista de credores (item III); ▪ informações indenizatórias da Comapi, Contern e SPMAR (item IV), se houver; ▪ certidões de regularidade da empresa ADI (item V); ▪ relações de bens de sócios das empresas Heber, Bertin, SPMAR e ADI (item VI); ▪ extratos bancários atualizados da ADI (item VII); e ▪ certidões de distribuição de processos criminais dos sócios (item IX). Tais informações encontram-se detalhadas no anexo D.

Ponto de destaque	Descrição
Ativo permanente da SPMAR	Nota-se, conforme demonstrações contábeis apresentadas na petição inicial, que a SPMAR apresenta, em 30 de Junho de 2017, um ativo permanente de R$ 3.526.265.606. Conforme esclarecimentos fornecidos pela Administração da empresa em 22 de Agosto de 2017, o ativo é referente ao contrato de concessão da rodovia "Rodoanel Mario Covas". A Administração do Grupo Heber confirmou que possui documentação de suporte de mensuração do referido ativo intangível, a qual não foi apresentada.
Divergências entre demonstrações contábeis	Realizou-se confronto entre as demonstrações contábeis inclusas na petição inicial, nas planilhas eletrônicas recebidas da Administração em 18 de Agosto de 2017, e nas demonstrações contábeis auditadas, recebidas da Administração em 22 de Agosto de 2017. Foram identificadas inúmeras divergências entre as três fontes de informação. Vide anexo F. Recomenda-se que, para as próximas análises e para os relatórios mensais exigidos pela Lei, a Administração disponibilize informações consistentes entre si e com evidência de que foram auditadas, preferencialmente em formato de planilha eletrônica para reduzir erro humano e aumentar a eficiência das análises.
Divergências no objeto social	Conforme informações da Administração do Grupo Heber no 1° Termo de diligência do dia 17 de Agosto de 2017 (anexo A) a Comapi está realizando atividades patrimoniais, ou seja, ela é detentora de ações. No entanto, no estatuto social a Comapi apresenta como objeto social "Criação de bovinos para corte". A Administração do Grupo Heber informou também no mesmo termo que a ADI não está funcionando operacionalmente, pois está sendo reposicionada, porém encontra-se viva e em atividade. Atualmente a mesma tem no estatuto social o objeto de holding, porém conforme a Administração, ao voltar a operar, a empresa deve alterar seu objeto social.
Razões da crise - Contern	Conforme petição inicial, o Grupo Heber entrou em Recuperação Judicial por ter sido afetado pela crise econômica dos últimos anos. A Administração confirmou que a situação se agravou após o pedido de falência ajuizado pelo Banco Fibra sobre a Contern, comprometendo ainda mais a situação do Grupo Heber.
Razões da crise - SPMAR	Conforme a petição inicial, após a finalização das obras no Trecho Leste, a SPMAR não foi autorizada a cobrar pedágio até o término do Trecho Sul; foi autorizada a retomar a cobrança apenas em 03 de julho de 2015, isto é, 12 meses após a conclusão do Trecho Leste. Outro impacto significativo na geração de caixa da empresa foi a supressão de duas praças de pedágio acordada no edital de licitação, reduzindo de seis para quatro praças.
Receita total	As receitas do Grupo Heber totalizaram R$ 1.852.989.077 em 2014, R$ 1.068.342.844 em 2015, R$ 540.306.769 em 2016 e R$ 154.934.709 para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2017, segundo informações extraídas das demonstrações contábeis apresentadas na petição inicial.
Endividamento global	O endividamento global compreendido na Recuperação Judicial é de R$ 7.856.295.272, conforme 1° Termo de diligência do dia 17 de agosto de 2017 (anexo A).
Condição sumária econômica, financeira e patrimonial	Observa-se que a crise anunciada é econômica, financeira e patrimonial, dado que as empresas necessitam equacionar os seus passivos, estabilizar receitas futuras, reestruturar seus centros de custos e analisar as condições para melhor aproveitamento dos ativos disponíveis, situação a ser alcançada por meio de soluções de mercado a serem apresentadas no plano de Recuperação Judicial. Maiores detalhes sobre as condições econômicas, financeiras e patrimoniais são apresentados na seção "Verificação sumária econômica, financeira e patrimonial".

Ponto de destaque	Descrição
Relação dos impostos	Conforme informado no termo de diligencia (anexo A), o Grupo Heber constatou que: *"Que no tocante à tributação federal a SPMAR recentemente aderiu a penúltima versão de Programa de Regularização Tributária oferecido pelo Governo Federal, de maneira que os executivos das impetrantes neste ato, que salvo alguma pendência ordinária, a questão tributária federal onde há o faturamento relevante (SPMAR) das impetrantes está equacionado. Que quanto ao equacionamento da questão tributária federal do outro braço operacional entre as empresas impetrantes, a Contern, os executivos das impetrantes, neste ato, esclarecem que pretendem a principio aderir a última versão do Programa de regularização federal a ser definido pela União."*
Iniciativas para reestruturação financeira do Grupo Heber	Conforme a Administração do Grupo Heber, o mesmo contratou a consultoria Galeazzi para auxiliar na gestão dos controles financeiros, com o intuito de melhorar o capital de giro e as condições econômicas, financeiras e patrimoniais das empresas.

fls. 2851

Seção 2
Introdução

fls. 2852

Introdução

Objetivo do relatório

Em cumprimento a decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no dia 16 de agosto de 2017, o Consórcio BDOPRO, nomeado perito judicial nos autos do processo, vem apresentar o presente relatório de pericia prévia de análise de documentação com a finalidade de analisar a viabilidade financeira, econômica e patrimonial do Grupo Heber e uma verificação sumária da correspondência mínima existente entre os dados apresentados pela devedora e a sua realidade fática.

Escopo dos trabalhos e documentação utilizada

Para a elaboração do presente relatório, utilizamos como fonte de informações documentos que instruíram a petição inicial do Grupo Heber. Ademais a respectiva documentação também foi fornecida pela Administração do Grupo conforme solicitada nas duas diligências realizada no dia 17 de Agosto de 2017 entre o Grupo e o Consórcio BDOPRO.

Essa documentação foi considerada, no decorrer do relatório a fim de conferir a exatidão dos documentos referidos no Art. 51 da lei 11.101/05. Na seção "Anexos" deste relatório mostramos a lista com os documentos utilizados.

Com exceção da Comapi, todas as demais Companhias do Grupo são auditadas, porém nos autos do processo não está evidente se as informações contábeis anexadas foram auditadas.

O Grupo Heber

Conforme informado anteriormente, as Recuperandas fazem parte do Grupo Heber (o "Grupo"), que por sua vez é formado, ao todo, por 77 empresas.

Conforme a petição inicial, o Grupo iniciou suas atividades há 40 anos em Lins/SP nos setores de agronegócios, construção civil, geração de energia e infraestrutura. Atualmente, o Grupo Heber para maior eficiência na operação divide suas atividades do seguinte jeito (i) divisão de construção e (ii) divisão de infraestrutura atuando em harmonia e coordenação.

Motivos para o pedido de Recuperação Judicial e informações sobre o processo

Conforme petição inicial, o Grupo entrou em Recuperação Judicial, pois foi afetado pela crise econômica dos últimos anos e a situação se agravou após o pedido de falência ajuizado pelo Banco Fibra comprometendo ainda mais a situação da Contern.

No decorrer dos últimos anos, pelo fato das atividades estarem alavancadas, as Companhias do Grupo Heber operaram sem capacidade de tomada de crédito tanto com bancos quanto com os fornecedores.

Outro ponto que agravou a situação do Grupo foi o investimento de bilhões de reais para cumprir as obrigações estipuladas no contrato de concessão dos Trechos Sul e Leste do Rodoanel, aproximadamente 180 km de obra.

Adicionalmente, segue abaixo demais pontos que levaram o Grupo a solicitar a Recuperação Judicial, conforme petição inicial:

- Intervenções não previstas no cronograma inicial;
- Variações geológicas resultando em alteração do projeto e metodologia construtiva;
- Atraso na liberação de órgãos públicos e privados relativos aos projetos e licenças; e
- Mudança unilateral do projeto base pela ARTESP.

Ressalta-se que, conforme a petição inicial, após a finalização das obras no Trecho Leste, a SPMAR não foi autorizada a cobrar pedágio até o término do Trecho Sul, ou seja, apenas em 03 de Julho de 2015, isto é, 12 meses após a conclusão do Trecho Leste.

Por fim, o último impacto significativo na geração de caixa da Companhia foi a supressão de duas praças de pedágio acordada no edital de licitação, reduzindo de seis praças para quatro.

fls. 2853

Seção 3

Regularidade material dos documentos do Art. 51 da Lei nº11.101/05

Regularidade material dos documentos do Art. 51 da Lei nº11.101/05

Conforme informado anteriormente o presente relatório tem como objetivo realizar uma perícia prévia de análise de documentação com a finalidade de analisar a viabilidade financeira, econômica e patrimonial do Grupo Heber e uma verificação sumária da correspondência mínima existente entre os dados apresentados pela devedora e a sua realidade fática.

Na presente seção focamos na análise do real significado dos dados informados pela devedora bem como sua correspondência com a realidade dos fatos, tudo em compatibilidade com os requisitos do Art. 51 da Lei nº11.101/05.

Segue abaixo tabela com a relação dos documentos apresentados pelo Grupo Heber em sua petição inicial bem como a análise das suas exatidões com as exigências constantes no Art. 51 da Lei nº11.101/05.

Todos os documentos exigidos pelo Art. 51 da Lei nº11.101/05 foram apresentados, exceção feita às especificações e detalhamento da lista de credores (item III), às informações indenizatórias da Comapi, Contern e SPMAR (item IV), se houver, às certidões de regularidade da empresa ADI (item V) conforme constatado no anexo D fornecido pela Administração do Grupo Heber, às relações de bens de sócios das empresas Heber, Bertin, SPMAR e ADI (item VI), extratos bancários atualizados da ADI (item VII) e certidões de distribuição de processos criminais dos sócios (item IX) conforme explicado pela Administração do Grupo e que segue no anexo D.

Tabela detalhada dos documentos pendentes e entregues conforme exigido no Art. 51 encontra-se no anexo C.

Art. 51 da LRF	Heber	Comapi	Contern	Compacto	Cibe Part.	Cibe Invest.	Doreta	Bertin	SPMAR	ADI
I - a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok
II - as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo
a) balanço patrimonial;	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok
b) demonstração de resultados acumulados;	Ok**	Ok**	Ok**	Ok**	Ok**	Ok**	Ok**	Ok**	Ok**	Ok**
c) demonstração do resultado desde o último exercício social;	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok
d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok

Art. 51 da LRF	Heber	Comapi	Contern	Compacto	Cibe Part.	Cibe Invest.	Doreta	Bertin	SPMAR	ADI
III - a relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente;	Substancial	Substancial	Substancial	Substancial	Substancial	Substancial	Substancial	Substancial	Substancial	Substancial
IV - a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;	Ok	Substancial	Substancial	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Substancial	Ok
V - certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Substancial
VI - a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;	Substancial	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Substancial	Substancial	Substancial
VII - os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Pendente
VIII - certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok	Ok
IX - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.	Substancial	Substancial	Substancial	Substancial	Substancial	Substancial	Substancial	Substancial	Substancial	Substancial

** As observações constam no anexo C.

Relação de funcionários por empresa

Adicionalmente, de acordo com a relação de empregados das empresas do Grupo Heber, foi constatado que a empresa Comapi Agropecuária S.A. possui 5 funcionários, a empresa Contern Construções e Comércio Ltda. possui 130 empregados e a empresa Concessionária SPMar possui 564 funcionários.

Com relação as empresas Heber Participações S.A., Compacto Participações S.A. (Bertin), CIBE Participações e Empreendimentos S.A., Cibe Investimentos e Participações S.A., Doreta Empreendimentos e Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Águas de Itú Exploração e Serviços S.A. as mesmas não possuem funcionários. Reiteramos que essa relação de funcionários foi retirada dos documentos juntados da Petição Inicial (doc. 8-A a 8-J dessa peça).

A seguir segue tabela ilustrativa do quadro de funcionários por empresa.

Empresa	Quantidade de empregados
Heber Participações S.A.	Não possuí empregados
COMAPI Agropecuária S.A.	5 empregados
Contern Construções e Comércio Ltda.	130 empregados
Compacto Participações S.A. (Bertin)	Não possuí empregados
CIBE Participações e Empreendimentos S.A.	Não possuí empregados
Cibe Investimentos e Participações S.A.	Não possuí empregados
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	Não possuí empregados
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	Não possuí empregados
Concessionária SPMar	564 empregados
Águas de Itú Exploração e Serviço S.A.	Não possuí empregados

Fonte: Petição inicial - doc. 8-A a 8-J dessa peça

No entanto de acordo com o 1º Termo de diligência (anexo A) é constatado "Que as empresas impetrantes representam em torno de 1.500 postos de trabalho ativos". Pela natureza das empresas de construção, geralmente há funcionários terceirizados que podem estar sendo considerados dentro dos 1.500 funcionários citados no Termo de diligência.

fls. 2857

Seção 4
Situação *in loco* do Grupo Heber

fls. 2858

Situação *in loco* do Grupo Heber

A presente seção informa, conforme solicitado na decisão pelo juiz, que verificamos a situação *in loco*, averiguando assim a funcionalidade de empresas do Grupo Heber.

Sede administrativa do Grupo Heber - 17/Ago/2017

Em 17 de agosto de 2017, quinta-feira, o Consórcio BDOPRO visitou a sede administrativa do Grupo Heber, que se encontra na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012, 5° andar, conjunto 52, sala 2. Foi assinado o termo de constatação de atividade da empresa (anexo E), assim como foram tiradas fotos comprovando o funcionamento da localidade.











fls. 2859

Contern Construções Comércio (cidade de Suzano) - 18/Ago/2017

Em 18 de agosto de 2017, sexta-feira, foi realizada a visita pelo Consórcio BDOPRO a Suzano, na Contern Construções Comércio, localizada na Rua Eliziel Alves Costa, 346 - Centro, Suzano - SP. Foi assinado o termo de constatação de atividade da empresa (anexo E), assim como foram tiradas fotos comprovando o funcionamento da localidade.







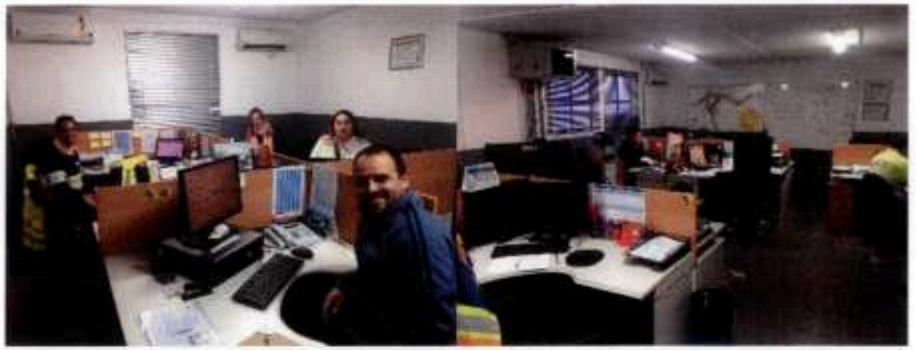


Rodoanel (cidade de São Paulo) - 21/Ago/2017

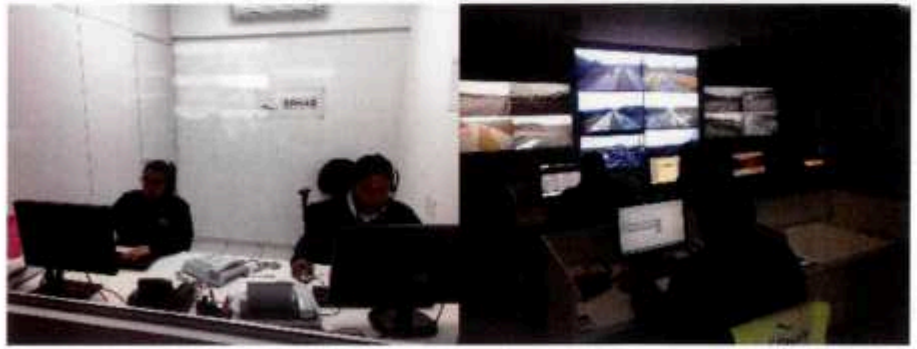
Em 21 de agosto de 2017, segunda-feira, foi realizada a visita pelo Consórcio BDOPRO à unidade SPMAR do Rodoanel Mario Covas, quilômetro 41 - Itapecerica da Serra - SP. Foi assinado o termo de constatação de atividade da empresa (anexo E), assim como foram tiradas fotos comprovando o funcionamento da localidade.











Contern Construções Comércio (cidade de Lins) - 22/Ago/2017

Em 22 de agosto de 2017, segunda-feira, foi realizada a visita pelo Consórcio BDOPRO ao complexo industrial da Contern Construções Comércio, na Avenida José Fogolin, sem número - Parque Industrial, Lins - SP. Foi assinado o termo de constatação de atividade da empresa (anexo E) e foram tiradas fotos comprovando o funcionamento da localidade.

Por fim, foi informado ao Consorcio BDOPRO que existem aproximadamente 15 funcionários no local e o complexo opera de segunda a sexta das 8:00 às 17:48.











fls. 2862

Demais atividades realizadas pelo Consórcio BDOPRO

Além da constatação de atividade das empresas verificadas acima, o Consórcio BDOPRO realizou as seguintes atividades:

- Duas reuniões presenciais com o Grupo Heber, no dia 17 de Agosto de 2017, às 9:00 e às 18:00, a fim de alinharmos informações pertinentes, realizando, assim, os termos de diligência que seguem anexos (anexo A);
- Ida à sede administrativa do Grupo Heber no dia 17 de Agosto de 2017, às 14:30 para realização de reunião com membros do Grupo a fim de obter informações relevantes adicionais quanto as empresas e as razões da crise que atinge o Grupo;
- Mantivemos contato via e-mail com o Grupo Heber para saneamento de dúvidas e solicitações de documentos para o auxilio nas análises do presente relatório; e
- Além do contato via e-mail, realizamos um *call* no dia 22 de Agosto de 2017 às 17:00 para esclarecimentos quanto as informações contábeis do Grupo Heber, documentos conforme Art. 51 da Lei nº 11.101/05 e demais informações relevantes ao Grupo e ao processo.

fls. 2863

Seção 5

Verificação sumária econômica, financeira e patrimonial

fls. 2864

Verificação sumária econômica, financeira e patrimonial

As análises objetivaram a verificação sumária da correspondência mínima existente entre os dados apresentados pela devedora em suas demonstrações contábeis e sua realidade fática.

Em conformidade com o Art. 51 da lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005, a solicitante deve apresentar "*as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas om estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de: a) balanço patrimonial; b) demonstrações de resultados acumulados; c) demonstração do resultado desde o último exercício social; d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção*".

Consideramos a definição de Fábio Ulhoa Coelho de maneiras como a crise se manifesta em empresas. A mesma foi adotada como base para verificar, de maneira sumária, as condições econômicas, financeiras e patrimoniais das Recuperandas. Conforme Fábio Ulhoa Coelho (2002: 216):

> *"A crise da empresa pode manifestar-se de formas variada. Ela é econômica quando as venda de produtos ou serviços não se realizam na quantidade necessária à manutenção do negócio. É financeira quando falta à sociedade empresária dinheiro em caixa para pagar suas obrigações. Finalmente, a crise é patrimonial se o ativo é inferior ao passivo, se as dívidas superam os bens da sociedade empresária."*

Tendo em vista o tempo disponível e o volume de dados que compõe as demonstrações contábeis supramencionadas, solicitou-se em 17 de agosto de 2017 que a Administração da solicitante fornecesse as demonstrações em formato de planilha eletrônica, de forma a viabilizar as análises preliminares. Esses documentos foram fornecidos em 18 de agosto de 2017, sexta-feira, às 15:50. Apresentamos no anexo F a relação de arquivos recebidos.

Em 22 de agosto de 2017, às 16:13, recebemos os demonstrativos contábeis auditados com parecer de auditoria para alguns exercícios de algumas das Recuperandas.

Realizamos um confronto entre as demonstrações contábeis inclusas na petição inicial, nas planilhas eletrônicas mencionadas, e nas demonstrações contábeis auditadas. Foram identificadas inúmeras divergências entre as 3 fontes de informação (vide anexo F). Logo, adotamos nas análises a seguir as informações apresentadas junto à petição inicial, que não foram auditadas por verificador independente, prejudicando sua qualidade para tomada de decisão.

Qualidade das informações

Em relação às demonstrações contábeis recebidas da solicitante, identificou-se que:

- As demonstrações contábeis anexadas à petição inicial não apresentam relatório de auditoria, não sendo possível verificar que foram auditadas.
- As demonstrações contábeis anexadas à petição inicial não continham demonstrações de mutação do patrimônio líquido e notas explicativas, peças integrantes das demonstrações contábeis no Brasil. Em especial, as notas explicativas costumam incluir explicações importantes para o correto entendimento das demonstrações contábeis e sua omissão pode comprometer o resultado das análises.
- Em relação ao balanço patrimonial, demonstrações de resultados acumulados e demonstração do resultado desde o último exercício social, identificou-se divergências entre saldos contábeis das demonstrações contábeis anexas ao processo e as versões recebidas em formato de planilha eletrônica e com as demonstrações auditadas das Recuperandas, conforme anexo F.
- Não foram recebidos em formato de planilha eletrônica o "relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção".

Recomenda-se que, para as próximas análises e para os relatórios mensais exigidos pela Lei, a Administração disponibilize informações consistentes entre si e com evidência de que foram auditadas (e.g. juntamente com o respectivo relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes da empresa), preferencialmente em formato de planilha eletrônica para reduzir erro humano e aumentar a eficiência das análises.

Verificação das demonstrações contábeis por auditoria independente

Solicitou-se à Administração a apresentação do parecer de auditoria relativo às demonstrações contábeis das Recuperandas. Tais informações terminaram de ser disponibilizadas no dia 22 de agosto de 2017, terça-feira, às 16:13, porém, como mencionado anteriormente, apresentam divergências entre as informações apresentadas na petição inicial.

Sumarizamos abaixo as conclusões dos auditores acerca das demonstrações contábeis por empresa e período. Para maior clareza:

- **Parecer sem ressalva** - Significa que as demonstrações contábeis do período foram revisadas por auditor independente que emitiu opinião sem ressalvas, ou seja, concluindo que, em sua opinião, as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa par ao exercício findo naquela data.
- **Parecer com ressalva** - Significa que as demonstrações contábeis do período foram revisadas por auditor independente que emitiu opinião com ressalvas, ou seja, concluindo que, em sua opinião, as demonstrações contábeis referidas possuem elementos que não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa par ao exercício findo naquela data.
- **Parecer não apresentado** - Significa que a empresa não foi auditada no período, ou caso tenha sido auditada, não foi disponibilizado o parecer de auditoria relativo ao exercício encerrado no período.

Período	Heber	Comapi	Contern	Compacto	Cibe Part.	Cibe Invest.	Doreta	Bertin	SPMAR	ADI
31 de dezembro de 2014	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer com ressalva
31 de dezembro de 2015	Parecer com ressalva	Parecer não apresentado	Parecer com ressalva	Parecer com ressalva	Parecer com ressalva	Parecer com ressalva	Parecer sem ressalva	Parecer sem ressalva	Parecer sem ressalva	Parecer não apresentado
31 de dezembro de 2016	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer com ressalva	Parecer com ressalva	Parecer com ressalva	Parecer com ressalva	Parecer com ressalva	Parecer não apresentado
30 de junho de 2017	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado	Parecer não apresentado

Águas de Itu Gestão Empresarial S.A ("ADI")

Situação econômica

Observa-se que as receitas ordinárias da empresa sofreram redução significativa nos últimos períodos:

Evolução da receita



Os resultados da empresa, assim como sua margem líquida, foram negativos nos últimos 3 exercícios.

Evolução da margem e resultado

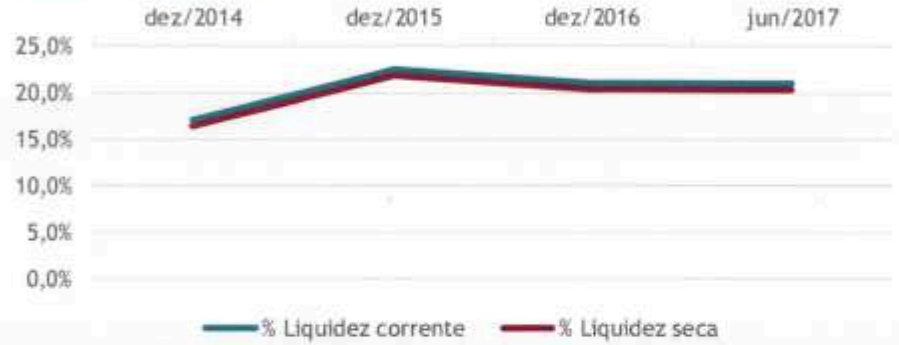


Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição econômica nos últimos exercícios.

Situação financeira

Nota-se leve melhora nos índices de liquidez da empresa.

Evolução da liquidez



Apesar da melhora, o capital de giro da empresa (i.e. ativo circulante menos passivo circulante) continua negativo, cobrindo menos de 21% das obrigações de curto prazo da empresa.

Evolução do capital de giro



O comparativo de ativo circulante e passivo circulante da empresa encontra-se abaixo ilustrado para melhor visualização:

Ativo circulante Vs Passivo circulante



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou leve melhora de sua posição financeira nos últimos exercícios, embora não tenha recursos para quitar suas obrigações de curto prazo, em especial quando a mesma apresenta receitas ordinárias nulas em 2016 e 2017.

Situação patrimonial

A empresa apresenta "passivo à descoberto", situação na qual os ativos da mesma são inferiores aos seus passivos, resultando em patrimônio líquido negativo. Em outras palavras, os ativos da empresa são insuficientes para quitar suas obrigações de curto e longo prazo. Contabilmente, isso constitui indicador de que a empresa pode ter dificuldades de continuar operando no curso normal de suas atividades.

Evolução do patrimônio líquido



O passivo à descoberto da empresa foi principalmente impactado pelos prejuízos acumulados dos últimos exercícios, conforme demonstrado abaixo:

Evolução de prejuízos acumulados



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou leve deterioração de sua posição patrimonial nos últimos exercícios.

Outros pontos de atenção

Apresenta-se abaixo o sumário dos principais agrupamentos de contas presentes nas demonstrações contábeis recebidas:

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	13.134.927	18.113.575	16.911.658	16.914.039
Ativo não-circulante	135.450.607	123.447.173	113.342.013	113.342.013
Passivo circulante	(76.970.854)	(80.223.168)	(80.223.168)	(80.248.186)
Passivo não-circulante	(47.519.640)	(59.657.226)	(59.657.226)	(59.657.226)
Patrimônio líquido	(24.095.040)	(1.680.354)	9.626.723	9.649.360
Estoques	535.887	612.808	612.808	615.189
Permanente	110.574.776	108.824.952	98.719.792	98.719.792
Prejuízos acumulados	(11.405.987)	(33.620.653)	(44.927.750)	(44.950.387)
Receita líquida	53.382.385	14.344.512	-	-
Resultado	(14.052.476)	(22.414.686)	(11.307.077)	(22.637)

Adicionalmente, destaca-se os valores de alguns índices-chave para entender a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, evidenciando a deterioração de sua posição nos últimos exercícios. Destaca-se em especial a margem líquida negativa da empresa, capital de giro negativo e perfil de endividamento negativo (fruto do passivo à descoberto).

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
% Margem liquida	*-26,3%*	*-156,3%*	*n/a*	*n/a*
Capital de giro	(63.835.927)	(62.109.592)	(63.311.510)	(63.334.147)
% Liquidez corrente	*17,1%*	*22,6%*	*21,1%*	*21,1%*
% Liquidez seca	*16,4%*	*21,8%*	*20,3%*	*20,3%*
% Perfil de endividamento	*516,7%*	*8324,5%*	*-1453,0%*	*-1449,9%*

Infra Bertin Empreendimentos S.A. ("Bertin")

Situação econômica

A empresa não apresentou receitas ordinárias nos últimos 3 períodos, e seus resultados foram crescentemente negativos.

Evolução da margem e resultado



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição econômica nos últimos exercícios.

Situação financeira

Nota-se deterioração nos índices de liquidez da empresa, os quais são aproximadamente zero.

Evolução da liquidez



O capital de giro da empresa (i.e. ativo circulante menos passivo circulante) é negativo desde 2014.

Evolução do capital de giro



O comparativo de ativo circulante e passivo circulante da empresa encontra-se abaixo ilustrado para melhor visualização.

Ativo circulante Vs Passivo circulante



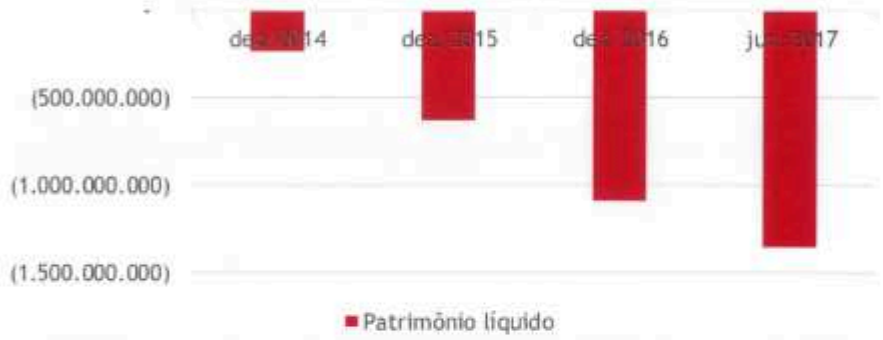
Nota-se que a empresa praticamente não possui ativo circulante, apenas passivo circulante reconhecido em suas demonstrações contábeis.

Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição financeira nos últimos exercícios.

Situação patrimonial

A empresa apresenta "passivo à descoberto", situação na qual os ativos da mesma são inferiores aos seus passivos, resultando em patrimônio líquido negativo. Em outras palavras, os ativos da empresa são insuficientes para quitar suas obrigações de curto e longo prazo. Contabilmente, isso constitui indicador de que a empresa pode ter dificuldades de continuar operando no curso normal de suas atividades.

Evolução do patrimônio líquido



O passivo à descoberto da empresa foi principalmente impactado pelos prejuízos acumulados dos últimos exercícios, conforme demonstrado abaixo:

Evolução de prejuízos acumulados



fls. 2872

Tais fatores indicam que a empresa enfrentou leve deterioração de sua posição patrimonial nos últimos exercícios.

Outros pontos de atenção

Apresenta-se abaixo o sumário dos principais agrupamentos de contas presentes nas demonstrações contábeis recebidas.

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	583	384	306	306
Ativo não-circulante	1.262.847.063	1.143.899.898	949.958.788	823.675.319
Passivo circulante	(50.923.808)	(50.928.262)	(50.936.094)	(50.938.067)
Passivo não-circulante	(1.443.214.478)	(1.720.799.465)	(1.988.987.765)	(2.124.494.819)
Patrimônio líquido	231.290.640	627.827.445	1.089.964.764	1.351.757.261
Estoques	-	-	-	-
Permanente	1.262.847.063	1.142.399.898	948.458.768	822.175.298
Prejuízos acumulados	(321.160.710)	(717.745.154)	(1.179.882.474)	(1.441.674.971)
Receita líquida	-	-	-	-
Resultado	(241.610.094)	(396.584.445)	(462.137.319)	(261.792.497)

Adicionalmente, destaca-se os valores de alguns índices-chave para entender a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, evidenciando a deterioração de sua posição nos últimos exercícios. Destaca-se em especial o capital de giro negativo e perfil de endividamento negativo (fruto do passivo à descoberto).

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
% Margem líquida	n/a	n/a	n/a	n/a
Capital de giro	(50.923.225)	(50.927.877)	(50.935.788)	(50.937.761)
% Liquidez corrente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
% Liquidez seca	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
% Perfil de endividamento	-646,0%	-282,2%	-187,2%	-160,9%

Cibe Investimentos e Participações S.A. ("Cibe Investimentos")

Situação econômica

A empresa não apresentou receitas ordinárias nos últimos 3 periodos, e seus resultados foram negativos:

Evolução da margem e resultado



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição econômica nos últimos exercícios.

Situação financeira

Apesar disso, observa-se melhora nos índices de liquidez da empresa.

Evolução da liquidez



O capital de giro da empresa (i.e. ativo circulante menos passivo circulante) é positivo desde 2015.

Evolução do capital de giro



O comparativo de ativo circulante e passivo circulante da empresa encontra-se abaixo ilustrado para melhor visualização.

Ativo circulante Vs Passivo circulante



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou melhora de sua posição financeira nos últimos exercícios.

Situação patrimonial

O patrimônio líquido da empresa reduziu substancialmente nos últimos períodos.

Evolução do patrimônio líquido



Tal redução foi decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados dos últimos exercícios, conforme demonstrado abaixo:

Evolução de prejuízos acumulados



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou leve deterioração de sua posição patrimonial nos últimos exercícios.

Outros pontos de atenção

Apresenta-se abaixo o sumário dos principais agrupamentos de contas presentes nas demonstrações contábeis recebidas:

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	18.515.708	18.513.687	18.520.101	18.520.100
Ativo não-circulante	497.212.320	465.273.387	465.065.922	465.065.766
Passivo circulante	(25.426.840)	(11.446.271)	(11.307.138)	(11.303.350)
Passivo não-circulante	(165.126.450)	(309.636.406)	(429.878.887)	(429.941.043)
Patrimônio liquido	(325.174.737)	(162.704.397)	(42.399.998)	(42.341.473)
Estoques	-	-	-	-
Permanente	52.053	43.749.111	43.709.032	43.709.032
Prejuízos acumulados	(80.532.087)	(243.014.814)	(363.319.213)	(363.377.738)
Receita líquida	-	-	-	-
Resultado	(62.205.214)	(162.482.727)	(120.304.399)	(58.525)

Adicionalmente, destaca-se os valores de alguns índices-chave para entender a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, evidenciando a deterioração de sua posição nos últimos exercícios.

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
% Margem líquida	n/a	n/a	n/a	n/a
Capital de giro	(6.911.132)	7.067.416	7.212.963	7.216.750
% Liquidez corrente	72,8%	161,7%	163,8%	163,8%
% Liquidez seca	72,8%	161,7%	163,8%	163,8%
% Perfil de endividamento	58,6%	197,3%	1040,5%	1042,1%

Cibe Participações e Empreendimentos S.A. ("Cibe Participações")

Situação econômica

A empresa não apresentou receitas ordinárias nos últimos 3 períodos, e seus resultados foram crescentemente negativos:

Evolução da margem e resultado



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição econômica nos últimos exercícios.

Situação financeira

Simultaneamente, nota-se deterioração dos índices de liquidez da empresa:

Evolução da liquidez



O capital de giro da empresa (i.e. ativo circulante menos passivo circulante) continua negativo, cobrindo menos de 7% das obrigações de curto prazo da empresa.

Evolução do capital de giro



O comparativo de ativo circulante e passivo circulante da empresa encontra-se abaixo ilustrado para melhor visualização:

Ativo circulante Vs Passivo circulante



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição financeira nos últimos exercícios, e não possui recursos para quitar suas obrigações de curto prazo.

Situação patrimonial

O patrimônio líquido da empresa reduziu nos últimos periodos.

Evolução do patrimônio liquido



Tal redução foi decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados dos últimos exercícios, conforme demonstrado abaixo:

Evolução de prejuizos acumulados



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou leve deterioração de sua posição patrimonial nos últimos exercícios.

Outros pontos de atenção

Apresenta-se abaixo o sumário dos principais agrupamentos de contas presentes nas demonstrações contábeis recebidas:

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	1.207.521	1.207.634	227.837	184.503
Ativo não-circulante	1.655.210.731	1.580.843.743	1.508.918.135	1.508.917.264
Passivo circulante	(4.499.586)	(3.513.017)	(2.687.638)	(2.987.877)
Passivo não-circulante	(507.981.671)	(495.776.295)	(493.696.883)	(493.726.816)
Patrimônio líquido	(1.143.936.995)	(1.082.762.066)	(1.012.761.451)	(1.012.387.073)
Estoques	-	-	-	-
Permanente	-	43.645.967	43.638.762	43.638.762
Prejuízos acumulados	(282.955.971)	(345.996.164)	(414.143.902)	(414.518.280)
Receita líquida	-	-	-	-
Resultado	(9.634.087)	(63.040.193)	(68.147.738)	(374.378)

Adicionalmente, destaca-se os valores de alguns índices-chave para entender a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, evidenciando a deterioração de sua posição nos últimos exercícios. Destaca-se em especial o capital de giro negativo da empresa.

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
% Margem líquida	n/a	n/a	n/a	n/a
Capital de giro	(3.292.065)	(2.305.383)	(2.459.801)	(2.803.374)
% Liquidez corrente	26,8%	34,4%	8,5%	6,2%
% Liquidez seca	26,8%	34,4%	8,5%	6,2%
% Perfil de endividamento	44,8%	46,1%	49,0%	49,1%

Comapi Agropecuária S.A. ("Comapi")

Situação econômica

Observa-se que as receitas ordinárias da empresa sofreram redução significativa em 2015 e são pouco significativas em 2017:

Evolução da receita



Os resultados da empresa, assim como sua margem líquida, foram negativos nos últimos 3 exercícios:

Evolução da margem e resultado

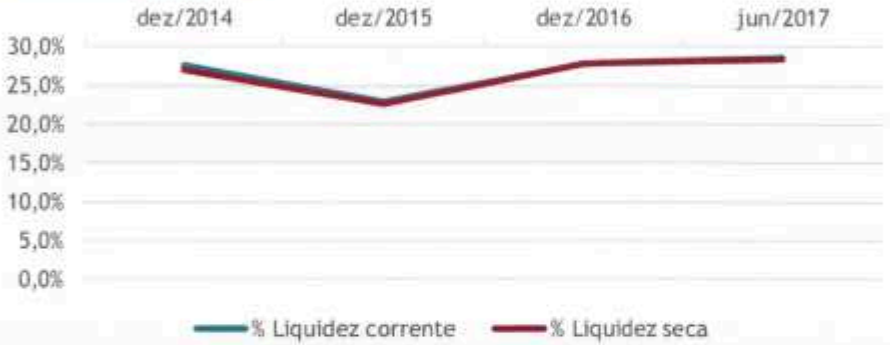


Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição econômica nos últimos exercícios.

Situação financeira

Os índices de liquidez da empresa mantiveram-se praticamente estáveis.

Evolução da liquidez



Apesar da melhora, o capital de giro da empresa (i.e. ativo circulante menos passivo circulante) continua negativo, cobrindo menos de 29% das obrigações de curto prazo da empresa.

Evolução do capital de giro



O comparativo de ativo circulante e passivo circulante da empresa encontra-se abaixo ilustrado para melhor visualização:

Ativo circulante Vs Passivo circulante



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou leve melhora de sua posição financeira nos últimos exercícios, embora não tenha recursos para quitar suas obrigações de curto prazo, em especial quando a mesma apresenta receitas ordinárias reduzidas em 2017.

Situação patrimonial

O patrimônio líquido da empresa reduziu substancialmente nos últimos períodos.

Evolução do patrimônio líquido



Tal redução foi decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados dos últimos exercícios, conforme demonstrado abaixo:

Evolução de prejuízos acumulados



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição patrimonial nos últimos exercícios.

Outros pontos de atenção

Apresenta-se abaixo o sumário dos principais agrupamentos de contas presentes nas demonstrações contábeis recebidas.

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	193.183.380	153.104.681	191.531.940	191.757.179
Ativo não-circulante	2.134.872.352	1.929.367.909	1.425.988.268	1.410.355.888
Passivo circulante	(700.705.876)	(667.537.808)	(686.345.907)	(672.436.517)
Passivo não-circulante	(139.644.819)	(55.064.827)	(71.822.018)	(75.339.923)
Patrimônio líquido	(1.487.705.038)	(1.359.869.955)	(859.352.282)	(854.336.627)
Estoques	3.396.555	1.779.629	1.211.123	1.211.123
Permanente	1.111.795.843	990.783.194	468.084.020	466.085.610
Prejuízos acumulados	231.458.660	103.623.577	(396.894.096)	(401.909.751)
Receita líquida	17.415.926	5.168.407	14.334.165	85.029
Resultado	(208.914.639)	(127.835.083)	(500.517.672)	(5.015.655)

Adicionalmente, destaca-se os valores de alguns índices-chave para entender a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, evidenciando a deterioração de sua posição nos últimos exercícios. Destaca-se em especial a margem líquida negativa da empresa e capital de giro negativo.

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
% Margem liquida	-1199,6%	-2473,4%	-3491,8%	-5898,8%
Capital de giro	(507.522.495)	(514.433.128)	(494.813.967)	(480.679.338)
% Liquidez corrente	27,6%	22,9%	27,9%	28,5%
% Liquidez seca	27,1%	22,7%	27,7%	28,3%
% Perfil de endividamento	56,5%	53,1%	88,2%	87,5%

Compacto Participações S.A. ("Compacto")

Situação econômica

A empresa não apresentou receitas ordinárias nos últimos 3 periodos, e seus resultados foram crescentemente negativos:

Evolução da margem e resultado

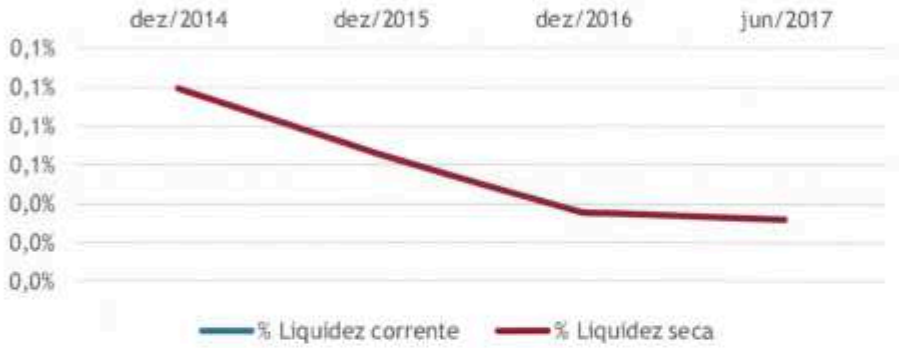


Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição econômica nos últimos exercícios.

Situação financeira

Simultaneamente, nota-se deterioração dos índices de liquidez da empresa, que são praticamente zero.

Evolução da liquidez



O capital de giro da empresa (i.e. ativo circulante menos passivo circulante) continua negativo, cobrindo menos de 1% das obrigações de curto prazo da empresa.

Evolução do capital de giro



O comparativo de ativo circulante e passivo circulante da empresa encontra-se abaixo ilustrado para melhor visualização:

Ativo circulante Vs Passivo circulante

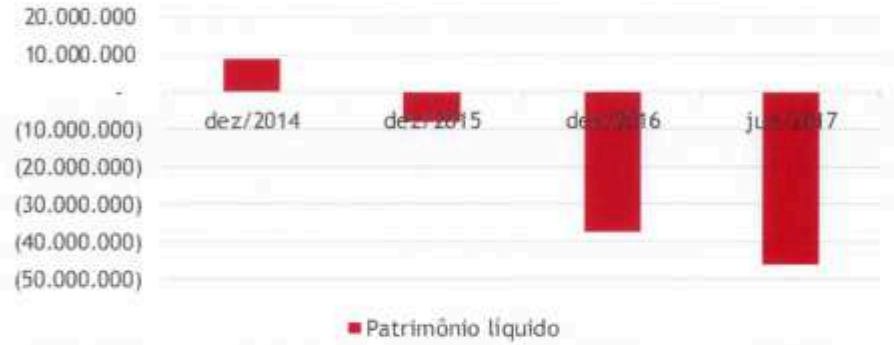


Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição financeira nos últimos exercícios, e não possui recursos para quitar suas obrigações de curto prazo.

Situação patrimonial

A empresa apresenta "passivo à descoberto", situação na qual os ativos da mesma são inferiores aos seus passivos, resultando em patrimônio líquido negativo. Em outras palavras, os ativos da empresa são insuficientes para quitar suas obrigações de curto e longo prazo. Contabilmente, isso constitui indicador de que a empresa pode ter dificuldades de continuar operando no curso normal de suas atividades.

Evolução do patrimônio líquido



O passivo à descoberto da empresa foi principalmente impactado pelos prejuízos acumulados dos últimos exercícios, conforme demonstrado abaixo:

Evolução de prejuízos acumulados



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou leve deterioração de sua posição patrimonial nos últimos exercícios.

Outros pontos de atenção

Apresenta-se abaixo o sumário dos principais agrupamentos de contas presentes nas demonstrações contábeis recebidas:

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	33.828	33.403	33.403	33.403
Ativo não-circulante	526.124.365	507.571.389	527.638.899	527.638.899
Passivo circulante	(34.039.845)	(50.863.979)	(95.551.428)	(104.081.901)
Passivo não-circulante	(483.329.324)	(464.634.716)	(469.573.716)	(469.574.228)
Patrimônio líquido	(8.789.023)	7.893.903	37.452.843	45.983.827
Estoques	-	-	-	-
Permanente	50.982.570	50.212.554	41.998.379	41.998.379
Prejuízos acumulados	(170.954.731)	(187.637.658)	(217.196.598)	(225.727.582)
Receita líquida	-	-	-	-
Resultado	16.356.362	(16.682.927)	(29.558.939)	(8.530.985)

Adicionalmente, destaca-se os valores de alguns índices-chave para entender a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, evidenciando a deterioração de sua posição nos últimos exercícios. Destaca-se em especial o capital de giro negativo e perfil de endividamento negativo (fruto do passivo à descoberto).

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
% Margem liquida	n/a	n/a	n/a	n/a
Capital de giro	(34.006.017)	(50.830.576)	(95.518.025)	(104.048.497)
% Liquidez corrente	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%
% Liquidez seca	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%
% Perfil de endividamento	5886,5%	-6530,3%	-1508,9%	-1247,5%

Contern Construções e Comércio Ltda ("Contern")

Situação econômica

Observa-se que as receitas ordinárias da empresa sofreram redução significativa nos últimos períodos:

Evolução da receita



Os resultados da empresa, assim como sua margem líquida, foram negativos nos últimos 3 exercícios.

Evolução da margem e resultado



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição econômica nos últimos exercícios.

Situação financeira

Observa-se leve deterioração nos índices de liquidez da empresa.

Evolução da liquidez



O capital de giro da empresa (i.e. ativo circulante menos passivo circulante) é, no entanto, positivo, indicando que a empresa possui capacidade para honrar suas obrigações de curto prazo.

Evolução do capital de giro



O comparativo de ativo circulante e passivo circulante da empresa encontra-se abaixo ilustrado para melhor visualização.

Ativo circulante Vs Passivo circulante



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou melhora de sua posição financeira nos últimos exercícios.

Situação patrimonial

O patrimônio líquido da empresa reduziu substancialmente nos últimos períodos.

Evolução do patrimônio líquido



Tal redução foi decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados dos últimos exercícios, conforme demonstrado abaixo:

Evolução de prejuízos acumulados



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou leve deterioração de sua posição patrimonial nos últimos exercícios.

fls. 2890

Outros pontos de atenção

Observa-se que a empresa apresenta R$ 223.645.018 de ativo permanente em 30 de junho de 2017.

Conforme representado pela Administração, a empresa possui recebíveis referente à prestação de serviços em obras antigas.

Apresenta-se abaixo o sumário dos principais agrupamentos de contas presentes nas demonstrações contábeis recebidas:

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	809.320.260	824.456.226	979.368.516	991.229.505
Ativo não-circulante	838.864.099	971.996.035	761.323.219	472.093.460
Passivo circulante	(349.475.163)	(511.840.468)	(554.418.502)	(588.030.115)
Passivo não-circulante	(233.532.465)	(467.763.138)	(634.527.722)	(647.815.136)
Patrimônio líquido	(1.065.176.731)	(816.848.654)	(551.745.512)	(227.477.713)
Estoques	99.295	99.295	99.295	99.295
Permanente	587.180.115	549.015.438	512.952.385	223.645.018
Prejuízos acumulados	158.240.726	(90.110.457)	(355.213.599)	(108.095.204)
Receita líquida	957.337.796	617.529.565	246.511.262	32.802.932
Resultado	(91.995.959)	(248.351.182)	(265.103.143)	(57.143.876)

Adicionalmente, destaca-se os valores de alguns índices-chave para entender a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, evidenciando a deterioração de sua posição nos últimos exercícios. Destaca-se em especial a margem líquida negativa da empresa.

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
% Margem liquida	-9,6%	-40,2%	-107,5%	-174,2%
Capital de giro	459.845.097	312.615.758	424.950.015	403.199.390
% Liquidez corrente	231,6%	161,1%	176,6%	168,6%
% Liquidez seca	231,6%	161,1%	176,6%	168,6%
% Perfil de endividamento	54,7%	119,9%	215,5%	543,3%

Doreta Empreendimentos e Participações S.A. ("Doreta")

Situação econômica

A empresa não apresentou receitas ordinárias nos últimos 3 períodos, e seus resultados foram crescentemente negativos:

Evolução da margem e resultado



Tais fatores indicam que a empresa possui enfrentou deterioração de sua posição econômica nos últimos exercícios.

Situação financeira

Simultaneamente, nota-se leve queda nos índices de liquidez da empresa, os quais já são praticamente zero.

Evolução da liquidez



O capital de giro da empresa (i.e. ativo circulante menos passivo circulante) continua negativo, cobrindo menos de 1% das obrigações de curto prazo da empresa.

Evolução do capital de giro



O comparativo de ativo circulante e passivo circulante da empresa encontra-se abaixo ilustrado para melhor visualização:

Ativo circulante Vs Passivo circulante



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição financeira nos últimos exercícios, embora não tenha recursos para quitar suas obrigações de curto prazo.

Situação patrimonial

A empresa apresenta "passivo à descoberto", situação na qual os ativos da mesma são inferiores aos seus passivos, resultando em patrimônio líquido negativo. Em outras palavras, os ativos da empresa são insuficientes para quitar suas obrigações de curto e longo prazo. Contabilmente, isso constitui indicador de que a empresa pode ter dificuldades de continuar operando no curso normal de suas atividades.

Evolução do patrimônio líquido



O passivo à descoberto da empresa foi principalmente impactado pelos prejuízos acumulados dos últimos exercícios, conforme demonstrado abaixo:

Evolução de prejuízos acumulados



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou leve deterioração de sua posição patrimonial nos últimos exercícios.

Apresenta-se abaixo o sumário dos principais agrupamentos de contas presentes nas demonstrações contábeis recebidas.

Outros pontos de atenção

Observa-se que a empresa possui R$ 60.000.000 de ativo permanente.

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	262	251	264	263
Ativo não-circulante	23.771	60.027.736	60.035.566	60.035.566
Passivo circulante	(61.925)	(69.425)	(81.157)	(81.805)
Passivo não-circulante	(231.290.640)	(687.827.445)	(1.149.964.764)	(1.390.684.936)
Patrimônio líquido	231.328.533	627.868.883	1.090.010.092	1.330.730.911
Estoques	-	-	-	-
Permanente	-	60.000.000	60.000.000	60.000.000
Prejuízos acumulados	(321.199.402)	(717.787.392)	(1.179.928.601)	(1.420.649.421)
Receita líquida	-	-	-	-
Resultado	(241.630.243)	(396.587.990)	(462.141.209)	(240.720.819)

Adicionalmente, destaca-se os valores de alguns índices-chave para entender a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, evidenciando a deterioração de sua posição nos últimos exercícios. Destaca-se em especial o capital de giro negativo e perfil de endividamento negativo (fruto do passivo à descoberto).

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
% Margem liquida	n/a	n/a	n/a	n/a
Capital de giro	(61.663)	(69.174)	(80.894)	(81.541)
% Liquidez corrente	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%
% Liquidez seca	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%
% Perfil de endividamento	-100,0%	-109,6%	-105,5%	-104,5%

Heber Participações S.A. ("Heber")

Situação econômica

A empresa não apresentou receitas ordinárias nos últimos 3 períodos, e seus resultados foram negativos:

Evolução da margem e resultado



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou dificuldades econômicas nos últimos exercícios, mas apresenta perspectiva de melhora em 2017.

Situação financeira

Nota-se que os índices de liquidez da empresa permanecem relativamente constantes desde 2015.

Evolução da liquidez



O capital de giro da empresa (i.e. ativo circulante menos passivo circulante) continua negativo, cobrindo menos de 57% das obrigações de curto prazo da empresa.

Evolução do capital de giro



O comparativo de ativo circulante e passivo circulante da empresa encontra-se abaixo ilustrado para melhor visualização.

Ativo circulante Vs Passivo circulante



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou melhora em sua posição financeira nos últimos exercícios, embora ainda não possua recursos para quitar suas obrigações de curto prazo. Os aumentos de lucros em 2017 podem vir a contribuir para que a empresa consiga honrar suas obrigações. Essa possibilidade ainda não possui confirmação e, como é normal em momentos de aumento de atividades, pode a empresa vir a requerer capital de giro adicional para financiar o crescimento de suas atividades.

Situação patrimonial

O patrimônio líquido da empresa reduziu substancialmente nos últimos períodos.

Evolução do patrimônio líquido



Tal redução foi decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados dos últimos exercícios, conforme demonstrado abaixo:

Evolução de prejuízos acumulados



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição patrimonial nos últimos exercícios.

Outros pontos de atenção

Nota-se que a empresa possui R$ 1.422.669.541 em ativos permanentes em 30 de junho de 2017.

Apresenta-se abaixo o sumário dos principais agrupamentos de contas presentes nas demonstrações contábeis recebidas:

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	150.817.547	150.226.130	150.296.813	146.773.158
Ativo não-circulante	3.035.738.076	2.946.456.635	2.832.734.365	2.881.575.182
Passivo circulante	(579.626.896)	(244.101.562)	(266.973.365)	(261.019.026)
Passivo não-circulante	(1.737.976.908)	(2.105.587.334)	(2.116.784.000)	(2.166.033.633)
Patrimônio líquido	(868.951.820)	(746.993.869)	(599.273.814)	(601.295.682)
Estoques	-	-	-	-
Permanente	1.583.965.490	1.487.046.150	1.372.823.827	1.422.669.541
Prejuízos acumulados	(552.161.592)	(676.770.997)	(824.491.053)	(822.469.184)
Receita líquida	-	-	-	-
Resultado	(286.398.248)	(124.606.251)	(146.026.410)	2.062.868

Adicionalmente, destaca-se os valores de alguns indices-chave para entender a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, evidenciando a deterioração de sua posição nos últimos exercícios. Destaca-se em especial o capital de giro negativo da empresa.

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
% Margem liquida	n/a	n/a	n/a	n/a
Capital de giro	(428.809.348)	(93.875.432)	(116.676.552)	(114.245.867)
% Liquidez corrente	26,0%	61,5%	56,3%	56,2%
% Liquidez seca	26,0%	61,5%	56,3%	56,2%
% Perfil de endividamento	266,7%	314,6%	397,8%	403,6%

Concessionária SPMAR S.A. ("SPMAR")

Situação econômica

Observa-se que as receitas ordinárias da empresa sofreram redução significativa nos últimos períodos:

Evolução da receita



Os resultados da empresa, assim como sua margem líquida, foram negativos nos últimos 3 exercícios.

Evolução da margem e resultado



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição econômica nos últimos exercícios.

Situação financeira

Face ao passivo crescente da empresa, os índices de liquidez da mesma apresentaram deterioração substancial no período.

Evolução da liquidez



O capital de giro da empresa (i.e. ativo circulante menos passivo circulante) continua crescentemente negativo, cobrindo menos de 20% das obrigações de curto prazo da empresa.

Evolução do capital de giro



O comparativo de ativo circulante e passivo circulante da empresa encontra-se abaixo ilustrado para melhor visualização:

Ativo circulante Vs Passivo circulante



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição financeira nos últimos exercícios, e não dispõe de recursos para quitar suas obrigações de curto prazo, em especial face às reduções de receitas experienciadas nos últimos exercícios.

Situação patrimonial

O patrimônio líquido da empresa reduziu substancialmente nos últimos períodos.

Evolução do patrimônio líquido



Tal redução foi decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados dos últimos exercícios, conforme demonstrado abaixo:

Evolução de prejuízos acumulados



Tais fatores indicam que a empresa enfrentou deterioração de sua posição patrimonial nos últimos exercícios.

Outros pontos de atenção

Nota-se que a empresa possui ativo permanente de R$ 3.526.265.606 em 30 de junho de 2017. Conforme informações da Administração, tal montante representa em sua maioria o direito intangível referente ao contrato de concessão da rodovia "Rodoanel Mario Covas". Quando solicitado, a empresa confirmou que possui embasamento de suporte para mensurar o intangível, embora o mesmo não tenha sido apresentado na petição inicial ou nos autos.

De acordo com a Administração, a concessão gera receitas para a empresa. No entanto, o custo das dívidas da empresa é superior ao planejado.

Apresenta-se abaixo o sumário dos principais agrupamentos de contas presentes nas demonstrações contábeis recebidas:

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	430.913.748	431.366.603	179.691.093	148.830.991
Ativo não-circulante	3.233.047.720	3.487.354.438	3.808.723.810	3.802.080.457
Passivo circulante	(189.071.723)	(248.736.372)	(542.243.033)	(762.845.537)
Passivo não-circulante	(2.219.760.525)	(2.569.691.059)	(2.546.147.911)	(2.442.217.479)
Patrimônio líquido	(1.255.129.221)	(1.100.293.610)	(900.023.959)	(745.848.431)
Estoques	-	-	-	-
Permanente	3.184.335.360	3.372.950.485	3.528.594.235	3.526.265.606
Prejuízos acumulados	(154.131.515)	(338.967.126)	(539.236.777)	(693.412.305)
Receita líquida	824.852.970	431.300.360	279.461.342	122.046.747
Resultado	(94.523.980)	(184.835.610)	(200.269.651)	(154.175.528)

Adicionalmente, destaca-se os valores de alguns índices-chave para entender a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, evidenciando a deterioração de sua posição nos últimos exercícios. Destaca-se em especial a margem líquida negativa da empresa e capital de giro negativo.

Descrição	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
% Margem líquida	-11,5%	-42,9%	-71,7%	-126,3%
Capital de giro	241.842.025	182.630.232	(362.551.939)	(614.014.546)
% Liquidez corrente	227,9%	173,4%	33,1%	19,5%
% Liquidez seca	227,9%	173,4%	33,1%	19,5%
% Perfil de endividamento	191,9%	256,2%	343,1%	429,7%

fls. 2904

Conclusão

Observa-se dentro do contexto apresentado que a crise anunciada é econômica, financeira e patrimonial, dado que as empresas necessitam equacionar os seus passivos, estabilizar receitas futuras, reestruturar seus centros de custos e analisar as condições para melhor aproveitamento dos ativos disponíveis, situação a ser alcançada por meio de soluções de mercado a serem apresentadas no plano de Recuperação Judicial.

fls. 2905

Seção 6
Conclusão

Conclusão

O Consórcio BDOPRO, nomeado perito judicial nos autos do processo de Recuperação Judicial, realizou a análise da viabilidade financeira, econômica e patrimonial do Grupo Heber, além da verificação sumária da correspondência mínima existente entre os dados apresentados pela devedora e a sua realidade fática, conforme os termos do Art. 51, da Lei nº 11.101/05 e a constatação da atividade empresarial *in loco*.

Tratando-se, portanto do Grupo Heber, relevante nos setores de construção civil, infraestrutura e concessões, atividades críticas na economia do país, observa-se que a crise anunciada é econômica, financeira e patrimonial, dado que as empresas necessitam equacionar os seus passivos, estabilizar receitas futuras, reestruturar seus centros de custos e analisar as condições para melhor aproveitamento dos ativos disponíveis, situação a ser enfrentada por meio da Assembleia Geral de Credores diante no Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado pelo Grupo empresarial.

Mediante o exposto neste relatório, o Grupo Heber apresentou parcialmente os documentos exigidos no Art. 51 da Lei nº 11.101/05. Nota-se, de relevante, que há inconsistências nas demonstrações contábeis apresentadas, que devem ser sanadas o mais breve possível, de modo que o Grupo Heber deve ser instado a apresentar, conciliadas e consolidadas, com conteúdo consistente, as suas demonstrações financeiras na data base da impetração.

Com relação aos interesses fiscais, conforme informado no 2º Termo de diligência constante no anexo A, o Grupo Heber esclareceu "Que no tocante à tributação federal a SPMAR recentemente aderiu a penúltima versão de Programa de Regularização Tributária oferecido pelo Governo Federal, de maneira que os executivos das impetrantes neste ato, que salvo alguma pendência ordinária, a questão tributária federal onde há o faturamento relevante (SPMAR) das impetrantes está equacionado. Que quanto ao equacionamento da questão tributária federal do outro braço operacional entre as empresas impetrantes, a Contern, os executivos das impetrantes, neste ato, esclarecem que pretendem a princípio aderir a última versão do Programa de regularização federal a ser definido pela União.".

Por fim, mediante o apresentado nesse relatório, foi averiguada atividade empresarial, emprego de trabalhadores e fomento da atividade local nas empresas do Grupo Heber. Por derradeiro, o Consórcio BDOPRO constatou a insuficiência financeira no caixa do Grupo Heber para o cumprimento de suas obrigações correntes, tendo em vista, substancialmente, a relação faturamento versus endividamento, razão pela qual é do parecer de que há necessidade, data venia, de imediata deliberação judicial a propósito do pedido de deferimento da Recuperação Judicial. Com efeito, neste contexto, não obstante a imposição legal de complementação da documentação e conciliação e consolidação das demonstrações financeiras conforme as divergências ora apontadas, o Consórcio BDOPRO, considerando o princípio da preservação da empresa consagrado no art. 47, da Lei 11.101/05, é do parecer de que seja, com brevidade, deferido o processamento da Recuperação Judicial, clausulada ao cumprimento da obrigação de apresentação da documentação pendente e da conciliação e consolidação, consistentes, das demonstrações financeiras na data base da impetração, no prazo de 30 dias.

Mauro Massao Johashi

Henrique Nelson Calandra

fls. 2907

Seção 7
Anexos



Anexos

Seguem abaixo a relação dos documentos utilizados para a elaboração do presente relatório:

Anexo	Documento
A	Termos de diligência
B	Organograma societário
C	Tabela com a relação dos documentos apresentados na petição inicial e a adequação aos critérios exigidos conforme Art. 51 da Lei 11.101/05
D	*E-mail* de esclarecimento dos documentos faltantes do Art. 51 da Lei 11.101/05
E	Termos de constatação de atividade *in loco* do Grupo Heber
F	Demonstrações contábeis (Planilha eletrônica, papéis de trabalho de confronto entre demonstrativos, e pareceres de auditoria)
G	Estatutos sociais das empresas do Grupo Heber
H	Petição do Grupo Heber se manifestando acerca da petição da Caixa Econômica Federal

Documentos faltantes

Seguem abaixo a relação dos documentos não juntados na Petição Inicial da Administração do Grupo Heber:

Documento
Documentos faltantes conforme mencionado na Seção 3 referente aos requisitos do Art. 51 da Lei 11.101/05 e detalhados no anexo C



Anexo A

Termos de diligência

TERMO DE DILIGÊNCIA

Recuperação Judicial nº 1080871-98.2017.8.26.0100

Perante o CONSÓRCIO BDOPRÓ, inscrito sob o CNPJ/MF nº 23.661.399/0001-57, nomeado nos autos da Recuperação Judicial nº 1080871-98.2017.8.26.0100, para a realização e consecução da perícia prévia e constatação da real situação de funcionamento das peticionantes do referido processo, em seu escritório Rua Itaquera nº 384, Pacaembu, São Paulo/SP, compareceram os advogados Ivo Waisberg, OAB/SP nº 146.176, Bruno Kurzweil de Oliveira, OAB/SP nº 248.704, Renato Fermiano Tavares, OAB/SP nº 236.172, e Gilberto Gornati, OAB/SP nº 296.778, os quais prestaram os seguintes esclarecimentos:

1. Que a impetração da recuperação judicial do Grupo Heber compreendeu as empresas listadas na petição inicial em epígrafe, entretanto, seu organograma societário é mais amplo, conforme Anexo A a este Termo de Diligência.

2. Que o critério de seleção das empresas impetrantes no âmbito do Grupo Heber decorre da necessidade de saneamento do endividamento em nome de cada uma delas, havendo garantias cruzadas, reais e fidejussórias, vis-à-vis a sinergia operacional entre as diversas empresas peticionantes para a formação do critério que orientou o referido pedido de recuperação judicial.

3. Que ratificam o "Doc. 13" que instruiu o pedido de recuperação, cujos documentos estão sendo providenciados. Que no referido "Doc. 13" consta como pendência a declaração de bens do Sr. Armando Franchini Júnior, o qual corresponde ao cargo de Conselheiro de Administração da impetrante SPMAR. Que o aludido Sr. ocupa o referido cargo por conta da indicação do acionista minoritário KANDARPA PARTICIPAÇÕES S.A., de modo que, não obstante o cargo, não possui uma participação estrita com a administração executiva da referida impetrante.

4. Que as empresas impetrantes encontram-se, em razão da sinergia supramencionada, em atividade, sendo que todas

estão a funcionar operacionalmente, salvo a impetrante Águas de Itu que está sendo reposicionada, razão pela qual esta impetrante, ao juízo dos impetrantes, encontra-se viva e em atividade. Que as holdings se encontram em atividade própria de seus respectivos objetos sociais.

5. Que o endividamento global compreendido na recuperação judicial é de R$ 7.856.295.271,55.

6. Que em razão do critério esclarecido no item 2 acima, a princípio, as recuperandas pretendem apresentar um único plano de recuperação judicial.

7. Que, para a realização da constatação da real situação de funcionamento das peticionantes do referido processo, foi solicitado aos advogados das impetrantes os documentos referidos no Anexo B deste Termo de Diligência.

8. Que o CONSÓRCIO BDOPRÓ, bem como os advogados das impetrantes, se reunirão as 14:30 na sede das impetrantes, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2012, 5º andar, São Paulo/SP, e deverão se reunir as 18:00 no escritório das consorciadas do CONSÓRCIO BDOPRÓ, para que sejam apresentados os representantes das impetrantes, bem como os assessores financeiros que atuaram no processo em epígrafe.

9. Que os advogados das impetrantes se comprometeram a encaminhar e acompanhar os representantes do CONSÓRCIO BDOPRÓ para verificação das instalações das impetrantes na data de 18/08/2017, em conjunto com representantes das impetrantes.

Não havendo mais o que tratar, encerraram os trabalhos na presente data para que sejam tomadas as providências aqui registradas, bem como encaminhada a constatação da real situação de funcionamento das peticionantes do referido processo.

São Paulo, 17 de agosto de 2017.

[assinaturas seguem na próxima página]

CONSÓRCIO BDOPRÓ

Dr. Ricardo Hasson Sayeg

Mauro Massao Johashi

Advogados das Impetrantes:

Ivo Waisberg
OAB/SP nº 146.176

Bruno Kurzweil de Oliveira
OAB/SP nº 248.704

Renato Fermiano Tavares
OAB/SP nº 236.172

Gilberto Gornati
OAB/SP nº 296.778

TERMO DE DILIGÊNCIA

Recuperação Judicial nº 1080871-98.2017.8.26.0100

Perante o CONSÓRCIO BDOPRÓ, inscrito sob o CNPJ/MF nº 23.661.399/0001-57, nomeado nos autos da Recuperação Judicial nº 1080871-98.2017.8.26.0100, para a realização e consecução da perícia prévia e constatação da real situação de funcionamento das peticionantes do referido processo, em seu escritório Rua Itaquera nº 384, Pacaembu, São Paulo/SP, compareceram, às 18:00 horas, os advogados Bruno Kurzweil de Oliveira, OAB/SP nº 248.704, Renato Fermiano Tavares, OAB/SP nº 236.172 e Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo, inscrito na OAB/SP nº 315.365, acompanhando os executivos do Grupo Heber, senhores Almir Bittencourt Paceli Jr, brasileiro, solteiro, com documento de identidade RG nº 46.391.054-0, com CPF/MF nº 383.381.648-10, e Rodrigo Miranda, brasileiro, contador, casado, com documento de identidade RG nº 27.823.141, com CPF/MF nº 200.079.408-40, ambos com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012, 5º andar, São Paulo/SP; assim como a assessoria financeira especialmente contratada para a recuperação judicial Galeazzi & Associados, com sede na Rua Hungria, 1240, 7º andar, Jardim Europa, São Paulo/SP, representada por Flávio Alves Rodrigues, brasileiro, casado, advogado, com documento de identidade RG nº 15.138.144-6, com CPF/MF nº 100.699.428-97, Bruno Queiroz, brasileiro, casado, administrador de empresas, com documento de identidade RG nº 9601519-3, com CPF/MF nº 043.034.547-02 e Luiz Claudio Salgueiro Galeazzi, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, com documento de identidade RG nº 12.693.096-X, com CPF/MF nº 060.110.628-81; os quais prestaram os seguintes esclarecimentos: A recuperação judicial do Grupo Heber compreende as empresas: 1) Heber Participações S/A, que corresponde a holding do Grupo, que nesta qualidade é devedora solidária de grande parte do endividamento do Grupo em razão de garantias fidejussórias prestadas, além de possuir endividamento em nome próprio; 2) CIBE Participações e Empreendimentos S/A, que corresponde a holding na área de infraestrutura, notadamente quanto à concessão do rodoanel, trecho sul e leste, embaixo da Heber Participações; 3) CIBE Investimentos e Participações S/A, que corresponde a uma terceira holding embaixo da CIBE Participações; 4) Doreta Empreendimentos e Participações S/A, que corresponde a uma quarta holding embaixo da CIBE Investimentos; 5) Infra Bertin

Empreendimentos S/A, que corresponde a uma quinta holding embaixo da Doreta e controladora da concessionaria SPMAR, que detém a concessão dos referidos trechos do rodoanel; 6) Concessionária SPMAR S/A, que corresponde a empresa detentora da referida concessão dos trechos do rodoanel (esclarece que esta estruturação societária de 5 holdings para a titularidade do controle da concessionaria SPMAR teve o propósito de propiciar a captação de investimentos com a preservação do controle da empresa concessionária, todas prestadoras de garantias fidejussórias de parte substancial das dividas listadas na impetração); 7) Compacto Participações S/A, que corresponde a outra holding que detêm participações societárias de empresas do Grupo do setor de geração de energia, que, contudo, outorgou garantias fidejussórias de parte do endividamento listado na impetração; 8) Comapi Agropecuária S/A, que corresponde a holding controladora do braço de construção civil do Grupo Heber, a qual prestou garantia fidejussória e real de parte substancial do endividamento listado na impetração; 9) Contern Construções e Comércio Ltda, que corresponde a empreiteira de obras relativas a infraestrutura requeridas por negócios privados e concessões públicas; 10) Águas de Itu Gestão Empresarial S/A, que corresponde a empresa titular da concessão de água e esgoto da cidade de Itu/SP, atualmente em litígio arbitral com a municipalidade, via de consequência, operacionalmente suspensa (a holding Heber Participações é devedora solidária de parte do endividamento da Águas de Itu, listado na impetração). Que, o controle societário sobre a holding Heber Participações; Comapi Agropecuária S/A; e, Águas de Itu é comum, notadamente composto por Berf Participações S/A, Viamar Participações S/A, Reivo Participações S/A, Horlof Participações S/A, Juferb Participações S/A, todas empresas patrimoniais familiares da família Bertin (as impetrantes entregarão a cópia dos livros de registro de ações nominativas). Que todas as empresas impetrantes encontram-se em atividade, cada qual de acordo com o seu escopo, com o endividamento interligado e ramificado entre elas, inclusive no que tange a impetrante Águas de Itu, que tem o propósito de retomar a concessão de Itu e de se reestruturar para a prospecção de novas concessões a partir de sua capacitação técnica representada pelo atestado do concedente em face da própria concessão referida. Que a princípio, como já esclarecido, será elaborado um único plano de recuperação judicial. Que o Grupo Heber contratou a consultoria de primeira linha e amplamente reconhecida no segmento da reestruturação empresarial

Galeazzi & Associados. Que os representantes da consultoria aqui presentes confirmam neste ato a contratação dos mesmos para coordenar a reestruturação financeira da recuperação judicial e que, a princípio, é realmente caso de apresentação de um único plano de recuperação judicial consolidado, o qual, neste momento, faz sentido com a participação de todas as empresas listadas como impetrantes, tendo em vista a interligação e ramificação do endividamento listado na impetração vis-à-vis a capacidade operacional e patrimonial de geração de condições para a formulação do plano de recuperação judicial e satisfação dos credores. Que os executivos do Grupo Heber confirmam a informação prestada pela Galeazzi, inclusive credenciam expressamente os representantes da Galeazzi & Associados aqui presentes para prestarem os esclarecimentos requeridos. Que expressamente munidos de poderes conforme as procurações que instruíram a petição inicial da impetração, os e. advogados responsáveis pela impetração aqui presentes confirmam neste ato em nome das impetrantes que prestarão os esclarecimentos e acompanharão os atos requeridos, em conjunto ou individualmente, os senhores Almir Bittencourt Paceli Jr., Rodrigo Miranda e Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo. Que a atividade das empresas impetrantes listadas de nºs. 1 a 7 corresponde à concessão do rodoanel. Que a atividade das empresas impetrantes listadas nos nºs. 8 e 9 corresponde à construção civil (empreiteiras), tendo neste exato momento como projetos ativos e operantes: a) Consórcio Construtor Belo Monte; b) Aeroporto Executivo de São Roque, no bairro Santa Catarina, com a execução do projeto iniciada pela impetrante Contern, com os serviços de aterro e drenagem, atualmente negociando com o cliente JHSF a prospecção dos serviços subsequentes de pavimentação; c) Execução do plano de obras do rodoanel por conta da concessão de titularidade da SPMAR, entre as quais (SPMAR e Contern) há um contrato de empreitada global, que outorga à Contern a pré contratação dos respectivos serviços de engenharia e construção civil (as impetrantes apresentarão o instrumento contratual respectivo). Que a atividade da empresa listada no nº 10, Águas de Itu, como dito, corresponde às ações empresariais notadamente de reestruturação e reengenharia operacional com vista ao restabelecimento da concessão de Água e Esgoto de Itu, e prospecção de outras concessões da mesma natureza. Que embora a impetrante Águas de Itu tenha sido, no tocante à concessão de água e esgoto de Itu, alvo de intervenção e respectivo decreto de caducidade por parte da Prefeitura local, os

executivos do Grupo Heber aqui presentes, asseguram neste ato, que a empresa encontra-se em atividade na perspectiva retro declinada, ou seja, a empresa, para tal fim, é tocada pelo executivo estatutário José Donizete Domingues que acumula cargo e função no setor de licitações e obras na Contern, que salvo engano, é a responsável pelo pagamento do salário do mesmo. Que o outro estatutário trata-se do senhor Fernando Antonio Bertin, membro da família controladora do grupo. Que a impetrante Heber Participações é quem arca com os compromissos financeiros da impetrante Águas de Itu. Que a impetrante Águas de Itu se sustenta operacionalmente na atividade declinada compartilhando a estrutura da impetrante Heber Participações. Que as empresas impetrantes representam em torno de 1.500 postos de trabalho ativos e um faturamento anual por volta de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Que a empresa impetrante SPMAR é a responsável pela maior parte do faturamento, em torno de 90%. Que instruindo a petição inicial consta a lista de empregados com cargos e salários. Que no tocante à tributação federal a SPMAR recentemente aderiu a penúltima versão de Programa de Regularização Tributária oferecido pelo Governo Federal, de maneira que os executivos das impetrantes neste ato, que salvo alguma pendência ordinária, a questão tributária federal onde há o faturamento relevante (SPMAR) das impetrantes está equacionado. Que quanto ao equacionamento da questão tributária federal do outro braço operacional entre as empresas impetrantes, a Contern, os executivos das impetrantes, neste ato, esclarecem que pretendem a princípio aderir a última versão do Programa de regularização federal a ser definido pela União. Que ratifica os motivos da impetração da recuperação judicial, declinados na recuperação judicial. Que especialmente destaca o pedido de falência requerido pelo Banco Fibra contra a impetrante Contern, de sorte que, a impetração da recuperação judicial foi também para efetivamente enfrentar do modo legalmente previsto a elevada exposição de risco de falência que estava sujeito o Grupo Heber. Que a seleção das empresas impetrantes da recuperação foi criteriosa, diante da interligação e ramificação do endividamento conforme já retro declinado, tanto que, como se vê no organograma empresarial oferecido pelas impetrantes na diligência pela manhã do presente dia, foram escolhidas aquelas listadas na petição inicial que ao juízo das impetrantes justificam o litisconsórcio ativo tendo sido deixado de fora da recuperação judicial aquelas que, a princípio, não justificariam estar em recuperação judicial no momento em que ocorreu a

impetração. Que com exceção da impetrante Comapi, todas as demais impetrantes são auditadas anualmente, salvo a impetrante SPMAR que tem periodicidade na auditoria semestral. Que na data da impetração, por conta da periodicidade, somente está em curso o serviço de auditoria da impetrante SPMAR, tendo sido contratada a empresa Grant Thornton, que corresponde a uma auditoria independente internacional de primeira linha (as impetrantes apresentarão o contrato vigente). Que as impetrantes se pré dispõem a estender os serviços de auditoria independente da Grant Thornton à serviço de revisão trimestral no curso da recuperação judicial, dependendo da disponibilidade de caixa e valor de orçamento quanto ao respectivo dispêndio. Que a documentação poderá ser encaminhada por e-mail por parte dos representantes das impetrantes, sendo que o Dr. Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo, apoiado em seu grau de advogado, desde já assegura que sejam autenticas cópia do respectivo original. Não havendo mais o que tratar, encerraram os trabalhos na presente data para que sejam tomadas as providências aqui registradas, bem como encaminhada a constatação da real situação de funcionamento das peticionantes do referido processo.

São Paulo, 17 de agosto de 2017.

CONSÓRCIO BDOPRÓ

Ricardo Hasson Sayeg Mauro Massao Johashi

Pelas impetrantes:

Bruno Kurzweil de Oliveira
OAB/SP nº 248.704

Renato Fermiano Tavares
OAB/SP nº 236.172

Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo,
OAB/SP nº 315.365

[assinaturas seguem na próxima página]

Rodrigo Miranda
Controler CRC 199433/O-SP

Almir Bittencourt Paceli Jr
Diretor Operacional

GALEAZZI & ASSOCIADOS

Bruno Queiroz

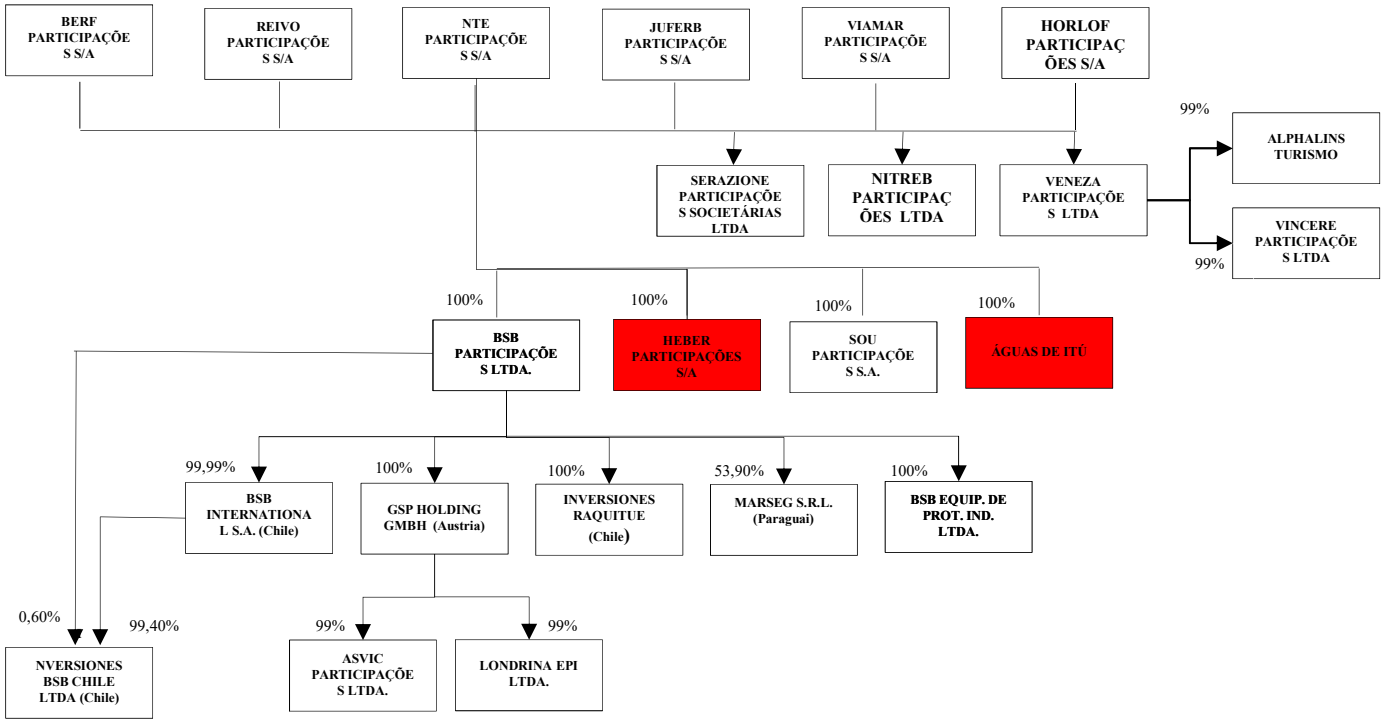
Luiz Claudio Salgueiro Galeazzi

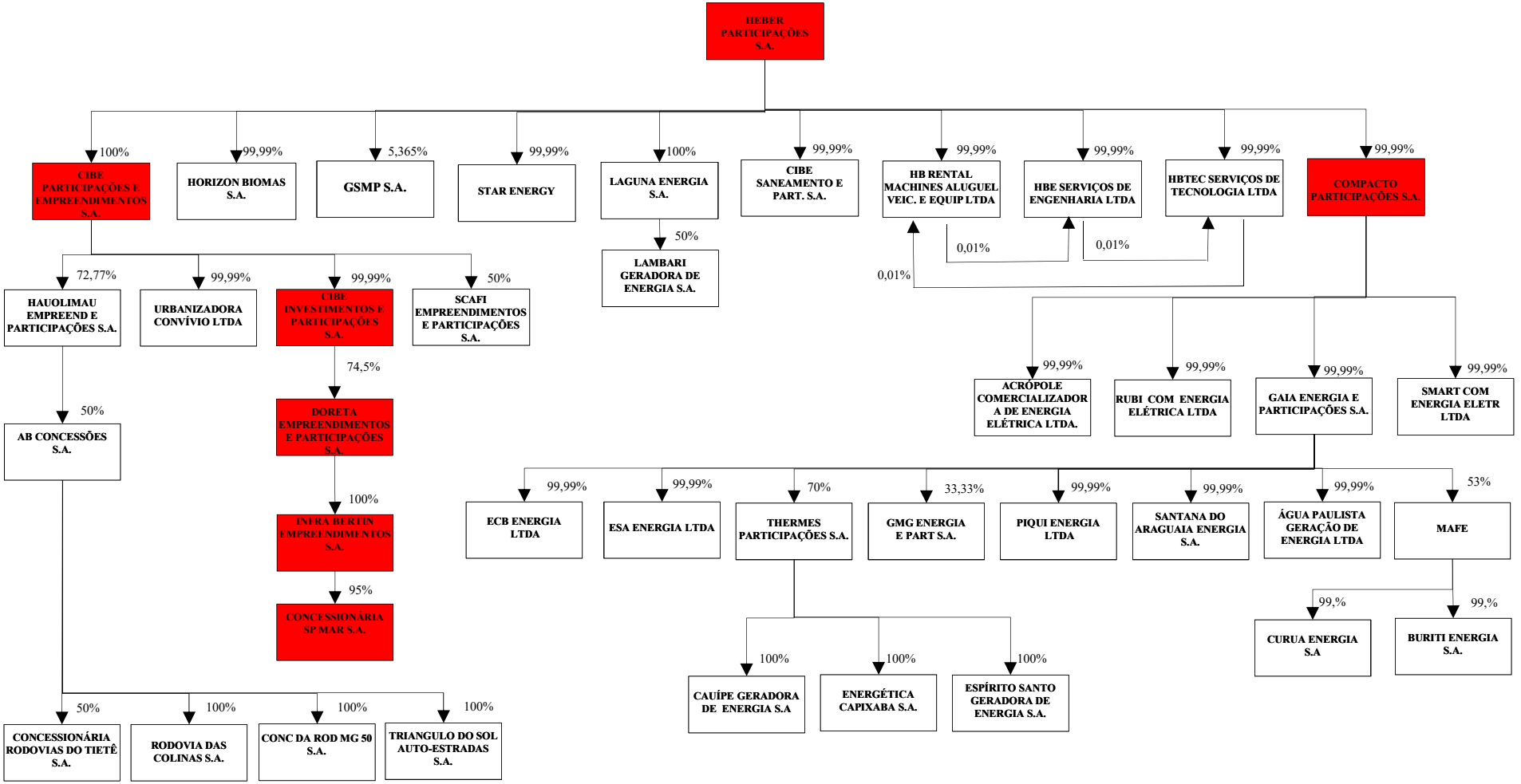
Flávio Alves Rodrigues

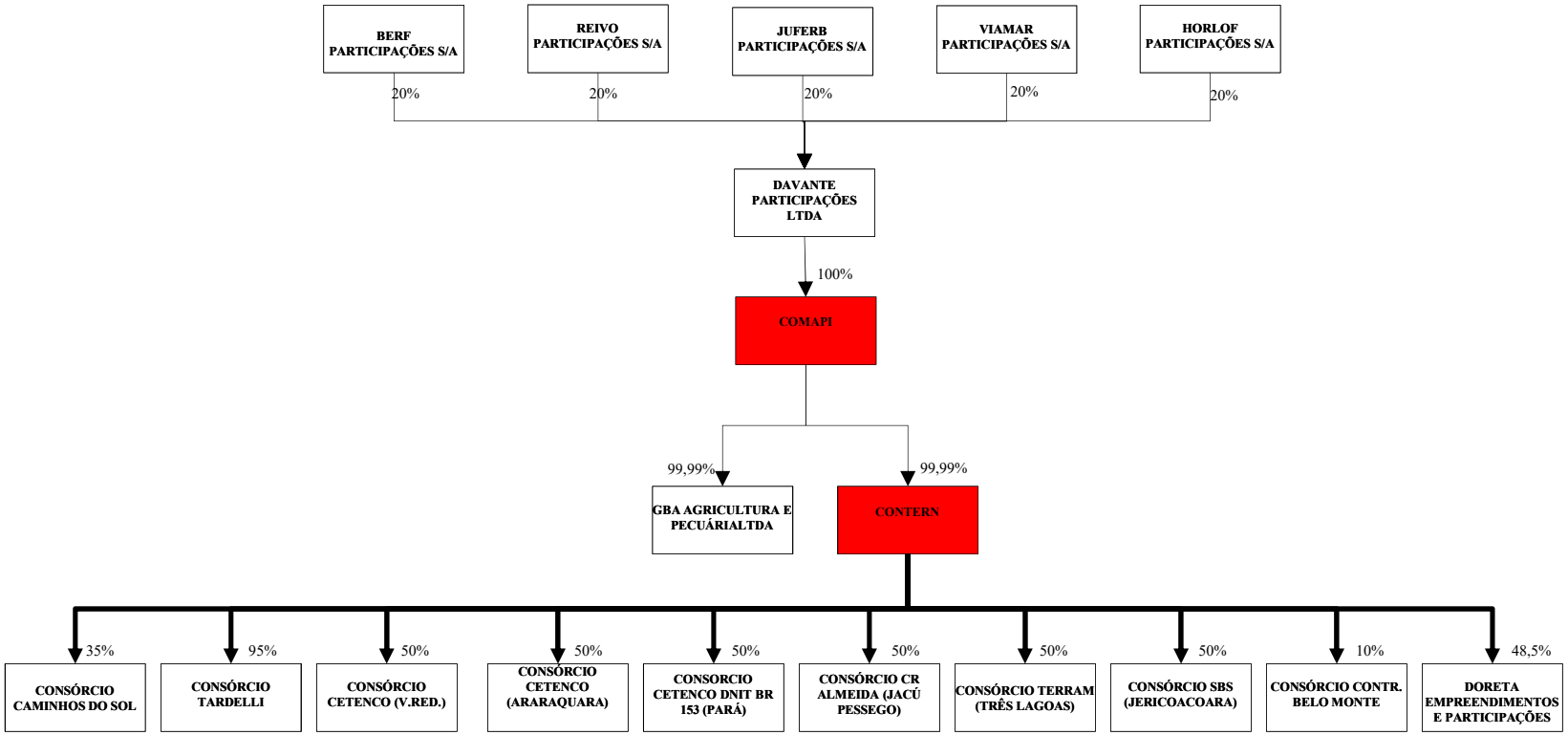
Anexo B

Organograma societário

Organograma Societário




HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.
100%
CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
99,99%
HORIZON BIOMAS S.A.
5,365%
GSMP S.A.
99,99%
STAR ENERGY
100%
LAGUNA ENERGIA S.A.
50%
LAMBARI GERADORA DE ENERGIA S.A.
99,99%
CIBE SANEAMENTO E PART. S.A.
99,99%
HB RENTAL MACHINES ALUGUEL VEIC. E EQUIP LTDA
99,99%
HBE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
99,99%
HBTEC SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA
99,99%
COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.
0,01%
0,01%
0,01%
72,77%
HAUOLIMAU EMPREEND E PARTICIPAÇÕES S.A.
99,99%
URBANIZADORA CONVÍVIO LTDA
99,99%
CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
50%
SCAFI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
50%
AB CONCESSÕES S.A.
74,5%
DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
100%
INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.
95%
CONCESSIONÁRIA SP MAR S.A.
50%
CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.
100%
RODOVIA DAS COLINAS S.A.
100%
CONC DA ROD MG 50 S.A.
100%
TRIANGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S.A.
99,99%
ACRÓPOLE COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
99,99%
RUBI COM ENERGIA ELÉTRICA LTDA
99,99%
GAIA ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
99,99%
SMART COM ENERGIA ELETR LTDA
99,99%
ECB ENERGIA LTDA
99,99%
ESA ENERGIA LTDA
70%
THERMES PARTICIPAÇÕES S.A.
33,33%
GMG ENERGIA E PART S.A.
99,99%
PIQUI ENERGIA LTDA
99,99%
SANTANA DO ARAGUAIA ENERGIA S.A.
99,99%
ÁGUA PAULISTA GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA
53%
MAFE
100%
CAUÍPE GERADORA DE ENERGIA S.A
100%
ENERGÉTICA CAPIXABA S.A.
100%
ESPÍRITO SANTO GERADORA DE ENERGIA S.A.
99,%
CURUA ENERGIA S.A
99,%
BURITI ENERGIA S.A.


BERF PARTICIPAÇÕES S/A
REIVO PARTICIPAÇÕES S/A
JUFERB PARTICIPAÇÕES S/A
VIAMAR PARTICIPAÇÕES S/A
HORLOF PARTICIPAÇÕES S/A
20%
20%
20%
20%
20%
DAVANTE PARTICIPAÇÕES LTDA
100%
COMAPI
99,99%
99,99%
GBA AGRICULTURA E PECUÁRIALTDA
CONTERN
35%
95%
50%
50%
50%
50%
50%
50%
10%
48,5%
CONSÓRCIO CAMINHOS DO SOL
CONSÓRCIO TARDELLI
CONSÓRCIO CETENCO (V.RED.)
CONSÓRCIO CETENCO (ARARAQUARA)
CONSORCIO CETENCO DNIT BR 153 (PARÁ)
CONSÓRCIO CR ALMEIDA (JACÚ PESSEGO)
CONSÓRCIO TERRAM (TRÊS LAGOAS)
CONSÓRCIO SBS (JERICOACOARA)
CONSÓRCIO CONTR. BELO MONTE
DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Anexo C

Tabela com a relação dos documentos apresentados na petição inicial e a adequação aos critérios exigidos conforme Art. 51 da Lei 11.101/05

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Heber Participações S.A.	COMAPI Agropecuária S.A.	Contern Construções e Comércio Ltda.
I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;	Petição inicial	Status Folhas Comentários	Ok Fls. 17/ 23 N/ A	Ok Fls. 17/ 23 N/ A	Ok Fls. 17/ 23 N/ A
II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:					
a) balanço patrimonial;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários Comentários	OK Fls. 524 a 542 A data base das demostrações contábeis são relativas a 31/ 12/ 2014, 31/ 12/ 2015, 31/ 12/ 2016 e 30/ 06/ 2017. Página 541 está ilegível no processo, mas a cópia que recebemos não.	OK Fls. 543 a 575 A data base das demostrações contábeis são relativas a 31/ 12/ 2014, 31/ 12/ 2015, 31/ 12/ 2016 e 30/ 06/ 2017. Pág 574 ilegível	OK Fls. 576 a 615 A data base das demostrações contábeis são relativas a 31/ 12/ 2014, 31/ 12/ 2015, 31/ 12/ 2016 e 30/ 06/ 2017.
b) demonstração de resultados acumulados;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários	OK** Fls. 524/ 542 **Conforme esclarecimentos do Grupo Heber, as demonstrações do resultado acumulado estão presente no próprio balanço patrimonial das Companhias na parte do Passivo - Resultados Acumulados - Lucro/ Prejuízo acumulado, -assim como no balanço especial levantado no pedido inicial datado em 30/ 06/ 2017. No entanto, se o artigo 51 se refere a demonstração das mutações do patrimônio líquido que tem por finalidade as alterações que ocorreram em determinado execício no patrimônio líquido das Companhias e que é parte integrante das demonstrações contábeis conforme o Comitê de Pronunciamento Contábil, os mesmos só foram apresentados no parecer de auditoria, ou seja, em 2015.	OK** Fls. 543/ 575 **Conforme esclarecimentos do Grupo Heber, as demonstrações do resultado acumulado estão presente no próprio balanço patrimonial das Companhias na parte do Passivo - Resultados Acumulados - Lucro/ Prejuízo acumulado, -assim como no balanço especial levantado no pedido inicial datado em 30/ 06/ 2017. No entanto, se o artigo 51 se refere a demonstração das mutações do patrimônio líquido que tem por finalidade as alterações que ocorreram em determinado execício no patrimônio líquido das Companhias e que é parte integrante das demonstrações contábeis conforme o Comitê de Pronunciamento Contábil, os mesmos não foram apresentados.	OK** Fls. 576/ 615 **Conforme esclarecimentos do Grupo Heber, as demonstrações do resultado acumulado estão presente no próprio balanço patrimonial das Companhias na parte do Passivo - Resultados Acumulados - Lucro/ Prejuízo acumulado, -assim como no balanço especial levantado no pedido inicial datado em 30/ 06/ 2017. No entanto, se o artigo 51 se refere a demonstração das mutações do patrimônio líquido que tem por finalidade as alterações que ocorreram em determinado execício no patrimônio líquido das Companhias e que é parte integrante das demonstrações contábeis conforme o Comitê de Pronunciamento Contábil, os mesmos só foram apresentados no parecer de auditoria, ou seja, em 2015.
c) demonstração do resultado desde o último exercício social;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários	OK Fls. 524/ 542	OK Fls. 543/ 575	OK Fls. 576/ 615
d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários	OK Fls. 524/ 542 Projeção de fluxo de caixa: 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018	OK Fls. 543/ 575 Projeção de fluxo de caixa: 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018	OK Fls. 576/ 615 Projeção de fluxo de caixa: 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018
III – a relação nominal completa dos credores,	Doc. 7-A a 7-J:	Status	Substancial	Substancial	Substancial

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Heber Participações S.A.	COMAPI Agropecuária S.A.	Contern Construções e Comércio Ltda.
inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente;	Relações nominais dos credores das Requerentes	Folhas	Fls. 788/ 795	fls. 796/ 802	fls. 803/ 813
		Comentários	Credores quirografários, extraconcursais e fiscal (extraconcursal)	Credores quirografários, extraconcursais e fiscal (extraconcursal)	Credores quirografários, quirografários ME-EPP, extraconcursais e fiscal (extraconcursal)
		Comentários	Caso exista: falta natureza, valor atualizado do crédito, discriminação da origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente	Caso exista: falta natureza, valor atualizado do crédito, discriminação da origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente	Caso exista: falta natureza, valor atualizado do crédito, discriminação da origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente
		Comentários	Existem partes relacionadas de empresas dentro da Recuperação Judicial que estão na relação de credores	Existem partes relacionadas de empresas dentro da Recuperação Judicial que estão na relação de credores	Existem partes relacionadas de empresas dentro da Recuperação Judicial que estão na relação de credores
IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;	Doc. 8-A a 8-J: Relações dos funcionários das requerentes	Status	Ok	Substancial	Substancial
		Folhas	Fls. 860/ 861	Fls. 862/ 863	Fls. 864/ 866
		Comentários	NÃO possui empregados (02/ 08/ 2017)	FALTA: SE HOUVER indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento. Obs. NÃO tem data-base	FALTA: SE HOUVER, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento. Obs. NÃO tem data-base
V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;	Doc. 1-A a 1-J :Procuração e demais contratos sociais	Status	Ok	Ok	Ok
		Folhas	Fls. 35/ 67	Fls. 68/ 92	Fls. 93/ 107
		Comentários	N/ A	N/ A	N/ A
V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;	Doc. 3-A a 3-J: Deliberação dos administradores das	Status	OK	OK	Ok
		Folhas	Fls. 364/ 367	Fls. 368/ 370	Fls. 371/ 372
		Comentários	N/ A	N/ A	N/ A

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Heber Participações S.A.	COMAPI Agropecuária S.A.	Contern Construções e Comércio Ltda.
VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;	Doc. 12-A a 12-J: Relação de bens dos sócios	Status Folhas Comentários	Substancial fls. 2158/ 2181 Relação de bens dos seguintes sócios: Horlof Participações S.A., Reivo Participações S.A., Juferb Participações S.A., Berf Participações S.A., Viamar Participações S.A., Mario Henrique Frare Bertin, Reinaldo Bertin, Silmar Roberto Bertin, Fernando Antonio Bertin, falta a relação de bens da NTE Participações S.A..	Ok Fls. 2182/ 2194 Relação de bens dos seguintes sócios: Davante Participações Ltda., Fernando Antonio Bertin, Reinaldo Bertin, Silmar Roberto Bertin,	Ok Fls. 2195/ 2202 Relação de bens dos seguintes sócios: COMAPI Agropecuária S.A., Contern - Construções e Comércio Ltda., Reinaldo Bertin.
VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;	Doc. 9-A a 9-J: Extratos bancários atualizados das requerentes	Status Folhas Comentários	Ok fls. 888/ 893 Bradesco (04/ 07/ 2017), Safra (01/ 06/ 2017) a (30/ 06/ 2017), Itaú (01/ 06/ 2017 a 13/ 07/ 2017), Banco do Brasil (06/ 2017)	Ok fls 894/ 903 Original (01/ 01/ 2017 a 06/ 06/ 2017), Santander (05/ 05/ 2017 a 03/ 07/ 2017), CEF (06/ 2017), Bradesco (04/ 07/ 2017), Itaú (13/ 07/ 2017), Votorantim (05/ 2017), Banco do Brasil (06/ 2017)	Ok fls. 904/ 938 Santander (01/ 06/ 2017 a 30/ 06/ 2017), Banco do Brasil (06/ 2017), Banrisul (24/ 05/ 2017), CEF (30/ 06/ 2017), Bonsucesso (30/ 06/ 2017), Banco Fibra (30/ 06/ 2017), Bradesco (04/ 07/ 2017), BMG (06/ 2017), CCB (03/ 07/ 2017), Safra (30/ 06/ 2017), PINE (30/ 06/ 2017), Banco Votorantim (30/ 06/ 2017), Itaú (30/ 06/ 2017)
		Comentários	NÃO são extratos na data-base da RJ (16/ 08/ 2017). Faltou: eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras	NÃO são extratos na data-base da RJ (16/ 08/ 2017). Faltou: eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras	NÃO são extratos na data-base da RJ (16/ 08/ 2017). Faltou: eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras
VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;	Doc. 10-A a 10-J: Certidões e protesto	Status Folhas Comentários	Ok fls. 1051/ 1075 N/ A	Ok fls. 1076/ 1132 N/ A	Ok fls. 1133/ 1199 N/ A
IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.	Doc. 11-A a 11-J: Relação de processos judiciais	Status Folhas Comentários	Ok fls. 1385/ 1475 Verificar juntamente com docs. 4 e 5	Ok Fls. 1446/ 1474 Verificar juntamente com docs. 4 e 5	Ok Fls. 1475/ 1716 Verificar juntamente com docs. 4 e 5
IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.	Doc. 4-A a 4-J: Certidões de distribuição falimentar	Status	OK	OK	Ok
		Folhas	Fls. 396/ 397	Fls. 398/ 399	Fls. 400/ 401

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Heber Participações S.A.	COMAPI Agropecuária S.A.	Contern Construções e Comércio Ltda.
		Comentários	Verificar juntamente com docs. 5 e 11	Verificar juntamente com docs. 5 e 11	Verificar juntamente com docs. 5 e 11
IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.	Doc. 5-A a 5-J: Certidões de distribuição criminal	Status	Substancial	Substancial	Substancial
		Folhas	Fls. 417/ 431	Fls. 432/ 442	Fls. 443/ 447
		Comentários	Verificar juntamente com docs. 4 e 11. Falta as certidões de distribuição dos seguintes sócios: Silmar Roberto Bertin, Reinaldo Bertin, Fernando Antonio Bertin, Natalino Bertin, Marcos Abreu Fonseca, Ricardo Leonel D`ercole. Conforme explicação da Administração do Grupo foi juntado na petição inicial o protocolo de solicitação de emissão das certidões pelo TJ (fls: 424 - 431).	Verificar juntamente com docs. 4 e 11. Falta as certidões de distribuição dos seguintes sócios: Silmar Roberto Bertin, Reinaldo Bertin, Fernando Antonio Bertin, Natalino Bertin, Marcos Abreu Fonseca, Ricardo Leonel D`ercole. Conforme explicação da Administração do Grupo foi juntado na petição inicial o protocolo de solicitação de emissão das certidões pelo TJ (fls: 424 - 431).	Verificar juntamente com docs. 4 e 11. Falta as certidões de distribuição dos seguintes sócios: Silmar Roberto Bertin, Reinaldo Bertin, Fernando Antonio Bertin, Natalino Bertin, Marcos Abreu Fonseca, Ricardo Leonel D`ercole. Conforme explicação da Administração do Grupo foi juntado na petição inicial o protocolo de solicitação de emissão das certidões pelo TJ (fls: 424 - 431).
	Doc. 2-A a 2-J : Procur	Status	OK	OK	Ok
N/ A		Folhas	Fls. 232/ 326	Fls. 327/ 330	Fls. 331/ 334
		Comentários	N/ A	N/ A	N/ A

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Compacto Participações S.A. (Bertin)	CIBE Participações e Empreendimentos S.A.
I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;	Petição inicial	Status Folhas Comentários	Ok Fls. 17/ 23 N/ A	Ok Fls. 17/ 23 N/ A
II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:				
a) balanço patrimonial;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários Comentários	OK Fls. 616 a 634 A data base das demostrações contábeis são relativas a 31/ 12/ 2014, 31/ 12/ 2015, 31/ 12/ 2016 e 30/ 06/ 2017.	OK Fls. 635 a 657 A data base das demostrações contábeis são relativas a 31/ 12/ 2014, 31/ 12/ 2015, 31/ 12/ 2016 e 30/ 06/ 2017.
b) demonstração de resultados acumulados;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários	OK** Fls. 616/ 634 **Conforme esclarecimentos do Grupo Heber, as demonstrações do resultado acumulado estão presente no próprio balanço patrimonial das Companhias na parte do Passivo - Resultados Acumulados - Lucro/ Prejuízo acumulado, -assim como no balanço especial levantado no pedido inicial datado em 30/ 06/ 2017. No entanto, se o artigo 51 se refere a demonstração das mutações do patrimônio líquido que tem por finalidade as alterações que ocorreram em determinado execício no patrimônio líquido das Companhias e que é parte integrante das demonstrações contábeis conforme o Comitê de Pronunciamento Contábil, os mesmos só foram apresentados no parecer de auditoria, ou seja, em 2015..	OK** Fls. 635/ 657 **Conforme esclarecimentos do Grupo Heber, as demonstrações do resultado acumulado estão presente no próprio balanço patrimonial das Companhias na parte do Passivo - Resultados Acumulados - Lucro/ Prejuízo acumulado, -assim como no balanço especial levantado no pedido inicial datado em 30/ 06/ 2017. No entanto, se o artigo 51 se refere a demonstração das mutações do patrimônio líquido que tem por finalidade as alterações que ocorreram em determinado execício no patrimônio líquido das Companhias e que é parte integrante das demonstrações contábeis conforme o Comitê de Pronunciamento Contábil, os mesmos só foram apresentados no parecer de auditoria, ou seja, em 2015 e 2016..
c) demonstração do resultado desde o último exercício social;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários	OK Fls. 616/ 634	OK Fls. 635/ 657
d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários	OK Fls. 616/ 634 Projeção de fluxo de caixa: 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018	OK Fls. 635/ 657 Projeção de fluxo de caixa: 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018
III – a relação nominal completa dos credores,	Doc. 7-A a 7-J:	Status	Substancial	Substancial

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Compacto Participações S.A. (Bertin)	CIBE Participações e Empreendimentos S.A.
inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente;	Relações nominais dos credores das Requerentes	Folhas	FLS. 814/ 819	fls. 820/ 825
		Comentários	Credores quirografários, quirografários ME-EPP e fiscal (extraconcursal)	Credores quirografários, quirografários ME-EPP e fiscal (extraconcursal)
		Comentários	Caso exista: falta natureza, valor atualizado do crédito, discriminação da origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente	Caso exista: falta natureza, valor atualizado do crédito, discriminação da origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente
		Comentários	Existem partes relacionadas de empresas dentro da Recuperação Judicial que estão na relação de credores	Existem partes relacionadas de empresas dentro da Recuperação Judicial que estão na relação de credores
IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;	Doc. 8-A a 8-J: Relações dos funcionários das requerentes	Status	Ok	Ok
		Folhas	Fls. 867/ 868	Fls. 869/ 870
		Comentários	NÃO possui empregados (02/ 08/ 2017)	NÃO possui empregados (02/ 08/ 2017)
V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;	Doc. 1-A a 1-J :Procuração e demais contratos sociais	Status	Ok	Ok
		Folhas	Fls. 108/ 142	Fls. 143/ 173
		Comentários	N/ A	N/ A
V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;	Doc. 3-A a 3-J: Deliberação dos administradores das	Status	Ok	Ok
		Folhas	Fls. 373/ 375	Fls. 375/ 378
		Comentários	N/ A	N/ A

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Compacto Participações S.A. (Bertin)	CIBE Participações e Empreendimentos S.A.
VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;	Doc. 12-A a 12-J: Relação de bens dos sócios	Status Folhas Comentários	Ok Fls. 2203/ 2219 Relação de bens dos seguintes sócios: Heber Partipações S.A., Fernando Antonio Bertin, Natalino Bertin. Reinaldo Bertin, Silmar Roberto Bertin.	Ok Fls. 2220/ 2232 Relação de bens dos seguintes sócios: Heber Partipações S.A., Fernando Antonio Bertin, Reinaldo Bertin, Silmar Roberto Bertin.
VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;	Doc. 9-A a 9-J: Extratos bancários atualizados das requerentes	Status Folhas Comentários	Ok fls. 939/ 941 Itaú (30/ 06/ 2016) e Santander (30/ 06/ 2017)	Ok fls. 942/ 946 Safra (03/ 07/ 2017),Itaú (30/ 06/ 2017)
		Comentários	NÃO são extratos na data-base da RJ (16/ 08/ 2017). Faltou: eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras	NÃO são extratos na data-base da RJ (16/ 08/ 2017). Faltou: eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras
VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;	Doc. 10-A a 10-J: Certidões e protesto	Status Folhas Comentários	Ok fls. 1200/ 1221 N/ A	Ok fls. 1222/ 1243 N/ A
IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.	Doc. 11-A a 11-J: Relação de processos judiciais	Status Folhas Comentários	Ok Fls. 1717/ 1745 Verificar juntamente com docs. 4 e 5	Ok Fls. 1746/ 1768 Verificar juntamente com docs. 4 e 5
IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.	Doc. 4-A a 4-J: Certidões de distribuição falimentar	Status	Ok	Ok
		Folhas	Fls. 402/ 403	Fls. 404/ 405

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Compacto Participações S.A. (Bertin)	CIBE Participações e Empreendimentos S.A.
		Comentários	Verificar juntamente com docs. 5 e 11	Verificar juntamente com docs. 5 e 11
IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.	Doc. 5-A a 5-J: Certidões de distribuição criminal	Status	Substancial	Substancial
		Folhas	Fls. 448/ 459	fls. 460/ 467
		Comentários	Verificar juntamente com docs. 4 e 11. Falta as certidões de distribuição dos seguintes sócios: Silmar Roberto Bertin, Reinaldo Bertin, Fernando Antonio Bertin, Natalino Bertin, Marcos Abreu Fonseca, Ricardo Leonel D`ercole. Conforme explicação da Administração do Grupo foi juntado na petição inicial o protocolo de solicitação de emissão das certidões pelo TJ (fls: 424 - 431).	Verificar juntamente com docs. 4 e 11. Falta as certidões de distribuição dos seguintes sócios: Silmar Roberto Bertin, Reinaldo Bertin, Fernando Antonio Bertin, Natalino Bertin, Marcos Abreu Fonseca, Ricardo Leonel D`ercole. Conforme explicação da Administração do Grupo foi juntado na petição inicial o protocolo de solicitação de emissão das certidões pelo TJ (fls: 424 - 431).
	Doc. 2-A a 2-J : Procur	Status	Ok	Ok
N/ A		Folhas	Fls. 335/ 338	Fls. 339/ 342
		Comentários	N/ A	N/ A

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Cibe Investimentos e Participações S.A.	Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	Infra Bertin Empreendimentos S.A.
I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;	Petição inicial	Status Folhas Comentários	Ok Fls. 17/ 23 N/ A	Ok Fls. 17/ 23 N/ A	Ok Fls. 17/ 23 N/ A
II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:					
a) balanço patrimonial;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários Comentários	OK Fls. 658 a 676 A data base das demostrações contábeis são relativas a 31/ 12/ 2014, 31/ 12/ 2015, 31/ 12/ 2016 e 30/ 06/ 2017.	OK Fls. 677 a 695 A data base das demostrações contábeis são relativas a 31/ 12/ 2014, 31/ 12/ 2015, 31/ 12/ 2016 e 30/ 06/ 2017.	OK Fls. 696 a 713 A data base das demostrações contábeis são relativas a 31/ 12/ 2014, 31/ 12/ 2015, 31/ 12/ 2016 e 30/ 06/ 2017.
b) demonstração de resultados acumulados;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários	OK** Fls. 658/ 676 **Conforme esclarecimentos do Grupo Heber, as demonstrações do resultado acumulado estão presente no próprio balanço patrimonial das Companhias na parte do Passivo - Resultados Acumulados - Lucro/ Prejuízo acumulado, -assim como no balanço especial levantado no pedido inicial datado em 30/ 06/ 2017. No entanto, se o artigo 51 se refere a demonstração das mutações do patrimônio líquido que tem por finalidade as alterações que ocorreram em determinado execício no patrimônio líquido das Companhias e que é parte integrante das demonstrações contábeis conforme o Comitê de Pronunciamento Contábil, os mesmos só foram apresentados no parecer de auditoria, ou seja, em 2015. e 2016.	OK** Fls. 677/ 695 **Conforme esclarecimentos do Grupo Heber, as demonstrações do resultado acumulado estão presente no próprio balanço patrimonial das Companhias na parte do Passivo - Resultados Acumulados - Lucro/ Prejuízo acumulado, -assim como no balanço especial levantado no pedido inicial datado em 30/ 06/ 2017. No entanto, se o artigo 51 se refere a demonstração das mutações do patrimônio líquido que tem por finalidade as alterações que ocorreram em determinado execício no patrimônio líquido das Companhias e que é parte integrante das demonstrações contábeis conforme o Comitê de Pronunciamento Contábil, os mesmos só foram apresentados no parecer de auditoria, ou seja, em 2015. e 2016.	OK** Fls. 696/ 713 **Conforme esclarecimentos do Grupo Heber, as demonstrações do resultado acumulado estão presente no próprio balanço patrimonial das Companhias na parte do Passivo - Resultados Acumulados - Lucro/ Prejuízo acumulado, -assim como no balanço especial levantado no pedido inicial datado em 30/ 06/ 2017. No entanto, se o artigo 51 se refere a demonstração das mutações do patrimônio líquido que tem por finalidade as alterações que ocorreram em determinado execício no patrimônio líquido das Companhias e que é parte integrante das demonstrações contábeis conforme o Comitê de Pronunciamento Contábil, os mesmos só foram apresentados no parecer de auditoria, ou seja, em 2015. e 2016.
c) demonstração do resultado desde o último exercício social;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários	OK Fls. 658/ 676	OK Fls. 677/ 695	OK Fls. 696/ 713
d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários	OK Fls. 658/ 676 Projeção de fluxo de caixa: 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018	OK Fls. 677/ 695 Projeção de fluxo de caixa: 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018	OK Fls. 696/ 713 Projeção de fluxo de caixa: 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018
III – a relação nominal completa dos credores,	Doc. 7-A a 7-J:	Status	Substancial	Substancial	Substancial

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Cibe Investimentos e Participações S.A.	Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	Infra Bertin Empreendimentos S.A.
inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente;	Relações nominais dos credores das Requerentes	Folhas Comentários	Fls. 826/ 831 Credores quirografários e fiscal (extraconcursal)	Fls. 832/ 835 Credores quirografários	Fls. 836/ 840 Credores quirografários e *intercompany*
		Comentários	Caso exista: falta natureza, valor atualizado do crédito, discriminação da origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente	Caso exista: falta natureza, valor atualizado do crédito, discriminação da origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente	Caso exista: falta natureza, valor atualizado do crédito, discriminação da origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente
		Comentários	Existem partes relacionadas de empresas dentro da Recuperação Judicial que estão na relação de credores	Existem partes relacionadas de empresas dentro da Recuperação Judicial que estão na relação de credores	Existem partes relacionadas de empresas dentro da Recuperação Judicial que estão na relação de credores
IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;	Doc. 8-A a 8-J: Relações dos funcionários das requerentes	Status Folhas Comentários	Ok FLS. 871/ 872 NÃO possui empregados (02/ 08/ 2017)	Ok fls. 873/ 874 NÃO possui empregados (02/ 08/ 2017)	Ok fls. 875/ 876 NÃO possui empregados (02/ 08/ 2017)
V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;	Doc. 1-A a 1-J :Procuração e demais contratos sociais	Status Folhas Comentários	Ok Fls. 174/ 198 N/ A	Ok Fls. 199/ 230 N/ A	Ok Fls. 231/ 252 N/ A
V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;	Doc. 3-A a 3-J: Deliberação dos administradores das	Status Folhas Comentários	Ok Fls. 379/ 381 N/ A	Ok Fls. 382/ 384 N/ A	Ok Fls. 385/ 387 N/ A

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Cibe Investimentos e Participações S.A.	Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	Infra Bertin Empreendimentos S.A.
VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;	Doc. 12-A a 12-J: Relação de bens dos sócios	Status	Ok	Ok	Ok
		Folhas	Fls. 2233/ 2244	Fls. 2245/ 2259	Fls. 2260/ 2268
		Comentários	Relação de bens dos seguintes sócios: Cibe Participações e Empreendimentos S.A., Reinaldo Bertin, Silmar Roberto Bertin, Mario Henrique Frare Bertin	Relação de bens dos seguintes sócios: Cibe Invesmentos e Participações S.A., Silmar Roberto Bertin, Reinaldo Bertin, Natalino Bertin, Contern Construções e Coméricio Ltda.	Relação de bens dos seguintes sócios: Doreta Empreendimentos e Participações S.A., Reinaldo Bertin, Silmar Roberto Bertin, falta a relação de bens da Doreta Empreendimentos e Participações S.A..
VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;	Doc. 9-A a 9-J: Extratos bancários atualizados das requerentes	Status	Ok	Ok	Ok
		Folhas	fls. 947/ 950	fls. 951/ 952	fls. 953/ 956
		Comentários	Itaú (30/ 06/ 2017), Banrisul (03/ 07/ 2017)	Itaú (30/ 06/ 2017)	BTG Pactual (03/ 07/ 2017), Banco do Brasil (30/ 06/ 2017), Safra (30/ 06/ 2017),
		Comentários	NÃO são extratos na data-base da RJ (16/ 08/ 2017). Faltou: eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras	NÃO são extratos na data-base da RJ (16/ 08/ 2017). Faltou: eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras	NÃO são extratos na data-base da RJ (16/ 08/ 2017). Faltou: eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras
VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;	Doc. 10-A a 10-J: Certidões e protesto	Status	Ok	Ok	Ok
		Folhas	fls. 1244/ 1263	fls. 1264/ 1274	fls. 1275/ 1295
		Comentários	N/ A	N/ A	N/ A
IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.	Doc. 11-A a 11-J: Relação de processos judiciais	Status	Ok	Ok	Ok
		Folhas	Fls. 1769/ 1775	Fls. 1776/ 1778	Fls. 1779/ 1800
		Comentários	Consta na capa do documentos que não existem ações judiciais, entretanto há certidões de distribuições com registro de processos judiciais	Não existem ações judiciais. Verificar juntamente com docs. 4 e 5	Verificar juntamente com docs. 4 e 5
IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.	Doc. 4-A a 4-J: Certidões de distribuição falimentar	Status	Ok	Ok	Ok
		Folhas	Fls. 406/ 407	Fls. 408/ 409	Fls. 410/ 411

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Cibe Investimentos e Participações S.A.	Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	Infra Bertin Empreendimentos S.A.
		Comentários	Verificar juntamente com docs. 5 e 11	Verificar juntamente com docs. 5 e 11	Verificar juntamente com docs. 5 e 11
IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.	Doc. 5-A a 5-J: Certidões de distribuição criminal	Status	Substancial	Substancial	Substancial
		Folhas	fls. 468/ 476	fls. 477/ 488	fls. 489/ 487
		Comentários	Verificar juntamente com docs. 4 e 11. Falta as certidões de distribuição dos seguintes sócios: Silmar Roberto Bertin, Reinaldo Bertin, Fernando Antonio Bertin, Natalino Bertin, Marcos Abreu Fonseca, Ricardo Leonel D`ercole. Conforme explicação da Administração do Grupo foi juntado na petição inicial o protocolo de solicitação de emissão das certidões pelo TJ (fls: 424 - 431).	Verificar juntamente com docs. 4 e 11. Falta as certidões de distribuição dos seguintes sócios: Silmar Roberto Bertin, Reinaldo Bertin, Fernando Antonio Bertin, Natalino Bertin, Marcos Abreu Fonseca, Ricardo Leonel D`ercole. Conforme explicação da Administração do Grupo foi juntado na petição inicial o protocolo de solicitação de emissão das certidões pelo TJ (fls: 424 - 431).	Verificar juntamente com docs. 4 e 11. Falta as certidões de distribuição dos seguintes sócios: Silmar Roberto Bertin, Reinaldo Bertin, Fernando Antonio Bertin, Natalino Bertin, Marcos Abreu Fonseca, Ricardo Leonel D`ercole. Conforme explicação da Administração do Grupo foi juntado na petição inicial o protocolo de solicitação de emissão das certidões pelo TJ (fls: 424 - 431).
	Doc. 2-A a 2-J : Procur	Status	Ok	Ok	Ok
N/ A		Folhas	Fls. 343/ 346	Fls. 347/ 350	Fls. 351/ 354
		Comentários	N/ A	N/ A	N/ A

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Concessionária SPMar	Águas de Itú Exploração e Serviço S.A.
I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;	Petição inicial	Status Folhas Comentários	Ok Fls. 17/ 23 N/ A	Ok Fls. 17/ 23 N/ A
II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:				
a) balanço patrimonial;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários Comentários	OK Fls. 714 a 752 A data base das demostrações contábeis são relativas a 31/ 12/ 2014, 31/ 12/ 2015, 31/ 12/ 2016 e 30/ 06/ 2017.	OK Fls. 757 a 786 A data base das demostrações contábeis são relativas a 31/ 12/ 2014, 31/ 12/ 2015, 31/ 12/ 2016 e 30/ 06/ 2017.
b) demonstração de resultados acumulados;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários	OK** Fls. 714/ 752 **Conforme esclarecimentos do Grupo Heber, as demonstrações do resultado acumulado estão presente no próprio balanço patrimonial das Companhias na parte do Passivo - Resultados Acumulados - Lucro/ Prejuízo acumulado, -assim como no balanço especial levantado no pedido inicial datado em 30/ 06/ 2017. No entanto, se o artigo 51 se refere a demonstração das mutações do patrimônio líquido que tem por finalidade as alterações que ocorreram em determinado execício no patrimônio líquido das Companhias e que é parte integrante das demonstrações contábeis conforme o Comitê de Pronunciamento Contábil, os mesmos só foram apresentados no parecer de auditoria, ou seja, em 2015. e 2016.	OK** Fls. 757/ 786 **Conforme esclarecimentos do Grupo Heber, as demonstrações do resultado acumulado estão presente no próprio balanço patrimonial das Companhias na parte do Passivo - Resultados Acumulados - Lucro/ Prejuízo acumulado, -assim como no balanço especial levantado no pedido inicial datado em 30/ 06/ 2017. No entanto, se o artigo 51 se refere a demonstração das mutações do patrimônio líquido que tem por finalidade as alterações que ocorreram em determinado execício no patrimônio líquido das Companhias e que é parte integrante das demonstrações contábeis conforme o Comitê de Pronunciamento Contábil, os mesmos só foram apresentados no parecer de auditoria, ou seja, em 2014.
c) demonstração do resultado desde o último exercício social;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários	OK Fls. 714/ 752	OK Fls. 757/ 786
d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;	Doc. 6-A a 6-J: Demonstrações Contábeis da Requerente	Status Folhas Comentários	OK Fls. 714/ 752 Projeção de fluxo de caixa: 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018	OK Fls. 757/ 786 Projeção de fluxo de caixa: 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018
III – a relação nominal completa dos credores,	Doc. 7-A a 7-J:	Status	Substancial	Substancial

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Concessionária SPMar	Águas de Itú Exploração e Serviço S.A.
inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente;	Relações nominais dos credores das Requerentes	Folhas	fls. 841/ 850	fls. 851/ 858
		Comentários	Credores trabalhistas, quirografários, quirografários ME-EPP, fiscal (extraconcursal) e extraconcursal	Credores quirografários, quirografários ME-EPP, fiscal (extraconcursal) e *intercompany*
		Comentários	Caso exista: falta natureza, valor atualizado do crédito, discriminação da origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente Obs: no relatório consolidado dos credores da empresa não há registro do trabalhista, só na relação discriminada de cada classe	Caso exista: falta natureza, valor atualizado do crédito, discriminação da origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente
		Comentários	Existem partes relacionadas de empresas dentro da Recuperação Judicial que estão na relação de credores	Existem partes relacionadas de empresas dentro da Recuperação Judicial que estão na relação de credores
IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;	Doc. 8-A a 8-J: Relações dos funcionários das requerentes	Status	Substancial	Ok
		Folhas	fls. 877/ 884	Fls. 885/ 886
		Comentários	FALTA: SE HOUVER, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento. Obs. NÃO tem data-base	NÃO possui empregados (02/ 08/ 2017)
V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;	Doc. 1-A a 1-J :Procuração e demais contratos sociais	Status	Ok	Pendente
		Folhas	Fls. 253/ 293	Fls. 294/ 321
		Comentários	N/ A	Conforme documento fornecido pela Administração do Grupo (Anexo D), está pendente.
V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;	Doc. 3-A a 3-J: Deliberação dos administradores das	Status	Ok	Ok
		Folhas	Fls. 388/ 390	Fls. 391/ 394
		Comentários	N/ A	N/ A

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Concessionária SPMar	Águas de Itú Exploração e Serviço S.A.
VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;	Doc. 12-A a 12-J: Relação de bens dos sócios	Status Folhas Comentários	Substancial Fls. 2269/ 2282 Relação de bens dos seguintes sócios: Marcos Abreu Fonseca, Almir Bittencourt Paceli Junior, Infra Bertin Empreendimentos S.A., Ricardo Leonel D'Ercole, Reinaldo Bertin, Silmar Roberto Bertin. Conforme informado no doc. 13 da Petição Inicial, falta a relação de bens do Sr. Armando Franchini Junior.	Substancial Fls. 2283/ 2304 Relação de bens dos seguintes sócios: José Donizete Domingues, BERF Participações S.A., Horlof Participações S.A., Juferb Participações S.A., Reinaldo Bertin, Reivo Participações S.A., Silmar Roberto Bertin, Viamar Participações S.A., Fernando Antonio Bertin, Conforme informado no doc. 13 da Petição Inicial, falta a relação de bens do Sr. Armando Franchini Junior e da NTE Participações S.A.
VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;	Doc. 9-A a 9-J: Extratos bancários atualizados das requerentes	Status Folhas Comentários	Ok fls. 957/ 1014 Bradesco (30/ 07/ 2017), Safra (30/ 06/ 2017), BTG Pactual (03/ 07/ 2017), CCB (03/ 07/ 2017), CEF (30/ 06/ 2017), Itaú (13/ 07/ 2017), Banco do Brasil (30/ 06/ 2017), Santander (30/ 06/ 2017).	Pendente fls. 1015/ 1049 Banco do Brasil (05/ 2015), Banco Safra (31/ 05/ 2015), Banrisul (06/ 2015), Bicbanco (06/ 2015), Bradesco (06/ 2015), Caixa (06/ 2015), HSBC (05/ 2015), Itaú (31/ 05/ 2015), Santander (06/ 2015)
		Comentários	NÃO são extratos na data-base da RJ (16/ 08/ 2017). Faltou: eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras	São extatos de 2015. NÃO são extratos na data-base da RJ (16/ 08/ 2017). Faltou: eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras. Conforme explicações fornecidas pela Administração do Grupo no dia 22/ 08/ 2017 que diz "devido à intervenção efetuada pelo poder concedente a companhia está com dificuldades para obter referido extrato. O banco nos informou que levará 20 dias para apresentar referido documento. Protocolaremos referido esclarecimento nos autos na data de hoje e enviaremos cópia do protocolo para vocês."
VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;	Doc. 10-A a 10-J: Certidões e protesto	Status Folhas Comentários	Ok Fls. 1296/ 1362 N/ A	Ok fls. 1363/ 1383 N/ A
IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.	Doc. 11-A a 11-J: Relação de processos judiciais	Status Folhas Comentários	Ok Fls. 1801/ 2110 Verificar juntamente com docs. 4 e 5	Ok Fls. 2111/ 2156 Verificar juntamente com docs. 4 e 5
IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.	Doc. 4-A a 4-J: Certidões de distribuição falimentar	Status	Ok	Ok
		Folhas	Fls. 412/ 413	Fls. 414/ 415

Art. 51 da LRF	Documentos da Petição Inicial		Concessionária SPMar	Águas de Itú Exploração e Serviço S.A.
		Comentários	Verificar juntamente com docs. 5 e 11	Verificar juntamente com docs. 5 e 11
IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.	Doc. 5-A a 5-J: Certidões de distribuição criminal	Status	Substancial	Substancial
		Folhas	fls. 496/ 508	fls. 509/ 522
		Comentários	Verificar juntamente com docs. 4 e 11. Falta as certidões de distribuição dos seguintes sócios: Silmar Roberto Bertin, Reinaldo Bertin, Fernando Antonio Bertin, Natalino Bertin, Marcos Abreu Fonseca, Ricardo Leonel D` ercole. Conforme explicação da Administração do Grupo foi juntado na petição inicial o protocolo de solicitação de emissão das certidões pelo TJ (fls: 424 - 431).	Verificar juntamente com docs. 4 e 11. Falta as certidões de distribuição dos seguintes sócios: Silmar Roberto Bertin, Reinaldo Bertin, Fernando Antonio Bertin, Natalino Bertin, Marcos Abreu Fonseca, Ricardo Leonel D` ercole. Conforme explicação da Administração do Grupo foi juntado na petição inicial o protocolo de solicitação de emissão das certidões pelo TJ (fls: 424 - 431).
	Doc. 2-A a 2-J : Procur	Status	Ok	Ok
N/ A		Folhas	Fls. 355/ 358	Fls. 359/ 362
		Comentários	N/ A	N/ A

Anexo D

E-mail de esclarecimento dos documentos faltantes do Art. 51 da Lei 11.101/05

RES: Pareceres de auditoria

Renato Fermiano Tavares <renato.tavares@twk.com.br>

ter 22/08/2017 20:44

Para: Romina Lima <romina.lima@bdobrazil.com.br>; Gustavo Bortolan Martins <gustavo.bortolan@csclhb.com.br>; RJ Grupo Heber <rjgrupoheber@twk.com.br>; rjheber@contern.com.br <rjheber@contern.com.br>; Rodrigo Miranda <rodrigo.miranda@csclhb.com.br>; Adriano Corrêa <adriano.correa@bdobrazil.com.br>; Mauro Johashi <mauro.johashi@bdobrazil.com.br>; Mayra Mayumi <mayra.mayumi@bdobrazil.com.br>; Mateus Kessler <mateus.kessler@bdobrazil.com.br>; Nathalie Wittmaack <nathalie.wittmaack@bdobrazil.com.br>; Beatriz Novaes <beatriz.novaes@hslaw.com.br>;

1 anexos (676 KB)

pet em resposta CEF fls. 2322-2323.pdf;

Obrigado Romina,

Havia entendido do nosso call de hoje que vocês encaminhariam a lista de eventuais pendências para nossa avaliação. Não obstante, dos pontos que discutimos no nosso call, abaixo alguns esclarecimentos:

(i) Demonstração de Resultado Acumulado- Artigo 51, II, b: Os documentos correspondentes foram juntados aos autos com a o pedido inicial para todas as recuperandas. Trata-se de informação presente no próprio balanço patrimonial das recuperandas (fls. 523-786) na parte do passivo – Linha Resultados Acumulados – Lucros/Prejuízos, Assim como no balanço especial levantado para o pedido de RJ (datado de 30.6.2017 e anexado ao pedido inicial).

(ii) Aguas de Itu – Certidão de regularidade empresaria: A mesma pode ser encontrada às fls. 295/297 (certidão emitida pela Junta Comercial)

(iii) Aguas de Itu – Extratos bancários: Conforme informamos no call, devido à intervenção efetuada pelo poder concedente a companhia está com dificuldades para obter referido extrato. O banco nos informou que levará 20 dias para apresentar referido documento. Protocolaremos referido esclarecimento nos autos na data de hoje e enviaremos cópia do protocolo para vocês.

(iv) Comprovação de que os administradores e sócio controlador não praticaram crime falimentar – Art 48 IV: As certidões das controladoras (Reivo, Viamar, Berf, Davante, Juferb e Horlof), serão protocoladas hoje aos autos. Na sequência enviaremos cópia do protocolo para vocês. Com relação às certidões das pessoas físicas que ainda não foram juntadas (Silmar Roberto Bertin, Reinaldo Bertin, Fernando Antonio Bertin, Natalino Bertin, Marcos Abreu Fonseca, Ricardo Leonel D`ercole) estamos aguardando emissão das certidões pelo TJ (protocolo juntado aos autos fls. 424 -431)

Por fim, encaminho cópia da nossa manifestação sobre o pedido da CEF para exclusão da SPMAR da recuperação judicial.

Obrigado.

THOMAZ BASTOS WAISBERG KURZWEIL ADVOGADOS

RENATO FERMIANO TAVARES
T. +55 11 3552-5065
renato.tavares@twk.com.br

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3311, 13º andar
Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil | 04538-133

www.twk.com.br

De: Romina Lima [mailto:romina.lima@bdobrazil.com.br]
Enviada em: terça-feira, 22 de agosto de 2017 18:49
Para: Gustavo Bortolan Martins <gustavo.bortolan@csclhb.com.br>; RJ Grupo Heber <rjgrupoheber@twk.com.br>; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda <rodrigo.miranda@csclhb.com.br>; Adriano Corrêa <adriano.correa@bdobrazil.com.br>; Mauro Johashi <mauro.johashi@bdobrazil.com.br>; Mayra Mayumi <mayra.mayumi@bdobrazil.com.br>; Mateus Kessler <mateus.kessler@bdobrazil.com.br>; Nathalie Wittmaack <nathalie.wittmaack@bdobrazil.com.br>; Beatriz Novaes <beatriz.novaes@hslaw.com.br>
Assunto: Re: Pareceres de auditoria

Olá,

Obrigado pelo call de hoje e esclarecimentos.

PSC: Vamos mencionar nos autos o que constatamos estar pendentes no art. 51.

Abs,

Romina Lima

Diretora/Director - Valuation and Business Analytics

BDO Brazil
romina.lima@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
01050-030 - São Paulo, SP
Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada.
Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas.
Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information.
If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited.
If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

P Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: Gustavo Bortolan Martins <gustavo.bortolan@csclhb.com.br>
Enviado: terça-feira, 22 de agosto de 2017 16:12
Para: Romina Lima; RJ Grupo Heber; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda; Adriano Corrêa; Mauro Johashi; Mayra Mayumi; Mateus Kessler; Nathalie Wittmaack; Beatriz Novaes
Assunto: RES: Pareceres de auditoria

Romina,

Eu peguei só os quadros, os nomes são praticamente idênticos, segue o relatório completo.

Att,

Gustavo Bortolan
Controladoria | 55 (14) 3511-1269
Accounting

Centro de Serviços Compartilhados - Lins
Rua Xavantes, 106 • Xingu • 16400-390 • Lins-SP

De: romina.lima@bdobrazil.com.br [mailto:romina.lima@bdobrazil.com.br]
Enviada em: terça-feira, 22 de agosto de 2017 16:09
Para: Gustavo Bortolan Martins; RJ Grupo Heber; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda; Adriano Corrêa; Mauro Johashi; Mayra Mayumi; Mateus Kessler; Nathalie Wittmaack; Beatriz Novaes
Assunto: Re: Pareceres de auditoria

Olá Gustavo,

O documento enviado da Contern não inclui o parecer da auditoria. Só mostra as tabelas, não a opinião emitida.

Precisamos do parecer da auditoria, por favor.

Obrigado.

Romina Lima

Diretora/Director - Valuation and Business Analytics

BDO Brazil
romina.lima@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
01050-030 - São Paulo, SP
Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada.
Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas.
Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information.
If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited.
If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

P Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: Gustavo Bortolan Martins <gustavo.bortolan@csclhb.com.br>
Enviado: terça-feira, 22 de agosto de 2017 15:50
Para: Romina Lima; RJ Grupo Heber; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda; Adriano Corrêa; Mauro Johashi; Mayra Mayumi; Mateus Kessler; Nathalie Wittmaack; Beatriz Novaes
Assunto: RES: Pareceres de auditoria

Boa tarde Romina,

Segue o parecer da Contern 2014 e 2015. O parecer de 2016 está na revisão final, o Everton Marcelino está cobrando o mesmo junto à revisão de texto.

A Heber de 2016 também está em revisão do sócio. A Compacto foi auditada, porém sem emissão e relatório em 2016.

A Águas de Itu estava sob intervenção municipal, somente agora estamos retomando o CNPJ. Desta forma, a mesma não foi auditada em 2015 e 2016.

A Comapi não foi auditada nos exercícios citados.

Qualquer dúvida, estamos a disposição.

Att,

Gustavo Bortolan
Controladoria | 55 (14) 3511-1269
Accounting

Centro de Serviços Compartilhados - Lins
Rua Xavantes, 106 • Xingu • 16400-390 • Lins-SP

De: romina.lima@bdobrazil.com.br [mailto:romina.lima@bdobrazil.com.br]
Enviada em: terça-feira, 22 de agosto de 2017 15:36
Para: RJ Grupo Heber; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda; Gustavo Bortolan Martins; Adriano Corrêa; Mauro Johashi; Mayra Mayumi; Mateus Kessler; Nathalie Wittmaack; Beatriz Novaes
Assunto: Re: Pareceres de auditoria

Olá Rodrigo,

Após análise preliminar verificamos que estão pendentes os pareceres de auditoria das demonstrações contábeis das seguintes empresas:

- Contern (2014, 2015, 2016).

- Heber (2016).

- Compacto (2016).

- Águas de Itu (2015, 2016).

- Comapi (confirmar que não é auditada, se for o caso).

Você poderia nos enviar os mesmos, por gentileza?

Muito obrigado!

Abs,

Romina Lima

Diretora/Director - Valuation and Business Analytics

BDO Brazil
romina.lima@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
01050-030 - São Paulo, SP
Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada.
Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas.
Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information.
If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited.
If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

P Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: Romina Lima
Enviado: terça-feira, 22 de agosto de 2017 15:16:13
Para: RJ Grupo Heber; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda; gustavo.bortolan@csclhb.com.br; gustavo.bortolan@csclhb.com.br; Adriano Corrêa; Mauro Johashi; Mayra Mayumi; Mateus Kessler; Nathalie Wittmaack; Beatriz Novaes
Assunto: Enc: Pareceres de auditoria

Olá Rodrigo,

Foi agendado um call hoje as 17h para alinhamento de dúvidas. Você está no grupo de e-mails, correto? Imagino que deve ter recebido o dial-in a poucos minutos. Podemos alinhar durante o call?

Obrigado pelos documentos enviados.

Att.,

Romina Lima

Diretora/Director - Valuation and Business Analytics

BDO Brazil
romina.lima@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
01050-030 - São Paulo, SP
Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada.
Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas.
Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information.
If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited.
If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

P Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: Rodrigo Miranda <rodrigo.miranda@csclhb.com.br>
Enviado: terça-feira, 22 de agosto de 2017 14:17
Para: Romina Lima
Cc: Renato Fermiano Tavares; Gustavo Bortolan Martins
Assunto: Pareceres de auditoria

Romina, boa tarde.

Seguem em anexo, pareceres de auditoria das empresas recuperadas, conforme controle abaixo:

SPMAR: 2014, 2015 e 2016;

Infra Bertin: 2014, 2015 e 2016;

Heber: 2014 e 2015 (ainda não recebemos o parecer de 2016);

Contern: 2014 e 2015 (ainda não recebemos o parecer de 2016);

Águas de Itu: 2914 (após a intervenção não conseguimos mais auditar a empresas);

Cibe Participações: 2014, 2015 e 2016;

Cibe Investimentos: 2014, 2015 e 2016;

Comapi: Empresa não auditada;

Compacto: 2014 e 2015 (em 2016 ela foi auditada, porém sem amissão de parecer);

Doreta: 2014, 2015 e 2016;

Tentamos contato para esclarecimento sobre o Intangível da SPMAR e diferenças nos balanços em formato excel, não obtivemos êxito.

Caso seja possível, favor entrar em contato através do meu celular (14) 99884-1655.

Grato

Rodrigo Miranda

Você está recebendo esta mensagem porque é um membro do grupo RJ Grupo Heber. Se não deseja receber mensagens ou eventos deste grupo, pare de segui-lo na caixa de entrada.

Exibir conversas de grupo | Exibir arquivos de grupo

RES: Pareceres de auditoria [TWK-DOCS.FID1124052]

Fernanda Athanagildo Correa <fernanda.correa@twk.com.br>

ter 22/08/2017 21:13

Para: Renato Fermiano Tavares <renato.tavares@twk.com.br>; Romina Lima <romina.lima@bdobrazil.com.br>; Gustavo Bortolan Martins <gustavo.bortolan@csclhb.com.br>; RJ Grupo Heber <rjgrupoheber@twk.com.br>; rjheber@contern.com.br <rjheber@contern.com.br>; Rodrigo Miranda <rodrigo.miranda@csclhb.com.br>; Adriano Corrêa <adriano.correa@bdobrazil.com.br>; Mauro Johashi <mauro.johashi@bdobrazil.com.br>; Mayra Mayumi <mayra.mayumi@bdobrazil.com.br>; Mateus Kessler <mateus.kessler@bdobrazil.com.br>; Nathalie Wittmaack <nathalie.wittmaack@bdobrazil.com.br>; Beatriz Novaes <beatriz.novaes@hslaw.com.br>;

2 anexos (318 KB)

comprovante de protocolo.pdf; doc. 2.pdf;

Prezados, dando continuidade ao assunto abaixo, segue o comprovante de protocolo da petição de juntada, bem como a lista de pendências atualizada.

À disposição.

Abs.,

THOMAZ BASTOS WAISBERG KURZWEIL
ADVOGADOS

FERNANDA ATHANAGILDO CORREA
T. +55 11 3552-5011
fernanda.correa@twk.com.br

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3311, 13º andar
Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil | 04538-133

www.twk.com.br

De: Renato Fermiano Tavares
Enviada em: terça-feira, 22 de agosto de 2017 20:44
Para: Romina Lima <romina.lima@bdobrazil.com.br>; Gustavo Bortolan Martins <gustavo.bortolan@csclhb.com.br>; RJ Grupo Heber <rjgrupoheber@twk.com.br>; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda <rodrigo.miranda@csclhb.com.br>; Adriano Corrêa <adriano.correa@bdobrazil.com.br>; Mauro Johashi <mauro.johashi@bdobrazil.com.br>; Mayra Mayumi <mayra.mayumi@bdobrazil.com.br>; Mateus Kessler <mateus.kessler@bdobrazil.com.br>; Nathalie Wittmaack <nathalie.wittmaack@bdobrazil.com.br>; Beatriz Novaes <beatriz.novaes@hslaw.com.br>
Assunto: RES: Pareceres de auditoria

Obrigado Romina,

Havia entendido do nosso call de hoje que vocês encaminhariam a lista de eventuais pendências para nossa avaliação. Não obstante, dos pontos que discutimos no nosso call, abaixo alguns esclarecimentos:

(i) Demonstração de Resultado Acumulado- Artigo 51, II, b: Os documentos correspondentes foram juntados aos autos com a o pedido inicial para todas as recuperandas. Trata-se de informação presente no próprio balanço patrimonial das recuperandas (fls. 523-786) na parte do passivo – Linha Resultados Acumulados –

Lucros/Prejuízos, Assim como no balanço especial levantado para o pedido de RJ (datado de 30.6.2017 e anexado ao pedido inicial).

(ii) Aguas de Itu – Certidão de regularidade empresaria: A mesma pode ser encontrada às fls. 295/297 (certidão emitida pela Junta Comercial)

(iii) Aguas de Itu – Extratos bancários: Conforme informamos no call, devido à intervenção efetuada pelo poder concedente a companhia está com dificuldades para obter referido extrato. O banco nos informou que levará 20 dias para apresentar referido documento. Protocolaremos referido esclarecimento nos autos na data de hoje e enviaremos cópia do protocolo para vocês.

(iv) Comprovação de que os administradores e sócio controlador não praticaram crime falimentar – Art 48 IV: As certidões das controladoras (Reivo, Viamar, Berf, Davante, Juferb e Horlof), serão protocoladas hoje aos autos. Na sequência enviaremos cópia do protocolo para vocês. Com relação às certidões das pessoas físicas que ainda não foram juntadas (Silmar Roberto Bertin, Reinaldo Bertin, Fernando Antonio Bertin, Natalino Bertin, Marcos Abreu Fonseca, Ricardo Leonel D`ercole) estamos aguardando emissão das certidões pelo TJ (protocolo juntado aos autos fls. 424 -431)

Por fim, encaminho cópia da nossa manifestação sobre o pedido da CEF para exclusão da SPMAR da recuperação judicial.

Obrigado.

THOMAZ BASTOS WAISBERG KURZWEIL ADVOGADOS

RENATO FERMIANO TAVARES
T. +55 11 3552-5065
renato.tavares@twk.com.br

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3311, 13º andar
Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil | 04538-133

www.twk.com.br

De: Romina Lima [mailto:romina.lima@bdobrazil.com.br]
Enviada em: terça-feira, 22 de agosto de 2017 18:49
Para: Gustavo Bortolan Martins <gustavo.bortolan@csclhb.com.br>; RJ Grupo Heber <rjgrupoheber@twk.com.br>; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda <rodrigo.miranda@csclhb.com.br>; Adriano Corrêa <adriano.correa@bdobrazil.com.br>; Mauro Johashi <mauro.johashi@bdobrazil.com.br>; Mayra Mayumi <mayra.mayumi@bdobrazil.com.br>; Mateus Kessler <mateus.kessler@bdobrazil.com.br>; Nathalie Wittmaack <nathalie.wittmaack@bdobrazil.com.br>; Beatriz Novaes <beatriz.novaes@hslaw.com.br>
Assunto: Re: Pareceres de auditoria

Olá,

Obrigado pelo call de hoje e esclarecimentos.

PSC: Vamos mencionar nos autos o que constatamos estar pendentes no art. 51.

Abs,

Romina Lima

Diretora/Director - Valuation and Business Analytics

BDO Brazil
romina.lima@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
01050-030 - São Paulo, SP
Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada.
Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas.
Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information.
If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited.
If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

P Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: Gustavo Bortolan Martins <gustavo.bortolan@csclhb.com.br>
Enviado: terça-feira, 22 de agosto de 2017 16:12
Para: Romina Lima; RJ Grupo Heber; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda; Adriano Corrêa; Mauro Johashi; Mayra Mayumi; Mateus Kessler; Nathalie Wittmaack; Beatriz Novaes
Assunto: RES: Pareceres de auditoria

Romina,

Eu peguei só os quadros, os nomes são praticamente idênticos, segue o relatório completo.

Att,

Gustavo Bortolan
Controladoria | 55 (14) 3511-1269
Accounting

Centro de Serviços Compartilhados - Lins
Rua Xavantes, 106 • Xingu • 16400-390 • Lins-SP

De: romina.lima@bdobrazil.com.br [mailto:romina.lima@bdobrazil.com.br]
Enviada em: terça-feira, 22 de agosto de 2017 16:09
Para: Gustavo Bortolan Martins; RJ Grupo Heber; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda; Adriano Corrêa; Mauro Johashi; Mayra Mayumi; Mateus Kessler; Nathalie Wittmaack; Beatriz Novaes
Assunto: Re: Pareceres de auditoria

Olá Gustavo,

O documento enviado da Contern não inclui o parecer da auditoria. Só mostra as tabelas, não a opinião emitida.

Precisamos do parecer da auditoria, por favor.

Obrigado.

Romina Lima

Diretora/Director - Valuation and Business Analytics

BDO Brazil
romina.lima@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
01050-030 - São Paulo, SP
Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada.
Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente

proibidas.
Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information.
If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited.
If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

P Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: Gustavo Bortolan Martins <gustavo.bortolan@csclhb.com.br>
Enviado: terça-feira, 22 de agosto de 2017 15:50
Para: Romina Lima; RJ Grupo Heber; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda; Adriano Corrêa; Mauro Johashi; Mayra Mayumi; Mateus Kessler; Nathalie Wittmaack; Beatriz Novaes
Assunto: RES: Pareceres de auditoria

Boa tarde Romina,

Segue o parecer da Contern 2014 e 2015. O parecer de 2016 está na revisão final, o Everton Marcelino está cobrando o mesmo junto à revisão de texto.

A Heber de 2016 também está em revisão do sócio. A Compacto foi auditada, porém sem emissão e relatório em 2016.

A Águas de Itu estava sob intervenção municipal, somente agora estamos retomando o CNPJ. Desta forma, a mesma não foi auditada em 2015 e 2016.

A Comapi não foi auditada nos exercícios citados.

Qualquer dúvida, estamos a disposição.

Att,

Gustavo Bortolan
Controladoria | 55 (14) 3511-1269
Accounting

Centro de Serviços Compartilhados - Lins
Rua Xavantes, 106 • Xingu • 16400-390 • Lins-SP

De: romina.lima@bdobrazil.com.br [mailto:romina.lima@bdobrazil.com.br]
Enviada em: terça-feira, 22 de agosto de 2017 15:36
Para: RJ Grupo Heber; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda; Gustavo Bortolan Martins; Adriano Corrêa; Mauro Johashi; Mayra Mayumi; Mateus Kessler; Nathalie Wittmaack; Beatriz Novaes
Assunto: Re: Pareceres de auditoria

Olá Rodrigo,

Após análise preliminar verificamos que estão pendentes os pareceres de auditoria das demonstrações contábeis das seguintes empresas:

- Contern (2014, 2015, 2016).

- Heber (2016).

- Compacto (2016).

- Águas de Itu (2015, 2016).

- Comapi (confirmar que não é auditada, se for o caso).

Você poderia nos enviar os mesmos, por gentileza?

Muito obrigado!

Abs,

Romina Lima

Diretora/Director - Valuation and Business Analytics

BDO Brazil
romina.lima@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
01050-030 - São Paulo, SP
Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada.
Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas.
Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information.
If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited.
If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

P Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: Romina Lima
Enviado: terça-feira, 22 de agosto de 2017 15:16:13
Para: RJ Grupo Heber; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda; gustavo.bortolan@csclhb.com.br; gustavo.bortolan@csclhb.com.br; Adriano Corrêa; Mauro Johashi; Mayra Mayumi; Mateus Kessler; Nathalie Wittmaack; Beatriz Novaes
Assunto: Enc: Pareceres de auditoria

Olá Rodrigo,

Foi agendado um call hoje as 17h para alinhamento de dúvidas. Você está no grupo de e-mails, correto? Imagino que deve ter recebido o dial-in a poucos minutos. Podemos alinhar durante o call?

Obrigado pelos documentos enviados.

Att.,

Romina Lima

Diretora/Director - Valuation and Business Analytics

BDO Brazil
romina.lima@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
01050-030 - São Paulo, SP
Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada.
Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente

proibidas.
Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information.
If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited.
If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

P Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: Rodrigo Miranda <rodrigo.miranda@csclhb.com.br>
Enviado: terça-feira, 22 de agosto de 2017 14:17
Para: Romina Lima
Cc: Renato Fermiano Tavares; Gustavo Bortolan Martins
Assunto: Pareceres de auditoria

Romina, boa tarde.

Seguem em anexo, pareceres de auditoria das empresas recuperadas, conforme controle abaixo:

SPMAR: 2014, 2015 e 2016;

Infra Bertin: 2014, 2015 e 2016;

Heber: 2014 e 2015 (ainda não recebemos o parecer de 2016);

Contern: 2014 e 2015 (ainda não recebemos o parecer de 2016);

Águas de Itu: 2914 (após a intervenção não conseguimos mais auditar a empresas);

Cibe Participações: 2014, 2015 e 2016;

Cibe Investimentos: 2014, 2015 e 2016;

Comapi: Empresa não auditada;

Compacto: 2014 e 2015 (em 2016 ela foi auditada, porém sem amissão de parecer);

Doreta: 2014, 2015 e 2016;

Tentamos contato para esclarecimento sobre o Intangível da SPMAR e diferenças nos balanços em formato excel, não obtivemos êxito.

Caso seja possível, favor entrar em contato através do meu celular (14) 99884-1655.

Grato

Rodrigo Miranda

Você está recebendo esta mensagem porque é um membro do grupo RJ Grupo Heber. Se não deseja receber mensagens ou eventos deste grupo, pare de segui-lo na caixa de entrada.

Exibir conversas de grupo | Exibir arquivos de grupo

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU

Dados Básicos

Foro:	Foro Central Cível
Processo:	10808719820178260100
Classe do Processo:	Petições Diversas
Data/Hora:	22/08/2017 20:16:43

Partes

Solicitante:	Heber Participações S/A

Documentos

Petição*:	pet..pdf
Documento 1:	BERF - cert. criminal.pdf
Documento 1:	HORLOF - cert. criminal.pdf
Documento 1:	JUFERB - cert. criminal.pdf
Documento 1:	REIVO - cert. criminal.pdf
Documento 1:	twk-scan2017-08-22-201313.pdf
Documento 1:	VIAMAR - cert. criminal.pdf
Documento 2:	doc. 2.pdf
Documento 3:	doc. 3 (1).pdf
Documento 3:	doc. 3.pdf

GRUPO HEBER

DOCUMENTOS FALTANTES – 22.8.2017

1. Via registrada na JUCESP da ata de assembleia geral extraordinária da ÁGUAS DE ITU elegendo os atuais membros do conselho de administração;

2. Via registrada na JUCESP da ata da reunião do conselho de administração da ÁGUAS DE ITU na qual os atuais membros da diretoria são eleitos;

3. Extratos atualizados até 30.6.2017 das contas bancárias da ÁGUAS DE ITU;

4. Nos Anexos 4-A a 4-J da petição inicial, são apresentadas as certidões de distribuição falimentar, obtidas no município onde estão localizadas as sedes das Requerentes (Cidade de São Paulo – SP), que demonstram que as Requerentes jamais foram falidas e tampouco obtiveram a concessão de recuperação judicial. Na Comarca de São Paulo – SP, como se sabe, o juízo competente para o julgamento de pedidos de falência, concordatas e recuperações judiciais e extrajudiciais é competente também para o julgamento de crimes falimentares, de modo que as certidões de distribuição falimentar emitidas já supririam as certidões de distribuição criminal relativamente aos crimes previstos na Lei nº 11.101/2005, atendendo, assim, ao inciso IV, art. 48 da LFR. Nada obstante, por cautela, as Requerentes providenciaram a emissão das certidões de distribuição criminal dos administradores e acionistas controladoras das Requerentes, tal como apresentadas nos Anexos 5-A a 5-J, sendo que algumas, contudo, estão ainda em processo de emissão pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme indicadas abaixo e protocolo apresentado nos Anexos 5-A a 5-J:

Certidões		
Administrador | Acionista	Distribuição Criminal	Distribuição Falimentar
Silmar Roberto Bertin	Recebido protocolo	Apresentada
Reinaldo Bertin	Recebido protocolo	Apresentada
Fernando Antônio Bertin	Recebido protocolo	Apresentada
Natalino Bertin	Recebido protocolo	Apresentada

Certidões		
Administrador | Acionista	Distribuição Criminal	Distribuição Falimentar
Marcos Abreu Fonseca	Recebido protocolo	Apresentada
Ricardo Leonel D'ercole	Recebido protocolo	Apresentada
Almir Bittencourt Paceli Junior	Apresentada	Apresentada
Mário Henrique Frare Bertin	Apresentada	Apresentada
José Donizette Domingues	Apresentada	Apresentada
Armando Franchini Junior	Apresentada	Apresentada
Reivo Participações S.A.	Apresentada	n/a
Horlof Participações S.A.	Apresentada	n/a
Viamar Participações S.A.	Apresentada	n/a
Juferb Participações S.A.	Apresentada	n/a
Berf Participações S.A.	Apresentada	n/a
Davante Participações Ltda.	Apresentada	n/a

5. Relação de bens do Sr. Armando Franchini Junior, administrador da SPMAR e DORETA.

THOMAZ BASTOS
WAISBERG
KURZWEIL
ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE RECUPERAÇÕES JUDICIAIS, FALÊNCIAS E CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Recuperação Judicial n° 1080871-98.2017.8.26.0100

HEBER PARTICIPAÇÕES S.A. e OUTRAS (em conjunto denominadas "Grupo Heber"), já devidamente qualificadas nos autos do seu **Pedido de Recuperação Judicial** em epígrafe, vêm, respeitosamente, por meio de seus advogados, requerer a juntada das certidões criminais dos sócios controladores das empresas do Grupo Heber, conforme item 4 do documento 13 (fls. 2305/2306), referentes à: Berf Participações S.A, Reivo Participações S.A, Viamar Participações S.A, Juferb Participações, Horlof Participações S.A e Davante Participações Ltda. **(doc. 1)**, bem como a mencionada lista dos documentos faltantes atualizada até a presente data **(doc. 2)**.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F228.

THOMAZ BASTOS
WAISBERG
KURZWEIL
ADVOGADOS

Por fim, em obediência aos princípios da boa-fé, publicidade e transparência, requer-se a juntada dos anexos *e-mails* **(doc. 3)**, os quais comprovam que os extratos atualizados das contas bancárias da Água de Itu, referidos no item 3 do doc. 13, já foram solicitados e, conforme informado, serão finalizados no prazo de 20 (vinte) dias, sendo certo que, tão logo se tenha acesso aos referidos documentos, as Recuperandas os juntarão nestes autos.

Termos em que,
Pedem deferimento.
São Paulo, 22 de agosto de 2017.

p.p. **Joel Luís Thomaz Bastos**
OAB/SP 122.443

p.p. **Ivo Waisberg**
OAB/SP 146.176

p.p. **Bruno Kurzweil de Oliveira**
OAB/SP 248.704

p.p. **Renato Fermiano Tavares**
OAB/SP 236.172

p.p. **Fernanda Athanagildo Corrêa**
OAB/SP 329.750

p.p. **Amanda Tannous Pires**
OAB/SP 391.421

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F228.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 022637365 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 10/08/2017, verificou **NADA CONSTAR** contra: **********

BERF PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ: 07.463.851/0001-10, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digital.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 11 de agosto de 2017.

PEDIDO N°: 2637365

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F22A.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 022637451 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 10/08/2017, verificou **NADA CONSTAR** contra: **********

HORLOF PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ: 09.352.093/0001-98, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digital.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 11 de agosto de 2017.

PEDIDO N°: 2637451

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F22C.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 022637481 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 10/08/2017, verificou **NADA CONSTAR** contra: **********

JUFERB PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ: 09.352.199/0001-91, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digital.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 11 de agosto de 2017.

PEDIDO N°: 2637481

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F22E.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 6730601 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 10/08/2017, verificou **NADA CONSTAR** contra: **********

REIVO PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ: 03.370.190/0001-27, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digital.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 11 de agosto de 2017.

PEDIDO N°: 2637609

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F230.

14/08/2017 2661682

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: *022661682* **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 13/08/2017, verificou **NADA CONSTAR** contra: **********

DAVANTE PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ: 09.416.469/0001-80, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digital.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 14 de agosto de 2017.

PEDIDO Nº: *2661682*

TJSP SAJ DIGITAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJM17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F233.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 022637550 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 10/08/2017, verificou **NADA CONSTAR** contra: **********

VIAMAR PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ: 09.352.086/0001-96, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digital.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 11 de agosto de 2017.

PEDIDO N°: 2637550

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F235.

GRUPO HEBER

DOCUMENTOS FALTANTES – 22.8.2017

1. Via registrada na JUCESP da ata de assembleia geral extraordinária da ÁGUAS DE ITU elegendo os atuais membros do conselho de administração;

2. Via registrada na JUCESP da ata da reunião do conselho de administração da ÁGUAS DE ITU na qual os atuais membros da diretoria são eleitos;

3. Extratos atualizados até 30.6.2017 das contas bancárias da ÁGUAS DE ITU;

4. Nos Anexos 4-A a 4-J da petição inicial, são apresentadas as certidões de distribuição falimentar, obtidas no município onde estão localizadas as sedes das Requerentes (Cidade de São Paulo – SP), que demonstram que as Requerentes jamais foram falidas e tampouco obtiveram a concessão de recuperação judicial. Na Comarca de São Paulo – SP, como se sabe, o juízo competente para o julgamento de pedidos de falência, concordatas e recuperações judiciais e extrajudiciais é competente também para o julgamento de crimes falimentares, de modo que as certidões de distribuição falimentar emitidas já supririam as certidões de distribuição criminal relativamente aos crimes previstos na Lei nº 11.101/2005, atendendo, assim, ao inciso IV, art. 48 da LFR. Nada obstante, por cautela, as Requerentes providenciaram a emissão das certidões de distribuição criminal dos administradores e acionistas controladoras das Requerentes, tal como apresentadas nos Anexos 5-A a 5-J, sendo que algumas, contudo, estão ainda em processo de emissão pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme indicadas abaixo e protocolo apresentado nos Anexos 5-A a 5-J:

Certidões		
Administrador | Acionista	Distribuição Criminal	Distribuição Falimentar
Silmar Roberto Bertin	Recebido protocolo	Apresentada
Reinaldo Bertin	Recebido protocolo	Apresentada
Fernando Antônio Bertin	Recebido protocolo	Apresentada
Natalino Bertin	Recebido protocolo	Apresentada

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F237.

Certidões		
Administrador | Acionista	Distribuição Criminal	Distribuição Falimentar
Marcos Abreu Fonseca	Recebido protocolo	Apresentada
Ricardo Leonel D'ercole	Recebido protocolo	Apresentada
Almir Bittencourt Paceli Junior	Apresentada	Apresentada
Mário Henrique Frare Bertin	Apresentada	Apresentada
José Donizette Domingues	Apresentada	Apresentada
Armando Franchini Junior	Apresentada	Apresentada
Reivo Participações S.A.	Apresentada	n/a
Horlof Participações S.A.	Apresentada	n/a
Viamar Participações S.A.	Apresentada	n/a
Juferb Participações S.A.	Apresentada	n/a
Berf Participações S.A.	Apresentada	n/a
Davante Participações Ltda.	Apresentada	n/a

5. Relação de bens do Sr. Armando Franchini Junior, administrador da SPMAR e DORETA.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F237.

Fernanda Athanagildo Correa

De: Amanda de Cassia Tannous Pires
Enviado em: terça-feira, 22 de agosto de 2017 18:56
Para: Fernanda Athanagildo Correa
Cc: Renato Fermiano Tavares; Rômulo Oliveira da Silva
Assunto: RES: RJ Grupo Heber | Doc. 13 - documentos faltantes
Anexos: Pet. juntada de certidões.nrl; BERF PARTICIPAÇÕES S.A. - certidão criminal.pdf; REIVO PARTICIPAÇÕES S.A. - certidão criminal.pdf; VIAMAR PARTICIPAÇÕES S.A. - certidão criminal.pdf; JUFERB PARTICIPAÇÕES S.A. - certidão criminal.pdf; HORLOF PARTICIPAÇÕES S.A. - certidão criminal.pdf; Davante - Certidão criminal.pdf; GRUPO HEBER - lista docs. faltantes 22 8 2017 11h03.nrl; ENC: SOLICITAÇÃO DO EXTRATO BANCARIO; ENC: SOLICITAÇÃO DE EXTRATO BANCARIO c/c 74388-5; ENC: SOLICITAÇÃO DE EXTRATO BANCARIO c/c 74388-5[#JSPS01CONT03_429587283 - 0278743885]; ENC: SOLICITAÇÃO DO EXTRATO BANCARIO[#JOOR01CONT03_429647402 - HEBER BERTIN]; ENC: SOLICITAÇÃO DE EXTRATO BANCARIO c/c 74388-5[#JSPS01CONT03_ 429587283 - 0278743885]; Pet. juntada de certidões.DOCX

Fe,

Seguem petição de juntada para revisão, bem com os documentos a serem juntados.

Bjs,.

THOMAZ BASTOS WAISBERG KURZWEIL ADVOGADOS

AMANDA DE CÁSSIA TANNOUS PIRES
T. +55 11 3552-5014
amanda.pires@twk.com.br

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3311, 13º andar
Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil | 04538-133

www.twk.com.br

De: Fernanda Athanagildo Correa
Enviada em: terça-feira, 22 de agosto de 2017 11:05
Para: Amanda de Cassia Tannous Pires <amanda.pires@twk.com.br>
Cc: Renato Fermiano Tavares <renato.tavares@twk.com.br>; Rômulo Oliveira da Silva <romulo.silva@twk.com.br>
Assunto: ENC: RJ Grupo Heber | Doc. 13 - documentos faltantes [TWK-DOCS.FID1124052]

Amandinha, por favor, elabore no caso RJ Grupo Heber a petição requerendo a juntada das certidões criminais dos sócios controladores das empresas recuperandas, cf. item 4 do doc. 13 (fls. 2305/2306).

Por favor, junte também a lista atualizada anexa.

Cliente 1642/2.

Tks e bjs

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F239.

FERNANDA ATHANAGILDO CORREA
T. +55 11 3552-5011
fernanda.correa@twk.com.br

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3311, 13º andar
Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil | 04538-133

www.twk.com.br

De: Thais Barbosa Souto
Enviada em: quarta-feira, 16 de agosto de 2017 13:12
Para: Ivo Waisberg <ivo@twk.com.br>; Bruno Kurzweil de Oliveira <bruno@twk.com.br>; RJ Grupo Heber <rjgrupoheber@twk.com.br>
Assunto: RJ Grupo Heber | Doc. 13 - documentos faltantes

Prezados,

Conforme solicitado pela Fernanda, segue o Doc. 13 do pedido de RJ Grupo Heber.

Atenciosamente,

THAÍS BARBOSA SOUTO
T. +55 11 3552-5020
thais.souto@twk.com.br

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3311, 13º andar
Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil | 04538-133

www.twk.com.br

Você está recebendo esta mensagem porque é um membro do grupo **RJ Grupo Heber**. Se não deseja receber mensagens ou eventos deste grupo, **pare de segui-lo na caixa de entrada**.

Exibir conversas de grupo | Exibir arquivos de grupo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F239.

Fernanda Athanagildo Correa

De: Elisandra Regina Santini <elisandra.santini@csclhb.com.br>
Enviado em: segunda-feira, 21 de agosto de 2017 16:45
Para: Gustavo Bortolan Martins; luiz.melo@aratu1.com.br
Assunto: ENC: SOLICITAÇÃO DE EXTRATO BANCARIO c/c 74388-5[#JSPS01CONT03_429587283 - 0278743885]
Anexos: 20170818103202162.pdf; CARTAO ASSINATURA ADI.pdf

Segue protocolo de entrega dos cartões de assinatura.

Elisandra Regina Santini
Financeiro | 55 (14) 3511-1210
Financial

Centro de Serviços Compartilhados - Lins Rua Xavantes, 106 . Xingu . 16400-390 . Lins-SP

-----Mensagem original-----
De: Juliana Jeronymo Jorvino
Enviada em: sexta-feira, 18 de agosto de 2017 11:55
Para: Elisandra Regina Santini
Assunto: RES: SOLICITAÇÃO DE EXTRATO BANCARIO c/c 74388-5[#JSPS01CONT03_429587283 - 0278743885]

Bom dia Elisandra.

Segue protocolo do Banco referente ao recebimento dos cartões de assinaturas da ADI, para você dar andamento ao cadastro.

At.

Juliana J. Jorvino
Controladoria - Contas á Pagar |
Controllership

-----Mensagem original-----
De: Elisandra Regina Santini
Enviada em: sábado, 12 de agosto de 2017 08:46
Para: Juliana Jeronymo Jorvino
Assunto: ENC: SOLICITAÇÃO DE EXTRATO BANCARIO c/c 74388-5[#JSPS01CONT03_429587283 - 0278743885]

Bom dia!

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F23B.

Juliana por gentileza poderia providenciar a confecção do seu cartão e do Renato.
Estou enviando o meu por malote na segunda-feira para envio ao banco.

Obrigada!!!

Elisandra Regina Santini
Financeiro | 55 (14) 3511-1210
Financial

Centro de Serviços Compartilhados - Lins Rua Xavantes, 106 . Xingu . 16400-390 . Lins-SP

-----Mensagem original-----
De: Atendimento IBBA - Serviços Cash [mailto:atendimentoservicoscash@itaubba.com]
Enviada em: sexta-feira, 11 de agosto de 2017 17:29
Para: Elisandra Regina Santini
Cc: Gustavo Bortolan Martins
Assunto: RES: SOLICITAÇÃO DE EXTRATO BANCARIO c/c 74388-5[#JSPS01CONT03_429587283 - 0278743885]

Boa tarde Elisandra

Segue novamente.

Att

Juliana Souza
Operações Atacado | Serviços Cash | Atendimento
Telefones: (11) 4090-1092
Demais localidades: 0800 791 1092
atendimentoServicosCash@itaubba.com
ItaúBBA
Av. das Nações Unidas, 7815 | Térreo | Recepção Avançada Torre II
05425-070
São Paulo - SP
Só é bom para a gente se for bom para o cliente Esse é o Nosso Jeito

-----Mensagem original-----
De: Elisandra Regina Santini [mailto:elisandra.santini@csclhb.com.br]
Enviada em: sexta-feira, 11 de agosto de 2017 17:27
Para: Atendimento IBBA - Serviços Cash
Cc: Gustavo Bortolan Martins
Assunto: RES: SOLICITAÇÃO DE EXTRATO BANCARIO c/c 74388-5[#JSPS01CONT03_429587257 - 0278743885]

Boa tarde

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F23B.

Os cartões de assinatura não vieram no anexo.

Elisandra Regina Santini
Financeiro | 55 (14) 3511-1210
Financial

Centro de Serviços Compartilhados - Lins Rua Xavantes, 106 . Xingu .
16400-390 . Lins-SP

-----Mensagem original-----
De: Atendimento IBBA - Serviços Cash
[mailto:atendimentoservicoscash@itaubba.com]
Enviada em: sexta-feira, 11 de agosto de 2017 17:25
Para: Elisandra Regina Santini
Cc: Gustavo Bortolan Martins
Assunto: RES: SOLICITAÇÃO DE EXTRATO BANCARIO c/c 74388-5[#JSPS01CONT03_429587257 - 0278743885]

Boa tarde Elisandra

Diante da solicitação e inclusão da conta no Bankline (anexo), podemos dar continuidade na solicitação de extrato, porém, não conseguimos evoluir pois os representantes que assinaram a carta não possuem cartão de assinaturas nesta conta.

Segue cartão de assinaturas para envio da via original para o endereço abaixo:

Itaú BBA
Av. das Nações Unidas, 7815 | Recepção Unica
05425-070
São Paulo - SP

Att

Juliana Souza
Operações Atacado | Serviços Cash | Atendimento
Telefones: (11) 4090-1092
Demais localidades: 0800 791 1092
atendimentoServicosCash@itaubba.com
ItaúBBA
Av. das Nações Unidas, 7815 | Térreo | Recepção Avançada Torre II
05425-070
São Paulo - SP
Só é bom para a gente se for bom para o cliente Esse é o Nosso Jeito
-----Mensagem original-----
De: Elisandra Regina Santini [mailto:elisandra.santini@csclhb.com.br]
Enviada em: sexta-feira, 11 de agosto de 2017 10:09
Para: Atendimento IBBA - Serviços Cash
Cc: Gustavo Bortolan Martins

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F23B.

Assunto: RES: SOLICITAÇÃO DE EXTRATO BANCARIO c/c 74388-5[#JSOR01CONT03_429573809 - 0278743885]
Prioridade: Alta

Bom dia

Prezados, o extrato foi disponibilizado?
Nosso prazo para apresentação do documento foi ontem.

Estamos providenciando a regularização do acesso!

Elisandra Regina Santini
Financeiro | 55 (14) 3511-1210
Financial

Centro de Serviços Compartilhados - Lins Rua Xavantes, 106 . Xingu . 16400-390 . Lins-SP

-----Mensagem original-----
De: Elisandra Regina Santini
Enviada em: quinta-feira, 10 de agosto de 2017 15:00
Para: 'Atendimento IBBA - Serviços Cash'
Cc: Gustavo Bortolan Martins
Assunto: RES: SOLICITAÇÃO DE EXTRATO BANCARIO c/c 74388-5[#JSOR01CONT03_429573809 - 0278743885]

Boa tarde

Sim.

Elisandra Regina Santini
Financeiro | 55 (14) 3511-1210
Financial

Centro de Serviços Compartilhados - Lins Rua Xavantes, 106 . Xingu . 16400-390 . Lins-SP

-----Mensagem original-----
De: Atendimento IBBA - Serviços Cash [mailto:atendimentoservicoscash@itaubba.com]
Enviada em: quinta-feira, 10 de agosto de 2017 09:09
Para: Elisandra Regina Santini
Cc: Gustavo Bortolan Martins
Assunto: RES: SOLICITAÇÃO DE EXTRATO BANCARIO c/c 74388-5[#JSOR01CONT03_429573809 - 0278743885]

Bom dia Elisandra

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F23B.

Peço informar como está o processo de implantação da ag/cta: 0278//74388-5 no bankline.

Att

Juliana Souza
Operações Atacado | Serviços Cash | Atendimento
Telefones: (11) 4090-1092
Demais localidades: 0800 791 1092
atendimentoServicosCash@itaubba.com
ItaúBBA
Av. das Nações Unidas, 7815 | Térreo | Recepção Avançada Torre II
05425-070
São Paulo - SP
Só é bom para a gente se for bom para o cliente Esse é o Nosso Jeito
-----Mensagem original-----
De: Elisandra Regina Santini [mailto:elisandra.santini@csclhb.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 9 de agosto de 2017 12:33
Para: Atendimento IBBA - Serviços Cash
Cc: Gustavo Bortolan Martins
Assunto: SOLICITAÇÃO DE EXTRATO BANCARIO c/c 74388-5

Boa tarde

Segue em anexo carta referente a solicitação de extrato bancários.
Peço gentilmente que nos façam a grande gentileza de verificar a possibilidade de atendimento no prazo mais curto possível, uma vez que temos que juntar o documentos a um processo, cujo nosso prazo fatal é na data de amanha, 10/08/2017.

Conto com a colaboração e agradeço.

Elisandra Regina Santini
Financeiro | 55 (14) 3511-1210
Financial

Centro de Serviços Compartilhados - Lins Rua Xavantes, 106 . Xingu . 16400-390 . Lins-SP

"Esta mensagem e enderecada exclusivamente a(s) pessoa(s) e/ou instituicoes acima indicadas e pode conter informacoes confidenciais, particulares ou privilegiadas, as quais nao podem, sob qualquer forma ou pretexto, ser utilizadas, divulgadas, alteradas, impressas ou copiadas, total ou parcialmente, por pessoas nao autorizadas. No caso desta mensagem ser recebida por erro, por favor, providencie sua exclusao de qualquer sistema e/ou destrua quaisquer copias reprograficas, notificando o remetente imediatamente. Eventual erro de transmissao desta mensagem em nenhuma hipotese constituira renuncia a confidencialidade ou a qualquer direito ou prerrogativa decorrente da mesma. Esta instituicao nao se responsabiliza

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F23B.

pela realizacao de negocios, opinioes ou declaracoes veiculadas atraves de mensagens eletronicas."
**
"This message is intended only for the named person's and/or entity's use and may contain confidential, proprietary or legally privileged information, which shall not be used, disclosed, changed, printed or copied, in whole or in part, by not intended recipients. If this message is received by error, please delete it from your system and/or destroy any hard copies of it and notify the sender, immediately. No confidentiality or privilege is waived by any mistransmission. This institution is not responsible for any business transaction, opinions or declarations transmitted through electronic mail."

_____

_____

"Esta mensagem e enderecada exclusivamente a(s) pessoa(s) e/ou instituicoes acima indicadas e pode conter informacoes confidenciais, particulares ou privilegiadas, as quais nao podem, sob qualquer forma ou pretexto, ser utilizadas, divulgadas, alteradas, impressas ou copiadas, total ou parcialmente, por pessoas nao autorizadas. No caso desta mensagem ser recebida por erro, por favor, providencie sua exclusao de qualquer sistema e/ou destrua quaisquer copias reprograficas, notificando o remetente imediatamente. Eventual erro de transmissao desta mensagem em nenhuma hipotese constituira renuncia a confidencialidade ou a qualquer direito ou prerrogativa decorrente da mesma. Esta instituicao nao se responsabiliza pela realizacao de negocios, opinioes ou declaracoes veiculadas atraves de mensagens eletronicas."
**
"This message is intended only for the named person's and/or entity's use and may contain confidential, proprietary or legally privileged information, which shall not be used, disclosed, changed, printed or copied, in whole or in part, by not intended recipients. If this message is received by error, please delete it from your system and/or destroy any hard copies of it and notify the sender, immediately. No confidentiality or privilege is waived by any mistransmission. This institution is not responsible for any business transaction, opinions or declarations transmitted through electronic mail."

_____

_____

"Esta mensagem e enderecada exclusivamente a(s) pessoa(s) e/ou instituicoes acima indicadas e pode conter informacoes confidenciais, particulares ou privilegiadas, as quais nao podem, sob qualquer forma ou pretexto, ser utilizadas, divulgadas, alteradas, impressas ou copiadas, total ou parcialmente, por pessoas nao autorizadas. No caso desta mensagem ser recebida por erro, por favor, providencie sua exclusao de qualquer sistema e/ou destrua quaisquer copias reprograficas, notificando o remetente imediatamente. Eventual erro de transmissao desta mensagem em nenhuma hipotese constituira renuncia a confidencialidade ou a qualquer direito ou prerrogativa decorrente da mesma. Esta instituicao nao se responsabiliza pela realizacao de negocios, opinioes ou declaracoes veiculadas atraves de mensagens eletronicas."
**
"This message is intended only for the named person's and/or entity's use and may contain confidential, proprietary or legally privileged information, which shall not be used, disclosed, changed, printed or copied, in whole or

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F23B.

in part, by not intended recipients. If this message is received by error, please delete it from your system and/or destroy any hard copies of it and notify the sender, immediately. No confidentiality or privilege is waived by any mistransmission. This institution is not responsible for any business transaction, opinions or declarations transmitted through electronic mail."

_____

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOEL LUIS THOMAZ BASTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/08/2017 às 20:16 , sob o número WJMJ17409581450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1080871-98.2017.8.26.0100 e código 367F23B.

Anexo E

Termos de constatação de atividade *in loco* do Grupo Heber

TERMO DE CONSTATAÇÃO DE ATIVIDADE

A Administradora Judicial, CONSÓRCIO BDOPRO, neste ato representada por [illegible], brasileiro (a), solteiro (a), RG nº [illegible], CPF/MF nº [illegible], integrante da equipe desta Administradora Judicial que abaixo assina, compareceu no estabelecimento da Recuperanda [illegible], integrante do "Grupo", em seu endereço sito à [illegible] e nele constatou *in loco* atividade administrativa e operacional. Com efeito, lavrou-se o este termo de constatação de atividade, na presença do preposto da Recuperanda abaixo assinado, para seus regulares efeitos.

[illegible], 2017.

CONSÓRCIO BDOPRO - EQUIPE DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

[illegible]

RECUPERANDA

[illegible]

RG: [illegible]

CPF: [illegible]

[illegible]

	Questionamentos	Diligências
1	Qual a hora de abertura da empresa? 24 hs operacional	Realizar uma vistoria da empresa, a fim de verificar se a empresa está em funcionamento
2	Abre todos os dias?	Tirar fotos e levar o modelo de termo de diligência (será enviado por e-mail)
3	Número de funcionários ativos	A pessoa (BDO) que realizar a diligência deve assinar o termo de diligência, informando o RG/CPF
4	Mudanças operacionais no último mês? (Não)	Pedir para o administrador assinar o termo de diligência, juntamente com RG/CPF, Obs. Não pode ser qualquer funcionário! De preferência deve ser alguém com poder gerencial

ADM — 7:00 às 17:00h } 50 pessoas
8:00 às 16:00h }

SEGUNDA A SEXTA

TRECHO SUL E LESTE (100 km)
(20km) (43,5 km)

KM 30 até KM 129

OPERACIONAL (24 h)
— PÁTIO (50)
— APOIO À VIAGEM
- CONFERENTE
- CEO
- MECÂNICA
- ATENDIMENTO
PARA OS PÁTIOS

3º ANO NÃO ESTÁ MAIS
SÃO PESSOAS
BANCO LOCADOR

CONTATO —

INSPETOR DE TRÁFEGO

E 550 PESSOAS

+ INDIRETOS 300 pessoas
— CONSERVAÇÃO = VIAGEM
— PAVIMENTO
— COLETA
— PÁTIO
PÁTIO

FROTA SPMAR 2017				

SETOR	PLACA	MARCA	MODELO	LOCADOR E PRÓPRIO
OPERAÇÃO	GGH-1507	FORD	816 -S	Locado
	GGK-9171	FORD	816 -S	Locado
	GGT-5310	FORD	816 -S	Locado
	GJA-6710	FORD	816 -S	Locado
	GJE-1966	FORD	816 -S	Locado
	EUX-8374	Volvo	400	Proprio
	EUF-0197	Volkswagen	31-370	Proprio
	EFU-9321	Volkswagen	9-150	Proprio
	EQE-4596	Volkswagen	31-320	Proprio
	GBS-9144	FIAT	STRADA	locado
	GBI-6533	FIAT	STRADA	Locado
	GCG-7557	FIAT	STRADA	Locado
	GAE-7088	FIAT	STRADA	Locado
	GBH-2499	FIAT	STRADA	locado
	GCA-6211	FIAT	STRADA	Locado
	GAI-7515	FIAT	STRADA	Locado
	GCN-9936	FIAT	STRADA	Locado
	GBI-9155	Volkswagen	GOL	locado
	GBU-1585	Volkswagen	GOL	locado
	GBB-5636	Volkswagen	GOL	locado
	GAG-6333	Volkswagen	GOL	locado
	GBU-5629	IVECO	DAILY	Terceiro
	EWN-8412	IVECO	DAILY	Terceiro
	EWN-8403	IVECO	DAILY	Terceiro
	FQN-0686	IVECO	DAILY	Terceiro
	FTW-1210	IVECO	DAILY	Terceiro
	FDA 4550	FORD	FORD	Terceiro
	DVA-3412	vw	26-250	Proprio
	EUW-3942	GM	ASTRA	Proprio
	ETP-1274	VW	GOL	Proprio
ADM	GCG-4878	Volkswagen	GOL	Locado
	EMI-0209	Volkswagen	GOL	Proprio
	EUW-3927	Volkswagen	Voyage	Proprio
	GCQ-0074	Volkswagen	GOL	Locado
	GCQ-3348	Volkswagen	GOL	Locado
	FDX-8139	Volkswagen	GOL	Locado
	FSK-6669	Volkswagen	GOL	Locado
	GCG-5188	Volkswagen	GOL	Locado
	GCO-0446	Volkswagen	GOL	Locado
	EQZ-0186	Volkswagen	GOL	Proprio
	GAJ-6977	Volkswagen	GOL	Locado
	GCQ-4454	Volkswagen	GOL	Locado
	GBE-4215	Volkswagen	GOL	Locado
	EQJ-7080	Volkswagen	GOL	Proprio
	GBJ-1350	Volkswagen	GOL	Locado
	GAF-9212	Volkswagen	GOL	Locado
	GCF-5988	Volkswagen	GOL	Locado
	GBB-8810	Volkswagen	GOL	Locado
	FIH-4260	Volkswagen	GOL	Locado
	GBH-1699	Volkswagen	GOL	Locado
	GAM-1139	Volkswagen	GOL	Locado
	EUW-3934	Volkswagen	Voyage	Proprio
	EQZ-0107	Toyota	Corolla	Proprio
	FJY-0134	HYUNDAI	TUCSON	Proprio
	EUF-0196	Toyota	Corolla	Proprio

TERMO DE CONSTATAÇÃO DE ATIVIDADE

A Administradora Judicial, CONSÓRCIO BDOPRO, neste ato representada por _____, brasileiro (a), solteiro (a), RG nº _____, CPF/MF nº _____, integrante da equipe desta Administradora Judicial que abaixo assina, compareceu no estabelecimento da Recuperanda _____, integrante do "_____", em seu endereço sito à _____, e nele constatou *in loco* atividade administrativa e operacional. Com efeito, lavrou-se o este termo de constatação de atividade, na presença do preposto da Recuperanda abaixo assinado, para seus regulares efeitos.

_____, 2017.

CONSÓRCIO BDOPRO – EQUIPE DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

_____

RECUPERANDA

_____

TERMO DE CONSTATAÇÃO DE ATIVIDADE

A Administradora Judicial, CONSÓRCIO BDOPRO, neste ato representada por [illegible], brasileiro (a), casado (a), RG nº [illegible], CPF/MF nº [illegible], integrante da equipe desta Administradora Judicial que abaixo assina, compareceu no estabelecimento da Recuperanda [illegible], integrante do "GRUPO HEBER", em seu endereço sito à [illegible], nº [illegible] e nele constatou *in loco* atividade administrativa e operacional. Com efeito, lavrou-se o este termo de constatação de atividade, na presença do preposto da Recuperanda abaixo assinado, para seus regulares efeitos.

[illegible], [illegible], 2017.

CONSÓRCIO BDOPRO - EQUIPE DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

[illegible]

RECUPERANDA

[illegible]

Administração
CONTERN - Constr. e Com. Ltda.

TERMO DE CONSTATAÇÃO DE ATIVIDADE

A Administradora Judicial, CONSÓRCIO BDOPRO, neste ato representada por GUILHERME POLYCARPO, brasileiro, casado, RG nº 37.854.185-7 - SSP-SP, CPF/MF nº 406.767.768-50, integrante da equipe desta Administradora Judicial que abaixo assina, compareceu no estabelecimento da Recuperanda CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO, integrante do "GRUPO HEBER", em seu endereço sito à Av. José Fogolin, S/N, Parque Industrial, CEP 16404-010, na cidade de Lins, Estado de São Paulo, e nele constatou *in loco* atividade administrativa e operacional. Com efeito, lavrou-se o este termo de constatação de atividade, na presença do preposto da Recuperanda abaixo assinado, para seus regulares efeitos.

Lins, 22 de agosto de 2017.

CONSÓRCIO BDOPRO - EQUIPE DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

RECUPERANDA

Antonio Vieira Junior

34.784.959-1
304.325.518-67

CONTERN Constr. e Com. Ltda.
Central de Equipamentos
ANTONIO VIEIRA JUNIOR

Scanned by CamScanner

Anexo F

Demonstrações contábeis (Planilha eletrônica, papéis de trabalho de confronto entre demonstrativos, e pareceres de auditoria)

BALANÇO PATRIMONIAL
HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	3.186.274.428,11
DISPONIVEL	3.567,31
BENS NUMERARIOS	0
CAIXA GERAL	0
BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.567,31
BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.567,31
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	147.953.982,66
VALORES A RECEBER	147.953.982,66
CLIENTES NACIONAIS	36.198,45
IMPOSTOS A RECUPERAR	7.279.384,45
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	136.877.443,75
OUTROS CREDITOS	3.760.956,01
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	2.578.802,19
DESPESAS ANTECIPADAS	2.578.802,19
DESPESAS	2.578.802,19
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.451.772.586,36
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1.451.772.586,36
DEPOSITOS JUDICIAIS	807,19
OUTROS CREDITOS	1.156.373.217,28
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	294.698.561,89
CONTA CORRENTE COM ACIONISTAS - MUTUOS	700.000,00
INVESTIMENTOS	1.467.815.423,50
INVESTIMENTOS DIVERSOS	1.467.815.423,50
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	1.463.815.423,50
INV. EM IMOVEIS E OUTROS INVEST.	4.000.000,00
IMOBILIZADO	116.150.066,09
BENS DO IMOBILIZADO	116.310.240,84
BENS TANGIVEIS	1.097.587,07
BENS INTANGIVEIS	115.212.653,77
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-160.174,75
DEPRECIACOES	-160.174,75
PASSIVO	-3.186.274.428,11
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-579.345.700,64
FORNECEDORES	-22.185.760,37
FORNECEDORES NACIONAIS	-22.185.760,37
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-22.493.421,32
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-22.404.216,85
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-89.204,47
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-466.144,12
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-114.457,63
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-351.686,49
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-463.276.205,35
CLIENTES NACIONAIS	-463.276.205,35
OUTRAS OBRIGACOES	-70.924.169,48
CONTAS A PAGAR	-70.924.169,48
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-1.738.420.487,80
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-1.738.420.487,80
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-11.521.116,11
OUTRAS OBRIGACOES	-1.214.801.742,34
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-247.449.316,60
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-264.648.312,75
CAPITAL SOCIAL	-307.345.200,00
CAPITAL SOCIAL	-307.345.200,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-307.345.200,00
RESERVAS DE LUCRO	-244.882.596,59
RESERVAS DE LUCRO	-244.882.596,59
RESERVAS DE LUCROS	-249.555.596,59
OPERAÇÕES DE CAPITAL	4.673.000,00
RESERVAS DE REAVALIACAO	-868.442.035,47
RESERVAS DE REAVALIACAO	-868.442.035,47
REAVALIACAO DE BENS 31/12/2002	0
RESULTADOS ABRANGENTES	28.469.033,42
AJUSTE DE AVALIACAO PATRIMONIAL	-896.911.068,89
RESULTADOS ACUMULADOS	552.161.592,39
LUCROS / PREJUIZOS	265.763.344,13
LUCROS / PREJUIZOS	265.763.344,13
APURACAO DE RESULTADOS	286.398.248,26
RESULTADO DO EXERCICIO	286.398.248,26

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

CONTAS DE RESULTADO	286.398.248,26
RESULTADO OPERACIONAL	286.406.017,44
RECEITAS FINANCEIRAS	-83.249,40
RECEITAS DIVERSAS	-83.249,40
DESPESAS OPERACIONAIS	286.489.266,84
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	6.574.864,70
DESPESAS FINANCEIRAS	5.957.483,12
RESULTADOS OPERACIONAIS	272.929.170,56
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO	1.027.748,46
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	-7.769,18
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-7.769,18
RECEITAS EVENTUAIS	-7.769,18

BALANÇO PATRIMONIAL
HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	3.096.963.960,30
DISPONIVEL	2.848,95
BENS NUMERARIOS	0
CAIXA GERAL	0
BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.848,95
BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.848,95
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	148.933.623,46
VALORES A RECEBER	148.933.623,46
CLIENTES NACIONAIS	383.365,51
IMPOSTOS A RECUPERAR	7.630.662,88
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	137.158.639,06
OUTROS CREDITOS	3.760.956,01
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	1.570.852,50
DESPESAS ANTECIPADAS	1.570.852,50
DESPESAS	1.570.852,50
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.459.410.485,54
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1.459.410.485,54
DEPOSITOS JUDICIAIS	15.269,15
OUTROS CREDITOS	1.156.774.677,09
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	301.920.539,30
CONTA CORRENTE COM ACIONISTAS - MUTUOS	700.000,00
INVESTIMENTOS	1.370.948.338,60
INVESTIMENTOS DIVERSOS	1.370.948.338,60
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	1.366.948.338,60
INV. EM IMOVEIS E OUTROS INVEST.	4.000.000,00
IMOBILIZADO	116.097.811,25
BENS DO IMOBILIZADO	116.310.240,84
BENS TANGIVEIS	1.097.587,07
BENS INTANGIVEIS	115.212.653,77
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-212.429,59
DEPRECIACOES	-212.429,59
PASSIVO	-3.096.963.960,30
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-244.382.757,32
FORNECEDORES	-22.021.274,95
FORNECEDORES NACIONAIS	-22.021.274,95
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-38.830.185,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-38.740.980,53
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-89.204,47
OBRIGACOES TRABALHISTAS	0
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-466.618,86
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-113.820,71
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-352.798,15
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-116.954.335,78
CLIENTES NACIONAIS	-116.954.335,78
OUTRAS OBRIGACOES	-66.110.342,73
CONTAS A PAGAR	-66.110.342,73
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-2.105.587.333,67
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-2.105.587.333,67
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0
OUTRAS OBRIGACOES	-1.563.313.777,85
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-274.174.681,23
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-268.098.874,59
CAPITAL SOCIAL	-307.345.200,00
CAPITAL SOCIAL	-307.345.200,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-307.345.200,00
RESERVAS DE LUCRO	-244.882.596,59
RESERVAS DE LUCRO	-244.882.596,59
RESERVAS DE LUCROS	-249.555.596,59
OPERAÇÕES DE CAPITAL	4.673.000,00
RESERVAS DE REAVALIACAO	-871.537.069,59
RESERVAS DE REAVALIACAO	-871.537.069,59
REAVALIACAO DE BENS 31/12/2002	0
RESULTADOS ABRANGENTES	28.469.033,42
AJUSTE DE AVALIACAO PATRIMONIAL	-900.006.103,01
RESULTADOS ACUMULADOS	676.770.996,87
LUCROS / PREJUIZOS	552.161.592,39
LUCROS / PREJUIZOS	552.161.592,39
APURACAO DE RESULTADOS	124.609.404,48
RESULTADO DO EXERCICIO	124.609.404,48

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTAS DE RESULTADO	124.609.404,48
RESULTADO OPERACIONAL	111.730.755,76
RECEITAS FINANCEIRAS	-200.627,03
RECEITAS DIVERSAS	-200.627,03
DESPESAS OPERACIONAIS	111.931.382,79
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.878.915,52
DESPESAS FINANCEIRAS	5.767.518,32
RESULTADOS OPERACIONAIS	103.002.945,20
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO	282.003,75
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	12.878.648,72
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	12.878.648,72
RECEITAS EVENTUAIS	12.878.648,72

BALANÇO PATRIMONIAL
HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	2.983.031.177,83
DISPONIVEL	5.563,12
BENS NUMERARIOS	0
CAIXA GERAL	0
BANCOS CONTA MOVIMENTO	5.563,12
BANCOS CONTA MOVIMENTO	5.563,12
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	149.618.027,29
VALORES A RECEBER	149.618.027,29
CLIENTES NACIONAIS	759.408,33
IMPOSTOS A RECUPERAR	7.872.823,89
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	137.224.839,06
OUTROS CREDITOS	3.760.956,01
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	673.222,50
DESPESAS ANTECIPADAS	673.222,50
DESPESAS	673.222,50
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.459.910.538,42
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1.459.910.538,42
DEPOSITOS JUDICIAIS	91.532,20
OUTROS CREDITOS	1.157.022.731,79
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	302.096.274,43
CONTA CORRENTE COM ACIONISTAS - MUTUOS	700.000,00
INVESTIMENTOS	1.256.772.810,26
INVESTIMENTOS DIVERSOS	1.256.772.810,26
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	1.252.772.810,26
INV. EM IMOVEIS E OUTROS INVEST.	4.000.000,00
IMOBILIZADO	116.051.016,24
BENS DO IMOBILIZADO	116.310.240,84
BENS TANGIVEIS	1.097.587,07
BENS INTANGIVEIS	115.212.653,77
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-259.224,60
DEPRECIACOES	-259.224,60
PASSIVO	-2.983.031.177,83
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-266.973.364,63
FORNECEDORES	-22.222.525,58
FORNECEDORES NACIONAIS	-22.222.525,58
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-48.429.073,12
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-48.339.868,65
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-89.204,47
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-467.178,10
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-113.957,11
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-353.220,99
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-119.053.570,55
CLIENTES NACIONAIS	-119.053.570,55
OUTRAS OBRIGACOES	-76.801.017,28
CONTAS A PAGAR	-76.801.017,28
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-2.116.783.999,59
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-2.116.783.999,59
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0
CONTINGENCIAS FISCAIS / SOC TRABALHISTAS	-13.741.740,78
OUTRAS OBRIGACOES	-1.558.319.570,44
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-271.080.438,03
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-273.642.250,34
CAPITAL SOCIAL	-307.345.200,00
CAPITAL SOCIAL	-307.345.200,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-307.345.200,00
RESERVAS DE LUCRO	-244.882.596,59
RESERVAS DE LUCRO	-244.882.596,59
RESERVAS DE LUCROS	-249.555.596,59
OPERAÇÕES DE CAPITAL	4.673.000,00
RESERVAS DE REAVALIACAO	-871.537.069,59
RESERVAS DE REAVALIACAO	-871.537.069,59
REAVALIACAO DE BENS 31/12/2002	0
RESULTADOS ABRANGENTES	28.469.033,42
AJUSTE DE AVALIACAO PATRIMONIAL	-900.006.103,01
RESULTADOS ACUMULADOS	824.491.052,57
LUCROS / PREJUIZOS	678.464.642,60
LUCROS / PREJUIZOS	678.464.642,60
APURACAO DE RESULTADOS	146.026.409,97
RESULTADO DO EXERCICIO	146.026.409,97

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTAS DE RESULTADO	146.026.409,97
RESULTADO OPERACIONAL	146.026.409,97
RECEITAS FINANCEIRAS	-60.326,82
RECEITAS DIVERSAS	-60.326,82
CUSTO DOS PRODS/MERCADORIAS	626,98
DESPESAS GERAIS	626,98
DESPESAS OPERACIONAIS	146.086.109,81
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	16.562.251,72
DESPESAS COMERCIAIS	9.677,66
DESPESAS FINANCEIRAS	9.620.832,98
RESULTADOS OPERACIONAIS	119.715.967,38
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO	177.380,07

BALANÇO PATRIMONIAL
HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	3.028.347.986,32
DISPONIVEL	14,71
BENS NUMERARIOS	0,2
CAIXA GERAL	0,2
BANCOS CONTA MOVIMENTO	14,51
BANCOS CONTA MOVIMENTO	14,51
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	146.670.431,33
VALORES A RECEBER	146.670.431,33
CLIENTES NACIONAIS	1.003.777,07
IMPOSTOS A RECUPERAR	4.517.859,19
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	137.387.839,06
OUTROS CREDITOS	3.760.956,01
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	224.407,50
DESPESAS ANTECIPADAS	224.407,50
DESPESAS	224.407,50
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.458.783.591,46
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1.458.783.591,46
DEPOSITOS JUDICIAIS	91.532,20
OUTROS CREDITOS	1.155.895.903,22
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	302.096.156,04
CONTA CORRENTE COM ACIONISTAS - MUTUOS	700.000,00
INVESTIMENTOS	1.306.639.972,92
INVESTIMENTOS DIVERSOS	1.306.639.972,92
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	1.302.639.972,92
INV. EM IMOVEIS E OUTROS INVEST.	4.000.000,00
IMOBILIZADO	116.029.568,40
BENS DO IMOBILIZADO	116.310.240,84
BENS TANGIVEIS	1.097.587,07
BENS INTANGIVEIS	115.212.653,77
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-280.672,44
DEPRECIACOES	-280.672,44
PASSIVO	-3.026.285.472,26
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-261.019.025,74
FORNECEDORES	-22.284.393,32
FORNECEDORES NACIONAIS	-22.284.393,32
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-52.677.643,93
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-52.588.439,46
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-89.204,47
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-233,91
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-233,91
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-466.710,30
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-113.843,01
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-352.867,29
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-119.479.701,55
CLIENTES NACIONAIS	-119.479.701,55
OUTRAS OBRIGACOES	-66.110.342,73
CONTAS A PAGAR	-66.110.342,73
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-2.166.033.632,91
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-2.166.033.632,91
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0
CONTINGENCIAS FISCAIS / SOC TRABALHISTAS	-13.741.740,78
OUTRAS OBRIGACOES	-1.557.703.912,34
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-271.078.566,79
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-323.509.413,00
CAPITAL SOCIAL	-307.345.200,00
CAPITAL SOCIAL	-307.345.200,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-307.345.200,00
RESERVAS DE LUCRO	-244.882.596,59
RESERVAS DE LUCRO	-244.882.596,59
RESERVAS DE LUCROS	-249.555.596,59
OPERAÇÕES DE CAPITAL	4.673.000,00
RESERVAS DE REAVALIACAO	-871.537.069,59
RESERVAS DE REAVALIACAO	-871.537.069,59
REAVALIACAO DE BENS 31/12/2002	0
RESULTADOS ABRANGENTES	28.469.033,42
AJUSTE DE AVALIACAO PATRIMONIAL	-900.006.103,01
RESULTADOS ACUMULADOS	824.532.052,57
LUCROS / PREJUIZOS	678.505.642,60
LUCROS / PREJUIZOS	678.505.642,60
APURACAO DE RESULTADOS	146.026.409,97
RESULTADO DO EXERCICIO	146.026.409,97

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

CONTAS DE RESULTADO	-2.062.514,06
RESULTADO OPERACIONAL	-2.062.514,06
RECEITAS FINANCEIRAS	-10.690.675,51
RECEITAS DIVERSAS	-10.690.675,51
CUSTO DOS PRODS/MERCADORIAS	166
DESPESAS GERAIS	166
DESPESAS OPERACIONAIS	8.627.995,45
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.331.732,70
DESPESAS COMERCIAIS	1.279,43
DESPESAS FINANCEIRAS	4.261.598,86
RESULTADOS OPERACIONAIS	0
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO	33.384,46

BALANÇO PATRIMONIAL
COMAPI AGROPECUÁRIA S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	2.328.055.732,69
DISPONIVEL	13.223,28
BENS NUMERARIOS	0
CAIXA GERAL	0
BANCOS CONTA MOVIMENTO	13.223,28
BANCOS CONTA MOVIMENTO	13.223,28
CREDITOS RECEBIDOS	0
COBRANCA RECEBIDA CREDITAR	0
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	193.166.937,30
VALORES A RECEBER	189.770.382,53
CLIENTES NACIONAIS	111.065.738,69
CLIENTES INTERNACIONAIS	5.189,49
IMPOSTOS A RECUPERAR	16.081.396,01
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	52.900.330,51
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	9.389,04
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.176.372,94
OUTROS CREDITOS	8.531.965,85
ESTOQUES	3.396.554,77
PRODUTOS/MERCADORIAS	2.152.592,96
MATERIA PRIMA	1.243.961,81
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	3.219,90
DESPESAS ANTECIPADAS	3.219,90
DESPESAS	3.219,90
OUTRAS DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.023.076.508,72
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1.023.076.508,72
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.572.121,83
OUTROS CREDITOS	1.021.504.386,89
INVESTIMENTOS	943.953.461,78
INVESTIMENTOS DIVERSOS	943.953.461,78
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	943.953.461,78
IMOBILIZADO	167.842.381,71
BENS DO IMOBILIZADO	202.819.769,60
BENS TANGIVEIS	202.817.960,63
BENS INTANGIVEIS	1.808,97
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-34.977.387,89
DEPRECIACOES	-34.977.387,89
ATIVO DIFERIDO	0
DESPESAS DIFERIDAS	0
DESPESAS PRE OPERACIONAIS	0
PASSIVO	-2.328.055.732,69
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-700.705.875,90
FORNECEDORES	-27.374.325,00
FORNECEDORES NACIONAIS	-27.374.324,99
FORNECEDORES INTERNACIONAIS	-0,01

BALANÇO PATRIMONIAL
COMAPI AGROPECUÁRIA S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-48.195.629,45
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-28.296.823,82
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-19.898.805,63
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-528.842,56
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	-93.395,58
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-243.954,79
PROVISOES TRABALHISTAS	-191.492,19
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-127.686,24
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-2.195,97
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-46.699,07
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-78.791,20
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-572.955.781,74
CLIENTES NACIONAIS	-572.955.781,74
OUTRAS OBRIGACOES	-51.523.610,91
CONTAS A PAGAR	-51.523.610,91
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-133.764.593,70
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-133.764.593,70
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-4.735.212,48
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	-287.437,85
CONTINGENCIAS FISCAIS / SOC TRABALHISTAS	-252.669,07
OUTRAS OBRIGACOES	-128.402.389,06
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-86.885,24
RESULTADOS DE EXERC.FUTUROS	-5.880.225,21
RESULTADOS FUTUROS	-5.880.225,21
RECEITAS EXERCICIOS FUTUROS	-5.880.225,21
CAPITAL SOCIAL	-253.787.553,00
CAPITAL SOCIAL	-253.787.553,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-253.787.553,00
RESERVAS DE CAPITAL	-6.429,86
RESERVAS DE CAPITAL	-6.429,86
RESERVAS DE CORRECAO	-6.429,86
RESERVAS DE LUCRO	-64.768,86
RESERVAS DE LUCRO	-64.768,86
RESERVA LEGAL	-64.768,86
RESERVAS DE REAVALIACAO	-1.002.387.626,32
RESERVAS DE REAVALIACAO	-1.002.387.626,32
AJUSTE DE AVALIACAO PATRIMONIAL	-1.002.387.626,32
RESULTADOS ACUMULADOS	-231.458.659,84
LUCROS / PREJUIZOS	-440.373.298,78
LUCROS / PREJUIZOS	-440.373.298,78
APURACAO DE RESULTADOS	208.914.638,94
RESULTADO DO EXERCICIO	208.914.638,94

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
COMAPI AGROPECUÁRIA S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

CONTAS DE RESULTADO	208.914.638,94
RESULTADO OPERACIONAL	236.805.400,35
RECEITA BRUTA	-20.084.222,38
RECEITAS C/VENDAS NO PAIS	-20.084.222,38
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	2.681.692,25
DEVOLUCOES E ABATIMENTOS	41.630,42
TRIBUTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	2.640.061,83
RECEITAS FINANCEIRAS	-445.486,92
RECEITAS DIVERSAS	-445.486,92
CUSTO DOS PRODS/MERCADORIAS	10.077.731,33
MATERIA-PRIMA	106.113,21
INSUMOS DE PRODUCAO	1.591.621,53
GASTOS COM PESSOAL - DIRETO	1.178.452,56
DESPESAS GERAIS	3.477.375,87
CUSTO DAS MERCADORIAS	3.120.689,87
GASTOS COM PESSOAL - INDIRETO	603.478,29
DESPESAS OPERACIONAIS	244.575.686,07
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	5.783.950,65
DESPESAS COMERCIAIS	115.938,63
DESPESAS FINANCEIRAS	26.995.426,34
RESULTADOS OPERACIONAIS	211.664.419,88
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO	15.950,57
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	-27.890.761,41
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-173.890.761,41
RECEITAS EVENTUAIS	-173.890.761,41
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	146.000.000,00
DESPESAS DIVERSAS	146.000.000,00

BALANÇO PATRIMONIAL
COMAPI AGROPECUÁRIA S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	2.082.472.589,51
DISPONIVEL	412,95
BENS NUMERARIOS	-2.624,83
CAIXA GERAL	-2.624,83
BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.037,78
BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.037,78
CREDITOS RECEBIDOS	0
COBRANCA RECEBIDA CREDITAR	0
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	153.098.998,46
VALORES A RECEBER	151.319.369,92
CLIENTES NACIONAIS	70.960.591,12
CLIENTES INTERNACIONAIS	10.187,50
APLICACOES FINANCEIRAS-RDB	0
IMPOSTOS A RECUPERAR	15.724.034,61
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	54.905.926,81
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	10.200,97
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.176.372,94
OUTROS CREDITOS	8.532.055,97
ESTOQUES	1.779.628,54
PRODUTOS/MERCADORIAS	676.533,12
MATERIA PRIMA	1.103.095,42
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	5.269,26
DESPESAS ANTECIPADAS	5.269,26
DESPESAS	5.269,26
ATIVO NÃO CIRCULANTE	938.584.714,57
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	938.584.714,57
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.916.687,26
OUTROS CREDITOS	936.668.027,31
INVESTIMENTOS	817.179.547,77
INVESTIMENTOS DIVERSOS	817.179.547,77
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	817.179.547,77
IMOBILIZADO	173.491.126,96
BENS DO IMOBILIZADO	210.828.184,86
BENS TANGIVEIS	210.828.184,86
BENS INTANGIVEIS	0
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-37.337.057,90
DEPRECIACOES	-37.337.057,90
ATIVO DIFERIDO	112.519,54
DESPESAS DIFERIDAS	112.519,54
DESPESAS PRE OPERACIONAIS	112.519,54
PASSIVO	-2.082.472.589,51
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-667.537.808,33
FORNECEDORES	-35.288.405,69
FORNECEDORES NACIONAIS	-27.526.283,61
FORNECEDORES INTERNACIONAIS	-7.762.122,08

BALANÇO PATRIMONIAL
COMAPI AGROPECUÁRIA S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-40.263.945,21
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-20.227.762,76
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-20.036.182,45
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-379.523,60
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	-30.664,06
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-268.072,52
PROVISOES TRABALHISTAS	-80.787,02
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-146.991,16
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-1.333,92
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-58.927,42
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-86.729,82
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-539.931.916,61
CLIENTES NACIONAIS	-539.931.916,61
OUTRAS OBRIGACOES	-51.527.026,06
CONTAS A PAGAR	-51.527.026,06
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-49.133.921,39
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-49.133.921,39
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	-16.733,72
CONTINGENCIAS FISCAIS / SOC TRABALHISTAS	-252.669,07
OUTRAS OBRIGACOES	-48.859.180,04
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-5.338,56
RESULTADOS DE EXERC.FUTUROS	-5.930.905,21
RESULTADOS FUTUROS	-5.930.905,21
RECEITAS EXERCICIOS FUTUROS	-5.930.905,21
CAPITAL SOCIAL	-253.787.553,00
CAPITAL SOCIAL	-253.787.553,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-253.787.553,00
RESERVAS DE CAPITAL	-6.429,86
RESERVAS DE CAPITAL	-6.429,86
RESERVAS DE CORRECAO	-6.429,86
RESERVAS DE LUCRO	-64.768,86
RESERVAS DE LUCRO	-64.768,86
RESERVA LEGAL	-64.768,86
RESERVAS DE REAVALIACAO	-1.002.387.626,32
RESERVAS DE REAVALIACAO	-1.002.387.626,32
AJUSTE DE AVALIACAO PATRIMONIAL	-1.002.387.626,32
RESULTADOS ACUMULADOS	-103.623.576,54
LUCROS / PREJUIZOS	-440.373.298,78
LUCROS / PREJUIZOS	-440.373.298,78
APURACAO DE RESULTADOS	336.749.722,24
RESULTADO DO EXERCICIO	336.749.722,24

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
COMAPI AGROPECUÁRIA S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTAS DE RESULTADO	127.835.083,30
RESULTADO OPERACIONAL	149.400.204,20
RECEITA BRUTA	-5.912.885,09
RECEITAS C/VENDAS NO PAIS	-5.912.885,09
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	744.477,75
DEVOLUCOES E ABATIMENTOS	44.677,00
TRIBUTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	699.800,75
RECEITAS FINANCEIRAS	-1.008.639,61
RECEITAS DIVERSAS	-1.008.639,61
CUSTO DOS PRODS/MERCADORIAS	8.153.301,88
MATERIA-PRIMA	-170.550,80
INSUMOS DE PRODUCAO	1.103.207,84
GASTOS COM PESSOAL - DIRETO	1.395.163,29
DESPESAS GERAIS	3.214.591,96
CUSTO DAS MERCADORIAS	1.989.083,56
GASTOS COM PESSOAL - INDIRETO	621.806,03
DESPESAS OPERACIONAIS	147.423.949,27
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	7.306.796,35
DESPESAS COMERCIAIS	-61.899,87
DESPESAS FINANCEIRAS	13.275.284,41
RESULTADOS OPERACIONAIS	126.773.914,01
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO	129.854,37
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	-21.565.120,90
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-22.792.416,28
RECEITAS EVENTUAIS	-22.792.416,28
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	1.227.295,38
DESPESAS DIVERSAS	1.227.295,38

BALANÇO PATRIMONIAL
COMAPI AGROPECUÁRIA S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	1.617.520.207,60
DISPONIVEL	725.594,63
BENS NUMERARIOS	-2.624,90
CAIXA GERAL	-2.624,90
BANCOS CONTA MOVIMENTO	728.219,53
BANCOS CONTA MOVIMENTO	728.219,53
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	190.796.074,45
VALORES A RECEBER	189.584.951,16
CLIENTES NACIONAIS	85.725.738,28
CLIENTES INTERNACIONAIS	12.562,26
IMPOSTOS A RECUPERAR	10.198.924,72
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	55.348.701,68
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	2.195,43
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.176.372,94
OUTROS CREDITOS	37.120.455,85
ESTOQUES	1.211.123,29
PRODUTOS/MERCADORIAS	417.846,29
MATERIA PRIMA	793.277,00
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	10.270,56
DESPESAS ANTECIPADAS	10.270,56
DESPESAS	10.270,56
ATIVO NÃO CIRCULANTE	957.904.247,90
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	957.904.247,90
DEPOSITOS JUDICIAIS	2.010.969,67
OUTROS CREDITOS	955.893.278,23
INVESTIMENTOS	334.797.242,90
INVESTIMENTOS DIVERSOS	334.797.242,90
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	334.797.242,90
IMOBILIZADO	133.174.257,62
BENS DO IMOBILIZADO	173.420.665,68
BENS TANGIVEIS	173.420.665,68
BENS INTANGIVEIS	0
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-40.246.408,06
DEPRECIACOES	-40.246.408,06
ATIVO DIFERIDO	112.519,54
DESPESAS DIFERIDAS	112.519,54
DESPESAS PRE OPERACIONAIS	112.519,54
PASSIVO	-1.617.520.207,60
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-686.345.907,04
FORNECEDORES	-35.927.732,43
FORNECEDORES NACIONAIS	-28.165.610,35
FORNECEDORES INTERNACIONAIS	-7.762.122,08
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-42.631.324,30
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-19.732.112,33
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-22.899.211,97

BALANÇO PATRIMONIAL
COMAPI AGROPECUÁRIA S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

OBRIGACOES TRABALHISTAS	-97.302,76
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	0
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-86.385,47
PROVISOES TRABALHISTAS	-10.917,29
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-160.482,44
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-9.609,23
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-77.556,65
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-73.316,56
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-555.913.999,30
CLIENTES NACIONAIS	-555.913.999,30
OUTRAS OBRIGACOES	-51.615.065,81
CONTAS A PAGAR	-51.615.065,81
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-65.891.113,23
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-65.891.113,23
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0
CONTINGENCIAS FISCAIS / SOC TRABALHISTAS	-252.669,07
OUTRAS OBRIGACOES	-65.638.444,16
RESULTADOS DE EXERC.FUTUROS	-5.930.905,21
RESULTADOS FUTUROS	-5.930.905,21
RECEITAS EXERCICIOS FUTUROS	-5.930.905,21
CAPITAL SOCIAL	-253.787.553,00
CAPITAL SOCIAL	-253.787.553,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-253.787.553,00
RESERVAS DE CAPITAL	-6.429,86
RESERVAS DE CAPITAL	-6.429,86
RESERVAS DE CORRECAO	-6.429,86
RESERVAS DE LUCRO	-64.768,86
RESERVAS DE LUCRO	-64.768,86
RESERVA LEGAL	-64.768,86
RESERVAS DE REAVALIACAO	-1.002.387.626,32
RESERVAS DE REAVALIACAO	-1.002.387.626,32
AJUSTE DE AVALIACAO PATRIMONIAL	-1.002.387.626,32
RESULTADOS ACUMULADOS	396.894.095,92
LUCROS / PREJUIZOS	-440.373.298,78
LUCROS / PREJUIZOS	-440.373.298,78
APURACAO DE RESULTADOS	837.267.394,70
RESULTADO DO EXERCICIO	837.267.394,70

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
COMAPI AGROPECUÁRIA S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTAS DE RESULTADO	500.517.672,46
RESULTADO OPERACIONAL	509.874.747,19
RECEITA BRUTA	-16.040.925,98
RECEITAS C/VENDAS NO PAIS	-16.040.925,98
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	2.181.423,52
DEVOLUCOES E ABATIMENTOS	560.943,65
TRIBUTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	1.620.479,87
RECEITAS FINANCEIRAS	-33.385,62
RECEITAS DIVERSAS	-33.385,62
CUSTO DOS PRODS/MERCADORIAS	3.745.215,50
MATERIA-PRIMA	-322.330,32
INSUMOS DE PRODUCAO	293.743,48
GASTOS COM PESSOAL - DIRETO	218.210,27
DESPESAS GERAIS	2.166.830,83
CUSTO DAS MERCADORIAS	1.225.105,25
GASTOS COM PESSOAL - INDIRETO	163.655,99
DESPESAS OPERACIONAIS	520.022.419,77
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	14.533.455,78
DESPESAS COMERCIAIS	15.896,01
DESPESAS FINANCEIRAS	23.069.139,44
RESULTADOS OPERACIONAIS	482.382.304,87
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO	21.623,67
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	-9.357.074,73
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-9.357.074,73
RECEITAS EVENTUAIS	-9.357.074,73

BALANÇO PATRIMONIAL
COMAPI AGROPECUÁRIA S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	1.602.006.633,27
DISPONIVEL	779.553,01
BENS NUMERARIOS	0
CAIXA GERAL	0
BANCOS CONTA MOVIMENTO	779.553,01
BANCOS CONTA MOVIMENTO	779.553,01
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	190.662.326,75
VALORES A RECEBER	189.451.203,46
CLIENTES NACIONAIS	86.029.421,76
CLIENTES INTERNACIONAIS	12.562,26
IMPOSTOS A RECUPERAR	9.761.493,54
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	55.348.701,68
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	2.195,43
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.176.372,94
OUTROS CREDITOS	37.120.455,85
ESTOQUES	1.211.123,29
PRODUTOS/MERCADORIAS	417.846,29
MATERIA PRIMA	793.277,00
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	10.270,56
DESPESAS ANTECIPADAS	10.270,56
DESPESAS	10.270,56
ATIVO NÃO CIRCULANTE	944.468.873,11
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	944.468.873,11
DEPOSITOS JUDICIAIS	2.308.328,10
OUTROS CREDITOS	942.160.545,01
INVESTIMENTOS	334.797.242,90
INVESTIMENTOS DIVERSOS	334.797.242,90
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	334.797.242,90
IMOBILIZADO	131.175.847,40
BENS DO IMOBILIZADO	172.815.740,10
BENS TANGIVEIS	172.815.740,10
BENS INTANGIVEIS	0
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-41.639.892,70
DEPRECIACOES	-41.639.892,70
ATIVO DIFERIDO	112.519,54
DESPESAS DIFERIDAS	112.519,54
DESPESAS PRE OPERACIONAIS	112.519,54
PASSIVO	-1.607.128.566,23
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-672.436.360,93
FORNECEDORES	-34.312.624,78
FORNECEDORES NACIONAIS	-26.550.502,70
FORNECEDORES INTERNACIONAIS	-7.762.122,08
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-44.942.563,49
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-21.966.318,88
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-22.976.244,61

BALANÇO PATRIMONIAL
COMAPI AGROPECUÁRIA S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

OBRIGACOES TRABALHISTAS	-95.643,66
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	0
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-86.587,22
PROVISOES TRABALHISTAS	-9.056,44
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-164.909,74
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-10.689,06
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-80.904,12
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-73.316,56
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-541.282.767,32
CLIENTES NACIONAIS	-541.282.767,32
OUTRAS OBRIGACOES	-51.637.851,94
CONTAS A PAGAR	-51.637.851,94
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-69.409.017,97
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-69.409.017,97
CONTINGENCIAS FISCAIS / SOC TRABALHISTAS	-252.669,07
OUTRAS OBRIGACOES	-69.156.348,90
RESULTADOS DE EXERC.FUTUROS	-5.930.905,21
RESULTADOS FUTUROS	-5.930.905,21
RECEITAS EXERCICIOS FUTUROS	-5.930.905,21
CAPITAL SOCIAL	-253.787.553,00
CAPITAL SOCIAL	-253.787.553,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-253.787.553,00
RESERVAS DE CAPITAL	-6.429,86
RESERVAS DE CAPITAL	-6.429,86
RESERVAS DE CORRECAO	-6.429,86
RESERVAS DE LUCRO	-64.768,86
RESERVAS DE LUCRO	-64.768,86
RESERVA LEGAL	-64.768,86
RESERVAS DE REAVALIACAO	-1.002.387.626,32
RESERVAS DE REAVALIACAO	-1.002.387.626,32
AJUSTE DE AVALIACAO PATRIMONIAL	-1.002.387.626,32
RESULTADOS ACUMULADOS	396.894.095,92
LUCROS / PREJUIZOS	-440.373.298,78
LUCROS / PREJUIZOS	-440.373.298,78
APURACAO DE RESULTADOS	837.267.394,70
RESULTADO DO EXERCICIO	837.267.394,70

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
COMAPI AGROPECUÁRIA S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

CONTAS DE RESULTADO	5.121.932,96
RESULTADO OPERACIONAL	6.720.450,49
RECEITA BRUTA	-198.030,53
RECEITAS C/VENDAS NO PAIS	-198.030,53
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	134.111,35
DEVOLUCOES E ABATIMENTOS	22.786,13
TRIBUTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	111.325,22
RECEITAS FINANCEIRAS	-1.875,39
RECEITAS DIVERSAS	-1.875,39
CUSTO DOS PRODS/MERCADORIAS	748.652,39
MATERIA-PRIMA	0
GASTOS COM PESSOAL - DIRETO	0
DESPESAS GERAIS	646.627,17
MATERIA PRIMA MERCADO EXTERNO	102.025,22
DESPESAS OPERACIONAIS	6.037.592,67
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	282.684,82
DESPESAS FINANCEIRAS	5.756.555,11
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO	-1.647,26
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	-1.598.517,53
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-1.598.517,53
RECEITAS EVENTUAIS	-1.598.517,53

BALANÇO PATRIMONIAL
CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
31 DE DEZEMBRO DE 2014

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	1.286.150.590,10
DISPONIVEL	6.113.759,84
BENS NUMERARIOS	115.841,36
CAIXA GERAL	115.841,36
BANCOS CONTA MOVIMENTO	5.997.918,48
BANCOS CONTA MOVIMENTO	5.997.918,48
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	739.545.833,53
VALORES A RECEBER	739.446.538,36
CLIENTES NACIONAIS	144.667.729,30
APLICACOES FINANCEIRAS-RDB	16.540.348,87
IMPOSTOS A RECUPERAR	18.650.348,95
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	552.563.230,52
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	216.007,78
DEPOSITOS JUDICIAIS	103.453,00
OUTROS CREDITOS	6.813.232,59
PROVISAO DEVEDORES	-107.812,65
ESTOQUES	99.295,17
PRODUTOS/MERCADORIAS	99.295,17
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	11.111.368,23
DESPESAS ANTECIPADAS	11.111.368,23
DESPESAS	11.111.368,23
ATIVO NÃO CIRCULANTE	214.201.070,37
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	214.201.070,37
DEPOSITOS JUDICIAIS	8.963.278,44
OUTROS CREDITOS	863.085,09
BENS DE ATIVO P/ VENDA	171.177.086,82
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	3.150.001,00
OUTRAS DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	30.047.619,02
INVESTIMENTOS	0
INVESTIMENTOS DIVERSOS	0
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	0
IMOBILIZADO	315.178.558,13
BENS DO IMOBILIZADO	471.862.470,77
BENS TANGIVEIS	470.313.545,34
BENS INTANGIVEIS	1.530.242,93
EQUIP., VEICULOS E SIST. DE CONTROLE	18.682,50
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-156.683.912,64
DEPRECIACOES	-156.682.355,74
EQUIPAMENTOS VEICULOS E SISTEMAS DE CON	-1.556,90
PASSIVO	-1.286.150.590,10
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-349.966.496,13
FORNECEDORES	-65.250.827,53
FORNECEDORES NACIONAIS	-64.605.427,53
FORNECEDORES INTERNACIONAIS	-645.400,00
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-197.000.077,40

BALANÇO PATRIMONIAL
CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
31 DE DEZEMBRO DE 2014

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-177.001.841,61
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-19.998.235,79
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-32.402.731,44
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	-1.536.154,40
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-26.760.538,20
PROVISOES TRABALHISTAS	-4.106.038,84
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-3.595.812,32
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-2.140.884,45
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ O LUCRO	-532.419,09
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-922.508,78
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-51.294.732,62
CLIENTES NACIONAIS	-51.294.732,62
OUTRAS OBRIGACOES	-422.314,82
CONTAS A PAGAR	-422.314,82
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-249.354.128,22
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-249.354.128,22
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-73.273.208,32
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	-1.141.806,91
CONTINGENCIAS FISCAIS / SOC TRABALHISTAS	-13.502.610,61
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	-48.521.636,71
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-112.914.865,67
CAPITAL SOCIAL	-863.337.364,00
CAPITAL SOCIAL	-863.337.364,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-863.337.364,00
RESERVAS DE CAPITAL	-12.268,63
RESERVAS DE CAPITAL	-12.268,63
RESERVAS DE CORRECAO	-12.268,63
RESERVAS DE REAVALIACAO	-43.586.372,64
RESERVAS DE REAVALIACAO	-43.586.372,64
RESULTADOS ABRANGENTES	-43.586.372,64
RESULTADOS ACUMULADOS	220.106.039,52
LUCROS / PREJUIZOS	102.223.355,22
LUCROS / PREJUIZOS	103.556.688,55
PREJUIZOS ACUMULADOS	-1.333.333,33
APURACAO DE RESULTADOS	117.882.684,30
RESULTADO DO EXERCICIO	117.882.684,30

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
31 DE DEZEMBRO DE 2014

CONTAS DE RESULTADO	117.882.684,30
RESULTADO OPERACIONAL	122.396.797,77
RECEITA BRUTA	-978.068.352,31
RECEITAS C/VENDAS NO PAIS	-4.603.847,54
RECEITAS S/PREST.SERVICOS	-973.464.504,77
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	20.730.558,59
DEVOLUCOES E ABATIMENTOS	10.826,78
TRIBUTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	20.719.731,81
RECEITAS FINANCEIRAS	-15.850.271,30
RECEITAS DIVERSAS	-15.850.271,30
CUSTO DOS PRODS/MERCADORIAS	792.359.157,25
GASTOS COM PESSOAL - DIRETO	82.105.771,79
CUSTO DAS MERCADORIAS	39.222.310,38
GASTOS COM PESSOAL - INDIRETO	12.316.963,10
CUSTO COM OBRAS	658.714.111,98
DESPESAS OPERACIONAIS	303.225.705,54
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	123.139.707,66
DESPESAS COMERCIAIS	2.492.100,55
DESPESAS FINANCEIRAS	43.140.406,34
RESULTADOS OPERACIONAIS	119.257.110,37
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO	15.196.380,62
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	-5.777.499,77
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-5.777.499,77
RECEITAS EVENTUAIS	-5.777.499,77
PROVISOES	1.263.386,30
PROVISOES IMPOSTOS/CONTRIBUIC.	1.263.386,30
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	1.263.386,30

BALANÇO PATRIMONIAL
CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
31 DE DEZEMBRO DE 2015

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	1.487.918.492,04
DISPONIVEL	4.993.457,03
BENS NUMERARIOS	111.226,86
CAIXA GERAL	111.226,86
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.882.179,38
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.882.179,38
CREDITOS RECEBIDOS	50,79
COBRANCA RECEBIDA CREDITAR	50,79
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	810.050.671,24
VALORES A RECEBER	809.951.376,07
CLIENTES NACIONAIS	286.028.770,88
IMPOSTOS A RECUPERAR	19.482.226,12
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	499.968.151,99
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	74.571,13
DEPOSITOS JUDICIAIS	103.453,00
OUTROS CREDITOS	4.402.015,60
PROVISAO DEVEDORES	-107.812,65
ESTOQUES	99.295,17
PRODUTOS/MERCADORIAS	99.295,17
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	10.366.535,83
DESPESAS ANTECIPADAS	10.366.535,83
DESPESAS	10.366.535,83
ATIVO NÃO CIRCULANTE	385.497.683,83
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	385.497.683,83
DEPOSITOS JUDICIAIS	14.641.437,37
OUTROS CREDITOS	173.910.111,06
BENS DE ATIVO P/ VENDA	171.177.086,82
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	3.150.001,00
OUTRAS DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	22.619.047,58
IMOBILIZADO	277.010.144,11
BENS DO IMOBILIZADO	455.958.105,91
BENS TANGIVEIS	454.957.192,22
BENS INTANGIVEIS	982.231,19
EQUIP., VEICULOS E SIST. DE CONTROLE	18.682,50
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-178.947.961,80
DEPRECIACOES	-178.942.668,34
EQUIPAMENTOS VEICULOS E SISTEMAS DE CON	-5.293,46
PASSIVO	-1.487.918.492,04
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-512.331.801,76
FORNECEDORES	-71.209.009,13
FORNECEDORES NACIONAIS	-70.358.929,13
FORNECEDORES INTERNACIONAIS	-850.080,00
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-315.990.242,49
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-302.389.875,96
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-13.600.366,53

BALANÇO PATRIMONIAL
CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
31 DE DEZEMBRO DE 2015

OBRIGACOES TRABALHISTAS	-26.459.202,89
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	-669.159,37
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-24.039.205,51
PROVISOES TRABALHISTAS	-1.750.838,01
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-5.710.005,79
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-2.762.003,01
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ O LUCRO	-536.859,33
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-2.411.143,45
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-92.543.747,42
CLIENTES NACIONAIS	-92.543.747,42
OUTRAS OBRIGACOES	-419.594,04
CONTAS A PAGAR	-419.594,04
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-483.584.801,25
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-483.584.801,25
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-10.665.837,24
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	-7.578.245,98
CONTINGENCIAS FISCAIS / SOC TRABALHISTAS	-13.502.610,61
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	-145.418.599,44
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-306.419.507,98
CAPITAL SOCIAL	-863.337.364,00
CAPITAL SOCIAL	-863.337.364,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-863.337.364,00
RESERVAS DE CAPITAL	-12.268,63
RESERVAS DE CAPITAL	-12.268,63
RESERVAS DE CORRECAO	-12.268,63
RESERVAS DE REAVALIACAO	-43.609.478,22
RESERVAS DE REAVALIACAO	-43.609.478,22
RESULTADOS ABRANGENTES	-43.609.478,22
RESULTADOS ACUMULADOS	414.957.221,82
LUCROS / PREJUIZOS	220.106.039,52
LUCROS / PREJUIZOS	221.439.372,85
PREJUIZOS ACUMULADOS	-1.333.333,33
APURACAO DE RESULTADOS	194.851.182,30
RESULTADO DO EXERCICIO	194.851.182,30

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTAS DE RESULTADO	194.851.182,30
RESULTADO OPERACIONAL	202.509.754,33
RECEITA BRUTA	-644.660.481,96
RECEITAS C/VENDAS NO PAIS	-154.883,40
RECEITAS S/PREST.SERVICOS	-644.505.598,56
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	27.130.916,70
DEVOLUCOES E ABATIMENTOS	19.589,66
TRIBUTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	27.111.327,04
RECEITAS FINANCEIRAS	-3.435.092,86
RECEITAS DIVERSAS	-3.435.092,86
CUSTO DOS PRODS/MERCADORIAS	469.860.317,66
GASTOS COM PESSOAL - DIRETO	37.298.888,15
DESPESAS GERAIS	1.478.174,74
CUSTO DAS MERCADORIAS	2.394.104,64
GASTOS COM PESSOAL - INDIRETO	7.523.100,77
CUSTO COM OBRAS	421.166.049,36
DESPESAS OPERACIONAIS	353.614.094,79
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	91.209.842,34
DESPESAS COMERCIAIS	2.353.064,51
DESPESAS FINANCEIRAS	58.190.269,05
RESULTADOS OPERACIONAIS	193.527.747,89
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO	8.333.171,00
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	-7.658.572,03
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-7.658.572,03
RECEITAS EVENTUAIS	-7.658.572,03

BALANÇO PATRIMONIAL
CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
31 DE DEZEMBRO DE 2016

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	1.449.395.113,09
DISPONIVEL	6.818.367,53
BENS NUMERARIOS	106.749,43
CAIXA GERAL	106.749,43
BANCOS CONTA MOVIMENTO	6.711.618,10
BANCOS CONTA MOVIMENTO	6.711.618,10
CREDITOS RECEBIDOS	0
COBRANCA RECEBIDA CREDITAR	0
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	981.047.950,34
VALORES A RECEBER	980.948.655,17
CLIENTES NACIONAIS	245.089.693,39
IMPOSTOS A RECUPERAR	19.724.723,33
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	711.630.661,73
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	119.965,93
DEPOSITOS JUDICIAIS	103.453,00
OUTROS CREDITOS	4.387.970,44
PROVISAO DEVEDORES	-107.812,65
ESTOQUES	99.295,17
PRODUTOS/MERCADORIAS	99.295,17
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	9.697.519,65
DESPESAS ANTECIPADAS	9.697.519,65
DESPESAS	9.697.519,65
ATIVO NÃO CIRCULANTE	210.887.919,52
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	210.887.919,52
DEPOSITOS JUDICIAIS	23.110.142,11
OUTROS CREDITOS	-1.737.937,86
BENS DE ATIVO P/ VENDA	171.177.086,82
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	3.148.152,31
OUTRAS DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	15.190.476,14
IMOBILIZADO	240.943.356,05
BENS DO IMOBILIZADO	431.980.871,82
BENS TANGIVEIS	431.716.214,52
BENS INTANGIVEIS	245.974,80
EQUIP., VEICULOS E SIST. DE CONTROLE	18.682,50
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-191.037.515,77
DEPRECIACOES	-191.028.485,75
EQUIPAMENTOS VEICULOS E SISTEMAS DE CON	-9.030,02
PASSIVO	-1.449.395.113,09
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-554.909.835,30
FORNECEDORES	-71.054.582,39
FORNECEDORES NACIONAIS	-70.334.542,39
FORNECEDORES INTERNACIONAIS	-720.040,00
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-367.327.000,95
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-353.619.294,74
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-13.707.706,21

BALANÇO PATRIMONIAL
CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
31 DE DEZEMBRO DE 2016

OBRIGACOES TRABALHISTAS	-27.035.194,13
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	-484.036,55
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-25.567.171,59
PROVISOES TRABALHISTAS	-983.985,99
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-8.341.356,75
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-3.100.510,65
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ O LUCRO	-541.249,29
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-4.699.596,81
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-80.734.879,45
CLIENTES NACIONAIS	-80.734.879,45
OUTRAS OBRIGACOES	-416.821,63
CONTAS A PAGAR	-416.821,63
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-650.349.385,00
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-650.349.385,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-3.700.888,75
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	-7.265.882,80
CONTINGENCIAS FISCAIS / SOC TRABALHISTAS	-13.502.610,61
OUTRAS OBRIGACOES	-387.700,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	-94.934.308,48
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-530.557.994,36
CAPITAL SOCIAL	-863.337.364,00
CAPITAL SOCIAL	-863.337.364,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-863.337.364,00
RESERVAS DE CAPITAL	-12.268,63
RESERVAS DE CAPITAL	-12.268,63
RESERVAS DE CORRECAO	-12.268,63
RESERVAS DE REAVALIACAO	-43.609.478,22
RESERVAS DE REAVALIACAO	-43.609.478,22
RESULTADOS ABRANGENTES	-43.609.478,22
RESULTADOS ACUMULADOS	662.823.218,06
LUCROS / PREJUIZOS	414.957.221,82
LUCROS / PREJUIZOS	416.290.555,15
PREJUIZOS ACUMULADOS	-1.333.333,33
APURACAO DE RESULTADOS	247.865.996,24
RESULTADO DO EXERCICIO	247.865.996,24

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTAS DE RESULTADO	247.865.996,24
RESULTADO OPERACIONAL	267.807.614,93
RECEITA BRUTA	-260.142.034,40
RECEITAS C/VENDAS NO PAIS	-5.466,76
RECEITAS S/PREST.SERVICOS	-260.136.567,64
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	13.630.772,75
TRIBUTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	13.630.772,75
RECEITAS FINANCEIRAS	-1.532.370,36
RECEITAS DIVERSAS	-1.532.370,36
CUSTO DOS PRODS/MERCADORIAS	151.451.159,74
GASTOS COM PESSOAL - DIRETO	7.798.035,14
DESPESAS GERAIS	1.655.091,26
GASTOS COM PESSOAL - INDIRETO	3.593.040,38
CUSTO COM OBRAS	138.404.992,96
DESPESAS OPERACIONAIS	364.400.087,20
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	73.999.751,74
DESPESAS COMERCIAIS	1.615.875,15
DESPESAS FINANCEIRAS	60.641.542,18
RESULTADOS OPERACIONAIS	223.896.070,01
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO	4.246.848,12
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	-19.941.618,69
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-19.941.618,69
RECEITAS EVENTUAIS	-19.941.618,69

BALANÇO PATRIMONIAL
CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
30 DE JUNHO DE 2017

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	1.422.520.564,25
DISPONIVEL	5.045.905,14
BENS NUMERARIOS	163.820,44
CAIXA GERAL	163.820,44
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.882.084,70
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.882.084,70
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	975.531.298,06
VALORES A RECEBER	975.432.002,89
CLIENTES NACIONAIS	251.329.881,62
IMPOSTOS A RECUPERAR	19.842.518,78
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	699.749.793,47
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	122.803,36
DEPOSITOS JUDICIAIS	103.453,00
OUTROS CREDITOS	4.391.365,31
PROVISAO DEVEDORES	-107.812,65
ESTOQUES	99.295,17
PRODUTOS/MERCADORIAS	99.295,17
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	9.334.403,03
DESPESAS ANTECIPADAS	9.334.403,03
DESPESAS	9.334.403,03
ATIVO NÃO CIRCULANTE	208.607.084,13
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	208.607.084,13
DEPOSITOS JUDICIAIS	24.592.427,10
OUTROS CREDITOS	-1.788.621,21
BENS DE ATIVO P/ VENDA	171.177.086,82
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	3.150.001,00
OUTRAS DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	11.476.190,42
IMOBILIZADO	224.001.873,89
BENS DO IMOBILIZADO	417.359.098,95
BENS TANGIVEIS	417.158.807,87
BENS INTANGIVEIS	181.608,58
EQUIP., VEICULOS E SIST. DE CONTROLE	18.682,50
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-193.357.225,06
DEPRECIACOES	-193.346.326,76
EQUIPAMENTOS VEICULOS E SISTEMAS DE CON	-10.898,30
PASSIVO	-1.480.529.603,15
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-588.535.419,01
FORNECEDORES	-81.041.094,98
FORNECEDORES NACIONAIS	-80.286.094,98
FORNECEDORES INTERNACIONAIS	-755.000,00
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-396.403.598,73
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-382.416.443,35
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-13.987.155,38
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-26.929.976,13
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	-238.157,98

BALANÇO PATRIMONIAL
CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
30 DE JUNHO DE 2017

ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-25.746.920,54
PROVISOES TRABALHISTAS	-944.897,61
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-8.955.611,51
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-3.223.451,40
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ O LUCRO	-541.249,29
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-5.190.910,82
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-74.770.606,20
CLIENTES NACIONAIS	-74.770.606,20
OUTRAS OBRIGACOES	-434.531,46
CONTAS A PAGAR	-434.531,46
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-647.858.291,35
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-647.858.291,35
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-1.166.640,10
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	-7.265.882,80
CONTINGENCIAS FISCAIS / SOC TRABALHISTAS	-13.502.610,61
OUTRAS OBRIGACOES	-430.855,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	-94.934.308,48
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-530.557.994,36
CAPITAL SOCIAL	-863.337.364,00
CAPITAL SOCIAL	-863.337.364,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-863.337.364,00
RESERVAS DE CAPITAL	-12.268,63
RESERVAS DE CAPITAL	-12.268,63
RESERVAS DE CORRECAO	-12.268,63
RESERVAS DE REAVALIACAO	-43.609.478,22
RESERVAS DE REAVALIACAO	-43.609.478,22
RESULTADOS ABRANGENTES	-43.609.478,22
RESULTADOS ACUMULADOS	662.823.218,06
LUCROS / PREJUIZOS	414.957.221,82
LUCROS / PREJUIZOS	416.290.555,15
PREJUIZOS ACUMULADOS	-1.333.333,33
APURACAO DE RESULTADOS	247.865.996,24
RESULTADO DO EXERCICIO	247.865.996,24

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
30 DE JUNHO DE 2017

CONTAS DE RESULTADO	58.009.038,90
RESULTADO OPERACIONAL	66.699.642,84
RECEITA BRUTA	-36.731.111,21
RECEITAS C/VENDAS NO PAIS	-2.497.889,74
RECEITAS S/PREST.SERVICOS	-34.233.221,47
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	4.126.102,05
TRIBUTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	4.126.102,05
RECEITAS FINANCEIRAS	-766.197,56
RECEITAS DIVERSAS	-766.197,56
CUSTO DOS PRODS/MERCADORIAS	36.123.241,29
GASTOS COM PESSOAL - DIRETO	2.140.114,70
DESPESAS GERAIS	712.353,06
GASTOS COM PESSOAL - INDIRETO	1.516.206,30
CUSTO COM OBRAS	31.754.567,23
DESPESAS OPERACIONAIS	63.944.271,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	33.247.604,15
DESPESAS COMERCIAIS	556.201,12
DESPESAS FINANCEIRAS	28.651.994,64
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO	1.488.471,09
CUSTOS / DESPESAS	3.066,77
MANUTENÇÕES	3.066,77
CUSTOS E DESPESAS COM CONCESSOES	270,5
PRESTADORES DE SERVICO DE TERCEIROS	270,5
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	-8.690.603,94
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-8.690.603,94
RECEITAS EVENTUAIS	-8.690.603,94

BALANÇO PATRIMONIAL
COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	526.158.193,08
DISPONIVEL	429,75
BANCOS CONTA MOVIMENTO	429,75
BANCOS CONTA MOVIMENTO	429,75
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	33.398,24
VALORES A RECEBER	33.398,24
IMPOSTOS A RECUPERAR	7.646,69
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	25.751,55
ATIVO NÃO CIRCULANTE	475.141.795,10
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	475.141.795,10
OUTROS CREDITOS	475.141.795,10
INVESTIMENTOS	50.982.569,99
INVESTIMENTOS DIVERSOS	50.982.569,99
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	50.982.569,99
PASSIVO	-526.158.193,08
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-34.039.845,41
FORNECEDORES	-1.635.740,65
FORNECEDORES NACIONAIS	-1.635.740,65
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-28.195.759,93
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-28.195.759,93
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-99.745,08
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-99.745,08
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-314.599,75
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-31.154,94
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-93.897,89
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-189.546,92
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-3.794.000,00
CLIENTES NACIONAIS	-3.794.000,00
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-483.329.324,24
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-483.329.324,24
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-4.581.511,90
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	-149.617,62
OUTRAS OBRIGACOES	-315.590.154,68
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-152.721.617,91
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-314.276,72
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-9.972.145,41
CAPITAL SOCIAL	-204.475.542,02
CAPITAL SOCIAL	-204.475.542,02
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-204.475.542,02
RESERVAS DE LUCRO	24.731.787,12
RESERVAS DE LUCRO	24.731.787,12
RESERVAS DE LUCROS	24.731.787,12
RESULTADOS ACUMULADOS	170.954.731,47
LUCROS / PREJUIZOS	187.311.093,35
LUCROS / PREJUIZOS	187.311.093,35
APURACAO DE RESULTADOS	-16.356.361,88
RESULTADO DO EXERCICIO	-16.356.361,88

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

CONTAS DE RESULTADO	-16.356.361,88
RESULTADO OPERACIONAL	-16.356.361,88
RECEITAS FINANCEIRAS	-665,43
RECEITAS DIVERSAS	-665,43
DESPESAS OPERACIONAIS	-16.355.696,45
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	326.102,16
DESPESAS FINANCEIRAS	5.159.551,27
RESULTADOS OPERACIONAIS	-21.841.349,88

BALANÇO PATRIMONIAL
COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	507.604.792,03
DISPONIVEL	4,76
BENS NUMERARIOS	0
CAIXA GERAL	0
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4,76
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4,76
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	33.398,24
VALORES A RECEBER	33.398,24
IMPOSTOS A RECUPERAR	7.646,69
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	25.751,55
ATIVO NÃO CIRCULANTE	457.358.835,46
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	457.358.835,46
OUTROS CREDITOS	457.358.835,46
INVESTIMENTOS	50.212.553,57
INVESTIMENTOS DIVERSOS	50.212.553,57
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	50.212.553,57
PASSIVO	-507.604.792,03
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-50.863.979,33
FORNECEDORES	-1.640.483,75
FORNECEDORES NACIONAIS	-1.640.483,75
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-44.980.443,23
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-44.980.443,23
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-107.153,64
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-107.153,64
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-341.898,71
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-31.154,94
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-93.897,89
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-216.845,88
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-3.794.000,00
CLIENTES NACIONAIS	-3.794.000,00
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-464.634.716,07
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-464.634.716,07
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	-71.435,76
OUTRAS OBRIGACOES	-300.548.352,10
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-152.721.617,91
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-108.422,94
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-11.184.887,36
CAPITAL SOCIAL	-204.475.542,02
CAPITAL SOCIAL	-204.475.542,02
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-204.475.542,02
RESERVAS DE LUCRO	24.731.787,12
RESERVAS DE LUCRO	24.731.787,12
RESERVAS DE LUCROS	24.731.787,12
RESULTADOS ACUMULADOS	187.637.658,27
LUCROS / PREJUIZOS	170.954.731,47
LUCROS / PREJUIZOS	170.954.731,47
APURACAO DE RESULTADOS	16.682.926,80
RESULTADO DO EXERCICIO	16.682.926,80

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTAS DE RESULTADO	16.682.926,80
RESULTADO OPERACIONAL	16.682.926,80
RECEITAS FINANCEIRAS	-2,4
RECEITAS DIVERSAS	-2,4
DESPESAS OPERACIONAIS	16.682.929,20
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	9.660,66
DESPESAS FINANCEIRAS	14.690.509,27
RESULTADOS OPERACIONAIS	1.982.758,37
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO	0,9

BALANÇO PATRIMONIAL
COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	527.672.301,57
DISPONIVEL	4,77
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4,77
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4,77
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	33.398,24
VALORES A RECEBER	33.398,24
IMPOSTOS A RECUPERAR	7.646,69
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	25.751,55
ATIVO NÃO CIRCULANTE	485.640.519,29
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	485.640.519,29
OUTROS CREDITOS	485.640.519,29
INVESTIMENTOS	41.998.379,27
INVESTIMENTOS DIVERSOS	41.998.379,27
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	41.998.379,27
PASSIVO	-527.672.301,57
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-95.551.427,87
FORNECEDORES	-1.729.171,21
FORNECEDORES NACIONAIS	-1.729.171,21
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-65.505.618,65
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-65.505.618,65
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-110.784,24
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-110.784,24
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-343.373,13
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-31.514,56
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-95.012,69
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-216.845,88
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-27.862.480,64
CLIENTES NACIONAIS	-27.862.480,64
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-469.573.716,36
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-469.573.716,36
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	-64.624,14
OUTRAS OBRIGACOES	-304.793.286,89
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-152.721.617,91
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-108.422,94
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-11.885.764,48
CAPITAL SOCIAL	-204.475.542,02
CAPITAL SOCIAL	-204.475.542,02
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-204.475.542,02
RESERVAS DE LUCRO	24.731.787,12
RESERVAS DE LUCRO	24.731.787,12
RESERVAS DE LUCROS	24.731.787,12
RESULTADOS ACUMULADOS	217.196.597,56
LUCROS / PREJUIZOS	187.637.658,27
LUCROS / PREJUIZOS	187.637.658,27
APURACAO DE RESULTADOS	29.558.939,29
RESULTADO DO EXERCICIO	29.558.939,29

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTAS DE RESULTADO	29.558.939,29
RESULTADO OPERACIONAL	29.558.939,29
RECEITAS FINANCEIRAS	-0,01
RECEITAS DIVERSAS	-0,01
DESPESAS OPERACIONAIS	29.558.939,30
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	112.661,46
DESPESAS FINANCEIRAS	20.531.226,42
RESULTADOS OPERACIONAIS	8.915.051,42

BALANÇO PATRIMONIAL
COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	527.672.301,57
DISPONIVEL	4,77
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4,77
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4,77
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	33.398,24
VALORES A RECEBER	33.398,24
IMPOSTOS A RECUPERAR	7.646,69
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	25.751,55
ATIVO NÃO CIRCULANTE	485.640.519,29
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	485.640.519,29
OUTROS CREDITOS	485.640.519,29
INVESTIMENTOS	41.998.379,27
INVESTIMENTOS DIVERSOS	41.998.379,27
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	41.998.379,27
PASSIVO	-537.684.008,03
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-105.562.622,33
FORNECEDORES	-1.729.171,21
FORNECEDORES NACIONAIS	-1.729.171,21
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-75.516.813,11
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-75.516.813,11
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-110.784,24
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-110.784,24
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-343.373,13
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-31.514,56
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-95.012,69
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-216.845,88
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-27.862.480,64
CLIENTES NACIONAIS	-27.862.480,64
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-469.574.228,36
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-469.574.228,36
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	-64.624,14
OUTRAS OBRIGACOES	-304.793.798,89
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-152.721.617,91
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-108.422,94
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-11.885.764,48
CAPITAL SOCIAL	-204.475.542,02
CAPITAL SOCIAL	-204.475.542,02
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-204.475.542,02
RESERVAS DE LUCRO	24.731.787,12
RESERVAS DE LUCRO	24.731.787,12
RESERVAS DE LUCROS	24.731.787,12
RESULTADOS ACUMULADOS	217.196.597,56
LUCROS / PREJUIZOS	187.637.658,27
LUCROS / PREJUIZOS	187.637.658,27
APURACAO DE RESULTADOS	29.558.939,29
RESULTADO DO EXERCICIO	29.558.939,29

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

CONTAS DE RESULTADO	10.011.706,46
RESULTADO OPERACIONAL	10.011.706,46
DESPESAS OPERACIONAIS	10.011.706,46
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	512
DESPESAS FINANCEIRAS	10.011.194,46

BALANÇO PATRIMONIAL
CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	1.656.418.252,51
DISPONIVEL	7,01
BENS NUMERARIOS	0
CAIXA GERAL	0
BANCOS CONTA MOVIMENTO	7,01
BANCOS CONTA MOVIMENTO	7,01
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	947.514,41
VALORES A RECEBER	947.514,41
CLIENTES NACIONAIS	1.400,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	943.789,88
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	2.324,53
ATIVO NÃO CIRCULANTE	242.568.762,26
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	242.568.762,26
OUTROS CREDITOS	136.087.044,36
CONTAS A RECEBER POR PARTES RELACIONADAS	9.840.597,94
CONTA CORRENTE COM ACIONISTAS - MUTUOS	96.633.634,13
DEPOSITOS JUDICIAIS	7.485,83
INVESTIMENTOS	1.412.641.968,85
INVESTIMENTOS DIVERSOS	1.412.641.968,85
OUTROS INVESTIMENTOS	1.412.641.968,85
IMOBILIZADO	259.999,98
ATIVO INTANGIVEL	259.999,98
ATIVO INTANGIVEL	259.999,98
PASSIVO	-1.656.418.252,51
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-4.499.586,30
FORNECEDORES	-4.309,27
FORNECEDORES NACIONAIS	-4.309,27
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-3.695.407,78
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-3.695.407,78
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-799.869,25
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-122,14
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ O LUCRO	-799.137,11
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-497,5
TRIBUTOS MUNICIPAIS	-112,5
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-495.525.880,98
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-495.525.880,98
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-639.090,34
OUTRAS OBRIGACOES	-82.000,00
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-44.008.298,61
CONTRATOS DE MUTUOS	-434.219.484,83
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-16.577.007,20
CAPITAL SOCIAL	-250.000.000,00
CAPITAL SOCIAL	-250.000.000,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-250.000.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	-189.930.201,56
RESERVAS DE CAPITAL	-189.930.201,56
AGIO NA EMISSAO DE ACOES	-189.930.201,56
RESERVAS DE LUCRO	-149.190.326,59
RESERVAS DE LUCRO	-149.190.326,59
ADIANTAMENTO DE DIVIDENDOS	-12.455.789,92
OPERAÇÕES DE CAPITAL	4.673.000,00
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS	-141.407.536,67
RESERVAS DE REAVALIACAO	-850.228.228,40
RESERVAS DE REAVALIACAO	-850.228.228,40
RESULTADOS ABRANGENTES	90.702.410,85
AJUSTE DE AVALIACAO PATRIMONIAL	-940.930.639,25
RESULTADOS ACUMULADOS	282.955.971,32
LUCROS / PREJUIZOS	190.523.812,57
LUCROS / PREJUIZOS	38.931.398,77
PREJUIZOS ACUMULADOS	151.592.413,80
APURACAO DE RESULTADOS	92.432.158,75
RESULTADO DO EXERCICIO	92.432.158,75

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

CONTAS DE RESULTADO	9.634.086,66
RESULTADO OPERACIONAL	8.834.949,55
RECEITAS FINANCEIRAS	-5.318.392,01
RECEITAS DIVERSAS	-210.425,37
RECEITAS FINANCEIRAS S/CONCESSOES	-5.107.966,64
DESPESAS OPERACIONAIS	12.369.480,33
RESULTADOS OPERACIONAIS	12.369.480,33
CUSTOS E DESPESAS COM CONCESSOES	215.730,00
PRESTADORES DE SERVICO DE TERCEIROS	31.471,27
GASTOS GERAIS	145.063,85
DESPESAS COM TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FI	39.194,88
DESPESAS FINANCEIRAS COM CONCESSOES	1.568.131,23
JUROS DE FINANCIAMENTO EM MOEDA NACIONAL	1.565.963,17
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	2.168,06
PROVISOES	799.137,11
PROVISOES IMPOSTOS/CONTRIBUIC.	799.137,11
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	799.137,11

BALANÇO PATRIMONIAL
CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	1.582.051.377,81
DISPONIVEL	0,79
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,79
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,79
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	947.633,64
VALORES A RECEBER	947.633,64
CLIENTES NACIONAIS	1.400,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	943.789,88
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	2.443,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE	261.225.456,93
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	261.225.456,93
DEPOSITOS JUDICIAIS	2,97
OUTROS CREDITOS	130.352.606,87
CONTAS A RECEBER POR PARTES RELACIONADAS	34.220.942,13
CONTA CORRENTE COM ACIONISTAS - MUTUOS	96.644.419,13
DEPOSITOS JUDICIAIS	7.485,83
INVESTIMENTOS	1.319.634.319,38
INVESTIMENTOS DIVERSOS	1.319.634.319,38
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	43.662.000,00
OUTROS INVESTIMENTOS	1.275.972.319,38
IMOBILIZADO	243.967,07
BENS DO IMOBILIZADO	5.633,78
BENS TANGIVEIS	5.633,78
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-21.666,69
DEPRECIACOES	-21.666,69
ATIVO INTANGIVEL	259.999,98
ATIVO INTANGIVEL	259.999,98
PASSIVO	-1.582.051.377,81
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-3.513.017,00
FORNECEDORES	0
FORNECEDORES NACIONAIS	0
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-2.709.245,01
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-2.709.043,72
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-201,29
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-803.771,99
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-981,68
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ O LUCRO	-799.137,11
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-3.043,20
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-497,5
TRIBUTOS MUNICIPAIS	-112,5
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-483.320.505,20
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-483.320.505,20
OUTRAS OBRIGACOES	-1.561.563,12
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-44.003.528,61
CONTRATOS DE MUTUOS	-430.062.610,69
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-7.692.802,78
CAPITAL SOCIAL	-250.000.000,00
CAPITAL SOCIAL	-250.000.000,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-250.000.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	-189.930.201,56
RESERVAS DE CAPITAL	-189.930.201,56
AGIO NA EMISSAO DE ACOES	-189.930.201,56
RESERVAS DE LUCRO	-149.190.326,59
RESERVAS DE LUCRO	-149.190.326,59
ADIANTAMENTO DE DIVIDENDOS	-12.455.789,92
OPERAÇÕES DE CAPITAL	4.673.000,00
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS	-141.407.536,67
RESERVAS DE REAVALIACAO	-852.093.491,68
RESERVAS DE REAVALIACAO	-852.093.491,68
RESULTADOS ABRANGENTES	90.690.024,35
AJUSTE DE AVALIACAO PATRIMONIAL	-942.783.516,03
RESULTADOS ACUMULADOS	345.996.164,22
LUCROS / PREJUIZOS	190.523.812,57
LUCROS / PREJUIZOS	38.931.398,77
PREJUIZOS ACUMULADOS	151.592.413,80
APURACAO DE RESULTADOS	155.472.351,65
RESULTADO DO EXERCICIO	155.472.351,65

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTAS DE RESULTADO	63.040.192,90
RESULTADO OPERACIONAL	63.009.275,82
RECEITAS FINANCEIRAS	-0,46
RECEITAS DIVERSAS	-0,46
DESPESAS OPERACIONAIS	62.171.303,05
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	330.476,50
DESPESAS FINANCEIRAS	263.379,49
RESULTADOS OPERACIONAIS	61.577.447,06
CUSTOS E DESPESAS COM CONCESSOES	303.175,96
PRESTADORES DE SERVICO DE TERCEIROS	299.492,37
GASTOS GERAIS	3.683,59
DESPESAS FINANCEIRAS COM CONCESSOES	534.797,27
JUROS DE FINANCIAMENTO EM MOEDA NACIONAL	479.850,50
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	54.946,77
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	30.917,08
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	30.917,08
RECEITAS EVENTUAIS	30.917,08

BALANÇO PATRIMONIAL
CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	1.509.145.971,65
DISPONIVEL	0,5
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,5
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,5
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	40.058,40
VALORES A RECEBER	40.058,40
CLIENTES NACIONAIS	1.400,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	36.214,64
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	2.443,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE	279.478.509,76
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	279.478.509,76
DEPOSITOS JUDICIAIS	2,97
OUTROS CREDITOS	137.625.221,90
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	46.670.640,29
CONTAS A RECEBER POR PARTES RELACIONADAS	47.067.998,34
CONTA CORRENTE COM ACIONISTAS - MUTUOS	48.107.160,43
DEPOSITOS JUDICIAIS	7.485,83
INVESTIMENTOS	1.229.462.863,10
INVESTIMENTOS DIVERSOS	1.229.462.863,10
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	43.662.000,00
OUTROS INVESTIMENTOS	1.185.800.863,10
IMOBILIZADO	164.539,89
BENS DO IMOBILIZADO	12.873,36
BENS TANGIVEIS	12.873,36
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-36.111,15
DEPRECIACOES	-36.111,15
ATIVO INTANGIVEL	187.777,68
ATIVO INTANGIVEL	259.999,98
AMORTIZACAO ACUMULADA ATIVO INTANGIV	-72.222,30
PASSIVO	-1.509.145.971,65
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-2.687.637,76
FORNECEDORES	0
FORNECEDORES NACIONAIS	0
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-2.686.992,76
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-2.686.992,76
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-610
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-497,5
TRIBUTOS MUNICIPAIS	-112,5
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-35
CLIENTES NACIONAIS	-35
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-481.241.092,69
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-481.241.092,69
OUTRAS OBRIGACOES	-1.563.985,68
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-43.771.867,65
CONTRATOS DE MUTUOS	-428.115.359,88
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-7.789.879,48
CAPITAL SOCIAL	-250.000.000,00
CAPITAL SOCIAL	-250.000.000,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-250.000.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	-189.930.201,56
RESERVAS DE CAPITAL	-189.930.201,56
AGIO NA EMISSAO DE ACOES	-189.930.201,56
RESERVAS DE LUCRO	-149.190.326,59
RESERVAS DE LUCRO	-149.190.326,59
ADIANTAMENTO DE DIVIDENDOS	-12.455.789,92
OPERAÇÕES DE CAPITAL	4.673.000,00
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS	-141.407.536,67
RESERVAS DE REAVALIACAO	-850.240.614,90
RESERVAS DE REAVALIACAO	-850.240.614,90
RESULTADOS ABRANGENTES	90.690.024,35
AJUSTE DE AVALIACAO PATRIMONIAL	-940.930.639,25
RESULTADOS ACUMULADOS	414.143.901,85
LUCROS / PREJUIZOS	345.996.164,22
LUCROS / PREJUIZOS	194.403.750,42
PREJUIZOS ACUMULADOS	151.592.413,80
APURACAO DE RESULTADOS	68.147.737,63
RESULTADO DO EXERCICIO	68.147.737,63

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTAS DE RESULTADO	68.147.737,63
RESULTADO OPERACIONAL	68.113.140,55
RECEITAS FINANCEIRAS	-0,02
RECEITAS DIVERSAS	-0,02
DESPESAS OPERACIONAIS	68.113.140,57
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	179.578,69
DESPESAS FINANCEIRAS	550.421,56
RESULTADOS OPERACIONAIS	67.383.140,32
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	0
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0
RECEITAS EVENTUAIS	8.185.459,67
RECEITA NA VENDA DE ATIVOS	-8.185.459,67
PROVISOES	34.597,08
PROVISOES IMPOSTOS/CONTRIBUIC.	34.597,08
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	34.597,08

BALANÇO PATRIMONIAL
CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	1.509.101.766,53
DISPONIVEL	0
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	40.058,40
VALORES A RECEBER	40.058,40
CLIENTES NACIONAIS	1.400,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	36.214,64
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	2.443,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE	279.477.638,52
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	279.477.638,52
DEPOSITOS JUDICIAIS	2,97
OUTROS CREDITOS	137.624.350,66
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	46.670.640,29
CONTAS A RECEBER POR PARTES RELACIONADAS	47.067.998,34
CONTA CORRENTE COM ACIONISTAS - MUTUOS	48.107.160,43
DEPOSITOS JUDICIAIS	7.485,83
INVESTIMENTOS	1.229.462.863,10
INVESTIMENTOS DIVERSOS	1.229.462.863,10
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	43.662.000,00
OUTROS INVESTIMENTOS	1.185.800.863,10
IMOBILIZADO	121.206,51
BENS DO IMOBILIZADO	12.873,36
BENS TANGIVEIS	12.873,36
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-36.111,15
DEPRECIACOES	-36.111,15
ATIVO INTANGIVEL	144.444,30
ATIVO INTANGIVEL	259.999,98
AMORTIZACAO ACUMULADA ATIVO INTANGIV	-115.555,68
PASSIVO	-1.509.476.144,62
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-2.987.876,93
FORNECEDORES	-20.551,49
FORNECEDORES NACIONAIS	-20.551,49
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-2.966.408,88
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-2.966.406,18
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-2,7
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-271,56
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-271,56
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-610
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-497,5
TRIBUTOS MUNICIPAIS	-112,5
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-35
CLIENTES NACIONAIS	-35
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-481.271.026,49
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-481.271.026,49
OUTRAS OBRIGACOES	-1.594.075,48
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-43.771.867,65
CONTRATOS DE MUTUOS	-428.115.203,88
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-7.789.879,48
CAPITAL SOCIAL	-250.000.000,00
CAPITAL SOCIAL	-250.000.000,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-250.000.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	-189.930.201,56
RESERVAS DE CAPITAL	-189.930.201,56
AGIO NA EMISSAO DE ACOES	-189.930.201,56
RESERVAS DE LUCRO	-149.190.326,59
RESERVAS DE LUCRO	-149.190.326,59
ADIANTAMENTO DE DIVIDENDOS	-12.455.789,92
OPERAÇÕES DE CAPITAL	4.673.000,00
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS	-141.407.536,67
RESERVAS DE REAVALIACAO	-850.240.614,90
RESERVAS DE REAVALIACAO	-850.240.614,90
RESULTADOS ABRANGENTES	90.690.024,35
AJUSTE DE AVALIACAO PATRIMONIAL	-940.930.639,25
RESULTADOS ACUMULADOS	414.143.901,85
LUCROS / PREJUIZOS	345.996.164,22
LUCROS / PREJUIZOS	194.403.750,42
PREJUIZOS ACUMULADOS	151.592.413,80
APURACAO DE RESULTADOS	68.147.737,63
RESULTADO DO EXERCICIO	68.147.737,63

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

CONTAS DE RESULTADO	374.378,09
RESULTADO OPERACIONAL	374.378,09
RECEITAS FINANCEIRAS	-0,01
RECEITAS DIVERSAS	-0,01
DESPESAS OPERACIONAIS	374.378,10
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	94.246,23
DESPESAS FINANCEIRAS	280.131,87

BALANÇO PATRIMONIAL
CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	515.728.027,29
DISPONIVEL	14.179.271,12
BANCOS CONTA MOVIMENTO	566,72
BANCOS CONTA MOVIMENTO	566,72
ADIANTAMENTOS	14.178.704,40
ADIANTAMENTOS A ACIONISTAS	12.455.759,95
IMPOSTO E CONTRIBUICOES ANTECIPACAO - ES	1.409.568,25
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECUPERAR	313.376,20
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	4.336.307,48
VALORES A RECEBER	4.336.307,48
CLIENTES NACIONAIS	1.545,28
IMPOSTOS A RECUPERAR	6.175,45
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	4.326.586,75
OUTROS CREDITOS	2.000,00
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	128,94
DESPESAS ANTECIPADAS	128,94
DESPESAS	128,94
ATIVO NÃO CIRCULANTE	466.262.317,47
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	466.262.317,47
OUTROS CREDITOS	9.186.971,22
IMPOSTOS A RECUPERAR	2.367.015,42
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	2.550.940,00
CONTA CORRENTE COM ACIONISTAS - MUTUOS	452.157.390,83
INVESTIMENTOS	30.897.949,01
INVESTIMENTOS DIVERSOS	30.897.949,01
OUTROS INVESTIMENTOS	30.897.949,01
IMOBILIZADO	52.053,27
BENS DO IMOBILIZADO	52.053,27
BENS TANGIVEIS	52.053,27
PASSIVO	-515.728.027,29
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-25.426.839,71
FORNECEDORES	-119.516,73
FORNECEDORES NACIONAIS	-119.516,73
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-13.976.160,56
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-13.976.160,56
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-1.773.228,25
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-775.224,92
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ O LUCRO	0
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-319,73
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-997.683,60
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-144.000,00
CLIENTES NACIONAIS	-144.000,00
OUTRAS OBRIGACOES	-9.413.934,17
CONTAS A PAGAR	-9.413.934,17
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-165.126.450,33

BALANÇO PATRIMONIAL
CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-165.126.450,33
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-2.362.384,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS	-335.000,00
CONTRATOS DE MUTUOS	-94.748.179,59
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-67.680.885,96
CAPITAL SOCIAL	-408.138.793,62
CAPITAL SOCIAL	-408.138.793,62
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-408.138.793,62
RESERVAS DE LUCRO	-92.943.441,90
RESERVAS DE LUCRO	-92.943.441,90
RESERVAS DE LUCROS	67.122.093,00
RESERVA LEGAL	-6.302.000,00
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-13.735.244,44
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS	-140.028.290,46
RESERVAS DE REAVALIACAO	95.375.410,85
RESERVAS DE REAVALIACAO	95.375.410,85
RESULTADOS ABRANGENTES	95.375.410,85
RESULTADOS ACUMULADOS	80.532.087,42
LUCROS / PREJUIZOS	31.408.421,31
LUCROS / PREJUIZOS	31.408.421,31
APURACAO DE RESULTADOS	49.123.666,11
RESULTADO DO EXERCICIO	49.123.666,11

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

CONTAS DE RESULTADO	62.205.213,91
RESULTADO OPERACIONAL	61.969.245,50
RECEITAS FINANCEIRAS	-74,32
RECEITAS FINANCEIRAS S/CONCESSOES	-74,32
DESPESAS OPERACIONAIS	62.950.258,38
RESULTADOS OPERACIONAIS	62.950.258,38
CUSTOS E DESPESAS COM CONCESSOES	64.092,27
PRESTADORES DE SERVICO DE TERCEIROS	48.555,77
SERVICOS PUBLICOS	-100,71
GASTOS GERAIS	52.760,41
DESPESAS COM TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FI	-37.123,20
DESPESAS FINANCEIRAS COM CONCESSOES	-1.045.030,83
JUROS DE FINANCIAMENTO EM MOEDA NACIONAL	2.357.010,10
JUROS COM PARTES RELACIONADAS/MUTUOS	-3.405.569,43
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	3.528,50
PROVISOES	235.968,41
PROVISOES IMPOSTOS/CONTRIBUIC.	235.968,41
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	235.968,41

BALANÇO PATRIMONIAL
CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	483.787.073,96
DISPONIVEL	14.178.706,60
BANCOS CONTA MOVIMENTO	2,2
BANCOS CONTA MOVIMENTO	2,2
ADIANTAMENTOS	14.178.704,40
ADIANTAMENTOS A ACIONISTAS	12.455.759,95
IMPOSTO E CONTRIBUICOES ANTECIPACAO - ES	1.409.568,25
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECUPERAR	313.376,20
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	4.334.762,20
VALORES A RECEBER	4.334.762,20
CLIENTES NACIONAIS	0
IMPOSTOS A RECUPERAR	6.175,45
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	4.326.586,75
OUTROS CREDITOS	2.000,00
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	220,71
DESPESAS ANTECIPADAS	220,71
DESPESAS	220,71
ATIVO NÃO CIRCULANTE	421.524.273,75
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	421.524.273,75
OUTROS CREDITOS	9.064.936,22
IMPOSTOS A RECUPERAR	2.367.015,42
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	2.550.940,00
CONTA CORRENTE COM ACIONISTAS - MUTUOS	407.541.382,11
INVESTIMENTOS	43.662.000,00
INVESTIMENTOS DIVERSOS	43.662.000,00
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	43.662.000,00
OUTROS INVESTIMENTOS	0
IMOBILIZADO	87.110,70
BENS DO IMOBILIZADO	87.110,70
BENS TANGIVEIS	87.110,70
PASSIVO	-483.787.073,96
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-11.446.270,69
FORNECEDORES	-103.708,74
FORNECEDORES NACIONAIS	-103.708,74
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-1.772.702,24
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-775.018,64
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-997.683,60
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-148.115,90
CLIENTES NACIONAIS	-148.115,90
OUTRAS OBRIGACOES	-9.421.743,81
CONTAS A PAGAR	-9.421.743,81
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-309.636.406,44
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-309.636.406,44
OUTRAS OBRIGACOES	-43.662.000,00
DIVIDENDOS PROPOSTOS	-341.645,71
CONTRATOS DE MUTUOS	-94.748.179,59
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-170.884.581,14
CAPITAL SOCIAL	-408.138.793,62
CAPITAL SOCIAL	-408.138.793,62
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-408.138.793,62
RESERVAS DE LUCRO	-92.943.441,90
RESERVAS DE LUCRO	-92.943.441,90
RESERVAS DE LUCROS	67.122.093,00
RESERVA LEGAL	-6.302.000,00
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-13.735.244,44
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS	-140.028.290,46
RESERVAS DE REAVALIACAO	95.363.024,35
RESERVAS DE REAVALIACAO	95.363.024,35
RESULTADOS ABRANGENTES	95.363.024,35
RESULTADOS ACUMULADOS	243.014.814,34
LUCROS / PREJUIZOS	172.539.119,84
LUCROS / PREJUIZOS	172.539.119,84
APURACAO DE RESULTADOS	70.475.694,50
RESULTADO DO EXERCICIO	70.475.694,50

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTAS DE RESULTADO	162.482.726,92
RESULTADO OPERACIONAL	131.596.567,04
RECEITAS FINANCEIRAS	-1,79
RECEITAS DIVERSAS	-1,62
RECEITAS FINANCEIRAS S/CONCESSOES	-0,17
DESPESAS OPERACIONAIS	130.957.640,70
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	29.147,64
DESPESAS FINANCEIRAS	27.700.622,25
RESULTADOS OPERACIONAIS	103.227.870,81
DESPESAS FINANCEIRAS COM CONCESSOES	638.928,13
JUROS DE FINANCIAMENTO EM MOEDA NACIONAL	629.620,79
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	9.307,34
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	30.886.159,88
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	30.886.159,88
RECEITAS EVENTUAIS	30.886.159,88

BALANÇO PATRIMONIAL
CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	483.586.023,10
DISPONIVEL	14.178.705,94
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1,54
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1,54
ADIANTAMENTOS	14.178.704,40
ADIANTAMENTOS A ACIONISTAS	12.455.759,95
IMPOSTO E CONTRIBUICOES ANTECIPACAO - ES	1.409.568,25
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECUPERAR	313.376,20
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	4.341.394,97
VALORES A RECEBER	4.341.394,97
CLIENTES NACIONAIS	6.632,77
IMPOSTOS A RECUPERAR	6.175,45
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	4.326.586,75
OUTROS CREDITOS	2.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	421.356.890,34
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	421.356.890,34
DEPOSITOS JUDICIAIS	35.806,93
OUTROS CREDITOS	9.076.104,77
IMPOSTOS A RECUPERAR	2.367.015,42
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	9.298.600,07
CONTA CORRENTE COM ACIONISTAS - MUTUOS	400.579.363,15
INVESTIMENTOS	43.662.000,00
INVESTIMENTOS DIVERSOS	43.662.000,00
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	43.662.000,00
IMOBILIZADO	47.031,85
BENS DO IMOBILIZADO	47.031,85
BENS TANGIVEIS	47.031,85
PASSIVO	-483.586.023,10
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-11.307.138,36
FORNECEDORES	-112.081,36
FORNECEDORES NACIONAIS	-112.081,36
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-1.773.313,19
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-775.214,53
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-415,06
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-997.683,60
OUTRAS OBRIGACOES	-9.421.743,81
CONTAS A PAGAR	-9.421.743,81
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-429.878.886,70
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-429.878.886,70
OUTRAS OBRIGACOES	-47.082.000,00
DIVIDENDOS PROPOSTOS	-335.000,00
CONTRATOS DE MUTUOS	-91.328.179,59
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-291.133.707,11
CAPITAL SOCIAL	-408.138.793,62
CAPITAL SOCIAL	-408.138.793,62
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-408.138.793,62
RESERVAS DE LUCRO	-92.943.441,90
RESERVAS DE LUCRO	-92.943.441,90
RESERVAS DE LUCROS	67.122.093,00
RESERVA LEGAL	-6.302.000,00
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-13.735.244,44
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS	-140.028.290,46
RESERVAS DE REAVALIACAO	95.363.024,35
RESERVAS DE REAVALIACAO	95.363.024,35
RESULTADOS ABRANGENTES	95.363.024,35
RESULTADOS ACUMULADOS	363.319.213,13
LUCROS / PREJUIZOS	256.096.362,14
LUCROS / PREJUIZOS	256.096.362,14
APURACAO DE RESULTADOS	107.222.850,99
RESULTADO DO EXERCICIO	107.222.850,99

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTAS DE RESULTADO	120.304.398,79
RESULTADO OPERACIONAL	120.304.398,79
RECEITAS FINANCEIRAS	-4,63
RECEITAS DIVERSAS	-4,63
DESPESAS OPERACIONAIS	120.304.403,42
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	55.030,95
DESPESAS FINANCEIRAS	246,5
RESULTADOS OPERACIONAIS	120.249.125,97

BALANÇO PATRIMONIAL
CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	483.585.866,56
DISPONIVEL	14.178.705,40
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1
BANCO ITAU S/A	1
ADIANTAMENTOS	14.178.704,40
ADIANTAMENTOS A ACIONISTAS	12.455.759,95
DIVIDENDOS ANTECIPADOS	12.455.759,95
IMPOSTO E CONTRIBUICOES ANTECIPACAO - ES	1.409.568,25
ANTECIPACOES DO IRPJ DO EXERCICIO	1.036.447,25
ANTECIPACOES DA CSLL DO EXERCICIO	373.121,00
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECUPERAR	313.376,20
IR A RECUPERAR	313.376,20
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	4.341.394,97
VALORES A RECEBER	4.341.394,97
CLIENTES NACIONAIS	6.632,77
IMPOSTOS A RECUPERAR	6.175,45
IRRF S/APLICACOES FINANCEIRAS	6.175,45
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	4.326.586,75
ADTO. A FORNECEDORES NAC.	4.326.586,75
OUTROS CREDITOS	2.000,00
OUTRAS CONTAS A RECEBER	2.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	421.356.734,34
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	421.356.734,34
DEPOSITOS JUDICIAIS	35.806,93
DEPOSITO JUD.ACAO TRABALHISTA	35.806,93
OUTROS CREDITOS	9.076.104,77
OUTRAS CONTAS A RECEBER	1.431,22
ADTO ENTRE EMPRESAS DO GRUPO	2.000.000,00
C/C COMAPI AGROPEC. S.A	7.013.000,00
C/C COL. CONTROL. - INFRA BERTIN EMPR	500
C/C - DORETA	61.173,55
IMPOSTOS A RECUPERAR	2.367.015,42
IRPJ A RECUPERAR	1.771.211,65
CSLL A RECUPERAR	595.803,77
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	9.298.600,07
ADTO - GTE	6.747.660,07
ADTO - SCAFATI	2.550.940,00
CONTA CORRENTE COM ACIONISTAS - MUTUOS	400.579.207,15
MUTUO CIBE PARTICIPACOES	192.404.092,61
MÚTUO SCAFATI	12.868.683,98
MÚTUO MERIDIONAL	369,72
MÚTUO EMPATE	23.225.148,28
MUTUO CONTERN	15.551.076,91
MUTUO BRACOL	3.785.000,00
MUTUO BERTIN ENERGIA	152.721.617,91
MUTUO IB EMPREENDIMENTOS	23.217,74
INVESTIMENTOS	43.662.000,00
INVESTIMENTOS DIVERSOS	43.662.000,00
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	43.662.000,00
ADIANTAMENTO FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	43.662.000,00
IMOBILIZADO	47.031,85

BALANÇO PATRIMONIAL
CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

BENS DO IMOBILIZADO	47.031,85
BENS TANGIVEIS	47.031,85
CONSORCIO	47.031,85
PASSIVO	-483.644.391,11
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-11.303.350,20
FORNECEDORES	-104.846,24
FORNECEDORES NACIONAIS	-104.846,24
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-155
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-155
INSS RETIDO DE TERCEIROS	-155
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-1.776.605,15
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-776.017,45
IRRF A RECOLHER	-776.017,45
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-2.904,10
COFINS A RECOLHER	-0,19
PIS A RECOLHER	-0,03
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER - NFS	-624,47
COFINS A RECOLHER - NFS	-1.873,48
PIS A RECOLHER - NFS	-405,93
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-997.683,60
CSLL A RECOLHER	-997.683,60
OUTRAS OBRIGACOES	-9.421.743,81
CONTAS A PAGAR	-9.421.743,81
OUTRAS CONTAS A PAGAR	-7.809,64
DIVIDENDOS A PAGAR	-9.413.934,17
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-429.941.042,87
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-429.941.042,87
OUTRAS OBRIGACOES	-47.144.156,17
ADTO PARA FUTURO AUMENTO CAPITAL	-43.662.000,00
C/C COLIGADAS E CONTROLADAS - HEBER PART	-61.131,17
C/C - GTE - GRUPO TECNOLGIA ENG.LTDA	-3.420.000,00
C/C COL. CONTR. DAVANTE PART.	-1
C/C - JN	-1.024,00
DIVIDENDOS PROPOSTOS	-335.000,00
CIBE PARTICIPACOES	-335.000,00
CONTRATOS DE MUTUOS	-91.328.179,59
MUTUO HEBER	-91.328.179,59
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	-291.133.707,11
SCAFATI EMPREEDIMENTOS E PARTCIIPAÇÕES L	-7.731.083,28
DORETA PARTICIPAÇÕES S.A	-283.402.623,83
CAPITAL SOCIAL	-408.138.793,62
CAPITAL SOCIAL	-408.138.793,62
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-408.138.793,62
CAPITAL SUBSCRITO	-408.138.793,62
RESERVAS DE LUCRO	-92.943.441,90
RESERVAS DE LUCRO	-92.943.441,90
RESERVAS DE LUCROS	67.122.093,00
RESERVAS DE LUCRO	67.122.093,00
RESERVA LEGAL	-6.302.000,00
RESERVA LEGAL	-6.302.000,00
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-13.735.244,44
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-13.735.244,44
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS	-140.028.290,46
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS	-140.028.290,46
RESERVAS DE REAVALIACAO	95.363.024,35
RESERVAS DE REAVALIACAO	95.363.024,35
RESULTADOS ABRANGENTES	95.363.024,35
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	95.363.024,35
RESULTADOS ACUMULADOS	363.319.213,13
LUCROS / PREJUIZOS	256.096.362,14
LUCROS / PREJUIZOS	256.096.362,14
LUCROS ACUMULADOS	31.408.421,31
PREJUIZOS ACUMULADOS	224.687.940,83
APURACAO DE RESULTADOS	107.222.850,99
RESULTADO DO EXERCICIO	107.222.850,99
LUCROS DO EXERCICIO	-13.081.547,80
PREJUIZOS DO EXERCICIO	120.304.398,79

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

CONTAS DE RESULTADO	58.524,55
RESULTADO OPERACIONAL	58.524,55
DESPESAS OPERACIONAIS	58.524,55
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	58.521,26
DESPESAS C/CARTORIO	154,25
GASTOS COM VIAGENS E ESTADIAS	2.274,18
HONORARIOS PROFISSIONAIS	692,5
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	54.800,33
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	600
DESPESAS FINANCEIRAS	3,29
DESPESAS BANCARIAS	3,29

BALANÇO PATRIMONIAL
DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	24.032,94
DISPONIVEL	261,94
BENS NUMERARIOS	244,78
CAIXA GERAL	244,78
BANCOS CONTA MOVIMENTO	17,16
BANCOS CONTA MOVIMENTO	17,16
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.771,00
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	23.771,00
OUTROS CREDITOS	23.771,00
PASSIVO	-24.032,94
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-61.925,22
FORNECEDORES	-732,68
FORNECEDORES NACIONAIS	-732,68
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-22,32
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-22,32
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-61.170,22
CLIENTES NACIONAIS	-61.170,22
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-231.290.640,32
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-231.290.640,32
OUTRAS OBRIGACOES	-231.290.640,32
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,35
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,35
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-114.395.589,35
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.524.720,00
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.524.720,00
RESULTADOS ABRANGENTES	24.524.720,00
RESULTADOS ACUMULADOS	321.199.401,95
LUCROS / PREJUIZOS	79.569.159,14
LUCROS / PREJUIZOS	79.569.159,14
APURACAO DE RESULTADOS	241.630.242,81
RESULTADO DO EXERCICIO	241.630.242,81

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

CONTAS DE RESULTADO	241.630.242,81
RESULTADO OPERACIONAL	241.630.242,81
RECEITAS FINANCEIRAS	-9,41
RECEITAS DIVERSAS	-9,41
DESPESAS OPERACIONAIS	241.630.252,22
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	20.139,14
DESPESAS FINANCEIRAS	19,25
RESULTADOS OPERACIONAIS	241.610.093,83

BALANÇO PATRIMONIAL
DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	60.027.987,16
DISPONIVEL	251,36
BENS NUMERARIOS	244,78
CAIXA GERAL	244,78
BANCOS CONTA MOVIMENTO	6,58
BANCOS CONTA MOVIMENTO	6,58
ATIVO NÃO CIRCULANTE	27.735,80
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	27.735,80
OUTROS CREDITOS	27.735,80
INVESTIMENTOS	60.000.000,00
INVESTIMENTOS DIVERSOS	60.000.000,00
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	60.000.000,00
PASSIVO	-60.027.987,16
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-69.425,22
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-69.425,22
CLIENTES NACIONAIS	-69.425,22
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-687.827.444,57
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-687.827.444,57
OUTRAS OBRIGACOES	-687.827.444,57
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,35
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,35
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-114.395.589,35
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.477.079,62
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.477.079,62
RESULTADOS ABRANGENTES	24.477.079,62
RESULTADOS ACUMULADOS	717.787.392,36
LUCROS / PREJUIZOS	321.199.401,95
LUCROS / PREJUIZOS	321.199.401,95
APURACAO DE RESULTADOS	396.587.990,41
RESULTADO DO EXERCICIO	396.587.990,41

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTAS DE RESULTADO	396.587.990,41
RESULTADO OPERACIONAL	396.587.990,41
RECEITAS FINANCEIRAS	-1,42
RECEITAS DIVERSAS	-1,42
DESPESAS OPERACIONAIS	396.587.991,83
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.528,06
DESPESAS FINANCEIRAS	19,14
RESULTADOS OPERACIONAIS	396.584.444,63

BALANÇO PATRIMONIAL
DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	60.035.829,70
DISPONIVEL	244,94
BENS NUMERARIOS	244,78
CAIXA GERAL	244,78
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,16
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,16
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	18,68
VALORES A RECEBER	18,68
IMPOSTOS A RECUPERAR	18,68
ATIVO NÃO CIRCULANTE	35.566,08
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	35.566,08
OUTROS CREDITOS	35.566,08
INVESTIMENTOS	60.000.000,00
INVESTIMENTOS DIVERSOS	60.000.000,00
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	60.000.000,00
PASSIVO	-60.035.829,70
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-81.157,37
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-81.157,37
CLIENTES NACIONAIS	-81.157,37
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-1.149.964.763,99
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-1.149.964.763,99
OUTRAS OBRIGACOES	-1.149.964.763,99
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,35
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,35
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-114.395.589,35
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.477.079,62
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.477.079,62
RESULTADOS ABRANGENTES	24.477.079,62
RESULTADOS ACUMULADOS	1.179.928.601,39
LUCROS / PREJUIZOS	717.787.392,36
LUCROS / PREJUIZOS	717.787.392,36
APURACAO DE RESULTADOS	462.141.209,03
RESULTADO DO EXERCICIO	462.141.209,03

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTAS DE RESULTADO	462.141.209,03
RESULTADO OPERACIONAL	462.141.209,03
RECEITAS FINANCEIRAS	-2.389,55
RECEITAS DIVERSAS	-2.389,55
DESPESAS OPERACIONAIS	462.143.598,58
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.518,46
DESPESAS COMERCIAIS	627,64
DESPESAS FINANCEIRAS	1.133,06
RESULTADOS OPERACIONAIS	462.137.319,42

BALANÇO PATRIMONIAL
DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	60.035.829,54
DISPONIVEL	244,78
BENS NUMERARIOS	244,78
CAIXA GERAL	244,78
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	18,68
VALORES A RECEBER	18,68
IMPOSTOS A RECUPERAR	18,68
ATIVO NÃO CIRCULANTE	35.566,08
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	35.566,08
OUTROS CREDITOS	35.566,08
INVESTIMENTOS	60.000.000,00
INVESTIMENTOS DIVERSOS	60.000.000,00
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	60.000.000,00
PASSIVO	-300.756.648,89
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-81.804,80
FORNECEDORES	-647,43
FORNECEDORES NACIONAIS	-647,43
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-81.157,37
CLIENTES NACIONAIS	-81.157,37
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-1.390.684.935,75
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-1.390.684.935,75
OUTRAS OBRIGACOES	-1.390.684.935,75
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,35
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,35
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-114.395.589,35
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.477.079,62
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.477.079,62
RESULTADOS ABRANGENTES	24.477.079,62
RESULTADOS ACUMULADOS	1.179.928.601,39
LUCROS / PREJUIZOS	717.787.392,36
LUCROS / PREJUIZOS	717.787.392,36
APURACAO DE RESULTADOS	462.141.209,03
RESULTADO DO EXERCICIO	462.141.209,03

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

CONTAS DE RESULTADO	240.720.819,35
RESULTADO OPERACIONAL	240.720.819,35
DESPESAS OPERACIONAIS	240.720.819,35
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	647,43
DESPESAS FINANCEIRAS	0,16
RESULTADOS OPERACIONAIS	240.720.171,76

BALANÇO PATRIMONIAL
INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	1.262.847.645,55
DISPONIVEL	582,66
BENS NUMERARIOS	80
CAIXA GERAL	80
BANCOS CONTA MOVIMENTO	502,66
BANCOS CONTA MOVIMENTO	502,66
INVESTIMENTOS	1.262.847.062,89
INVESTIMENTOS DIVERSOS	1.262.847.062,89
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	1.262.847.062,89
PASSIVO	-1.262.847.645,55
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-50.923.808,00
FORNECEDORES	0
FORNECEDORES NACIONAIS	0
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-11,16
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-11,16
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-50.923.796,84
CLIENTES NACIONAIS	-50.923.796,84
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-1.443.214.477,87
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-1.443.214.477,87
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-1.443.214.477,87
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,00
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-114.395.589,00
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.525.519,65
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.525.519,65
RESULTADOS ABRANGENTES	24.525.519,65
RESULTADOS ACUMULADOS	321.160.709,67
LUCROS / PREJUIZOS	79.550.615,84
LUCROS / PREJUIZOS	79.550.615,84
APURACAO DE RESULTADOS	241.610.093,83
RESULTADO DO EXERCICIO	241.610.093,83

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

CONTAS DE RESULTADO	241.610.093,83
RESULTADO OPERACIONAL	241.610.093,83
DESPESAS OPERACIONAIS	241.610.093,83
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	25.202,66
DESPESAS COMERCIAIS	531,62
DESPESAS FINANCEIRAS	151.099.405,17
RESULTADOS OPERACIONAIS	90.484.954,38

BALANÇO PATRIMONIAL
INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	1.143.900.282,41
DISPONIVEL	78,41
BENS NUMERARIOS	80
CAIXA GERAL	80
BANCOS CONTA MOVIMENTO	-1,59
BANCOS CONTA MOVIMENTO	-1,59
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	305,91
VALORES A RECEBER	305,91
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	305,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.500.000,00
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1.500.000,00
OUTROS CREDITOS	1.500.000,00
INVESTIMENTOS	1.142.399.898,09
INVESTIMENTOS DIVERSOS	1.142.399.898,09
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	1.142.399.898,09
PASSIVO	-1.143.900.282,41
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-50.928.261,64
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-50.928.261,64
CLIENTES NACIONAIS	-50.928.261,64
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-1.720.799.465,34
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-1.720.799.465,34
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-1.660.799.465,34
OUTRAS OBRIGACOES	-60.000.000,00
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,00
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-114.395.589,00
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.477.879,27
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.477.879,27
RESULTADOS ABRANGENTES	24.477.879,27
RESULTADOS ACUMULADOS	717.745.154,30
LUCROS / PREJUIZOS	321.160.709,67
LUCROS / PREJUIZOS	321.160.709,67
APURACAO DE RESULTADOS	396.584.444,63
RESULTADO DO EXERCICIO	396.584.444,63

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTAS DE RESULTADO	396.584.444,63
RESULTADO OPERACIONAL	396.584.444,63
DESPESAS OPERACIONAIS	396.584.444,63
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.319,48
DESPESAS FINANCEIRAS	217.585.319,97
RESULTADOS OPERACIONAIS	178.994.805,18

BALANÇO PATRIMONIAL
INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	949.959.094,38
DISPONIVEL	0
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	305,91
VALORES A RECEBER	305,91
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	305,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.500.020,73
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1.500.020,73
DEPOSITOS JUDICIAIS	20,73
OUTROS CREDITOS	1.500.000,00
INVESTIMENTOS	948.458.767,74
INVESTIMENTOS DIVERSOS	948.458.767,74
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	948.458.767,74
PASSIVO	-1.412.096.413,80
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-50.936.093,51
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-1,59
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-1,59
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-50.936.091,92
CLIENTES NACIONAIS	-50.936.091,92
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-1.988.987.764,86
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-1.988.987.764,86
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-1.928.987.764,86
OUTRAS OBRIGACOES	-60.000.000,00
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,00
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-114.395.589,00
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.477.879,27
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.477.879,27
RESULTADOS ABRANGENTES	24.477.879,27
RESULTADOS ACUMULADOS	717.745.154,30
LUCROS / PREJUIZOS	717.745.154,30
LUCROS / PREJUIZOS	717.745.154,30
CONTAS DE RESULTADO	462.137.319,42

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

RESULTADO OPERACIONAL	462.137.319,42
DESPESAS OPERACIONAIS	462.137.319,42
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.466,88
DESPESAS COMERCIAIS	2.285,92
DESPESAS FINANCEIRAS	268.189.436,27
RESULTADOS OPERACIONAIS	193.941.130,35

BALANÇO PATRIMONIAL
INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	800.655.513,05
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	305,91
VALORES A RECEBER	305,91
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	305,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.500.020,73
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1.500.020,73
DEPOSITOS JUDICIAIS	20,73
OUTROS CREDITOS	1.500.000,00
INVESTIMENTOS	799.155.186,41
INVESTIMENTOS DIVERSOS	799.155.186,41
ACOES A PARTIC.EM O.EMPR.	799.155.186,41
PASSIVO	-1.085.468.122,41
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-50.938.067,37
FORNECEDORES	-973,86
FORNECEDORES NACIONAIS	-973,86
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-1,59
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-1,59
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-50.937.091,92
CLIENTES NACIONAIS	-50.937.091,92
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-2.124.494.819,03
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-2.124.494.819,03
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-2.064.494.819,03
OUTRAS OBRIGACOES	-60.000.000,00
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,00
CAPITAL SOCIAL	-114.395.589,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-114.395.589,00
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.477.879,27
RESERVAS DE REAVALIACAO	24.477.879,27
RESULTADOS ABRANGENTES	24.477.879,27
RESULTADOS ACUMULADOS	1.179.882.473,72
LUCROS / PREJUIZOS	717.745.154,30
LUCROS / PREJUIZOS	717.745.154,30
APURACAO DE RESULTADOS	462.137.319,42
RESULTADO DO EXERCICIO	462.137.319,42

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

CONTAS DE RESULTADO	284.812.609,36
RESULTADO OPERACIONAL	284.812.609,36
DESPESAS OPERACIONAIS	284.812.609,36
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.313,78
DESPESAS FINANCEIRAS	135.507.714,25
RESULTADOS OPERACIONAIS	149.303.581,33

BALANÇO PATRIMONIAL
CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	3.663.961.468,83
DISPONIVEL	3.998.210,45
BENS NUMERARIOS	993.533,89
CAIXA GERAL	1.477,71
NUMERARIO EM TRANSITO	3.000,00
FUNDO DE TROCO	989.056,18
BANCOS CONTA MOVIMENTO	549.434,34
BANCOS CONTA MOVIMENTO	549.434,34
ADIANTAMENTOS	2.455.242,22
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECUPERAR	2.455.242,22
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	72.729.892,44
VALORES A RECEBER	72.729.892,44
CLIENTES NACIONAIS	21.084.581,89
APLICACOES FINANCEIRAS-RDB	48.836.276,35
IMPOSTOS A RECUPERAR	2.232.795,17
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	409.291,59
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	60.208,31
OUTROS CREDITOS	106.739,13
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	1.298.380,21
DESPESAS ANTECIPADAS	1.298.380,21
PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	1.143.380,21
OUTRAS DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	155.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	48.712.360,52
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	48.712.360,52
DEPOSITOS JUDICIAIS	5.379,57
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	35.374.842,08
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	12.734.943,15
DEPOSITOS JUDICIAIS	597.195,72
IMOBILIZADO	3.537.222.625,21
BENS DO IMOBILIZADO	20.332.227,88
AMPLIACOES PRINCIPAIS	2.988.692.543,69
DEMAIS MELHORAMENTOS	158.517.481,09
EQUIP., VEICULOS E SIST. DE CONTROLE	35.797.667,46
IMOBILIZADOS EM RODOVIA	47.617,16
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	6.677.177,34
REDUTORA IMOBILIZADO - ICPC01	-3.169.400.258,86
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-1.617.074,80
AMPLIACOES PRINCIPAIS	-697,74
DEMAIS MELHORAMENTOS	-155.392,13
EQUIPAMENTOS VEICULOS E SISTEMAS DE CON	-2.788.652,64
REDUTORA DEPREC - ICPC01	1.327.667,71
ATIVO INTANGIVEL	3.518.507.472,13
ATIVO INTANGIVEL	3.562.885.340,29
AMORTIZACAO ACUMULADA ATIVO INTANGIV	-44.377.868,16
PASSIVO	-3.663.961.468,83

BALANÇO PATRIMONIAL
CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-189.071.722,94
FORNECEDORES	-126.471.830,04
FORNECEDORES NACIONAIS	-126.471.830,04
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-23.991.476,73
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-23.498.835,03
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-492.641,70
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-14.416.773,15
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	-5.887,88
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-11.645.170,59
PROVISOES TRABALHISTAS	-1.214.015,35
GRATIFICACOES E PARTICIPACOES A PAGAR	-1.551.699,33
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-21.212.610,66
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-101.751,62
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-9.520.332,82
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-5.169.022,85
TRIBUTOS MUNICIPAIS	-6.421.503,37
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-90.684,39
CLIENTES NACIONAIS	-90.684,39
OUTRAS OBRIGACOES	-2.646.794,12
CONTAS A PAGAR	-2.109,18
SEGUROS	-564.587,80
OUTRAS PROVISOES	-2.080.097,14
OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	-241.553,85
OBRIGACOES DIREITO DE OUTORGA A PAGAR	-241.553,85
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-2.219.760.524,97
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-2.219.760.524,97
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-2.148.694.793,31
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-1.166.373,70
CONTINGENCIAS CIVEIS	-687.307,97
CONTINGENCIAS TRABALHISTAS	-15.869,93
ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	-41.288.056,63
PROVISAO MANUTENCAO CE	-27.908.123,43
CAPITAL SOCIAL	-1.409.260.736,00
CAPITAL SOCIAL	-1.409.260.736,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-1.415.030.571,00
CAPITAL SOCIAL A REALIZAR	5.769.835,00
RESULTADOS ACUMULADOS	154.131.515,08
LUCROS / PREJUIZOS	154.131.515,08
LUCROS / PREJUIZOS	159.760.748,03
PREJUIZOS ACUMULADOS	-5.629.232,95

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2014

CONTAS DE RESULTADO	94.523.980,38
RESULTADO OPERACIONAL	115.265.440,09
RECEITA BRUTA	-839.717.374,00
RECEITAS EM NUMERARIO/CHEQUES	-44.507.789,75
RECEITAS DE CUPONS	-2.896.386,85
RECEITAS DE AVI	-119.851.376,40
RECEITAS DE VALE PEDAGIO	-7.577.049,15
USO DE FAIXA DE DOMINIO	-1.324.570,48
OUTRAS RECEITAS ACESSORIAS	-948.781,77
RECEITA DE CONSTRUCAO ICPC01	-662.611.419,60
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	14.864.403,77
IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUICOES SOBR	14.864.403,77
RECEITAS FINANCEIRAS	-5.116.761,97
RECEITAS FINANCEIRAS S/CONCESSOES	-4.811.779,33
AJUSTE A VALOR PRESENTE - AVP	-304.982,64
CUSTOS E DESPESAS COM CONCESSOES	757.522.471,02
SALARIOS E REMUNERACOES	9.924.282,24
ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	5.790.369,78
BENEFICIOS	4.305.518,93
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	288.216,96
PRESTADORES DE SERVICO DE TERCEIROS	696.213.073,75
MATERIAL	2.502.013,27
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.291.954,78
VEICULOS	5.346.672,63
SERVICOS PUBLICOS	2.041.149,71
GASTOS COM IMOVEIS	263.644,23
GASTOS GERAIS	3.228.745,01
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	28.402,57
SEGURO DA RODOVIA	8.477.433,49
DIREITO DE OUTORGA	2.656.589,32
DEPRECIACAO	11.677.864,93
AMORTIZACAO	713.824,70
DESPESAS COM TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FI	2.476.834,72
PROVISAO P/CONTINGÊNCIAS	295.880,00
DESPESAS FINANCEIRAS COM CONCESSOES	187.712.701,27
JUROS DE FINANCIAMENTO EM MOEDA NACIONAL	183.661.971,74
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	4.050.729,53
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	210.596,05
CUSTOS NA VENDA DE ATIVOS	210.596,05
CUSTO NA VENDA DE IMOBILIZADO	210.596,05
PROVISOES	-20.952.055,76
IRPJ/CSLL	-20.952.055,76
IMPOSTO DE RENDA - DIFERIDO	-15.405.923,35
CONTRIBUICAO SOCIAL - DIFERIDO	-5.546.132,41

BALANÇO PATRIMONIAL
CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	3.918.721.040,84
DISPONIVEL	1.534.783,67
BENS NUMERARIOS	1.331.451,59
CAIXA GERAL	1.477,71
NUMERARIO EM TRANSITO	3.000,00
FUNDO DE TROCO	1.326.973,88
BANCOS CONTA MOVIMENTO	195.902,58
BANCOS CONTA MOVIMENTO	195.902,58
ADIANTAMENTOS	7.429,50
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECUPERAR	7.429,50
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	34.582.149,09
VALORES A RECEBER	34.582.149,09
CLIENTES NACIONAIS	22.406.004,66
APLICACOES FINANCEIRAS-RDB	10.496.526,91
IMPOSTOS A RECUPERAR	1.249.254,73
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	230.833,66
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	91.616,34
OUTROS CREDITOS	107.912,79
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	7.642.787,08
DESPESAS ANTECIPADAS	7.642.787,08
PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	7.327.372,20
OUTRAS DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	315.414,88
ATIVO NÃO CIRCULANTE	114.403.952,36
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	114.403.952,36
DEPOSITOS JUDICIAIS	5.177.128,61
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	79.313.692,94
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	28.552.929,46
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.360.201,35
IMOBILIZADO	3.760.557.368,64
BENS DO IMOBILIZADO	19.103.769,79
AMPLIACOES PRINCIPAIS	3.169.826.533,74
DEMAIS MELHORAMENTOS	165.023.355,42
EQUIP., VEICULOS E SIST. DE CONTROLE	36.145.778,02
CONSERVACAO ESPECIAL	433.483,47
IMOBILIZADOS EM RODOVIA	47.617,16
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	50.959.127,17
REDUTORA IMOBILIZADO - ICPC01	-3.403.332.125,19
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-2.190.393,41
AMPLIACOES PRINCIPAIS	-57.742,86
DEMAIS MELHORAMENTOS	-219.819,83
EQUIPAMENTOS VEICULOS E SISTEMAS DE CON	-3.867.648,69
REDUTORA DEPREC - ICPC01	1.954.817,97
ATIVO INTANGIVEL	3.743.643.992,26
ATIVO INTANGIVEL	3.800.000.699,92
AMORTIZACAO ACUMULADA ATIVO INTANGIV	-56.356.707,66

BALANÇO PATRIMONIAL
CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

PASSIVO	-3.918.721.040,84
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-248.736.371,50
FORNECEDORES	-122.208.355,66
FORNECEDORES NACIONAIS	-122.208.355,66
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-74.362.633,57
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-74.068.074,35
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-294.559,22
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-18.515.727,69
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	-1.664,28
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-14.500.943,27
PROVISOES TRABALHISTAS	-1.640.997,97
GRATIFICACOES E PARTICIPACOES A PAGAR	-2.372.122,17
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-23.197.941,67
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-373.389,25
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-6.874.358,58
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-7.034.513,48
TRIBUTOS MUNICIPAIS	-8.915.680,36
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-357.876,63
CLIENTES NACIONAIS	-357.876,63
OUTRAS OBRIGACOES	-9.786.944,82
CONTAS A PAGAR	-87.447,09
SEGUROS	-6.117.340,15
OUTRAS PROVISOES	-3.582.157,58
OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	-306.891,46
OBRIGACOES DIREITO DE OUTORGA A PAGAR	-306.891,46
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-2.569.691.058,88
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-2.569.691.058,88
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-2.439.434.253,08
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-945.937,74
TRIBUTOS MUNICIPAIS	-14.534.215,24
CONTINGENCIAS CIVEIS	-2.098.257,43
ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	-71.288.056,63
PROVISAO MANUTENCAO CE	-41.390.338,76
CAPITAL SOCIAL	-1.439.260.736,00
CAPITAL SOCIAL	-1.439.260.736,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-1.445.030.571,00
CAPITAL SOCIAL A REALIZAR	5.769.835,00
RESULTADOS ACUMULADOS	338.967.125,54
LUCROS / PREJUIZOS	338.967.125,54
LUCROS / PREJUIZOS	344.596.358,49
PREJUIZOS ACUMULADOS	-5.629.232,95

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTAS DE RESULTADO	184.835.610,46
RESULTADO OPERACIONAL	244.443.216,35
RECEITA BRUTA	-449.909.190,90
RECEITAS EM NUMERARIO/CHEQUES	-54.533.699,25
RECEITAS DE CUPONS	-3.017.454,85
RECEITAS DE AVI	-145.379.957,50
RECEITAS DE VALE PEDAGIO	-9.995.393,90
USO DE FAIXA DE DOMINIO	-2.063.458,58
OUTRAS RECEITAS ACESSORIAS	-987.360,49
RECEITA DE CONSTRUCAO ICPC01	-233.931.866,33
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	18.608.831,34
IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUICOES SOBR	18.608.831,34
RECEITAS FINANCEIRAS	-6.953.784,97
RECEITAS FINANCEIRAS S/CONCESSOES	-8.366.394,99
AJUSTE A VALOR PRESENTE - AVP	1.412.610,02
CUSTOS E DESPESAS COM CONCESSOES	387.828.778,91
SALARIOS E REMUNERACOES	13.644.184,21
ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	8.213.617,08
BENEFICIOS	6.718.118,20
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	388.887,01
PRESTADORES DE SERVICO DE TERCEIROS	280.222.546,08
MATERIAL	3.816.787,42
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.478.526,74
VEICULOS	12.577.347,39
SERVICOS PUBLICOS	3.712.006,86
GASTOS COM IMOVEIS	1.008.410,01
GASTOS GERAIS	7.461.615,64
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	415.538,53
SEGURO DA RODOVIA	16.719.439,48
DIREITO DE OUTORGA	3.239.659,88
DEPRECIACAO	11.696.406,97
AMORTIZACAO	855.751,14
DESPESAS COM TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FI	11.264.856,74
PROVISAO P/CONTINGÊNCIAS	1.395.079,53
DESPESAS FINANCEIRAS COM CONCESSOES	294.868.581,97
JUROS DE FINANCIAMENTO EM MOEDA NACIONAL	274.787.954,96
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	19.922.524,34
PIS S/ RECEITAS FINANCEIRA	22.100,37
COFINS S/ RECEITA FINANCEIRA	136.002,30
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	149.231,28
CUSTOS NA VENDA DE ATIVOS	149.231,28
CUSTO NA VENDA DE IMOBILIZADO	149.231,28
PROVISOES	-59.756.837,17
IRPJ/CSLL	-59.756.837,17
IMPOSTO DE RENDA - DIFERIDO	-43.938.850,86
CONTRIBUICAO SOCIAL - DIFERIDO	-15.817.986,31

BALANÇO PATRIMONIAL
CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	3.988.414.903,06
DISPONIVEL	1.815.077,62
BENS NUMERARIOS	1.435.116,34
CAIXA GERAL	1.477,71
NUMERARIO EM TRANSITO	0
FUNDO DE TROCO	1.433.638,63
BANCOS CONTA MOVIMENTO	373.993,03
BANCOS CONTA MOVIMENTO	373.993,03
ADIANTAMENTOS	5.968,25
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECUPERAR	5.968,25
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	32.445.358,39
VALORES A RECEBER	32.445.358,39
CLIENTES NACIONAIS	17.363.589,51
APLICACOES FINANCEIRAS-RDB	13.920.322,47
IMPOSTOS A RECUPERAR	445.011,10
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	476.174,03
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	67.078,45
OUTROS CREDITOS	173.182,83
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	1.951.450,18
DESPESAS ANTECIPADAS	1.951.450,18
PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	1.721.962,07
OUTRAS DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	229.488,11
ATIVO NÃO CIRCULANTE	280.129.575,42
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	280.129.575,42
DEPOSITOS JUDICIAIS	8.230.816,81
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	197.935.199,44
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	71.256.671,80
DEPOSITOS JUDICIAIS	2.706.887,37
IMOBILIZADO	3.672.073.441,45
BENS DO IMOBILIZADO	18.541.732,04
AMPLIACOES PRINCIPAIS	3.230.182.135,91
DEMAIS MELHORAMENTOS	166.590.662,22
EQUIP., VEICULOS E SIST. DE CONTROLE	36.186.457,72
DESAPROPRIACOES	2.026.130,57
CONSERVACAO ESPECIAL	531.779,43
ELEMENTOS DE SEGURANCA	448.660,23
IMOBILIZADOS EM RODOVIA	47.617,16
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	4.948.697,47
REDUTORA IMOBILIZADO - ICPC01	-3.422.420.408,67
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-4.168.658,44
AMPLIACOES PRINCIPAIS	-88.374.241,39
DEMAIS MELHORAMENTOS	-4.878.007,69
EQUIPAMENTOS VEICULOS E SISTEMAS DE CON	-6.440.934,13
DESAPROPRIACOES	-79.954,26
CONSERVACAO ESPECIAL	-14.771,40

BALANÇO PATRIMONIAL
CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

ELEMENTOS DE SEGURANCA	-14.405,43
IMOBILIZADO EM RODOVIA	-1.322,80
REDUTORA DEPREC - ICPC01	95.634.978,66
ATIVO INTANGIVEL	3.657.700.367,85
ATIVO INTANGIVEL	3.819.217.761,52
AMORTIZACAO ACUMULADA ATIVO INTANGIV	-161.517.393,67
PASSIVO	-3.988.414.903,06
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-542.243.032,60
FORNECEDORES	-56.429.100,11
FORNECEDORES NACIONAIS	-56.429.100,11
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-402.491.264,96
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-401.633.832,35
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-857.432,61
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-29.025.955,24
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	-992.837,43
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-22.837.121,34
PROVISOES TRABALHISTAS	-1.892.670,74
GRATIFICACOES E PARTICIPACOES A PAGAR	-3.303.325,73
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-43.702.934,36
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-232.673,81
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-7.172.399,86
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-17.267.624,71
TRIBUTOS MUNICIPAIS	-19.030.235,98
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-1.667.061,47
CLIENTES NACIONAIS	-1.667.061,47
OUTRAS OBRIGACOES	-8.259.420,49
CONTAS A PAGAR	-5.116,02
SEGUROS	-4.672.146,89
OUTRAS PROVISOES	-3.582.157,58
OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	-667.295,97
OBRIGACOES DIREITO DE OUTORGA A PAGAR	-667.295,97
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-2.546.147.911,34
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-2.546.147.911,34
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-2.415.706.474,21
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-3.283.574,38
TRIBUTOS MUNICIPAIS	-12.492.580,03
CONTINGENCIAS CIVEIS	-982.313,29
CONTINGENCIAS TRABALHISTAS	-1.004.574,04
ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	-71.288.056,63
PROVISAO MANUTENCAO CE	-41.390.338,76
CAPITAL SOCIAL	-1.439.260.736,00
CAPITAL SOCIAL	-1.439.260.736,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-1.445.030.571,00
CAPITAL SOCIAL A REALIZAR	5.769.835,00
RESULTADOS ACUMULADOS	539.236.776,88
LUCROS / PREJUIZOS	539.236.776,88
LUCROS / PREJUIZOS	544.866.009,83
PREJUIZOS ACUMULADOS	-5.629.232,95

DEMOSNTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.
31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTAS DE RESULTADO	200.269.651,34
RESULTADO OPERACIONAL	361.645.060,73
RECEITA BRUTA	-300.818.421,90
RECEITAS EM NUMERARIO/CHEQUES	-64.253.456,60
RECEITAS DE CUPONS	-3.847.577,40
RECEITAS DE AVI	-167.410.700,80
RECEITAS DE VALE PEDAGIO	-9.574.346,90
USO DE FAIXA DE DOMINIO	-2.212.703,34
OUTRAS RECEITAS ACESSORIAS	-1.204.162,26
RECEITA DE CONSTRUCAO ICPC01	-52.315.474,60
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	21.357.079,55
IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUICOES SOBR	21.357.079,55
RECEITAS FINANCEIRAS	-1.189.757,06
RECEITAS FINANCEIRAS S/CONCESSOES	-1.189.757,06
CUSTOS E DESPESAS COM CONCESSOES	260.627.347,32
SALARIOS E REMUNERACOES	13.932.821,12
ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	8.131.291,00
BENEFICIOS	6.285.100,83
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	132.199,00
PRESTADORES DE SERVICO DE TERCEIROS	81.404.004,47
MATERIAL	2.048.654,01
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.203.932,10
VEICULOS	4.946.506,93
SERVICOS PUBLICOS	4.044.778,46
GASTOS COM IMOVEIS	851.683,64
GASTOS GERAIS	12.170.635,65
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	24.806,00
SEGURO DA RODOVIA	13.645.743,49
DIREITO DE OUTORGA	3.727.544,20
DEPRECIACAO	13.154.565,94
AMORTIZACAO	94.010.363,55
DESPESAS COM TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FI	24.087,03
PROVISAO P/CONTINGÊNCIAS	-111.370,10
DESPESAS FINANCEIRAS COM CONCESSOES	381.668.812,82
JUROS DE FINANCIAMENTO EM MOEDA NACIONAL	361.545.150,57
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	12.914.880,01
OUTRAS PERDAS EM OP. COM INSTR. FINANC.	7.140.711,77
PIS S/ RECEITAS FINANCEIRA	9.515,23
COFINS S/ RECEITA FINANCEIRA	58.555,24
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	-50.160,55
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-823.750,00
RECEITAS EVENTUAIS	-680.000,00
SINISTROS	-143.750,00
CUSTOS NA VENDA DE ATIVOS	773.589,45
CUSTO NA VENDA DE IMOBILIZADO	773.589,45
PROVISOES	-161.325.248,84
IRPJ/CSLL	-161.325.248,84
IMPOSTO DE RENDA - DIFERIDO	-118.621.506,50

CONTRIBUICAO SOCIAL - DIFERIDO	-42.703.742,34

BALANÇO PATRIMONIAL
CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	3.950.911.447,61
DISPONIVEL	1.565.674,75
BENS NUMERARIOS	1.411.649,34
CAIXA GERAL	1.477,71
NUMERARIO EM TRANSITO	0
FUNDO DE TROCO	1.410.171,63
BANCOS CONTA MOVIMENTO	148.057,16
BANCOS CONTA MOVIMENTO	148.057,16
ADIANTAMENTOS	5.968,25
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECUPERAR	5.968,25
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	64.036.013,29
VALORES A RECEBER	64.036.013,29
CLIENTES NACIONAIS	15.514.322,55
APLICACOES FINANCEIRAS-RDB	42.623.232,54
IMPOSTOS A RECUPERAR	2.037.642,81
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	3.657.669,25
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	27.290,91
OUTROS CREDITOS	175.855,23
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	3.416.601,39
DESPESAS ANTECIPADAS	3.416.601,39
PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	3.187.113,28
OUTRAS DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	229.488,11
ATIVO NÃO CIRCULANTE	275.814.850,41
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	275.814.850,41
DEPOSITOS JUDICIAIS	9.272.394,65
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	193.574.015,43
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	69.686.645,55
DEPOSITOS JUDICIAIS	3.281.794,78
IMOBILIZADO	3.606.078.307,77
BENS DO IMOBILIZADO	17.369.416,45
AMPLIACOES PRINCIPAIS	3.228.130.593,90
DEMAIS MELHORAMENTOS	167.101.728,23
EQUIP., VEICULOS E SIST. DE CONTROLE	35.398.305,64
DESAPROPRIACOES	2.047.130,57
CONSERVACAO ESPECIAL	531.779,43
ELEMENTOS DE SEGURANCA	448.660,23
IMOBILIZADOS EM RODOVIA	47.617,16
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	4.966.188,47
REDUTORA IMOBILIZADO - ICPC01	-3.421.302.587,18
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-5.071.036,95
AMPLIACOES PRINCIPAIS	-142.257.143,52
DEMAIS MELHORAMENTOS	-7.677.014,41
EQUIPAMENTOS VEICULOS E SISTEMAS DE CON	-7.659.726,73
DESAPROPRIACOES	-138.478,10
CONSERVACAO ESPECIAL	-23.634,24

BALANÇO PATRIMONIAL
CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

ELEMENTOS DE SEGURANCA	-21.883,05
IMOBILIZADO EM RODOVIA	-2.116,48
REDUTORA DEPREC - ICPC01	152.708.959,58
ATIVO INTANGIVEL	3.593.779.928,27
ATIVO INTANGIVEL	3.818.099.940,03
AMORTIZACAO ACUMULADA ATIVO INTANGIV	-224.320.011,76
PASSIVO	-4.105.086.975,63
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-762.845.537,20
FORNECEDORES	-51.833.261,25
FORNECEDORES NACIONAIS	-51.833.261,25
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-604.621.192,26
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-603.757.903,87
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-863.288,39
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-30.707.373,47
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	-862.191,19
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-24.958.417,28
PROVISOES TRABALHISTAS	-2.649.467,04
GRATIFICACOES E PARTICIPACOES A PAGAR	-2.237.297,96
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-52.297.627,23
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-335.449,15
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-7.477.349,75
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-20.453.191,55
TRIBUTOS MUNICIPAIS	-24.031.636,78
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-15.303.471,94
CLIENTES NACIONAIS	-15.303.471,94
OUTRAS OBRIGACOES	-7.076.643,87
CONTAS A PAGAR	-9,14
SEGUROS	-3.494.477,15
OUTRAS PROVISOES	-3.582.157,58
OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	-1.005.967,18
OBRIGACOES DIREITO DE OUTORGA A PAGAR	-1.005.967,18
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-2.442.217.479,31
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-2.442.217.479,31
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-2.310.873.251,20
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	-3.234.725,60
TRIBUTOS MUNICIPAIS	-13.444.219,79
CONTINGENCIAS CIVEIS	-982.313,29
CONTINGENCIAS TRABALHISTAS	-1.004.574,04
ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	-71.288.056,63
PROVISAO MANUTENCAO CE	-41.390.338,76
CAPITAL SOCIAL	-1.439.260.736,00
CAPITAL SOCIAL	-1.439.260.736,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-1.445.030.571,00
CAPITAL SOCIAL A REALIZAR	5.769.835,00
RESULTADOS ACUMULADOS	539.236.776,88
LUCROS / PREJUIZOS	539.236.776,88
LUCROS / PREJUIZOS	544.866.009,83
PREJUIZOS ACUMULADOS	-5.629.232,95

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.
30 DE JUNHO DE 2017

CONTAS DE RESULTADO	154.175.528,02
RESULTADO OPERACIONAL	146.550.504,93
RECEITA BRUTA	-136.321.394,35
RECEITAS EM NUMERARIO/CHEQUES	-35.288.675,40
RECEITAS DE CUPONS	-2.300.621,60
RECEITAS DE AVI	-89.079.389,20
RECEITAS DE VALE PEDAGIO	-5.190.633,40
USO DE FAIXA DE DOMINIO	-1.157.388,91
OUTRAS RECEITAS ACESSORIAS	-496.035,76
RECEITA DE CONSTRUCAO ICPC01	-2.808.650,08
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	11.465.997,03
IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUICOES SOBR	11.465.997,03
RECEITAS FINANCEIRAS	-2.440.549,61
RECEITAS FINANCEIRAS S/CONCESSOES	-2.440.549,61
CUSTOS E DESPESAS COM CONCESSOES	115.852.001,03
SALARIOS E REMUNERACOES	5.385.734,39
ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.028.116,32
BENEFICIOS	3.739.014,69
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	114.892,88
PRESTADORES DE SERVICO DE TERCEIROS	18.781.269,75
MATERIAL	1.109.379,17
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.530.007,28
VEICULOS	3.136.269,99
SERVICOS PUBLICOS	2.052.127,05
GASTOS COM IMOVEIS	417.339,52
GASTOS GERAIS	4.402.491,11
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	20.420,00
SEGURO DA RODOVIA	5.111.267,00
DIREITO DE OUTORGA	2.002.691,16
DEPRECIACAO	6.618.119,61
AMORTIZACAO	57.374.609,10
DESPESAS COM TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FI	28.252,01
DESPESAS FINANCEIRAS COM CONCESSOES	157.994.450,83
JUROS DE FINANCIAMENTO EM MOEDA NACIONAL	155.669.897,05
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	2.210.310,65
OUTRAS PERDAS EM OP. COM INSTR. FINANC.	757,59
PIS S/ RECEITAS FINANCEIRA	15.863,58
COFINS S/ RECEITA FINANCEIRA	97.621,96
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	1.693.812,83
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-3.126.552,17
RECEITAS EVENTUAIS	-2.890.000,00
SINISTROS	-236.552,17
CUSTOS NA VENDA DE ATIVOS	4.820.365,00
CUSTO NA VENDA DE IMOBILIZADO	4.820.365,00
PROVISOES	5.931.210,26
IRPJ/CSLL	5.931.210,26
IMPOSTO DE RENDA - DIFERIDO	4.361.184,01
CONTRIBUICAO SOCIAL - DIFERIDO	1.570.026,25

BALANÇO PATRIMONIAL
ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO AS
31 DE DEZEMBRO DE 2014

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	148.585.534,05
DISPONIVEL	-1.379.418,44
BENS NUMERARIOS	0
CAIXA GERAL	0
BANCOS CONTA MOVIMENTO	218.015,48
BANCOS CONTA MOVIMENTO	218.015,48
CLIENTES E OPERACOES A RECEBER	-1.597.433,92
OUTRAS RECEITAS ACESSORIAS	-1.597.433,92
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	6.960.738,66
VALORES A RECEBER	6.424.851,23
CLIENTES NACIONAIS	11.885.501,97
APLICACOES FINANCEIRAS-RDB	263,73
IMPOSTOS A RECUPERAR	83.262,72
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	1.242.879,73
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	13.557,01
OUTROS CREDITOS	208.326,77
PROVISAO DEVEDORES	-7.008.940,70
ESTOQUES	535.887,43
PRODUTOS/MERCADORIAS	535.887,43
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	138.784,69
DESPESAS ANTECIPADAS	138.784,69
DESPESAS	138.784,69
ATIVO NÃO CIRCULANTE	24.875.830,67
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	24.875.830,67
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.541.405,04
OUTROS CREDITOS	0
IMPOSTOS A RECUPERAR	1.676.362,45
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	15.914.017,40
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	5.729.045,78
DEPOSITOS JUDICIAIS	15.000,00
IMOBILIZADO	117.896.290,15
BENS DO IMOBILIZADO	496.881,34
BENS TANGIVEIS	110.406.923,08
BENS INTANGIVEIS	25.934,37
EQUIP., VEICULOS E SIST. DE CONTROLE	19.622,48
DESAPROPRIACOES	319.953,44
BENFEITORIA EM BENS DE TERCEIROS	10.060,00
REDUTORA IMOBILIZADO - ICPC01	-110.285.612,03
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-180.424,10
DEPRECIACOES	-29.930.233,79
EQUIPAMENTOS VEICULOS E SISTEMAS DE CON	-1.442,67
DESAPROPRIACOES	-207.969,45
BENF.EM BENS DE TERCEIROS	-5.409,05
REDUTORA DEPREC - ICPC01	29.964.630,86
ATIVO INTANGIVEL	117.579.832,91

BALANÇO PATRIMONIAL
ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO AS
31 DE DEZEMBRO DE 2014

ATIVO INTANGIVEL	146.655.873,27
AMORTIZACAO ACUMULADA ATIVO INTANGIV	-29.076.040,36
ATIVO DIFERIDO	93.308,32
DESPESAS DIFERIDAS	93.308,32
DESPESAS PRE OPERACIONAIS	599.614,36
AMORTIZACAO ACUMULADA DO DIFERIDO	-506.306,04
PASSIVO	-148.585.534,05
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-76.970.853,91
FORNECEDORES	-14.100.719,04
FORNECEDORES NACIONAIS	-14.100.719,04
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-54.285.288,08
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-53.874.576,73
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-410.711,35
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-2.647.508,35
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	-4.251,42
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-1.410.798,33
PROVISOES TRABALHISTAS	-1.232.458,60
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-1.701.746,96
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-127.243,84
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-1.574.503,12
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	-4.180.087,00
CLIENTES NACIONAIS	-4.180.087,00
OUTRAS OBRIGACOES	-55.504,48
CONTAS A PAGAR	-55.504,48
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-47.519.639,74
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-47.519.639,74
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0
OUTRAS OBRIGACOES	0
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-27.303.950,52
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	-13.423.379,86
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	-4.832.417,07
CONTINGENCIAS CIVEIS	-329.748,39
CONTINGENCIAS TRABALHISTAS	-147.112,49
DIVIDENDOS PROPOSTOS	-1.483.031,41
CAPITAL SOCIAL	-35.159.110,50
CAPITAL SOCIAL	-35.159.110,50
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-35.159.110,50
RESERVAS DE LUCRO	-141.916,88
RESERVAS DE LUCRO	-141.916,88
RESERVA LEGAL	-141.916,88
RESULTADOS ACUMULADOS	11.205.986,98
LUCROS / PREJUIZOS	-2.846.488,80
LUCROS / PREJUIZOS	-2.846.488,80
APURACAO DE RESULTADOS	14.052.475,78
RESULTADO DO EXERCICIO	14.052.475,78

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO AS
31 DE DEZEMBRO DE 2014

CONTAS DE RESULTADO	14.052.475,78
RESULTADO OPERACIONAL	21.431.317,04
RECEITA BRUTA	-57.073.072,40
RECEITAS C/VENDAS NO PAIS	-5.520,00
RECEITAS S/PREST.SERVICOS	-39.894.014,20
RECEITA DE CONSTRUCAO ICPC01	-17.173.538,20
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	3.690.706,93
TRIBUTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	3.690.706,93
RECEITAS FINANCEIRAS	-926.125,08
RECEITAS DIVERSAS	-926.125,08
CUSTO DOS PRODS/MERCADORIAS	23.658.269,26
GASTOS COM PESSOAL - DIRETO	3.654.902,26
DESPESAS GERAIS	19.096.967,25
GASTOS COM PESSOAL - INDIRETO	905.841,98
CUSTO COM OBRAS	557,77
DESPESAS OPERACIONAIS	27.783.060,76
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	10.663.757,00
DESPESAS COMERCIAIS	2.363.820,63
DESPESAS FINANCEIRAS	9.781.591,23
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO	4.973.891,90
CUSTOS / DESPESAS	265.005,55
UTILIDADES SERVIÇOS DE TERCEIROS	175.292,80
MANUTENÇÕES	10.489,85
MATERIAL DE PRODUCAO	640
MATERIAL DE CONSUMO	34.681,42
IMPOSTOS E TAXAS	43.828,36
GASTOS GERAIS	73,12
CUSTOS E DESPESAS COM CONCESSOES	24.033.472,02
PRESTADORES DE SERVICO DE TERCEIROS	22.807.028,90
MATERIAL	1.134.617,48
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.057,00
VEICULOS	-9.748,92
GASTOS COM IMOVEIS	1.900,00
GASTOS GERAIS	97.617,56
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	142,38
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	142,38
DESPESAS DIVERSAS	142,38
PROVISOES	-7.378.983,64
IRPJ/CSLL	-7.378.983,64
IMPOSTO DE RENDA - DIFERIDO	-5.425.723,86
CONTRIBUICAO SOCIAL - DIFERIDO	-1.953.259,78

BALANÇO PATRIMONIAL
ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO AS
31 DE DEZEMBRO DE 2015

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	141.560.748,44
DISPONIVEL	2.533.953,89
BENS NUMERARIOS	133.861,46
CAIXA GERAL	133.861,46
BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.441.694,88
BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.441.694,88
TITULOS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	919.069,95
APLICACOES FINANCEIRAS-FAF	919.069,95
CLIENTES E OPERACOES A RECEBER	-1.960.672,40
OUTRAS RECEITAS ACESSORIAS	-1.960.672,40
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	9.276.447,99
VALORES A RECEBER	8.663.640,48
CLIENTES NACIONAIS	12.049.287,51
APLICACOES FINANCEIRAS-RDB	694.190,85
IMPOSTOS A RECUPERAR	14.725,05
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	1.656.322,74
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	-11.600,69
OUTROS CREDITOS	172.217,18
PROVISAO DEVEDORES	-5.911.502,16
ESTOQUES	612.807,51
PRODUTOS/MERCADORIAS	612.807,51
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	109.209,70
DESPESAS ANTECIPADAS	109.209,70
DESPESAS	109.209,70
ATIVO NÃO CIRCULANTE	14.622.221,43
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	14.622.221,43
DEPOSITOS JUDICIAIS	145.251,27
OUTROS CREDITOS	-8.856.412,98
IMPOSTOS A RECUPERAR	1.675.319,96
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	15.914.017,40
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	5.729.045,78
DEPOSITOS JUDICIAIS	15.000,00
IMOBILIZADO	114.936.711,07
BENS DO IMOBILIZADO	8.846.628,41
BENS TANGIVEIS	118.773.888,52
BENS INTANGIVEIS	6.786,00
EQUIP., VEICULOS E SIST. DE CONTROLE	21.552,48
DESAPROPRIACOES	319.953,44
BENFEITORIA EM BENS DE TERCEIROS	10.060,00
REDUTORA IMOBILIZADO - ICPC01	-110.285.612,03
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-10.337.126,41
DEPRECIACOES	-40.018.493,22
EQUIPAMENTOS VEICULOS E SISTEMAS DE CON	-5.686,59
DESAPROPRIACOES	-271.960,05
BENF.EM BENS DE TERCEIROS	-5.617,41

BALANÇO PATRIMONIAL
ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO AS
31 DE DEZEMBRO DE 2015

REDUTORA DEPREC - ICPC01	29.964.630,86
ATIVO INTANGIVEL	116.427.209,07
ATIVO INTANGIVEL	146.655.873,27
AMORTIZACAO ACUMULADA ATIVO INTANGIV	-30.228.664,20
ATIVO DIFERIDO	82.204,36
DESPESAS DIFERIDAS	82.204,36
DESPESAS PRE OPERACIONAIS	599.614,36
AMORTIZACAO ACUMULADA DO DIFERIDO	-517.410,00
PASSIVO	-141.560.748,44
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-80.223.167,98
FORNECEDORES	-11.173.403,76
FORNECEDORES NACIONAIS	-11.173.403,76
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-60.589.106,55
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-60.171.846,51
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-417.260,04
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-4.802.684,33
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	-388.212,36
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-2.644.858,03
PROVISOES TRABALHISTAS	-1.769.613,94
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-2.785.210,71
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-200.863,48
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-2.584.347,23
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	7.776.095,65
CLIENTES NACIONAIS	7.776.095,65
OUTRAS OBRIGACOES	-8.648.858,28
CONTAS A PAGAR	-8.648.858,28
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-59.657.226,14
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-59.657.226,14
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-25.277.777,72
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-14.163.759,20
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	-13.423.379,86
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	-4.832.417,07
CONTINGENCIAS CIVEIS	-329.748,39
CONTINGENCIAS TRABALHISTAS	-147.112,49
DIVIDENDOS PROPOSTOS	-1.483.031,41
CAPITAL SOCIAL	-35.159.110,50
CAPITAL SOCIAL	-35.159.110,50
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-35.159.110,50
RESERVAS DE LUCRO	-141.916,88
RESERVAS DE LUCRO	-141.916,88
RESERVA LEGAL	-141.916,88
RESULTADOS ACUMULADOS	33.620.673,06
LUCROS / PREJUIZOS	11.205.986,98
LUCROS / PREJUIZOS	11.205.986,98
APURACAO DE RESULTADOS	22.414.686,08
RESULTADO DO EXERCICIO	22.414.686,08

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO AS
31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTAS DE RESULTADO	22.414.686,08
RESULTADO OPERACIONAL	22.414.686,08
RECEITA BRUTA	-15.768.058,76
RECEITAS S/PREST.SERVICOS	-15.768.058,76
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	1.423.547,18
TRIBUTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	1.423.547,18
RECEITAS FINANCEIRAS	-1.208.770,70
RECEITAS DIVERSAS	-1.208.770,70
CUSTO DOS PRODS/MERCADORIAS	15.660.460,22
GASTOS COM PESSOAL - DIRETO	1.740.844,68
DESPESAS GERAIS	13.567.369,06
GASTOS COM PESSOAL - INDIRETO	352.246,48
DESPESAS OPERACIONAIS	20.647.134,14
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	5.627.666,34
DESPESAS COMERCIAIS	-991.717,85
DESPESAS FINANCEIRAS	9.315.063,14
RESULTADOS OPERACIONAIS	3.738.775,24
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO	2.957.347,27
CUSTOS / DESPESAS	10.435,96
UTILIDADES SERVIÇOS DE TERCEIROS	9.234,69
MATERIAL DE CONSUMO	1.201,27
CUSTOS E DESPESAS COM CONCESSOES	1.649.938,04
PRESTADORES DE SERVICO DE TERCEIROS	769.482,16
MATERIAL	811.785,52
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.500,00
GASTOS GERAIS	64.170,36
PROVISOES	0
PROVISOES IMPOSTOS/CONTRIBUIC.	0
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	0

BALANÇO PATRIMONIAL
ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO AS
31 DE DEZEMBRO DE 2016

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	130.253.671,19
DISPONIVEL	2.533.953,89
BENS NUMERARIOS	133.861,46
CAIXA GERAL	133.861,46
BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.441.694,88
BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.441.694,88
TITULOS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	919.069,95
APLICACOES FINANCEIRAS-FAF	919.069,95
CLIENTES E OPERACOES A RECEBER	-1.960.672,40
OUTRAS RECEITAS ACESSORIAS	-1.960.672,40
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	9.276.447,99
VALORES A RECEBER	8.663.640,48
CLIENTES NACIONAIS	12.049.287,51
APLICACOES FINANCEIRAS-RDB	694.190,85
IMPOSTOS A RECUPERAR	14.725,05
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	1.656.322,74
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	-11.600,69
OUTROS CREDITOS	172.217,18
PROVISAO DEVEDORES	-5.911.502,16
ESTOQUES	612.807,51
PRODUTOS/MERCADORIAS	612.807,51
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	109.209,70
DESPESAS ANTECIPADAS	109.209,70
DESPESAS	109.209,70
ATIVO NÃO CIRCULANTE	14.622.221,43
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	14.622.221,43
DEPOSITOS JUDICIAIS	145.251,27
OUTROS CREDITOS	-8.856.412,98
IMPOSTOS A RECUPERAR	1.675.319,96
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	15.914.017,40
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	5.729.045,78
DEPOSITOS JUDICIAIS	15.000,00
IMOBILIZADO	103.629.633,82
BENS DO IMOBILIZADO	8.840.034,32
BENS TANGIVEIS	118.773.888,52
BENS INTANGIVEIS	191,91
EQUIP., VEICULOS E SIST. DE CONTROLE	21.552,48
DESAPROPRIACOES	319.953,44
BENFEITORIA EM BENS DE TERCEIROS	10.060,00
REDUTORA IMOBILIZADO - ICPC01	-110.285.612,03
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-20.487.996,01
DEPRECIACOES	-50.117.022,31
EQUIPAMENTOS VEICULOS E SISTEMAS DE CON	-9.996,99
DESAPROPRIACOES	-319.953,44
BENF.EM BENS DE TERCEIROS	-5.654,13

BALANÇO PATRIMONIAL
ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO AS
31 DE DEZEMBRO DE 2016

REDUTORA DEPREC - ICPC01	29.964.630,86
ATIVO INTANGIVEL	115.277.595,51
ATIVO INTANGIVEL	146.655.873,27
AMORTIZACAO ACUMULADA ATIVO INTANGIV	-31.378.277,76
ATIVO DIFERIDO	82.204,36
DESPESAS DIFERIDAS	82.204,36
DESPESAS PRE OPERACIONAIS	599.614,36
AMORTIZACAO ACUMULADA DO DIFERIDO	-517.410,00
PASSIVO	-130.253.671,19
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-80.223.167,98
FORNECEDORES	-11.173.403,76
FORNECEDORES NACIONAIS	-11.173.403,76
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-60.589.106,55
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-60.171.846,51
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-417.260,04
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-4.802.684,33
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	-388.212,36
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-2.644.858,03
PROVISOES TRABALHISTAS	-1.769.613,94
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-2.785.210,71
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-200.863,48
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-2.584.347,23
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	7.776.095,65
CLIENTES NACIONAIS	7.776.095,65
OUTRAS OBRIGACOES	-8.648.858,28
CONTAS A PAGAR	-8.648.858,28
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-59.657.226,14
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-59.657.226,14
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-25.277.777,72
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-14.163.759,20
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	-13.423.379,86
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	-4.832.417,07
CONTINGENCIAS CIVEIS	-329.748,39
CONTINGENCIAS TRABALHISTAS	-147.112,49
DIVIDENDOS PROPOSTOS	-1.483.031,41
CAPITAL SOCIAL	-35.159.110,50
CAPITAL SOCIAL	-35.159.110,50
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-35.159.110,50
RESERVAS DE LUCRO	-141.916,88
RESERVAS DE LUCRO	-141.916,88
RESERVA LEGAL	-141.916,88
RESULTADOS ACUMULADOS	44.927.750,31
LUCROS / PREJUIZOS	33.620.673,06
LUCROS / PREJUIZOS	33.620.673,06
APURACAO DE RESULTADOS	11.307.077,25
RESULTADO DO EXERCICIO	11.307.077,25

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO AS
31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTAS DE RESULTADO	11.307.077,25
RESULTADO OPERACIONAL	11.307.077,25
CUSTO DOS PRODS/MERCADORIAS	10.094.779,48
DESPESAS GERAIS	10.094.779,48
DESPESAS OPERACIONAIS	1.212.297,77
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.212.297,77

BALANÇO PATRIMONIAL
ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO AS
30 DE JUNHO DE 2017

Discriminacao	Saldo Atual
ATIVO	130.256.052,30
DISPONIVEL	2.533.953,89
BENS NUMERARIOS	133.861,46
CAIXA GERAL	133.861,46
BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.441.694,88
BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.441.694,88
TITULOS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	919.069,95
APLICACOES FINANCEIRAS-FAF	919.069,95
CLIENTES E OPERACOES A RECEBER	-1.960.672,40
OUTRAS RECEITAS ACESSORIAS	-1.960.672,40
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	9.278.829,10
VALORES A RECEBER	8.663.640,48
CLIENTES NACIONAIS	12.049.287,51
APLICACOES FINANCEIRAS-RDB	694.190,85
IMPOSTOS A RECUPERAR	14.725,05
ADIANTAMENTO P/FORNECEDORES	1.656.322,74
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	-11.600,69
OUTROS CREDITOS	172.217,18
PROVISAO DEVEDORES	-5.911.502,16
ESTOQUES	615.188,62
PRODUTOS/MERCADORIAS	615.188,62
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	109.209,70
DESPESAS ANTECIPADAS	109.209,70
DESPESAS	109.209,70
ATIVO NÃO CIRCULANTE	14.622.221,43
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	14.622.221,43
DEPOSITOS JUDICIAIS	145.251,27
OUTROS CREDITOS	-8.856.412,98
IMPOSTOS A RECUPERAR	1.675.319,96
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	15.914.017,40
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	5.729.045,78
DEPOSITOS JUDICIAIS	15.000,00
IMOBILIZADO	103.629.633,82
BENS DO IMOBILIZADO	8.840.034,32
BENS TANGIVEIS	118.773.888,52
BENS INTANGIVEIS	191,91
EQUIP., VEICULOS E SIST. DE CONTROLE	21.552,48
DESAPROPRIACOES	319.953,44
BENFEITORIA EM BENS DE TERCEIROS	10.060,00
REDUTORA IMOBILIZADO - ICPC01	-110.285.612,03
DEPRECIACOES ACUMULADAS	-20.487.996,01
DEPRECIACOES	-50.117.022,31
EQUIPAMENTOS VEICULOS E SISTEMAS DE CON	-9.996,99
DESAPROPRIACOES	-319.953,44
BENF.EM BENS DE TERCEIROS	-5.654,13

BALANÇO PATRIMONIAL
ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO AS
30 DE JUNHO DE 2017

REDUTORA DEPREC - ICPC01	29.964.630,86
ATIVO INTANGIVEL	115.277.595,51
ATIVO INTANGIVEL	146.655.873,27
AMORTIZACAO ACUMULADA ATIVO INTANGIV	-31.378.277,76
ATIVO DIFERIDO	82.204,36
DESPESAS DIFERIDAS	82.204,36
DESPESAS PRE OPERACIONAIS	599.614,36
AMORTIZACAO ACUMULADA DO DIFERIDO	-517.410,00
PASSIVO	-130.278.689,22
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	-80.248.186,01
FORNECEDORES	-11.198.421,79
FORNECEDORES NACIONAIS	-11.198.421,79
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	-60.589.106,55
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	-60.171.846,51
BANCOS CONTA TRANSITORIA	-417.260,04
OBRIGACOES TRABALHISTAS	-4.802.684,33
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	-388.212,36
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-2.644.858,03
PROVISOES TRABALHISTAS	-1.769.613,94
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	-2.785.210,71
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	-200.863,48
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	-2.584.347,23
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	7.776.095,65
CLIENTES NACIONAIS	7.776.095,65
OUTRAS OBRIGACOES	-8.648.858,28
CONTAS A PAGAR	-8.648.858,28
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-59.657.226,14
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	-59.657.226,14
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-25.277.777,72
CONTA CORRENTE - MÚTUO	-14.163.759,20
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	-13.423.379,86
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	-4.832.417,07
CONTINGENCIAS CIVEIS	-329.748,39
CONTINGENCIAS TRABALHISTAS	-147.112,49
DIVIDENDOS PROPOSTOS	-1.483.031,41
CAPITAL SOCIAL	-35.159.110,50
CAPITAL SOCIAL	-35.159.110,50
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	-35.159.110,50
RESERVAS DE LUCRO	-141.916,88
RESERVAS DE LUCRO	-141.916,88
RESERVA LEGAL	-141.916,88
RESULTADOS ACUMULADOS	44.927.750,31
LUCROS / PREJUIZOS	44.927.750,31
LUCROS / PREJUIZOS	44.927.750,31

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO AS
30 DE JUNHO DE 2017

CONTAS DE RESULTADO	22.636,92
RESULTADO OPERACIONAL	22.636,92
CUSTO DOS PRODS/MERCADORIAS	80,04
DESPESAS GERAIS	80,04
DESPESAS OPERACIONAIS	22.556,88
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	22.556,88

DOCS. 6-A a 6-J

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS REQUERENTES

DOC. 6-A

HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.

fls. 528

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

FORNECEDORES

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

OUTRAS OBRIGAÇÕES

Total do PASSIVO CIRCULANTE

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

Total do PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCROS

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

RESERVA DE REAVALIAÇÃO

PERDAS ACUMULADAS

LUCROS / PREJUÍZOS

APURAÇÃO DE RESULTADOS

Total do PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Total PASSIVO

Fernando Antônio Martins
CPF: 001.654.238-78

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

ATIVO	
DISPONÍVEL	
BANCOS MOVIMENTO	
Caixa Geral	
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	
VALORES A RECEBER	
TOTAL DO ATIVO	
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	
DESPESAS ANTECIPADAS	
TOTAL DO ATIVO	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
TOTAL DO ATIVO	
PERMANENTE	
INVESTIMENTOS	
TOTAL DO ATIVO	
IMOBILIZADO	
BENS DO ATIVO IMOBILIZADO	
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	
TOTAL DO ATIVO	
TOTAL	

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Fernando Antonio Genin
CPF: 001.854.238-76

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

PASSIVO

CIRCULANTE

FORNECEDORES

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

OUTRAS CONTAS

Total De PASSIVO CIRCULANTE

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Total De PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

RESERVAS DE LUCROS

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

RESULTADOS ACUMULADOS

Total De PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Total PASSIVO

Fernando Antônio Bastos
CPF: 601.894.238-72

NOME DA EMPRESA

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício Social: 2016

Data: ...

Página: ...

ATIVO

DISPONÍVEL

BENS NUMERÁRIOS

CAIXA GERAL

BANCOS CONTA MOVIMENTO

BANCOS CONTA MOVIMENTO

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

VALORES A REALIZAR

CLIENTES NACIONAIS

EMPRÉSTIMOS A RECEBER

ADIANTAMENTOS PARA DIRETORIA

OUTROS CRÉDITOS

DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

DESPESAS ANTECIPADAS

SEGUROS

Total Do ATIVO DISPONÍVEL

ATIVO NÃO CIRCULANTE

INVESTIMENTOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

DEPÓSITOS JUDICIAIS

OUTROS INVESTIMENTOS

ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO

CONTA CORRENTE COM ADMINISTRADORES / SÓCIOS

Total Do ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

IMOBILIZADO

INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES

AÇÕES E PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS

OUTROS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

IMOBILIZADO

BENS EM IMOBILIZAÇÃO

BENS TANGÍVEIS

BENS INTANGÍVEIS

DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

DEPRECIAÇÕES

Total Do ATIVO PERMANENTE

Total ATIVO

Assinatura do Responsável

[illegible] BALANÇO PATRIMONIAL [illegible] fls. 558

[illegible]

PASSIVO

OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

FORNECEDORES

[illegible] 83.284.962,38 CR

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

[illegible] 87.246.454,61 CR

[illegible] 86.818,43 CR

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

[illegible] 450.181,00 CR

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

[illegible] 1.147.457,00 CR

[illegible] 262.347,29 CR

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

[illegible] 1.678.350,00 CR

OUTRAS OBRIGAÇÕES

[illegible] 66.114.918,29 CR

Total Do PASSIVO CIRCULANTE 254.819.826,79 CR

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

[illegible] 11.760.000,00 CR

[illegible] 1.467.203.944,30 CR

[illegible] 27.160.280,00 CR

[illegible] 450.000,00 CR

Total Do PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO 1.506.574.224,30 CR

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL REALIZADO 297.645.000,00 CR

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCRO

[illegible] 264.456.960,00 CR

[illegible] 4.823.000,00 CR

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

[illegible] 65.000.000,00 CR

[illegible] 900.000,00 CR

RESULTADOS ACUMULADOS

LUCROS [illegible]

[illegible] 670.000,00 CR

APURAÇÃO DE RESULTADOS

[illegible] 146.000.000,00 CR

Total Do PATRIMÔNIO LÍQUIDO 929.240.173,00 CR

Total PASSIVO 2.690.285.970,09 CR

[illegible]

[illegible] PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Emissão: 30/06/2017

fls. 535

Sociedade

Valores

*** CONTAS DE RESULTADO ***

CONTAS DE RESULTADO

RESULTADO OPERACIONAL

RECEITAS FINANCEIRAS

RECEITAS DIVERSAS

CUSTO DOS PRODUTOS/MERCADORIAS

DESPESAS GERAIS

DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS COMERCIAIS

DESPESAS FINANCEIRAS

DESPESAS OPERACIONAIS NÃO OPERACIONAIS

[illegible] CONTAS DE RESULTADOS

[illegible] CONTAS DE RESULTADO

Heber Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2015	2014	2015	2014
Resultado do exercício	(134.511)	(268.396)	(134.511)	(268.396)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com				
recursos gerados/(aplicados) das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	43	34	10.286	10.324
Amortização relativa à mais-valia de ativos imobilizados e intangíveis de controladas (nota 9)	8.398	8.398	22.318	22.318
Provisão para contingências (reversão)	150.622	177.622	151.622	178.622
Baixa de investimento			6.000	6.000
Participação minoritária na (perda) lucro das controladas			17	(106)
Variação cambial (ganho) perda não realizada				(20.744)
Encargos financeiros sobre empréstimos e debêntures			9.008	268.000
Provisão para (reversão de) perda do investimento			(3.000)	(3.000)
	24.552	(82.342)	61.740	193.018
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	10		(4.958)	(6.958)
Partes relacionadas				(6.644)
Adiantamentos e despesas antecipadas	(20.481)	(1.322)	(2.322)	(21.191)
Depósitos judiciais	(158)	(58)	(858)	(1.732)
Outros créditos (conta corrente)	21.808	(21.808)	11.808	(21.808)
Impostos a recuperar	(4)	(1)	(44)	(1.132)
Fornecedores	(784)	784	2.132	2.000
Partes relacionadas			(58)	(58)
Outras contas a pagar	(2.000)	1.000	(2.000)	(2.000)
Impostos a recolher	(20)	(40)	(1.012)	(2.012)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(77.077)	(104.787)	(84.739)	(81.515)
	(52.525)	(186.787)	(22.999)	111.503
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimentos		(200.000)	-	-
Dividendos			5.000	(44.000)
Recebimento de mútuo de controladas	400	500	20.000	15.000
Imobilizado			(9.000)	(20.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	400	(199.500)	16.000	(49.000)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo				
Integralização	100.000	400.000	100.000	400.000
Captações	1.000	80	80.000	80.000
Amortização de principal				(20.000)
Pagto de dividendos e juros				(70.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital			(100.000)	(100.000)
Dividendos pagos a acionistas	(6.000)	(20.000)		
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	6.000	200.000	80.000	290.000
Variação líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(46.125)	(186.287)	73.001	352.503
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46	46	46.046	46.046
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	46	46	119.046	46.046

Fernando Antônio Heber
CPF: 001.855.238-76

Sílvia Roberta Bertin
CPF: 013.751.668-79

Heber Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado do exercício	(148.009)	(124.809)	(148.009)	(124.809)
Ajuste para reconciliar o resultado do exercício com				
recursos provenientes de atividades operacionais				
Depreciação e amortização				
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	47	52	142.85	16.665
Resultado de equivalência patrimonial	9.695	6.708	30.222	75.943
Saldo de lucro líquido	(10.719)	109.000	46.464	(37.972)
Constituição (reversão) de provisão para contingências				4.527
Ajuste de exercícios anteriores investimentos	13.742		(8.592)	27
Provisão para contingências				
Variação na participação de controladas				3.885
	12.692	(15.709)	12.927	22.366
Variações nos ativos e passivos operacionais			(45.785)	(56.007)
Valores a receber clientes				
Estoques produtos e mercadorias		56	20.764	(3.989)
Adiantamentos a fornecedores e clientes				
Despesas antecipadas	(748)	(58.488)	(40.529)	32.129
Outros créditos - ativo circulante	866	7.066	7.595	556
Tributos a recuperar	1.365	21.662	(14.604)	(7.677)
Partes relacionadas	(77)	(14)	4.262	450
Fornecedores	(9.829)	369.554	46.381	402.961
Remunerações e encargos sociais			(53)	635
Impostos a recolher	202	(195)	(3.742)	6.385
Outros valores a recolher	(240)	(101)	9.764	2.272
	2.371	(68.301)	(22.357)	(220.141)
	(9.196)	20.128	(68.567)	(61.155)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	(9.992)	5.252	(1.28.703)	36.210
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos				
Imobilizado				
Recebimento de lucros e dividendos			28.079	
Intangível	8.999	-09		(8.920)
				67.571
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais	8.999	-09		27.010
			27.379	85.661
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo				
Pagamentos				
Captações		155.720	(97.193)	(166.902)
Aplicação financeira		(9.2..		99.865
Redução empresa controlada				
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
Distribuição de lucros e dividendos				
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos		(4.735)	(97.193)	(67.036)
		(8.741)	69.8[illegible]	(17.240)
Variação líquida nas disponibilidades de caixa				
	3	(1)	(5.1[illegible]	(60)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	4	15.[illegible]	15.[illegible]
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6	3	(10)	15.766
	3	31	(5.[illegible]	(53)

Reinaldo Bertin
CPF: 269.958.678-15

Silvia Rosario Bertin
CPF: 025.751.668-79

GUSTAVO BORTOLAN MARCO
CRC 1SP229851/O-5

HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.

Projeção de fluxo de caixa

Período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018

Valores em Reais

		PROJETADO
	Fluxo Heber	Total
	SALDO INICIAL	
E	1 - ENTRADAS	
E	Recebimento	6.340,2e
E	Reembolso de Despesas Diversas	0,00
E	Retornos Diversos	79.249,80
E	TOTAL ENTRADAS OP	85.587,74
S	2 - SAÍDAS	
S	Pró-labore/Diversos	0,00
S	Combustível	-3.419,44
S	Serviço 3º	-627,50
S	Despesas c/ Viagens	0,00
S	Salários / Encargos Sociais	-10.000,00
S	Impostos e Taxas	-3.955,40
S	TOTAL SAÍDAS OP	-18.000,34
	3 - SUPERAVIT / DEFICIT OPERACIONAL	-132.844,60
S	Investimento	-51.187.975,99
E	Desinvestimentos	0,00
	4 - SUPERAVIT / DEFICIT TOTAL	-51.384.758,58
S	5 - DESEMBOLSOS FINANCEIROS	
S	Caixa/Tarifas/Pró-labore	0,00
S	Financiamentos amortizados	-50.451.000,00
S	TOTAL DESEMBOLSO FINANCEIRO	-38.391.000,00
	5 - SOBRANTE / FALTANTE	-90.148.585,39
E	7 - FONTES DE FINANCIAMENTOS	
E	TOTAL FONTES FINANCIAMENTO	0,00
E	8 - Aplicações / Resgates	
E	Resgate Aplicação	0,00
	SALDO DO DIA	-90.148.585,39
E	9 - Saldos	
E	Entradas entre Empresas	37.331,03
S	Saídas entre Empresas	-4.249,04
	CAIXA FINAL	-90.115.503,40
	Sem Classificação	0,00
	Saldo Final	

Fernando Antônio Heber
CPF: 001.858.278-76

Silvia Regina Heber
CPF: 015.751.668-70

DOC. 6-B

COMAPI AGROPECUÁRIA S.A.

ATIVO

Total do ATIVO CIRCULANTE

Total do ATIVO NÃO CIRCULANTE

Total do PASSIVO CIRCULANTE

Total do PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Total do PASSIVO

fls. 547

Processo nº [illegible]

[illegible]

[illegible]

[

Heinsickio Benin
CPF: 368.998.678-15

[illegible] fls. 583

[illegible]

[illegible]

BALANÇO PATRIMONIAL

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Heinaldo Berlin
CPF: 269.998.078-15

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31/12/2016

Empresa: [illegible]

(Em Reais)

Descrição	Valores
ATIVO	
ATIVO CIRCULANTE	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.245.678,90
Contas a Receber de Clientes	3.876.543,21
Estoques	2.109.876,54
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
Realizável a Longo Prazo	
Créditos com Partes Relacionadas	987.654,32
Investimentos	1.543.209,87
Imobilizado	5.432.098,76
Intangível	876.543,21
Total do Ativo	16.075.604,81
PASSIVO CIRCULANTE	
Fornecedores	2.345.678,90
Empréstimos e Financiamentos	1.234.567,89
Obrigações Tributárias	456.789,01
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Empréstimos e Financiamentos	3.456.789,01
Provisões	567.890,12
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital Social	5.000.000,00
Reservas de Lucros	1.987.654,32
Lucros Acumulados	26.678,45
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	16.075.604,81

[illegible]

[illegible]

[illegible]

*** PAGINA ***

[illegible]

Reinaldo Bertin
CPF 268.258.678-15

CUBIÃO AGROPECUÁRIA SA

BALANÇO PATRIMONIAL

Emissão em: 30/09/2017

Consolidado

Valores

Folha:

*** ATIVO ***

ATIVO

CIRCULANTE

BENS NUMERÁRIOS

CAIXA (R$ 0,00)

BANCOS CONTA MOVIMENTO

BANCOS CONTA MOVIMENTO (1)

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO

VALORES A RECEBER

CLIENTES NACIONAIS

CLIENTES E ENTIDADES (1)

EMPRÉSTIMOS A ENTIDADES

ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

DEPÓSITOS JUDICIAIS

OUTROS CRÉDITOS

ESTOQUES

PRODUTOS ACABADOS

MATERIA PRIMA

DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

DESPESAS ANTECIPADAS

DESPESAS

Total do ATIVO CIRCULANTE

ATIVO NÃO CIRCULANTE

INVESTIMENTOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

PARTICIPAÇÕES SOsocietárias

OUTROS INVESTIMENTOS

Total do ATIVO REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

IMOBILIZADO

BENS DE NATUREZA PERMANENTE

AQUISIÇÃO A PRAZO EM MOEDA

IMOBILIZADO

BENS DO IMOBILIZADO

BENS EM MOVIMENTAÇÃO

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS

DEPRECIAÇÃO

ATIVO DIFERIDO

DESPESAS DIFERIDAS

DESPESAS PRÉ OPERACIONAIS

Total do ATIVO PERMANENTE

Total ATIVO

[illegible] AGROPECUÁRIA SA

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ [illegible]

Exercício Fim 30/06/2017

Descrição Valores Exibir

*** PASSIVO ***

PASSIVO

OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

FORNECEDORES

FORNECEDORES NACIONAIS [illegible]

FORNECEDORES ESTRANGEIROS [illegible]

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC [illegible]

DEBÊNTURES A PAGAR [illegible]

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

FOLHA PAGAMENTO [illegible]

ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR [illegible]

PROVISÕES [illegible]

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER [illegible]

IMPOSTOS A CONTABILIZAR [illegible]

TAXAS A CONTABILIZAR [illegible]

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CLIENTES [illegible]

OUTRAS OBRIGAÇÕES

DIVERSAS A PAGAR [illegible]

Total de PASSIVO CIRCULANTE [illegible]

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

FORNECEDORES A LONGO PRAZO [illegible]

OUTRAS OBRIGAÇÕES [illegible]

Total de PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO [illegible]

RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

RESULTADOS FUTUROS

RECEITAS DE EXERCÍCIOS FUTUROS [illegible]

Total de RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS [illegible]

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL REALIZADO [illegible]

RESERVAS DE CAPITAL

REAVERIA DO CAPITAL

REAVERIA DO CAPITAL [illegible]

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCRO

RESERVA LEGAL [illegible]

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL [illegible]

RESULTADOS ACUMULADOS

*** PASSIVO ***

GUSSATI AGROPECUÁRIA SA — BALANÇO PATRIMONIAL

Emissão Em: 30/04/2015

Descrição — Valores

CONTAS DE RESULTADO

CONTAS DE RESULTADO

RESULTADO OPERACIONAL

RECEITA BRUTA

RECEITAS E VENDAS NO PAÍS — 106.039.675,00

DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS — 28.709.170,00

CRÉDITOS E ANTECIPAÇÕES — 36.734,00

VENDAS E CONTAS A RECEBER — 60.334.191,00

RECEITAS FINANCEIRAS

RECEITAS DIVERSAS — 1.870,00

CUSTO DAS PRESTAÇÕES REALIZADAS

DESPESAS COM PESSOAL - (DIRETO) — 0,00

DESPESAS GERAIS — 680.992,00

MATÉRIA PRIMA, EMBALAGEM E ENERGIA — 11.000.000,00

DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS — 47.000,00

DESPESAS FINANCEIRAS — 6.000.000,00

DESPESAS COMERCIAIS — 1.000,00

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

RECEITAS EVENTUAIS — 3.000.000,00

Saldo da — CONTAS DE RESULTADO — 4.000.000,00

Total — CONTAS DE RESULTADO — 1.000.000,00

Reinaldo Berlin
CPF: 269.958.579-15

Silmar Roberto Berlin
CPF: 035.025.508-70

COMAPI AGROPECUÁRIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais mil)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.477.618)	(206.314)
Ajustes por		
Depreciação e descapitalização	4.208	15.918
Resultado em operações com partes relacionadas	1.28.779	(111.696)
Juros e variações	19.651	89.368
	(6.732)	81.976
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos em		
Contas a receber	46.300	3.657
Estoques	1.611	2.035
Impostos a recuperar	368	1.695
Despesas antecipadas	421	(3)
Adiantamento a fornecedores	12.977	49.142
Outras contas a receber	-	(2.400)
Depósitos judiciais	(341)	(341)
Aumento (redução) nos passivos em		
Fornecedores	2.019	695
Contas a pagar	94	(4.161)
Obrigações trabalhistas e sociais	(139)	(55)
Obrigações tributárias	(383)	(483)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	80.722	68.864
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições	(2.648)	(3.577)
Intangível	(1.015)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(3.663)	(3.577)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de juros e principal empréstimos	(29.710)	(56.161)
Partes relacionadas	(47.750)	(9.255)
Caixa proveniente das atividades de financiamentos	(83.460)	(65.417)
(Diminuição)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(19)	(130)
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	13	93
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	-	19
(Diminuição)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(19)	(74)

Reinaldo Berim
CPF: 366.958.579-15

Silmar Roberto Berim
CPF: 015.751.668-79

COMAPI AGROPECUARIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Milhares R$)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício		
Ajustes por:		
Depreciação e amortização		
Resultado equivalência patrimonial		
Juros empréstimos		
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/ redução nos ativos em:		
Contas a receber		
Estoques		
Impostos a recuperar		
Despesas antecipadas		
Adiantamento a fornecedores		
Outras contas a receber		
Depósitos judiciais		
Aumento/ (redução) nos passivos em:		
Fornecedores		
Outras contas a pagar		
Obrigações trabalhistas e sociais		
Obrigações fiscais		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Imobilizado		
Intangível		
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de juros e principal empréstimos		
Partes relacionadas		
Caixa proveniente das atividades de financiamento		
(Diminuição)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício		
(Diminuição)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa		

Reinaldo Bertin
CPF: 259.958.678-15

Bilmar Roberto Bertin
CPF: 015.751.668-79

COMAPI AGROPECUÁRIA S.A.

Projeção de fluxo de caixa

Período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018

Valores em Reais

		PROJETADO
	Fluxo Comafi	01/07/17 30/06/18
E	1 - ENTRADAS	
E	Receita Bruta	27.780,00
E	Recuperação de Despesas Diversas	0,00
E	Receitas Diversas	329,18
E	Outras	0,00
E	TOTAL ENTRADAS OP	28.109,18
S	2 - SAÍDAS	
S	Fornecedores Diversos	-16.809,57
S	Consultoria	0,00
S	Serviço 3º	0,00
S	Manutenção	0,00
S	Energia	0,00
S	Arrendamento / Aluguel	0,00
S	Telefone	-1.736,80
S	Seguro	0,00
S	Salários / Encargos Sociais	0,00
S	Impostos e Taxas	0,00
S	TOTAL SAÍDAS OP	-18.772,37
	3 - SUPERAVIT / DEFICIT OPERACIONAL	9.336,81
I	Investimento	0,00
I	Desenvolvimentos	0,00
	4 - SUPERAVIT / DEFICIT TOTAL	9.336,81
S	5 - DESEMBOLSOS FINANCEIROS	
S	Amort_Princ_Pronac	0,00
S	Amort_Princ_Giro	-7.806.809,58
S	Amort_Juros	-943.149,22
S	Desp/Tarifas/Prêmio	-795,00
S	Financiamentos (Imposto)	-11.471.010,46
S	TOTAL DESEMBOLSO FINANCEIRO	-20.221.764,26
	6 - SUPERAVIT / FALTANTE	-20.212.427,45
F	7 - FONTES DE FINANCIAMENTOS	
F	Giro	0,00
F	TOTAL FONTES FINANCIAMENTO	0,00
F	8 - Aplicações / Resgates	
F	Resgate Aplicação	0,00
	SALDO DO DIA	-20.212.427,45
F	9 - Mútuo	
F	Entradas entre Empresas	0,00
F	Saídas entre Empresas	0,00
	CAIXA FINAL	-20.212.427,45
	(sem Classificação)	
	Saldo Final	

Silvio Roberto Berlin
CPF: 015.751.669-79

Reinaldo Berlin
CPF: 269.958.579-15

DOC. 6-C

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS S.A. - CELG

Posição: 31/12/2014

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ: 01.543.032/0001-04

Página: 1

Descrição	Valores
ATIVO	
NÃO CIRCULANTE	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
CRÉDITOS VINCULADOS	1.113.861.301,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	
BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.691.676.481,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
VALORES A RECEBER	
CLIENTES VINCULADOS	1.445.571.726,00
OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO RGE	16.340.868,87
IMPOSTOS A RECUPERAR	21.291.824,15
RECEITA ADICIONAL A INDENIZAR	611.360.350,00
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	2.100.000,00
DEPÓSITOS JUDICIAIS	103.462,00
OUTROS CRÉDITOS	8.613.252,00
PROVISÃO DEVEDORES	(97.312,00)
ESTOQUES	
ALMOXARIFADO PRÓPRIO	93.963.777,00
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	
DESPESAS ANTECIPADAS	
DESPESAS	1.1.1.

[illegible] BALANÇO PATRIMONIAL [illegible] fls. 578

Exercício Em 31/12/2015

Descrição Valores

*** ATIVO ***

Total Do	ATIVO PERMANENTE	[illegible] 587.360.193,03 DR
Total	ATIVO	[illegible] 3.845.194.368,46 DR

CONSTRUTORA CONSTRUCTOR S/A COMERCIO LTDA | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 36.543.[illegible]/0001-[illegible]

Exercícios: 31/12/2012 | Filial: 11 [illegible]

Página: 3

Descrição	Valores
*** PASSIVO ***	
PASSIVO	
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	
FORNECEDORES	
FORNECEDORES NACIONAIS	[illegible]
[illegible]	[illegible]
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC.	[illegible]
[illegible]	[illegible]
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	
[illegible]	[illegible]
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	[illegible]
PROVISÕES TRABALHISTAS	[illegible]
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
IMPOSTOS PARCELADOS	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	
CLIENTES	[illegible]
OUTRAS OBRIGAÇÕES	
[illegible]	[illegible]
Total de PASSIVO CIRCULANTE	[illegible]
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
CONTINGENCIAS PASSIVAS - EXIG. TRABALHISTAS	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
Total de PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	[illegible]
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL [illegible]	[illegible]
RESERVAS DE CAPITAL	
RESERVAS DE CAPITAL	
RESERVA DE [illegible]	[illegible]
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
RESERVA [illegible]	[illegible]
RESULTADOS ACUMULADOS	
LUCROS/PREJUIZOS	
LUCROS - PREJUIZOS	[illegible]

CONTERN CONSTRUÇÕES E CONSERVAÇÃO LTDA | BALANCETE PATRIMONIAL | Data: 31/05/2016 09:19:56
Exercício: 2016 | Usuário: 9

Discriminação | Valores

*** CONTAS DE RESULTADO ***

CONTAS DE RESULTADO

RESULTADO OPERACIONAL

RECEITA BRUTA

RECEITAS OPERACIONAIS 0,00

RECEITAS PRESTAÇÃO SERVIÇOS 0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS 0,00

PROVISÃO P/ CONTAS INCOBRÁVEIS 0,00

DESPESAS FINANCEIRAS

RECEITAS FINANCEIRAS 0,00

CUSTO DOS PRODUTOS/MERCADORIAS

GASTOS COM PESSOAL - DIRETO 0,00

GASTOS COM PESSOAL - ADMINIST 0,00

CUSTO COM OBRAS 0,00

DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS 0,00

DESPESAS GERAIS 0,00

DESPESAS FINANCEIRAS 0,00

RESULTADOS OPERACIONAIS 0,00

DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO 0,00

OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

RECEITAS EVENTUAIS 0,00

PROVISÕES

PROVISÕES IMPOSTOS/CONTRIBUIC

PROVISÃO P/ CONTRIBUIÇÕES 0,00

Total de CONTAS DE RESULTADOS 0,00

Total CONTAS DE RESULTADO 0,00

[illegible]

[illegible]

[illegible]

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA

BALANÇO PATRIMONIAL

Emissão Em: 31/12/2015

CNPJ: 58.443.923/0001-69

IE: 115/0000002/18

Folha: 1

Descrição	Valores	
1 - ATIVO		
ATIVO		
DISPONÍVEL		
CAIXA NUMERÁRIOS		
CAIXA GERAL	141.286,06 D	
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
BANCO C/C 1.4 NOVO BRASIL	4.880.456,38 D	
CRÉDITOS PECUNIÁRIOS		
CLIENTES A RECEBER	42,05 D	
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		
VALORES A RECEBER		
CLIENTES NACIONAIS	309.826.273,56 D	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	
IMPOSTOS A RECUPERAR	20.038.681,54 D	
ADIANTAMENTOS FORNECEDORES	405.468.151,66 D	
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	36.671,33 D	
DEMONSTRAÇÃO BANCÁRIA	163.256,60 D	
OUTROS CRÉDITOS	4.496.615,80 D	
PROVISÃO CRÉDITOS	197.917,65 C	
ESTOQUES		
PRODUTOS DISPONÍVEIS ACABADOS	85.299,74 D	
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		
DESPESAS ANTECIPADAS		
DESPESAS	113.263.935,10 D	
IMOBILIZADO		
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		
EQUIPAMENTOS VEÍCULOS E BENFEITORIAS DO CDM	5.250,46 C	
Total Do ATIVO CIRCULANTE		824.415.225,65 D
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO		
DEPOSITOS JUDICIAIS	14.661.329,27 D	
CRÉDITO CONSUMO	105.070.111,59 D	
BENS DE ATIVO IMOBILIZADO	209.070.089,05 D	
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	3.153.061,50 D	
OUTRAS DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	20.418.617,58 D	
Total Do ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		452.368.591,69 D
IMOBILIZADO		
BENS EM REGULAR USO		
BENS IMOBILIZADOS	779.907.192,20 D	
BENS INTANGÍVEIS	818.201,15 D	
CUSTO VEÍCULOS E BENFEITORIAS	14.852,70 D	
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		
DEPRECIAÇÕES	346.942.956,34 C	
Total Do ATIVO PERMANENTE		574.815.531,59 D

CONSTRUTORA CONSTRUCTOR S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ: 60.445.387/0001-08 fls. 685

Emissão em: 30/09/2016

Escrituração: 30/09/2016 a 30/09/2016

Folha: 1

Descrição Conta | Valores

--- ATIVO ---

Nível | Analítico | Sintético | [illegible]

[illegible] BALANÇO PATRIMONIAL [illegible]

Exercício Fim 31/12/2015

Descrição Valor

PASSIVO

PASSIVO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

FORNECEDORES

[illegible]

[illegible]

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

[illegible]

[illegible]

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

[illegible]

[illegible]

[illegible]

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

[illegible]

[illegible]

[illegible]

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

[illegible]

OUTRAS OBRIGAÇÕES

[illegible]

Total do PASSIVO CIRCULANTE

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Total do PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

[illegible]

RESERVAS DE CAPITAL

RESERVAS DE CAPITAL

[illegible]

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

[illegible]

RESULTADOS ACUMULADOS

LUCROS / PREJUÍZOS

[illegible]

[illegible]

APURAÇÃO DE RESULTADOS

[illegible]

[illegible]

[illegible]

DOMBERN CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ: 06.443.503/0001-09 fls. 3156

Emissão em: 31/12/2015 | 06:11:53 | 06/01/2016

Especificação | Valores | Folha: 5

*** CONTAS DE RESULTADO ***

CONTAS DE RESULTADO

RESULTADO OPERACIONAL

RECEITA BRUTA

RECEITAS VENDAS NO PAIS 0,00

RECEITAS SERVICOS PRESTADOS 0,00

DEDUCOES DA RECEITA BRUTA

DEVOLUCOES E ABATIMENTOS 0,00

TRIBUTOS SOBRE VENDAS E RECEITA 0,00

RECEITAS FINANCEIRAS

RECEITAS FINANCEIRAS 0,00

CUSTO DOS PRODS/MERCADORIAS

VARIACAO CMV/CPV/CSP - DIRETO 0,00

DESPESAS GERAIS 0,00

FRETES DAS MERCADORIAS 0,00

VARIACAO CMV/CPV/CSP - INDIRETO 0,00

CMV/CPV/CSP 0,00

DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS 0,00

DESPESAS PESSOAIS 0,00

DESPESAS FINANCEIRAS 0,00

DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS 0,00

DESPESAS DE PESSOAL ADMINISTRATIVO 0,00

OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS

OUTRAS RECEITAS/DESPESAS 0,00

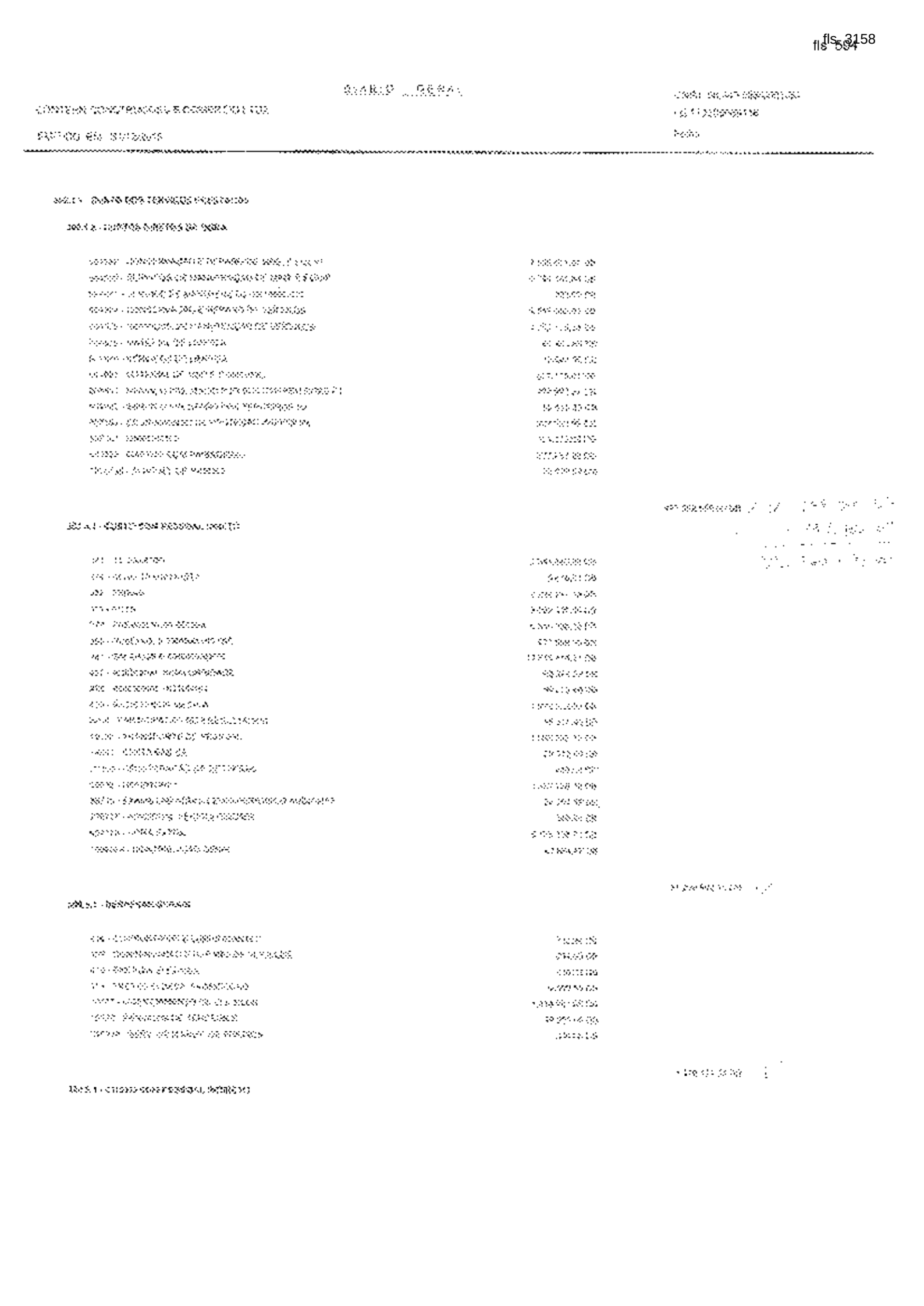
PROVISOES

PROVISOES IMPOSTOS/CONTRIBUICOES

PROVISAO P/ IMPOSTOS 0,00

Total CONTAS DE RESULTADO 0,00

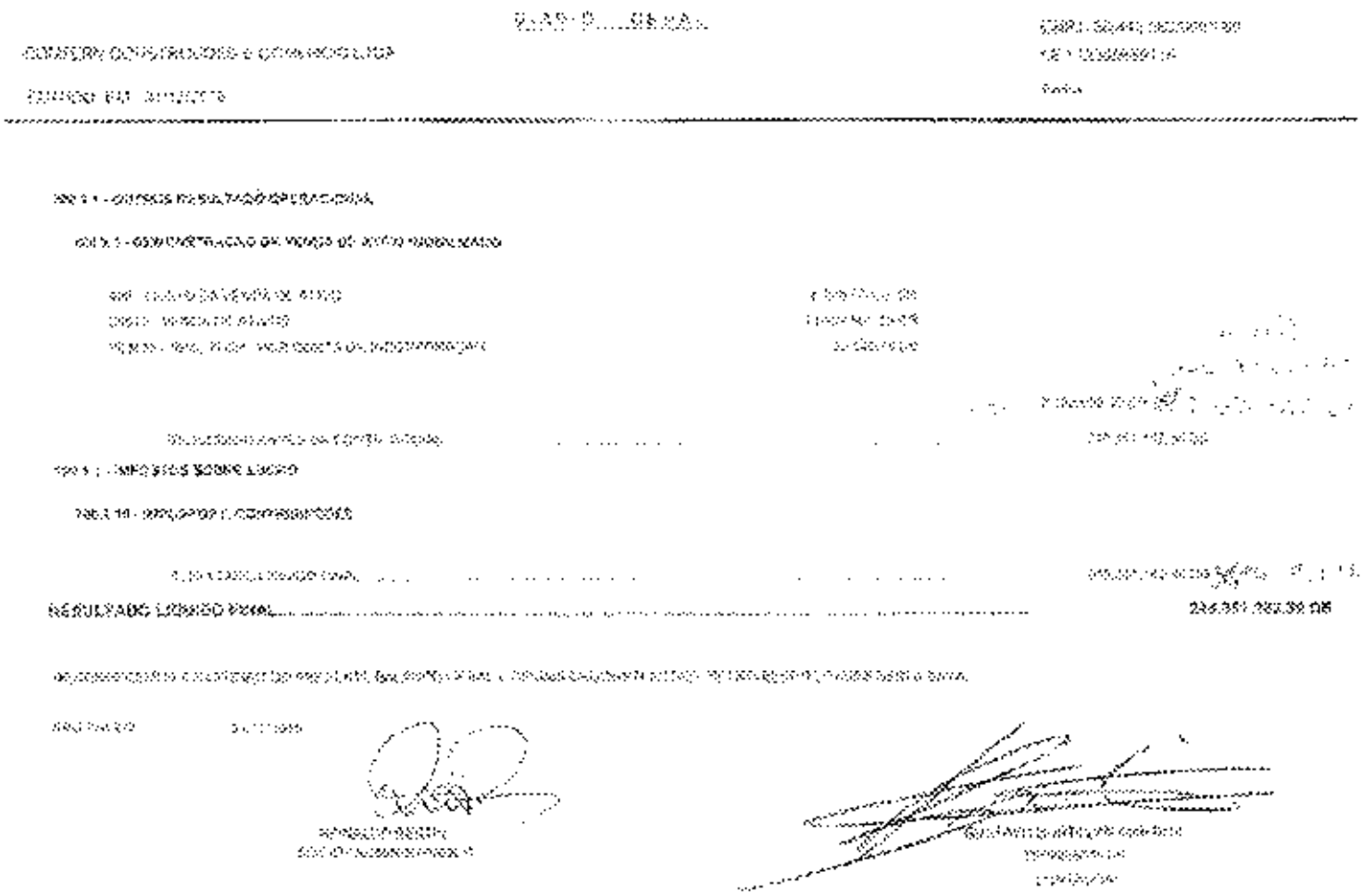
Total CONTAS DE RESULTADO 0,00



[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]



CONTÉM: CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ: 28.643.[illegible]

Entidade: 5[illegible]

Período: [illegible]

Folha: 1

Descrição	Valores
ATIVO	
CIRCULANTE	
DISPONÍVEL	
BENS NUMERÁRIOS	
CAIXA GERAL	[illegible]
BANCOS CONTA MOVIMENTO	
BANCOS CONTA MOVIMENTO	[illegible]
CRÉDITOS VINCULADOS	
COBRANÇA PROCESSADA CRÉDITADA	[illegible]
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	
VALORES A RECEBER	
CLIENTES NACIONAIS	[illegible]
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	[illegible]
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	[illegible]
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	[illegible]
DESPESAS COM PESSOAL	[illegible]
CONTRATOS DE LEASING	[illegible]
PARCELAS DE RESSARCIMENTO	[illegible]
ESTOQUES	
PRODUTOS ACABADOS E MERCADORIAS	[illegible]
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	
DESPESAS ANTECIPADAS	
SEGUROS	[illegible]
PRODUÇÃO	
DESPESAS DIFERIDAS	
SOLUÇÃO DE CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	[illegible]
Total Do ATIVO CIRCULANTE	[illegible]
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
DEPÓSITOS JUDICIAIS	[illegible]
CONTAS CORRENTES	[illegible]
DÉBITOS DE ATIVO DE VENDAS	[illegible]
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	[illegible]
CONTAS DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	[illegible]
Total Do ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	[illegible]
PERMANENTE	
BENS DO IMOBILIZADO	
BENS MÓVEIS	[illegible]
BENS IMÓVEIS	[illegible]
EQUIP. VEÍCULOS E INST. DE CONTROLE	[illegible]
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	
DEPRECIAÇÕES	[illegible]
Total Do ATIVO PERMANENTE	[illegible]
Total ATIVO	[illegible]

CONSTRUTORA ODEBRECHT S.A. E COMERCIO LTDA.

BALANCO PATRIMONIAL

CNPJ: 15.102.288/0001-82

Exercicios Sociais: 31/12/2016

NIRE: 29203856116

Padrao: X

Descricao | Valores

*** PASSIVO ***

PASSIVO

CIRCULANTE

FORNECEDORES

FORNECEDORES NACIONAIS — R$ 333.328,50 CR

FORNECEDORES ESTRANGEIROS — R$ 949.994,00 CR

EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC. — R$ 6.118.255,74 CR

DEBENTURES — R$ 31.301.766,21 CR

OBRIGACOES TRABALHISTAS

FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS — R$ 4.926,50 CR

PROVISAO PARA FERIAS — R$ 1.667.771,50 CR

PROVISOES TRABALHISTAS — R$ 981,00 CR

OBRIGACOES TRIBUTARIAS

IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER — R$ 1.201.076,48 CR

IMPOSTOS E CONTRIBUICOES — R$ 3.915,00 CR

IMPOSTOS E CONTRIBUICOES — R$ 4.039.450,81 CR

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CLIENTES NACIONAIS — R$ 154.878,46 CR

OUTROS

OUTROS A PAGAR — R$ 3.221,93 CR

Total do PASSIVO CIRCULANTE — R$ 48.836.981,93 CR

EXIGIVEL A LONGO PRAZO

OBRIGACOES A LONGO PRAZO

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS — R$ 7.251.838,72 CR

DEBENTURES — R$ 1.381.394,44 CR

CONTINGENCIAS TRABALHAIS — R$ 6.810.819,00 CR

OUTROS — R$ 1.000,00 CR

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES — R$ 19.813.766,00 CR

PROVISAO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS — R$ 6.961.964,06 CR

Total do PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO — R$ 44.221.781,96 CR

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL REALIZADO — R$ 737.384.000,00 CR

RESERVAS DE CAPITAL

RESERVAS DE CAPITAL

RESERVAS DE DOACOES — R$ 12.368,93 CR

RESERVAS DE REAVALIACAO

RESERVAS DE REAVALIACAO

REAVALIACAO ADMINISTRATIVA — R$ 1.000.000,00 CR

RESULTADOS ACUMULADOS

LUCROS / PREJUIZOS

LUCROS / PREJUIZOS — R$ 21.244.340,00 DB

PREJUIZOS ACUMULADOS — R$ 1.000.000,00 CR

CONSTRUTORA CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

Solicitação Nº 23123/2015

Data/Hora 30/12/2015 10:44:21

Usuário

APLICAÇÃO DE RESGATADOS

Tipo de Aplicação APLICAÇÃO AUTOMÁTICA

Total 7.035,00

BANCO BRADESCO S.A.

Agência

Conta

Valor

Saldo Anterior 5.748.881.729,19 C

Saldo Atual 5.748.881.729,19 C

CONSTRUTORA CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

BALANCO PATRIMONIAL

CNPJ: 55.443.553/0001-20

Emissão em: 29/12/2016

IE: 115.025.629.116

Página: 4

Descrição das Contas	Valores

*** CONTAS DE RESULTADO ***

CONTAS DE RESULTADO

RESULTADO OPERACIONAL

RECEITA BRUTA

RECEITAS OPERACIONAIS DO MES 0,00

RECEITAS EXPRESS OBRAS 0,00

DEDUCOES DA RECEITA BRUTA

IMPOSTOS E DESCONTOS S/ RECEITA 0,00

RECEITAS FINANCEIRAS

RECEITAS DIVERSAS 0,00

CUSTOS DOS PRODUTOS/MERCADORIAS

GASTOS COM PESSOAL - DIRETO 0,00

DESPESAS GERAIS 0,00

GASTOS COM PESSOAL - ADMINISTR 0,00

CUSTO DAS OBRAS 0,00

DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS 0,00

DESPESAS COMERCIAIS 0,00

DESPESAS FINANCEIRAS 0,00

PERDAS TRABALHISTAS/CIVEIS 0,00

DESPESAS C/PESSOAL ADMINISTRATIVO 0,00

OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

OUTRAS RECEITAR OPERACIONAIS

RECEITAS DIVERSAS 0,00

Total Da	CONTAS DE RESULTADOS	0,00
Total	CONTAS DE RESULTADO	0,00

[illegible]

[illegible]

[illegible]

fls. 3170

[illegible]

[illegible]

[illegible]

BANCO CENTRAL

[illegible]

[illegible]

[illegible]

CONFIANCE COMÉRCIO E SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 08.442.962/0001-69 | fls. 003

Emissão: De 30/06/2017 | IE: 079/0068316 | Folha:

Descrição	Valores	
*** ATIVO ***		
ATIVO		
DISPONÍVEL		
BENS NUMERÁRIOS		
CAIXA GERAL	169.120,44 DB	
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.863.004,10 DB	
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		
VALORES A RECEBER		
CLIENTES NACIONAIS	891.614.968,19 DB	
IMPOSTOS A RECUPERAR	23.816.661,76 DB	
ADIANTAMENTO FORNECEDORES	539.739.705,67 DB	
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	102.546,51 DB	
DEPÓSITOS JUDICIAIS	100.445,80 DB	
OUTROS CRÉDITOS	4.391.058,77 DB	
PROVISÃO DEVEDORES	167.612,00 CR	
ESTOQUES		
PRODUTOS/MERCADORIAS	49.268,17 DB	
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		
DESPESAS ANTECIPADAS		
DESPESAS	4.894.968,00 DB	
ARRENDADO		
DEPRECIAÇÕES RETIFICADAS		
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE TI/TI	10.596,30 DB	
Total De: ATIVO CIRCULANTE		931.289.596,51 DB
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
DIRETOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO		
DEPÓSITOS JUDICIAIS	29.892.427,10 DB	
CRÉDITOS DIVERSOS	1.756.621,21 DB	
BENS DE ATIVO PERMANENTE	3.993.999,00 DB	
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	3.158.021,00 DB	
OUTRAS OBRIGAÇÕES PARA INVESTIMENTO	19.086.208,00 DB	
Total De: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		248.448.442,93 DB
IMOBILIZADO		
BENS DO IMOBILIZADO		
BENS TANGÍVEIS	317.013.884,71 DB	
BENS INTANGÍVEIS	437.156,64 DB	
EQUIPAMENTOS E SIST. DE CONTROLE	18.648,30 DB	
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		
DEPRECIADORES	193.256.910,37 CR	
Total De: ATIVO PERMANENTE		220.845.817,93 DB
Total: ATIVO		1.400.383.857,37 DB

CONTAX CONFECÇÕES E COMERCIO LTDA | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 88.443.858/0001-09
Exercício findo em 30/09/2017 | 02/10/2017 09:11:18
Página: 1

Descrição	Valores
*** PASSIVO ***	
PASSIVO	
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	
FORNECEDORES	
FORNECEDORES NACIONAIS	59.918.607,01 CR
FORNECEDORES INTERNACIONAIS	752.870,01 CR
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC.	963.418.044,36 CR
BANCOS CONTA TRANSITORIA	94.301.197,59 CR
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	226.262,05 CR
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	25.849.836,38 CR
PROVISÕES TRABALHISTAS	924.697,81 CR
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
IMPOSTOS DIFERIDOS A RECOLHER	7.225.407,70 CR
IMPOSTOS E CONTRIB. S/O LUCRO	205.071,50 CR
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA	4.059.902,29 CR
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	
CLIENTES NACIONAIS	74.770.936,25 CR
OUTRAS OBRIGAÇÕES	
CONTAS A PAGAR	454.304,45 CR
Total de PASSIVO CIRCULANTE	968.826.113,74 CR
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.756.046,10 CR
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	2.359.862,88 CR
CONTINGÊNCIAS PEDIDAS / PROV. TRABALHISTAS	1.007.610,01 CR
OUTRAS OBRIGAÇÕES	381.780,00 CR
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	86.934.398,43 CR
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	336.567.886,36 CR
Total de PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	847.818.566,35 CR
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	983.937.894,00 CR
RESERVAS DE CAPITAL	
RESERVAS DE CAPITAL	
RESERVAS DE CORREÇÃO	12.555,60 CR
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
RESULTADOS REALIZADOS	43.859.476,02 CR
RESULTADOS ACUMULADOS	
LUCROS / PREJUÍZOS	
LUCROS / PREJUÍZOS	97.718.793,59 CR
PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.000.000,00 CR

CONSTRUCONSTRUTORA E CONSTRUTORA LTDA | BALANÇO PATRIMONIAL | Folha: 611

Encerrado em: 30/09/2017 | Emissão: 16/11/2017 09:49:16 | Página:

Descrição/Conta | Valores

*** PASSIVO ***

APURAÇÃO DE RESULTADOS

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Total do PATRIMÔNIO LÍQUIDO 284.621.386,47 CR

Total PASSIVO 1.523.466.640,82 CR

CONTRAN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA — BALANCETE PATRIMONIAL — CNPJ: 00.443.[illegible]/0001-[illegible] — fls. 612

Emissão em: 30/06/2017 — Hora: [illegible]

Classificação: [illegible] — Versão: [illegible]

CONTAS DE RESULTADO

CONTAS DE RESULTADO		
RESULTADO OPERACIONAL		
RECEITA BRUTA		
RECEITAS CLIENTES NÃO PAVS		2.427.869,72 CR
RECEITAS SERVIÇOS COMUNS		54.253.224,37 CR
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
TRIBUTOS E ENCARGOS S/ RECEITA		5.920.179,92 DB
RECEITAS FINANCEIRAS		
RECEITAS FINANCEIRAS		255.167,65 CR
CUSTO DOS PRODUTOS/MERCADORIAS		
CUSTO COM PESSOAL - DIRETO		2.160.[illegible],20 DB
DESPESAS GERAIS		212.[illegible],08 DB
CUSTO COM PESSOAL - INDIRETO		1.[illegible],83 DB
CUSTO CONSTRUÇÃO		33.[illegible],12 DB
DESPESAS OPERACIONAIS		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		52.[illegible],70 DB
DESPESAS COMERCIAIS		[illegible],12 DB
DESPESAS FINANCEIRAS		[illegible],80 DB
DESPESAS C/ PESSOAL ADMINISTRATIVO		1.[illegible],89 DB
CUSTOS / DESPESAS		
ANUIDADES		[illegible],72 DB
GASTOS GERAIS		[illegible],48 DB
CUSTOS E DESPESAS DOS CONCESSÕES		
PRESTADORES DE SERVIÇO DE TERCEIROS		[illegible],62 DB
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
RECEITAS EVENTUAIS		6.[illegible],53 CR
PROVISÕES		
PROVISÕES IMPOSTOS/CONTRIBUIC.		
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		[illegible],[illegible] CR
Total Da CONTAS DE RESULTADO		57.543.[illegible],09 DB
Total CONTAS DE RESULTADO		57.143.[illegible],09 DB

Reinaldo Bertin
CPF: 269.958.[illegible]-15

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Resultado do exercício	(248.350)	(93.996)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com		
recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	46.030	43.524
Baixa de itens imobilizado		
Equivalência patrimonial	193.522	319.257
Tributos diferidos		
Juros sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	49.929	48.997
Constituição de provisão para contingências		
	41.131	319.782
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Valores a receber de clientes	264.994	(66.329)
Estoques de imóveis e mercadorias		
Adiantamentos a fornecedores e diversos	(589)	2.481
Outros créditos - curto e longo prazo	4.807	4.371
Ativos disponíveis à venda		
Depósitos judiciais e compulsórios		
Partes relacionadas	(85.223)	(262.313)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(7.762)	6.363
Adiantamentos de clientes	29.672	21.162
Fornecedores	3.480	7.854
Obrigações fiscais - líquido	9.636	15.815
Outras obrigações - curto e longo prazo	4.417	926
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(72.855)	(124.912)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adiantamento para futuro investimento		
Baixa de ativo no imobilizado		
Aquisição de investimentos	(7.525)	(1.350)
Aquisição de ativo intangível	(337)	(302)
Aquisição de ativo imobilizado		(13.726)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(7.862)	(15.378)
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo:		
. Pagamentos	(138.518)	(121.395)
. Captações	201.300	29.564
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	62.882	(91.831)
(Diminuição) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(17.661)	(230.167)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.993	22.154
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.654	252.321
(Diminuição) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(17.661)	(230.167)

Reinaldo Bertin
CPF: 269.956.678-15

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Resultado do exercício	(268.629)	(224.830)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	36.269	45.030
Equivalência patrimonial	224.138	193.528
Juros sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	57.259	49.929
	31.037	64.457
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Valores a receber de clientes	(12.618)	(66.904)
Adiantamentos a fornecedores e diversos	(9.193)	(389)
Outros créditos - curto e longo prazo	(7.116)	6.987
Partes relacionadas	6.729	(48.245)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	492	(7.762)
Adiantamento de clientes	(16.468)	29.672
Fornecedores	(134)	5.969
Obrigações fiscais - federais	19.399	9.534
Outras obrigações - curto e longo prazo	307	6.457
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	10.203	(27.694)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	6.630	(7.525)
Ativo intangível	(18)	(337)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	6.612	(7.862)
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo:		
. Pagamentos	(38.628)	(138.518)
. Captações	6.633	151.379
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	(32.995)	12.862
(Diminuição) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5.825	(17.661)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.818	6.993
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	993	23.654
(Diminuição) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.825	(17.661)

Reinaldo Bertin
CPF: 269.956.678-15

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA

Projeção de fluxo de caixa

Período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018

Valores em Reais

		PROJETADO
	Fluxo CONTERN	TOTAL
	Saldo Inicial	2.777,66
E	1 - ENTRADAS	
E	Recebimentos	12.607.631,20
E	Receitas/Apps Diversos	0,00
E	Recuperação de Despesas Diversas	0,00
E	Devoluções Recebidas	14,67
E	Outros	0,00
E	TOTAL ENTRADAS (2)	12.607.635,87
S	2 - SAÍDAS	
S	Fornecedores Diversos	-697.930,57
S	Consultoria	-3.978.972,85
S	Serviço 3º	-1.847.194,46
S	Manutenção	-612.787,60
S	Deslocamento e Viagens	-256.878,91
S	Energia	-263.660,48
S	Arrendamento / Aluguel	-784.187,79
S	Telefone	-197.868,52
S	Frete	-170.943,59
S	Seguro	-240.549,46
S	Salários / Encargos Sociais	-4.648.535,97
S	Retenções	0,00
S	Impostos e Taxas	-877.078,08
S	TOTAL SAÍDAS (3)	-15.826.608,85
	3 - SUPERAVIT / DEFICIT OPERACIONAL	-3.193.866,78
S	Maquinas e Equipamentos	-41.300,00
S	Aporte_Empresas do Grupo	-1.626.600,56
S	Obras e instalações	0,00
S	Investimento	0,00
S	Desinvestimentos	0,00
	4 - SUPERAVIT / DEFICIT TOTAL	5.663.663,34
S	5 - DESEMBOLSOS FINANCEIROS	
S	Amort_Princ_Financ	-5.196.[illegible],72
S	Amort_Princ_Giro	-1.932.[illegible],71
S	Amort_Juros	321.[illegible],00
S	Cheq/Tarifas/Outros	-[illegible],[illegible]
S	Parcelamentos Atrasados	-305.[illegible],43
S	TOTAL DESEMBOLSO FINANCEIRO	-317.[illegible],39
	6 - SOBRANTE / FALTANTE	-322.[illegible],97
E	7 - FONTES DE FINANCIAMENTOS	
E	Ingr_Giro	0,00
E	TOTAL FONTES FINANCIAMENTO	0,00
E	8 - Aplicações / Resgates	
S	Aplicações	0,00
E	Resgate Aplicação	0,00
	SALDO DO DIA	-322.[illegible],62
E	9 - Mútuo	
E	Entradas entre Empresas	1.277.772,12
S	Saídas entre Empresas	-[illegible],10
	CAIXA FINAL	321.[illegible],96
	Sem Classificação	
	Saldo Final	[illegible]

Reinaldo Berlin
CPF: 269.953.678-15

DOC. 6-D

COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.

CONSPACTO PARTICIPAÇÕES SA — BALANÇO PATRIMONIAL — CNPJ: 19.614.400/0001-62

Posição Em: 31/12/2014

Descrições	Valores	
*** ATIVO ***		
ATIVO		
CIRCULANTE		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
BANCOS CONTA MOVIMENTO	429.73	C
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		
VALORES A RECEBER		
BANCOS A RECEBER	2.344.69	C
ADIANTAMENTO FORNECEDORES	25.171.20	C
Total Do ATIVO CIRCULANTE		27.945,62 C
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		
CREDITOS DIVERSOS	870.341.799,16	C
Total Do ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO		870.341.799,16 C
INVESTIMENTOS		
INVESTIMENTOS DIVERSOS		
PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS	50.000.309,90	C
Total Do ATIVO PERMANENTE		50.000.309,90 C
Total ATIVO		920.369.652,68 C

[illegible] BALANÇO PATRIMONIAL [illegible]

Empresa: [illegible] 31/12/2014

Consolidado

Valores

*** PASSIVO ***

PASSIVO

OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

FORNECEDORES

FORNECEDORES NACIONAIS — 1.637.740,10 CR

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC. — 28.100.779,90 CR

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

SALÁRIOS A PAGAR — 99.740,00 CR

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER — 3.[illegible]56,64 CR

IMPOSTOS E CONTRIB. SOBRE LUCRO — 98.865,69 CR

TRIBUTOS DIF. S/ FATURAMENTO E RECEITA — 101.296,52 CR

ANTECIPAÇÕES DE CLIENTES

CLIENTES ANTECIPAÇÃO — 1.756.000,00 CR

Total de PASSIVO CIRCULANTE — 34.039.865,84 CR

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

EMPRÉSTIMOS MOEDA FINANCEIRIZAÇÃO — 4.891.041,60 CR

[illegible] — 449.[illegible]7,62 CR

DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS — 513.[illegible]64,00 CR

CONTA CORRENTE - MATRIZ — 183.[illegible]975,61 CR

PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS — 316.276,70 CR

PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS — 8.[illegible]40,41 CR

Total de EXIGÍVEL A LONGO PRAZO — 493.285.124,24 CR

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL REALIZADO — 304.[illegible]302,10 CR

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCROS — 94.[illegible]12,98 CR

PERDAS ACUMULADAS

LUCROS / PREJUÍZOS

[illegible] — [illegible]

APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS

[illegible] — 46.[illegible]

Total de PATRIMÔNIO LÍQUIDO — R.785.823,43 CR

TOTAL PASSIVO — 828.[illegible]

Reinaldo Berlin
CPF: 259.956.678-15

COMPANHIA PARTICIPAÇÕES S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

Emissão: 24/12/2015

Página: 1

Descrição	Valores	
ATIVO		
DISPONÍVEL		
BENS NUMERÁRIOS		
CAIXA GERAL	0,00	
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
BANCOS CONTA MOVIMENTO	8.90 CR	
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		
VALORES A RECEBER		
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	7.645,71 DB	
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	35.791,65 DB	
Total De: ATIVO CIRCULANTE		35.460.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO		
OUTROS CRÉDITOS	457.705.999,99 DB	
Total De: ATIVO NÃO CIRCULANTE A LONGO PRAZO		457.705.999,99 DB
INVESTIMENTOS		
INVESTIMENTOS DIVERSOS		
AÇÕES A PARTICIPAÇÕES	50.000.000,00 DB	
Total De: ATIVO PERMANENTE		50.000.000,00 DB
Total: ATIVO		543.165.999,99 DB

COMPANHIA PARTICIPAÇÕES SA

Exercício Em 31/12/2016

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ: 11.111.111/0001-00

fls. 022

16.0

Descritores

Valores

Padrão

*** PASSIVO ***

PASSIVO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

FORNECEDORES

FORNECEDORES NACIONAIS

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

SALÁRIOS SOCIAIS A PAGAR

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

IMPOSTOS A RECOLHER

PARCELAMENTO

TRIBUTOS A RECOLHER (ATIVO PERMANENTE)

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

ADIANTAMENTOS

Total Do PASSIVO CIRCULANTE 59.693.976,35 CR

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

DEBÊNTURES

CONTAS A PAGAR - NACIONAL

TRIBUTOS DIFERIDOS

PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

Total Do PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO 694.536.216,97 CR

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL REALIZADO

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCROS

RESULTADOS POSITIVADOS

LUCROS / PREJUÍZOS

LUCROS / PREJ. ACUM.

APURAÇÃO DE RESULTADOS

PERDAS/LUCROS EXERCÍCIO

Total Do PATRIMÔNIO LÍQUIDO 3.589.966,97 CR

Total PASSIVO 807.864.260,65 CR

DIÁRIO GERAL

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

DESCRIMINAÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE	[illegible]
1 / 04 - [illegible]	
[illegible]	[illegible]
2.1.1 - [illegible]	
[illegible]	[illegible]
2.1.2 - [illegible]	
[illegible]	[illegible]
2.1.3 - [illegible]	
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

DIÁRIO GERAL

Reinaldo Bertin
CPF: 209.858.678-15

CONSÓRCIO PARTICIPAÇÕES SA

BALANCO PATRIMONIAL

CNPJ: 11.[illegible]/0001-09

Fls: 625

Emissão Em: 31/12/2015

R$

Página:

Descrição	Valores

*** ATIVO ***

ATIVO

DISPONÍVEL

BANCOS CONTA MOVIMENTO

BANCOS CONTA MOVIMENTO [illegible] 2.77 DB

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO

VALORES A RECEBER

[illegible] 7.148,04 DB

[illegible] 25.794,55 DB

Total do ATIVO CIRCULANTE 33.484,81 DB

ATIVO NÃO CIRCULANTE

CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

OUTROS CRÉDITOS [illegible] 4.[illegible] DB

Total do ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO [illegible] DB

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS DIVERSOS

ACÕES A [illegible] 33.[illegible] DB

Total do ATIVO PERMANENTE [illegible] DB

Total ATIVO [illegible] DB

COMPASSO PARTICIPAÇÕES SA | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 11.814.[illegible]/0001-62 | fls. 026

Emissão: 31/12/2019 | Hora: | Folha:

[illegible] | Valores

*** PASSIVO ***

PASSIVO

OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

FORNECEDORES

[illegible] | 1.326.477,31 CR

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

[illegible] | 66.605.019,55 CR

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

[illegible] | 143.794,04 CR

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

[illegible] | 51.914,90 CR

[illegible] | 99.[illegible],61 CR

[illegible] | 359.983,88 CR

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

[illegible] | 27.502.489,91 CR

Total Cr PASSIVO CIRCULANTE 95.501.427,87 CR

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

[illegible] | 49.894,74 CR

[illegible] | 384.781.268,99 CR

[illegible] | 102.737.997,81 CR

[illegible] | 158.220,91 CR

[illegible] | 1.864.766,99 CR

Total Cr PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO 489.979.736,26 CR

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

[illegible] | 303.474.342,02 CR

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCROS

[illegible] | 29.737.737,12 CR

RESULTADOS ACUMULADOS

LUCROS / PREJUÍZOS

[illegible] | 197.697.926,07 DB

APURAÇÃO DE RESULTADOS

[illegible] | 20.404.737,29 DB

Total Cr PATRIMÔNIO LÍQUIDO 37.492.842,66 CR

Total PASSIVO [illegible] 622.972.991,91 CR

Reinaldo Berlin
CPF: 269.958.678-15

[illegible] PARTICIPAÇÕES S/A | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 11.894.[illegible]/0001-62

Exercício findo: 30/06/2017 | R$ | Saldos

Descrições	Valores	
*** ATIVO ***		
ATIVO		
CIRCULANTE		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
BANCOS CONTA MOVIMENTO	9.[illegible],03	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		
VALORES A RECEBER		
IMPOSTOS A RECUPERAR	7.[illegible],08	
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	25.[illegible],58	
Total do ATIVO CIRCULANTE		33.493,01 D
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
DIRETORIA REALIZAVEL A LONGO PRAZO		
DIVERSOS	495.[illegible],39 D	
Total do ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO		495.640.919,39 D
INVESTIMENTOS		
INVESTIMENTOS DIVERSOS		
ACOES AVALIADAS [illegible]	41.[illegible],37 D	
Total do ATIVO PERMANENTE		41.998.875,37 D
Total ATIVO		537.672.501,35 D

CG PACTO PARTICIPAÇÕES SA | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 11.614.806/0001-60 fls. 650

Período: 31/08/2017 | R$ | Sintético

Descrição | Valores

*** PASSIVO ***

PASSIVO

OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

FORNECEDORES

FORNECEDORES NACIONAIS — 1.736.171,21 CR

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC. — 24.020.651,02 CR

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR — 110.734,84 CR

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER — 37.914,59 CR

IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA — 60.012,49 CR

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS — 246.845,58 CR

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CLIENTES NACIONAIS — 27.369.496,84 CR

Total Do PASSIVO CIRCULANTE — 454.051.460,56 CR

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES — 64.923.143,00 CR

OUTRAS OBRIGAÇÕES — 324.703.786,89 CR

CONTA CORRENTE - SÓCIOS — 152.731.617,01 CR

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS — 339.403,94 CR

PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS — 11.866.796,18 CR

Total Do PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO — 554.564.345,22 CR

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL REALIZADO — 204.415.540,02 CR

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCROS — 34.451.787,79 CR

RESULTADOS ACUMULADOS

LUCROS / PREJUÍZOS

LUCROS / PREJUÍZOS — 167.667.508,27 CR

APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS

RESULTADO DO EXERCÍCIO — 29.936.989,30 CR

Total Do PATRIMÔNIO LÍQUIDO — 57.252.642,66 CR

Total PASSIVO — 535.267.285,20 CR

*** CONTAS DE RESULTADO ***

CONTAS DE RESULTADO

RESULTADO OPERACIONAL

DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS 9.539,06 D

DESPESAS FINANCEIRAS 8.630.475,93 D

Total de CONTAS DE RESULTADOS 8.630.984,93 DS

Total CONTAS DE RESULTADO 8.630.984,93 DS

Fernando Antônio Bertin
CPF: 051.854.239-76

Reinaldo Bertin
CPF: 259.958.679-15

COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(16.525)	18.367
Ajustes por:		
Resultado equivalência patrimonial	1.967	(21.842)
Juros, atualização e variações	14.209	4.057
	(349)	(1.418)
Variação nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução nos ativos em:		
Adiantamento a fornecedores	-	(26)
Outras contas a receber	-	6
Aumento (redução) nos passivos em:		
Fornecedores	6	23
Obrigações fiscais	(349)	(206)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(692)	(1.621)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de juros e principal empréstimos	(8.000)	(8.503)
Partes relacionadas	8.761	8.953
Caixa proveniente das atividades de financiamento	761	1.553
(Diminuição)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(1)	(6)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	1	6
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	-	-
(Diminuição)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(1)	(6)

Reinaldo Bertin
CPF: 269.358.678-15

Fernando Antônio Bertin
CPF: 001.854.238-76

COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(39.580)	(39.883)
Ajustes por		
Receitas e provisões passivas	8.958	1.950
Juros empréstimos e debêntures	26.838	14.995
	(3.784)	(4.938)
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos com		
Adiantamento a fornecedores		-
Outras contas a receber		-
Aumento (redução) nos passivos com		
Fornecedores	1.050	4
Outras contas a pagar	(2.764)	
Obrigações trabalhistas e sociais	515	
Obrigações fiscais	(513)	(249)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(5.496)	(787)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de juros e principal empréstimos		(2.051)
Parte relacionadas	5.496	2.742
Caixa proveniente das atividades de financiamento	5.496	791
(Diminuição)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	(1)
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	-	1
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	-	-
(Diminuição)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	(1)

Reinaldo Bertin
CPF: 269.958.678-15

Fernando Antônio Bertin
CPF: 001.854.238-36

GUSTAVO BORTOLAIA MARTINS
OAB 158226/RJ

COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.

Projeção de fluxo de caixa

Período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018

Valores em Reais

		PROJETADO
	Fluxo Gerão Energia	Total
	SALDO INICIAL	0,00
E	1 - ENTRADAS	
E	Caixa	0,00
E	TOTAL ENTRADAS OP	0,00
S	2 - SAÍDAS	
S	Fornecedores Diversos	0,00
S	TOTAL SAÍDAS OP	0,00
	3 - SUPERAVIT / DEFICIT OPERACIONAL	0,00
C	Investimento	0,00
F	Desinvestimentos	0,00
	4 - SUPERAVIT / DEFICIT TOTAL	0,00
S	5 - RESSARCIMENTOS FINANCEIROS	
S	Dividendos/Proventos	0,00
S	Financiamentos atrasados	-30.721.148,15
S	TOTAL RESSARCIMENTO FINANCEIRO	-30.721.148,15
	6 - SOBRANTE / FALTANTE	-30.721.148,15
E	7 - FONTES DE FINANCIAMENTOS	
E	TOTAL FONTES FINANCIAMENTO	0,00
S	8 - Aplicações / Resgates	
S	Resgate Aplicação	0,00
	SALDO DO DIA	-30.721.148,15
S	9 - Mútuo	
S	Dívidas entre Empresas	0,00
S	Saldos entre Empresas	0,00
	CAIXA FINAL	-30.721.148,15
	SALDO FINAL	0,00

Reinaldo Berlin
CPF: 269.956.678-15

Fernando Antônio Berlin
CPF: 001.354.238-76

DOC. 6-E

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CIGS PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS S.A.

Exercício findo em 31/12/2014

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstrações Contábeis Consolidadas em fls. 1536

Valores em R$

Página: 1

Descrição	Valores
*** ATIVO ***	
ATIVO	
CIRCULANTE	
BENS NOS PÁTIOS	
CAIXA GERAL	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	
BANCOS CONTA MOVIMENTO	7.101,03
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	
VALORES A RECEBER	
CLIENTES NACIONAIS	1.439.04,08
PARCELAS A RECEBER	940.702,26,09
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	3.036,50,06
IMOBILIZADO	
ATIVO INTANGÍVEL	
ATIVO INTANGÍVEL	0.0.0.0.0,94,05
Total Do ATIVO CIRCULANTE	1.697.521,01,06
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	
CONSUMIDORES DIVERSOS	0,00
CREDITOS DIVERSOS	1.0.0.0.0.0,0.0,0.0
CONTAS A RECEBER POR PRESTAÇÃO SERVIÇOS	0.0.0.0,00,00,00
CONTAS CORRENTES COM ACIONISTAS - ATIVO	0.0.0.0.0,0.0,0.0
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.0.0.0.0,00,00
INVESTIMENTOS	
INVESTIMENTOS DIVERSOS	
OUTROS INVESTIMENTOS	1.0.0.0.0.0,0.0,0.0
Total Do ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.0.0.0.0.0.0,0.0,0.0
Total ATIVO	1.0.0.0.0.0.0,0.0,0.0

Visto do Contador com o parecer em anexo juntado em 04/12/2015

DIS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A. — BALANÇO PATRIMONIAL — CNPJ: 08.[illegible]/0001-[illegible]

Entidade Ent: 2010[illegible] — Ref: [illegible] — Folha: 2

Descrição — Natureza

*** PASSIVO ***

PASSIVO

OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

FORNECEDORES

FORNECEDORES NACIONAIS — 4.358.27[illegible] C

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CIRCULANTE) — 3.035.[illegible]

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR — [illegible]

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER — [illegible]

ISS/COFINS E CONTRIBUIÇÕES — 280.[illegible]

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES — [illegible]

PROVISÃO DE IMPOSTOS — [illegible]

OUTRAS OBRIGAÇÕES

CONTAS A PAGAR — [illegible]

Total De PASSIVO CIRCULANTE — 4.[illegible] C

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS — [illegible]

OUTRAS OBRIGAÇÕES — [illegible]

MOEDA ESTRANGEIRA - MÚTUO — [illegible]

CONTRATOS DE MÚTUOS — [illegible]

PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS — [illegible]

Total De PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO — [illegible]

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCRO

AJUSTE PATRIMONIAL DE CONTROLADAS — [illegible]

Total De RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS — [illegible]

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL REALIZADO — [illegible]

RESERVAS DE CAPITAL

RESERVAS DE CAPITAL

AGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES — [illegible]

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCRO

OPERAÇÕES DE CAPITAL — [illegible]

DISTRIBUIÇÃO DE RESERVAS DE LUCROS — [illegible]

RESERVA DE REAVALIAÇÃO

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

RESULTADOS ABRANGENTES — [illegible]

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL — [illegible]

PERDAS PASSIVOS ATUARIAIS

CIA. PARTICIPAÇÕES EMPRESENDEDORISMO S.A

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício Em: 31/12/2014

CNPJ: 08.376.[illegible]/0001-47

R$

Página: 3

Descrições	Valores
*** PASSIVO ***	
EXIGÍVEL (PASSIVO)	
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
AMORTIZAÇÃO DE RESULTADOS	
[illegible]	[illegible]
Total Do PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.143.938.895,91 CR
Total PASSIVO	1.658.348.283,04 CR

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Fernando Antonio Bertin
CPF: 001.354.238-76

Sílgar Roberto Bertin
CPF: 035.751.668-79

GDE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Encerrado em: 31/12/2013

CNPJ: 05.370.510/0001-03 fls. 041

R$

Escrita

Descrição	Valores	
ATIVO		
DISPONÍVEL		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,79	
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		
VALORES A PROCESSAR		
CLIENTES NACIONAIS	1.469,66	
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	960.789,66	
ADIANTAMENTO DE FORNECEDORES	2.461,76	
IMOBILIZADO		
ATIVO INTANGÍVEL		
APLICAÇÕES	750.000,00	
Total de ATIVO CIRCULANTE		1.997.531,31
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO		
DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,79	
CLIENTES DIVERSOS	150.359.596,67	
CUSTAS A RECEBER POR CONTAS RELACIONADAS	84.280.042,13	
CONTA CORRENTE COM ACIONISTAS - ATIVO	96.640.414,13	
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	2.695,83	
INVESTIMENTOS		
INVESTIMENTOS DIVERSOS		
DIVERSOS	1.275.870.375,16	
Total de ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.997.401.226,31
INVESTIMENTOS		
PARTICIPAÇÕES DIVERSAS		
AÇÕES A INVESTIDAS NO PAÍS	43.848.350,00	
IMOBILIZADO		
BENS DO ATIVO IMOBILIZADO		
BENS TANGÍVEIS	5.453,78	
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		
DEPRECIAÇÕES	51.569,00	
Total de ATIVO PERMANENTE		43.848.350,00
Total ATIVO		1.992.951.227,51

CSU PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 02.376.346/0001-40 fls. 542

Exercício Em 31/12/2015

R$

Página: 3

Descrição	Valores	
PASSIVO		
PASSIVO		
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		
FORNECEDORES		
FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS		
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC.	2.709.810,75 CR	
BANCOS CONTA GARANTIDA	297.000,00	
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	151,89 CR	
IMPOSTOS E CONTRIB. S/ LUCROS	662.137,11 CR	
OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS	1.015,38 CR	
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS PARCELADAS	0,00	
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	111,80 CR	
Total de PASSIVO CIRCULANTE		3.670.226,93 CR
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.564.303,72 CR	
DÍVIDA CONSOLIDADA - LONGO	34.032.284,64 CR	
DEBÊNTURES DE SÓCIOS	429.440,80 CR	
PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS	9.652.855,28 CR	
Total de PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		45.679.084,44 CR
RESERVAS DE LUCRO		
RESERVAS DE LUCRO		
A DISTRIBUIR/ABSORVER PERDAS	1.446.768,92 CR	
Total de RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		1.446.768,92 CR
CAPITAL SOCIAL		
CAPITAL SOCIAL		
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	297.000.000,00 CR	
RESERVAS DE CAPITAL		
RESERVAS DE CAPITAL		
ÁGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES	108.949.361,00 CR	
RESERVAS DE LUCRO		
RESERVAS DE LUCROS		
OPERAÇÕES DE CAPITAL	4.675.000,00 DB	
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS	131.400.000,00 DB	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		
REAVALIAÇÕES ANTERIORES	91.098.924,32 CR	
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	365.783.816,51 DB	
RESULTADOS ACUMULADOS		
LUCROS / PREJUÍZOS		
LUCROS / PREJUÍZOS	59.331.386,17 DB	
PREJUÍZOS ACUMULADOS	151.991.016,66 DB	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CISE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A

BALANCO PATRIMONIAL

Encerramento: 31/12/2015

Descrição

Saldos

*** PASSIVO ***

APURACAO DE RESULTADOS

Total Do PASSIVO CIRCULANTE

Total PASSIVO

Fernando Antônio Serlin
CPF: 601.854.239-75

Sirlei Roberto Serlin
CPF: 515.751.668-79

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A. — BALANÇO PATRIMONIAL — CNPJ: 01.[illegible]/0001-41 fls. 649

Emissão em: 31/12/2016 — Moeda: R$ — Página: 1

Descrição	Valores
*** ATIVO ***	
ATIVO	
CIRCULANTE	
BENS DISPONÍVEIS	
CAIXA GERAL	4.000,00
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	
BANCOS (CONTA MOVIMENTO)	1.151.000,00
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	
VALORES A RECEBER	
CLIENTES NACIONAIS	4.450.000,00
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	45.230,00
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	8.000,00
ESTOQUES	
ESTOQUE DE MERCADORIAS	2.500.000,00
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	
DESPESAS ANTECIPADAS	78.200,00
Total do ATIVO CIRCULANTE	8.276.430,00
ATIVOS NÃO CIRCULANTES	
INVESTIMENTOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	
EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS	2.000,00
DEPÓSITOS CAUCIONAIS	150.000,00
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	5.000,00
CONTAS A RECEBER POR VENDAS REALIZÁVEIS	80.000,00
CONTAS CORRENTES COM ADMINISTRADORES	45.000,00
DEPÓSITOS JUDICIAIS	2.000,00
INVESTIMENTOS	
INVESTIMENTOS DIVERSOS	
OUTROS INVESTIMENTOS	1.000.000,00
Total do ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.284.000,00
INVESTIMENTOS	
INVESTIMENTOS DIVERSOS	
AÇÕES A PARTICIPAÇÃO	45.000,00
IMOBILIZADO	
BENS DO IMOBILIZADO	
BENS TANGÍVEIS	12.000,00
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	
DEPRECIAÇÕES	28.000,00
Total do ATIVO PERMANENTE	43.000,00
TOTAL ATIVO	9.605.430,00

Visto, exceto com a ressalva de que a conta [illegible] não foi auditada.
Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

ITAÚ PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A. — BALANÇO PATRIMONIAL — CNPJ: 02.379.019/0001-42

Emissão: 31/12/2016 — R$ — Página: 2

Descrição	Valores
*** PASSIVO ***	
PASSIVO	
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	
FORNECEDORES	
FORNECEDORES NACIONAIS	0,00
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC.	2.000.000,00 CR
BANCOS CONTA VINCULADA	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	2.00
INSS A RECOLHER - EMPRESA	0,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	0,00
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS	602,50 CR
TRIBUTOS MUNICIPAIS	1.12,00 CR
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	
CLIENTES NACIONAIS	30,00 CR
Total Do PASSIVO CIRCULANTE	2.001.632,50 CR
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.957.603,00 CR
CONTA CORRENTE - GRUPO	40.771.557,50 CR
CONTRATOS DE MÚTUOS	328.115.794,00 CR
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	2.750.370,00 CR
Total Do PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	481.241.865,00 CR
RESERVAS DE LUCRO	
RESERVAS DE LUCRO	
ADIANTAMENTO DE DIVIDENDOS	15.455.780,32 CR
Total Do RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	15.455.780,32 CR
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	350.000.000,00 CR
RESERVAS DE CAPITAL	
RESERVAS DE CAPITAL	
ÁGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES	99.950.000,00 CR
RESERVAS DE LUCRO	
RESERVAS DE LUCRO	
PROVISÕES DE CAPITAL	9.000.000,00 CR
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS	151.407.918,57 CR
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
RESULTADOS ACUMULADOS	82.000.000,00 DB
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	999.999.999,99 CR
RESULTADOS ACUMULADOS	
LUCROS ACUMULADOS	

[illegible] S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

[illegible] fls. 648

Encerrado Em [illegible]

Página: 2

Descrição	Valores
*** PASSIVO ***	
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
APURAÇÃO DO RESULTADO	
[illegible]	[illegible]
Total do PATRIMÔNIO LÍQUIDO	[illegible]
Total PASSIVO	[illegible]

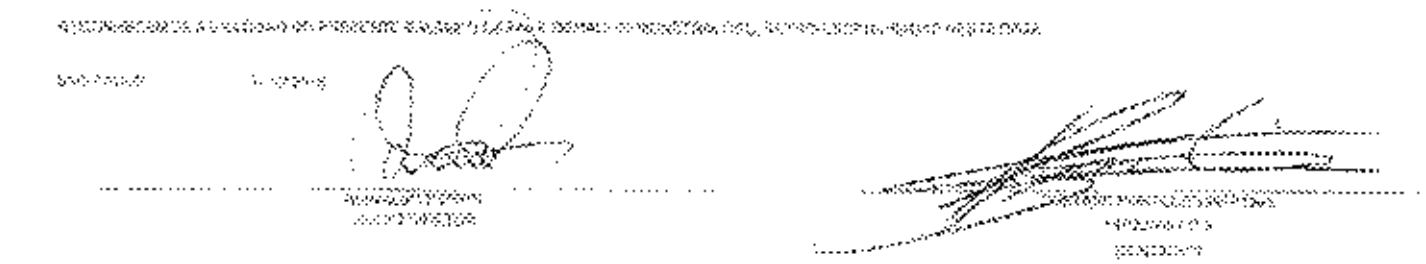
[illegible]

fls. 3213

[illegible]

[illegible]

[illegible]



Fernando Antônio Bertin
CPF: 001.694.238-76

Sérgio Roberto Bertin
CPF: 015.751.668-79

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A. — BALANÇO PATRIMONIAL — CNPJ 08.370.519/0001-36 — fls. 551

Período Em: 31/05/2015 — (R$ Pontos)

Descrições	Valores	
*** ATIVO ***		
ATIVO		
DISPONÍVEL		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		
VALORES A RECEBER		
CLIENTES NACIONAIS	1.402.601,09	
ADIANTOS A FORNECEDORES	38.314,64	
ADIANTAMENTO PARA FUNCIONÁRIOS	3.643,74	
IMOBILIZADO		
ATIVO INTANGÍVEL		
ATIVO INTANGÍVEL	389.860,36	
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA ATIVO INTANGÍV	119.059,85	
Total Do ATIVO CIRCULANTE		166.592,20
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO		
DEPÓSITOS JUDICIAIS	3,97	
OUTROS CRÉDITOS	137.929.350,98	
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	58.570.540,29	
CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS	47.087.886,34	
OUTRO CRÉDITO COM ACIONISTAS / SÓCIOS	32.150.499,43	
DEPÓSITOS JUDICIAIS	7.461,93	
INVESTIMENTOS		
INVESTIMENTOS DIVERSOS		
OUTROS INVESTIMENTOS	1.400.309.660,10	
Total Do ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.468.278.581,02
INVESTIMENTOS		
INVESTIMENTOS DIVERSOS		
AÇÕES A PARTIR DE 1 ANO	43.992.900,00	
IMOBILIZADO		
BENS DO IMOBILIZADO		
BENS TANGÍVEIS	13.574,36	
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		
DEPRECIAÇÕES	26.121,15	
Total Do ATIVO PERMANENTE		43.978.753,21
Total ATIVO		1.668.249.750,83

GSE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ: 08.278.010/0001-41

Período: Ext 3/2018/2019 | IR:0

Descrições | Valores | Folha:

*** PASSIVO ***

PASSIVO

CIRCULANTE

FORNECEDORES

FORNECEDORES NACIONAIS 20.001,49 CR

EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC 2.000.466,16 CR

BANCOS CONTA TRANSACIONAL 2,28 CR

OBRIGACOES TRABALHISTAS

SALARIOS SALARIOS A PAGAR 371,28 CR

OBRIGACOES TRIBUTARIAS

IMPOSTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS 497,58 CR

TRIBUTOS MUNICIPAIS 110,80 CR

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CLIENTES NACIONAIS 35,96 CR

Total do PASSIVO CIRCULANTE 2.021.078,83 CR

EXIGIVEL A LONGO PRAZO

OBRIGACOES A LONGO PRAZO

OUTRAS OBRIGACOES 1.591.075,92 CR

CONTA CORRENTE - MÚTUO 62.271.267,65 CR

CONTRATOS DE MUTUOS 428.115.203,82 CR

PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS 10.298.979,68 CR

Total do PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO 491.276.526,99 CR

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCRO

ADIANTAMENTO DE DIVIDENDOS 17.455.599,92 CR

Total do RESULTADOS DE EXERCICIOS FUTUROS 17.455.599,92 CR

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL REALIZADO 550.000.000,00 CR

RESERVAS DE CAPITAL

RESERVAS DE CAPITAL

ÁGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES 199.900.201,05 CR

RESERVAS DE LUCROS

RESERVAS DE LUCRO

DEPRECIAÇÃO DE CRÉDITOS 4.913.094,50 CR

OUTRAS RESERVAS DE LUCROS 141.491.035,67 CR

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

RESULTADOS ACUMULADOS 91.356.004,35 CR

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL 349.830.689,24 CR

RESULTADOS ACUMULADOS

LUCROS / PREJUIZOS

LUCROS / PREJUIZOS 154.100.050,43 CR

Vide DL anexo com o detalhe das contas patrimoniais

CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.	BALANÇO PATRIMONIAL	CNPJ: 33.412.792/0001-47
Emitido Em: 30/06/2017		IE:
		Folha:

Descrição	Valores
*** PASSIVO ***	
PASSIVOS ACUMULADOS	R$ 1.592.413.05 (a)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R$ 147.767,50 (a)
Total Do PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.592.560,55 (a)
Total PASSIVO	1.606.679.144,82 (a)

Visto para fins de autenticação pela Junta Comercial

CIBA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 08.[illegible]

Emissão Em: 31/05/2017 | Pág: | Folha:

Descrições | Exercício

*** CONTAS DE RESULTADO ***

CONTAS DE RESULTADO		
RESULTADO OPERACIONAL		
RECEITAS FINANCEIRAS		
RECEITAS DIVERSAS		0,01 CR
DESPESAS OPERACIONAIS		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		84.046,25 DB
DESPESAS FINANCEIRAS		380.[illegible] DB
Total De: CONTAS DE RESULTADOS		974.378,99 DB
Total: CONTAS DE RESULTADO		974.378,99 DB

[illegible]

Reinaldo Bertin
CPF: 269.958.578-15

Fernando Antônio Bertin
CPF: 001.854.238-76

Silgsan Roberto Bertin
CPF: 013.751.668-79

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(63.039)	(9.633)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	61.577	12.369
Juros empréstimos e financiamentos	480	1.566
Depreciação e amortização	22	-
	(960)	4.302
Impostos a recuperar		(117)
Outras contas a receber	2	(197)
Fornecedores	(4)	3
Obrigações fiscais	4	799
Outras contas a pagar	206	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(752)	4.790
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(6)	-
Investimentos	(43.631)	-
Dividendos recebidos	43.662	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	25	-
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo	3.611	-
Pagamento juros e principal empréstimos	(1.216)	(27.584)
Partes relacionadas	(1.668)	22.790
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	727	(4.794)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	-	(4)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	4
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	-	(4)

Fernando Antônio Sertã
CPF: 001.854.238-76

Sílvio Roberto Sertã
CPF: 013.751.668-79

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(68.148)	(63.039)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	69.236	61.577
Juros empréstimos e financiamentos	551	480
Depreciação e amortização	86	22
	1.725	(960)
Impostos a recuperar	105	-
Outras contas a receber	(8.186)	2
Fornecedores	-	(4)
Obrigações fiscais	-	4
Outras contas a pagar	1	206
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(6.355)	(752)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(7)	(6)
Investimentos	6.332	(43.631)
Dividendos recebidos	-	43.662
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	6.325	25
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo	-	3.411
Pagamento juros e principal empréstimos	(573)	(1.216)
Partes relacionadas	603	(1.668)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	30	727
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	-

Fernando Antônio Bertin
CPF: 001.054.239-76

Silmar Roberto Bertin
CPF: 085.751.668-49

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Projeção de fluxo de caixa

Período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018

Valores em Reais

		PROJETADO
	Fluxo CIBE PAR	**TOTAL**
	Saldo Inicial	
E	1 - ENTRADAS	
E	Recebimento	0,00
E	TOTAL ENTRADAS OP	0,00
S	2 - SAÍDAS	
S	Serviço 3º	-445,89
S	Salários / Encargos Sociais	0,00
S	Impostos e Taxas	0,00
S	TOTAL SAÍDAS OP	-445,89
	3 - SUPERAVIT / DEFICIT OPERACIONAL	-445,89
S	Investimento	0,00
	4 - SUPERAVIT / DEFICIT TOTAL	-445,89
S	5 - DESEMBOLSOS FINANCEIROS	
S	Despesa Juros/Prêmio	0,00
S	Financiamentos Amortização	-2.435.360,75
S	TOTAL DESEMBOLSO FINANCEIRO	-2.435.360,75
	6 - SOBRANTE / FALTANTE	-2.435.806,64
E	7 - FONTES DE FINANCIAMENTOS	
E	Mútuo	0,00
E	TOTAL FONTES FINANCIAMENTO	0,00
E	8 - Aplicações / Resgates	
S	Aplicações	0,00
E	Resgate Aplicação	0,00
	SALDO DO DIA	-2.435.806,64
E	9 - Mútuo	
E	Entradas entre Empresas	0,00
S	Saídas entre Empresas	0,00
	CAIXA FINAL	-2.435.806,64
	Sem Classificação	
	Saldo Final	[illegible]

Fernando Antônio Martins
CPF: 001.854.238-76

Silmar Roberto Barlin
CPF: 019.751.669-79

[illegible]

DOC. 6-F

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CIA DE PESQUISA E LAVRA DE MINERAIS S.A. — BALANÇO PATRIMONIAL — CNPJ: 19.468.918/0001-15 — fls. 559

Período: 31/12/2016 — R$

Descrição — Valores — Folha

--- ATIVO ---

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

BANCOS CONTA MOVIMENTO

BANCOS CONTA MOVIMENTO — 564.77 (D)

ADIANTAMENTOS

ADIANTAMENTO A ACIONISTAS — 12.450.155,96 (D)

ADIANTAMENTO A FORNECEDORES — 1.460.659,20 (D)

EMPRÉSTIMOS E DISTRIBUIÇÕES A RESPONSÁVEL — 4.174.579,29 (D)

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO

VALORES A RECEBER

CLIENTES NACIONAIS — 1.948.29 (D)

ADIANTADO FUNCIONÁRIOS — 6.770,71 (D)

ADIANT ALUGUEL PROPRIEDADE — 4.000.000,00 (D)

OUTROS CRÉDITOS — 2.000,00 (D)

DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

DESPESAS ANTECIPADAS

DESPESAS — 126,00 (D)

Total do ATIVO CIRCULANTE — R$ 8.515.701,94 (D)

ATIVO NÃO CIRCULANTE

CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

OUTROS CRÉDITOS — 6.196.171,22 (D)

DEPÓSITOS A REALIZAR — 2.150.210,47 (D)

ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO — 3.000.000,00 (D)

CONTA CORRENTE SÓCIOS/ACIONISTAS — 492.191.270,30 (D)

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS AVALIADOS

OUTROS INVESTIMENTOS — 20.037.549,01 (D)

Total do ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO — R$ 497.191.358,48 (D)

IMOBILIZADO

BENS DO IMOBILIZADO

BENS TANGÍVEIS — 52.063.291,98 (D)

Total do ATIVO IMOBILIZADO — R$ 52.063,29 (D)

Total do ATIVO — R$ 558.926.621,29 (D)

LOG-IN INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 10.495.340/0001-03

Exercício findo em 31/12/2014 | R$ | Ativo

Descrição	Valores
*** PASSIVO ***	
PASSIVO	
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	
FORNECEDORES	
FORNECEDORES NACIONAIS	1.150.219,55
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS	
EMPRÉSTIMOS A PAGAR - TERCEIROS	12.974.301,50 CR
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	270.253,00 CR
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	0,00
PROVISÕES	370.211,00
PASSIVOS CONTINGENTES	180.000,00 CR
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	1.000,00 CR
OUTRAS OBRIGAÇÕES	
OUTRAS A PAGAR	3.613.000,00 CR
Total do PASSIVO CIRCULANTE	28.458.869,05 CR
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.063.024,76 CR
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	108.000,00 CR
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.740.729,99 CR
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	52.460.979,00 CR
Total do PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	105.326.609,25 CR
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	408.139.753,00 CR
RESERVAS DE LUCRO	
RESERVAS DE LUCROS	81.126.963,00 CR
RESERVA LEGAL	9.811.000,00 CR
RESERVA DE INVESTIDAS A REALIZAR	13.936.543,14 CR
(-) PERDAS ACUMULADAS DE LUCROS	180.879.455,00 CR
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
RESULTADOS ABRANGENTES	66.979.439,55 CR
RESULTADOS ACUMULADOS	
LUCROS / PREJUÍZOS	
LUCROS / PREJUÍZOS	91.408.471,31 CR
APURAÇÃO DE RESULTADOS	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	32.723.955,11 CR
Total do PATRIMÔNIO LÍQUIDO	335.196.727,25 CR
Total PASSIVO	545.322.021,29 CR

fls. 3225

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Reinaldo Bertin
CPF: 269.958.679-15

CSG INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ: 10.666.940/0001-74
Exercício Em: 31/12/2013 | REAL | Folha

Descrição	Valores
*** ATIVO ***	
ATIVO	
DISPONÍVEL	
CAIXAS COM FLX MOVIMENTO	
BANCOS C/ MOVIMENTO	1.20 DB
ADIANTAMENTOS	
ADIANTAMENTOS A ACIONISTAS	10.000.000,00 DB
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ANTECIPADOS - IR	1.000.000,00 DB
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	1.000,00 DB
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	
VALORES A RECEBER	
CLIENTES NACIONAIS	0,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	1.000,00 DB
ADIANTAMENTOS FORNECEDORES	1.000.000,00 DB
OUTROS CRÉDITOS	2.000,00 DB
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	
DESPESAS ANTECIPADAS	
DESPESAS	200,00 DB
Total do ATIVO CIRCULANTE	13.003.201,20 DB
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	
OUTROS CRÉDITOS	2.000.000,00 DB
IMPOSTOS A RECUPERAR	2.000.000,00 DB
ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO	2.000.000,00 DB
CONTA CORRENTE COM ACIONISTAS - DIRETORES	400.000.000,00 DB
INVESTIMENTOS	
INVESTIMENTOS DIVERSOS	
OUTROS INVESTIMENTOS	0,00
Total do ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	406.000.000,00 DB
INVESTIMENTOS	
INVESTIMENTOS DIVERSOS	
AÇÕES A PARTICIPAR EM OPERAÇÃO	49.000.000,00 DB
IMOBILIZADO	
BENS DO IMOBILIZADO	
BENS TANGÍVEIS	40.000,00 DB
Total do ATIVO PERMANENTE	49.040.000,00 DB
Total ATIVO	468.043.201,20 DB

GIRO INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 10.691.988/0001-04

Exercício Fec 31/12/2015 | Folha

Descrição	Valores
*** PASSIVO ***	
PASSIVO	
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	
FORNECEDORES	
FORNECEDORES NACIONAIS	161.206,74 CR
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	136.056,64 CR
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS	502.636,59 CR
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	
CLIENTES NACIONAIS	168.116,50 CR
OUTRAS OBRIGAÇÕES	
CONTAS A PAGAR	14.421.765,83 CR
Total do PASSIVO CIRCULANTE	15.446.276,89 CR
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	49.840.000,00 CR
PROVISÕES PARA IMPOSTOS DIF	344.046,77 CR
OBRIGAÇÕES DE VENCIMENTO	84.744.139,80 CR
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS	172.686.021,18 CR
Total do EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	307.536.698,44 CR
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	405.195.793,48 CR
RESERVAS DE LUCRO	
RESERVAS DE LUCROS	
RESERVAS DE LUCROS	67.124.583,80 CR
RESERVA LEGAL	6.462.610,38 CR
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	13.346.264,94 CR
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS	146.496.610,46 CR
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
RESERVA REAVALIAÇÃO INVESTIDA	95.736.020,38 CR
RETENÇÃO DE LUCROS	
LUCROS / PREJUÍZOS	
LUCROS / PREJUÍZOS	222.536.138,84 CR
AMORTIZAÇÃO DE RESULTADOS	
RESULTADOS EXERCÍCIOS	39.879.879,50 CR
Total do PATRIMÔNIO LÍQUIDO	182.704.086,00 CR
Total PASSIVO	493.787.073,68 CR

Reinaldo Berlin
CPF: 269.958.678-15

ITAÚ INVESTIMENTOS S PARTICIPAÇÕES S A

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ: 18.680.xxx/xxxx-xx

Exercício Em: 31/12/2018

R$

Página:

Descrição | Valores

*** ATIVO ***

ATIVO

CIRCULANTE

DISPONÍVEL

BANCOS CONTA MOVIMENTO

BANCOS CONTA MOVIMENTO 1.741.08

ADIANTAMENTOS

ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS (2.695.770,65) 08

VALORES A CONTABILIZAR ADIANTADOS - ES 1.000.000,00 2,00

ADIANTAMENTOS E CRÉDITOS DIVERSOS A REALIZAR (10.326,00) 08

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

VALORES A RECEBER

CLIENTES NACIONAIS 1.812.27,03

ADIANTADOS A FORNECEDORES 6.171,72,00

ADIANTAMENTO PARA DIVERSOS 2.320.000,00 08

CLIENTES DUVIDOSOS 7.000,00 08

Total do ATIVO CIRCULANTE 12.330.160,91 08

ATIVO NÃO CIRCULANTE

DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

DEPÓSITOS JUDICIAIS 30,99% 08 Dez

DEPÓSITOS CAUCIONAIS 0,00% 101,77 08

ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES 3.000.000,00 08

ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS 3.000.000,00 08

DESPESA COMERCIAL COM ADIANTAMENTO (65.000,00) 15,00

Total do ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO 921.256.000,00 08

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS DIVERSOS

AÇÕES A PARTICIPAÇÃO SOCIAL 40.000.000,00 08

IMOBILIZADO

BENS DO IMOBILIZADO

OUTRAS 43.000,00 08

Total do ATIVO PERMANENTE 40.000.000,00 08

Total do ATIVO 40.000.000,00 08

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. — BALANÇO PATRIMONIAL — CNPJ: 10.488.510/0001-018 DOC

Exercício Em: 31/12/2016 — R$

Contas

Descrição	Valores
*** PASSIVO ***	
PASSIVO	
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	
FORNECEDORES	
FORNECEDORES NACIONAIS	1.2.047.38,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
IMPOSTOS SOBRE LUCRO A RECOLHER	770.5.4.3,00
IMPOSTOS E CONTRIB. ESTADUAIS	437.042,00
PARCELAMENTO OBRIGAÇÕES SOCIAIS	999.654,50
OUTRAS OBRIGAÇÕES	
CONTAS A PAGAR	9.421.744,00
Total do PASSIVO CIRCULANTE	14.397.336,50
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	27.883.000,00
DIVIDENDOS PROPOSTOS	515.000,00
CONTRATOS DE AQUISIÇÃO	99.000.179,00
PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS	1.281.133.000,00
Total do PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	429.678.895,76
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	400.000.000,00
RESERVAS DE LUCRO	
RESERVAS DE LUCROS	
RESERVAS DE LUCROS	67.128.203,00
RESERVA LEGAL	6.000.000,00
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	13.375.000,00
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS	140.000.000,00
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
RESULTADOS ABRANGENTES	97.000.000,00
RESULTADOS AUFERIDOS	
LUCROS / PREJUÍZOS	
VALORES A DISTRIBUIR	859.000.000,00
APURAÇÃO DE RESULTADOS	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	101.200.000,00
Total do PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.000.000,00
Total PASSIVO	482.589.423,19

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Reinaldo Berlin
CPF: 268.958.678-15

ITAÚ BANCO FINANCIAL S.A. — BALANCO PATRIMONIAL — CNPJ: 10.400.940/0001-14

Gerado Em 30/06/2017 — Folha

Descrição — Valores

*** ATIVO ***

ATIVO

DISPONIVEL

BANCOS CONTA MOVIMENTO

BANCOS CONTA MOVIMENTO — 1.00 DB

ADIANTAMENTOS

ADIANTAMENTOS A ACIONISTAS — 1.403.256.00 DB

IMPOSTO E CONTRIBUICOES ANTECIPADOS - CS — 1.403.256,25 DB

PAGAMENTOS A CONTABILIZAR A RECUPERAR — 378.876,20 DB

REALIZAVEL A CURTO PRAZO

VALORES A RECEBER

CARTOES NACIONAIS — 6.232,17 DB

RENDAS A RECEBER — 6.171,99 DB

ADIANTAMENTO FORNECEDORES — 3.329.696,75 DB

OUTROS CREDITOS — 12.902,97 DB

Total Do ATIVO CIRCULANTE: 18.339.199,31 DB

ATIVO NÃO CIRCULANTE

CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO

DEPOSITOS JUDICIAIS — 20.809,92 DB

OUTROS CREDITOS — 9.076.104,77 DB

IMPOSTOS A RECUPERAR — 2.067.919,42 DB

ADIANTAMENTOS A LONGO PRAZO — 5.216.662,01 DB

CONTA CORRENTE - FILIAIS ACIONISTAS - MOTIVO — 630.579,20 DB

Total Do ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO: 421.256.734,34 DB

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS DIVERSOS

ACOES A PARTICIPAR CLASSE — 43.552.250,00 DB

IMOBILIZADO

BENS DO IMOBILIZADO

BENS TANGIVEIS — 97.931,65 DB

Total Do ATIVO PERMANENTE: 43.703.031,65 DB

Total ATIVO: 583.585.265,30 DB

GAS BRASILIANO INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. | BALANÇO PATRIMONIAL | Cód.: 00.495.540/0001-14

Período: 31/12/2017 | R$ | Folha:

Descrições | Valores

PASSIVO

PASSIVO

OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

FORNECEDORES

FORNECEDORES NACIONAIS 191.546,29 CR

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR 155,00 CR

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER 726.041,46 CR

IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA 2.954,16 CR

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS 697.630,69 CR

OUTRAS OBRIGAÇÕES

CONTAS A PAGAR 9.421.543,61 CR

Total Do PASSIVO CIRCULANTE 11.039.870,20 CR

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

OUTRAS OBRIGAÇÕES 47.134.156,17 CR

DIVIDENDOS PROPOSTOS 330.000,00 CR

CONTRATOS DE MÚTUOS 31.529.176,50 CR

PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS 397.048.097,11 CR

Total Do PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO 476.041.349,97 CR

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL REALIZADO 456.106.700,02 CR

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCROS

RESERVAS DE LUCROS 57.102.091,90 CR

RESERVA LEGAL 8.300.000,00 CR

RESERVA DE LUCROS A REALIZAR 13.119.249,40 CR

OUTRAS RESERVAS DE LUCROS 140.496.000,40 CR

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO 60.303.004,20 DR

RESULTADOS ACUMULADOS

LUCROS E PREJUÍZOS

LUCROS E PREJUÍZOS 266.266.363,16 DR

APURAÇÃO DE RESULTADOS

RESULTADO DO EXERCÍCIO 167.201.001,39 DR

Total Do PATRIMÔNIO LÍQUIDO 43.102.955,04 CR

Total PASSIVO 463.944.391,01 CR

[illegible] INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. BALANCO PATRIMONIAL Cnpj: [illegible]
Escritu. Em: 26/06/2017 Hora:
Descricao Valores

*** CONTAS DE RESULTADO ***

CONTAS DE RESULTADO
RESULTADO OPERACIONAL
DESPESAS OPERACIONAIS
DESPESAS ADMINISTRATIVAS [illegible]
DESPESAS FINANCEIRAS [illegible]
Total 01 CONTAS DE RESULTADOS [illegible]
Total CONTAS DE RESULTADO [illegible]

[illegible]

Silmar Roberto Bertin
CPF: 015.751.669-79

Reinaldo Bertin
CPF: 269.958.678-15

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(162.483)	(62.058)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	103.223	62.930
Juros partes relacionadas	-	(3.436)
Juros empréstimos	635	2.336
	(58.625)	(158)
Adiantamento a fornecedores	-	-
Outras contas a receber	(2)	2
Fornecedores	(15)	15
Obrigações fiscais	(2)	90
Outras contas a pagar	9	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(58.635)	(50)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos	30.886	-
Imobilizado	(35)	(25)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	30.851	(25)
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo	-	16.642
Pagamento juros e principal	(16.968)	(16.859)
Partes relacionadas	44.753	492
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	27.784	75
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(1)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	1
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(1)	-

Reinaldo Bertin
CPF: 269.958.678-15

Silma Rocaro Bertin
CPF: 015.751.668-79

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(120.304)	(162.485)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	120.270	103.226
Juros empréstimos	-	630
	(34)	(58.629)
Adiantamento a fornecedores		
Outras contas a receber	(4)	(2)
Depósitos judiciais	(36)	-
Fornecedores	8	(16)
Obrigações fiscais	1	(2)
Outras contas a pagar	(1)	9
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(66)	(58.636)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos	-	30.886
Imobilizado	46	(35)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	46	30.851
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Pagamento juros e principal	-	(16.966)
Partes relacionadas	46	44.752
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	46	27.786
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	(1)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	(1)

Reinaldo Bertin
CPF: 369.958.678-15

Silmar Roberto Bertin
CPF: 013.751.568-29

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Projeção de fluxo de caixa

Período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018

Valores em Reais

		PROJETADO
	Fluxo CIBE INV	**TOTAL**
	Saldo Inicial	1,00
E	1 - ENTRADAS	
E	Recebimento	0,00
E	**TOTAL ENTRADAS OP.**	**0,00**
S	2 - SAÍDAS	
S	Possessórias Diversas	0,00
S	Serviço 3º	0,00
S	Tarifas	0,00
S	Salários / Encargos Sociais	0,00
S	Impostos e Taxas	-548,58
S	**TOTAL SAÍDAS OP.**	**-548,58**
	3 - SUPERAVIT / DEFICIT OPERACIONAL	**-548,58**
S	Investimento	0,00
	4 - SUPERAVIT / DEFICIT TOTAL	**-548,58**
S	5 - DESEMBOLSOS FINANCEIROS	
S	Juros/Tarifas/Prêmio	0,00
S	Principal+Juros Atrasados	-6.922,92
S	**TOTAL DESEMBOLSO FINANCEIRO**	**-6.922,92**
	6 - SOBRANTE / FALTANTE	**-7.471,50**
E	7 - FONTES DE FINANCIAMENTOS	
E	Ingr. Diac	0,00
E	**TOTAL FONTES FINANCIAMENTO**	**0,00**
S	8 - Aplicações / Resgates	
S	Aplicações	0,00
E	Resgate Aplicação	0,00
	SALDO DO DIA	-7.471,50
E	9 - Mútuo	
E	Entrada entre Empresas	0,00
S	Saída entre Empresas	0,00
	CAIXA FINAL	-7.471,50
	Sem Classificação	
	Saldo Final	[illegible]

[illegible]

Reinaldo Bertin
CPF: 269.958.678-15

Sílvio Roberto Bertin
CPF: 015.751.688-79

DOC. 6-G

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

[illegible] EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SA | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 05.[illegible]/0001-00

Exercício Em [illegible] | fls. 0[illegible]

Descrição	Valores
*** ATIVO ***	
ATIVO	
DISPONÍVEL	
BENS NUMERÁRIOS	
CAIXA GERAL	234,75 CR
BANCOS CONTA MOVIMENTO	
BANCOS CONTA MOVIMENTO	17,19 CR
Total Do ATIVO CIRCULANTE	251,94 CR
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	
OUTROS CRÉDITOS	23.771,00 CR
Total Do ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	23.771,00 CR
Total ATIVO	24.022,94 CR

CYRELA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SA — BALANÇO PATRIMONIAL — CNPJ: 55.[illegible]/0001-60

Emissão: [illegible] 31/12/2014 — Hora: — Folha:

Diretor Presidente: [illegible] — Diretor: [illegible] — Contador: [illegible]

PASSIVO

PASSIVO		
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		
FORNECEDORES		
FORNECEDORES (CURTO PRAZO)	722.94 CR	
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	20.20 CR	
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES		
CLIENTES (CURTO PRAZO)	81.176,28 CR	
Total do PASSIVO CIRCULANTE		81.926,52 CR
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		
DEBITOS COM COLIGADAS	231.269.969,39 CR	
Total do PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		231.269.969,39 CR
CAPITAL SOCIAL		
CAPITAL SOCIAL		
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	114.993.599,95 CR	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		
RESERVAS REAVALIAÇÕES	34.824.720,00 CR	
RESULTADOS ACUMULADOS		
LUCROS / PREJUÍZOS		
LUCROS / PREJUÍZOS	29.588.109,94 CR	
APURAÇÃO DE RESULTADO		
RESULTADO DO EXERCÍCIO	241.930.262,64 CR	
Total do PATRIMÔNIO LÍQUIDO		231.268.532,60 CR
Total PASSIVO		31.613,54 CR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2014

4.1.10 - RECEITA BRUTA

4.1.10.1 - VENDA DE MERCADORIAS

4.1.11 - DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

4.1.11.1 - DEVOLUÇÃO DE VENDAS

4.1.13 - CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

4.1.13.1 - CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

4.1.20 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

4.1.20.1 - DESPESAS GERAIS	640.158,05
4.1.20.2 - HONORÁRIOS DA DIRETORIA	47.500,00
4.1.20.3 - GERAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.196.651,86
4.1.20.4 - DESPESAS COM PESSOAL	660.000,00
4.1.20.5 - DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO	43.550,00

-5.100.059,91

4.1.21 - DESPESAS FINANCEIRAS

4.1.21.1 - DESPESAS BANCÁRIAS

-16.250,00

4.1.22 - RECEITAS FINANCEIRAS

4.1.22.1 - RENDIMENTOS SOBRE APLICAÇÕES FINANCEIRAS

4.1.23 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

4.1.23.1 - RESULTADO COM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

-241.630.242,61

RESULTADO OPERACIONAL

-241.630.242,61

4.1.4 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

4.1.5 - DESPESAS/RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

4.1.6 - PROVISÃO SOBRE LUCRO

4.1.15 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

RESULTADO LÍQUIDO FINAL

-241.630.242,61

Silmar Roberto Dertin
CPF: 015.751.668-79

QUEIROZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ: 10.215.843/0001-00

Emitido Em: 31/12/2015 | Pagina: 1

Descricao	Valores
*** ATIVO ***	
ATIVO	
DISPONIVEL	
BANCOS MOVIMENTO	
CAIXA GERAL	500,00 D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	
BANCOS CONTA MOVIMENTO	5.500,00 D
Total Do: ATIVO CIRCULANTE	203,00 D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	
OUTROS CREDITOS	27.133,00 D
Total Do: ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	27.336,00 D
INVESTIMENTOS	
INVESTIMENTOS SOCIETARIOS	
AGOES A PARTICIPAR CTRADE	86.900.000,00 D
Total Do: ATIVO PERMANENTE	86.900.000,00 D
Total: ATIVO	86.927.336,00 D

COMETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ: 18.[illegible]/0001-90

Balanco Em: 31/12/2015 | Pagina: [illegible]

Descricao | Valores

*** PASSIVO ***

PASSIVO

EXIGIVEL A CURTO PRAZO

EMPRESTIMOS A CURTO PRAZO

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CLIENTES NACIONAIS 69.456,22 CR

Total Do PASSIVO CIRCULANTE 85.628,22 CR

EXIGIVEL A LONGO PRAZO

OBRIGACOES A LONGO PRAZO

OUTRAS OBRIGACOES 687.927.444,57 CR

Total Do PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO 687.927.444,57 CR

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL REALIZADO 116.035.669,00 CR

RESERVAS DE REAVALIACAO

RESERVAS DE REAVALIACAO

RESULTADOS ACUMULADOS 24.677.079,00 DB

RESULTADOS ACUMULADOS

LUCROS / PREJUIZOS

LUCROS / PREJUIZOS 321.199.491,96 DB

APURACAO DE RESULTADOS

PERDA LIQUIDA DO EXERCICIO 559.997.306,41 DB

Total Do PATRIMONIO LIQUIDO 827.866.982,83 DB

Total PASSIVO 60.937.387,16 CR

DIÁRIO GERAL

QUANTA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SA

EXERCÍCIO: ANO: 31/12/2019

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO R$

31/12/2019

1.0.0.0 - RECEITA BRUTA

1.0.0.0.1 - RECEITAS DE SERVIÇOS

1.0.0.0.1.01 - RECEITAS DE SERVIÇOS

1.0.0.0.1.01.0001 - RECEITAS DE SERVIÇOS

2.0.0 - DEDUÇÕES DA RECEITA

2.0.0.0 - DEDUÇÕES ADMITIDAS PELA LEGISLAÇÃO

2.0.0.0.1 - DEDUÇÕES PARA O FISCO

2.0.0.0.1.01 - DEDUÇÕES PARA O FISCO

2.0.0.0.1.01.0001 - DEDUÇÕES PARA O FISCO

2.0.0.0.1.01.0002 - DEDUÇÕES PARA O FISCO

2.0.0.0.1.01.0003 - DEDUÇÕES PARA O FISCO

2.0.0.0.1.01.0004 - DEDUÇÕES PARA O FISCO

2.0.0.0.1.01.0005 - DEDUÇÕES PARA O FISCO

2.0.0.0.1.01.0006 - DEDUÇÕES PARA O FISCO

Silmar Ricardo Bertin
CPF 015.751.668-79

[illegible]	BALANÇO PATRIMONIAL	CNPJ 10.[illegible]
Período: 31/12/2019		Folha:
Descrição	Valores	

ATIVO

DISPONÍVEL		
BANCO MOVIMENTO		
CAIXA GERAL	240,00 DB	
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00 DB	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		
VALORES A RECEBER		
IMPOSTOS A RECUPERAR	39,00 DB	
Total Do ATIVO CIRCULANTE		281,00 DB
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		
OUTROS CREDITOS	35.608,00 DB	
Total Do ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO		35.608,00 DB
INVESTIMENTOS		
INVESTIMENTOS LISBERGO		
AÇÕES A PRAZO DO BANCO	05.960.000,00 DB	
Total Do ATIVO PERMANENTE		05.960.000,00 DB
Total ATIVO		05.995.889,00 DB

OSPETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SA | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 35.315.043/0001-99
Período Em: 31/12/2015 | Em: | Folha:

Classificação	Valores
*** PASSIVO ***	
PASSIVO	
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	
CLIENTES NACIONAIS	61.152,37 CR
Total Do: PASSIVO CIRCULANTE:	61.152,37 CR
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.948.864.763,69 CR
Total Do: PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.948.864.763,69 CR
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	714.035.358,35 CR
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
RESULTADOS EXERCÍCIOS	24.477.628,57 CR
RESULTADOS ACUMULADOR	
LUCROS E PREJUÍZOS	
LUCROS E PREJUÍZOS	737.767.000,56 DB
APURAÇÃO DE RESULTADOS	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	497.141.265,00 CR
Total Do: PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.038.916.593,66 DB
Total: PASSIVO	63.576.825,35 CR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 03/12/2015

JUNTA COMERCIAL

EMPRESA EM ORGANIZAÇÃO

Sócios

São Paulo

Diretor

Sócio

Sócio

Sócio

VONDER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ: 19.315.642/0001-03

Exercício Em: 30/06/2013 | Pág: 6 | Portal:

Descrição	Valores
*** ATIVO ***	
ATIVO	
DISPONIVEL	
VEMAS NUMERARIOS	
CAIXA GERAL	344,79 DB
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	
VALORES A RECEBER	
IMPOSTOS A RECUPERAR	36,66 DB
Total De ATIVO CIRCULANTE	381,45 DB
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	
OUTROS CREDITOS	35.998,00 DB
Total De ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	35.998,00 DB
INVESTIMENTOS	
INVESTIMENTOS DIVERSOS	
AÇÕES A PARTIR DE CUSTO	99.000.000,00 DB
Total De ATIVO PERMANENTE	99.000.000,00 DB
Total ATIVO	99.036.381,45 DB

QUOTA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA | BALANCO PATRIMONIAL | Conta: 16.3.1.0.0.0000001-00
Emissão: 03/05/2017 | 12:0
Folha:

Descrição | Valores

*** PASSIVO ***

PASSIVO

OBRIGACOES A CURTO PRAZO

FORNECEDORES

FORNECEDORES NACIONAIS 627,49 CR

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CLIENTES NACIONAIS 93.367,51 CR

Total do PASSIVO CIRCULANTE 94.994,00 CR

EXIGIVEL A LONGO PRAZO

OBRIGACOES A LONGO PRAZO

OUTRAS OBRIGACOES 1.300.684.838,79 CR

Total do PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO 1.300.684.838,79 CR

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL REALIZADO 114.355.350,00 CR

RESERVAS DE REAVALIACAO

RESERVAS DE REAVALIACAO

RESULTADO A APROPRIAR 28.977.976,00 CR

RESULTADOS ACUMULADOS

LUCROS / PREJUIZOS

LUCROS / PREJUIZOS [illegible] CR

APURACAO DE RESULTADOS

RESULTADO DO EXERCICIO [illegible] CR

Total do PATRIMONIO LIQUIDO 1.998.010.091,99 CR

Total PASSIVO 328.356.842,80 CR

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SA — BALANÇO PATRIMONIAL — CNPJ: 15.215.843/0001-09

Emitido Em: 30/09/2017 — Folha: 692

Descrições — Valores

*** CONTAS DE RESULTADO ***

CONTAS DE RESULTADO

RESULTADO OPERACIONAL

GRUPO DE OPERACIONAIS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS — 647,03 CR

DESPESAS FINANCEIRAS — 0,99 CR

RESULTADOS OPERACIONAIS — 249.729.171,75 DB

Total De CONTAS DE RESULTADOS — 249.728.819,35 DB

Total CONTAS DE RESULTADO — 249.728.819,35 DB

Reinaldo Bertin
CPF: 269.558.678-15

Silvani Roberto Bertin
CPF: 435.751.658-72

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(396.587)	(241.630)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Resultado equivalência patrimonial	396.584	241.610
	(3)	(20)
	-	-
Fornecedores	(1)	1
Partes relacionadas	4	37
Outras contas a pagar	-	(19)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	-	(1)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
	-	-
Fluxo de caixa decorrente (aplicado nas) das atividades investimentos	-	-
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
	-	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	-	(1)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	-	1

Reinaldo Bertin
CPF: 269.958.678-15

Silmar Roberto Bertin
CPF: 015.751.668-79

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(462.162)	(396.387)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Resultado equivalência patrimonial	462.157	396.384
	(5)	(3)
Variações nos ativos e passivos		
Fornecedores	-	(1)
Partes relacionadas	5	4
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	-	-
Fluxo de caixa decorrente (aplicado nas) das atividades investimentos	-	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades financeiras	-	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	-	-

Reinaldo Berlin
CPF: 269.358.678-15

Eliane Roberto Berlin
CPF: 015.751.668-79

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Projeção de fluxo de caixa

Período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018

Valores em Reais

		PROJETADO
	Fluxo DORETA	TOTAL
	Saldo Inicial	0,00
E	1 - ENTRADAS	
E	Recebimento	0,00
E	TOTAL ENTRADAS OP	0,00
S	2 - SAÍDAS	
S	Fornecedores Diversos	0,00
S	Impostos e Taxas	0,00
S	TOTAL SAÍDAS OP	0,00
	3 - SUPERAVIT / DEFICIT OPERACIONAL	0,00
S	Investimento	0,00
E	Desinvestimento	0,00
	4 - SUPERAVIT / DEFICIT TOTAL	0,00
S	5 - DESEMBOLSOS FINANCEIROS	
S	Desp/Tarifas/Prêmio	0,00
S	TOTAL DESEMBOLSO FINANCEIRO	0,00
	6 - SOBRANTE / FALTANTE	0,00
E	7 - FONTES DE FINANCIAMENTOS	
E	Ingr. Giro	0,00
E	TOTAL FONTES FINANCIAMENTO	0,00
E	8 - Aplicações / Resgates	
S	Aplicações	0,00
E	Resgate Aplicação	0,00
	SALDO DO DIA	0,00
E	9 - Mútuo	
E	Entrada entre Empresas	0,00
S	Saídas entre Empresas	0,00
	CAIXA FINAL	0,00
	Sem Classificação	0,00
	Saldo Final	0,00

Reinaldo Berlin
CPF: 269.959.678-15

Silvana Roberto Berlin
CPF: 015.751.668-79

DOC. 6-H

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

[illegible] BALANÇO PATRIMONIAL [illegible]

Exercício Social [illegible]

Descrição | Valores

ATIVO

ATIVO

DISPONÍVEL

BENS IMOBILIÁRIOS

CAIXA GERAL [illegible]

BANCOS CONTA MOVIMENTO

BANCOS CONTA MOVIMENTO [illegible]

Total do ATIVO DISPONÍVEL [illegible]

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS GERAIS

[illegible] [illegible]

Total do ATIVO REALIZÁVEL [illegible]

Total ATIVO [illegible]

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO S/A — BALANCETE PATRIMONIAL — CNPJ: 15.000.000/0001-00 — fls. 686

Emissão: 31/12/2014 — 6/8 — Pública

Descrição	Valores
ATIVO	
PASSIVO	
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	
FORNECEDORES	
FORNECEDORES NACIONAIS	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	11.450,00
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	
CLIENTES DIVERSOS	99.999.999.99 CR
Total do PASSIVO CIRCULANTE	99.999.999,99 CR
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.999.214.477,97 CR
Total do PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.999.214.477,97 CR
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	100.000.000,00 CR
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	50.000.000,00 CR
RESULTADOS ACUMULADOS	
LUCROS / PERDAS	
LUCROS / PERDAS	70.000.000,00 CR
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	99.999.999,99 CR
Total do PATRIMÔNIO LÍQUIDO	654.236.833,32 CR
Total PASSIVO	2.653.451.311,29 CR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

Reinaldo Bertin
CPF: 266.958.678-15

[illegible] EMPREENDIMENTOS SA | BALANCO PATRIMONIAL | Cópia do arquivo digital

Criado em 24/10/2013 | Em R$ | Página:

Descrição	Valores
*** ATIVO ***	
ATIVO	
DISPONIVEL	
BENS NUMERARIOS	
Caixa Geral	90.00 DB
DEPOSITOS BANCARIOS	
BANCO BRADESCO	1.00 DB
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	
VALORES A RECEBER	
[illegible]	300.00 DB
Total do ATIVO CIRCULANTE	390,00 DB
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
DEBITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	
DEBITOS DIVERSOS	1.500.000,00 DB
Total do ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.500.000,00 DB
INVESTIMENTOS	
INVESTIMENTOS DIVERSOS	
[illegible]	1.143.500.500,00 DB
Total do ATIVO PERMANENTE	1.143.500.500,00 DB
Total do ATIVO	1.145.000.390,00 DB

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS SA

BALANÇO PATRIMONIAL

Emitido Em 31/12/2018

Página:

Descrição	Valores
PASSIVO	
PASSIVO	
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	
CLIENTES NACIONAIS	50.838.227,60 CR
Total Do PASSIVO CIRCULANTE	99.909.201,84 CR
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.000.705.605,34 CR
OUTRAS OBRIGAÇÕES	42.999.799,76 CR
Total Do PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.370.705.405,10 CR
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	1.105.000.000,00 CR
RESERVAS DE REVALORIZAÇÃO	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
VALOR TOTAL RESERVAS REAVALIAÇÕES	76.477.076,00 CR
RESULTADOS ACUMULADOS	
LUCROS / PREJUÍZOS	
LUCROS / PREJUÍZOS	321.150.366,67 DE
APURAÇÃO DE RESULTADOS	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	396.594.434,83 DE
Total Do PATRIMÔNIO LÍQUIDO	827.827.444,51 DE
Total PASSIVO	5.143.960.283,45 CR

Reinaldo Bertin
CPF: 269.953.678-15

[illegible] BALANÇO PATRIMONIAL CNPJ: [illegible]

Encerrado em: 31/12/2016 Folha:

Descrição	Valores	
*** ATIVO ***		
ATIVO		
DISPONÍVEL		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
BANCOS CONTA MOVIMENTO	[illegible]	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
VALORES A RECEBER		
[illegible]	[illegible]	
Total do ATIVO CIRCULANTE		[illegible]
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO		
[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	
Total do ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		[illegible]
INVESTIMENTOS		
INVESTIMENTOS DIVERSOS		
AÇÕES A PONTO DE SUMIR	[illegible]	
Total do ATIVO PERMANENTE		[illegible]
Total do ATIVO		[illegible]

[illegible]

[illegible] BALANÇO PATRIMONIAL [illegible]

Consolidado: Sim 31/12/2016 Moeda: R$

Descrição	Valores	
*** PASSIVO ***		
PASSIVO		
CIRCULANTE		
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		
[illegible]	[illegible]	
ARRENDAMENTOS DE CONTRATOS		
[illegible]	[illegible]	
Total de PASSIVO CIRCULANTE		[illegible]
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		
[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	
Total de PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		[illegible]
CAPITAL SOCIAL		
CAPITAL SOCIAL		
[illegible]	[illegible]	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		
[illegible]	[illegible]	
RESULTADOS ACUMULADOS		
LUCROS / PREJUÍZOS		
[illegible]	[illegible]	
APURAÇÃO DE RESULTADOS		
[illegible]	[illegible]	
Total de PATRIMÔNIO LÍQUIDO		[illegible]
Total PASSIVO		[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Reinaldo Bertin
CPF: 269.958.628-15

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Emitido em: 30/09/2019			16:08
	Descrição/Código	Valores	Página:

ATIVO

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

VALORES A RECEBER

ADIANTAMENTO A FORNECEDORES 205,91 DB

Total do ATIVO CIRCULANTE 205,91 DB

ATIVO NÃO CIRCULANTE

DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

DEPÓSITOS JUDICIAIS 500,00 DB

OUTROS CRÉDITOS 1.000.000,00 DB

Total do ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO 1.000.000,00 DB

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS SOCIAIS

AÇÕES A PRAZO EX-O SOCIAL 622.170.950,46 DB

Total do ATIVO PERMANENTE 622.170.950,46 DB

Total ATIVO 623.376.625,13 DB

RAPIDO 605 FOMENTO EMPREENDIMENTOS SA — BALANCO PATRIMONIAL — CNPJ: 15.949.695/0001-05

Periodo Em: 30/09/2017 — Folha:

Descricao	Valores
*** PASSIVO ***	
PASSIVO	
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	
FORNECEDORES	
FORNECEDORES NACIONAIS	979.20 CR
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	
BANCOS CONTA GARANTIDA	1.00 CR
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	
CLIENTES NACIONAIS	50.937.691,10 CR
Total Do: PASSIVO CIRCULANTE	50.938.692,30 CR
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.004.343.878,00 CR
OUTRAS OBRIGACOES	193.000.000,00 CR
Total Do: PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	2.197.343.878,00 CR
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	100.000.000,00 CR
RESERVAS DE REAVALIACAO	
RESERVAS DE REAVALIACAO	
RESULTADOS ACUMULADOS	24.477.075,27 CR
RESULTADOS ACUMULADOS	
LUCROS / PREJUIZOS	
LUCROS / PREJUIZOS	719.745.151,00 CR
AMORTIZACAO DE RESERVAS	
RESULTADO DO EXERCICIO	-452.337.510,43 CR
Total Do: PATRIMONIO LIQUIDO	2.539.884.793,84 CR
Total: PASSIVO	5.028.166.672,41 CR

SERRA DE PEDRA EMPREENDIMENTOS SA

BALANCO PATRIMONIAL

CNPJ: 10.010.880/0001-02

Exercício Em: 31/12/2017

Folha:

Codi Descrição

Valores

*** CONTAS DE RESULTADO ***

CONTAS DE RESULTADO

RESULTADO OPERACIONAL

DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS COMERCIAIS

DESPESAS FINANCEIRAS

RESULTADOS OPERACIONAIS

Total do CONTAS DE RESULTADOS

Total CONTAS DE RESULTADO

Silmar Roberto Berlin
CPF: 269.358.678-79

Reinaldo Berlin
CPF: 269.358.678-15

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(396.584)	(241.810)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Encargos debêntures	217.385	146.328
Encargos empréstimos	-	4.535
Resultado equivalência patrimonial	178.998	90.485
	(4)	(282)
Variações nos ativos e passivos		
Partes relacionadas	(1.496)	482
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	(1.500)	201
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos	(58.500)	(29.359)
Fluxo de caixa decorrente (aplicado nas) das atividades investimentos	(58.500)	(29.359)
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Adiantamento para futuro aumento de capital	60.000	-
Captação de debêntures	-	164.653
Captação de empréstimos	-	21.000
Pagamento de juros e principal empréstimos	-	(156.495)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades financeiras	60.000	29.158
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	-

Reinaldo Bertin
CPF: 269.958.678-15

Silmar Roberto Bertin
CPF: 013.751.668-79

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(467.138)	(395.388)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Encargos debêntures	268.789	217.585
Resultado equivalência patrimonial	193.941	178.995
	(5)	(4)
Variações nos ativos e passivos		
Partes relacionadas	5	(1.496)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	-	(1.500)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos		(58.500)
Fluxo de caixa decorrente/(aplicado nas) das atividades investimentos	-	(58.500)
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	60.000
Fluxo de caixa aplicado nas atividades financeiras	-	60.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	-

Reinaldo Bertin
CPF: 269.958.675-15

Silmara Fiorano Bertin
CPF: 016.[illegible]

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Projeção de fluxo de caixa

Período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018

Valores em Reais

	Fluxo INFRA	PROJETADO TOTAL
E	1 - ENTRADAS	
E	Recebimento	0,00
E	TOTAL ENTRADAS OP	0,00
S	2 - SAÍDAS	
S	Financiadores Diversos	0,00
S	Impostos e Taxas	0,00
S	TOTAL SAÍDAS OP	0,00
	3 - SUPERAVIT / DEFICIT OPERACIONAL	0,00
S	Investimento	0,00
E	Desinvestimentos	0,00
	4 - SUPERAVIT / DEFICIT TOTAL	0,00
S	5 - DESEMBOLSOS FINANCEIROS	
S	Desp/Taxas/Prêmio	0,00
S	TOTAL DESEMBOLSO FINANCEIRO	0,00
	6 - SOBRANTE / FALTANTE	0,00
E	7 - FONTES DE FINANCIAMENTOS	
E	Ingr_Out	0,00
E	TOTAL FONTES FINANCIAMENTO	0,00
E	8 - Aplicação / Resgates	
S	Aplicações	0,00
E	Resgate Aplicação	0,00
	SALDO DO DIA	0,00
E	9 - Mutuo	
E	Emprestimo entre Empresas	0,00
S	Saidas entre Empresas	0,00
	CAIXA FINAL	0,00
	Sem Classificação	0,00
	SALDO FINAL	0,00

Reinaldo Bertin
CPF: 269.058.678-15

Sinara Roberto Bertin
CPF: 015.751.668-79

DOC. 6-I

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

CONCESSIONÁRIA ANSAR SA | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ 05.05.151/0001-05

Escritório: São 31/12/2014 | Folha: 18

Descrição | Valores

ATIVO

ATIVO

CIRCULANTE

BENS NUMERÁRIOS

CAIXA GERAL | 1.477.71 D

APLICAÇÕES CURTO PRAZO | 3.000.000 D

PASSIVO CIRCULANTE | 100.000.78 D

BANCOS CONTA MOVIMENTO

BANCOS CONTA MOVIMENTO | 510.334,31 D

ADIANTAMENTOS

ADIANTAMENTO A FORNECEDORES A RECUPERAR | 2.455.311,82 D

REALIZAVEL A LONGO PRAZO

CLIENTES A RECEBER

CLIENTES NACIONAIS | 21.084.321,60 D

APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 46.830.275,00 D

CONTAS A RECEBER | 3.252.745,12 D

ADIANTAMENTOS DIVERSOS | 469.251,55 D

DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE

DESPESAS ANTECIPADAS

DESPESAS DE EXERCICIO A APROPRIAR | 1.159.182,24 D

DESPESAS DE EXERCICIO SEGUINTE | 150.000,00 D

IMOBILIZADO

BENS DO IMOBILIZADO

MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | 4.157.1 D

VEICULOS | 6.977 D

DEPRECIACAO ACUMULADA | 3.199.999,00 C

DEPRECIACOES ACUMULADAS

AMORTIZACOES | 1.000 C

PERDAS DE IMOBILIZADO | 456.362,15 C

EQUIPAMENTOS VEICULOS E SISTEMAS DE COM | 2.765.657,00 C

ATIVO INTANGIVEL

ATIVO INTANGIVEL | 3.000.000,00 D

AMORTIZACAO ACUMULADA ATIVO INTANGIVEL | 44.377.403,16 C

Total do ATIVO CIRCULANTE | 480.313.068,36 D

ATIVO NÃO CIRCULANTE

DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO

DEPOSITOS JUDICIAIS | 5.000,00 D

EMPRESTIMOS E PENDENCIAS | 35.124.843,05 D

CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA | 11.731.943,15 D

DEPOSITOS JUDICIAIS | 850.146,19 D

Total do ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO | 48.712.568,39 D

IMOBILIZADO

Não possui valor de compra em virtude [illegible] não [illegible]

CONCESSIONÁRIA [illegible]

Balanço Em: 31/12/2018

BALANÇO PATRIMONIAL

Data: 08/[illegible]/2019

Hora: 16:2

Folha:

Discriminação	Valores
ATIVO	
BENS DO IMOBILIZADO	
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	
[illegible]	[illegible]
Total Do ATIVO PERMANENTE	3.174.826.368,83 DB
Total ATIVO	3.693.891.468,83 DB

Vide nota explicativa em anexo, gerada em 31/12/2018

CONCESSIONÁRIA SPRAIA SA | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 02.191.338/0001-[illegible]

Exercício Em: 31/12/2014 | Em R$ | Página:

Descrições | Valores

--- PASSIVO ---

PASSIVO

OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DE CONCESSÃO A PAGAR 261.861.65 CR

Total De ATIVO CIRCULANTE 261.865,65 CR

OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

FORNECEDORES

FORNECEDORES NACIONAIS 136.037.850,09 CR

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC 13.406.830,05 CR

EMPRÉSTIMOS CONTA MOVIMENTO 462.641,79 CR

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

PROVISÃO PARA PAGAMENTO EMPREGADOS 5.587,80 CR

OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR 11.455.170,08 CR

PROVISÕES TRABALHISTAS 1.875.015,05 CR

OBRIGAÇÕES E PARTICIPAÇÕES A PAGAR 1.161.799,91 CR

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER 101.351,53 CR

PARCELAMENTOS A RECOLHER 8.844.209,40 CR

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PROVISÃO 5.177.020,75 CR

IMPOSTOS DIFERIDOS 4.431.866,27 CR

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CLIENTES NACIONAIS 104.858,74 CR

OUTRAS OBRIGAÇÕES

CONTAS A PAGAR 3.815.[illegible] CR

SEGUROS 9.444.01[illegible] CR

OUTRAS PROVISÕES 2.[illegible] CR

Total De PASSIVO CIRCULANTE 369.[illegible] CR

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS 2.[illegible] CR

DÍVIDAS OBR E CONTRATOS MOEDAS ESTRANGEIRAS 1.[illegible] CR

OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS 637.[illegible] CR

CONTRIBUIÇÕES TRABALHISTAS 15.[illegible] CR

PROVISÃO PARA INVESTIMENTO DE CAPITAL 61.[illegible] CR

Total De PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO 2.[illegible] CR

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

PROVISÃO MANUTENÇÃO CP 33.[illegible] CR

Total De RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS 57.[illegible] CR

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

[illegible]

CONCESSIONARIA SPMAR SA — BALANCO PATRIMONIAL — Pag: 46 / 48

Emitido Em: 31/12/2014 — Folha: Folha:

Descrição — Valor

*** PASSIVO ***

CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO — 1.000.000,00 Cr

CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR — 1.700.000,00 D

RESULTADOS ACUMULADOS

LUCROS / PREJUIZOS

LUCROS - PREJUIZOS — 1.000.000,00 Cr

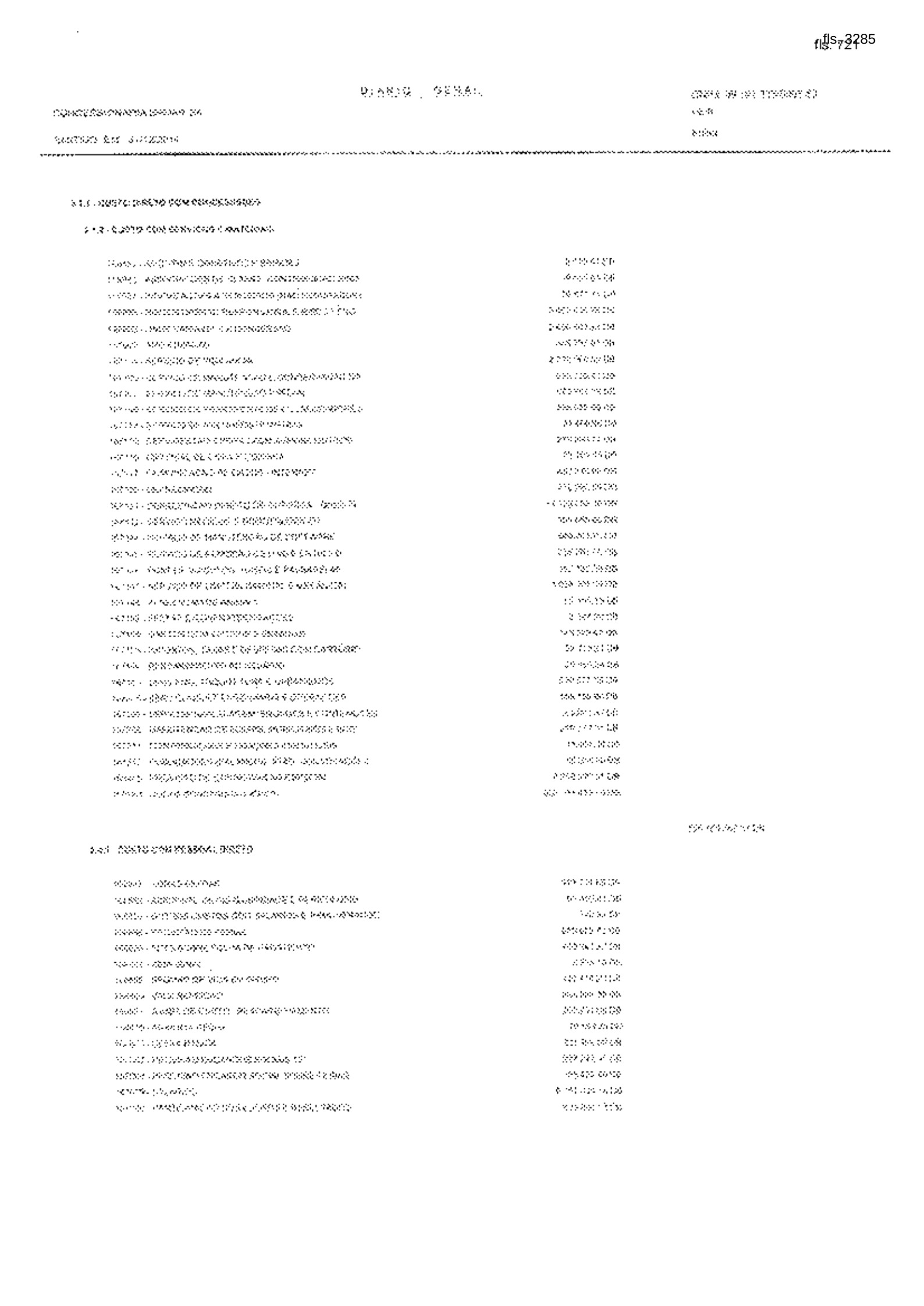
PREJUIZOS ACUMULADOS — 3.000.000,00 D

APURACAO DE RESULTADOS

RESULTADO DO EXERCICIO — 0,00

Total De: PATRIMONIO LIQUIDO — 1.700.000,00 D

Total: PASSIVO — 3.000.000,00 Cr

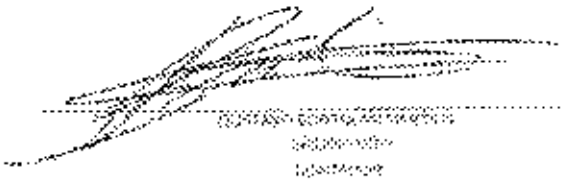


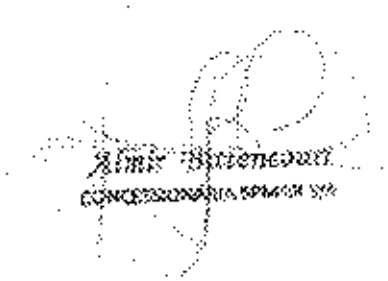
[illegible]

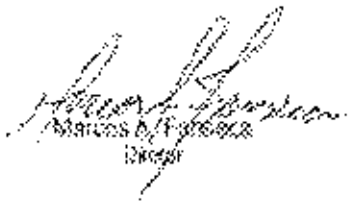
[illegible]

[illegible]









CONSTRUTORA PIRAMIDE SA | BALANCETE PATRIMONIAL | CNPJ nº 66.xxx.xxx/0001-xx fls. 728

Emissão Em: 21/12/2013 | Filial: 0

Descrição | Valores

ATIVO

ATIVO

DISPONÍVEL

BANCOS MOVIMENTO

CAIXA GERAL 1.417,71 D

BANCO DO BRASIL 2.000,00 D

BANCO ITAU 1.000.000,00 D

BANCOS CONTA MOVIMENTO

BANCOS CONTA MOVIMENTO 151.502,36 D

ADIANTAMENTOS

FUNCIONÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER 7.625,00 D

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO

VALORES A RECEBER

CLIENTES NACIONAIS 22.400.000,00 D

APLICAÇÕES FINANCEIRAS 10.000.000,00 D

IMÓVEIS A REGULARIZAR 1.340.000,00 D

ADIANTAMENTOS FORNECEDORES 250.000,00 D

ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS 50.000,00 D

OUTROS CRÉDITOS 100.000,00 D

DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

DESPESAS ANTECIPADAS

APÓLICES DE SEGUROS A APROPRIAR 120.000,00 D

OUTRAS DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE 340.000,00 D

REALIZÁVEL

BENS DO IMOBILIZADO

CONSTRUÇÕES 450.000,00 D

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS 60.000,00 D

MÓVEIS E UTENSÍLIOS 60.000,00 D

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS 540.000,00 C

DESPESAS ANTECIPADAS

ASSINATURAS 50.000,00 D

SEGUROS 100.000,00 D

ADIANTAMENTOS DIVERSOS E DESPESAS DO EXE 2.000.000,00 D

ATIVO INTANGÍVEL

GOODWILL 3.000.000,00 D

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA ATIVO INTANGÍVEL 60.000,00 C

Total do ATIVO CIRCULANTE 31.368.802,07 D

ATIVO NÃO CIRCULANTE

INVESTIMENTOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

OUTROS INVESTIMENTOS 5.000.000,00 D

PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES 25.000.000,00 D

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA 28.000.000,00 D

DESPESAS ADIADAS 1.000.000,00 D

Total do ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO 59.000.000,00 D

CONCESSIONÁRIA SPMAR SA — BALANÇO PATRIMONIAL — Folha: 121

Encerrado em: 31/12/2015

Descrição	Valores
*** ATIVO ***	
IMOBILIZADO	
BENS NÃO MOBILIZADOS	
ADIANTAMENTOS PARA CAPITAL	1.700.000.000,00
OBRAS EM ANDAMENTO	1.320.000.000,00
ESTUDOS, PROJETOS E GERENCIAMENTO	98.000.000,00
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	
DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.000.000,00
Total do ATIVO PERMANENTE	3.117.000.000,00
Total ATIVO	3.117.000.000,00

CONCESSIONÁRIA SPMAR SA | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 05.[illegible]/0001-[illegible] 05 - 728

Exercício: 2013 | Fl: 9

Escriturações | Valores | Saldos

(-) PASSIVO (-)

PASSIVO

OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

OBRIGAÇÕES DE PERÍODO DE CARÊNCIA A PAGAR — [illegible] 49 CR

Total Do ATIVO CIRCULANTE — 386.851,38 CR

OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

FORNECEDORES

FORNECEDORES NACIONAIS — [illegible] CR

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC — [illegible] CR

ENCARGOS COBRADOS A ORDEM/FORNECEDORES — [illegible] CR

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

FOLHA PAGAMENTO / DESPESAS — [illegible] CR

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR — [illegible] CR

PROVISÕES TRABALHISTAS — [illegible] CR

OBRIGAÇÕES E PROVISÕES A PAGAR — [illegible] CR

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER — [illegible] CR

IMPOSTOS E CONTRIB. SOBRE VENDA — [illegible] CR

PARCELAMENTOS E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS — [illegible] CR

TRIBUTOS MUNICIPAIS — [illegible] CR

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CLIENTES PAGAMENTO — [illegible] CR

OUTRAS OBRIGAÇÕES

DIVIDENDOS A PAGAR — [illegible] CR

SEGUROS — [illegible] CR

PARCERIAS PROVISIONADAS — [illegible] CR

Total Do PASSIVO CIRCULANTE — 246.499.429,64 CR

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS — [illegible] CR

DEBÊNTURES E OBRIGAÇÕES REGIONAIS — [illegible] CR

PARCERIAS MUNICIPAIS — [illegible] CR

OBRIGAÇÕES CIVIS — [illegible] CR

ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL — [illegible] CR

Total Do PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO — 2.826.309.279,12 CR

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS — [illegible] CR

Total Do RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS — 43.390.035,25 CR

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

[illegible]

CONCESSIONARIA SPMAR SA

Balanço Patrimonial

CNPJ: 09.181.339/0001-83

Exercícios Em: 31/12/2015

Folha: 29

Descrição	Valores
*** PASSIVO ***	
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	1.446.500.041,00 CR
CAPITAL SOCIAL A REALIZAR	0,00 CR
RESULTADOS ACUMULADOS	
LUCROS / PREJUIZOS	
LUCROS / PREJUIZOS	2.867.222.965,64 CR
PREJUIZOS ACUMULADOS	0,00 CR
APURACAO DE RESULTADOS	
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00
Total do PASSIVO CIRCULANTE	1.400.302.040,00 CR
Total PASSIVO	5.715.725.046,64 CR

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2015

[illegible]

[illegible]

[illegible]

1 - [illegible]

1.1 - [illegible]

[illegible] - [illegible]

[illegible]

2 - [illegible]

2.1 - [illegible]

[illegible] - [illegible]

2.1.1 - [illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible] - [illegible]

3 - [illegible]

3.1 - [illegible]

3.1.1 - [illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]

DIÁRIO GERAL

Ministério Público do Estado de São Paulo

Edição

Fascículo

[illegible]

[illegible]

[illegible]

CONCESSIONÁRIA EMAR SA | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ nº 00.191.336/0001-05 fls. 737

Balanço Em: 31/12/2016 | 05:0

Folha:

Consolidado | Página

*** ATIVO ***

ATIVO

DISPONÍVEL

BENS NUMERÁRIOS

CAIXA GERAL | 5.477.71 DB

NUMERÁRIO EM TRÂNSITO | 0,00

APLICAÇÕES DE RISCO | 1.123.023.63 DB

BANCOS CONTA MOVIMENTO

BANCOS CONTA MOVIMENTO | 378.091.05 DB

ADIANTAMENTOS

ADIANTAMENTOS A CONTRIBUINTES A RECUPERAR | 3.968.05 DB

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

VALORES A RECEBER

CLIENTES NACIONAIS | 12.360.905.07 DB

APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 16.029.026.07 DB

ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES | 445.911.16 DB

ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS | 170.112.03 DB

ADIANTAMENTOS A TERCEIROS | 97.075.45 DB

OUTROS CRÉDITOS | 175.491.83 DB

DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

DESPESAS ANTECIPADAS

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 1.731.452.97 DB

OUTRAS DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE | 228.468.41 DB

IMOBILIZADO

BENS DO IMOBILIZADO

OBRAS EM ANDAMENTO | 5.029.130.54 DB

EQUIPAMENTOS ESPECIAIS | 621.720.63 DB

VEÍCULOS DE SEGURANÇA | 349.999.29 DB

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 47.617.96 DB

MÓVEIS E UTENSÍLIOS | 4.948.857.42 DB

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA | 1.422.928.49 DB

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS

APARELHOS PRINCIPAIS | 36.374.031.63 CR

OBRAS EM ANDAMENTOS | 1.916.009.54 CR

EQUIPAMENTOS VEÍCULOS E SISTEMAS DE COM | 4.430.234.10 CR

DEPRECIAÇÃO | 78.624.05 CR

EQUIPAMENTOS ESPECIAIS | 96.731.40 CR

ELEVADORES DE SEGURANÇA | 14.456.42 CR

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 1.328.30 CR

ATIVO DIFERENCIAL

ATIVO DIFERENCIAL | 3.819.217.791.37 DB

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA ATIVO DIFERENCIAL | 191.517.389.57 CR

Total do ATIVO CIRCULANTE | 175.691.033,58 DB

ATIVO NÃO CIRCULANTE

DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

CONCESSIONÁRIA SPVIAS SA

Exercício Em 31/12/2019

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 08.491.2[illegible]/0001-[illegible]

Nire

Página:

Descrições	Valores
(...)	
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(...)
AMORTIZAÇÃO DE RESERVA DE CONCESSÃO	(...)
EXAUSTÃO ACUMULADA CONCESSÃO	(...)
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(...)
Total Do ATIVO NÃO CIRCULANTE E LONGO PRAZO	260.128.575,42 DB
IMOBILIZADO	
BENS EM MOVIMENTAÇÃO	
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	(...)
OBRAS EM ANDAMENTO	180.999.992,22 DB
EQUIPAMENTOS E BENS A SEREM UTILIZADOS	96.169.657,72 DB
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - IMOBILIZADO	97.034,97 A DB
Total Do ATIVO PERMANENTE	2.028.926.934,61 DB
Total ATIVO	3.389.414.892,00 DB

Concessionária Sinal SA — BALANÇO PATRIMONIAL — CNPJ: 03.184.339/0001-29

Período Fin: 31/12/2016 — Fls: 733

Descrição — Valores

*** PASSIVO ***

PASSIVO

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DE CONCESSÃO A PAGAR — 607.399.97 CR

Total de: ATIVO CIRCULANTE — 607.399,97 CR

OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

FORNECEDORES

FORNECEDORES NACIONAIS — 56.429.103,11 CR

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC. — 304.303.699,20 CR

ENCARGOS FINANCEIROS — 467.330,61 CR

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

REMUNERAÇÕES E ENCARGOS — 990.830,49 CR

SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES — 3.236.171,38 CR

PROVISÕES TRABALHISTAS — 1.865.670,74 CR

CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES A PAGAR — 3.103.325,75 CR

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

PARCELAMENTOS A PAGAR — 350.473,61 CR

DEDUÇÕES E CONTRIB. SOBRE RECEITA — 1.192.390,66 CR

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE LUCRO — 12.201.024,71 CR

OUTROS TRIBUTOS — 19.030.225,94 CR

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CLIENTES NACIONAIS — 1.666.421,47 CR

OUTRAS OBRIGAÇÕES

CONTAS A PAGAR — 5.416.621,53 CR

DIVIDENDOS — 6.876.148,83 CR

OUTRAS PROVISÕES — 5.502.197,50 CR

Total de: PASSIVO CIRCULANTE — 541.975.750,85 CR

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS — 2.316.709.490,21 CR

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS — 3.580.573,38 CR

PROVISÕES TRABALHISTAS — 52.403.565,00 CR

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS — 882.370,38 CR

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS — 1.464.674,64 CR

ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL — 1.268.000.000,00 CR

Total de: PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO — 3.584.737.573,59 CR

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

PROVISÕES TRABALHISTAS — 51.929.139,58 CR

Total de: RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS — 51.929.139,58 CR

CAPITAL SOCIAL

CONCESSIONÁRIA SPE S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 09.[illegible]/0001-[illegible]

Exercício Em 31/12/[illegible]

R$

Página: [illegible]

Descrição

Valores

*** PASSIVO ***

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL REALIZADO

[illegible]

CAPITAL SOCIAL A REALIZAR

[illegible]

RESULTADOS ACUMULADOS

LUCROS / PREJUÍZOS

[illegible]

[illegible]

AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

[illegible]

Total Do [illegible]

Total PASSIVO

[illegible]

[illegible] [illegible] [illegible] [

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

1.1 [illegible]

1.2 [illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]

2.1 [illegible]

2.2 [illegible]

2.3 [illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]

3.1 [illegible]

3.2 [illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Marcos A. Barbosa
Diretor

CONCESSIONÁRIA SPINAR SA | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 08.191.[illegible]/0001-[illegible] fls. 146

Exercício Em: 30/06/2017 | Moeda: R$ | Valor:

Descrições	Valores
*** ATIVO ***	
ATIVO	
DISPONÍVEL	
BENS NUMERÁRIOS	
CAIXA GERAL	1.437,21 DB
(-) PROVISÃO PARA PERDAS	0,00
(-) PERDAS DE CAIXA	(-) 191,40 DB
BANCOS CONTA MOVIMENTO	
BANCOS CONTA MOVIMENTO	116.097,19 DB
ADIANTAMENTOS	
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	5.606,23 DB
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
VALORES A RECEBER	
CLIENTES NACIONAIS	19.887.879,86 DB
APLICAÇÕES FINANCEIRAS-RPS	61.600.252,24 DB
IMPOSTOS A RECUPERAR	2.697.942,80 DB
ADIANTAMENTO FORNECEDORES	3.264.913,00 DB
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	87.299,91 DB
OUTROS CRÉDITOS	125.365,22 DB
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	
DESPESAS ANTECIPADAS	
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	5.161.115,26 DB
OUTRAS DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	228.469,11 DB
IMOBILIZADO	
BENS DO IMOBILIZADO	
EDIFICAÇÕES	2.247.129,87 DB
CONSERVAÇÃO ESPECIAL	931.779,43 DB
ELEMENTOS DE SEGURANÇA	349.568,25 DB
IMOBILIZADOS EM ANDAMENTO	47.617,10 DB
IMOBILIZADO EM ARRENDAMENTO	4.992.158,47 DB
REVALORIA IMOBILIZADO - TUPCOM	3.439.430.406,82 DB
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	
EDIFICAÇÕES, PROVISÓRIAS	140.257.415,52 CR
OBRAS MELHORAMENTOS	7.937.016,41 CR
EQUIPAMENTOS VEICULOS E INSTALAÇÕES DE CON	7.669.706,73 CR
DESAPROPRIAÇÕES	178.879,49 CR
CONSERVAÇÃO ESPECIAL	39.654,24 CR
ELEMENTOS DE SEGURANÇA	21.980,35 CR
IMOBILIZADOS EM ANDAMENTO	2.119,48 CR
ATIVO INTANGÍVEL	
ATIVO INTANGÍVEL	3.019.917.261,32 DB
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA ATIVO INTANGÍVEL	167.246.039,84 CR
Total Do ATIVO CIRCULANTE	148.638.099,17 DB
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
DEBENTURES REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	

CONSTRUTORA OPHIR S/A — BALANCO PATRIMONIAL — CNPJ: 05.091.xxx/xxxx-xx — fls. 748

Período: 2to 2006/2007 — Folha:

Discriminação	Valores	
*** ATIVO ***		
DEPOSITOS JUDICIAIS	9.212.991,66 DB	
EMPRESTIMO DE PESSOA ORIGINADO	100.974.012,40 DB	
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	66.661.646,59 DB	
DESPESAS ANTECIPADAS	2.281.709,78 DB	
Total Gr. ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO		275.814.880,43 DB
PERMANENTE		
BENS DO IMOBILIZADO		
APLICACOES PRINCIPAIS	3.288.139.550,09 DB	
OUTROS IMOBILIZADOS	167.161.726,20 DB	
MOVEIS, VEICULOS E SIST. DE CONTROLE	170.202.303,64 DB	
DEPRECIACOES ACUMULADAS		
DEPRECIACAO DEPS SIS - ADEPOS	99.824.029,66 CR	
Total Gr. ATIVO PERMANENTE		3.325.259.550,27 DB
Total ATIVO		3.601.074.430,70 DB

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS SA | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ 02.846.056/0001-26 | fls. 758

Exercício Em: 31/03/2017 | Em: | Folha:

Descrição	Valor	
*** PASSIVO ***		
PASSIVO		
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR		
ENRIQUECIMENTOS DIFERIDO DE CONTRIBUIÇÃO A PAGAR	1.309.907,76 CR	
Total do ATIVO CIRCULANTE		1.309.907,76 CR
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		
FORNECEDORES		
FORNECEDORES NACIONAIS	51.831.284,27 CR	
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS		
CRÉDITOS BANCÁRIOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	66.797.200,87 CR	
BANCOS CONTA MOVIMENTO	553.288,89 CR	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	882.729,19 CR	
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	52.958.627,88 CR	
PROVISÕES TRABALHISTAS	2.340.667,84 CR	
CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES A PAGAR	2.237.297,00 CR	
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	350.485,19 CR	
IMPOSTOS E TAXAS A RECOLHER	2.472.368,75 CR	
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS	20.652.194,53 CR	
TRIBUTOS ESTADUAIS	21.021.638,99 CR	
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES		
CLIENTES NACIONAIS	10.903.371,04 CR	
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
CONTAS A PAGAR	5,14 CR	
SEGUROS	3.464.427,15 CR	
OUTRAS PROVISÕES	3.662.767,69 CR	
Total do PASSIVO CIRCULANTE		755.852.378,64 CR
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.219.875.251,92 CR	
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS	3.334.736,65 CR	
TRIBUTOS MUNICIPAIS	12.441.318,29 CR	
CONTINGÊNCIAS CÍVEIS	982.316,29 CR	
CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	1.058.674,64 CR	
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	7.128.096,93 CR	
Total do PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.465.927.158,56 CR
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		
PROVISÃO MANUTENÇÃO CIF	61.399.336,26 CR	
Total do RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		61.399.336,26 CR
CAPITAL SOCIAL		

CONCESSIONARIA SPMAR SA — BALANCO PATRIMONIAL — CNPJ: 05.191.338/0001-08 — fls. 151

Escritório: 00000001 — Folha:

Descriminação	Valores
*** PASSIVO ***	
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	1.045.000.000,00 CR
CAPITAL SOCIAL A REALIZAR	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	
LUCROS / PREJUIZOS	
LUCROS / PREJUIZOS	848.996.220,33 CR
PROVISÃO PDD/IRPJ/CSLL	3.429.246,64 CR
Total do PASSIVO CIRCULANTE	889.625.859,32 CR
Total PASSIVO	4.165.049.975,32 CR

CONCESSIONÁRIA SPMAR SA | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 09.181.336/0001-45 | fls. 752

Período: 1/1 a 28/2/2017 | IFRS | Padrão

Demonstração	Valores

*** CONTAS DE RESULTADO ***

CONTAS DE RESULTADO

RESULTADO OPERACIONAL

RECEITA BRUTA

RECEITAS EM HOMOLOGAÇÃO/PROCESSOS	15.068.675,40 CR
RECEITAS DE CURSOS	7.309.824,40 CR
RECEITAS DE APS	83.673.948,55 CR
RECEITAS DE VALE PEDÁGIO	8.482.637,97 CR
USO DE ÁREA DE DOMÍNIO	1.157.366,61 CR
OUTRAS RECEITAS ACESSÓRIAS	456.018,75 CR

DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE	11.466.867,83 DB

RECEITAS FINANCEIRAS

RECEITAS FINANCEIRAS CONCESSÕES	2.146.048,87 CR

CUSTOS E DESPESAS COM CONCESSÕES

SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	8.185.784,80 DB
ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.089.716,32 DB
BENEFÍCIOS	2.225.094,26 DB
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	149.652,92 DB
PRESTADORES DE SERVIÇO DE TERCEIROS	10.522.810,67 DB
MATERIAL	1.164.809,37 DB
LOCAÇÕES E ARRENDAMENTOS	1.535.697,28 DB
VIAGEM	1.136.269,89 DB
SERVIÇOS PUBLICADOS	3.992.727,99 DB
SEGUROS CONCESSÕES	451.308,81 DB
GASTOS GERAIS	4.202.401,31 DB
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	29.429,00 DB
SEGURO DE PEDÁGIO	6.141.263,03 DB
DIVERSÃO DE OUTORGA	2.602.801,16 DB
DEPRECIAÇÃO	2.816.149,11 DB
AMORTIZAÇÃO	97.074.809,18 DB
DESPESAS COM TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	28.252,01 DB

DESPESAS FINANCEIRAS COM CONCESSÕES

JUROS DE FINANCIAMENTO	179.469.287,68 DB
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	1.819.316,85 DB
OUTRAS PERDAS EM OPE COM TÍTULO	767,80 DB
PIS S/ RECEITAS FINANCEIRAS	43.263,58 DB
COFINS S/ RECEITA FINANCEIRA	97.821,36 DB

OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

RECEITAS EVENTUAIS	2.000.000,00 CR
ESTORNO	259.592,17 CR

CUSTO NA VENDA DE ATIVOS

CUSTO NA VENDA DE IMOBILIZADO	2.210.365,00 DB

CONCESSIONÁRIA SPRAY SA | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ: 06.181.[illegible]

Encerrado Em: 30/06/2017 | Folha:

Discriminação	Valores	
*** CONTAS DE RESULTADO ***		
RECEITAS:		
RECEITA DE PEDÁGIO - DIRETA	4.061.184.611,06	
CONTRAPRESTAÇÃO ESTATAL - DIRETA	1.870.688.744,00	
Total De CONTAS DE RESULTADOS		334.173.833,92 DB
Total CONTAS DE RESULTADO		334.173.833,92 DB

CAETANO DOMINGUES MARTINS
CPF 189.[illegible]

Ximir Gutierrez
CONCESSIONÁRIA SPRAY SA

Marcus A. Fonseca
Contador

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(184.831)	194.525
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	12.552	12.364
Provisão para manutenção	13.570	7.061
Provisão para contingência	1.395	296
Juros sobre empréstimos e financiamentos	274.788	183.706
Ajuste a valor presente	1.414	-
Impostos diferidos	(59.797)	(20.952)
	59.131	87.950
Contas a receber	(1.371)	(5.675)
Impostos a recuperar	3.431	2.116
Despesas antecipadas	(6.345)	3.393
Adiantamento a fornecedores	147	723
Outros recebíveis	(1)	63
Depósitos judiciais	(5.934)	(478)
Fornecedores e outras contas a pagar	1.506	68.769
Obrigações trabalhistas e sociais	4.069	8.041
Obrigações fiscais	16.299	17.311
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	71.012	182.015
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	1.228	(17.322)
Aplicações financeiras	-	11.105
Intangível	(232.115)	(662.826)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(230.887)	(668.943)
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Adiantamento para futuro Aumento de Capital	30.000	-
Aquisição de empréstimos e financiamentos	134.040	436.434
Pagamento de juros e principal empréstimos	(67.920)	(91.353)
Integralização de capital	30.000	83.641
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	126.520	428.722
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(33.355)	(58.206)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	50.379	108.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.024	50.379
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(33.355)	(58.206)

Almir Chateaubriand
CONCESSIONÁRIA SPMAR SA

Marcos A. Fonseca
Contador

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(200.276)	(184.831)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	107.366	12.552
Provisão para manutenção	-	13.570
Provisão para contingência	(111)	1.395
Juros sobre empréstimos e financiamentos	361.545	374.788
Juros sobre atualização de impostos	11.533	-
Ajuste a valor presente	-	1.414
Impostos diferidos	(161.329)	(59.757)
	118.538	59.131
Contas a receber	5.042	(1.321)
Impostos a recuperar	806	3.431
Despesas antecipadas	5.892	(6.349)
Adiantamento a fornecedores	(221)	147
Outros recebíveis	(65)	(1)
Depósitos judiciais	(4.401)	(5.934)
Fornecedores e outras contas a pagar	(65.075)	1.506
Obrigações trabalhistas e sociais	3.462	4.099
Obrigações fiscais	16.316	16.299
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	80.094	71.013
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	563	1.228
Intangível	(19.216)	(237.115)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(18.653)	(235.887)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	30.000
Aquisição de empréstimos e financiamentos	-	134.040
Pagamento de juros e principal de empréstimos e financiamentos	(57.736)	(67.520)
Integralização de capital	-	30.000
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamento	(57.736)	126.520
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	3.705	(38.355)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.024	50.379
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.729	12.024
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	3.705	(38.355)

Almir Bittencourt
CONCESSIONÁRIA SPMAR S/A.

Marcos A. Fonseca
Diretor

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Projeção de fluxo de caixa

Período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018

Valores em Reais

		PROJETADO
	Fluxo SPMAR	TOTAL
	Saldo Inicial	-3.000,00
E	1 - ENTRADAS	
E	Recebimento	201.827.472,32
E	Receita Acessória_Cargas Especiais	1.306.767,03
E	Reembolsos Diversos	0,00
E	Recuperação de Despesas Diversas	0,00
E	Devoluções Diversas	0,00
E	Outras	0,00
E	TOTAL ENTRADAS OP	203.134.239,35
S	2 - SAÍDAS	
S	Fornecedores Diversos	-11.630.553,30
S	Conectagro	-3.401.060,41
S	Serviço 3º	-9.330.238,87
S	Manutenção	-3.442.521,23
S	Despesas c/ Viagens	-162.628,92
S	Energia	-2.849.950,49
S	Arrendamento / Aluguel	-403.376,04
S	Telefone	-222.218,82
S	Frete	0,00
S	Seguro	-1.186.018,78
S	Salários / Encargos Sociais	-32.350.877,78
S	Rescisão	0,00
S	Impostos e Taxas	-2.529.067,38
S	TOTAL SAÍDAS OP	-69.218.906,31
	3 - SUPERAVIT / DEFICIT OPERACIONAL	133.915.333,04
S	Máquinas e Equipamentos	-8.760,02
S	Obras e Instalações	-1.320.209,19
S	Investimento	-14.625,85
E	Desinvestimentos	0,00
E	Aporte_Empresas do Grupo	1.347.954,47
	4 - SUPERAVIT / DEFICIT TOTAL	133.919.692,45
S	5 - DESEMBOLSOS FINANCEIROS	
S	Amort_Princ_Giro	-788.712.542,86
S	Amort_Juros	-268.091.098,94
S	Desp/Tarifas/Prêmio	-97,50
S	Financiamentos Arrasados	-404.302.552,75
S	TOTAL DESEMBOLSO FINANCEIRO	-1.461.126.292,05
	6 - SOBRANTE / FALTANTE	-687.817.226,92
E	7 - FONTES DE FINANCIAMENTOS	
E	Ingr_Giro	0,00
E	TOTAL FONTES FINANCIAMENTO	0,00
E	8 - Aplicações / Resgates	
S	Aplicações	0,00
E	Resgate Aplicação	0,00
	SALDO DO DIA	-687.817.226,92
E	9 - Mútuo	
E	Entradas entre Empresas	0,00
S	Saídas entre Empresas	0,00
	CAIXA FINAL	-687.817.226,92
	Sem Classificação	
	Saldo Final	-687.820.226,92

Alvaro Bitencourt
CONCESSIONÁRIA SPMAR S/A

Marcos A. Fonseca
Diretor

DOC. 6-J

ÁGUAS DE ITÚ GESTÃO EMPRESARIAL S.A.

Águas de Gu Exploração de Serviços de Água e Esgoto | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 08.450.1[illegible]

Emissão: 20/12/2019 | 08:36:[illegible]

Página: 4

Descrição/Conta	Valores
*** ATIVO ***	
ATIVO	
DISPONÍVEL	
BENS ADMINISTRADOS	
CAIXA GERAL	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	
BANCO CONTA MOVIMENTO	216.013,43 DB
CLIENTES E OPERAÇÕES A RECEBER	
OUTRAS RECEITAS ACESSÓRIAS	1.597.439,32 DB
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	
VALORES A RECEBER	
CLIENTES NACIONAIS	11.255.401,07 DB
APLICAÇÕES FINANCEIRAS-RGR	262.772,08
IMPOSTOS A RECUPERAR	62.852,12 DB
ADIANTAMENTOS FORNECEDORES	1.042.670,73 DB
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	19.357,95 DB
OUTROS CRÉDITOS	868.286,77 DB
PROVISÃO DEVEDORES	7.809.636,78 CR
ESTOQUES	
PRODUTOS/MERCADORIAS	535.857,43 DB
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	
DESPESAS ANTECIPADAS	
DESPESAS	1.367,69 DB
IMOBILIZADO	
BENS EM IMOBILIZADO	
DESAPROPRIAÇÕES	378.953,44 DB
BENFEITORIA EM BENS DE TERCEIROS	10.383,60 DB
REDUTORA AMORTIZAÇÃO - (CPC20)	116.289,15 CR
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	
EQUIPAMENTOS MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE COPA	1.442,07 CR
DESAPROPRIAÇÕES	207.592,40 CR
ATIVO DIFERIDO	
ATIVO AGUARDANDO	148.858.837,37 DB
PROVISÃO AGUARDANDO ATIVO DIFERIDO	35.809.940,26 CR
Total Do: ATIVO CIRCULANTE	13.334.037,11 DB
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
DIREITOS REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
DEPÓSITOS JUDICIAIS	1.401.453,51 DB
CLIENTES DIVERSOS	0,00
EMPRÉSTIMOS A RECUPERAR	1.676.302,45 DB
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	15.914.017,49 DB
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA	5.729.045,78 DB
DEPÓSITOS JUDICIAIS	15.008,00 DB
Total Do: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	24.876.850,27 DB

AMPLA DE INV. EXPLORADORA DE SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 08.455.555/0001-00

Exercício Em 31/12/2019 | Folha: 2

Descrição	Valores	
*** ATIVO ***		
REALIZÁVEL		
BENS DE INCORPORAÇÃO		
BENS TANGÍVEIS	110.468.333,88 CR	
BENS INTANGÍVEIS	25.934,37 CR	
ESTOQUE - VEÍCULOS E PEÇAS DE OPERAÇÃO	10.882,48 CR	
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		
DEPRECIAÇÕES	35.600.205,78 CR	
AMORTIZAÇÃO DE INTANGÍVEIS	6.406,05 CR	
PERDA ESTIMADA - CRÉDITOS	39.004.639,86 CR	
ATIVO DIFERIDO		
DESPESAS DIFERIDAS		
DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS	382.214,35 CR	
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DO DIFERIDO	556.369,94 CR	
Total do ATIVO PERMANENTE		110.574.376,32 CR
Total ATIVO		148.583.894,55 CR

AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ: 04.438.160/0001-03

Emitido Em 31/12/2024 | 32.357.146.828-49

Folha: 3

Descricao	Valores
** PASSIVO **	
PASSIVO	
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	
FORNECEDORES	
FORNECEDORES E PARCERIAS	14.186.218,64 CR
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	93.874.878,73 CR
BANCOS CONTA TRANSITORIA	419.515,38 CR
OBRIGACOES TRABALHISTAS	
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	5.261,62 CR
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.433.798,25 CR
PROVISOES TRABALHISTAS	1.033.165,80 CR
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	337.263,04 CR
IMPOSTOS E DEBITOS S/RECEITA	1.874.822,11 CR
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	
CLIENTES DIVERSOS	4.032.082,80 CR
OUTRAS OBRIGACOES	
CONTAS A PAGAR	58.824,44 CR
Total De PASSIVO CIRCULANTE	76.970.333,01 CR
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00
OUTRAS OBRIGACOES	0,00
RENDA DIFERIDA - CONTRATO	27.303.080,52 CR
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	15.323.370,06 CR
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	4.032.412,07 CR
CONTINGENCIAS CIVEIS	228.248,59 CR
CONTINGENCIAS TRABALHISTAS	647.512,49 CR
CONTINGENCIAS TRIBUTARIAS	1.883.051,81 CR
Total De PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	47.618.838,74 CR
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	38.659.112,50 CR
RESERVAS DE LUCRO	
RESERVAS DE LUCRO	
RESERVA LEGAL	141.979,89 CR
RESULTADOS ACUMULADOS	
LUCROS / PREJUIZOS	
LUCROS / PREJUIZOS	26.481.486,60 CR
APURACAO DE RESULTADOS	
RESULTADO DO EXERCICIO	14.023.475,18 CR
Total De PATRIMONIO LIQUIDO	39.295.648,40 CR
Total PASSIVO	163.884.820,05 CR

DIÁRIO GERAL

ÁGUAS DE RIO BRANCO S/A

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

GERAL

AGUAS DO ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO S.A

CNPJ: 08.295.182/0001-08

INSCRICAO ESTADUAL: 244182658

FOLHA: 002

3.2.1 - CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

3.2.1 - CUSTO COM PESSOAL DIRETO

0060 - PARTICIPACAO NOS RESULTADOS	46.40,00
0100 - REMUNERACAO DO PESSOAL	3.666,18,10
0200 - 13 SALARIO	1.185,20,60
0300 - FERIAS INDENIZADAS	70,00,00
0400 - FERIAS	3.661,00,00
0510 - ENCARGOS SOBRE REMUNERACAO	4.1,00,00
0520 - FGTS	300.542,56,00
0530 - CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	31,40,00

3.621.000,00

3.621.000,00

3.2.1 - OUTROS CUSTOS DIRETOS

0700 - ENERGIA ELETRICA	1.000.000,00
0800 - MATERIAL DE ESCRITORIO	30.000,00
0900 - CONSERVACAO E REPARO DE VEICULOS	200.000,00
1000 - CONSERVACAO E REPARO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	100.000,00
1100 - DESPESAS COM COPA E COZINHA	10.000,00
1200 - COMBUSTIVEIS	700.000,00
1300 - TELEFONE	3.188.000,00
1400 - MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
1500 - CONSERVACAO E REPARO DE MOVEIS	100.000,00
1600 - DESPESAS COM REFEICOES	100.000,00
1700 - MATERIAL DE MANUTENCAO	50.000,00
1800 - SEGUROS	70.000,00
1900 - DESPESAS COM VIAGENS E LOCOMOCAO	40.000,00
2000 - DESPESAS COM PESSOAL TERCEIRIZADO	300.000,00
2100 - ALUGUEL DE VEICULOS	10.000,00
2200 - AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	100.000,00
2300 - MATERIAL DE SEGURANCA	10.000,00
2400 - DESPESAS COM TREINAMENTO	5.000,00
2500 - LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10.000,00
2600 - ALUGUEL DE IMOVEIS	1.000.000,00
2700 - DESPESAS COM ESTACIONAMENTO E PEDAGIOS	1.000,00
2800 - MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
2900 - DESPESAS COM ANALISES	7.000,00
3000 - SERVICOS DE TERCEIROS	1.000.000,00
3100 - DESPESAS COM ALIMENTACAO	1.000,00
3200 - DESPESAS COM HOSPEDAGEM	1.000,00
3300 - DESPESAS COM PUBLICIDADE	1.000,00
3400 - DESPESAS COM PROPAGANDA	1.000,00
3500 - DESPESAS COM PESSOAL	1.000,00
3600 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
3700 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
3800 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
3900 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
4000 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
4100 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
4200 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
4300 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
4400 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
4500 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
4600 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
4700 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
4800 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
4900 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
5000 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
5100 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
5200 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
5300 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
5400 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
5500 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
5600 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
5700 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
5800 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
5900 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
6000 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
6100 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
6200 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
6300 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
6400 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
6500 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
6600 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
6700 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
6800 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
6900 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
7000 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
7100 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
7200 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
7300 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
7400 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
7500 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
7600 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
7700 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
7800 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
7900 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
8000 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
8100 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
8200 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
8300 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
8400 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
8500 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
8600 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
8700 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
8800 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
8900 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
9000 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
9100 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
9200 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
9300 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
9400 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
9500 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
9600 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
9700 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
9800 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
9900 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
10000 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
10100 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
10200 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
10300 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
10400 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
10500 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
10600 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
10700 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
10800 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
10900 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
11000 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
11100 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
11200 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
11300 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
11400 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
11500 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
11600 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
11700 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
11800 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
11900 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
12000 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
12100 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
12200 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
12300 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
12400 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
12500 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
12600 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
12700 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
12800 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
12900 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
13000 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
13100 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
13200 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
13300 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
13400 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
13500 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
13600 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
13700 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
13800 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
13900 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
14000 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
14100 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
14200 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
14300 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
14400 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
14500 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
14600 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
14700 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
14800 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
14900 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
15000 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
15100 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
15200 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
15300 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
15400 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
15500 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
15600 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
15700 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
15800 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
15900 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
16000 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
16100 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
16200 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
16300 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
16400 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
16500 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
16600 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
16700 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
16800 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
16900 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
17000 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
17100 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
17200 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
17300 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
17400 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
17500 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
17600 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
17700 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
17800 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
17900 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
18000 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
18100 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
18200 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
18300 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
18400 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
18500 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
18600 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
18700 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
18800 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
18900 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
19000 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
19100 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
19200 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
19300 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
19400 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
19500 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
19600 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
19700 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
19800 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
19900 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
20000 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
20100 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
20200 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
20300 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
20400 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
20500 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
20600 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
20700 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
20800 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
20900 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
21000 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
21100 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
21200 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
21300 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
21400 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
21500 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
21600 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
21700 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
21800 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
21900 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
22000 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
22100 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
22200 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
22300 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
22400 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
22500 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
22600 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
22700 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
22800 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
22900 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
23000 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
23100 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
23200 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
23300 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
23400 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
23500 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
23600 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
23700 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
23800 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
23900 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
24000 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
24100 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
24200 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
24300 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
24400 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
24500 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
24600 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
24700 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
24800 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
24900 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
25000 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
25100 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
25200 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
25300 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
25400 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
25500 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
25600 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
25700 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
25800 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
25900 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
26000 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
26100 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
26200 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
26300 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
26400 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
26500 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
26600 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
26700 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
26800 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
26900 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
27000 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
27100 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
27200 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
27300 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
27400 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
27500 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
27600 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
27700 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
27800 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
27900 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
28000 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
28100 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
28200 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
28300 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
28400 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
28500 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
28600 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
28700 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
28800 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
28900 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
29000 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
29100 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
29200 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
29300 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
29400 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
29500 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
29600 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
29700 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
29800 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
29900 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
30000 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
30100 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
30200 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
30300 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
30400 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
30500 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
30600 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
30700 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
30800 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
30900 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
31000 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
31100 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
31200 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
31300 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
31400 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
31500 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
31600 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
31700 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
31800 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
31900 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
32000 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
32100 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
32200 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
32300 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
32400 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
32500 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
32600 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
32700 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
32800 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
32900 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
33000 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
33100 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
33200 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
33300 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
33400 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
33500 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
33600 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
33700 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
33800 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
33900 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
34000 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
34100 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
34200 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
34300 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
34400 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
34500 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
34600 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
34700 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
34800 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
34900 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
35000 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
35100 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
35200 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
35300 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
35400 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
35500 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
35600 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
35700 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
35800 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
35900 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
36000 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
36100 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
36200 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
36300 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
36400 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
36500 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
36600 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
36700 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
36800 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
36900 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
37000 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
37100 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
37200 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	1.000,00
37300 - DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00
37400 - DESPESAS COM MATERIAL DE MANUTENCAO	1.000,00
37500 - DESPESAS COM MATERIAL DE SEGURANCA	1.000,00
37600 - DESPESAS COM MATERIAL DE TREINAMENTO	1.000,00
37700 - DESPESAS COM MATERIAL DE LOCACAO	1.000,00
37800 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALUGUEL	1.000,00
37900 - DESPESAS COM MATERIAL DE AQUISICAO E MANUTENCAO DE UNIFORMES	1.000,00
38000 - DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUCAO	1.000,00
38100 - DESPESAS COM MATERIAL DE ANALISES	1.000,00
38200 - DESPESAS COM MATERIAL DE SERVICOS DE TERCEIROS	1.000,00
38300 - DESPESAS COM MATERIAL DE ALIMENTACAO	1.000,00
38400 - DESPESAS COM MATERIAL DE HOSPEDAGEM	1.000,00
38500 - DESPESAS COM MATERIAL DE PUBLICIDADE	1.000,00
38600 - DESPESAS COM MATERIAL DE PROPAGANDA	1.000,00
38700 - DESPESAS COM MATERIAL DE PESSOAL	1.000,00
38800 - DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRIT

DIÁRIO GERAL

CNPJ 08.467.115/0001-10

AGUAS DE VILA EXPLORADORA DE SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO S.A

I.E. 367.196.828.116

Período: 0/00

Emissão: 31/12/2021 9

Folha: 000

3.6.1 - CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

3.6.1.1 - DESPESAS GERAIS

[illegible]	17.556.59 CD	
[illegible]	2.550.000,37 CD	
[illegible]	1.116.120,00 CD	
		19.272.924,59 CD
		19.272.924,59 CD

3.6.1.1 - DEPRECIAÇÃO E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

3.6.1.1 - CUSTO COM PESSOAL

[illegible]	887,37 CD	
		887,37 CD
		887,37 CD

3.6.1.1 - CUSTO COM PESSOAL DIRETO

[illegible]	43.299,29 CD	
[illegible]	47.491,14 CD	
[illegible]	24.280,18 CD	
[illegible]	55.036,63 CD	
[illegible]	20.211,63 CD	
[illegible]	439,60 CD	
[illegible]	7.254,31 CD	
[illegible]	302,50 CD	
[illegible]	3.415,00 CD	
[illegible]	242.844,87 CD	
[illegible]	202.210,69 CD	
[illegible]	22.000,00 CD	
[illegible]	62.777,00 CD	
		606.241,94 CD
		606.241,94 CD

3.6.1.2 - CUSTO E DESPESAS DA CONCESSÃO

[illegible]	1.225,61 CD	
[illegible]	442,00 CD	
[illegible]	670,63 CD	
[illegible]	20.986,50 CD	
[illegible]	6.248,50 CD	
[illegible]	2.440,00 CD	
[illegible]	496.701,88 CD	
[illegible]	1.200,00 CD	
[illegible]	70,01 CD	
[illegible]	1.100,00 CD	
[illegible]	51.000,00 CD	
[illegible]	6.000.000,00 CD	
[illegible]	49.350,00 CD	
[illegible]	145.645,38 CD	
[illegible]	1.000,00 CD	
[illegible]	106,70 CD	
[illegible]	17.174.666,19 CD	
[illegible]	1.155.153,16 CD	
		25.366.622,16 CD

DIÁRIO OFICIAL

AGUAS DE ITU EMPREENDIMENTOS DE SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO S.A

CNPJ: 05.[illegible]/0001-90

[illegible]

Página: 004

CNPJ/MF: 10.[illegible]/0001-13

5.1.4 - CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

5.1.4.1 - CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS [illegible] R$ 1.662.336,32 CR

5.1.5 - DESPESAS OPERACIONAIS

5.1.5.1 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

5.01 - AGUA E ESGOTO	R$ [illegible] DB
5.02 - ALUGUEL DE IMÓVEIS	R$ [illegible] DB
5.03 - ASSISTÊNCIA MÉDICA, ODONTOLÓGICA E REMÉDIOS	R$ [illegible] DB
5.04 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	R$ [illegible] DB
5.05 - DANOS INDENIZADOS	R$ [illegible] DB
5.06 - DESPESAS COM VIAGENS	R$ [illegible] DB
5.07 - DESPESAS GERAIS	R$ [illegible] DB
5.08 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.09 - DESPESAS COM PROPAGANDA	R$ [illegible] DB
5.10 - DESPESAS COM TELEFONE	R$ [illegible] DB
5.11 - DESPESAS E CUSTOS COM VENDAS	R$ [illegible] DB
5.12 - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	R$ [illegible] DB
5.13 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	R$ [illegible] DB
5.14 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.15 - IMPOSTOS E TAXAS	R$ [illegible] DB
5.16 - PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	R$ [illegible] DB
5.17 - DESPESAS FINANCEIRAS	R$ [illegible] DB
5.18 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	R$ [illegible] DB
5.19 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.20 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.21 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.22 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.23 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.24 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.25 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.26 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.27 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.28 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.29 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.30 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.31 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.32 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.33 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.34 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.35 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.36 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.37 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.38 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.39 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.40 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.41 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.42 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.43 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.44 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.45 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.46 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.47 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.48 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.49 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.50 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.51 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.52 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.53 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.54 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.55 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.56 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.57 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.58 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.59 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB
5.60 - DESPESAS COM PESSOAL	R$ [illegible] DB

BALANCETE GERAL

AGUAS DE SAO SEBASTIAO SANEAMENTO SPE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO S.A.

EMISSÃO EM: 31/12/2014

CNPJ: 08.[illegible]/0001-30

FOLHA: 0005

4.1.1 - DESPESAS OPERACIONAIS

4.1.1.02 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

4.1.1.02.0001 - DESPESAS COM PESSOAL	3.032.69 D	
4.1.1.02.0002 - HONORARIOS ADMIN. - ESCRITORIO	148.470,21 D	
4.1.1.02.0003 - COMUNICAÇÃO - VOZ E DADOS	144.767,29 D	
4.1.1.02.0004 - DEPRECIAÇÃO - VOZ E DADOS	163.574,29 D	
4.1.1.02.0005 - AMORTIZACAO DIFERIDO	1.000.000,00 D	
4.1.1.02.0006 - ENERGIA	455.333,70 D	
4.1.1.02.0007 - LIMPEZA	264.162,35 D	
4.1.1.02.0008 - MATERIAL DE ESCRITORIO	233.339,44 D	
4.1.1.02.0009 - SEGUROS	911.315,86 D	
4.1.1.02.0010 - ALUGUEIS IMOVEIS ADMINISTRATIVOS	178.007,80 D	
4.1.1.02.0011 - ALUGUEL VEICULOS	30.937,76 D	
4.1.1.02.0012 - DESPESAS TRANSPORTES	90.599,08 D	
4.1.1.02.0013 - ASSISTENCIA MEDICA	277,58 D	
4.1.1.02.0014 - TREINAMENTO DE PESSOAL	103.700,00 D	
4.1.1.02.0015 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	56,00 D	
4.1.1.02.0016 - CURSOS E TREINAMENTOS	800,00 D	
4.1.1.02.0017 - ALUGUEL	260,00 D	
4.1.1.02.0018 - ADVOCACIA - PUBLICIDADE ADMINISTRATIVA	5.618,51 D	
4.1.1.02.0019 - DESPESAS COM VEICULOS - PUBLICIDADE	3.969,49 D	
4.1.1.02.0020 - DESPESAS VIAG. CONSELHO/DIRETORIA	26.250,01 D	
4.1.1.02.0021 - UNIFORMES	10.649,28 D	
4.1.1.02.0022 - SUSPENSAO/REVERSAO DESPESAS ANTECIPADAS - PIS	5.448,61 D	
4.1.1.02.0023 - SUSPENSAO/REVERSAO DE PROVISAO GRATIFICACAO - PIS	700,00 D	
4.1.1.02.0024 - DESPESAS COM DEPRE E AMORTIZA	940,39 D	
4.1.1.02.0025 - MANUTENCAO E LIMPEZA DE VEICULOS	555,00 D	
4.1.1.02.0026 - ALUGUEIS DE MOVEIS	130.766,23 D	
4.1.1.02.0027 - DESPESAS DE CONFERENCIA	1.470,00 D	
4.1.1.02.0028 - TAXAS E MULTAS	655.782,23 D	
4.1.1.02.0029 - DESPESAS DE SUSPENSAO E VOLUNTARIA	2.701.470,00 D	
4.1.1.02.0030 - MANUTENCAO DE SOFTWARE	224,00 D	
4.1.1.02.0031 - DESPESAS DE CONSULTORIA	134.450,38 D	

4.1.1.02 -1.254.611,04 D

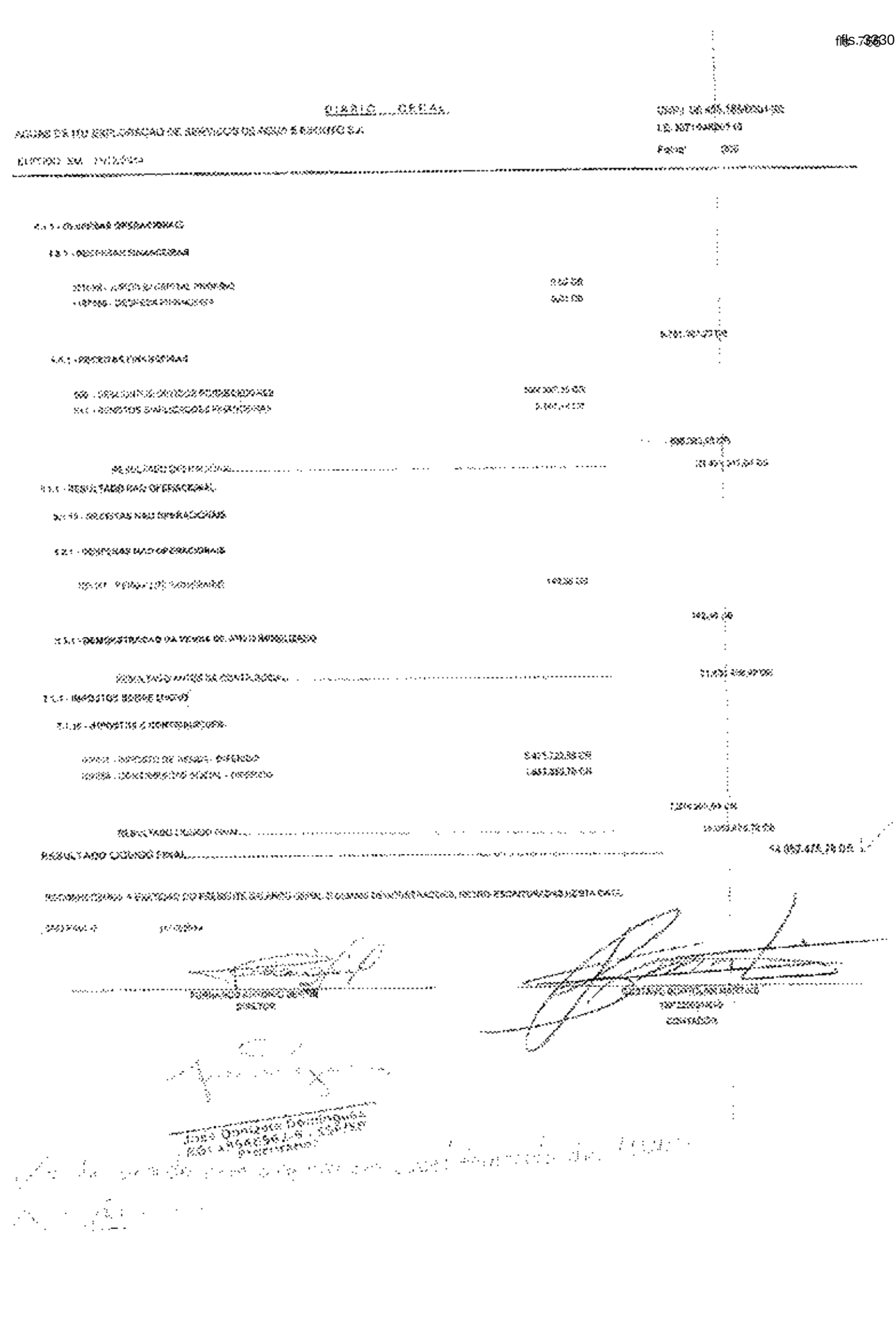
4.1.2 - DESPESAS COMERCIAIS

4.1.2.01.0001 - DESPESAS COM SERVICOS TERCEIRIZADOS	1.945.788,21 D	
4.1.2.01.0002 - COMISSOES COBRANCA TERCEIROS	535,19 D	
4.1.2.01.0003 - PERDAS COM CONTAS INCOBRAVEIS	4.164.142,27 D	
4.1.2.01.0004 - DESPESAS DE MANUTENCAO MACROMEDIDOR	2.715,00 D	

4.1.2.01 -6.113.180,67 D

4.1.3 - DESPESAS GERAIS

4.1.3.01.0001 - DESPESAS COM PESSOAL	1.264.784,27 D	
4.1.3.01.0002 - DESPESAS COM ATIVIDADES OPERACIONAIS	455.268,57 D	
4.1.3.01.0003 - AGUA	39.555,65 D	
4.1.3.01.0004 - DESPESAS COM MANUTENCAO PREDIAL	45.364,24 D	
4.1.3.01.0005 - DESPESAS COM MANUTENCAO	7.502.589,65 D	
4.1.3.01.0006 - DESPESAS COM VEICULOS	60.849,13 D	
4.1.3.01.0007 - DESPESAS COM ALUGUEIS	2.207,00 D	
4.1.3.01.0008 - TAXAS E MULTAS DIVERSAS	151.937,44 D	
4.1.3.01.0009 - ICMS	174.330,56 D	
4.1.3.01.0010 - DESPESAS DE COBRANCA	166.787,30 D	



AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ: 08.495.193/0001-00

Exercicio Em: 31/12/2015 | IE: 367196480115

Pagina: 5

Discriminacao	Valores
*** ATIVO ***	
ATIVO	
CIRCULANTE	
BENS NUMERARIOS	
CAIXA GERAL	133.661,46 DB
BANCOS CONTA MOVIMENTO	
BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.441.564,68 DB
TITULOS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	
APLICACOES FINANCEIRAS FAF	918.680,97 DB
CLIENTES E OPERADORES A RECEBER	
CONTAS RECEITAS ACESSORIAS	1.880.872,46 DB
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	
VALORES A RECEBER	
CLIENTES NACIONAIS	12.048.262,61 DB
APLICACOES FINANCEIRAS-ADM	634.169,65 DB
IMPOSTOS A RECUPERAR	36.715,35 DB
ADIANTAMENTO FORNECEDORES	1.636.022,74 DB
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	13.656,65 DB
OUTROS CREDITOS	172.547,79 DB
PROVISAO DEVEDORES	8.915.894,16 CR
DESPESAS	
PREPAGAMENTOS	612.807,31 DB
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	
DESPESAS ANTECIPADAS	
DESPESAS	188.208,30 DB
IMOBILIZADO	
BENS DO IMOBILIZADO	
OBRAS PROVISORIAS	519.953,69 DB
IMPREVISTOS EM BENS DE TERCEIROS	19.893,20 DB
IMOBILIZADO EM SERVICO - ADMIN	110.269.912,93 DB
DEPRECIACOES ACUMULADAS	
EQUIPAMENTOS VEICULOS E SISTEMAS DE COM	5656,59 CR
OBRAS PROVISORIAS	271.968,03 CR
ATIVO DIFERIDO	
ATIVO DIFERIDO	140.685.978,01 DB
AMORTIZACAO ACUMULADA ATIVO DIFERIDO	60.259.564,29 CR
Total De ATIVO CIRCULANTE	36.113.678,42 DB
ATIVO NAO CIRCULANTE	
DEMAIS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	
DEPOSITOS JUDICIAIS	146.254,27 DB
OUTROS CREDITOS	8.856.412,58 DB
IMPOSTOS A RECUPERAR	1.870.319,56 DB
INVESTIMENTO DE RENDA DIFERIDO	10.915.015,20 DB
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	3.729.945,78 DB

AGUAS DE RIO EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ: 08.426.182/0001-00

Emissão Em: 31/12/2010 | Folha: 3

Descrições	Valores
*** ATIVO ***	
DEPOSITOS JUDICIAIS	18.000,00 CR
Total Do ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	14.872.221,47 CR
IMOBILIZADO	
BENS EM USO/ARRENDADO	
BENS TANGIVEIS	116.773.999,52 CR
BENS INTANGIVEIS	9.266,55 CR
EQUIP. VEICULOS E DEPT. DE DISTRIBUIC	21.653,40 CR
DEPRECIACOES ACUMULADAS	
DEPRECIACOES	40.319.499,22 CR
DEPR.DOS BENS DE TERCEIROS	3.603,41 CR
REDUTORA CORREC. (CPC 13)	39.866.809,92 CR
ATIVO DIFERIDO	
DESPESAS DIFERIDAS	
DESPESAS PRE OPERACIONAIS	699.615,39 DB
AMORTIZACAO ACUMULADA DO DIFERIDO	537.615,39 CR
Total Do ATIVO PERMANENTE	108.824.651,55 CR
Total ATIVO	141.568.268,45 CR

AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 04.426.955/0001-00
Emissão Em: 31/12/2015 | IE: 367194559115
Sistema Integrado | Valores | Folha: 3

(A) PASSIVO

PASSIVO

OBRIGACOES A CURTO PRAZO

FORNECEDORES

FORNECEDORES NACIONAIS 11.372.656,16 CR

EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC 69.177.848,31 CR

BANCOS CONTA TRANSITORIA 417.268,84 CR

OBRIGACOES TRABALHISTAS

FGTS A RECOLHER 308.013,35 CR

PROVISOES SOCIAIS A PAGAR 3.844.856,05 CR

PROVISOES TRABALHISTAS 1.783.853,84 CR

OBRIGACOES TRIBUTARIAS

IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER 286.553,68 CR

IMPOSTOS E CONTRIB. A RECOLHER 2.696.947,33 CR

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CLIENTES NACIONAIS 7.776.395,50 CR

OUTRAS OBRIGACOES

CONTAS A PAGAR 9.048.558,28 CR

Total Ex: PASSIVO CIRCULANTE 69.223.997,96 CR

EXIGIVEL A LONGO PRAZO

OBRIGACOES A LONGO PRAZO

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS 58.277.377,59 CR

CONTA CORRENTE - ATIVO 12.163.759,20 CR

IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO 15.429.826,86 CR

CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA 5.555.417,67 CR

OBRIGACOES CIVEIS 529.746,38 CR

OBRIGACOES TRABALHISTAS 147.111,49 CR

OUTRAS PROVISOES 1.683.337,41 CR

Total Ex: PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO 49.697.286,14 CR

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL REALIZADO 35.191.100,56 CR

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCRO

RESERVA LEGAL 141.816,51 CR

RESULTADOS ACUMULADOS

LUCROS / PREJUIZOS

LUCROS / PREJUIZOS 11.305.300,96 CR

APURACAO DE RESULTADOS

RESULTADO DO EXERCICIO 22.414.972,03 CR

Total Ex: PATRIMONIO LIQUIDO 69.248.384,33 CR

Total: PASSIVO 141.569.768,64 CR

DARIO S/A.

AGUAS DO RIO DISTRIBUIDORA DE RESERVAS DE AGUA E ESGOTO S.A

EXERCICIO DE 31/12/2015

CNPJ: 00.000.000/0001-00

Folha: 001

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO EM 31/12/2015

3.1.00 - RECEITA BRUTA

3.1.01 - RECEITAS DE VENDAS NO PAIS

3.1.01.1 - RECEITA COM PRESTACAO DE SERVICOS

3.1.01.1.0001 - RECEITA DE AGUA - RESIDENCIAL	3.077.000,00 CR
3.1.01.1.0002 - RECEITA DE AGUA - COMERCIAL	1.450.000,00 CR
3.1.01.1.0003 - RECEITA DE AGUA - INDUSTRIAL	915.017,20 CR
3.1.01.1.0004 - RECEITA DE AGUA - ORGAOS PUBLICOS	420.000,00 CR
3.1.01.1.0005 - RECEITA DE AGUA - COMERCIO	62.117,55 CR
3.1.01.1.0006 - RECEITA DE AGUA - RESIDENCIAL E COMERCIO	99.000,45 CR
3.1.01.1.0007 - RECEITA DE AGUA - ANVISA/2005	1.413.000,00 CR
3.1.01.1.0008 - RECEITA DE AGUA - OUTROS	7.000,00 CR
3.1.01.1.0009 - RECEITA DE AGUA - OUTROS	1.000.000,00 CR
3.1.01.1.0010 - RECEITA DE AGUA - INDUSTRIAL - RESIDENCIAL	2.000.000,00 CR
3.1.01.1.0011 - RECEITA DE AGUA - COMERCIO - RESIDENCIAL	1.014.000,00 CR
3.1.01.1.0012 - RECEITA DE SERV. EXECUTIVO - ORGAOS PUBL.	200.000,00 CR
3.1.01.1.0013 - RECEITA DE SERV. EXECUTIVO - RESIDENCIAL	309.000,00 CR
3.1.01.1.0014 - RECEITA DE SERV. EXECUTIVO - LIXO	20.000,00 CR
3.1.01.1.0015 - RECEITA DE SERV. EXECUTIVO - ANVISA	20.000,00 CR
3.1.01.1.0016 - RECEITA DE SERV. EXECUTIVO - OUTROS	5.000,00 CR

10.000.000,00 CR

RECEITA BRUTA OPERACIONAL ..... 10.000.000,00 CR

3.2.00 - DEDUCOES DA RECEITA BRUTA

3.2.01 - IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE VENDAS

3.2.01.1.0001 - ICMS	1.100.000,00 DB
3.2.01.1.0002 - PIS	200.000,00 DB

1.300.000,00 DB

RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA ..... 8.700.000,00 CR

3.3.00 - CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

3.3.01 - CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

3.3.01.1.0001 - ICMS	99.000,00 DB
3.3.01.1.0002 - MATERIAIS	10.000,00 DB
3.3.01.1.0003 - PIS	1.000,00 DB
3.3.01.1.0004 - COFINS	2.000,00 DB
3.3.01.1.0005 - DEPRECIACAO	100.000,00 DB
3.3.01.1.0006 - SALARIOS E ORDENADOS	500.000,00 DB
3.3.01.1.0007 - ALUGUEIS - IMOVEIS	10.000,00 DB
3.3.01.1.0008 - ALUGUEIS - MOVEIS	15.000,00 DB
3.3.01.1.0009 - MANUTENCAO	100.000,00 DB
3.3.01.1.0010 - TARIFA DE ESGOTO	100.000,00 DB
3.3.01.1.0011 - ELETRICIDADE	100.000,00 DB
3.3.01.1.0012 - OUTROS CUSTOS	55.000,00 DB

DIÁRIO GERAL

AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO S.A

CNPJ 09.[illegible]/0001-30

IE 367194686195

Emissão: [illegible]

Folha 002

5.1.1 - Custos dos Produtos Vendidos

5.1.1.1 - Custos com Pessoal Direto

[illegible]

[illegible]

5.1.1.1 - Despesas Diversas

4[illegible] - Combustíveis e Lubrificantes	[illegible]
4[illegible] - Descontos de Mercadorias / Duplicatas	[illegible]
4[illegible] - Depreciação de Imóveis de Terceiros	[illegible]
4[illegible] - Depreciação e Reparação de Veículos	[illegible]
4[illegible] - Depreciações e Perdas Máquinas Equipamentos	[illegible]
4[illegible] - Despesas com Copa e Cozinha	[illegible]
4[illegible] - Diversos	[illegible]
4[illegible] - Energia Elétrica	[illegible]
4[illegible] - Fretes e Outras Taxas Aduaneiras	[illegible]
4[illegible] - Informática - Hardware e Software	[illegible]
4[illegible] - Manutenção de Máquinas	[illegible]
4[illegible] - Material de Limpeza	[illegible]
4[illegible] - Material de Manutenção	[illegible]
4[illegible] - Serviços de Terceiros	[illegible]
4[illegible] - Telefone, Internet e Comunicação	[illegible]
4[illegible] - Vale Transporte	[illegible]
4[illegible] - Água e Esgoto	[illegible]
4[illegible] - Aluguéis e Arrendamentos	[illegible]
4[illegible] - Aplicação Financeira	[illegible]
4[illegible] - Cessão Direito Creditório Fundo	[illegible]
4[illegible] - Juros Financiamentos	[illegible]
4[illegible] - Multas Indedutíveis	[illegible]
4[illegible] - Outras Despesas Financeiras	[illegible]
4[illegible] - Seguros	[illegible]
4[illegible] - Taxas Diversas	[illegible]
4[illegible] - Variação Cambial Passiva	[illegible]
4[illegible] - Despesas com Pessoal	[illegible]
4[illegible] - Despesas com Refeições	[illegible]
4[illegible] - Despesas com Viagens	[illegible]
4[illegible] - Despesas Financeiras	[illegible]
4[illegible] - Despesas Gerais	[illegible]
4[illegible] - Despesas Indedutíveis	[illegible]
4[illegible] - Despesas Tributárias	[illegible]
4[illegible] - Despesas Tributárias Indedutíveis	[illegible]
4[illegible] - Despesas Tributárias Indedutíveis - IPI	[illegible]
4[illegible] - Juros Passivos	[illegible]
4[illegible] - Outras Despesas	[illegible]
4[illegible] - Depreciações	[illegible]

[illegible]

[illegible]

5.1.1.2 - Custos com Pessoal Indireto

[illegible]

5.1.2 - Custos com Pessoal Terceiro

[illegible]

5.1.3 - Custos com Pessoal Próprio

[illegible]

5.1.4 - Custos com Pessoal Terceiro

[illegible]

GRAFICO - MENSAL

AGUAS DE RIO PRETO SERVICOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL SPE LTDA

CNPJ: 09.488.180/0001-09

DATA: 15/08/2016

EXERCICIO: 2016

PAG: 005

4.1.2 - CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

4.1.2.1 - CUSTOS COM PESSOAL (ADMINISTRATIVO)

SALARIOS	49.500,00 CR
ENCARGOS SOCIAIS	2.331,27 CR
PROVISÕES DE FÉRIAS	11.000,00 CR
FGTS	4.215,27 CR
PROVISÃO 13º SALÁRIO	458,33 CR
PROVISÃO ENCARGOS	254.550,77 CR
SEGUROS CONTRA ACIDENTES PESSOAIS	2.750,22 CR
VALE ALIMENTAÇÃO	5.376,08 CR
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	17.500,00 CR

343.681,84 CR

4.1.3 - CUSTOS DEPRECIAÇÃO

DEPRECIAÇÃO DE REDES,LINHAS E OUTROS	15.012,50 CR
DEPRECIAÇÃO DE VEICULOS	749,00 CR
DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFO	1.541,54 CR
DEPRECIAÇÃO DE MAQUINAS, FERRAM	131.197,91 CR
DEPRECIAÇÃO, PARA MAQUINAS E FERRAM	17.166,66 CR
DEPRECIAÇÃO DE EDIFICIOS	166,92 CR
DEPRECIAÇÃO DA CONSTRUÇÃO E POÇO	251.229,50 CR
DEPRECIAÇÃO MOBILIARIO	1.250,00 CR
DEPRECIAÇÃO, EQUIP. COMUNICAÇÃO	37.500,00 CR
AMORT. DIREITO USO IMÓVEL NAO DE USINA TERMOELÉTRICA	25.000,00 CR
DEPRECIAÇÃO APLIC. TRATAMENTO AGUA	315.833,34 CR

1.849.656,31 CR

CUSTOS (VALOR) DOS PRODUTOS VENDIDOS ..... 2.193.338,15 CR

4.1.5 - DESPESAS OPERACIONAIS

4.1.10 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

AGUA	4.029,60 DB
ALUGUEIS DE PREDIOS	31.462,44 DB
ASSINATURAS DE JORNAIS E PERIODICOS	44.000,00 DB
COMISSÕES	45.781,26 DB
DESPESAS TELEFONE	151.000,00 DB
ENERGIA ELETRICA	2.622.000,00 DB
FRETES	161.180,00 DB
DESPESAS COM VIAGENS	33.413,20 DB
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	999,15 DB
DESPESAS COM LIMPEZA E TRANSPORTES	111,66 DB
DIVERSOS	31.141,16 DB
MATERIAIS DE EXPEDIENTE	43.991,10 DB
SEGUROS	134.519,66 DB
DESPESAS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	47.114,30 DB
DESPESAS PUBLICIDADE	31.416,70 DB
DESPESAS COM SERVIÇOS TERCEIROS	2.000,00 DB
MATERIAL DE LIMPEZA	166,66 DB
AGUA	99.180,00 DB
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO	347.310,76 DB
MANUTENÇÃO DE VEICULOS	5.333,15 DB
OUTROS	2.453,00 DB
DESPESAS COM AQUISIÇÃO PEQUENO VALOR	7.500,00 DB

DIÁRIO OFICIAL

AGUAS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

BALANCETE GERAL - 31/12/2018

CNPJ: 08.466.909/0001-00

Folha: 001

BALANCO PATRIMONIAL

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO S.A

Exercício findo em 31/12/2015

CNPJ 06.995.480/0001-30

Página 005

4.1.1 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

4.1.1.1 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

3.01.01 - RECEITA BRUTA DOS SERVIÇOS	35,777,251.00	
3.01.02 - DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-107,251.00	
3.01.03 - OUTRAS	497,909,251.00	
3.01.04 - CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-538,674,251.00	
3.02 - RESULTADO BRUTO		9,319,951,251.00
3.03 - DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		
3.03.01 - DESPESAS COM VENDAS	-7,151,251.00	
3.03.02 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	-47,251.00	
3.04 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		-1,551,251.00
3.05 - RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		9,318,351,251.00
3.06 - RESULTADO FINANCEIRO		
3.06.01 - RECEITAS FINANCEIRAS	1,251.00	
3.06.02 - DESPESAS FINANCEIRAS	-251.00	
3.07 - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		9,318,351,251.00
3.08 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		
3.08.01 - CORRENTE	-1,251.00	
3.08.02 - DIFERIDO		-1,251.00
3.09 - RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		9,318,351,251.00
3.11 - LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO		9,318,351,251.00
3.99 - LUCRO POR AÇÃO - (REAIS / AÇÃO)		
3.99.01 - LUCRO BÁSICO POR AÇÃO		
3.99.01.01 - ON		1.00
3.99.01.02 - PN		1.00
3.99.02 - LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO		
3.99.02.01 - ON		1.00
3.99.02.02 - PN		1.00

4.1.1.2 - DEMONSTRAÇÃO DOS OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (CONSOLIDADO)

4.01 - LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO	9,318,351,251.00
4.02 - OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	
4.02.01 - PARTICIPAÇÃO NOS OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DE COLIGADAS E CONTROLADAS	
4.02.02 - OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	
4.02.03 - OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	
4.03 - RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADO DO PERÍODO	9,318,351,251.00

4.1.1.3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DA CONTROLADORA

4.01 - LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA DO PERÍODO	9,318,351,251.00
4.02 - OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	
4.02.01 - PARTICIPAÇÃO NOS OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DE COLIGADAS E CONTROLADAS	
4.02.02 - OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	
4.02.03 - OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	
4.03 - RESULTADO ABRANGENTE DA CONTROLADORA DO PERÍODO	9,318,351,251.00

*** CONSOLIDADO A CONTROLADORA NÃO POSSUI BALANÇO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRAÇÕES, PORTANTO NÃO HÁ DADOS A SEREM EXIBIDOS NESTA DATA.

RESPONSÁVEL

DIRETOR

CONTADOR

JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA
CONTADOR

AGESPISA EMPRESA DE SANEAMENTO DO PIAUI — BALANÇO PATRIMONIAL — CNPJ 06.553.422/0001-41

Emitido em: 31/12/2015 — Página: 1

Descrição	Valores
*** ATIVO ***	
ATIVO	
CIRCULANTE	
DISPONÍVEL	
BENS NUMERÁRIOS	
CAIXA GERAL	139.881,99 D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	
BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.441.604,68 D
TÍTULOS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS-FAF	819.080,96 D
CLIENTES E OPERAÇÕES A RECEBER	
OUTRAS RECEITAS/AÇÕES SOCIAIS	1.860.072,00 CR
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	
VALORES A RECEBER	
Contas não Faturadas	12.049.267,91 D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS-FDS	664.102,80 D
IMPOSTOS A RECUPERAR	34.528,98 D
ADIANTAMENTO FUNCIONÁRIOS	1.666.502,74 D
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	13.600,00 CR
CRÉDITOS DIVERSOS	172.217,16 D
PROVISÃO DEVEDORES	6.611.608,16 CR
ESTOQUES	
PRODUTOS/MERCADORIAS	613.607,61 D
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	
DESPESAS ANTECIPADAS	
DESPESAS	106.803,79 D
IMOBILIZADO	
BENS DO IMOBILIZADO	
DESAPROPRIAÇÕES	319.603,44 D
BENFEITORIA EM BENS DE TERCEIROS	10.000,00 D
BENFEITORIA IMOBILIZADO EM CURSO	116.288.812,63 CR
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	
EQUIPAMENTOS VEÍCULOS E SISTEMAS DE COM	8.400,00 CR
DESAPROPRIAÇÕES	203.060,41 CR
ATIVO INTANGÍVEL	
ATIVO INTANGÍVEL	149.665.673,27 D
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS ATIVO INTANGÍV	31.378.277,78 CR
Total De: ATIVO CIRCULANTE	19.615.858,03 D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	
DEPÓSITOS JUDICIAIS	148.351,35 D
CRÉDITOS DIVERSOS	6.846.412,56 CR
IMPOSTOS A RECUPERAR	1.870.316,36 D
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	11.914.917,40 D
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA	5.729.046,75 D

AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ: 03.855.082/0001-50

Emissão Em: 31/12/2016 | IE:359948620115

Página: 2

Descrições	Valores
*** ATIVO ***	
DEPOSITOS JUDICIAIS	10.603,00 D
Total Do ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	14.823.221,43 D
IMOBILIZADO	
BENS DO IMOBILIZADO	
BENS TANGIVEIS	119.273.695,52 D
BENS INTANGIVEIS	103,90 D
OBRAS, PROJETOS E SERV. DE CONTROLE	21.350,46 D
DEPRECIACOES ACUMULADAS	
DEPRECIACOES	56.117.038,31 C
PERDA POR BENS DE TERCEIROS	2.452,13 C
REDUTORA DIFERIDO - EXISTE	59.909.832,99 C
ATIVO DIFERIDO	
DESPESAS DIFERIDAS	
DESPESAS PRE OPERACIONAIS	906.644,70 D
AMORTIZACAO ACUMULADA DIFERIDO	643.719,59 C
Total Do ATIVO PERMANENTE	80.710.705,69 D
Total ATIVO	130.068.971,16 D

AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ: 03.456.388/0001-56

Exercicio Em: 31/12/2016 | IE: 367.194.828.113

Pagina: 5

Descricao	Valores	
*** PASSIVO ***		
PASSIVO		
OBRIGACOES A CURTO PRAZO		
FORNECEDORES		
FORNECEDORES NACIONAIS	11.031.463,10 CR	
EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC	5.037.456,81 CR	
BANCOS CONTA TRANSITORIA	617.200,04 CR	
OBRIGACOES TRABALHISTAS		
FOLHA PAGAMENTO EMPREGADOS	350.212,36 CR	
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	3.846.559,72 CR	
PROVISOES TRABALHISTAS	1.759.613,84 CR	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	200.822,45 CR	
IMPOSTOS E CONTRIB. A RECOLHER	2.384.347,22 CR	
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES		
CLIENTES ADIANTADOS	2.170.056,55 CR	
OUTRAS OBRIGACOES		
CONTAS A PAGAR	6.838.836,86 CR	
Total Do PASSIVO CIRCULANTE		33.325.167,98 CR
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
OBRIGACOES A LONGO PRAZO		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	23.277.372,71 CR	
CONTA CORRENTE - MUTUO	14.063.599,20 CR	
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	13.403.370,88 CR	
CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDA	4.825.417,37 CR	
OBRIGACOES CIVEIS	529.745,35 CR	
CONTINGENCIAS TRABALHISTAS	147.102,93 CR	
DIVERSOS PROPRIETARIOS	1.409.931,41 CR	
Total Do PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO		58.657.539,15 CR
CAPITAL SOCIAL		
CAPITAL SOCIAL		
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	35.158.130,00 CR	
RESERVAS DE LUCRO		
RESERVAS DE LUCRO		
RESERVA LEGAL	161.016,66 CR	
RESULTADOS ACUMULADOS		
LUCROS / PREJUIZOS		
LUCROS / PREJUIZOS	33.629.975,66 DB	
APURACAO DE RESULTADOS		
RESULTADO DO EXERCICIO	11.321.071,29 DB	
Total Do PATRIMONIO LIQUIDO		9.626.722,93 DB
Total PASSIVO		82.355.984,19 CR

DIÁRIO GERAL

ÁGUAS DO RIO EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO SA

PERÍODO: DE 01/01/2015 A 31/12/2015

CNPJ: 06.055.126/0001-38

I.E.: 367.046.000.115

Folha 997

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2015

5.01.10 - RECEITA BRUTA

5.01.10.01.01 - VENDA DE MERCADORIAS ..... 1.207.577.25 D

5.04.01 - DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

5.04.01.01.01 - ICMS SOBRE VENDAS ..... 1.207.577.25 D

5.05.01 - CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

5.05.01.01 - CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

5.05.01.01.01 - CUSTO DE AQUISIÇÃO 1.207.577.25 D

5.05.01.02 - DEDUÇÕES DOS PRODUTOS VENDIDOS

5.05.01.02.01 - ICMS SOBRE COMPRAS 1.207.577.25 D

5.05.01.03 - CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS

5.05.01.03.01 - CUSTO DE AQUISIÇÃO 1.207.577.25 D

5.05.01.03.02 - ICMS SOBRE COMPRAS 1.207.577.25 D

5.05.01.04 - CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

5.05.01.04.01 - CUSTO DE AQUISIÇÃO 1.207.577.25 D

5.05.01.04.02 - ICMS SOBRE COMPRAS 1.207.577.25 D

5.05.01.05 - CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

5.05.01.05.01 - CUSTO DE AQUISIÇÃO 1.207.577.25 D

5.05.01.05.02 - ICMS SOBRE COMPRAS 1.207.577.25 D

5.05.01.06 - CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

COMPANHIA DE EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO | BALANÇO PATRIMONIAL | CNPJ: 86.[illegible]/0001-30

Gestão: De 2008/2011 | 4[illegible]

Página: 7

Descrição	Valores
ATIVO	
ATIVO	
DISPONÍVEL	
BENS NUMERÁRIOS	
CAIXA GERAL	123.891,26 CR
BANCOS CONTA MOVIMENTO	
BANCOS CONTA MOVIMENTO	7.447.694,20 CR
TÍTULOS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS TD	519.565,35 CR
CLIENTES E OPERAÇÕES A RECEBER	
OUTROS RECURSOS ARRECADADOS	1.920.972,40 CR
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	
VALORES A RECEBER	
CLIENTES NACIONAIS	12.949.287,91 CR
APLICAÇÕES FINANCEIRAS RCB	881.490,65 CR
IMPOSTOS A RECUPERAR	14.525,00 CR
ALIENAMENTO INTERDEPENDENTES	1.966.302,76 CR
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	11.000,00 CR
OUTROS CRÉDITOS	122.213,76 CR
PRECATÓRIO DEVEDORES	2.911.251,10 CR
ESTOQUES	
PRODUTOS ALMOXARIFADO GERAL	615.700,52 CR
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	
DESPESAS ANTECIPADAS	
DESPESAS	109.202,70 CR
IMOBILIZADO	
BENS DO IMOBILIZADO	
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	349.913,00 CR
BENFEITORIA EM BENS DE TERCEIROS	10.000,00 CR
REDUTORA IMOBILIZADO - ATIVOS	1.10.365.013,00 CR
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	
EQUIPAMENTOS VEÍCULOS E SISTEMAS DE COM	9.000,00 CR
DEPRECIAÇÕES	519.955,34 CR
ATIVO INTANGÍVEL	
ATIVO INTANGÍVEL	145.561.879,27 CR
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA ATIVO INTANGÍV	21.276.277,58 CR
Total do ATIVO CIRCULANTE	16.914.038,18 CR
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	
DEPÓSITOS JUDICIAIS	149.251,27 CR
OUTROS CRÉDITOS	8.828.432,95 CR
IMPOSTOS A RECUPERAR	1.655.310,56 CR
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	15.916.047,40 CR
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA	5.729.945,79 CR

AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ: 03.468.165/0001-35

Emissão Em: 30/09/2017 | Folha: 2

Descrição	Valores	
*** ATIVO ***		
DEPOSITOS JUDICIAIS	15.000,00 CR	
Total De: ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO		14.895.281,40 CR
Ativo Não Circulante		
BENS DE PROPRIEDADE		
BENS TANGIVEIS	116.972.298,52 CR	
BENS INTANGIVEIS	191,91 CR	
ESTOQUE - MATERIAIS E PEÇAS DE MANUTENÇÃO	21.000,00 CR	
DEPRECIACOES ACUMULADAS		
DEPRECIACOES	50.117.072,94 DB	
BENS TANGIVEIS DE TERCEIROS	3.591,00 DB	
AMORTIZACAO ACUMULADA	28.994.020,49 DB	
ATIVO DIFERIDO		
DESPESAS DIFERIDAS		
DESPESAS PRE OPERACIONAIS	885.814,38 DB	
AMORTIZACAO ACUMULADA DIFERIDO	517.430,38 DB	
Total De: ATIVO PERMANENTE		88.779.761,00 CR
Total: ATIVO		103.675.042,40 CR

AGUAS DE ITU SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECIFICO S/A | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ: 09.450.[illegible]/0001-30

Emitido Em 30/09/2017 | 02/07/1948251115

Filial: 3

Descricao | Valores

*** PASSIVO ***

PASSIVO

OBRIGACOES A CURTO PRAZO

FORNECEDORES

FORNECEDORES NACIONAIS 11.158.221,79 CR

EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NAC 60.171.946,31 CR

BANCOS CONTA TRANSITORIA 417.290,24 CR

OBRIGACOES TRABALHISTAS

FOLHA PAGAMENTO ENCARGOS 569.312,38 CR

ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR 2.644.229,03 CR

PROVISORIO TRABALHISTAS 1.859.819,61 CR

OBRIGACOES TRIBUTARIAS

IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER 220.607,46 CR

IMPOSTOS E CONTRIB. S/ RECEITA 2.966.340,22 CR

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CLIENTES NACIONAIS 3.379.295,45 CR

OUTRAS OBRIGACOES

DESPESAS A PAGAR 8.640.259,05 CR

Total do PASSIVO CIRCULANTE 96.348.486,67 CR

EXIGIVEL A LONGO PRAZO

OBRIGACOES A LONGO PRAZO

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS 20.272.731,77 CR

CONTA CONSIGNATS. - MUTUO 14.183.759,20 CR

DEPOSITO DE TERCEIROS CAUCAO 10.824.379,56 CR

CONTINGENCIAS SOCIAIS DIVERSAS 4.932.311,07 CR

CONTINGENCIAS CIVEIS 393.746,33 CR

CONTINGENCIAS TRABALHISTAS 147.117,09 CR

DIVERSOS PROPOSITO 1.493.990,41 CR

Total do PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO 96.857.226,14 CR

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL

CAPITAL SOCIAL REALIZADO 35.159.115,39 CR

RESERVAS DE LUCRO

RESERVAS DE LUCRO

RESERVA LEGAL 141.955,65 CR

RESULTADOS ACUMULADOS

LUCROS / PREJUIZOS

LUCROS / PREJUIZOS 46.467.307,31 CR

APLICACAO DE RESULTADOS

RESULTADO DO EXERCICIO 0,00

Total do PATRIMONIO LIQUIDO 81.768.378,35 CR

Total PASSIVO 193.376.018,20 CR

AGUAS DE ITU SOCIEDADE DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO | BALANCO PATRIMONIAL | CNPJ: 59.456.189/0001-09

Exercício Em 30/06/2017 | Página: 9

Descrição | Valores

*** CONTAS DE RESULTADO ***

CONTAS DE RESULTADO	
RESULTADO OPERACIONAL	
CUSTO DOS PRODUTOS/MERCADORIAS	
DESPESAS GERAIS	92.134,00
DESPESAS OPERACIONAIS	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	22.806,00
Total de CONTAS DE RESULTADOS	22.806,00
Total CONTAS DE RESULTADO	22.806,00

DIÁRIO OFICIAL

ACESSO DE PIAUÍ EXPLORADORA DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO S.A

Exercício: EM 30/06/2017

CNPJ: 08.[illegible]/0001-00

Página: 681

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 30/06/2017

[illegible]

[illegible]

[illegible]

ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(22.615)	(14.052)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	10.502	10.530
Baixa do valor residual de ativo		-
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa		-
Impostos diferidos		(7.379)
Provisão para contingências		-
Juros sobre empréstimos	6.714	8.683
	(5.399)	(2.218)
Contas a receber	(2.658)	1.388
Estoques	(77)	292
Impostos a recuperar	66	109
Despesas antecipadas	30	(131)
Outros recebíveis	(1.236)	(349)
Depósitos judiciais	1.396	(864)
Fornecedores e outras contas a pagar	5.859	11.135
Obrigações trabalhistas e sociais	2.155	3.682
Obrigações fiscais	1.083	1.328
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	623	12.749
Aquisições de intangível	(7.369)	(17.357)
Adições ao imobilizado	(168)	(4)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(7.537)	(17.361)
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Aumento de capital		-
Empréstimos e financiamentos	25.278	(00.844)
Pagamento de empréstimos - juros e principal		(12.154)
Partes relacionadas	(15.354)	15.232
Fluxo de caixa decorrentes das atividades financeiras	9.928	3.939
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.010	(673)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	218	891
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.228	218
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.010	(673)

Fernando Antônio Bertin
CPF: 003.854.338-75

ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(11.807)	(22.419)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	11.306	10.508
Baixa do valor residual de ativo		
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa		
Impostos diferidos	(1)	
Provisão para contingências		
Juros sobre empréstimos		6.714
	-	(5.193)
Contas a receber		(2.858)
Estoques		(77)
Impostos a recuperar	1	66
Despesas antecipadas		30
Outros recebíveis		(1.206)
Depósitos judiciais		1.396
Fornecedores e outras contas a pagar		5.255
Obrigações trabalhistas e sociais		2.155
Obrigações fiscais		1.883
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	1	623
Aquisições de imobilizado		(2.369)
Adições ao intangível	(1)	(168)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(1)	(2.537)
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Aumento de capital		
Empréstimos e financiamentos		25.278
Pagamento de empréstimos - juros e principal		
Partes relacionadas		(15.354)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	-	9.924
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	8.010
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.228	218
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.228	3.228
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	3.010

Fernando Antônio Berti
CPF: 091.854.238-76

ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO AS

Projeção de fluxo de caixa

Período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018

Valores em Reais

		PROJETADO
	Fluxo ADI	01/07/17 a 30/06/18
	Saldo Inicial	0,00
E	1 - ENTRADAS	
E	Parcelamento	0,00
E	Recuperação de Despesa Diversas	0,00
E	Devoluções Diversas	0,00
E	Outras	0,00
E	TOTAL ENTRADAS OP	0,00
S	2 - SAÍDAS	
S	Fornecedores Diversos	0,00
S	Consultoria	0,00
S	Serviço 3º	0,00
S	Manutenção	0,00
S	Energia	0,00
S	Arrendamento / Aluguel	0,00
S	Telefone	0,00
S	Seguro	0,00
S	Salários / Encargos Sociais	0,00
S	Impostos e Taxas	0,00
S	TOTAL SAÍDAS OP	0,00
	3 - SUPERAVIT / DEFICIT OPERACIONAL	0,00
S	Investimento	0,00
E	Desinvestimentos	0,00
	4 - SUPERAVIT / DEFICIT TOTAL	0,00
S	5 - DESEMBOLSOS FINANCEIROS	
S	Amort_Princ_Finam.	0,00
S	Amort_Princ_Gto	-1.456.946,28
S	Amort_Juros	-299.276,17
S	Desp/Tarifas/Prêmio	0,00
S	Financiamentos atrasados	-71.446.922,64
S	TOTAL DESEMBOLSO FINANCEIRO	-73.165.345,09
	6 - SOBRANTE / FALTANTE	-73.165.345,09
E	7 - FONTES DE FINANCIAMENTOS	
E	Impr_Sist	0,00
E	TOTAL FONTES FINANCIAMENTO	0,00
E	8 - Aplicações / Resgates	
E	Resgate Aplicação	0,00
	SALDO DO DIA	-73.165.345,09
E	9 - Mútuo	
E	Entradas entre Empresas	0,00
S	Saídas entre Empresas	0,00
	CAIXA FINAL	-73.165.345,09
	Sem Classificação	
	SALDO FINAL	

João Gonzalo Dominguez
RG: [illegible]
Procurador

Fernando Antonio Berlin
CPF: 001.854.228-76

GAETANO BURTOLAN BARROS
CRC 1SP220669/O-5

Re: Pareceres de auditoria

Romina Lima

ter 22/08/2017 16:16

Para: Gustavo Bortolan Martins <gustavo.bortolan@csclhb.com.br>; RJ Grupo Heber <rjgrupoheber@twk.com.br>; rjheber@contern.com.br <rjheber@contern.com.br>; Rodrigo Miranda <rodrigo.miranda@csclhb.com.br>; Adriano Corrêa <adriano.correa@bdobrazil.com.br>; Mauro Johashi <mauro.johashi@bdobrazil.com.br>; Mayra Mayumi <mayra.mayumi@bdobrazil.com.br>; Mateus Kessler <mateus.kessler@bdobrazil.com.br>; Nathalie Wittmaack <nathalie.wittmaack@bdobrazil.com.br>; Beatriz Novaes <beatriz.novaes@hslaw.com.br>;

Obrigado!

Abs,

Romina Lima
Diretora/Director - Valuation and Business Analytics
BDO Brazil
romina.lima@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
01050-030 - São Paulo, SP
Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada.
Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas.
Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information.
If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited.
If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

P Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: Gustavo Bortolan Martins <gustavo.bortolan@csclhb.com.br>
Enviado: terça-feira, 22 de agosto de 2017 16:12
Para: Romina Lima; RJ Grupo Heber; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda; Adriano Corrêa; Mauro Johashi; Mayra Mayumi; Mateus Kessler; Nathalie Wittmaack; Beatriz Novaes
Assunto: RES: Pareceres de auditoria

Romina,

Eu peguei só os quadros, os nomes são praticamente idênticos, segue o relatório completo.

Att,

Gustavo Bortolan
Controladoria | 55 (14) 3511-1269
Accounting

Centro de Serviços Compartilhados - Lins
Rua Xavantes, 106 • Xingu • 16400-390 • Lins-SP

De: romina.lima@bdobrazil.com.br [mailto:romina.lima@bdobrazil.com.br]
Enviada em: terça-feira, 22 de agosto de 2017 16:09
Para: Gustavo Bortolan Martins; RJ Grupo Heber; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda; Adriano Corrêa; Mauro Johashi; Mayra Mayumi; Mateus Kessler; Nathalie Wittmaack; Beatriz Novaes
Assunto: Re: Pareceres de auditoria

Olá Gustavo,

O documento enviado da Contern não inclui o parecer da auditoria. Só mostra as tabelas, não a opinião emitida.

Precisamos do parecer da auditoria, por favor.

Obrigado.

Romina Lima
Diretora/Director - Valuation and Business Analytics
BDO Brazil
romina.lima@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
01050-030 - São Paulo, SP
Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada.
Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas.
Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information.
If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited.
If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

P Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: Gustavo Bortolan Martins <gustavo.bortolan@csclhb.com.br>
Enviado: terça-feira, 22 de agosto de 2017 15:50
Para: Romina Lima; RJ Grupo Heber; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda; Adriano Corrêa; Mauro Johashi; Mayra

Mayumi; Mateus Kessler; Nathalie Wittmaack; Beatriz Novaes
Assunto: RES: Pareceres de auditoria

Boa tarde Romina,

Segue o parecer da Contern 2014 e 2015. O parecer de 2016 está na revisão final, o Everton Marcelino está cobrando o mesmo junto à revisão de texto.

A Heber de 2016 também está em revisão do sócio. A Compacto foi auditada, porém sem emissão e relatório em 2016.

A Águas de Itu estava sob intervenção municipal, somente agora estamos retomando o CNPJ. Desta forma, a mesma não foi auditada em 2015 e 2016.

A Comapi não foi auditada nos exercícios citados.

Qualquer dúvida, estamos a disposição.

Att,

Gustavo Bortolan
Controladoria | 55 (14) 3511-1269
Accounting

CSCL

Centro de Serviços Compartilhados - Lins
Rua Xavantes, 106 • Xingu • 16400-390 • Lins-SP

De: romina.lima@bdobrazil.com.br [mailto:romina.lima@bdobrazil.com.br]
Enviada em: terça-feira, 22 de agosto de 2017 15:36
Para: RJ Grupo Heber; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda; Gustavo Bortolan Martins; Adriano Corrêa; Mauro Johashi; Mayra Mayumi; Mateus Kessler; Nathalie Wittmaack; Beatriz Novaes
Assunto: Re: Pareceres de auditoria

Olá Rodrigo,

Após análise preliminar verificamos que estão pendentes os pareceres de auditoria das demonstrações contábeis das seguintes empresas:
- Contern (2014, 2015, 2016).
- Heber (2016).
- Compacto (2016).
- Águas de Itu (2015, 2016).
- Comapi (confirmar que não é auditada, se for o caso).

Você poderia nos enviar os mesmos, por gentileza?

Muito obrigado!

Abs,

Romina Lima
Diretora/Director - Valuation and Business Analytics
BDO Brazil
romina.lima@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
01050-030 - São Paulo, SP
Brasil

Tel: +55 (11) 3848 5880
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada.
Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas.
Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information.
If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited.
If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

P Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: Romina Lima
Enviado: terça-feira, 22 de agosto de 2017 15:16:13
Para: RJ Grupo Heber; rjheber@contern.com.br; Rodrigo Miranda; gustavo.bortolan@csclhb.com.br; gustavo.bortolan@csclhb.com.br; Adriano Corrêa; Mauro Johashi; Mayra Mayumi; Mateus Kessler; Nathalie Wittmaack; Beatriz Novaes
Assunto: Enc: Pareceres de auditoria

Olá Rodrigo,

Foi agendado um call hoje as 17h para alinhamento de dúvidas. Você está no grupo de e-mails, correto? Imagino que deve ter recebido o dial-in a poucos minutos. Podemos alinhar durante o call?

Obrigado pelos documentos enviados.

Att.,

Romina Lima
Diretora/Director - Valuation and Business Analytics
BDO Brazil
romina.lima@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
01050-030 - São Paulo, SP
Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada.
Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas.
Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information.

If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited.
If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

P Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: Rodrigo Miranda <rodrigo.miranda@csclhb.com.br>
Enviado: terça-feira, 22 de agosto de 2017 14:17
Para: Romina Lima
Cc: Renato Fermiano Tavares; Gustavo Bortolan Martins
Assunto: Pareceres de auditoria

Romina, boa tarde.

Seguem em anexo, pareceres de auditoria das empresas recuperadas, conforme controle abaixo:

SPMAR: 2014, 2015 e 2016;
Infra Bertin: 2014, 2015 e 2016;
Heber: 2014 e 2015 (ainda não recebemos o parecer de 2016);
Contern: 2014 e 2015 (ainda não recebemos o parecer de 2016);
Águas de Itu: 2914 (após a intervenção não conseguimos mais auditar a empresas);
Cibe Participações: 2014, 2015 e 2016;
Cibe Investimentos: 2014, 2015 e 2016;
Comapi: Empresa não auditada;
Compacto: 2014 e 2015 (em 2016 ela foi auditada, porém sem amissão de parecer);
Doreta: 2014, 2015 e 2016;

Tentamos contato para esclarecimento sobre o Intangível da SPMAR e diferenças nos balanços em formato excel, não obtivemos êxito.
Caso seja possível, favor entrar em contato através do meu celular (14) 99884-1655.

Grato

Rodrigo Miranda

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação - São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária SPMAR S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária SPMAR S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária SPMAR S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercíciofindo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 04 de fevereiro de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Junior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF 008320/O-5 - S - SP

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.024	50.379
Contas a receber	6	22.406	21.085
Despesas antecipadas		7.643	1.298
Impostos a recuperar		1.257	4.688
Adiantamento a fornecedores	8	322	469
Outras contas a receber		108	107
		43.760	**78.026**
Não circulante			
Depósitos judiciais		6.537	603
Ativos fiscais diferidos	9	107.867	48.110
Aplicações financeiras		-	-
		114.404	**48.713**
Imobilizado	10	16.913	18.715
Intangível	11	3.743.644	3.518.507
		3.760.557	**3.537.222**
		3.874.961	**3.585.935**
Total do ativo		**3.918.721**	**3.663.961**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	74.068	23.499
Fornecedores e outras contas a pagar	13	129.373	127.867
Obrigações trabalhistas e encargos sociais		18.516	14.417
Obrigações fiscais	14	23.198	21.213
Provisão para manutenção	15	3.582	2.080
		248.737	**189.076**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	2.439.434	2.148.695
Provisão para manutenção	15	41.390	27.908
Provisão para contingência	16	2.098	703
Obrigações fiscais	14	15.480	1.166
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	71.288	41.288
		2.569.690	**2.219.760**
Patrimônio líquido	17		
Capital social		1.439.261	1.409.261
Prejuízos acumulados		(338.967)	(154.136)
		1.100.294	**1.255.125**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.918.721**	**3.663.961**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receitas	18	431.299	824.853
Custos dos serviços prestados	19	(351.705)	(743.931)
Resultado bruto		**79.594**	**80.922**
Despesas gerais e administrativas	19	(25.002)	(11.326)
Resultado antes do resultado financeiro		**54.592**	**69.596**
Resultado financeiro	20	(299.180)	(185.073)
Resultado antes dos impostos		(244.588)	(115.477)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrrentes	9	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	59.757	20.952
Resultado do exercício		**(184.831)**	**(94.525)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Resultado do exercício	(184.831)	(94.525)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(184.831)**	**(94.525)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	Capital			Prejuízos	Total do patrimônio
	Subscrito	a integralizar	social	acumulados	líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2014	**882.595**	**(16.805)**	**865.790**	**(59.611)**	**806.179**
Integralização de capital conforme AGE de 03 de outubro de 2014	-	11.035	11.035	-	11.035
Aumento de capital por subscrição de ações conforme AGE de 06 de outubro de 2014	523.314	-	523.314	-	523.314
Aumento de capital por subscrição de ações conforme AGE de 10 de outubro de 2014	9.122	-	9.122	-	9.122
Resultado do exercício	-	-	-	(94.525)	(94.525)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**1.415.031**	**(5.770)**	**1.409.261**	**(154.136)**	**1.255.125**
Aumento de capital por subscrição de ações conforme AGE de 09 de janeiro de 2015	30.000	-	30.000	-	30.000
Resultado do exercício	-	-	-	(184.831)	(184.831)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.445.031**	**(5.770)**	**1.439.261**	**(338.967)**	**1.100.294**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	**(184.831)**	**(94.525)**
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	12.552	12.364
Provisão para manutenção	13.570	7.061
Provisão para contingência	1.395	296
Juros sobre empréstimos e financiamentos	274.788	183.706
Ajuste a valor presente	1.414	-
Impostos diferidos	(59.757)	(20.952)
	59.131	**87.950**
Contas a receber	(1.321)	(5.675)
Impostos a recuperar	3.431	2.116
Despesas antecipadas	(6.345)	3.193
Adiantamento a fornecedores	147	723
Outros recebíveis	(1)	65
Depósitos judiciais	(5.934)	(478)
Fornecedores e outras contas a pagar	1.506	68.769
Obrigações trabalhistas e sociais	4.099	8.041
Obrigações fiscais	16.299	17.311
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**71.012**	**182.015**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	1.228	(17.222)
Aplicações financeiras	-	11.105
Intangível	(237.115)	(662.826)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(235.887)**	**(668.943)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	30.000	-
Aquisição de empréstimos e financiamentos	134.040	436.434
Pagamento de juros e principal de empréstimos	(67.520)	(91.353)
Integralização de capital	30.000	83.641
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamento	**126.520**	**428.722**
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**(38.355)**	**(58.206)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**50.379**	**108.585**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**12.024**	**50.379**
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**(38.355)**	**(58.206)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2007, com a razão social DEFIS – Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Em 19 de novembro de 2010, a DEFIS – Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., por meio da ata da Assembleia Geral de Transformação, aprovou a transformação em sociedade anônima e em 20 de janeiro de 2011, por meio da Ata da Assembleia Geral Extraordinária alterou o seu objeto social, bem como a razão social para Concessionária SPMAR S.A., possibilitando a exploração, mediante concessão onerosa, do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas e construção e exploração do Trecho Leste do Rodoanel.

A Concessionária SPMAR é uma Companhia do Grupo Heber que tem como objeto social a exploração sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário denominado Rodoanel "Mário Covas". A Companhia é responsável pela Administração do Trecho Sul e a construção do Trecho Leste do Rodoanel, no Estado de São Paulo. O direito de explorar o Rodoanel – "Mário Covas" foi concedido por meio de assinatura do Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2011.

Em 10 de março de 2011, a Companhia iniciou suas atividades mediante assinatura do Contrato de Concessão, após liquidar o preço da delegação dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário (concessão onerosa), de R$ 389.308, em 02 de março de 2011.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação de pedágio, sendo facultada à contratante, DER-SP, desautorizar essa arrecadação. Além disso, a Companhia tem o direito de ser remunerada por fontes acessórias de receita, principalmente, receitas decorrentes do uso da faixa de domínio, observadas as restrições constantes no edital.

Trechos da concessão

Rodoanel - Trecho Sul

São 57 km de extensão, mais 4,4 km de interligação com a Av. Papa João XXIII, em Mauá – SP. Seu traçado inicia-se no trevo da Rodovia Régis Bittencourt - no entroncamento com o Trecho Oeste – interligando as Rodovias Anchieta e Imigrantes, além do prolongamento da Avenida Papa João XXIII.

Rodoanel - Trecho Leste

O Trecho Leste possui cerca de 43,5 km e se destina a interligar o Trecho Sul, desde sua ligação com a Av. Papa João XXIII em Mauá, com a Rodovia Presidente Dutra, em Arujá. O traçado percorre o território de seis municípios: Ribeirão Pires, Mauá, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba e Arujá.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo poder concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

A Companhia realizou a integralização de capital de R$1.445.031.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Diretores da Companhia, em 04 de fevereiro de 2016.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 10** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 11** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 9** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 15** - Provisão para manutenção.

3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Principais práticas contábeis adotadas

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia possui o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, os empréstimos e recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação o seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

iii. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Vide Nota Explicativa nº 3 (e).

Os empréstimos e os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia, quando existentes, são incluídos como um componente de caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

v. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

b. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e na Lei nº 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide Nota Explicativa nº 17.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos Acionistas da Companhia.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido, quando aplicáveis, de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Descrição	
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Contratos de concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorrido.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	
Intangível em rodovia	35 anos

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão de manutenção - Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do Contrato de Concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

h. Receitas

Contratos de concessão

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de Contratos de Concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no Contrato de Concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

i. Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

l. Determinação do Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Provisão para manutenções em rodovias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 16,69% a.a;
- A Companhia entende que as contas a receber de clientes e contas a pagar não sofrem impactos significativos de ajuste a valor presente devido à rápida realização de recebimento e pagamento.

3.1. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. LAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1° de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IAS 12 - Income taxes - (alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro)
O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 – Income taxes (CPC 32 – Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1° de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia:** o valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo;
- **Ativos intangíveis:** o valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um Contrato de Concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado. Quando a Companhia recebe um ativo intangível como contraprestação por prestação de serviços de construção em um Contrato de Concessão, a Companhia estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido;
- **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	1	1
Saldos bancários	196	550
Numerário em transito **(a)**	3	3
Fundo de troco **(b)**	1.327	989
Aplicações financeiras **(c)**	10.497	48.836
	12.024	**50.379**

(a) Numerários em trânsito representam as arrecadações em papel moeda durante os últimos dias do mês de dezembro de 2015 que não foram depositadas em tempo hábil em contas correntes da Companhia. Estes montantes são depositados em média de dois a três dias após o recebimento;

(b) Montante mantido em cofres para satisfazer a necessidade de troco para os usuários das rodovias;

(c) Aplicações financeiras junto ao Banco ABC BRASIL remunerada a 100% da variação do CDI, ao Bradesco remunerada a 20% do CDI (Aplicação Automática) e ao Itaú remunerada a 90% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

6. Contas a receber

	31/12/2015	31/12/2014
Títulos a receber	2.181	1.707
Cupons de pedágio a receber	1.000	781
Pedágio eletrônico a receber	19.225	18.597
	22.406	**21.085**

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com empresas de arrecadação eletrônica, para as quais inexiste histórico de inadimplência.
A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2015, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

7. Partes relacionadas

Parte controladora final

A controladora da Companhia é a Cibe Investimentos e Participações S.A. e a controladora final é a Heber Participações S.A.

Operações com pessoal-chave da Administração

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Concessionária SPMAR S.A. remunera seus Administradores, conforme valores demonstrados a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Salários, ordenados e pró-labore	1.269	890
Vale-refeição	70	22
	1.339	**912**

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, fornecimento de vale-refeição e vale-transporte.

Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Vale-refeição	2.996	1.981
Assistência médica	2.442	1.312
Vale-transporte	339	378
Outros	156	72
	5.933	**3.743**

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Intangível - intangível de construção						
Contern Construções e Comércio Ltda. **(a)**	46.241	-	-	-	-	-
Total	**46.241**	**-**	-	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital						
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	-	-	71.288	41.288	-	-
			71.288	**41.288**	-	-
Fornecedores						
Contern Construções e Comércio Ltda. **(a)**	-	-	52.046	-	-	-
	-	-	52.046	-	-	-
Despesas administrativas						
CSCL Assessoria Empresarial Ltda. **(b)**					66	-
JN Serviços de Apoio Administrativo Ltda. **(b)**	-	-	-	-	1.956	2.184
	-	-	-	-	2.022	2.184

(a) Os saldos são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras do Trecho Leste do Rodoanel, o qual será compensado com as notas fiscais de prestação de serviços;
(b) Os valores pagos a CSCL Assessoria Empresarial Ltda. e JN Serviços de Apoio Admonistrativo Ltda. referem-se a serviços de assessoria administrativa contratados.

8. Adiantamento a fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento de viagem	1	60
Adiantamento a empregados	91	4
Adiantamento a fornecedores nacionais	230	405
	322	**469**

9. Ativos e passivos fiscais diferidos

Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Resultado do exercício antes dos impostos	(244.588)	(115.477)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal	(83.160)	(39.262)
Ajuste do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Diferenças temporárias	4.624	1.356
Diferenças permanentes	282	28
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	**(78.254)**	**(37.878)**
Imposto correntes	-	-
Imposto diferido	59.734	20.952
Alíquota efetiva de impostos	**- %**	**- %**

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Provisões diversas	714	239	-	-	475	101
Provisão para manutenção **(a)**	16.117	12.152	-	-	3.965	2.658
Amortização - ICPC01 **(b)**	(19.030)	591	-	-	(19.621)	(10.843)
AVP Provisão de manutenção **(c)**	-	-	(1.322)	(1.698)	376	1
Depreciações - ICPC01 **(e)**	-	-	(6.291)	(1.115)	(5.176)	12.501
Prejuízo fiscal e base negativa (d)	117.679	37.941	-	-	79.738	16.534
Total de impostos diferidos	**115.480**	**50.923**	**(7.613)**	**(2.813)**	**59.767**	**20.952**

(a) As provisões para manutenção são constituídas para honrar compromissos operacionais de manter o nível de serviço adequado. Considera-se para esta provisão a atividade de recapeamento para toda a manta asfáltica que será progressivamente substituída ou melhorada;
(b) Amortização do ativo intangível de concessões não é dedutível na base de apuração do lucro real;
(c) O Ajuste a Valor Presente sobre a provisão para manutenção gera receitas financeiras tributáveis por diferenças temporárias;
(d) Depreciação por regime fiscal excluída para fins de apuração do lucro real;

De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, a Companhia reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2015 Líquido	31/12/2014 Líquido
Imobilizado da Administração	10% a 20%-	19.104	(2.191)	16.913	18.715
		19.104	**(2.191)**	**16.913**	**18.715**

Movimentação do custo

	01/01/2014	adições	31/12/2014	Adições/ (baixas)	31/12/2015
Imobilizado da Administração	3.110	17.228	20.332	(1.228)	19.104
	3.110	**17.228**	**20.332**	**(1.228)**	**19.104**

Movimentação da depreciação acumulada

	01/01/2014	Adições	31/12/2014	Adições	31/12/2015
Imobilizado da Administração	(1.062)	(555)	(1.617)	(574)	(2.191)
	(1.062)	**(555)**	**(1.617)**	**(574)**	**(2.191)**

11. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	31/12/2015 Líquido	31/12/2014 Líquido
Intangível de construção	2,86%	3.403.332	(1.955)	3.401.377	3.168.072
Intangível de outorga	2,86%	389.308	(53.762)	335.546	346.670
Software	2,86%	7.361	(640)	6.721	3.765
		3.800.001	**(56.357)**	**3.743.644**	**3.518.507**

Movimentação do custo

	01/01/2014	Adições	31/12/2014	Adições	31/12/2015
Intangível de construção	2.506.789	662.611	3.169.400	233.932	3.403.332
Intangível de outorga	389.308	-	389.308	-	389.308
Software	3.962	215	4.177	3.183	7.361
	2.900.059	**662.826**	**3.562.885**	**237.116**	**3.800.001**

Movimentação da amortização acumulada

	01/01/2014	Adições	31/12/2014	Adições	31/12/2015
Intangível de construção	(824)	(504)	(1.328)	(627)	(1.955)
Intangível de outorga	(31.315)	(11.123)	(42.638)	(11.123)	(53.762)
Software	(230)	(182)	(412)	(228)	(640)
	(32.569)	**(11.809)**	**(44.378)**	**(11.978)**	**(56.357)**

A Companhia aplicou a Interpretação Técnica ICPC 01 para os ativos diretamente relacionados a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

Além das obras e melhorias, dentro do ativo intangível também estão incluídos bens como veículos utilizados nas atividades operacionais, sistemas de controle de tráfego, equipamentos de vigilância e segurança e sistemas de controle de arrecadação.

O direito de exploração da malha rodoviária (direito de outorga da concessão) também é reconhecido como um ativo intangível, a Companhia realizou o pagamento total ao poder concedente referente ao valor fixo da outorga, em 02 de março de 2011.

12. Empréstimos e financiamentos

		31/12/2015	31/12/2014
Capital de giro	CDI + 0,80% a.m.	-	2.257
Repasse BNDES	TJLP + 1,75% a.a. a 4,55% a.a.	1.861.542	1.682.571
Capital de giro	CDI + 3,5% a.a.	439.783	379.448
Capital de giro	CDI a 138%	212.177	107.918
		2.513.502	**2.172.194**
Circulante		**74.068**	**23.499**
Não circulante		**2.439.434**	**2.148.695**

Abertura dos pagamentos dos empréstimos de longo prazo:

	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	76.850
2017	117.021	119.579
2018	182.036	160.625
2019	194.616	171.411
2020	194.616	171.411
2021	194.616	171.411
2022	194.616	171.411
2023	194.616	171.411
2024	194.616	157.176
2025 (+)	972.681	777.410
	2.439.434	**2.148.695**

A Companhia realizou a contratação de Financiamento mediante Repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que entre si celebram a Caixa Econômica Federal e a empresa Concessionária SPMAR S.A., com a interveniência da Cibe Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio Ltda., Heber Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. – Túneis, Terraplenagens e Pavimentações, realizada em 15 de março de 2013.

O total dos créditos foi de R$ 1.528.225.542,52, sendo liberados de acordo com os subcréditos a seguir:

- **Subcrédito "A":** R$ 183.992.700,76 (cento e oitenta e três milhões, novecentos e noventa e dois mil, setecentos Reais e setenta e seis centavos);
- **Subcrédito "B":** R$ 78.854.014,61 (setenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatorze Reais e sessenta e um centavo);
- **Subcrédito "C":** R$ 259.716.247,75 (duzentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e dezesseis mil, duzentos e quarenta e sete Reais e setenta e cinco centavos);
- **Subcrédito "D":** R$ 111.306.963,32 (cento e onze milhões, trezentos e seis mil, novecentos e sessenta e três Reais e trinta e dois centavos);
- **Subcrédito "E":** R$ 362.727.899,05 (trezentos e sessenta e dois milhões, setecentos e vinte e sete mil, oitocentos e noventa e nove Reais e cinco centavos);

- **Subcrédito "F":** R$ 155.454.813,88 (cento e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e treze Reais e oitenta e oito centavos);
- **Subcrédito "G":** R$ 81.037.439,98 (oitenta e um milhões, trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e nove Reais e noventa e oito centavos);
- **Subcrédito "H":** R$ 34.730.331,42 (trinta e quatro milhões, setecentos e trinta mil, trezentos e trinta e um Reais e quarenta e dois centavos);
- **Subcrédito "I":** R$ 176.934.802,83 (cento e setenta e seis milhões, novecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e dois Reais e oitenta e três centavos);
- **Subcrédito "J":** R$ 75.829.201,21 (setenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, duzentos e um Reais e vinte e um centavo);
- **Subcrédito "K":** R$ 7.641.127,71 (sete milhões, seiscentos e quarenta e um mil, cento e vinte e sete Reais e setenta e um centavo).

O financiamento, de acordo com as normas específicas da CEF, com as disposições do BNDES e com as características do projeto, obedecerá aos seguintes prazos:

a) **Utilização dos recursos:** o prazo para utilização dos recursos colocados à disposição da BENEFICIÁRIA é de:

   - **Subcréditos "A" e "B":** até 15/03/2015;
   - **Subcréditos "C" a "F":** até 15/03/2016;
   - **Subcréditos "G" a "K":** até 15/03/2017.

b) **Carência:** o prazo de carência será conforme cronograma a seguir:

   - **Subcréditos "A" e "B":** até 15/03/2015;
   - **Subcréditos "C" a "F":** até 15/03/2016;
   - **Subcréditos "G" a "K":** até 15/03/2017.

c) **Amortização:** o principal da dívida decorrente deste contrato deve ser pago ao Agente Financeiro conforme a seguir:

   - Em relação aos Subcréditos "A" e "B": em 180 (cento e oitenta) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no parágrafo primeiro abaixo, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2015;
   - Em relação aos Subcréditos "C" a "F": em 180 (cento e oitenta) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no parágrafo primeiro abaixo, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2016;
   - Em relação aos Subcréditos "G" a "K": em 180 (cento e oitenta) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no parágrafo primeiro abaixo, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2017.

Em julho de 2015 houve aditivo nos contratos de REPASSE onde foram alterados os seguintes itens:

- **Carência:** o prazo de carência será conforme cronograma abaixo:

i. Dos Subcréditos "A" e "B"; até 15 de março de 2016;
ii. Dos Subcréditos "C" a "F"; até 15 de março de 2017 e;
iii. Dos Subcréditos "G" a "K"; até 15 de março de 2017.

- **Amortização:** o principal da dívida decorrente deste contrato deve ser pago ao agente financeiro conforme abaixo:

i. Em relação aos Subcréditos "A" e "B": em 181 (cento e oitenta e um) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no Parágrafo Primeiro abaixo, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2016;
ii. Em relação aos Subcréditos "C" a "F": em 181 (cento e oitenta e um) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no Parágrafo Primeiro abaixo, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2017; e
iii. Em relação aos Subcréditos "G" a "K": em 193 (cento e noventa e três) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no Parágrafo Primeiro abaixo, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2017."

Os juros incidentes sobre os subcréditos "A", "C", "E", "G" e "I", sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA incidirão juros de 3,55% (três inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, a título de remuneração, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Para os subcréditos "B", "D", "F", "H" e "J", sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA incidirão juros de 3,55% (três inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, a título de remuneração, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1% (um por cento) ao ano (custo de captação previsto no inciso II do parágrafo quinto do artigo 1º da Medida Provisória nº 453, de 22 de janeiro de 2009, com redação dada pela Medida Provisória nº 462, de 14 de maio de 2009 ("MP nº 453 e MP nº 462")). Para o Subcrédito "K", sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA incidirão juros de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração) ao ano, a título de remuneração, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas neste CONTRATO, tais como principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, serão constituídas as seguintes garantias:

- **Garantias Reais -** alienação fiduciária da totalidade das ações do capital social da beneficiária, detidas pela Infra Bertin e Toniolo, bem como todas as ações derivadas das ações por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das ações e quaisquer bens ou títulos nos quais as ações sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários) e o direito de subscrição de novas ações representativas do capital da beneficiária, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação das acionistas na BENEFICIÁRIA, sejam elas atualmente ou no futuro detidas pelas acionistas (em conjunto, as "ações alienadas fiduciariamente"), e os direitos a todos os lucros, dividendos, juros sobre capital próprio, rendas, distribuições, proventos, bonificações e quaisquer outros valores creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues, ou a serem creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues, por qualquer razão, às ACIONISTAS em relação às ações alienadas fiduciariamente, bem como todos os direitos a quaisquer pagamentos relacionados às AÇÕES alienadas FIDUCIARIAMENTE que possam ser considerados frutos, rendimentos, remuneração ou reembolso de capital, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e ii) cessão fiduciária, pela beneficiária, de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do contrato de concessão, respeitado o disposto no artigo 28, da Lei nº 8.987/95, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrente da exploração da concessão e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normais legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da concessão objeto do contrato de concessão ("direitos cedidos fiduciariamente"), incluindo (i) todos os direitos creditórios a que a beneficiária tem direito nos termos do edital e do contrato de concessão, presentes e futuros, decorrentes da exploração, operação e conservação do projeto pela beneficiária; (ii) todos os créditos e recebíveis decorrentes da cobrança de pedágio, direitos e garantias, bem como quaisquer outras receitas decorrentes dos direitos cedidos fiduciariamente, incluindo aqueles gerados da exploração da cobrança de pedágio objeto do contrato de concessão e demais contratos firmados pela beneficiária; (iii) o produto resultante do recebimento das quantias decorrentes dos direitos creditórios descritos nos itens (i) e (ii) acima; (iv) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo poder concedente à beneficiária, em caso de extinção, revogação ou modificação da concessão; (v) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes do contrato de concessão, que possam, nos termos da legislação aplicável, ser objeto de cessão fiduciária; e (vi) todos os direitos creditórios da beneficiária sobre a totalidade de valores a serem depositados e mantidos nas contas do projeto, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios e do contrato de administração de contas.

- **Fiança -** as intervenientes anuentes - fiadoras, CIBE Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio Ltda., Heber Participações S.A., citadas no preâmbulo deste CONTRATO (i) aceitam o presente contrato na qualidade de fiadoras e principais pagadoras, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, responsabilizando-se, solidariamente, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela beneficiária, neste Contrato, até final liquidação deste contrato; e (ii) declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis, da beneficiária oriundo deste contrato, e em conformidade com o artigo 818 do código civil;
- **Contrato suporte de acionistas -** as acionistas celebrarão contrato de suporte para garantir a cobertura integral de eventuais sobrecustos ou atrasos, multas e penalidades impostas pelos órgãos reguladores ou, ainda, receitas inferiores à projetada;
- **SEGUROS -** a beneficiária contratará seguros nas modalidades Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil, Seguro Garantia – Funções de Ampliação e Seguro Garantia – Funções Operacionais.

Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste contrato, no Contrato de Financiamento Finisa e nos Contratos de Garantia, a beneficiária obriga-se para com o agente financeiro a:

(i) Aplicar os recursos recebidos unicamente na execução do projeto de acordo com o "Quadro de Usos e Fontes" constante no Anexo I ao presente contrato, comunicando à caixa, imediatamente e por escrito, quaisquer irregularidades que venha a identificar;
(ii) Aportar os recursos próprios previstos para a execução do projeto, nos montantes e prazos definidos no "Quadro de Usos e Fontes" constante no Anexo I ao presente contrato, bem como, em sua totalidade, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos do orçamento global do projeto;
(iii) Comunicar prontamente ao agente financeiro qualquer ocorrência que importe modificação do projeto ou do "Quadro de Usos e Fontes" constante no Anexo I ao presente contrato, indicando as providências que julgue devam ser adotadas;
(iv) Adotar, durante o prazo de vigência deste contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto;
(v) Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência deste contrato;
(vi) Apresentar ao agente financeiro, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da liberação da última parcela do crédito, a Licença de Operação, oficialmente publicada, do projeto, expedida pelo órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio-Ambiente (SISNAMA), ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

(vii) Manter a relação garantias reais/colaboração financeira no nível de, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento);

(viii) Na hipótese de ocorrer, em função do projeto, redução do seu quadro de pessoal durante o período de vigência deste contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao agente financeiro, para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competentes(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;

(ix) Observar, durante o prazo de vigência deste contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de necessidades especiais;

(x) Comunicar ao agente financeiro, na data do evento, o nome e o CPF/MF da pessoa que, exercendo função remunerada ou estando entre seus proprietários, controladores ou diretores, tenha sido diplomada ou empossada como Deputado(a) Federal ou Senador(a);

(xi) Manter, a partir do exercício de 2015, inclusive, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") ≥ 1,2 (um inteiro e dois décimos), calculado com base nas demonstrações de resultados da BENEFICIÁRIA, auditadas a cada ano;

(xii) Durante todo o financiamento objeto deste contrato, manter a relação mínima de 20% (vinte por cento) entre Patrimônio Líquido e Ativo Total;

(xiii) Manter, durante todo o financiamento objeto deste contrato, índice "dívida líquida/EBITDA", em valores não superiores aos constantes da tabela a seguir:

2017	2018	2019	2020	2021 até o final da concessão
10,00	8,00	7,00	6,00	4,00

Entende-se como dívida líquida a soma de todos os empréstimos de curto prazo e de longo prazo, incluindo mútuos em condições de mercado, deduzido das disponibilidades e aplicações financeiras.

Para cálculo do EBITDA considera-se, com base nas Demonstrações contábeis no final de cada exercício, o seguinte cálculo: Lucro Líquido, (+) Imposto de Renda e Contribuição Social, (+) Encargos Financeiros (Despesas Financeiras), (+) Provisão para Manutenção e Conserva Especial, (+) Amortização e Depreciação, (+) Despesa não Caixa, (-) Receita não Caixa.

(xiv) Formalizar com a Caixa o Contrato de Financiamento Finisa, nas condições abaixo, e caso tal financiamento não seja contratado, realizar aportes, em dinheiro, nos mesmos valores e prazos:

Valor máximo (mil) - prazo para captação custo máximo - prazo mínimo de carência - prazo mínimo de amortização

- **R$ 240.000** - a partir de janeiro de 2013;
- **CDI + 3,5% a.a.** - 5 anos - 8 anos;
- **R$ 100.000** - a partir de março de 2013;
- **CDI + 3,5% a.a.** - 5 anos - 10 anos;
- **R$ 25.000 -** a partir de janeiro de 2014;
- **CDI + 3,5% a.a. -** 4 anos - 8 anos.

(xv) Apresentar, no prazo de 12 meses contados da data da assinatura deste contrato, o(s) projeto(s) social(is) a ser(em) financiado(s) com os recursos decorrentes do Subcrédito "K";

(xvi) Comprovar a conclusão das escavações e da ligação das duas extremidades do Túnel Santa Luzia até 31 de março de 2013, com extensão total de 2,2 km, e concluir até 31/07/2013 o Centro de Controle de Operações ("CCO"), sendo que os prazos previstos neste item poderão, a critério do da Caixa e do BNDES, ser prorrogados por mais seis meses;

(xvii) Não contrair dívidas adicionais às contraídas com a Caixa no âmbito dos contratos de financiamento, em valor, individual ou agregado, acima de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem prévia e expressa anuência da Caixa e do BNDES;

(xviii) Liquidar integralmente a primeira emissão de debêntures até 31 de março de 2013;

(xix) Sem prévia e expressa anuência da Caixa e do BNDES, não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, ultrapasse o mínimo legal;

(xx) Durante todo o período do financiamento objeto deste contrato, não realizar, sem prévio consentimento da Caixa e do BNDES, (i) alteração de seu objeto social; (ii) concessão de mútuos a suas acionistas ou a partes relacionadas de suas acionistas, exceto ao adiantamento de recursos para a CONTERN, conforme disposto no Contrato de Prestação de Serviços por Empreitada nº 002/211, firmado entre a beneficiária e a CONTERN em 21 de fevereiro de 2011, por meio do qual a CONTERN assume a responsabilidade de construção sob regime de empreitada das obras civis do Trecho Leste do Rodoanel; (iii) redução de capital social; (iv) estorno e devolução de recursos contabilizados no Patrimônio Líquido sob a rubrica de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs); (v) prestação de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros, exceto pelas garantias prestadas no âmbito da linha de crédito da financiamento Finisa e pelas garantias prestadas no âmbito da primeira emissão de debêntures, sendo que essas últimas serão liberadas e posteriormente constituídas em favor da Caixa como condição para utilização da primeira parcela do financiamento objeto deste CONTRATO, nos termos da Cláusula Sétima, item (a) (ii); (vi) transferência de ativos a terceiros, salvo quando se tratar de bens comprovadamente inservíveis ou obsoletos; (vii) alienação de bens essenciais à operação, sem que ocorra sua reposição/substituição por novos de idêntica finalidade; e (viii) constituição, em favor de terceiros, de garantias ligadas aos recebíveis do projeto, com exceção à linha de crédito da financiamento Finisa e das garantias prestadas no âmbito da primeira emissão de debêntures, sendo que essas últimas serão liberadas e posteriormente constituídas em favor da CAIXA como condição para utilização da primeira parcela do financiamento objeto deste CONTRATO, nos termos da Cláusula Sétima, item (a) (ii);

(xxi) Durante todo o período do financiamento objeto deste contrato, manter-se regular com o pacote de seguros exigido no contrato de concessão, mediante o envio, a cada 6 (seis) meses, de relatório contendo a listagem de todas as notificações de irregularidades emitidas pela ARTESP, bem como informações sobre decisões administrativas proferidas em última ou única instância que hajam imposto à BENEFICIÁRIA alguma penalidade, como, por exemplo, mas sem limitação, advertências, cobrança de multas, etc.;

(xxii) Amortizar os saldos da dívida oriundo deste contrato;

(xxiii) Apresentar as informações relacionadas a seguir: (i) balancete trimestral não auditado, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do final do trimestre, acompanhado de relatório de desempenho operacional e financeiro, com dados mensais, cujo modelo será fornecido pela Caixa; (ii) balanço semestral auditado por empresa de auditoria autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do final do semestre, acompanhado do Fluxo de Caixa Realizado/Projetado para todo período deste contrato, devidamente atualizado; e (iii) até o dia 30 de abril de cada ano, os demonstrativos financeiros auditados por empresa de auditoria autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, acompanhados do relatório de auditoria dos contratos de financiamento/projeto atestando o cumprimento das obrigações;

(xxiv) Apresentar, sempre que solicitado pela CAIXA, informações complementares às documentações supramencionadas, inclusive para a atualização do Conceito de Risco de Crédito da BENEFICIÁRIA, das ACIONISTAS, das FIADORAS e dos FINANCIAMENTOS;

(xxv) Apresentar cópia de todos os contratos referentes aos serviços, obras e aquisições de materiais e equipamentos, contemplados com recursos do financiamento, sempre que solicitada pela CAIXA, condicionados os desembolsos das parcelas à aceitação prévia dessa documentação pelas duas instituições financiadoras;

(xxvi) Manter e cumprir com, durante todo o período de vigência deste CONTRATO, os CONTRATOS DE GARANTIA;

(xxvii) Manter em vigor, durante o prazo de vigência deste CONTRATO, os CONTRATOS DE SEGURO, conforme previsto no CONTRATO DE CONCESSÃO, consignando cláusula especial em favor da CAIXA, nas apólices de seguros em que tal cláusula é permitida, com o seguinte teor: "Fica entendido e concordado que a presente apólice não poderá ser cancelada, ou sofrer qualquer alteração, inclusive no tocante à presente Cláusula de Beneficiário, sem prévia e expressa anuência da Caixa Econômica Federal, na qualidade de credor, à qual será paga a indenização devida pelo presente contrato de seguro", apresentando à CAIXA, sempre que solicitado, todo e qualquer comprovante do cumprimento das obrigações relativas aos seguros;

(xxviii) Manter, durante a vigência deste CONTRATO, seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio, na hipótese de interrupção de sua arrecadação, com cobertura mínima equivalente a R$12.000.000,00 (doze milhões de reais) e franquia de 10 dias;

(xxix) Apresentar à CAIXA, sempre que esta assim o solicitar, todo e qualquer comprovante do cumprimento das obrigações relativas aos seguros do PROJETO, inclusive cópia da(s) respectiva(s) apólice(s) e do(s) comprovante(s) de pagamento do(s) prêmio(s) devido(s);

(xxx) Manter, durante a vigência deste CONTRATO, seguro garantia, funções de ampliação, que garanta o pontual e exato cumprimento das obrigações contratuais referentes às funções de ampliação assumidas pela BENEFICIÁRIA conforme item 24.1.2 do edital da CONCESSÃO, incluindo obras no Trecho Sul e construção do Trecho Leste, em valores determinados pela ARTESP, atualmente fixado em R$346.541.928,64 (trezentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e um mil, novecentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos);

(xxxi) Depositar todos os recursos provenientes de seus direitos creditórios decorrentes da CONCESSÃO, exclusivamente, conforme o CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS e o CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS;

(xxxii) Comprovar a renovação das apólices de seguros, de acordo com a respectiva periodicidade, apresentando à CAIXA: (i) até 30 (trinta) dias antes da data de vencimento de cada apólice de seguro, a proposta de renovação encaminhada à companhia seguradora; e (ii) até 5 (cinco) dias após data de vencimento de cada apólice de seguro, a renovação do seguro;

(xxxiii) Comprovar a constituição e o preenchimento da conta reserva até o início da amortização do principal da dívida objeto deste contrato e do contrato de financiamento Finisa, na qual deverá ser acumulado saldo equivalente ao valor de, no mínimo, 3 (três) vezes (i) a última parcela vencida de prestação mensal do serviço da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida dos contratos de financiamento; e (ii) no caso da primeira parcela, a primeira parcela vincenda de prestação mensal do serviço da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida dos contratos de financiamento;

(xxxiv) Não onerar o projeto com atividades de gerenciamento de obra não previstas no "Quadro de Usos e Fontes", Anexo I a este CONTRATO;

(xxxv) Manter à disposição da CAIXA registros do movimento diário da operação do sistema rodoviário, que possam ser confrontados com o resultado da contagem física;

(xxxvi) Cumprir, no que couber, até final liquidação da dívida decorrente deste Contrato, as DISPOSIÇÕES DO BNDES e as NORMAS REGULADORAS DO PROGRAMA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS - POC, disponíveis no seguinte endereço eletrônico: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Ferramentas_e_Normas/Roteiros_e_Manuais/disaplic.html, bem como do contrato de abertura de crédito, cujo conteúdo, neste ato, a beneficiária declara ter conhecimento e o aceita como parte integrante e inseparável deste contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos;

(xxxvii) Responsabilizar-se pela funcionalidade do projeto;

(xxxviii) Afixar e manter, em local visível, placa de identificação do projeto, conforme modelo definido pela Caixa e pelo BNDES;

(xxxix) Manter vigentes as procurações outorgadas à CAIXA nos termos do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios e do contrato de alienação fiduciária de ações, sendo que as referidas procurações deverão ser renovadas, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes de seu vencimento até o pagamento e a liberação integral das obrigações garantidas.

Em Julho de 2015 foi realizado aditamento ao contrato de Financiamento FINISA que entre si celebram a Caixa Econômica Federal e a empresa Concessionária SPMAR S.A., destinado ao financiamento de plano de investimento – FINISA, com a interveniência da Cibe Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio LTDA., Heber Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. – Túneis, Terraplanagens e Pavimentações., onde os juros calculados sobre os subcréditos "1", "2" e "3" serão cobrados, mensalmente, a partir do dia 15 subsequentes ao desembolso; ficando estabelecido que (i) não serão devidos os pagamentos relativos aos meses de outubro de 2014 a fevereiro de 2016, inclusive; (ii) o valor dos juros que seriam aplicáveis nos meses indicados no item (i) anterior serão capitalizados e incorporados ao saldo devedor do CONTRATO DE FINANCIAMENTO FINISA".

A "CONTA RESERVA" constante na cláusula Primeira (Das Expressões e Significados, que passará a ter a seguinte redação):

i. "CONTA RESERVA: Conta corrente movimentável apenas pelo BANCO DEPOSITARIO, na qual devera ser acumulado saldo equivalente ao valor de, no mínimo 3 vezes (i) a ultima parcela vencida de prestação mensal do serviço da divida, incluindo principal, juros e demais acessórios da divida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO; e (ii) no caso da primeira parcela, a primeira parcela vincenda de prestação mensal do serviço da divida, incluindo principal, juros e demais acessórios da divida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, a ser preenchida conforme CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, A CONTA RESERVA deverá estar totalmente preenchida até 15 de abril de 2016, e mantida ate final liquidação de todas as obrigações decorrentes dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO."

Alterar o Parágrafo Terceiro da Cláusula Decima Terceira – Das Garantias, que passará a ter a seguinte redação:

ii. "PARÁGRAFO TERCEIRO: A BENEFICIÁRIA obriga-se, ainda, a constituir a CONTA RESERVA, em agência bancária da CAIXA, no valor equivalente a, no mínimo, 3 vezes (i) a ultima parcela vencida de prestação mensal do serviço da divida, incluindo principal, juros e demais acessórios da divida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO; e (ii) no caso da primeira parcela, a primeira parcela vincenda de prestação mensal do serviço da divida, incluindo principal, juros e demais acessórios da divida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, a ser preenchida conforme CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, A CONTA RESERVA deverá estar totalmente preenchida até 15 de abril de 2016, e mantida ate final liquidação de todas as obrigações decorrentes dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO."

Alterar o item (xii) da Cláusula Decima Quarta – Das Obrigações Especiais da Beneficiária, que passará a ter a seguinte redação:

iii. "(xii) manter, a partir do exercício de 2017, inclusive, Índice de Cobertura do Serviço da Divida ("ICSD") maior ou igual a 1,2, calculado com base nas demonstrações financeiras de resultados da BENEFICIÁRIA, aditadas a cada ano.

Alterar o item (xiv) da Cláusula Decima Quarta – Das Obrigações Especiais da Beneficiária, que passará a ter a seguinte redação:

iv "(xiv) manter, durante todo o financiamento objeto deste CONTRATO, índice "Divida Liquida/EBITDA", em valores não superiores aos constantes na tabela abaixo:

2015	2016	2017	2018	2019 até o final da concessão
10,00	8,00	7,00	6,00	4,00

Entende-se como Divida Liquida a soma de todos os empréstimos de curto prazo e de longo prazo, incluindo mútuos em condições de mercado, deduzido das disponibilidades e aplicações financeiras.

Para cálculo do EBITDA considera-se, com base nas Demonstrações Financeiras no final de casa exercício, o seguinte cálculo: Lucro Líquido, (+) imposto de Renda e Contribuição Social, (+) Encargos Financeiros (Despesas Financeiras), (+) Provisão para Manutenção e Conserva Especial, (+) Amortização e Depreciação, (+) Despesa não Caixa, (-) Receita não Caixa."

Alterar o item (xxx) da Cláusula Decima Quarta – Das Obrigações Especiais da Beneficiária, que passará a ter a seguinte redação:

v. "(xxx) comprovar a constituição e o preenchimento da CONTA RESERVA até 15 de abril de 2016, na qual deverá ser acumulada saldo equivalente ao valor de, no mínimo, 3 vezes (i) a última parcela vencida de prestação mensal do serviço da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da divida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO; e (ii) no caso da primeira parcela, a primeira parcela vincenda de prestação mensal do serviço da divida, incluindo principal, juros e demais acessórios da divida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO."

Complementando o aditivo houve alteração na cláusula Décima Sexta do contrato (Das obrigações especiais das Acionistas):

vii. Na hipóstese de o EBITDA da Beneficiária, referente ao exercício de 2017, ser inferior a R$ 233.145.650,00, aportar os recursos na Beneficiária, com o objetivo de amortizar o saldo da dívida oriunda dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, até 30 de junho de 2018, no termos definidos na tabela abaixo:

EBITDA (R$ mil)	Aporte para amortização do saldo devedor
Caso o EBITDA seja inferior a R$ 233.145.650,00 e superior a R$ 222.169.080,00	Deverão ser aportados recursos suficientes para amortizar 6,6% do saldo devedor dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, na posição de 31 de dezembro de 2017.
Caso o EBITDA seja inferior a R$ 222.169.080,00 e superior a R$ 206.489.690,00	Deverão ser aportados recursos suficientes para amortizar 16,2% do saldo devedor dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, na posição de 31 de dezembro de 2017.
Caso o EBITDA seja inferior a R$ 206.489.690,00	Deverão ser aportados recursos suficientes para amortizar 26,0% do saldo devedor dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, na posição de 31 de dezembro de 2017.

vii. Na hipóstese de o EBITDA da BENEFICIÁRIA, referente ao exercício de 2018, ser inferior a R$ 247.177.810,00, aportar recursos na Beneficiária com o objetivo de amortizar o saldo da divida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, até 30 de junho de 2019, nos termos definidos na tabela abaixo:

EBITDA (R$ mil)	Aporte para amortização do saldo devedor
Caso o EBITDA seja inferior a R$ 247.177.810,00 e superior a R$ 235.636.880,00	Deverão ser aportados recursos suficientes para amortizar 6,5% do saldo devedor dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, na posição de 31 de dezembro de 2018.
Caso o EBITDA seja inferior a R$ 235.636.880,00 e superior a R$ 219.149.850,00	Deverão ser aportados recursos suficientes para amortizar 16,1% do saldo devedor dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, na posição de 31 de dezembro de 2018.
Caso o EBITDA seja inferior a R$ 219.149.850,00	Deverão ser aportados recursos suficientes para amortizar 26,0% do saldo devedor dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, na posição de 31 de dezembro de 2018.

Os aportes previstos nos itens (i), (vii) e (viii) acima poderão ser feitos mediante Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, devendo, entretanto, os aportes previstos no item (i) serem convertidos em integralização de capital da BENEFICIÁRIA, no prazo de 1 ano após das datas limites estabelecidas na referida tabela.

Nesse mesmo contrato (FINISA), no aditamento de dezembro de 2014, onde foi realizada uma captação de R$ 185.000.000,00, houve uma liberação parcial em 05 de fevereiro de 2015 a quantia de R$ 71.919.440,45.

Em 31 de dezembro de 2015 os covenants estão sendo cumpridos de acordo com o contrato.

Nesse mesmo contrato (FINISA), houve um novo aditamento em dezembro de 2014, onde foi realizada uma captação de R$ 185.000.000,00, sendo liberado parcialmente em 22 de dezembro a quantia de R$ 107.530.559,55.

Em 31 de dezembro de 2015 os covenants estão sendo cumpridos de acordo com o contrato.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores nacionais diversos	122.208	126.472
Seguros a pagar	6.117	565
Ônus variável a pagar	307	242
Outras contas a pagar	741	588
	129.373	**127.867**

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 23.

14. Obrigações fiscais

	31/12/2015	31/12/2014
COFINS	5.664	4.032
PIS	1.246	874
ISS	11.323	15.869
IRRF	365	97
CSSL	112	32
Parcelamento federal	1.290	1.470
Parcelamento municipal	18.670	-
Outros	8	5
	38.678	**22.379**
Circulante	**23.198**	**21.213**
Não circulante	**15.480**	**1.166**

15. Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Contrato de Concessão. Para essas manutenções previstas, a Administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil da conserva em infraestrutura.

A Administração entende que o contrato de concessão é caracterizado como de natureza executória, conforme Orientação Técnica 05. Essa premissa estabelece que o contrato pode ser finalizado a qualquer momento tanto pelo poder concedente quanto pela concessionária e, dessa forma, a Companhia provisiona apenas as próximas intervenções de conserva que devem ser realizadas em trechos específicos da malha rodoviária.

Os montantes provisionados são fundamentados com base em cronograma Físico Financeiro nº 11 da ARTESP. Os montantes são atualizados por índice de mercado IGP-M .

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da provisão para manutenção ajustado a valor presente é de R$ 44.972 e está demonstrado a seguir:

	01/01/2014	Adições	31/12/2014	Adições	31/12/2015
Provisão para manutenção – circulante	4.286	(2.163)	2.123	1.460	3.583
AVP - provisão para manutenção - circulante	(78)	35	(43)	42	(1)
	4.208	**(2.128)**	**2.080**	**1.502**	**3.582**
Provisão para manutenção – não circulante	23.637	9.529	33.166	12.110	45.276
AVP – provisão para manutenção – não circulante	(4.918)	(340)	(5.258)	1.372	(3.886)
	18.719	**9.180**	**27.908**	**13.482**	**41.390**
	22.927	**7.061**	**29.988**	**14.984**	**44.972**

16. Provisão para contingências

Os Assessores Jurídicos da Companhia identificaram processo de natureza cível e trabalhista cuja provisão foi constituída no valor de R$ 2.098. Já para os processos identificados, como de perdas possíveis, no montante de R$ 15.579, a Administração da Companhia não considera necessária constituição de provisão.

Processos Administrativos – ARTESP

No curso normal de suas operações a Companhia mantem algumas discussões no âmbito da esfera administrativa junto a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, que, por entender que a Companhia descumpriu algumas clausulas do Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2011 emitiu diversas Notificações de Infração contra a Companhia, as quais estão em fase de impugnação nos processos administrativos sancionatórios da ARTESP. Assim, encontram-se em discussão na ARTESP Notificações de Infração que podem redundar na aplicação de multas pecuniárias, as quais totalizavam, em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado de R$ 60.591. A Companhia e seus Assessores Jurídicos entendem que a possibilidade de perdas é remota.

Patrimônio líquido

O capital social subscrito e parcialmente integralizado de R$ 1.439.261 (em 31 de dezembro de 2014, R$ 1.409.261) está representado por 1.445.030.571 ações, sendo 746.725.695 ações ordinárias e 698.304.876 ações preferenciais (em 31 de dezembro de 2014, era representado por 1.415.030.571 ações, sendo 716.725.695 ações ordinárias e 698.304.876 ações preferenciais), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes Acionistas:

	Participação %
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	96,84%
Toniolo, Busnello S.A.	3,16%
	100%

Em 28 de junho de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Contern Construções e Comércio Ltda. e a Cibe Investimentos e Participações S.A. capitalizaram a Infra Bertin Empreendimentos S.A. com a totalidade das ações da Concessionária SPMAR S.A.

Em 28 de dezembro de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e a Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, subscreveram e integralizaram parcialmente 336.068.610 novas ações.

Em 03 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, integralizou R$ 11.035.

Em 06 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 523.313.561 novas ações.

Em 10 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 9.122.000 novas ações.

Em 09 de janeiro de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações subscreveram e integralizaram 30.000.000 novas ações.

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Ações preferenciais

As ações preferências de emissão da Companhia não conferem direito a voto, e participam dos lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo-lhes asseguradas prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos Termos do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.

18. Receitas

	31/12/2015	31/12/2014
Pedágio em numerário	54.534	44.508
Pedágio por equipamentos eletrônicos	145.380	119.852
Vale pedágio	9.995	7.577
Pedágio em cupons	3.017	2.896
Receita de construção **(a)**	233.932	662.611
Receitas acessórias **(b)**	3.050	2.273
Deduções de receita	(18.609)	(14.864)
	431.299	**824.853**

(a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICPC 01 que diz respeito à contrapartida no resultado de todo o ativo intangível obtido através de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A Administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção;

(b) Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por empresas autorizadas.

Gastos por natureza

	31/12/2015			31/12/2014		
	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Total
Pessoal	(25.172)	(3.793)	(28.965)	(17.154)	(3.154)	(20.308)
Provisão para manutenção **(b)**	(13.571)	-	(13.571)	(7.366)	-	(7.366)
Custo de construção **(a)**	(233.930)	-	(233.930)	(662.611)	-	(662.611)
Serviços de terceiros	(24.565)	(8.148)	(32.713)	(20.809)	(5.426)	(26.235)
Materiais/equipamentos/veículos	(19.913)	(959)	(20.872)	(8.482)	(658)	(9.140)
Poder concedente **(c)**	(3.240)	-	(3.240)	(2.657)	-	(2.657)
Depreciação e amortização **(d)**	(12.350)	(202)	(12.552)	(12.206)	(158)	(12.364)
Provisão de contingência	-	(1.395)	(1.395)	-	-	-
Outros	(18.964)	(10.505)	(29.469)	(12.646)	(1.930)	(14.576)
	(351.705)	**(25.002)**	**(376.707)**	**(743.931)**	**(11.326)**	**(755.257)**

(a) Referem-se aos custos incorridos quando da contratação de fornecedores para obras na infraestrutura. O reconhecimento do custo de construções ocorre de forma progressiva conforme Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A mensuração do custo é realizada por empresas de Engenharia responsável por emitir os relatórios de medição;

(b) Provisão para realização das próximas conservas em trechos das rodovias seguindo a premissa de contrato executório. Os montantes são provisionados com base em relatórios elaborados pelos Engenheiros da Companhia, respeitando os prazos determinados pelo cronograma da ARTESP;

(c) Pagamento das parcelas variáveis ao poder concedente, conforme obrigação contratual;
(d) A amortização do ativo intangível de construções e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de forma que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo.

20. Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	6.087	853
Descontos obtidos	945	1.048
Juros ativos	726	2.911
AVP - provisão para manutenção	631	305
Outras receitas financeiras	610	-
	8.999	**5.117**
Despesas financeiras		
IOF sobre operações financeiras	(11.265)	(2.477)
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(274.788)	(183.706)
AVP - provisão para manutenção	(2.044)	-
Juros passivos	(10.574)	
Despesa bancárias	(256)	(102)
Despesa de comissões bancárias	(9.074)	(1.017)
Outras	(178)	(2.888)
	(308.179)	**(190.190)**
Resultado financeiro líquido	**(299.180)**	**(185.073)**

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros é composta, conforme a seguir e estão em linha com as necessidades exigidas no Contrato de Concessão:

Descrição	Tipo de seguro	31/12/2015
Riscos operacionais	Riscos operacionais	7.576.805
Riscos de engenharia	Riscos de engenharia	23.501
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	278.376
Seguro garantia	Seguro garantia de funções de ampliação	193.996
Seguro garantia	Seguro garantia de funções operacionais, conservação	86.759
		8.159.437

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores da Companhia.

22. Compromissos vinculados ao Contrato de Concessão

Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Compromissos relativos às concessões

Além dos pagamentos ao poder concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2015 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente a Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	12.024	50.379
Contas a receber de clientes	22.406	21.085
Outros recebíveis	108	107
	34.538	**71.571**

Contas a receber e outros recebíveis

O valor das contas a receber de clientes é originário da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda a forma de arrecadação que não seja papel moeda.

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração considera a distribuição e características dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito.

Praticamente todos os clientes da Companhia vêm operando com a Companhia por, aproximadamente, 1 ano, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R$ 12.024, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia sobre seus passivos financeiros estão descritas na Nota Explicativa nº 12.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrar a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes da Nota Explicativa nº 12.

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	Até 12 meses	1-11 anos
Passivos financeiros não derivativos			
Empréstimos e financiamentos	2.513.502	74.068	2.439.434
	2.513.502	**74.068**	**2.439.434**

31 de dezembro de 2014	Valor contábil	Até 12 meses	1-11 anos
Passivos financeiros não derivativos			
Empréstimos e financiamentos	2.172.194	23.499	2.148.695
	2.172.194	**23.499**	**2.148.695**

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços do serviço de passagem, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelo perfil do risco da atividade de concessão a Companhia não possui operações de derivativos.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não existindo operações derivativas no intuito de proteção para estas taxas de juros. Devido à principal taxa adotada não oscilar relevantemente, o risco das oscilações de mercado não é significativo.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31/12/2015	31/12/2014
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	10.497	48.836
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	2.513.502	(2.172.194)

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscando eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma elevação de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros ou redução de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir:

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	25 pb aumento	25 pb diminuição
31 de dezembro de 2015		
Aplicações de taxa variável	1.522	(1.217)
Empréstimos de taxa variável	(68.697)	54.958
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(67.175)**	**53.740**

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	50 pb aumento	50 pb diminuição
31 de dezembro de 2015		
Aplicações de taxa variável	3.044	(2.029)
Empréstimos de taxa variável	(137.394)	91.596
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(134.351)**	**89.567**

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Total do passivo	2.818.427	2.408.836
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(12.024)	(50.379)
Dívida líquida (A)	**2.806.403**	**2.358.457**
Total do patrimônio líquido (B)	**1.100.271**	**1.255.125**
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado em 31 de dezembro (A/B)	2,55	1,88

Valor justo *versus* valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizadas pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

- **Aplicações financeiras:** são definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.

As debêntures estão classificadas como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas prefixadas.

Hierarquia de valor justo

Os ativos avaliados por valor justo são representados, na Companhia, somente pelas aplicações financeiras. O seu valor justo se equipara substancialmente aos valores contábeis apresentados nos balanços de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, devido ao fato de estarem avaliados pelo nível 2.

Grant Thornton

Heber Participações S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório dos auditores independentes

Em 31 de dezembro de 2015

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014	15

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos:
Administradores e Acionistas da
Heber Participações S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Heber Participações S.A. (Companhia ou Grupo Bertin), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do Auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Falta de recebimento de confirmação com assessores jurídicos

Na realização de nossos exames das demonstrações de 31 de dezembro de 2015 da Companhia e das suas controladas diretas Horizon Biomass S.A., Compacto Participações S.A., Laguna Energia S.A., HB Rental Machines Aluguel de Veículos e Equipamentos Ltda., HBE Serviços de Engenharia Ltda. e HBTEC Serviços de Tecnologia Ltda. e as controladas indiretas Gaia Energia e Participações S.A., Mafe Energia e Participações S.A., Thermes Participações S.A., Cauipe Geradora de Energia S.A., Energética Capixaba S.A., Espírito Santo Geradora de Energia S.A., Águas Paulista Geradora de Energia Ltda., Santana do Araguaia Energia S.A., ESA Energia Ltda., ECB Energia Ltda., Piqui Energia Ltda., Acrópole Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., Rubi Geradora e Comercializadora de Energia Ltda., Smart Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., Lambari Geradora de Energia S.A. e MC 2 Energia e Participações S.A., não obtivemos respostas às cartas de circularizações enviadas aos assessores jurídicos, relativo à atual situação das contingências de natureza trabalhista, tributária e cível. Não foi possível nas circunstâncias realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos a necessidade de constituição de provisões que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Falta de recebimento de confirmação com instituições financeiras

Na realização de nossos exames das demonstrações de 31 de dezembro de 2015 das controladas diretas Star Energy Participações S.A., CIBE Participações e Empreendimentos S.A., HBTEC Serviços de Tecnologia Ltda. e Horizon Biomass S.A. e as controladas indiretas Mafe Energia e Participações S.A., UTE MC2 Sapeaçu S.A., UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro S.A., UTE MC2 Governador Mangabeira S.A., UTE MC2 Santo Antônio de Jesus S.A., UTE MC2 Senhor do Bonfim S.A., UTE MC2 Dias Dávila 1, UTE MC2 Camaçari 3 S.A., UTE MC2 Camaçari 2 S.A., UTE MC2 Pecem 2 S.A., não obtivemos todas as respostas às cartas de circularizações enviadas a algumas instituições financeiras. Consequentemente, apesar de termos realizado testes alternativos de auditoria, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a estas instituições financeiras, como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Falta de análise sobre valor recuperável dos ativos imobilizado

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, a Companhia e suas controladas indiretas e diretas Laguna Energia S.A., Cauipe Geradora de Energia S.A., Energética Capixaba S.A, Thermes Participações S.A., Água Paulista Geradora de Energia Ltda. e Santa Araguaia Energia S.A., em 31 de dezembro de 2015 não realizaram a avaliações de recuperação futura dos bens integrantes do ativo imobilizado conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) aprovado pela Resolução do CFC nº 1.292/10. Consequentemente, não foi possível, concluir sobre os efeitos nas demonstrações contábeis naquela data.

Análises de vida útil de ativos não circulantes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, em 31 de dezembro de 2015, não foi realizada a revisão de vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27, aprovados pela Resolução do CFC nº 1.177/09. Consequentemente, não foi possível, concluir sobre os efeitos nas demonstrações contábeis naquela data.

Falta de análise sobre valor recuperável dos ativos intangíveis
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, a Companhia, sua controlada direta Laguna Energia S.A. e a controlada indireta Gaia Energia e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2015 não realizaram a avaliações de recuperação futura dos bens integrantes do ativo intangível conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) aprovado pela Resolução do CFC nº 1.292/10. Consequentemente, não foi possível, concluir sobre os efeitos nas demonstrações contábeis naquela data.

Impactos sobre ajustes de continuidade de investidas não mensurados e divulgados
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, as controladas indiretas Lambari Geradora de Energia S.A. e Santana Araguaia Energia S.A. e Piqui Energia S.A., que deveriam entrar em operação em 01 de janeiro de 2012, e E.C.B. Energia S.A., E.S.A. Energia S.A., deveriam entrar em operação 01 de abril de 2010. Até a data de emissão desse relatório a controlada não possuía a anuência formal da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) prorrogando a data de início das operações, fato esse que indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional das entidades. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios das controladas e não foi possível concluir se haveriam ou não eventuais ajustes que poderiam ser requeridos na impossibilidade de ela continuar operando e seus eventuais impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Conforme na Nota Explicativa nº 1, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), revogou a autorização outorgada das controladas indiretas (Grupo Star energy), impossibilitando cada qual estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Usina Termoelétrica, fato esse que indica a existência de incerteza significativa que poderão levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional daquelas entidades.

Não atualização de passivos tributários
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis, as controladas diretas Star Energy Participações S.A. e Laguna Energia S.A. e as controladas indiretas UTE MC2 Joinville S.A., UTE MC2 João Neiva S.A., UTE MC2 Camaçari I S.A., Gaia Energia e Participações S.A., Thermes Participações S.A., Cauípe Geradora de Energia S.A., Energética Capixaba S.A. e Águas Paulista Geração de Energia S.A., mantém saldo tributário em aberto em 31 de dezembro de 2015, registrado no passivo e não estão efetuando as devidas atualizações dos juros, conforme legislação fiscal vigente. Consequentemente, apesar de termos realizado testes alternativos de auditoria, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

IOF sobre operações financeiras
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Companhia e todas suas controladas possuem valores a pagar e receber com partes relacionadas, registrado nos respectivos passivos. Entretanto, conforme previsão no Decreto-lei no. 6.306/2007, que trata da tributação de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a Companhia e todas suas controladas estão sujeita aos encargos tributários das operações de mútuo existentes entre as partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2015, não foram apurados e registrados estes encargos.

Consequentemente, não nos foi possível, diante das circunstâncias, concluir sobre a adequação dos efeitos que poderiam impactar as referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Conforme nota explicativa no. 10, a Companhia não constitui nenhuma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) de recebíveis no montante de R$124.028 mil, individual, R$275.572, consolidado, os quais não possuem movimentação há longa data. Como consequência, o ativo circulante, na rubrica adiantamento a fornecedores e patrimônio liquido, nos valores citados

Conforme nota explicativa no. 11, a Companhia não constitui nenhuma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) de recebíveis no montante de R$97.085 mil, R$12.801 mil e R$7.389 mil, referente à Usina São Fernando Açúcar e Álcool S.A., Equipav Engenharia Ltda. e Maracanaú Geradora de Energia S.A., respectivamente, os quais não possuem movimentação há longa data. Como consequência, o ativo circulante, na rubrica outros créditos e patrimônio liquido estão aumentados por R$ 117.275 mil.

As controladas diretas Cibe Participações e Empreendimentos S.A. e Laguna Energia S.A., não constituem nenhuma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) de recebíveis no montante de R$14.114 mil e R$192.740 mil, respectivamente, os quais não possuem movimentação há longa data. Como consequência, o ativo não circulante, na rubrica investimentos e patrimônio liquido estão aumentados por R$ 206.854 mil

A controlada indireta Cibe Investimento e Participações S.A., não constitui nenhuma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) de recebíveis no montante de R$ 23.227 mil decorrentes da reestruturação societária de junho de 2010. Também decorrente de tal reestruturação a controlada possui saldos a receber das partes relacionadas Scafati Empreendimentos e Participações Ltda. e GTE - Grupo de Tecnologia de Engenharia Ltda., que monta R$45.676 mil, sem previsão de realização. Como consequência, o ativo não circulante, na rubrica investimentos e patrimônio liquido estão aumentados por R$ 68.903 mil

A controlada indireta Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A., não constitui nenhuma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) de recebíveis no montante de R43.180 mil decorrentes da reestruturação societária de junho de 2013. Como consequência, o ativo não circulante, na rubrica investimentos e patrimônio liquido estão aumentados por R$ 31.422 mil

A controlada indireta Cauipe Geradora de Energia S.A., não constituiu nenhuma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) de recebíveis no montante de R$27.329 mil os quais não possuem movimentação há longa data. Como consequência, o ativo não circulante, na rubrica investimentos e patrimônio liquido estão aumentados por R$ 19.130 mil.

Exame de controladas

A controlada indireta Mafe Energia Participações S.A., por ter incertezas quando à qualidade e credibilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis não auditadas das controladas Curua Energia S.A. e Buriti Energia S.A., não registrou os ajustes de equivalência patrimonial, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015. Consequentemente, não nos foi possível concluir quanto aos impactos que podem advir da adequação destes assuntos, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Falta de recebimento de confirmação de controladas

A Controlada indireta Mafe Energia Participações possuem operações com as suas controladas Curua Energia S.A. e Buriti Energia S.A., para as quais não foi possível obter as respostas às nossas cartas de circularização para confirmação dos saldos e outras operações junto com as suas controladas citadas. Consequentemente, não obstante à nossa tentativa de realizarmos testes alternativos de auditoria, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações com determinadas controladas. Consequentemente, não nos foi possível concluir quanto aos impactos que podem afetar a adequação dos saldos R$1.231 mil ativo e R$627 mil passivo, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Falta de conciliação

A Controlada indireta Mafe Energia Participações S.A., mantém registrado na rubrica "outros créditos" no ativo não circulante e passivo não circulante os montantes de R$ 3.965 mil e R$ 14.132 mil respectivamente. Não nos foram apresentados os trabalhos de levantamentos e conciliações das documentações suporte até a data de emissão desse relatório. Com isso, não nos foi possível avaliar a suficiência e exigibilidade sobre a referida rubrica, além de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequação e divulgação nas notas explicativas dos referidos saldos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

As Controladas Diretas Star Energy Participações S.A., Laguna Energia S.A.; HB Rental Machines Aluguel de Veículos Ltda. e as indiretas Ellocin Brasil Participações e Consultoria Empresarial Ltda., Gaia Energia e Participações S.A., Thermes Participações S.A., Cauípe Geradora de Energia S.A., Lambari Geradora de Energia S.A., Santana do Araguaia Energia S.A., UTE MC2 Iconha S.A., mantém registrado nas rubricas "partes relacionadas" no ativo não circulante e passivo não circulante os montantes de R$50.030 mil e R$93.664 mil respectivamente. Não nos foram apresentados os trabalhos de levantamentos e conciliações das documentações suporte até a data de emissão desse relatório. Com isso, não nos foi possível avaliar a suficiência e exigibilidade sobre a referida rubrica, além de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequação e divulgação nas notas explicativas dos referidos saldos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis impactos dos assuntos mencionados nos parágrafos de "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Heber Participações S.A. ("Companhia" ou "Grupo Bertin"), em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Continuidade das operações

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção, à Companhia, sua controlada indireta Mafe Energia Participações S.A. e suas coligadas indiretas Doreta Empreendimentos e Participações e Infra Bertin Empreendimentos S.A., vem desenvolvendo esforços para reverter os contínuos prejuízos operacionais, e no caso controlada e das coligadas, a situação de passivo a descoberto. Essa condição indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, sua controlada e suas coligadas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos às realizações e classificações dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificações de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia, sua controlada e suas coligadas continuarem operando.

Sem ressalvarmos nossa opinião, chamamos atenção para a Nota Explicativa no. 1, que a Controlada do setor energético (Grupo Star Energy) estão no meio de uma reestruturação societária e administrativa com o objetivo de as mesmas se manterem realizáveis, essa reestruturação, indica existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto a capacidade das Controladas se tornarem realizáveis

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram executados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 09 de outubro de 2015, com ressalva semelhantes à mencionadas nos parágrafos da "Base para Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", além das mesmas ênfases descritas nos "Outros Assuntos" e mais a ênfase sobre a situação hídrica da controlada indireta Água Paulista Geradora de Energia Ltda., situação essa regularizada.

Ribeirão Preto, 30 de junho de 2016.

Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP -239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Heber Participações S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3	4	15.786	15.836
Contas a receber de clientes	7	-	36	36.017	32.889
Estoques de produtos e mercadorias	8	-	-	2.118	2.118
Impostos a recuperar	9	7.631	7.279	34.452	34.886
Adiantamentos a fornecedores	10	166.430	136.947	278.260	310.383
Despesas antecipadas		1.571	2.579	2.286	3.222
Outros créditos	11	3.761	3.760	192.751	200.317
		179.396	150.605	561.670	599.651
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos compulsórios e judiciais		15	1	16.263	16.753
Impostos a recuperar	9	-	-	14.867	16.978
Dividendos a receber		-	-	33.505	-
Partes relacionadas	12	1.291.310	1.294.978	158.188	151.463
Outros créditos	11	147.308	169.175	300.676	310.786
		1.438.633	1.464.154	523.499	495.980
Permanente					
Investimentos	13	1.381.923	1.467.815	1.444.498	1.336.872
Imobilizado	14	885	937	1.091.501	1.110.100
Intangível	15	115.213	115.213	204.212	231.495
Diferido		-	-	-	-
		1.498.021	1.583.965	2.740.211	2.678.467
		2.936.654	3.048.119	3.263.710	3.174.447
Total do ativo		3.116.050	3.198.724	3.825.380	3.774.098

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Heber Participações S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Circulante					
Fornecedores	16	22.021	22.186	130.384	123.502
Empréstimos e financiamentos	17	38.741	22.404	101.743	172.878
Pessoal, encargos e benefícios sociais		-	-	17.403	16.927
Impostos a recolher	18	467	466	159.974	159.799
Dividendos a pagar		62.608	67.406	108.946	84.963
Outras obrigações	19	117.733	447.086	286.594	533.394
		241.570	559.548	805.044	1.091.463
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	-	11.521	28.792	62.687
Impostos a recolher	18	-	-	1.151	1.599
Provisão para perdas em investimentos	13	279.073	264.651	163.246	60.145
Partes relacionadas	12	1.810.546	1.454.361	1.403.942	1.044.667
Obrigações contingenciais (fiscais, sociais e trabalhistas)	20	-	-	103.353	103.326
Adiantamento para futuro aumento da capital		580	580	580	584
Outras obrigações	19	37.288	39.556	176.075	158.419
		2.127.487	1.770.669	1.877.139	1.431.427
Patrimônio líquido	21				
Capital social		307.345	307.345	307.345	307.345
Reserva legal		72.115	72.115	72.115	72.115
Resultados abrangentes		866.864	863.769	866.864	863.769
Prejuízos acumulados		(499.331)	(374.722)	(499.331)	(374.722)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		746.993	868.507	746.993	868.507
Participação dos acionistas não controladores		-	-	396.204	382.701
		746.993	868.507	1.143.197	1.251.208
Total do passivo e patrimônio líquido		3.116.050	3.198.724	3.825.380	3.774.098

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Heber Participações S.A.

Demonstrações do resultado
Exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida	22	-	-	6.352	455.649
Custo dos produtos vendidos	23	-	-	(9.625)	(403.050)
Resultado bruto		-	-	(3.273)	52.599
Despesas/(receitas) operacionais					
Comerciais		-	-	(205)	(1.651)
Administrativas e outras	24	(3.161)	(7.595)	(23.844)	(70.939)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(103.000)	(272.929)	37.959	8.336
Outras receitas/(despesas) operacionais	25	(12.881)	-	(43.769)	(121.521)
		(119.042)	(280.524)	(29.859)	(185.775)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		(119.042)	(280.524)	(33.132)	(133.176)
Resultado financeiro	26	(5.567)	(5.874)	(48.514)	(76.940)
Resultado do exercício antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(124.609)	(286.398)	(81.646)	(210.116)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	28	-	-	-	(2.033)
Imposto de Renda e Contribuição social diferido	28	-	-	-	859
Prejuízo do exercício		(124.609)	(286.398)	(81.646)	(211.290)
Atribuível a	-				
Acionistas da Companhia				(81.646)	(211.290)
Participação dos não controladores	-			(42.963)	(75.108)
Prejuízo do exercício				(124.609)	(286.398)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Heber Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo do exercício	(124.609)	(286.398)	(81.646)	(211.290)
Ajuste de avaliação patrimonial em coligadas	-	(55.744)	-	(55.744)
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes em controladas	3.095	265.063	3.095	265.063
Resultado abrangente do exercício	(121.514)	(77.079)	(78.551)	(1.971)
Total do resultado abrangente do período atribuível a				
Acionistas da Companhia			(78.551)	(1.971)
Participação dos não controladores			(42.963)	(75.108)
			(121.514)	(77.079)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Heber Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares Reais)

	Capital social	Reserva legal	Resultado abrangente	Reserva de lucro a realizar	Lucros/(prejuizos) acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2014	307.345	72.115	654.450	213.135	(265.763)	981.282	305.622	1.286.904
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes em controladas	-	-	265.063	-	-	265.063	-	265.063
Ajuste de avaliação patrimonial em coligadas	-	-	(55.744)	-	-	(55.744)	-	(55.744)
Resgate ações conferme AGE de 15 de setembro de 2014	-	-	-	(35.696)	-	(35.696)	-	(35.696)
Prejuízos do exercício	-	-	-	-	(286.398)	(286.398)	75.108	(211.290)
Absorção dos prejuízos	-	-	-	(177.439)	177.439	-	-	-
Participação dos minoritários	-	-	-	-	-	-	1.971	1.971
Saldos em 31 de dezembro de 2014	307.345	72.115	863.769	-	(374.722)	868.507	382.701	1.251.208
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes em controladas	-	-	3.095	-	-	3.095	-	3.095
Prejuízos do exercício	-	-	-	-	(124.609)	(124.609)	42.963	(81.646)
Participação dos minoritários	-	-	-	-	-	-	(29.460)	(29.460)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	307.345	72.115	866.864	-	(499.331)	746.993	396.204	1.143.197

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Heber Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares Reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Resultado do exercício	(124.609)	(286.398)	(124.609)	(286.398)
Ajuste para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais				
Depreciação e amortização	52	53	16.095	26.294
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	5.758	5.999	25.544	87.235
Resultado da equivalência patrimonial	103.000	272.929	(37.959)	(8.336)
Baixa do imobilizado	-	-	8.397	596.771
Constituição (reversão) de provisão para contingências	-	-	27	(1.384)
Ajuste de avaliação patrimonial em controlada	-	-	-	(55.744)
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes em controladas	-	-	3.095	265.642
Variação na participação de minoritários	-	-	13.503	77.079
	(15.799)	(7.417)	(95.907)	701.159
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Valores a receber clientes	36	-	(3.128)	93.306
Estoques produtos e mercadorias	-	-		24.049
Adiantamentos a fornecedores e diversos	(29.483)	(1.535)	32.123	201.075
Despesas antecipadas	1.008	828	936	1.753
Outros créditos - curto e longo prazo	21.866	(22.928)	17.676	(85.626)
Depósitos judiciais e compulsórios	(14)	1	490	21.122
Partes relacionadas	359.853	321.941	352.550	208.800
Pessoal, encargos e benefícios sociais	-	-	476	658
Fornecedores nacionais e internacionais	(165)	1.049	6.882	(96.623)
Impostos a recolher - líquido	(351)	(443)	2.272	99.453
Outras obrigações - curto e longo prazo	(331.621)	(12.202)	(229.141)	(64.020)
	21.129	286.711	181.136	403.947
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais	5.330	279.294	85.229	1.105.106
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	-	(241.333)	-	-
Imobilizado	-	-	(5.620)	(216.863)
Recebimento de lucros e dividendos	409	815	67.571	16.412
Intangível	-	-	27.010	128.697
Recursos líquidos utilizados das atividades operacionais	409	(240.518)	88.961	(71.754)
Fluxo de caixas nas atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo:				
Pagamentos	(35.720)	(18.134)	(168.962)	(1.207.614)
Captações	34.778	385	38.388	185.130
Aplicação financeira vinculada	-	-	-	4
Resgate empresa controlada	-	-	-	(35.696)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(43.666)	4
Distribuição de lucros e dividendos	(4.798)	(21.026)	-	(16.281)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	(5.740)	(38.775)	(174.240)	(1.074.453)
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(1)	1	(50)	(41.101)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	3	15.836	56.937
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3	4	15.786	15.836
	(1)	1	(50)	(41.101)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares Reais)

1. Contexto operacional

A Heber Participações S.A., de estrutura familiar com capital 100% nacional, constituída em 10 de outubro de 1996, tem sua sede localizada na capital do Estado de São Paulo, e tem como objetivo social a participação no capital de outras Empresas, na qualidade de sócia, acionista ou cotista, bem como a Administração de bens próprios.

Geração de energia

Durante o ano de 2010, após a segregação dos ativos de infraestrutura em sociedade com o Grupo Equipav, a Companhia efetuou a consolidação dos projetos de energia em duas holdings de negócio, a Star Energy, voltada aos negócios de energia movida a combustíveis fósseis, e a Gaia, voltada para projetos de energia renovável.

A Compacto Participações S.A., é a divisão de energia da Heber Participações S.A., concentrando a administração dos investimentos do grupo em energia de fontes renováveis (Gaia) e energia de fontes fósseis (StarEnergy).

Star Energy Participações S.A. é a empresa criada pelo Grupo Heber para centralizar o controle e desenvolvimento do seu portfólio de projetos termelétricos movidos a combustíveis fósseis (óleo combustível, gás natural e carvão mineral), que juntos hoje formam uma carteira de, aproximadamente, 6,4GW de capacidade instalada. Possuiu unidades termoelétricas em Fortaleza, Campina Grande, Maracanaú e Camaçari.

A divisão de negócios de energia do Grupo Heber atua por meio da Gaia Energia e Participações S.A. desde 2008 no setor de energias renováveis, investindo em tecnologias e fontes alternativas de geração, como centrais hidrelétricas à base de biomassa e usinas eólicas, promovendo menor impacto ambiental e otimização dos recursos naturais. Possui unidades hidroelétricas em Brasnorte, Santa Rita do Passa Quatro, Rio Claro, Salesópolis e Brotas.

As controladas indiretas E.C.B. Energia S.A., E.S.A. Energia S.A. e Piqui Energia S.A. sofreram impedimento de iniciarem suas operações devido ao Processo nº 48500.007191/2005-78 interposto pela ANEEL. A Administração das controladas está pleiteando com a Aneel revisão do processo, liberando assim as operações das controladas citadas.

A relação com a agência reguladora do setor, a ANEEL, também é um fator importante e que vem sendo conduzido de forma constante e presente pelo Grupo.

Infraestrutura
A Cibe Participações e Empreendimentos S.A. foi constituída em 24 de janeiro de 2008 e tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, bem como atividades de consultoria, assistência técnica, manutenção e administração de empresas relacionadas aos negócios em que a Companhia participar, direta ou indiretamente, especialmente no que tange à concessão de rodovias e de saneamento básico na esfera municipal, estadual e/ou federal, dentro e fora da República Federativa do Brasil.

Saneamento básico
A Águas de Itu Exploração de Serviços de Água e Esgoto S.A. foi constituída em 09 de novembro de 2006 e iniciou suas atividades em 04 de outubro de 2007 com a transferência do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário amparado no Contrato de Concessão (Contrato) nº 146 com a Prefeitura da Estância Turística de Itu assinado em 23 de julho de 2007.

O objeto do referido contrato consiste na exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do município de Itu - SP, sob o regime de concessão, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 anos.

Conforme estabelecido na legislação do Estado de São Paulo, a atividade de fornecimento de água natural canalizada é isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Em 30 de junho de 2014, através de Assembleia Geral Extraordinária, a Heber Participações S.A. resgatou 8.315.966 ações ordinárias, transferido a participação na Águas de Itu Exploração de Serviços de Água e Esgoto S.A. para a controladora Gestão e Crescimento I Fundo de Investimento em Participações.

1.1.- Reestruturação Societária – Grupo Star Energy

Em 2008 o Grupo Bertin tinha acabado de comercializar suas unidades de Carne com o JBS, e objetivando continuar como um grande player do mercado brasileiro apostou no ramo de energia elétrica, assim participando e saindo vitorioso dos leilões de energia A-3 e A-5.

Como resultado dos leilões o Grupo tinha como responsabilidade, o investimento na casa do R$10 bilhões, na construção das 21 Usinas, abaixo descritas:

- UTE MC2 Dias Dávila 1 S.A.;
- UTE MC2 Dias Dávila 2 S.A.;
- UTE MC2 Camaçari 1 S.A.;
- UTE MC2 Catu S.A.;
- UTE MC2 Senhor do Bonfim S.A.;
- UTE MC2 Feira de Santana S.A.;
- UTE MC2 Joinville S.A.;
- UTE MC2 Sapeaçu S.A.;
- UTE MC2 Messias S.A.;
- UTE MC2 Camaçari 3 S.A.;

- UTE MC2 Camaçari 2 S.A.;
- UTE MC2 Macaíba S.A.;
- UTE MC2 João Neiva S.A.;
- UTE MC2 Governador Mangabeira S.A.;
- UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro S.A.;
- UTE MC2 Iconha S.A.;
- UTE MC2 Suape II S.A.;
- UTE MC2 Rio Largo S.A.;
- UTE MC2 Santo Antonio de Jesus S.A.;
- UTE MC2 Nova Venecia 2 S.A.
- UTE MC2 Pecem 2 S.A.

Entretanto com o advento da crise econômica mundial, em meados do ano de 2008, e posterior crise brasileira iniciada por volta do ano de 2010, os recursos financeiros brasileiros e mundiais "secaram", assim o Grupo Heber, principalmente no ramo da geração e distribuição de energia elétrica, que é composto principalmente pelas concessões decorrentes dos leilões A-3 e A-5, acima descritos, se deparou com essa grande escassez de recursos financeiros, assim desestabilizando o planejamento do que se entendia como uma das mais promissoras unidades geradora de caixa do Grupo.

Por inúmeras vezes o Grupo pleiteou ajuda da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para uma intervenção junto ao BNDES para o auxilio com os recursos para que se concretizasse as construções, justificando que o resultado das construções seria benéficos para o Brasil como um todo, que já havia sofrido um apagão energético nos anos 2000. Entretanto, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), revogou a autorização outorgada das controladas indiretas Cauípe Geradora de Energia S.A., Energética Capixaba S.A., Espírito Santo Geradora de Energia S.A., UTE MC2 Camaçari I S.A., UTE MC2 Camaçari II S.A., UTE MC2 Camaçari III S.A., UTE MC2 Sapeaçu S.A., UTE MC2 Santo Antônio de Jesus S.A., UTE MC2 Governador Mangabeira S.A., UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro S.A., UTE MC2 Senhor do Bonfim S.A., UTE MC2 Catu S.A., UTE MC2 Feira de Santana S.A., UTE MC2 Dias D'avila I S.A., UTE MC2 Dias D'avila II S.A., UTE MC2 Messias S.A., UTE MC2 Rio Largo S.A., UTE MC2 Iconha S.A., UTE MC2 Suape II B S.A., UTE MC2 Macaíba S.A. e UTE MC2 Pecem 2 S.A.

Com esses obstáculos, e já com as concessões de energias em sua posse, no ano de 2012, antes da revogação supra citada, iniciou – se uma grande reestruturação societária no grupo atendendo ao Despacho no. 4.111/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que deliberou, aprovou e autorizou que os ativos existentes nas 6 (seis) Usinas Termoelétricas do Leilão A-3 no. 2/2008, quais sejam **(i)** UTE MC2 Camaçari 1 S.A. **,(ii)** UTE MC2 Catu 1 S.A., **(iii)** UTE MC2 Dias D'Ávila 1 S.A., **(iv)** UTE MC2 Dias D´Ávila 2 S.A., **(v)** UTE MC2 Feira de Santana S.A. e **(vi)** UTE Nosso Senhor do Bonfim S.A. ("ARATU 1"), sejam utilizados, por meio de transferência dessas ativos, para as 6 (seis) usinas do Leilão A-5 no. 3/2008, quais sejam, **(a)** UTE MC2 Camaçari 2 S.A., **(b)** UTE MC2 Camaçari 3 S.A., **(c)** UTE MC2 Governador Mangabeira S.A., **(d)** UTE MC2 Sapeaçu S.A., **(e)** UTE MC2 Santo Antônio de Jesus S.A. e **(f)** UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro S.A. (ARATU 2), com o objetivo de viabilizar e possibilitar a implantação e consecução do projeto de ARATU 2 situado no Polo Industrial de Aratu, localizado no município de Candeias, estado da Bahia. Sendo essas reestruturações finalizadas no exercício de 2015

Nessas organizações societárias o grupo incorreu em varias cisões e incorporação:

- Cisão da UTE MC2 Camaçari 1 S.A. e incorporação UTE MC2 Camaçari 2 S.A., UTE MC2 Camaçari 3 S.A., UTE MC2 Governador Mangabeira S.A., UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro S.A., UTE MC2 Sapeaçú S.A. e UTE MC2 Santo Antônio de Jesus S.A.;
- Cisão da UTE MC2 Catu S.A. e incorporação UTE MC2 Camaçari 2 S.A., UTE MC2 Camaçari 3 S.A., UTE MC2 Governador Mangabeira S.A., UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro S.A., UTE MC2 Sapeaçú S.A. e UTE MC2 Santo Antônio de Jesus S.A.;
- Cisão da UTE MC2 Dias D´Avila 1 S.A. e incorporação UTE MC2 Governador Mangabeira S.A.;
- Cisão da UTE MC2 Dias D´Avila 2 S.A. e incorporação UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro S.A.;
- Cisão da UTE MC2 Feira de Santana S.A. e incorporação UTE MC2 Sapeaçú S.A.;
- Cisão da UTE MC2 Senhor do Bonfim S.A. e incorporação UTE MC2 Santo Antônio de Jesus S.A..

Próximos passos

A controlada direta das UTEs é a Star Energy Participações S.A. ("Star"), e em 31 de dezembro de 2015 a Star possui o montante a receber de partes relacionadas no valor de R$809.336, dos quais R$662.472 são junto as UTEs, conforme segue:

UTEs	31/12/2015
UTE MC2 Camaçari 1 S.A.	4.357
UTE MC2 Catu S.A.	6
UTE MC2 Dias D´Ávila 1 S.A.	50
UTE MC2 Dias D´Ávila 2 S.A.	209
UTE MC2 Feira de Santana S.A.	472
UTE MC2 Senhor do Bonfim S.A.	18
UTE MC2 Camaçari 2 S.A.	292.283
UTE MC2 Camaçari 3 S.A.	168.356
UTE MC2 Governador Mangabeira S.A.	39.130
UTE MC2 Santo Antônio de Jesus S.A.	57.891
UTE MC2 Pecem 2 S.A.	172
UTE MC2 Iconha S.A.	1.169
UTE MC2 Macaiba S.A.	60
UTE MC2 Messias S.A.	44
UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro S.A.	42.301
UTE MC2 Nova Venecia 2 S.A.	29
UTE MC2 Rio Largo S.A.	57
UTE MC2 Sapeaçu S.A.	55.717
UTE MC2 Suape II S.A.	151
	662.472

Assim, para o exercício de 2016, como as cisões já encontram-se realizadas e finalizadas, esses saldos serão integralizados nos respectivos capitais sociais das controladas, com o objetivo de desalavancar as UTEs.

Ato continuo, o objetivo é, adequar as pendências tributárias, possibilitando que as empresas cindidas, que já não possuem os imobilizados sejam incorporadas pelas UTEs que se tornaram operacionais, recapitulando, que seriam as UTE MC2 Camaçari 2 S.A., UTE MC2 Camaçari 3 S.A., UTE MC2 Governador Mangabeira S.A., UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro S.A., UTE MC2 Sapeaçú S.A. e UTE MC2 Santo Antônio de Jesus S.A.

2. Entidades do grupo

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas:

Controladas diretas	Porcentagem de participação 2015	2014
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.	100,00%	100,00%
Cibe Saneamento e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Star Energy Participações S.A.	99,99%	99,99%
Compacto Participações S.A. (atual denominação da Bertin Energia Participações S.A.)	99,99%	99,99%
Horizon Biomass S.A.	99,99%	99,99%
HB Rental Machines Aluguel de Veículos Ltda.	99,99%	99,99%
HBE Serviços de Engenharia Ltda.	99,99%	99,99%
HBTEC Serviços de Tecnologia Ltda.	99,99%	99,99%
Laguna Energia S.A. (denominação atual da Cibe Energia e Participações S.A.)	100,00%	100,00%

Controladas indiretas	Porcentagem de Participação 2015	2014
Águas Paulista S.A.	99,99%	99,99%
Piqui Energia Ltda.	99,99%	99,99%
Mafe Energia e Participações S.A.	53,00%	53,00%
Esa Energia Ltda.	99,99%	99,99%
ECB Energia Ltda.	99,99%	99,99%
Curuá Energia S.A.	52,47%	52,47%
Buriti Energia S.A.	52,47%	52,47%
GTE - Grupo de Tecnologia de Engenharia Ltda.	50,00%	50,00%
Cibe Investimento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Águas de Itu Serviços de Água e Esgoto S.A.	100,00%	100,00%
GAN - Gestão de Apoio a Negócios Ltda.	-	50,00%
GAR - Gestão e Administração em Rodovias Ltda.	-	50,00%
Urbanizadora Convívio Ltda.	100,00%	100,00%
NAG - Núcleo de Apoio à Gestão Ltda.	-	50,00%
Ellocin Brasil Participações e Consultoria Empresarial Ltda.	100,00%	100,00%
Ellobras Infra-Estrutura e Participações Ltda.	100,00%	100,00%
UTE MC2 Camaçari 1 S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Catú S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Dias Dávila 2 S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Governador Mangabeira S.A.	99,99%	99,99%

Controladas indiretas	Porcentagem de participação 2015	2014
UTE MC2 João Neiva S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Macaíba S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Pecem 2 S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Senhor do Bonfim S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Santo Antonio de Jesus S.A.	99,99%	99,99%
Espirito Santo Geradora de Energia	70,00%	70,00%
Energetica Capixaba S.A.	70,00%	70,00%
Thermes Participações S.A.	70,00%	70,00%
Lambari Geradora de Energia S.A.	100,00%	100,00%
UTE MC2 Camaçari 2 S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Camaçari 3 S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Dias Dávila 1 S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Feira de Santana S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Iconha S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Joinville S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Messias S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Rio Largo S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Sapeaçu S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Suape II B S.A.	99,99%	99,99%
Caiupe Geradora de Energia S.A.	100,00%	100,00%
Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.	72,72%	72,72%
Doreta Participações e Empreendimentos S.A.	26,00%	26,00%
Scatafi Empreendimentos e Participações Ltda	50%	50%
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	50%	50%
Concessionária SPMAR S.A.	95%	95%
Santana do Araguaia Energia S.A.	99,99%	99,99%
Acrópole Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	99,99%	99,99%
Rubi Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	99,99%	99,99%
MC2 Energia e Participações S.A.	74%	74%
Smart Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	99,99%	99,99%
Gaia Energia e Participações S.A.	99,99%	99,99%
UTE MC2 Macaíba S.A.	99,99%	99,99%
Patrocles Participações S.A.	99,99%	99,99%

3. Base de preparação

Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de junho de 2016.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

c) Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a apresentação e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre os julgamentos efetuados pela Administração referente ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia estão incluídas na Nota Explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 12 - partes relacionadas;
- Nota Explicativa nº 14 - vida útil de ativo imobilizado;
- Nota Explicativa nº 15 – vida útil de ativo intangível;
- Nota Explicativa nº 20 – obrigações contingenciais (fiscais, sociais e trabalhistas).

4. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Base de consolidação

i) Combinações de negócios

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

ii) Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Quando a participação do Grupo nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida.

b) Transação em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

c) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis
São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Vide Nota Explicativa nº 2 (j) (i) – Redução ao valor recuperável – impairment – ativos financeiros.

Os empréstimos e os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

iii) Capital social

Ações ordinárias
Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e na Lei nº 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide Nota Explicativa nº 21.

d) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

i) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	30 anos
Máquinas e equipamentos	13 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Instalações	11 anos
Veículos	4 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	30 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Intangível

Ágio
O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial (vide nota 4 (a) (i))

Mensuração subseqüentes
O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil das companhias investidas registradas por equivalência patrimonial.

Outros ativos intangíveis
Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada.

Gastos subseqüentes
Os gastos subseqüentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização
A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, acrescidos de gastos relativos a transportes, custos de produção e transformação, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g) Redução ao valor recuperável - impairment

i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e o Imposto de Renda e Contribuição Social deferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2015.

h) Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas no resultado tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido

j) Receita operacional

i) Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada do produto vendido.

Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial ativa. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto do valor presente das provisões e variação cambial passiva. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

l) Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

m) Novos pronunciamentos

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os efeitos que essas normas e interpretações poderão ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações, a saber:

- IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros);
- IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes);
- Agricultura: Plantas Produtivas (alterações CPC 27/ IAS 16 e CPC 29/ IAS 41).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Caixa e equivalentes de caixa
Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos.

Contas a receber e outros recebíveis
O valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo.

Passivos financeiros não derivativos
O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

6. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa, e são assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Bancos conta movimento	3	4	15.766	15.832
CDB – DI	-	-	20	4
	3	**4**	**15.786**	**15.836**

Os Certificados de Depósitos Bancários (CDB-DI) são aplicações realizadas com instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Clientes nacionais	-	36	36.017	32.889
Clientes estrangeiros	-	-	-	-
Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	-	-	-	-
	-	**36**	**36.017**	**32.889**

Conforme CPC 39 - Instrumentos financeiros, segue a movimentação da PCLD:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	-	-	-	(5.063)
(+) Adições	-	-	-	-
(-) baixas	-	-	-	5.053
	-	**-**	**-**	**-**

8. Estoques de produtos e mercadorias

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Matérias-primas e almoxarifados	-	-	2.118	2.118
	-	**-**	**2.118**	**2.118**

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
PIS	187	173	2.359	2.353
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	5.673	5.673	14.065	14.041
IRPJ a recuperar	1.229	935	6.266	5.972
CSCL	26	25	1.022	1.021
COFINS	516	473	9.623	9.677
Impostos diferidos	-	-	15.283	16.978
Outros	-	-	701	1.822
	7.631	**7.279**	**49.319**	**51.864**
Ativo circulante	**7.631**	**7.279**	**34.452**	**34.886**
Ativo não circulante	**-**	**-**	**14.867**	**16.978**

10. Adiantamento a fornecedores

	Controladora	
	2015	2014
Montreal Equipamentos de Proteção Individual	53.000	53.000
Valter Luis Macedo Carvalhaes Pinheiro	12.060	12.060
Nelson Luis Belotti dos Santos	22.184	22.184
Marcos Antonio Grecco	17.481	17.481
Marcos Antonio Vaz Capute	11.999	11.999
Carlos Alberto Mansur	3.654	3.654
Condesa Norte Indústria e Comércio Ltda.	2.550	2.550
Agro Prosper Agrícola Ltda.	1.100	1.100
Outros	42.402	12.919
	166.430	**136.947**

	Consolidado	
	2015	2014
Montreal Equipamentos de Proteção Individual	53.000	53.000
Valter Luis Macedo Carvalhaes Pinheiro	12.060	12.060
Nelson Luis Belotti dos Santos	22.184	22.184
Marcos Antonio Grecco	17.481	17.481
Marcos Antonio Vaz Capute	15.653	15.653
Carlos Alberto Mansur	2.550	2.550
Condesa Norte Indústria e Comércio Ltda.	1.100	1.100
Man Diesel e Tubos	119.346	119.346
Mei Engenharia Ltda.	4.060	4.060
Gtecc Grupo Tecnológico Eng Constr. Civil	1.221	1.221
Marza Engenharia Elétrica Ltda.	1.089	1.089
Construções Metálicas Project Ltda.	960	960
Adiantamento fornecedores nacionais	18.588	39.226
Adiantamento fornecedores internacionais	1.205	1.253
IAC Stopson	775	775
Lokelani Empreendimentos e Participações	4.300	4.300
Outros	2.688	14.125
	278.260	**310.383**

Não é procedimento do Grupo constituir provisão para saldos sem movimentação de longa data.

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Dividendos a receber	3.306	3.306	-	-
Cepemar	9.399	9.066	9.066	9.066
RJ2 Participações	694	6.558	694	6.558
São Fernando Açúcar e Álcool S.A.	97.085	97.085	97.085	97.085
Usina Brilhante	1.733	1.732	1.733	1.732
São Fernando Energia 2	18	17	18	17
Sulvias	203	203	203	203
Vendas empresas controladas	-	-	192.740	196.308
Lokelani	-	-	9.700	9.700
Kandarpa	-	-	23.401	23.401
Eletricidade Paraense	9.995	9.994	9.995	9.994
Caminhos do Sol	40	8.040	8.040	8.040
Genpower	711	710	711	710
Cibe Rodovias e Participações S.A.	3.858	3.858	3.858	3.858
Equipav Engenharia Ltda.	12.801	12.801	30.685	30.685
Empate Construções e Com. Ltda.	-	-	23.225	23.225
Prolagos	-	-	5.248	5.248
Immbrax	-	-	8.890	8.890
Maracanaú Geradora de Energia S.A.	7.389	7.388	7.388	7.388
Agropecuária São Francisco	-	-	5.141	5.141
Santos CMI – Turbo Gerador	-	-	18.589	18.589
Lerans Energia Ltda.	-	-	15.748	15.748
Muricy	-	-	11.319	11.319
Outros valores a receber	3.837	12.177	9.950	18.198
	151.069	**172.935**	**493.427**	**511.103**
Ativo circulante	**3.761**	**3.760**	**192.751**	**200.317**
Ativo não circulante	**147.308**	**169.175**	**300.676**	**310.786**

Não é procedimento do Grupo constituir provisão para saldos sem movimentação de longa data.

12. Partes relacionadas

	Controladora					
	Saldos em 01/01/14				Saldos em 31/12/14	
	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)	Pagamentos efetuados	Recebimentos efetuados	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)
Compacto Participações S.A.	199.442	53.099	46.316	19.068	245.758	72.167
Paralelli Licenciamentos Ltda.	223	-	-	-	223	-
Buriti Energia S.A.	43.946	-	-	-	43.946	-
Curua Energia S.A.	73.280	-	-	-	73.280	-
Mafe Energia e Participações S.A.	700	-	-	-	700	-
BSB Prod. de Equip. de Prot. Ind.l Ltda.	1.255	281	-	-	1.255	281
GAR - Gestão e Adm. em Rodovias Ltda.	-	9.091	-	-	-	9.091
Cibe Part. e Emp. S.A.	212.857	400	-	231.657	-	19.200
Cibe Saneamento	-	1.433	1.433	-	-	-
Gaia Energia e Participações S.A.	1	158.134	-	-	1	158.134
Contern Construções e Contern Ltda.	-	27.954	-	-	-	27.954
NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	-	17.817	-	-	-	17.817
Laguna Energia S.A.	181.845	26.501	5.244	-	187.089	26.501
Star Energy Participações S.A.	345.888	114.189	103.301	-	449.189	114.189
Santana do Araguaia	1	-	-	-	1	-

	Controladora					
	Saldos em 01/01/14				Saldos em 31/12/14	
	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)	Pagamentos efetuados	Recebimentos efetuados	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)
GTE - Grupo de Tecnologia e Eng. Ltda.	-	30.525	-	-	-	30.525
Usina Navirai S/A Açúca r e Álcool	1.660	-	-	1.660	-	-
Henber Trasport. E Logística Ltda.	1.630	-	-	1.630	-	-
Disa Destinalaria Itaunas	3.988	-	-	3.685	303	-
Mojosa Participações Societárias S.A.	2.800	-	-	-	2.800	-
CSCL Assessoria Emrpesarial Ltda.	-	108	-	-	-	108
Comapi Agropecuária S.A.	-	-	-	546	-	546
Ellobras Infr. e Participação Ltda.	-	4.217	206	-	206	4.217
Ellocin BR Participação Consórcio Ellobras	264	4.274	-	-	264	4.274
GAN - Gestão de Apoio a Negócios Ltda.	-	4.714	-	-	-	4.714
BSB Participações Ltda.	-	1.600	10.000	-	9.200	800
Nitreb Participações Ltda.	9	18.721	-	13.000	9	31.721
Cibe Investimento e Participações S.A.	92.000	672	-	-	92.000	672
Meridional SRT Serv. Téc. em Rod. Ltda.	-	7.000	-	-	-	7.000
Davante Participações Ltda.	-	664.905	-	156.122	-	821.027
BERF Participações S.A.	-	1.000	-	-	-	1.000
Orchidae Distribuição de Cosmétics Ltda.	-	4.431	-	-	-	4.431
Veneza Participações	-	48.250	-	26.678	-	74.928
Infinity Bioenergy S.A.	-	-	-	1.048	-	1.048
UTE´s MC2	80.813	-	7.389	-	88.202	-
Bertol Participações S.A.	700	-	-	-	700	-
Tinto Holding Ltda.	97.846	20.368	1.580	19.828	78.018	18.788
Horizon Biomass	5.055	-	-	-	5.055	-
HB Rental Aluguel de Maquinas Ltda.	6.187	-	31	-	6.218	-
Maracanu Geradora de Energia	7.389	-	-	7.389	-	-
HBE Serviços de Engenheria Ltda.	114	-	5	-	119	-
HBTEC Serviços de Tecnologia Ltda.	7	9	5	-	12	9
Faszenda Eldorado S.A.	7.070	-	-	-	7.070	-
Rema Participaçõe S.A.	790	-	-	790	-	-
Alambari Construções S.A.	3.708	-	-	3.708	-	-
Riober Participações Ltda.	211	-	-	177	94	60
Luciante Participações S.A.	2.747	-	1		2.748	-
Agropecuária São Francisco S.A.	7.000	-	-	7.000	-	-
Outros	825	-	-	3.466	518	3.159
Total	**1.382.251**	**1.219.693**	**175.511**	**497.452**	**1.294.978**	**1.454.361**

	Controladora					
	Saldos em 01/01/15				Saldos em 31/12/15	
	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)	Pagamentos efetuados	Recebimentos efetuados	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)
Compacto Participações S.A.	245.758	72.167		23.609	222.238	72.256
Paralelli Licenciamentos Ltda	223	-			223	
Buriti Energia S.A.	43.946	-			43.946	
Curua Energia S.A.	73.280	-			73.280	
Mafe Energia e Participações S.A.	700	-			700	
BSB Prod. de Equip. de Prot. Ind.l Ltda.	1.255	281	281	808	447	
GAR - Gestão e Adm. em Rodovias Ltda.	-	9.091	9.091			
Cibe Part. e Emp. S.A.	-	19.200	11	23.422	11	42.622
Cibe Saneamento	-	-	54		54	
Gaia Energia e Participações S.A.	1	158.134			1	158.134
Contern Construções e Contern Ltda.	-	27.954	527		527	27.954
NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	-	17.817	17.817			
Reivo Participações S.A.			153		153	
Águas de Itu Exploração de Serv. S.A.			14.893		14.893	
Vertis Participações S.A.			110		110	
Piqui Energia Ltda				26.827		26.827
ESA Energia S.A.				9.966		9.966
ECB Energia S.A.				10.225		10.225

	Controladora					
	Saldos em 01/01/15				Saldos em 31/12/15	
	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)	Pagamentos efetuados	Recebimentos efetuados	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)
GTE - Grupo de Tecnologia e Eng. Ltda.	-	30.525		31.621		62.146
Usina Navirai S/A Açúca r e Álcool	-	-				
Disa Destinalaria Itaunas	303	-			303	
Mojosa Participações Societárias Ltda.	2.800	-			2.800	
CSCL Assessoria Emrpesarial Ltda	-	108	108			
Comapi Agropecuária S.A.	-	546	546		546	546
Ellobras Infr. e Participação Ltda.	206	4.217		1	205	4.217
Ellocin BR Participação Consórcio Ellobras	264	4.274			264	4.274
GAN - Gestão de Apoio a Negócios Ltda.	-	4.714	4.714			
BSB Participações Ltda.	9.200	800	800		9.200	
Nitreb Participações Ltda.	9	31.721	13.001		10	18.721
Cibe Investimento e Participações S.A.	92.000	672			92.000	672
Meridional SRT Serv. Téc. em Rod. Ltda.	-	7.000				7.000
Davante Participações Ltda	-	821.027	362	3.544	362	824.571
BERF Participações S.A.	-	1.000				1.000
Orchidae Distribuição de Cosmétics Ltda.	-	4.431				4.431
Veneza Participações	-	74.928	100			74.828
Infinity Bioenergy S.A.	-	1.048	1.048			
UTE´s MC2	88.202	-		7.387	80.815	
Laguna Energia S.A.	187.089	26.501	1.511	43	188.600	26.544
Star Energy Participações S.A.	449.189	114.189	10.056	1.704	459.245	115.893
Santana do Araguaia	1	-		1		

	Controladora					
	Saldos em 01/01/15				Saldos em 31/12/15	
	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)	Pagamentos efetuados	Recebimentos efetuados	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)
Bertol Participações S.A.	700	-		800	700	800
Tinto Holding Ltda	78.018	18.788		297.842	78.018	316.630
Horizon Biomass	5.055	-			5.055	
HB Rental Aluguel de Maquinas Ltda	6.218	-		212	6.006	
HBE Serviços de Engenheria Ltda.	119	-			119	
HBTEC Serviços de Tecnologia Ltda.	12	9			12	9
Faszenda Eldorado S.A.	7.070	-		7.070		
Riober Participações Ltda	94	60	60	1	93	
Luciante Participações S.A.	2.748	-	32	280	2.780	280
Agropecuária São Francisco S.A.	-	-	7.000		7.000	
Outros	518	3.159	3.235		594	
Total	**1.294.978**	**1.454.361**	**85.510**	**445.363**	**1.291.310**	**1.810.546**

	Consolidado					
	Saldos em 01/01/2014		Pagamentos efetuados	Recebimentos efetuados	Saldos em 31/12/14	
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo
Contern Construções e Contern Ltda.	19.640	27.954	-	71.192	-	79.506
Nitreb Participações Ltda.	-	15.908	-	21.804	-	37.712
Fazenda Eldorado	-	-	7.070	-	7.070	-
Rema Participações	-	-	-	-	-	-
JBS S.A.	-	152.000	152.000	-	-	-
Orchidae Distribuidora de Cosméticos	-	4.431	-	-	-	4.431
Tinto Holding Ltda.	132.945	20.368	20.368	67.686	65.259	-
São Fernando S.A. Açúcar e Álcool	95.565	16.560	16.560	95.565	-	-
Usina Brilhante S.A.	1.733	-	-	1.733	-	-
Usina Naviraí S.A.	1.660	-	340	-	2.000	-
Disa Destilaria Itaunas S.A.	3.684	-	-	3.381	303	-
Cibe Rodovias e Participações S.A.	3.858	-	-	3.858	-	-
Paralelli Licenciamentos Ltda.	212	-	11	-	223	-
Davante Participações	-	664.905	-	156.060	-	820.965
Veneza Participações Ltda.	-	48.249	-	26.679	-	74.928
Luciante Participações Ltda.	-	-	2.748	-	2.748	-
BSB Produtora de EPIs	-	281	1.255	-	974	-
Consórcio Rod. do Tietê S.A.	22.594	-	-	22.594	-	-
Comapi Agropecuária S.A>	-	546	-	9.141	-	9.687
Berf Participações S.A.	-	1.000	-	-	-	1.000
BSB Participações S.A.	-	1.600	10.000	-	8.400	-
Maria Daisy Gil Dias	-	11.277	11.277	-	-	-
Ana Paula Gil Dias	-	2.855	2.855	-	-	-
Águas de Itu Expl. Serv. Agua e Esgoto S.A.	-	-	28.787	-	28.787	-
Bertol Participações	-	-	27.321	-	27.321	-
GSMP S.A.	-	-	3.306	-	3.306	-
Reivo Participações S.A.	-	-	78	-	78	-
Mojosa Participações Societárias S.A.	-	-	2.800	-	2.800	-
CSCL Assessoria Emrpesarial Ltda.	-	-	-	108	-	108
Infinity Bioenergy S.A.	-	-	-	1.048	-	1.048
AB Concessões S.A.	-	-	-	10.588	-	10.588
Outros	1.639	-	555	4.694	2.194	4.694
	283.530	**967.934**	**287.331**	**496.131**	**151.463**	**1.044.667**

	Consolidado					
	Saldos em 01/01/2015		Pagamentos efetuados	Recebimentos efetuados	Saldos em 31/12/15	
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo
Contern Construções e Contern Ltda.	-	79.506	16.077	39.273	16.077	118.779
Nitreb Participações Ltda.	-	37.712	19.001		10	18.721
Fazenda Eldorado	7.070	-		7.070		
Orchidae Distribuidora de Cosméticos	-	4.431			-	4.431
Tinto Holding Ltda.	65.259	-	16.544	345.699	81.803	345.699
Usina Naviraí S.A.	2.000	-			2.000	
Disa Destilaria Itaunas S.A.	303	-			303	-
Paralelli Licenciamentos Ltda	223	-			223	-
Davante Participações	-	820.965	362	3.606	362	824.571
Veneza Participações Ltda.	-	74.928	100		-	74.828
Luciante Participações Ltda.	2.748	-	32		2.780	-
BSB Produtora de EPIs	974	-		527	447	-
Comapi Agropecuária S.A>	-	9.687	3.491	4.654	3.491	14.341
Berf Participações S.A.	-	1.000			-	1.000
BSB Participações S.A.	8.400	-	800		9.200	-
Águas de Itu Expl. Serv. Agua e Esgoto S.A.	28.787	-		10.283	18.504	-
Bertol Participações	27.321	-		27.421	700	800
GSMP S.A.	3.306	-		3.306		
Reivo Participações S.A.	78	-	75		153	-
Mojosa Participações Societárias S.A.	2.800	-			2.800	
CSCL Assessoria Emrpesarial Ltda	-	108	108			
Infinity Bioenergy S.A.	-	1.048	1.048		-	-
AB Concessões S.A.	-	10.588	10.588			
Vertis Participações S.A.			110		110	-
Horizon Biomass S.A.			5.055		5.055	-
HB Rental Aluguel de Maquinas Ltda			6.006		6.006	-
Agropecuária São Francisco S.A.			7.000		7.000	-
Infra Bertin Empreendimentos S.A.			477		477	
Concessionária da Rodovia MG 050 S.A.				722	-	772
Outros	2.194	4.694	4.694	1.507	687	-
	151.463	**1.044.667**	**91.568**	**444.068**	**158.188**	**1.403.942**

13. Investimentos

A composição dos investimentos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Em coligadas e controladas	1.362.879	1.448.771	1.381.792	1.317.828
Adiantamentos para futura aquisição de investimentos	15.044	15.044	58.706	15.044
Investimentos em imóveis	4.000	4.000	4.000	4.000
	1.381.923	**1.467.815**	**1.444.498**	**1.336.872**

Coligadas controladas

Investimentos

	Controladora	
	2015	2014
Cibe - Participações e Empreendimentos S.A.	1.095.218	1.156.393
Cibe - Saneamento e Participações S.A.	-	7.068
Star Energy Participações S.A.	266.071	274.523
Compacto Energia S.A.	-	8.788
GSMP S.A.	1.590	1.999
	1.362.879	**1.448.771**

Provisão de perdas investimentos

	Controladora	
	2015	2014
HBTEC Serviços de Tecnologia Ltda.	1	3
Horizon Biomass S.A.	6.291	6.251
HBE Serviços de Engenharia Ltda.	8.154	7.777
HB Rental Machines Aluguel Veic. e Equip. Ltda.	15.828	12.275
Cibe - Saneamento e Participações S.A.	3.082	-
Compacto Energia S.A.	7.893	-
Laguna Energia S.A.	237.824	238.345
	279.073	**264.651**

Investimentos

	Consolidado	
	2015	2014
AB Concessões S.A. (anteriormente denominada Infra Bertin Participações S.A.)	1.381.792	1.317.828
	1.381.792	**1.317.828**

Provisão de perdas investimentos

	Consolidado	
	2015	2014
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	163.246	60.145
	163.246	**60.145**

Sendo a movimentação:

Controladora	Horizon Biomass S.A.	HBE Serv de Eng.Ltda.	HB Rental Mach. Alug.Veic. E Eq.	HBTEC Serv de Tecnologia Ltda.	Laguna Energia S/A
Saldo em 01 de janeiro de 2014	**(6.210)**	**(7.444)**	**(8.294)**	**2**	**(262.968)**
Saldo investimentos	-	-	-	2	-
Saldo provisão de perdas	(6.210)	(7.444)	(8.294)	-	(262.968)
Aumento de investimentos	-	-	-	-	-
Aumento por incorporação	-	-	-	-	-
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes em controladas	-	-	-	-	265.063
Baixa de investimentos	-	-	-	-	-
Baixa por Cisão	-	-	-	-	-
Avaliação patrimonial em coligada	-	-	-	-	-
Lucros distribuídos pelas controladas	-	-	-	-	-
Resgate de ações	-	-	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	(41)	(333)	(3.981)	(5)	(240.440)
Outros	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(6.251)**	**(7.777)**	**(12.275)**	**(3)**	**(238.345)**
Saldo investimentos	-	-	-	-	
Saldo provisão de perdas	(6.251)	(7.777)	(12.275)	(3)	(238.345)
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes em controladas	-	-	-	-	-
Lucros distribuídos pelas controladas	-	-	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	(40)	(377)	(3.553)	2	521
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(6.291)**	**(8.154)**	**(15.828)**	**(1)**	**(237.824)**
Saldo investimentos	-	-	-	-	-
Saldo provisão de perdas	(6.291)	(8.154)	(15.828)	(1)	(237.824)

Controladora	Star Energy Participações S.A.	CIBE Particip. e Empre. S.A.	Compacto Participações S.A.	GSMP S.A.	CIBE Saneamento e Particip. S.A.	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2014	**304.298**	**975.408**	**47.598**	**518**	**-**	**1.042.908**
Saldo investimentos	304.298	975.408	47.598	518	-	1.327.824
Saldo provisão de perdas	-	-	-	-	-	(284.916)
Aumento de investimentos	-	200.000	-	-	41.333	241.333
Aumento por incorporação	-	-	-	-	-	-
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes em controladas	-	-	-	-	-	265.063
Baixa de investimentos	-	-	-	-	-	-
Baixa por Cisão	-	-	-	-	-	-
Avaliação patrimonial em coligada	-	(580)	(55.164)	-	-	(55.744)
Lucros distribuídos pelas controladas	-	-	-	(815)	-	(815)
Resgate de ações	-	(8.801)	-	-	(26.895)	(35.696)
Resultado da equivalência patrimonial	(29.775)	(9.634)	16.354	2.296	(7.370)	(272.929)
Outros	-	-	-		-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**274.523**	**1.156.393**	**8.788**	**1.999**	**7.068**	**1.184.120**
Saldo investimentos	274.523	1.156.393	8.788	1.999	7.068	1.448.771
Saldo provisão de perdas	-	-	-	-	-	(264.651)
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes em controladas	-	1.865	-	-	1.230	3.095
Lucros distribuídos pelas controladas	-	-	-	(409)	-	(409)
Resultado da equivalência patrimonial	(8.452)	(63.040)	(16.681)	-	(11.380)	(103.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**266.071**	**1.095.218**	**(7.893)**	**1.590**	**(3.082)**	**1.083.806**
Saldo investimentos	266.071	1.095.218	-	1.590	-	1.362.879
Saldo provisão de perdas	-	-	(7.893)	-	(3.082)	(279.073)

Sendo a movimentação consolidada:

Consolidado	AB Concessões S.A.	Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2014	**1.263.080**	**3.258**	**1.266.338**
Saldo investimentos	1.263.080	3.258	1.266.338
Saldo provisão de perdas	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	71.160	(62.824)	8.336
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes em controladas	-	(579)	(579)
Dividendos	(16.412)	-	(16.412)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1.317.828**	**(60.145)**	**1.257.683**
Saldo investimentos	1.317.828	-	1.317.828
Saldo provisão de perdas	-	(60.145)	(60.145)
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes em controladas	(15)	12	(3)
Lucros distribuídos pelas controladas	(43.588)	-	(43.588)
Dividendos propostos pelas controladas	(33.505)	-	(33.505)
Resultado da equivalência patrimonial	141.072	(103.113)	37.959
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.381.792**	**(163.246)**	**1.218.546**
Saldo investimentos	1.381.792	-	1.381.792
Saldo provisão de perdas	-	(163.246)	(163.246)

14. Imobilizado

		Controladora			
		2015			2014
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifício	2 a 3%	1.030	(158)	872	913
Equipamentos de informática	7,0 a 25,0%	52	(48)	4	13
Outros	10 a 100%	16	(7)	9	11
		1.098	**(213)**	**885**	**937**

		Consolidado			
		2015			2014
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	2,0 a 3,0%	141.222	(12.901)	128.321	129.627
Máquinas e equipamentos	5,0 a 25,0%	824.457	(67.305)	757.152	769.852
Móveis e utensílios	9,0 a 50,0%	2.870	(2.239)	631	735
Instalações	7,0 a 33,0%	56.088	(668)	55.420	55.350
Veículos	6,0 a 50,0%	6.479	(3.362)	3.117	3.075
Equipamentos de informática	7,0 a 25,0%	13.111	(11.039)	2.072	2.706
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.246	(1.095)	3.151	3.263
Terrenos	-	27.096	-	27.096	27.518
Imobilizações em andamento	-	16.575	(221)	16.354	16.765
Adiantamentos para imobilização	-	98.185	-	98.185	101.206
Equipamentos de laboratório	10,0%	7	(5)	2	3
		1.190.336	**(98.835)**	**1.091.501**	**1.110.100**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo Inicial	937	990	1.110.100	1.511.110
Adição	-	-	5.620	216.863
Baixas	-	-	(8.397)	(596.771)
Depreciação	(52)	(53)	(15.822)	(21.102)
Variação cambial	-	-	-	-
	885	**937**	**1.091.501**	**1.110.100**

Revisão da vida útil
A Administração da Companhia e suas controladas não atenderam às Resoluções CFC nºs 1.177/09 e 1.263/09 e aos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 e ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que determina a revisão das vidas úteis para os bens do ativo imobilizado. A Administração da Companhia vem estudando a contratação de empresa especializada para definir a nova vida útil econômica e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado para o exercício de 2015, conforme determina a resolução acima citada.

Teste de recuperabilidade de ativo
Companhia e suas controladas indiretas e diretas Laguna Energia S.A., Cauipe Geradora de Energia S.A., Energética Capixaba S.A, Thermes Participações S.A., Água Paulista Geradora de Energia Ltda. e Santa Araguaia Energia S.A., em 31 de dezembro de 2015 não realizaram a avaliações de recuperação futura dos bens integrantes do ativo imobilizado conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) aprovado pela Resolução do CFC nº 1.292/10.

15. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ágio (deságio) sobre investimentos **(1)**	115.213	115.213	203.667	230.718
Software	-	-	545	777
	115.213	**115.213**	**204.212**	**231.495**

(1) Ágio decorrente da aquisição de empresas controladas, os valores foram testados pelo critério de "fair value";

Revisão da vida útil e teste de recuperabilidade de ativo
A Administração da Companhia, sua controlada direta Laguna Energia S.A. e a controlada indireta Gaia Energia e Participações S.A., não atenderam aos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 e CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que determina a mensuração do valor recuperável de ativo intangível com vida útil indefinida. A Administração da Companhia vem estudando a contratação de empresa especializada para realização do teste de recuperabilidade do ativo intangível de vida útil indefinida para o exercício findo de 2015, conforme determinado nos Pronunciamentos Contábeis.

Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo Inicial	115.213	115.213	231.495	365.384
Adição	-	-	42	125
Baixas	-	-	(27.052)	(128.822)
Amortização	-	-	(273)	(5.192)
Saldo final	**115.213**	**115.213**	**204.212**	**231.495**

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Materiais e serviços	22.021	22.186	127.698	119.537
Produtos diversos	-	-	2.686	3.965
	22.021	**22.186**	**130.384**	**123.502**
Passivo circulante	22.021	22.186	130.384	123.502
Passivo não circulante	-	-	-	-

17. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Modalidades	Taxa média de juros e comissões	Controladora		Consolidado	
			2015	2014	2015	2014
Outros empréstimos	FIDIC	1,51% a.m.		-		-
Outros empréstimos	NCC	CDI a 150%		-		-
Outros empréstimos	FNE	5,5% a 10,5% a.a.		-		-
Outros empréstimos	Capital de giro	CDI a 100% + 3,5% a.a.		-		-
Outros empréstimos	Capital de giro	CDI a 100% + 0,44% a.m.		-		
Outros empréstimos	Capital de giro	CDI a 100% + 0,45% a.m.		-		-
Outros empréstimos	Capital de giro	CDI a 100% + 0,73% a.m.		-	2.709	-
Outros empréstimos	Capital de giro	CDI a 100% + 3% a.a.		-		-
Outros empréstimos	Capital de giro	CDI a 100% + 4,5% a.a.		-		-
Outros empréstimos	Capital de giro	CDI + 3,7% a.a.		-		-
Outros empréstimos	Capital de giro	CDI a 100% + 4,66% a.a.		-	-	20.673
Outros empréstimos	Capital de giro	CDI a 100% + 5,41% a.a.	37.697	33.443	37.697	33.444
Outros empréstimos	FINAME	14,2% a.a.		-	187	-
Outros empréstimos	FINAME	11,7% a.a.		-	-	226
Outros empréstimos	FINAME	5,5% a.a		-	3.457	4.213
Outros empréstimos	BNDES Automático	7,15% a 7,50% a.a.		-	85.441	87.303
Outros empréstimos	Capital de giro	CDI + 0,52% a 1,34% a.m.		-		-
Outros empréstimos	Capital de giro	5,0% a.a.+ CDI		-	-	89.224
Outros empréstimos	Capital de giro	T.R. + 1% a.m.		-		-
Outros empréstimos	Capital de giro	10,03% a.a. + CDI		-		-
Outros empréstimos	Capital de giro	12% a.m.	1.044	482	1.044	482
			38.741	**33.925**	**130.535**	**235.565**
Passivo circulante			**38.741**	**22.404**	**101.743**	**172.878**
Passivo não circulante			**-**	**11.521**	**28.792**	**62.687**

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
2016	-	11.521	-	33.989
2017	-	-	14.936	14.884
2018	-	-	12.564	12.521
2019	-	-	705	705
2020	-	-	587	588
	-	**11.521**	**28.792**	**62.687**

18. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Passivo circulante				
CSSL	76	76	39.650	39.640
IRPJ		-	105.385	105.360
COFINS	228	227	4.977	4.927
PIS	49	49	1.223	1.221
ICMS		-	18	16
ISS		-	1.383	1.361
IRRF	114	114	5.658	5.624
Parcelamento tributos federais		-	1.629	1.612
Outros tributos recolher		-	51	38
	467	**446**	**159.974**	**159.799**
Passivo não circulante				
Parcelamento tributos federais	-	-	1.151	1.599
	-	**-**	**1.151**	**1.599**

A Companhia e suas controladas mantêm saldos tributários em aberto em 31 de dezembro de 2015 e 2014, registrado no passivo circulante que não estão sofrendo as devidas atualizações de multas e juros, conforme legislação fiscal vigente.

19. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Seguros a pagar	33	49	49	49
Créditos não identificados	89	89	364	364
Nelson Belotti		-	17.129	17.129
Kandarpa	18.918	21.418	18.918	21.418
Adiantamento de clientes	114.141	443.479	207.053	443.479
São Fernando Açúcar e Álcool	18.138	18.138	18.138	18.138
Bolognesi Participações S.A.	-	-	21.466	21.466
Bioloins Energia S.A.	-	-	36.652	36.652
Cavo Itu Serviços de Saneamento S.A.	-	-	75.761	64.519
Brasil Central Engenharia Ltda.	-	-	9.527	9.527
Marco Grecco	-	-	3.289	3.289
FR Participações	-	-	1.900	1.900
GBA Agricultura	-	-	1.930	1.930
Universe Transportes	-	-	1.755	1.755
Asperbras	-	-	5.000	5.000
Borborema Energética S.A.	-	-	2.449	2.449
Maracanaú Geradora de Energia S.A.	-	-	1.579	1.579
Outras obrigações a pagar	3.702	3.469	39.710	41.170
	155.021	**486.642**	**462.669**	**691.813**
Passivo circulante	117.733	447.086	286.594	533.394
Passivo não circulante	37.288	39.556	176.075	158.419

20. Obrigações contingenciais (fiscais, sociais e trabalhistas)

As controladas e coligadas, possuem processos cíveis, tributários e trabalhistas, todos em razão do curso normal das operações.

Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, a provisão de R$ 103.353 (R$ 103.326, em 31 de dezembro de 2014), é considerada, pela Administração, como suficiente para cobrir eventuais perdas:

Consolidado	2014	Baixa	Adição	2015
Cível	84.096	-	-	84.096
Trabalhista	12.448	-	27	12.475
Fiscais e previdenciários	6.782	-	-	6.782
	103.326	**-**	**27**	**103.353**

21. Patrimônio líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é de R$ 307.345 representados por 63.283.793 ações ordinárias sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2014, através de Assembleia Geral Extraordinária, a Heber Participações S.A. resgatou 8.315.966 ações ordinárias, transferido a participação na controlada Águas de Itu Exploração de Serviços de Água e Esgoto S.A. para a controladora Gestão e Crescimento I Fundo de Investimento em Participações, conforme determina art. 44, da Lei no. 6.404/76.

Reserva de capital – reserva legal

Calculada ao final de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, visando assegurar a integridade do capital social, limitada a 20% do capital social integralizado.

Dividendos propostos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício.

Resultado abrangente

O resultado abrangente é compostos em sua grande parte por Avaliação Patrimonial Reflexa, em 31 de dezembro de 2015, R$896.911 (em 31 de dezembro de 2014, mesmo valor), outra parte referente a equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes em controladas, em 31 de dezembro de 2015 (R$25.375) (em 31 de dezembro de 2014, (R$28.469), e uma outra parte referente a perações de capital, em 31 de dezembro de 2015 (R$4.673) (em 31 de dezembro de 2014, mesmo valor)

Em 2014, com a venda da Dareful Participações S.A., Borborema Energética S.A. e Maracanaú Geradora de Energia S.A, foi registrado grande movimentação, referente a baixa da avaliação patrimonial e ganho referente a equivalência patrimonial pois as mesmas estavam com o saldo do patrimônio líquido negativo!

22. Receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita bruta	-	-	8.100	501.776
Menos				
Impostos, abatimentos e devoluções	-	-	(1.748)	(46.127)
	-	**-**	**6.352**	**455.649**

No decorrer do exercício social de 2014, o Grupo Heber , deixou de ter o Controle de algumas controladas, quer por venda, no caso da Borborema Energética S.A. e Maracanaú Geradora de Energia S.A., quer por resgate de ações, no caso da Águas de Itu Exploração de Serviços de Água e Esgoto S.A.

23. Custo dos produtos vendidos

	Consolidado	
	2015	2014
Matéria-prima, insumos e custo de revenda	(9.385)	(357.280)
Despesas com pessoal	-	(2.599)
Conservação e manutenção	-	(2.466)
Depreciação e amortização	(82)	(12.235)
Serviços de terceiros	-	(9.968)
Custos de conexão	-	(9.217)
Custo de construção	-	(6.161)
Outros	(158)	(3.124)
	(9.625)	**(403.050)**

24. Despesas administrativas

	Controladora	
	2015	2014
Despesas de pessoal	(282)	(1.028)
Despesas de aluguel	(1.656)	(3.926)
Despesas legais e tributárias	(85)	(13)
Depreciação e amortização	(52)	(53)
Serviços de terceiros	(763)	(2.043)
Viagens e estadias	(268)	(142)
Outros	(55)	(390)
	(3.161)	**(7.595)**

	Consolidado	
	2015	2014
Despesas de pessoal	(2.386)	(19.157)
Despesas de aluguel	(1.658)	(6.972)
Despesas legais e tributárias	(610)	(5.714)
Depreciação e amortização	(16.013)	(1.486)
Seguros	(52)	(3.028)
Serviços de terceiros	(1.848)	(29.057)
Viagens e estadias	(447)	(935)
Outros	(830)	(4.590)
	(23.844)	**(70.939)**

25. Outras receitas/(despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Baixa de investimento por venda	-	-	-	451.894
Baixa do custo de investimento	-	-	(30.886)	(573.724)
Receita venda ativo	34.368	-	34.368	-
Baixa do custo venda ativo	(47.298)	-	(47.298)	-
Outras despesas/receitas	49	-	47	309
	(12.881)	**-**	**(43.769)**	**(121.521)**

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas financeiras				
Variação monetária	-	-	(216)	-
Despesas bancárias	(2)	(4)	(1.041)	(1.723)
Despesas c/ financiamento	(1)	-	(1)	-
Juros passivos	-	(519)	(11.289)	(6.353)
Variação cambial passiva	(3)	(1)	(3)	(5)
Juros s/ financiamento	(5.758)	(5.428)	(25.544)	(87.235)
IOF	-	(5)	-	(60)
Descontos concedidos	-	-	(10.381)	-
Outros	(4)	-	(260)	(382)
	(5.768)	**(5.957)**	**(48.735)**	**(95.758)**
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	82	-	101	6.773
Rendimento aplicações financeiras	-	-	1	4.827
Variação monetária ativa	119	83	119	293
Juros ativos	-	-	-	5.036
Outros	-	-	-	1.889
	201	**83**	**221**	**18.818**
Financeiras líquidas	**(5.567)**	**(5.874)**	**(48.514)**	**(76.940)**

27. Seguros

É política da Companhia, suas controladas e coligadas manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas, dada suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

28. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda foi calculado considerando as atuais alíquotas e a Contribuição Social sobre o lucro foi apurada, considerando-se a taxa de 9% do lucro antes do Imposto de Renda, todos ajustados nos termos da legislação vigente.

Os cálculos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

A conciliação do resultado dos impostos diretos segue demonstrada:

	Controladora	
	2015	2014
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(124.609)	(286.398)
Adições	103.003	98.053
Exclusões		(10.601)
Lucro real	**(21.606)**	**(198.946)**
Compensação da base negativa		
Base de cálculo	(21.606)	(198.946)
Alíquota - 15%	-	-
Adicional - 10%	-	-
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-
CSSL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-
Alíquota efetiva	-	-

29. Gerenciamento de risco e instrumento financeiro

29.1. Visão geral – gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito;
- risco de liquidez;
- risco de mercado;
- risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. O Conselho estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, o qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. O comitê se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

O Comitê supervisiona como a administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo.

Risco de crédito
Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Grupo de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber de clientes e outros créditos
A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes do Grupo, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

O Comitê de Gerenciamento de Riscos estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega do Grupo serem oferecidos. A análise do Grupo inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação do Comitê de Gerenciamento de Risco, estes limites são revisados trimestralmente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecida pelo Grupo somente poderão operar com o Grupo em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela Comissão de Gerenciamento de Risco, sendo que suas vendas futuras são feitas com base em pagamentos antecipados.

Produtos são vendidos sujeitos a cláusulas de retenção de título, para que no caso de não pagamento, o Grupo possa ter uma garantia assegurada. O grupo não exige garantias com relação às contas a receber de clientes e outros créditos.

Garantias
A política do Grupo é a de fornecer garantias financeiras apenas para subsidiárias integrais. Em 31 de dezembro 2015 não havia garantias pendentes.

Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Risco de mercado
Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de moeda
O Grupo está sujeito, de forma limitada, ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo, em sua grande maioria o Real (R$), mas também o Dólar Americano (USD) e o Euro (€).

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, o Grupo garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

Risco operacional
Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

O cumprimento com as normas do Grupo é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Administração da Companhia.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que o Grupo define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A Diretoria também monitora o nível de dividendos.

A dívida consolidada do Grupo para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

Controladora

	2015	2014
Total do passivo	2.369.057	**2.330.217**
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(3)	(4)
Dívida líquida **(a)**	**2.369.054**	2.330.213
Total do patrimônio líquido	**746.993**	**868.507**
Menos: valores acumulados no patrimônio líquido referente a hedge de fluxos de caixa	-	-
Capital ajustado **(b)**	**746.993**	868.507
Relação dívida líquida sobre capital ajustado em 31 de dezembro **(a/b)**	3,17	2,68

Consolidado

	2015	2014
Total do passivo	**2.682.183**	**2.522.890**
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(15.786)	(15.836)
Dívida líquida **(a)**	**2.666.397**	**2.507.054**
Total do patrimônio líquido	**1.143.197**	**1.251.208**
Menos: valores acumulados no patrimônio líquido referente a hedge de fluxos de caixa	-	-
Capital ajustado **(b)**	**1.143.197**	**1.251.208**
Relação dívida líquida sobre capital ajustado em 31 de dezembro **(a/b)**	**2,33**	**2,00**

Durante o exercício de 2015 não houve alterações na abordagem do Grupo à administração de capital. A Companhia e suas controladas não estão sujeitas às exigências externas impostas de capital.

28.2. **Visão geral – instrumento financeiro**

Exposição a riscos de crédito

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	3	4	15.786	15.836
Aplicações financeiras	-	-	20	4
Contas a receber de clientes	-	36	36.017	32.889
Adiantamentos a fornecedores	166.430	136.947	278.260	310.383
Partes relacionadas – ativa	1.291.310	1.294.978	158.188	151.463
Outros créditos	151.069	172.935	493.427	511.103
Empréstimos e financiamentos	(38.741)	(33.925)	(130.535)	(235.565)
Fornecedores	(22.021)	(22.186)	(130.384)	(123.502)
Partes relacionadas – passiva	(1.810.546)	(1.454.361)	(1.403.942)	(1.044.667)
Outras obrigações	(155.021)	(486.642)	(462.669)	(691.813)
	(417.517)	**(392.214)**	**(1.145.832)**	**(1.073.869)**

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

Recebíveis; empréstimos; outros passivos financeiros - todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos, taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

	2015					
Controladora	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**Até 12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**	**Mais que 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	22.021	22.021	22.021	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	38.741	38.741	38.741	-	-	-
Outras contas a pagar	155.021	155.021	117.733	37.288	-	-
	215.783	**215.783**	**178.495**	**37.288**	**-**	**-**

	2015					
Consolidado	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**Até 12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**	**Mais que 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	130.384	130.384	130.384	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	130.535	130.535	101.743	14.936	13.856	-
Outras contas a pagar	462.669	462.669	286.594	176.075	-	-
	723.588	**723.588**	**518.721**	**191.011**	**13.856**	**-**

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

Em milhares de Reais	Controladora Valor contábil		Consolidado Valor contábil	
	2015	2014	2015	2014
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	3	4	15.786	15.836
Passivos financeiros	38.741	33.925	130.535	235.565

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

O grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e o Grupo não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto a moeda estrangeira, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base para 2015:

Consolidado	Lucro ou prejuízo	
	25 BP - aumento	25 BP - diminuição
31 de dezembro de 2015		
Instrumentos de taxa variável		
Aplicações financeiras	-	-
Empréstimos e debêntures	(6.386)	5.109
	(6.386)	**5.109**
31 de dezembro de 2014		
Instrumentos de taxa variável		
Aplicações financeiras	1.207	(925)
Empréstimos e debêntures	(21.809)	17.447
	(20.602)	**16.522**

Consolidado	Lucro ou prejuízo	
	50 BP - aumento	50 BP – diminuição
31 de dezembro de 2015		
Instrumentos de taxa variável		
Aplicações financeiras	1	(1)
Empréstimos e debêntures	(12.772)	8.515
	(12.771)	**8.514**
31 de dezembro de 2014		
Instrumentos de taxa variável	2.414	(1.609)
Aplicações financeiras	(43.618)	29.078
Empréstimos e debêntures	**(41.204)**	**27.469**

Mensuração ao valor justo reconhecida no balanço patrimonial

Conforme determinação das práticas contábeis adotadas no Brasil, instrumentos financeiros que são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício, devem ser agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços);
- mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2015, os valores justos da Companhia e suas controladas se aproximavam dos valores contábeis, dessa forma a apresentação está sendo feita pelo seu valor contábil, conforme demonstramos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	3	3	15.786	15.786
Aplicações financeiras	-	-	20	20
Contas a receber de clientes	-	-	36.017	36.017
Adiantamentos a fornecedores	166.430	166.430	278.260	278.260
Partes relacionadas – ativa	1.291.310	1.291.310	158.188	158.188
Outros créditos	151.069	151.069	493.427	493.427
Empréstimos e financiamentos	(38.741)	(38.741)	(130.535)	(130.535)
Fornecedores	(22.021)	(22.021)	(130.384)	(130.384)
Partes relacionadas – passiva	(1.810.546)	(1.810.546)	(1.403.942)	(1.403.942)
Outras obrigações	(155.021)	(155.021)	(462.669)	(462.669)
	(417.517)	**(417.517)**	**(1.145.832)**	**(1.145.832)**

* * *

ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 16 3620 5769
Fax: + 55 16 3620 5048
www.bdobrazilrcs.com.br

Av. Presidente Vargas 2.121
Cjs 2002, 2003 e 2004 Centro
Ribeirão Preto - SP - 14020-260

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Águas de Itu Exploração de Serviços de Água e Esgoto S.A.
Itu - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Águas de Itu Exploração de Serviços de Água e Esgoto S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, a Companhia possui valores a pagar e receber com partes relacionadas, registrado no passivo não circulante e ativo não circulante da Companhia, no montante de R$ 31.482 mil e R$ 884 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014. Entretanto, conforme previsão nos Decretos-lei nºs 6.306/2007 e 11.330/2004, que tratam da tributação de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), a Companhia está sujeita aos encargos tributários das operações de mútuo existentes entre as partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2014, não foram apurados e registrados estes encargos. Consequentemente, não nos foi possível, diante das circunstâncias, concluir sobre a adequação dos efeitos que poderiam impactar as referidas demonstrações financeiras.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, exceto quanto aos assuntos mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Águas de Itu Exploração de Serviços de Água e Esgoto S.A.** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia está enfrentando dificuldades quanto ao abastecimento de água, decorrente da crise hídrica do ultimo ano, assim Entidade incorreu no prejuízo líquido de R$ 14.052 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R$ 67.957 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade.

Ribeirão Preto, 18 de fevereiro de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Junior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF 008320/O-1 - S - SP

ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	218	891
Contas a receber	6	3.279	4.667
Estoques	7	536	828
Despesas antecipadas		139	8
Impostos a recuperar	8	83	6
Outras contas a receber		580	231
		4.835	**6.631**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	16	1.556	1.092
Impostos a recuperar	8	1.676	1.862
Ativos fiscais diferidos	15	3.387	-
Partes relacionadas	9	884	1.010
		7.503	**3.964**
Permanente			
Imobilizado	10	291	335
Intangível	11	117.606	110.692
Diferido		93	112
		117.990	**111.139**
		125.493	**115.103**
Total do ativo		**130.328**	**121.734**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	53.875	43.448
Fornecedores e outras contas a pagar	13	14.567	3.432
Obrigações trabalhistas e encargos sociais		2.648	966
Obrigações fiscais	14	1.702	377
		72.792	**48.223**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	-	13.037
Passivos fiscais diferidos	15	-	3.992
Provisão para contingências	16	477	477
Dividendos propostos		1.482	1.482
Partes relacionadas	9	31.482	16.376
		33.441	**35.364**
Patrimônio líquido	17		
Capital social		35.159	35.159
Reserva legal		142	142
Reserva de lucros		-	2.846
Prejuízos aculumados		(11.206)	-
		24.095	**38.147**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**130.328**	**121.734**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receitas	18	53.382	64.668
Custos dos serviços prestados	19	(47.767)	(41.979)
Resultado bruto		**5.615**	**22.689**
Despesas gerais e administrativas	19	(18.191)	(11.925)
Outros resultados operacionais		-	(25)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos		**(12.576)**	**10.739**
Resultado financeiro	**20**	**(8.855)**	**(7.754)**
Imposto de Renda diferido	15	5.426	319
Contribuição Social diferida	15	1.953	(962)
Resultado do exercício		**(14.052)**	**2.342**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Resultado do exercício	(14.052)	2.342
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(14.052)**	**2.342**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	Capital			Reserva	Reserva	Prejuízos	Resultado	Total do
	Subscrito	A integralizar	Social	legal	de lucro	acumulados	acumulado	patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2013	**19.129**	**(224)**	**18.905**	**142**	**504**	**-**	**-**	**19.551**
Aumento de capital	16.030	224	16.254	-	-	-	-	16.254
Resultado do exercício	-	-	-	-		-	2.342	2.342
Destinação do lucro	-	-	-	-	2.342	-	(2.342)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**35.159**	**-**	**35.159**	**142**	**2.846**	**-**	**-**	**38.147**
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	(14.052)	(14.052)
Destinação do resultado	-	-	-	-	(2.846)	(11.206)	14.052	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**35.159**	**-**	**35.159**	**142**	**-**	**(11.206)**	**-**	**24.095**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(14.052)	2.342
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	10.510	6.707
Baixa do valo residual de ativo	-	419
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	26
Impostos diferidos	(7.379)	643
Provisão para contingências	-	(150)
Juros sobre empréstimos	8.683	6.601
	(2.238)	**16.588**
Contas a receber	1.388	882
Estoques	292	489
Impostos a recuperar	109	(428)
Despesas antecipadas	(131)	190
Outros recebíveis	(349)	40
Depósitos judiciais	(464)	(1.077)
Fornecedores e outras contas a pagar	11.135	536
Obrigações trabalhistas e sociais	1.682	(126)
Obrigações fiscais	1.325	(1.262)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**12.749**	**15.832**
Aquisições de intangível	(17.357)	(22.339)
Adições ao imobilizado	(4)	(84)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(17.361)**	**(22.423)**
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Aumento de capital	-	16.254
Empréstimos e financiamentos	100.841	19.112
Pagamento de empréstimos - juros e principal	(112.134)	(28.472)
Partes relacionadas	15.232	(45)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	**3.939**	**6.849**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(673)**	**258**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**891**	**633**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**218**	**891**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(673)**	**258**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS DE ITU EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares Reais)

1. Contexto operacional

A Águas de Itu Exploração de Serviços de Água e Esgoto S.A. (Companhia), localizada na Rua Bartira, nº 300, no Município de Itu, foi constituída em 09 de novembro de 2006 e iniciou suas atividades em 04 de outubro de 2007 com a transferência do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário amparado no Contrato de Concessão (Contrato) nº 146 com a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Itu assinada em 23 de julho de 2007.

O objetivo do referente Contrato consiste na exploração dos serviços públicos de abastecimentos de água e esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do Município de Itu – SP, sob o regime de concessão, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 (trinta) anos findo em 23 de julho de 2037.

Conforme estabelecido na legislação do Estado de São Paulo, a atividade de fornecimento de água natural canalizada é isenta do Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A Companhia possui direito de atualizar anualmente as tarifas de água cobradas desde que sob anuência do poder concedente, até o término da Concessão que ocorrerá em 23 de julho de 2037 ou quando julgar se necessário o requerido econômico financeiro do contrato.

No final de 2012 a Companhia se enquadrou na modalidade de Desenvolvimento Institucional, da Secretaria Nacional do Meio Ambiente, assim se habilitando para pleitear linhas de financiamentos do BNDES, subsidiadas. Com o tal credenciamento, a Companhia está em fase final de captação de recursos que sanará sua deficiência de capital de giro e prolongará sua dívida de curto prazo.

Crise Hídrica

As operações da Águas de Itu estão sendo influenciadas pelo calor recorde observado na região de Itu e pela menor pluviometria e afluência já observada nos últimos nos reservatórios da Companhia, que se encontram em nível abaixo do observado na série histórica. Para enfrentar esta situação e manter o abastecimento ininterrupto, a Águas de Itu está:

- Adotando incentivos econômicos para estimular moradores de Itu a reduzir o consumo de água;
- Remanejando água entre os reservatórios para suprir a necessidade diária;
- Ampliando a veiculação de campanhas publicitárias para uso racional da água;
- Investindo em medidas operacionais para redução de perdas, com a ampliação da setorização e o controle da pressão noturna da rede;

- Antecipando investimentos para ampliar segurança hídrica. Cabe informar que a capacidade de reservação de água depende de diversos fatores, tais como, níveis de chuva, temperatura e umidade atmosférica, bem como tipo e umidade dos solos nas regiões dos mananciais.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma Companhia é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 6** – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa;
- **Nota Explicativa nº 11** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 15** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 16** - Provisão para contingências;
- **Nota Explicativa nº 21** – Instrumentos financeiros.

3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos diretores da Companhia em 18 de fevereiro de 2015.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, assim os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Principais práticas contábeis adotadas

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia possui o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, os empréstimos e recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

iii. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia, quando existentes, são incluídos como um componente de caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

v. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

b. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e na Lei nº 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide Nota Explicativa nº 17.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido, quando aplicáveis, de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo é a seguinte:

Descrição	
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Contratos de concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um Contrato de Concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorrido.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	
Intangível de concessão	30 anos
Software	3 anos
Direito de Outorga	30 anos

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Receitas

Contratos de Concessão

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de Contratos de Concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- **As receitas de serviço de abastecimento de água:** são reconhecidas quando do fornecimento de águas tratada aos usuários;
- **As receitas de serviços de esgoto:** são calculadas sobre percentuais de faturamento da receita com o abastecimento de água conforme determinado pelo Contrato de Concessão;
- **As receitas acessórias:** são reconhecidas quando da prestação dos serviços;
- **Receitas de construção:** segundo a Interpretação Técnica ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

g. Receita financeira e despesa financeira

As receitas contábeis abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas contábeis abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

h. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

i. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

3.1. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações contábeis

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2014:

- **IAS 32 - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros:** em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva desde 01 de janeiro de 2014 A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis;
- **IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento:** em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis;
- **IFRIC 21 - Impostos:** em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis;

- **IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos:** em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis;
- **IAS 39 - Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge:** em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis;
- **IAS 19 - Benefícios a empregados:** em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de julho de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis;
- **IAS 27 - Demonstrações separadas:** em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016 nas IFRS e para as práticas contábeis adotadas no Brasil já é aceito a partir de 31 de dezembro de 2014, conforme aprovação do Conselho Federal de Contabilidade e adoção antecipada das IFRS. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

3.2. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

- **IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras:** em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou "Iniciativa de Divulgação" (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- **IFRS 9 - Instrumentos financeiros:** em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- **IFRS 14 - Contas de diferimento regulatório:** em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- **IFRS 11 - Acordos de compartilhamento:** em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- **IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização:** em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;

- **IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes:** em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 – "Receitas" e a IAS 11 – "Contratos de construção" e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- **IAS 16 e IAS 41**: em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 41 – Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de "Bearer plants" (definidos como "plantas vivas" que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os "Bearer plants" sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- **IFRS 10 e IAS 28:** em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis;
- **Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014:** o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, mútuos financeiros entre partes relacionadas e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia:** o valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo;
- **Ativos intangíveis:** o valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um contrato de concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado. Quando a Companhia recebe um ativo intangível como contraprestação por prestação de serviços de construção em um contrato de concessão, a Companhia estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido;
- **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	-	1
Bancos	218	306
Aplicações financeiras	-	584
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	**218**	**891**

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma analíse de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 21.

6. Contas a receber

	31/12/2014	31/12/2013
Serviços faturados de água e esgoto **(a)**	10.288	9.730
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa **(b)**	(7.009)	(5.063)
	3.279	**4.667**
A vencer	2.774	3.926
Vencidos até 30 dias	1.063	1.026
Vencidos até 60 dias	569	453
Vencidos até 90 dias	471	257
Vencidos há mais de 91 dias	5.411	4.068
	10.288	**9.730**
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	**(7.009)**	**(5.063)**

Contas a receber da Companhia é subdividido em categorias distintas:

(a) Duplicatas emitidas para clientes (Pessoas Físicas, Jurídicas e Poder Público) pelo fornecimento de água e tratamento de esgoto;

(b) A Companhia possui como política para reconhecimento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa provisionar 100% dos títulos vencidos há mais de 90 dias, critério este considerado adequado pra o ambiente de negócios em que atua.

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2014 e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionados a contas a receber de clientes, são divulgados na Nota Explicativa nº 21.

7. Estoques

	31/12/2014	31/12/2013
Produtos de almoxarifados	536	828
	536	**828**

Os estoques da Companhia são constituídos por materiais de almoxarifados utilizados para manutenção da infraestrutura e são mensurados ao custo médio ponderado de aquisição e de transformação

8. Impostos a recuperar

	31/12/2014	31/12/2013
IRRF	7	6
COFINS	76	-
ICMS a recuperar	1.676	1.862
	1.759	**1.868**
Curto prazo	**83**	**6**
Longo prazo	**1.676**	**1.862**

9. Partes relacionadas

Parte controladora final

A controladora da Companhia é a Cibe Investimentos e Participações S.A. e a controladora final é a Heber Participações S.A.

Operações com pessoal-chave da Administração

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia Águas de Itu Exploração de Serviços de Água e Esgoto S.A. remunera seus administradores, conforme valores demonstrados a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Salários e ordenados	282	316
Vale refeição	19	20
	301	**336**

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, fornecimento de vale-refeição e transporte.

Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Vale-refeição	896	509
Assistência médica	527	353
Vale-transporte	110	84
Plano de participação no resultado	243	46
	1.776	**992**

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico sem atualizações financeiras.

	Saldos em 01/01/13				Saldos em 31/12/13	
	Ativo não circulante (clientes)	Passivo não circulante (fornecedores)	Pagamentos efetuados	Recebimentos efetuados	Ativo não circulante (clientes)	Passivo não circulante (fornecedores)
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	91	-	-	-	91	-
Contern Construções e Comércio Ltda.	-	-	-	(2.263)	-	2.263
NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	-	167	-	-	-	167
GTE - Gestão e Tecnologia em Engenharia Ltda.	16	-	-	-	16	-
Meridional STR - Serviços Técnicos em Engenharia Ltda.	25	-	-	-	25	-
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.	-	12.527	12.527	-	-	-
Cibe Investimentos e Participações S.A.	144		-	-	144	-
Cibe Saneamentos e Participações S.A.	-	3.583	-	(10.363)	-	13.946
GAN - Gestão e Apoio a Negócios Ltda.	546	-	-	-	546	-
Outros	188	-	-		188	-
	1.010	**16.277**	**12.527**	**(12.626)**	**1.010**	**16.376**

	Saldos em 01/01/14				Saldos em 31/12/14	
	Ativo não circulante (clientes)	Passivo não circulante (fornecedores)	Pagamentos efetuados	Recebimentos efetuados	Ativo não circulante (clientes)	Passivo não circulante (fornecedores)
Rubi Comercializadora de Energia Ltda	-	-	884	-	884	-
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	91	-	-	91	-	-
Contern Construções e Comércio Ltda.	-	2.263	2.263	-	-	-
NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	-	167	167	-	-	-
GTE - Gestão e Tecnologia em Engenharia Ltda.	16	-	-	16	-	-
Meridional STR - Serviços Técnicos em Engenharia Ltda.	25	-	-	25	-	-
Cibe Investimentos e Participações S.A.	144	-	-	144	-	-
Cibe Saneamentos e Participações S.A.	-	13.946	-	13.356	-	27.302
Usina Navirai S/A Açúcar e Alcool	-	-	-	180	-	180
Tinto Holding S/A	-	-	4.000	4.000		4.000
GAN - Gestão e Apoio a Negócios Ltda.	546	-	-	546	-	-
Outros	188	-	-	188	-	-
	1.010	**16.376**	**2.430**	**18.546**	**884**	**31.482**

fls. 3492

10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2014 líquido	31/12/2013 líquido
Imobilizado da Administração	10% a 20%	470	(179)	291	335
		470	**(179)**	**291**	**335**

Movimentação do custo

	01/01/2013	Adição	31/12/2013	Adição	31/12/2014
Imobilizado da Administração	382	84	466	4	470
	382	**84**	**466**	**4**	**470**

Movimentação da depreciação acumulada

	01/01/2013	Adição	31/12/2013	Adição	31/12/2014
Imobilizado da Administração	(79)	(52)	(131)	(48)	(179)
	(79)	**(52)**	**(131)**	**(48)**	**(179)**

11. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização Acumulada	31/12/2014 Líquido	31/12/2013 líquido
Intangível de construção	3,33%	110.286	(20.542)	89.744	81.700
Intangível de outorga	3,33%	36.200	(8.446)	27.754	28.903
Outros	33,33%	353	(245)	108	89
		146.839	**(29.233)**	**117.606**	**110.692**

Movimentação do custo

	01/01/2013	Adição	Baixa	31/12/2013	Adição	Baixa	31/12/2014
Intangível de construção	70.733	22.339	-	93.112	17.174	-	110.286
Intangível de outorga	36.200	-	-	36.200	-	-	36.200
Outros	293		(123)	170	183	-	353
	107.226	**22.850**	**(123)**	**129.482**	**17.357**	**-**	**146.839**

Movimentação da amortização acumulada

	01/01/2013	Adição	Baixa	31/12/2013	Adição	Baixa	31/12/2014
Intangível de construção	(5.550)	(5.862)	-	(11.412)	(9.130)	-	(20.542)
Intangível de outorga	(6.148)	(1.149)	-	(7.297)	(1.149)	-	(8.446)
Outros	(120)	375	(336)	(81)	(164)	-	(245)
	(11.818)	**(6.636)**	**(336)**	**(18.790)**	**(10.443)**	**-**	**(29.233)**

A Companhia aplicou a Interpretação Técnica ICPC 01 para os ativos diretamente relacionados a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

O direito de exploração é a contraprestação que foi paga ao poder concedente para obter o direito de cobrar os usuários por meio da exploração da infraestrutura. Cabe mencionar que em julho de 2008, a Companhia transferiu o valor de direito de outorga para sua controladora imediata Cibe Saneamentos e Participações S.A., sendo a controladora responsável de pagar o montante de R$ 36.200 ao poder concedente.

12. Empréstimos e financiamentos

	% Taxa de juros	31/12/2014	31/12/2013
Nacional			
Banco Bradesco S.A - capital de giro	100 % CDI +3,5% a.a.	40.407	38.640
Banco Bradesco S.A - capital de giro	100 % CDI +3,0% a.a.	384	518
Banco do Brasil S.A - capital de giro	100 % CDI +4,5% a.a.	1.027	4.645
Banrisul - capital de giro	150 % CDI	2.921	3.992
Bicbanco S.A. - capital de giro	100 % CDI +0,8% a.m.	3.830	-
Banco Safra S.A - capital de giro	100 % CDI +0,5% a.m.	5.306	8.690
		53.875	**56.485**
Circulante		53.875	43.448
Não circulante		-	13.037
		53.875	**56.485**

Os montantes registrados no passivo não circulante têm as seguintes composições, por ano de vencimento:

Ano	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	-
2015	-	13.037
	-	**13.037**

Os contratos não apresentam *covenants* ou índices obrigatórios a serem cumpridos.

No final de 2012 a Companhia se enquadrou na modalidade de Desenvolvimento Institucional, da secretaria nacional do meio ambiente, assim se habilitando para pleitear linhas de financiamentos do BNDES, subsidiadas. Com o tal credenciamento, a Companhia está em fase final de captação de recursos que sanará sua deficiência de capital de giro e prolongará sua dívida de curto prazo.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores nacionais diversos	14.096	3.211
Bancos conta transitória	411	207
Outras contas a pagar	60	14
	14.567	**3.432**

Os fornecedores da Companhia são predominantemente caracterizados por prestadores de serviços em obras e/ou manutenção.

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 21.

14. Obrigações fiscais

	31/12/2014	31/12/2013
COFINS sobre faturamento	1.104	265
PIS sobre faturamento	240	58
ISS	204	26
IRRF	127	24
CSLL	27	4
	1.702	**377**

15. Ativos e passivos fiscais diferidos

Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Resultado do exercício antes dos impostos	**(21.431)**	**2.985**
Alíquota nominal	35%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal	**(7.287)**	**1.015**
Ajuste do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Diferenças temporárias	(2.588)	(2.399)
Diferenças permanentes	1	8
Compensação prejuízo fiscal e base negativa		
Prejuízo fiscal e base negativa	**(9.874)**	**(1.376)**
Imposto diferido	**7.379**	**(643)**
Alíquota efetiva de impostos	-%	21,5%

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos tem a seguinte origem:

			Resultado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Amortização - ICPC 01 **(a)**	6.952	3.946	3.006	918
Prejuízo fiscal e base negativa **(b)**	14.529	4.655	9.874	1.298
Provisões diversas	162	162	-	162
Depreciações - ICPC 01 **(c)**	(18.256)	(12.755)	(5.501)	(3.021)
	3.387	**(3.992)**	**7.379**	**(643)**

(a) Amortização do ativo intangível de concessões não é dedutível na base de apuração do lucro real;

(b) De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, a Companhia reconheceu também os créditos sobre prejuízo fiscal e bases negativas de Contribuição Social, referente ao exercício fiscal de 2011, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas provisões;

(c) Depreciações por regime fiscal excluída para fins de apuração do lucro real.

16. Provisão para contingência

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Contingências tributárias	15	15	-	-
Contingências trabalhistas	478	14	147	147
Contingências cíveis	1.063	1.063	330	330
	1.556	**1.092**	**477**	**477**

A movimentação da provisão nos exercícios de 2014 e 2013 está demonstrada a seguir:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013	**547**	**20**	**60**	**627**
Adições	-	583	270	853
Baixas	(547)	(456)	-	(1.003)
Atualizações monetárias	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**-**	**147**	**330**	**477**
Adições	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Atualizações monetárias	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**-**	**147**	**330**	**477**

	Depósito judicial
Saldo em 01 de janeiro de 2013	**15**
Adições	1.077
Baixas	-
Atualizações monetárias	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**1.092**
Adições	464
Baixas	-
Atualizações monetárias	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1.556**

Natureza das contingências

- **Tributárias:** referem-se, principalmente à discussão quando à uma estimativa de Imposto de Renda e Contribuição Social à recolher em decorrência da adoção da Lei nº 10.833 de 2003 que autoriza a pessoa jurídica a tomar créditos de PIS/COFINS nos termos do artigo 3º da referida lei. Dessa forma, ao obter créditos de PIS/COFINS nos termos do artigo 3º da referida lei. Dessa forma, ao obter créditos de PIS/COFINS a Companhia teria sua base de cálculo dos Impostos de Renda e contribuição aumentados, portanto de acordo com os consultores externos optou por constituir tal provisão;
- **Contingências trabalhistas e previdenciárias:** consistem, principalmente, a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2014, existem também processos da mesma natureza que totalizam R$ 5.676 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão;
- **Ações cíveis:** as principais ações estão relacionadas a pleitos de indenizações por danos oriundos das atividades de fornecimento de água e tratamento de esgoto. A Companhia possui contingências de natureza cível avaliadas como perdas possíveis que totalizam, em 31 de dezembro de 2014 R$ 2.095 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2013), portanto, sem constituição de provisão.

17. Patrimônio líquido

O capital social subscrito totalmente integralizado está representado por R$ 35.159 (mesmo valor, em 31 de dezembro de 2013), representando 35.159.110 (mesma quantidade, em 31 de dezembro de 2013) ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes ao seguinte acionista:

	Percentual de participação
CIBE Saneamentos e Participações S.A.	100,00%

Em 28 de março de 2013, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Cibe Saneamento e Participações S.A. realizou um aumento de capital, com emissão de ações, na Companhia. O capital social foi aumentado de R$ 19.129 para R$ 35.159.

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.

18. Receitas

	31/12/2014	31/12/2013
Serviços de abastecimento de água **(a)**	21.801	26.729
Outros serviços de água	1.219	136
Serviços de esgoto **(b)**	16.676	19.741
Outros serviços de esgoto	198	32
Receitas de construção – ICPC 01 **(c)**	17.174	22.339
Outras	5	2
Impostos sobre a receita	(3.691)	(4.311)
	53.382	**64.668**

(a) A receita de abastecimento de água e reconhecida através da medição que ocorre mensalmente nos hidrômetros de cada estabelecimento cadastrado;

(b) A receita proveniente dos serviços de esgoto é calculada sobre percentuais de faturamento da receita com abastecimento de água conforme determinado pelo contrato de concessão;

(c) A receita de construção é uma terminologia adotada pelo ICP-01 que diz.

19. Gastos por natureza

	31/12/2014			31/12/2013		
	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Total
Pessoal	(4.561)	(4.974)	(9.535)	(2.657)	(3.371)	(6.028)
Materiais	(1.383)	(188)	(1.571)	(1.584)	(157)	(1.741)
Serviços de terceiros	(6.951)	(4.300)	(11.251)	(1.941)	(2.393)	(4.334)
Custo de construção **(a)**	(17.174)	-	(17.174)	(22.339)	-	(22.339)
Depreciação e amortização **(b)**	(7.789)	(2.721)	(10.510)	(5.900)	(807)	(6.707)
Energia elétrica	(5.156)	-	(5.156)	(4.916)	-	(4.916)
Conservação e manutenção	(1.822)	(266)	(2.088)	(1.984)	(310)	(2.294)
Legais e tributárias	(276)	(895)	(1.171)	-	(1.527)	(1.527)
Aluguéis	(1.138)	(1.295)	(2.433)	(12)	(1.983)	(1.995)
Outros	(1.517)	(3.552)	(5.069)	(646)	(1.377)	(2.023)
	(47.767)	**(18.191)**	**(65.958)**	**(41.979)**	**(11.925)**	**(53.904)**

(a) Referem-se aos custos incorridos quando da contratação de fornecedores para obras na infraestrutura. O reconhecimento do custo de construção ocorre de forma progressiva conforme Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de construção, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A mensuração do custo é realizada por empresas de Engenharia responsáveis por emitir os relatórios de medição;

(b) A amortização do ativo intangível de construção e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de forma que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo.

20. Resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013
Receita financeira		
Aplicações financeiras	9	29
Descontos obtidos	629	29
Juros ativos	288	
	926	**58**
Despesas financeiras		
Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos	(8.683)	(6.601)
IOF sobre empréstimos	(175)	(116)
Outros	(923)	(1.095)
	(9.781)	**(7.812)**
Resultado financeiro líquido	**(8.855)**	**(7.754)**

21. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente a Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	218	891
Contas a receber de clientes	3.279	4.667
Outros recebíveis	580	231
Contas a receber – partes relacionadas	884	1.010
	4.961	**6.799**
Circulante	**4.077**	**5.789**
Não circulante	**884**	**1.010**

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração considera a distribuição e características dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito.

A Companhia estabelece uma provisão para perda com recuperação que representa a sua estimativa de despesas incorridas com as contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é o item de perda específico relacionado a exposição individuais, e a uma parte coletiva estabelecida para grupos de ativos similares com relação as perdas que foram incorridas, porém ainda não identificadas. A perda coletiva é baseada nas taxas históricas de perdas para ativos similares. A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis para os quais foram reconhecidas R$ 7.009 (R$ 5.063 em 31 de dezembro de 2013) de perdas por redução no valor recuperável era o seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	2.774	3.926
Vencidos até 30 dias	1.063	1.026
Vencidos até 60 dias	569	453
Vencidos até 90 dias	471	257
Vencidos há mais de 91 dias	5.411	4.068
	10.288	**9.730**
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.009)	(5.063)

A provisão para redução ao valor recuperável é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto. Por serem pulverizados, a Companhia utiliza o histórico de inadimplência global para constituição dessa provisão, o que compreende a títulos vencidos há mais de 90 dias indicaram que os clientes não devem conseguir pagar seus saldos pendentes. A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação ao contas a receber não vencido.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R$ 218 (R$ 891 em 31 de dezembro de 2013), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia sobre seus passivos financeiros estão descritas na Nota Explicativa nº 10.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes da Nota Explicativa nº 11:

31 de dezembro de 2013	Valor contábil	Até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Capital de giro	56.485	43.448	13.037	-
	56.485	**43.448**	**13.037**	**-**

31 de dezembro de 2014	Valor contábil	Até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Capital de giro	53.875	53.875	-	-
	53.875	**53.875**	**-**	**-**

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços do serviço de passagem, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelo perfil do risco da atividade de concessão a Companhia não possui operações de derivativos.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não existindo operações derivativas no intuito de proteção para estas taxas de juros. Devido a principal taxa adotada não oscilar relevantemente, o risco das oscilações de mercado não é significativo.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

	Valor contábil	
	31/12/2014	31/12/2013
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente a caixa	218	891
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(53.875)	(56.485)

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscando eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma elevação de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros ou redução de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir:

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	25 pb aumento	25 pb diminuição
31 de dezembro de 2014		
Aplicações financeiras	2	(2)
Empréstimos de taxa variável	(2.171)	1.737
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(2.169)**	**1.735**

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	50 pb aumento	50 pb Diminuição
31 de dezembro de 2014		
Aplicações financeiras	5	(3)
Empréstimos de taxa variável	(4.342)	2.894
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(4.337)**	**2.891**

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Total do passivo	106.233	83.587
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(218)	(891)
Dívida líquida **(a)**	**106.015**	**82.696**
Total do patrimônio líquido **(b)**	24.095	38.147
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado **(a/b)**	4,40	2,17

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.
Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizadas pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração:

- **Aplicações financeiras:** são definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.

Os empréstimos estão classificados como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortização. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamentos específicas, indexadas às taxas prefixadas.

22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros é composta conforme a seguir:

Descrição	Tipo de Seguro	2014
Seguro garantia	Executante concessionário	6.179
Seguro garantia	Executante concessionário	15.781
Seguro garantia	Executante concessionário	393
Fiança locatícia	Locação de imóvel	50
Seguro patrimonial	Seguro operacional	89.333
Seguro patrimonial	Seguro de veículos	Tabela FIPE

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.993	22.654
Duplicatas a receber	7	185.609	100.705
Estoques	8	99	99
Impostos a recuperar	9	72.033	71.201
Adiantamento a fornecedores	10	89.393	89.004
Outras contas a receber	11	14.872	17.925
		366.999	**301.588**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	13	640.031	517.153
Adiantamento a fornecedores	10	3.150	3.150
Bens destinados à venda	12	200.000	200.000
Outras contas a receber	11	37.260	39.114
		880.441	**759.417**
Imobilizado	15	548.028	585.648
Intangível		982	1.530
		549.010	**587.178**
Total do ativo não circulante		**1.429.451**	**1.346.595**
Total do ativo		**1.796.450**	**1.648.183**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante			
Fornecedores		71.210	65.250
Empréstimos e financiamentos	16	302.390	177.002
Obrigações fiscais	17	7.328	3.398
Adiantamento de clientes	18	97.903	68.231
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	19	24.348	32.110
Outras contas a pagar		14.017	9.600
		517.196	**355.591**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	10.666	73.273
Provisão perda de investimentos	14	306.420	112.915
Partes relacionadas	13	124.128	26.473
Obrigações fiscais	17	7.687	1.251
Provisão para riscos processuais	21	13.503	13.503
		462.404	**227.415**
Patrimônio líquido			
Capital social	20	863.337	863.337
Reserva de capital		12	12
Outros resultados abrangentes		48.852	48.829
Reserva de lucros		-	152.999
Prejuízos acumulados		(95.351)	-
		816.850	**1.065.177**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.796.450**	**1.648.183**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

fls. 3507

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	23	617.550	958.213
Custo dos serviços prestados	24	(569.344)	(795.637)
Lucro bruto		48.206	162.576
Despesas operacionais			
Comerciais	25	(2.373)	(2.492)
Administrativas	25	(53.509)	(94.720)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(193.528)	(119.257)
Outras receitas e despesas operacionais	26	7.609	3.786
		(241.801)	**(212.683)**
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas e impostos		**(193.595)**	**(50.107)**
Resultado financeiro líquido	27	(54.755)	(27.290)
Resultado antes dos impostos		**(248.350)**	**(77.397)**
Contribuição social corrente	28	-	(3.871)
Imposto de renda corrente	28	-	(10.728)
Prejuízo do exercício		**(248.350)**	**(91.996)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo do exercício	**(248.350)**	**(91.996)**
Outros resultados abrangentes:		
Ajuste variação patrimonial controlada	23	(1.081)
Total do resultado abrangente do exercício	**(248.327)**	**(93.077)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	**863.337**	**12**	**49.910**	**244.995**	**-**	**1.158.254**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(91.996)	(91.996)
Perda pelo aumento de participação societária indireta	-	-	(1.081)	-		(1.081)
Absorção de prejuízos	-	-	-	(91.996)	91.996	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**863.337**	**12**	**48.829**	**152.999**	**-**	**1.065.177**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(248.350)	(248.350)
Ajuste variação patrimonial controlada	-	-	23	-	-	23
Absorção de prejuízos	-	-	-	(152.999)	152.999	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**863.337**	**12**	**48.852**	**-**	**(95.351)**	**816.850**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

fls. 3510

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Resultado do exercício	(248.350)	(91.996)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	46.030	43.521
Equivalência patrimonial	193.528	119.257
Juros sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	49.929	48.997
	41.137	**119.779**
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Valores a receber de clientes	(84.904)	(16.339)
Adiantamentos a fornecedores e diversos	(389)	7.401
Outros créditos - curto e longo prazo	4.907	1.171
Partes relacionadas	(25.223)	(282.513)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(7.762)	6.263
Adiantamento de clientes	29.672	21.162
Fornecedores	5.960	2.513
Obrigações fiscais - líquido	9.534	15.915
Outras obrigações - curto e longo prazo	4.417	526
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(22.651)**	**(124.122)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aumento de imobilizado	(7.525)	(1.383)
Aquisição de ativo intangível	(337)	(303)
Aquisição de ativo imobilizado	-	(12.728)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(7.862)**	**(14.414)**
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo:		
. Pagamentos	(138.518)	(131.395)
. Captações	151.370	39.764
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	**12.852**	**(91.631)**
(Diminuição) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(17.661)**	**(230.167)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.993	22.654
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.654	252.821
(Diminuição) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(17.661)**	**(230.167)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos resultados abrangentes

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação - São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Quotistas da
Contern Construções e Comércio Ltda.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Contern Construções e Comércio Ltda. ("Empresa")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa tem registrado um montante de R$ 4.878 mil em saldos bancários referente ao Banco BVA S.A., que teve sua falência decretada em 17 de setembro de 2014 e não registrou nenhuma provisão para perda. Caso essa provisão tivesse sido constituída, o ativo circulante, patrimônio líquido e o resultado do exercício da Empresa seriam diluídos naquele valor.

Conforme Nota Explicativa nº 7, a Empresa possui um saldo de R$ 185.609 mil de Duplicas a receber, registrado no ativo circulante, desse saldo, o montante de R$ 42.102 mil encontra-se vencidos a mais de 360 dias. Até o encerramento dos nossos trabalhos, as renegociações não foram finalizadas, não sendo possível concluímos sobre a realização do saldo, tanto quanto no curto prazo. Caso essa provisão tivesse sido constituída, o ativo circulante, patrimônio líquido e o resultado do exercício da Empresa seriam diluídos naquele valor.

Conforme Notas Explicativas nº 9, a Empresa mantem registrado na rubrica "Impostos a recuperar" no montante de R$ 10.897 mil referente à INSS a recuperar. A Empresa não mantém as documentações suporte para confirmar o respectivo saldo e as obrigações acessórias estão em processo de revisão e conciliação do saldo. Consequentemente, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a existência e possível realização desse saldo, além de não conseguirmos concluirmos sobre adequada divulgação dessas informações nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Conforme Notas Explicativas nº 9 e 17, a Empresa amparada por mandato de segurança aproveitou créditos de Contribuição para PIS/PASEP e COFINS, para compensação de tributos federais, mediante procedimento administrativo. Conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativo Contingente, aprovado pela Resolução CFC 1.180/09, A Empresa não deve reconhecer um ativo contingente. Dessa forma o ativo circulante, patrimônio líquido e resultado do exercício estão apresentados a maior no valor dos créditos reconhecidos, aproveitados e pela ausência de provisão de eventual penalização e passivo não circulante a menor pela eventual penalização.

Conforme Nota Explicativa nº 11, a Empresa mantém registrado na rubrica "Outras contas a receber" o montante de R$ 14.745 mil referente a depósitos judiciais. A Companhia não mantém documentação suporte para confirmar os respectivos saldos. Consequentemente, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a existência e possível realização desse saldo, além de não conseguirmos concluir sobre a adequada divulgação dessas informações nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2015 dos consórcios Consórcio Contern Cetenco (CSN), Consórcio Construtor Belo Monte, Consórcio Contern Cetenco Araraquara SP, Consórcio Contern Tardelli, Consórcio Cetenco BR 163 PA e Consórcio Contern Terram, cujas saldos de balanços estão incluídos nas demonstrações da Empresa em 31 de dezembro de 2015, não foram examinadas por nós e por nenhum outro auditor independente. Dessa forma, não concluímos sobre os referidos consórcios e não pudemos concluir sobre os possíveis efeitos no ativo, passivo, resultado e patrimônio líquido da Empresa em 31 de dezembro de 2015, poderiam advir de uma revisão dos referidos consórcios.

Conforme Nota Explicativa nº 10, a Empresa possui saldos referentes a adiantamentos no montante de R$ 89.393 mil sendo que R$ 88.361 mil encontra-se aberto a mais de 360 dias. Até o encerramento dos nossos trabalhos, as renegociações não foram finalizadas, não sendo possível concluirmos sobre a realização de tais saldos no curto prazo. Caso essa provisão tivesse sido constituída, o ativo circulante, patrimônio líquido e o resultado do exercício da Empresa seriam diluídos naquele valor.

Conforme a Nota Explicativa nº 13, a Empresa mantém saldos e transações em montantes significativos com partes relacionadas que não foram pactuadas em condições usuais de mercado e não nos foi apresentados os trabalhos de levantamento e conciliações das documentações suporte até a data de emissão desse relatório. Consequentemente, o resultado de suas operações pode ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas apenas com terceiros, nos quais não nos foi possível concluir sobre os impactos que possam advir desta situação nas demonstrações contábeis, bem como, sua adequada divulgação deste assunto nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2015 não foram realizadas as avaliações de recuperação futura e de revisão de vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado e ativos não circulantes mantidos para venda, conforme requerido pelos Pronunciamentos Técnicos CPC 01, 27, 28 e 31 aprovados pelas Resoluções do CFC nºs 1.292/10, 1.177/09, 1.178/09 e 1.188/09, respectivamente. Dessa forma, não nos foi possível mensuramos os efeitos decorrentes da mudança da vida útil.

As demonstrações contábeis da Porto Cais Mauá S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes. Consequentemente, não temos como opinar e por isso não opinamos sobre tais demonstrações, assim como os possíveis efeitos que poderiam trazer sobre o resultado e a posição patrimonial e financeira da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 referente ao registro da investida por meio da equivalência patrimonial.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto quanto aos assuntos mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Contern Construções e Comercio Ltda.**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção que a investida direta Doreta Empreendimentos e Participações S.A. e a investida indireta Infra Bertin Empreendimentos S.A., vem desenvolvendo esforços para reverter os contínuos prejuízos operacionais e a situação de passivo a descoberto. Essa condição indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional das investidas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos às realizações e classificações dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificações de passivos que seriam requeridos na impossibilidade daquelas Instituição continuar operando.

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo de 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins comparativos, foram por nós examinados, tendo sido emitido relatório datado de 24 de abril de 2015 que continha às mesmas modificações descritas no paragrafo "Base para Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", exceto a qualificações referente ao saldo junto ao Banco da BVA S.A., INSS a recuperar em processo de conciliação e dos depósitos judiciais que não apresentaram as documentações suporte.

Ribeirão Preto, 27 de abril de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1SP 139268/O-6

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.993	22.654
Duplicatas a receber	7	185.609	100.705
Estoques	8	99	99
Impostos a recuperar	9	72.033	71.201
Adiantamento a fornecedores	10	89.393	89.004
Outras contas a receber	11	14.872	17.925
		366.999	**301.588**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	13	640.031	517.153
Adiantamento a fornecedores	10	3.150	3.150
Bens destinados à venda	12	200.000	200.000
Outras contas a receber	11	37.260	39.114
		880.441	**759.417**
Imobilizado	15	548.028	585.648
Intangível		982	1.530
		549.010	**587.178**
Total do ativo não circulante		**1.429.451**	**1.346.595**
Total do ativo		**1.796.450**	**1.648.183**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante			
Fornecedores		71.210	65.250
Empréstimos e financiamentos	16	302.390	177.002
Obrigações fiscais	17	7.328	3.398
Adiantamento de clientes	18	97.903	68.231
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	19	24.348	32.110
Outras contas a pagar		14.017	9.600
		517.196	**355.591**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	10.666	73.273
Provisão perda de investimentos	14	306.420	112.915
Partes relacionadas	13	124.128	26.473
Obrigações fiscais	17	7.687	1.251
Provisão para riscos processuais	21	13.503	13.503
		462.404	**227.415**
Patrimônio líquido			
Capital social	20	863.337	863.337
Reserva de capital		12	12
Outros resultados abrangentes		48.852	48.829
Reserva de lucros		-	152.999
Prejuízos acumulados		(95.351)	-
		816.850	**1.065.177**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.796.450**	**1.648.183**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

fls. 3518

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	23	617.550	958.213
Custo dos serviços prestados	24	(569.344)	(795.637)
Lucro bruto		48.206	162.576
Despesas operacionais			
Comerciais	25	(2.373)	(2.492)
Administrativas	25	(53.509)	(94.720)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(193.528)	(119.257)
Outras receitas e despesas operacionais	26	7.609	3.786
		(241.801)	**(212.683)**
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas e impostos		**(193.595)**	**(50.107)**
Resultado financeiro líquido	27	(54.755)	(27.290)
Resultado antes dos impostos		**(248.350)**	**(77.397)**
Contribuição social corrente	28	-	(3.871)
Imposto de renda corrente	28	-	(10.728)
Prejuízo do exercício		**(248.350)**	**(91.996)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo do exercício	**(248.350)**	**(91.996)**
Outros resultados abrangentes:		
Ajuste variação patrimonial controlada	23	(1.081)
Total do resultado abrangente do exercício	**(248.327)**	**(93.077)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	**863.337**	**12**	**49.910**	**244.995**	**-**	**1.158.254**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(91.996)	(91.996)
Perda pelo aumento de participação societária indireta	-	-	(1.081)	-		(1.081)
Absorção de prejuízos	-	-	-	(91.996)	91.996	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**863.337**	**12**	**48.829**	**152.999**	**-**	**1.065.177**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(248.350)	(248.350)
Ajuste variação patrimonial controlada	-	-	23	-	-	23
Absorção de prejuízos	-	-	-	(152.999)	152.999	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**863.337**	**12**	**48.852**	**-**	**(95.351)**	**816.850**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

fls. 3521

CONTERN CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Resultado do exercício	(248.350)	(91.996)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	46.030	43.521
Equivalência patrimonial	193.528	119.257
Juros sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	49.929	48.997
	41.137	**119.779**
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Valores a receber de clientes	(84.904)	(16.339)
Adiantamentos a fornecedores e diversos	(389)	7.401
Outros créditos - curto e longo prazo	4.907	1.171
Partes relacionadas	(25.223)	(282.513)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(7.762)	6.263
Adiantamento de clientes	29.672	21.162
Fornecedores	5.960	2.513
Obrigações fiscais - líquido	9.534	15.915
Outras obrigações - curto e longo prazo	4.417	526
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(22.651)**	**(124.122)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aumento de imobilizado	(7.525)	(1.383)
Aquisição de ativo intangível	(337)	(303)
Aquisição de ativo imobilizado	-	(12.728)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(7.862)**	**(14.414)**
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo:		
. Pagamentos	(138.518)	(131.395)
. Captações	151.370	39.764
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	**12.852**	**(91.631)**
(Diminuição) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(17.661)**	**(230.167)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.993	22.654
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.654	252.821
(Diminuição) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(17.661)**	**(230.167)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONTERN - CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares Reais)

1. Contexto operacional

A Contern – Construções e Comércio Ltda., ("Empresa") é uma Sociedade constituída por capital 100% nacional, que tem como atividade a compra e venda de imóveis em geral por conta própria ou de terceiros. A Contern promove loteamentos, incorporações imobiliárias, compra e venda de bens imóveis, Administração de negócios ou empreendimentos, aluguel de imóveis de sua propriedade ou de terceiros além de constituir e administrar condomínios, edificar e comercializar unidades construídas no todo ou em parte e comercializar materiais de construção.

A Empresa também realiza a exploração de quaisquer obras ou serviços relacionados à construção civil e construção pesada, inclusive de obras públicas, bem como atividades como exploração elétrica, terraplanagem, em todas as suas modalidades, escavação, pavimentação e transporte com equipamentos, máquinas, caminhões e operadores. A execução de estradas, vicinais, construção de barragens, adutoras, poços e eletrificação em áreas urbanas e rurais são exemplos de obras efetuadas.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis incluem as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros, reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhares, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 7 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa (duplicatas a receber);
- Nota nº 28 - Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Nota nº 29 - Instrumentos financeiros.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 21 – Provisão para contingências.

3. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

a. Apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos diretores da Empresa em 27 de abril de 2016.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

b. Principais praticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

i. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço, e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

ii. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo, e os saldos são demonstrados ao valor justo;
- **Mantidos até o vencimento:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Empresa tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos, e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos;
- **Disponíveis para venda:** ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos, e os saldos são demonstrados ao valor justo. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são realizados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada;
- **Empréstimos e recebíveis:** instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a Empresa tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a Empresa classifica como mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a de deterioração do crédito. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos, e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

Passivos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar e partes relacionadas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Durante o exercício de 2015 a Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outras).

iii. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Empresa não registrou o ajuste a valor presente em virtude dele não ter efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

A Empresa optou por não adotar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 01 de janeiro de 2009. Os valores justos de imobilizado são muito próximos dos valores já registrados na contabilidade, conforme demonstrado na Nota nº 15.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que se irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

iv. Redução ao valor recuperável - impairment

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "Unidade Geradora de Caixa ou UGC").

A Administração da Empresa não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

v. Ativos classificados como não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis da Empresa. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor em um grupo de ativos classificados como mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e então para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurado são reconhecidas no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

vi. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

vii. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

viii. Receita

Nas vendas das obras concluídas, o resultado é apurado pelo regime de competência e consideram-se os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos da Empresa.

Nas vendas das obras não concluídas, o resultado é apropriado receitas e custos de acordo Pronunciamento Técnico CPC 17 (R1) - Contratos de construção, aprovado pela Resolução CFC nº 1.411/12, detalhados a seguir:

i) As receitas de vendas são apropriadas ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, por meio das medições realizadas por engenheiros técnicos competentes. Os custos são apropriados ao resultado conforme os custos incorridos até o momento das medições;
ii) Os recebimentos antecipados de clientes são registrados no passivo circulante ou no não circulante como "Adiantamento de clientes".

Prestação de serviços de construção

Consistem basicamente em quantias faturadas com relação à atividade de prestação de serviços de construção reconhecidas em virtude da evolução de cada obra para terceiros e à Administração técnica e de bens imóveis. A receita é reconhecida à medida que os serviços são prestados.

ix. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

x. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data do relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

xi. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (‘pro rata temporis’).

xii. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

xiii. Valor presente

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Empresa não registrou o ajuste a valor presente em virtude dele não ter efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

xiv. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações contábeis

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2015:

- **IFRS 9 -** Instrumentos financeiros. Substitui a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2015. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- **IFRS 9 e IFRS 7** - Data mandatória efetiva e divulgações de transição. A alteração da norma IFRS 9 aborda a prorrogação da data de adoção de 01 janeiro de 2013 para 01 de janeiro de 2015. A alteração da norma IFRS 7 aborda aspectos relacionados à divulgação de informações sobre a transição da IAS 39 para a IFRS 9 e aspectos relacionados à reapresentação de períodos comparativos na data de adoção da norma. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

- **IAS 1** – "Apresentação das demonstrações financeiras" – em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou "Iniciativa de Divulgação" (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- **IFRS 9** – Instrumentos financeiros – em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- **IAS 16 e IAS 38** – "Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização", em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.
- **IFRS 15** – "Receitas de contratos com clientes", em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 – "Receitas" e a IAS 11 – "Contratos de construção" e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- **IFRS 10 e IAS 28** – Venda ou aporte de ativos entre uma investidora e sua empresa associada ou entidade de Controle Compartilhado. Determina o tratamento contábil para operações com ativos entre uma investidora e empresas associadas ou entidades de controle compartilhado. Essas alterações são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.
- **IAS 27** – "Demonstrações separadas", em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- **IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28** – Exceções de consolidação em entidades de investimento. Aborda os requerimentos de divulgação de demonstrações contábeis para entidades de investimento. Essas alterações são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.
- **Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014** - em setembro de 2014, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa exigem determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

i) Contas a receber - o valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de juros de mercado apurado na data de apresentação das demonstrações contábeis;
ii) Empréstimos e financiamentos - o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

5. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Empresa. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento, desenvolvimento e supervisão das políticas e estruturas de gerenciamento de risco da Empresa.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites de uso de capital, exposições e controles de riscos, e para monitorar riscos e sua aderência aos limites preestabelecidos. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são determinados anualmente e revisados para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, visa desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, ou seja, uma cultura de riscos, com a qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

5.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Empresa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

Duplicatas a receber e outras contas a receber

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes da Empresa, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito.

5.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

5.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

5.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Empresa.

O objetivo da Administração é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

6. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial que são apresentados na demonstração do fluxo de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentadas:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	111	116
Saldos bancários	4.882	5.998
Aplicações financeiras	-	16.540
	4.993	**22.654**

O saldo de caixa e saldos bancários compreende os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Empresa.

As aplicações estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e seu valor não supera o valor de mercado. Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas em até 90 (noventa) dias da data de contratação, sem perda de rendimentos.

A exposição da Empresa a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 29.

7. Duplicatas a receber

	31/12/2015	31/12/2014
Duplicatas a receber	185.609	100.705
	185.609	**100.705**

	31/12/2015	31/12/2014
Clientes Nacionais		
Duplicatas a vencer	93.545	30.553
Duplicatas vencidas:		
De 1 a 30 dias	10.305	2.691
De 31 a 60 dias	17.180	2.197
De 61 a 90 dias	9.641	3.746
Acima de 90 dias	55.046	61.626
(-) Provisão para créditos de liquidações duvidosas	(108)	(108)
	185.609	**100.705**

A Empresa em 31 de dezembro de 2015 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de Ajuste a Valor Presente (AVP).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, quando necessária, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

A exposição da Empresa a risco de crédito, moeda e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na Nota Explicativa nº 29.

8. Estoques

	31/12/2015	31/12/2014
Loteamento Xangrilá	99	99
	99	**99**

A Empresa possui um loteamento, sob a denominação de Xangrilá, com energia elétrica, sistema de abastecimento de água, captação, adução, tratamento, rede de distribuição, sistema de captação de águas pluviais, rede de esgoto, recomposição florestal, arborização do sistema de lazer e áreas verdes de passeios públicos.

Este empreendimento garante a Contern, um montante de 101 lotes, com uma área total de 383.400 m2.

Não há estoques dados em garantia como parte de suas negociações com instituições financeiras.

9. Impostos a recuperar

	31/12/2015	31/12/2014
IRRF	5.446	4.569
PIS (a)	1.605	1.605
COFINS (a)	15.859	15.859
IRPJ	26.775	26.775
CSLL	11.445	11.446
ISS	6	6
INSS	10.897	10.941
	72.033	**71.201**

(a) A Empresa é uma pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços de execução de obras construção civil e, em relação às receitas decorrentes desta atividade, efetua o pagamento da COFINS e da CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP a alíquota de 3,65% (três inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) sob o REGIME CUMULATIVO previstos atualmente na Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1988, nos termos do artigo 10, inciso XX da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.

Neste regime cumulativo das 2 (duas) contribuições, a legislação prevê como base de cálculo o faturamento mensal correspondente às receitas da prestação de serviços e venda de mercadorias, nos termos do artigo 3º, caput da Lei nº 9.718/98 e conceito de faturamento admitido como válido pelo Poder Judiciário e legislação aplicável. Desta forma, os materiais adquiridos pela empresa e reembolsados pelos tomadores de serviço são objeto de discussão para recuperação de créditos de Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS. Para tanto, a Empresa espera a liberação das autoridades competentes.

A administração da empresa está em processo de retificação das obrigações acessórias envolvidas, afastando assim a penalização estabelecida pelos órgãos competentes.

10. Adiantamento a fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento a fornecedores nacionais	23.055	49.346
Adiantamento a fornecedores internacionais	1.983	1.983
Consórcio Contern - Terram	7.129	7.129
Consórcio Contern - Tardelli	212	212
Consórcio Contern - Cetenco - CSN (*)	15.494	15.494
Consórcio Contern - Cetenco - DNIT BR 163 PA	9.877	9.877
ZR4 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	27.400	-
Demais consórcios	7.368	7.872
Adiantamentos a empregados e de viagem	25	241
	92.543	**92.154**
Circulante	89.393	89.004
Não circulante	3.150	3.150

(*) A Empresa está em processo, visando à renegociação dos valores de adiantamento junto a CSN. Segundo os assessores jurídicos da Empresa, não há a necessidade de constituição de provisão para perdas dos valores.

11. Outras contas a receber

	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos judiciais	14.745	9.066
Cheques depositados e devolvidos	88	75
Cauções a receber	4.239	4.203
Prêmios de seguros a apropriar	2.367	3.112
Direito do uso de sistema	30.619	38.048
Outras contas a receber	74	2.535
	52.132	**57.039**
Ativo circulante	**14.872**	**17.925**
Ativo não circulante	**37.260**	**39.114**

Direito do uso de sistema

Por meio de um Termo de Confissão de Dívida firmado com a empresa Heber Participações S.A., a Contern adquiriu o direito de uso do sistema integrado de informática utilizado em todo o Grupo Bertin, do qual a Heber Participações S.A. foi a responsável pelo desenvolvimento e é a detentora da licença de operação. Este sistema abrange os seguintes itens:

- **Sistemas de gestão**: composto pelos módulos de cadastros corporativos, suprimentos, comercial, faturamento, estoques, financeiros, fiscais, orçamento matricial, sistemas de custos integrados, contabilidade, controle de ponto eletrônico, sistemas de recurso humanos, gestão de indicadores e controle patrimonial, com uma equipe para desenvolvimento e manutenções das necessidades diárias da Contern, para cada sistema, com atendimento 24x7 e treinamento com Banco de Dados Oracle e ferramentas de desenvolvimento Oracle (Oracle-Forms, Oracle-Reports, SQL, PL-SQL e Discoverer);
- **Infraestrutura**: Data-center corporativo, composto por ar condicionado, nobreak, geradores, detector de incêndio, gás, monitoramento, etc., além de toda uma equipe para contratar, monitorar e dar suporte 24x7 em links de comunicação, internet, telefonia, cabeamento, etc.;
- **Infraestrutura de servidores:** recursos humanos e de hardware necessários para toda a implantação e suporte para servidores de arquivos, servidores de banco de dados, servidores de meio de comunicação (Citrix), Antivírus, VPN, Filtro de Conteúdo, etc. Os servidores de banco de dados corporativos rodam em duas Super Dome HP;
- Infraestrutura de base de dados: Base de dados Oracle.

Para respaldar a formalização foi realizado um estudo interno da Heber Participações S.A., conduzido pelo Departamento de Informática, no qual se valorizou a licença utilizada por cada Empresa.

Os valores relacionados com as licenças foram pagos mediante cessão de direitos a receber e compensação de valores a pagar.

O valor da licença foi calculado internamente, mediante comparações com valores de licenças e custos de implantação de *softwares* compatíveis disponíveis no mercado.

A licença, da Empresa junto a Heber tem sua validade até 31 de dezembro de 2019.

12. Bens destinados à venda e operações descontinuadas

Referem-se a 10 (dez) matrículas da parte norte da fazenda Gleba Atacadão, que está em processo de negociação e a adiantamentos realizados para empresas para futuros investimentos, nos quais a Empresa desistiu manter o negócio. O valor contabilizado na rubrica Fazenda Atacadão refere-se ao valor de custo das terras.

	31/12/2015	31/12/2014
Fazenda Atacadão	200.000	200.000
	200.000	**200.000**

13. Partes relacionadas

a) Remuneração de pessoal chave da Administração

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Empresa. O pessoal-chave da Administração da Empresa é composto pela Diretoria eleita pelos sócios quotistas e com mandato por prazo indeterminado. Os montantes referentes à remuneração e benefícios de curto prazo (ordenados, salários, assistência médica, entre outros) do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a título de benefícios de curto prazo foi de R$ 1.699 (R$ 1.403 em 31 de dezembro de 2014).

A Empresa não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

b) Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a transações realizadas entre as Empresa do mesmo Grupo Econômico, acionistas ou demais partes relacionadas referem-se basicamente a:

	Saldos em 01/01/14		Pagamentos	Recebimentos	Saldos em 31/12/14	
	Ativo	Passivo	Efetuados	Efetuados	Ativo	Passivo
CIBE Investimento e Participações S.A.	-	19.640	3.850	-	-	15.790
CIBE Participações e Empreendimentos S.A.	66.578	-	2.263	-	68.841	-
Concessionária da Rodovia MG 050 S.A.	212	1.500	-	-	212	1.500
DISA Destilaria Itaúnas S.A.	833	-	178	-	1.011	-
Ibiralcool Destilaria Álcool Ibirapuã Ltda.	353	-	180	-	533	-
Star Energy Participações S.A.	990	-	-	-	990	-
Usina Naviraí S.A. - Açúcar e Álcool	-	4.068	1.721	-	1.721	4.068
UTE MC2 Camaçari 1 S.A.	2	-	-	2	-	-
Scafati Empreend. e Participações S.A.	-	1.200	-	-	-	1.200
BSB Prod. de Equip. de Prot. Ind. S.A.		66	4	-	-	62
Águas de Itu Exp. de Serv. de Água S.A.	2.268	-	-	2.268	-	-
Concessionária SPMAR S.A.	1	367.392	408.676	-	41.288	3
Heber participações S.A.	48.899	-	-	528	48.898	527
Comapi Agropecuária Ltda.	441.550	-	-	163.342	279.149	941
Rodovias das Colinas S.A.	1.751	1.500	-	42	1.709	1.500
Tinto Holding Ltda.	20.570	882	-	1.548	19.022	882
Gaia Energia e Participações S.A.	1.547	-	-	-	1.547	-
Vertis Participações Ltda.	-	-	1.220	-	1.220	-
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	17	-	-	-	17	-
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	10	-	9.122	-	9.132	-
HB Rental - Aluguel de Veículos Ltda.	18.386	6.565	6.565	1.017	17.369	-
CIBE Energia e Participações S/A	21		1	-	22	-
Infinity Bio-Energy Brasil Participações S/A	5.500	-	-	-	5.500	-
Infinity Agricola S.A.	-	-	67	-	67	-
Curua Energia S/A	274	-	-	-	274	-
Buriti Energia S/A	601	-	-	-	601	-
Alcana Destilaria de Álcool de Nanuque S/A	751	-	6	-	757	-
Lambari Geradora de Energia S.A.	-	-	1.000	-	1.000	-
Voster Participações Societárias S.A.	-	-	15.038	-	15.038	-
Infisa Infinity Itaunas Agrícola S.A.	-	-	1.230	-	1.230	-
Outros	13	147	154	-	5	-
	611.127	**402.960**	**451.275**	**168.747**	**517.153**	**26.473**

fls. 3541

	Saldos em 31/12/14		Pagamentos	Recebimentos	Saldos em 31/12/15	
	Ativo	Passivo	Efetuados	Efetuados	Ativo	Passivo
CIBE Investimento e Participações S.A.	-	15.790	4.089	1.200	4.089	16.990
CIBE Participações e Empreendimentos S.A.	68.841	-	41.571	-	110.412	-
Concessionária da Rodovia MG 050 S.A.	212	1.500	-	-	212	1.500
DISA Destilaria Itaúnas S.A.	1.011	-	447	-	1.458	-
Ibiralcool Destilaria Álcool Ibirapuã Ltda.	533	-	53	-	586	-
Star Energy Participações S.A.	990	-	3	-	993	-
Usina Naviraí S.A. - Açúcar e Álcool	1.721	4.068	15.990	-	17.717	4.068
UTE MC2 Camaçari 1 S.A.	-	-	1	-	1	-
UTE MC2 Camaçari 3 S.A.	-	-	2	-	2	-
Scafati Empreend. e Participações S.A.	-	1.200	6.022	-	4.822	-
BSB Prod. de Equip. de Prot. Ind. S.A.	-	62	62	-	-	-
Águas de Itu Exp. de Serv. de Água S.A.	-	-	7	-	7	-
Concessionária SPMAR S.A.	41.288	3	10.757	46.238	52.045	46.241
Heber participações S.A.	48.898	527	-	-	48.898	527
Comapi Agropecuária Ltda.	279.149	941	938	88.641	190.508	3
Rodovias das Colinas S.A.	1.709	1.500	-	-	1.709	1.500
Tinto Holding Ltda.	19.022	882	-	1.935	19.022	2.817
Gaia Energia e Participações S.A.	1.547	-	88.288	-	89.835	-
Vertis Participações Ltda.	1.220	-	-	-	1.220	-
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	17	-	-	-	17	-
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	9.132	-	41.288	-	50.420	-
HB Rental - Aluguel de Veículos Ltda.	17.369	-	3.590	-	20.959	-
CIBE Energia e Participações S/A	22	-	18	-	40	-
Infinity Bio-Energy Brasil Participações S/A	5.500	-	-	-	5.500	-
Infinity Agricola S.A.	67	-	360	-	427	-
Curua Energia S/A	274	-	-	-	274	-
Buriti Energia S/A	601	-	-	-	601	-
Alcana Destilaria de Álcool de Nanuque S/A	757	-	165	-	922	-
Lambari Geradora de Energia S.A.	1.000	-		-	1.000	-
Voster Participações Societárias S.A.	15.038	-		-	15.038	-
Infisa Infinity Itaunas Agrícola S.A.	1.230	-	54	-	1.284	-
Meridional STR Serviços Técnicos em Rodovias Ltda.				50.482	-	50.482
Outros	5	-	14	-	19	-
	517.153	**26.473**	**213.719**	**188.496**	**640.031**	**124.128**

fls. 3542

14. Investimento

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão perdas de investimentos	306.420	112.915
	306.420	**112.915**

A movimentação dos investimentos é apresentada a seguir:

	Doreta Empreendimentos	Porto Cais Mauá
Número de mil ações/quotas do capital social		
Quantidade de ações/quotas possuídas		
Patrimônio Líquido	(231.329)	(7.209)
Lucro/Prejuízo do exercício	(241.630)	(21.056)
Participação societária	48,50%	10%
Movimentação do investimento		
Saldo inicial de 1º de janeiro de 2014 - investimentos	**6.040**	**-**
Adição	-	1.383
Perda pelo aumento de participação societária	(1.081)	-
Resultado da equivalência patrimonial	(117.153)	(2.104)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2014 (provisão perda)	**(112.194)**	**(721)**
Ganho pelo aumento de participação societária	23	-
Resultado da equivalência patrimonial	(192.346)	(1.182)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2015 (provisão perda)	**(304.517)**	**(1.903)**

15. Imobilizado

Descrição	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2015 Líquido	31/12/2014 Líquido
Veículos	20%	104.468	(73.277)	31.191	44.461
Equipamentos de proc. de dados	20%	2.034	(1.712)	322	525
Máquinas e equipamentos	10%	151.115	(64.281)	86.834	106.674
Móveis e utensílios	10%	1.770	(954)	816	954
Aparelhos de laboratório	10%	190	(154)	36	52
Aparelhos de topografia	10%	866	(734)	132	214
Fundo Resgate *Leasing*	10%	1.250	(750)	500	625
Imóveis e construções	4%	108.613	(25.086)	83.527	87.855
Terrenos	-	83.000	-	83.000	83.000
Fazendas	-	260.000	-	260.000	260.000
Adiantamento imobilizado	-	1.670	-	1.670	1.270
		714.976	**(166.948)**	**548.028**	**585.648**

fls. 3544

O LTDA.

s demonstrações contábeis

eguir:

ulos	Equipamento de proc. de Dados	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Aparelhos laboratório	Aparelhos de topografia	Fundo Resgate *Leasing*	Imóveis e construções	Aeronaves	Te
3.391	**193**	**81.094**	**801**	**90**	**443**	**875**	**96.127**	**-**	
37.565	419	41.960	485	-	48	-	615	6.795	
7.923)	-	(4.728)	(8)	-	(166)	-	(214)	-	
0.205)	(254)	(13.552)	(179)	(19)	(120)	(125)	(4.339)	-	
2.493	376	559	23	-	93	-	6	-	
5.321	**734**	**105.333**	**1.122**	**71**	**298**	**750**	**92.195**	**6.795**	
4.707	38	25.420	28	-	-	-	4	-	
4.314)	(15)	(10.128)	(44)	-	-	-	-	(6.795)	
1.716)	(247)	(15.429)	(169)	(19)	(84)	(125)	(4.344)	-	
0.481	15	1.478	17		-	-	-	-	
4.479	**525**	**106.674**	**954**	**52**	**214**	**625**	**87.855**	**-**	
6.469	1	2.417	30	-	-	-	16	-	
4.978)	(28)	(9.683)	-	-	-	-	-	-	
3.650)	(199)	(16.561)	(168)	(16)	(82)	(125)	(4.344)	-	
8.871	23	3.987	-	-	-	-	-	-	
1.191	**322**	**86.834**	**816**	**36**	**132**	**500**	**83.527**	**-**	

16. Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Empresa. A Nota Explicativa n°29 divulga informações adicionais com relação à exposição da Empresa aos riscos de taxa de juros e moeda:

Modalidades	Taxa média de juros e comissões	31/12/2015	31/12/2014
Capital de giro	CDI, mais 0,5% a.m.	-	63.907
Capital de giro	CDI, mais 4,35% a.a.	-	133.331
Capital de giro	CDI, mais 4,4% a.a.	241.102	-
Capital de giro	Prefixado 1,48% a.m.	-	5.857
Capital de giro	CDI, mais 0,8% a.m.	4.220	-
Capital de giro	CDI, mais 3,75% a.a.	41.212	-
Capital de giro	Prefixado 1,85% a.m.	3.240	-
Capital de giro	CDI, mais 0,6% a.m.	1.336	-
Finame_TJ	TJLP, mais 8,55% a.a.	-	5.549
Finame_TJ	TJLP, mais 13,2% a.a.	1.382	-
Finame_TJ	TJLP, mais 15,5% a.a.	86	-
Finame_TJ	TJLP, mais 11,36% a.a.	387	-
Finame_TJ	Prefixado 2,5% a.a.	815	-
Finame_TJ	Prefixado 3% a.a.	2.546	-
Finame_TJ	Prefixado 4% a.a.	7.156	-
Finame_TJ	Prefixado 5,5% a.a.	3.680	-
Finame_TJ	Prefixado 8% a.a.	5.597	-
Finame_TJ	Prefixado 8,7% a.a.	297	-
Finame BRL	Prefixado 6,43% a.a.	-	39.083
Arrendamento financeiro	Prefixado 1,12% a.m.	-	2.548
		313.056	**250.275**
Passivo circulante		302.390	177.002
Passivo não circulante		10.666	73.273

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	63.811
2017	7.245	6.043
2018	3.421	3.420
	10.666	**73.273**

Garantias

Os financiamentos, FINAME e Leasing estão garantidos por alienações fiduciárias de bens do ativo imobilizado e/ou por avais da controladora.

O Capital de giro está garantido por aval da Heber Participações S.A, Cibe Participações/Nitreb/Tinto Holding/Comapi e Cessão fiduciaria de direitos creditórios, Devedor Solidário Silmar Bertin, Natalino Bertin, Fernando Bertin e Reinaldo Bertin, Hipotecas e Alienação Fiduciária de Imóvel.

17. Impostos e taxas a recolher

	31/12/2015	31/12/2014
IRRF a recolher	2.762	2.141
COFINS sobre receita a recolher	1.872	653
PIS sobre receita a recolher	402	141
ISS retido a recolher	9	8
CSLL retida a recolher	126	121
CSLL parcelamento	114	144
	15.015	**4.649**
Curto prazo	7.328	3.398
Longo prazo	7.687	1.251

18. Adiantamento de clientes

	31/12/2015	31/12/2014
DNIT Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	2.648	2.648
Consórcio Caminhos do Sol	4.243	4.067
Eldorado Celulose e Papel S.A	12.224	8.315
Consórcio Contern - Terram	3.649	3.649
Consorcio Construtor Belo Monte	44.200	10.376
Paranasa Engenharia e Comércio S.A	463	463
FR Participações Ltda.	5.000	5.000
Consórcio Transcarioca - Rio	-	18.895
Cetenco Engenharia	3.887	3.887
Encomind Eng Com. E Ind Ltda	16	338
ECP Engenharia Ltda.	300	300
Costa Café Com Exp e Imp. Ltda.	-	234
JHSF Administradora do Catarina Aeroporto	12.693	-
Construtora Belo Monte	1.564	-
Adiantamentos frota caminhão	-	5.802
Outros	7.016	4.257
	97.903	**68.231**

19. Salários e contribuições a pagar

	31/12/2015	31/12/2014
Ordenados e salários a pagar	669	1.536
INSS a recolher	21.646	25.771
Parcelamento federal	9.730	1.441
FGTS a recolher	116	300
Pensão judicial a pagar	3	7
Contribuição sindical a recolher	1527	204
INSS retido de terceiros	7	159
Contribuição SENAI a recolher	4	25
Outras obrigações e contribuições trabalhistas	1	2
Provisão de férias	1.750	4.106
	24.348	**32.110**

20. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social autorizado e subscrito da Empresa, conforme previsto em contrato social é de R$ 863.337 (em 31 de dezembro de 2014, mesmo valor) está representado por 863.337.364 quotas (em 31 de dezembro de 2013, mesma quantidade), com valor nominal de R$ 1,00 cada uma:

	Participação
Comapi Agropecuária S.A.	99,99%
Reinaldo Bertin	0,01%
	100,00%

Outros resultados abrangentes

De acordo como a Lei nº 6.4040/76, o saldo contábil do investimento é dado pela aplicação do percentual de participação do investidor sobre o patrimônio líquido da coligada ou controlada. Qualquer mutação ocorrida nesse patrimônio líquido corresponderá a um ajuste no saldo contábil do investimento, mas somente as mutações provenientes de lucros ou prejuízos apurados pelas coligadas e controlados é que serão reconhecidas no resultado do período, ou seja, aquelas não provenientes de lucro ou prejuízos apuradas pela coligada ou controladas que foram registradas no patrimônio líquido serão registradas em conta reflexa de mesma natureza daquela verificada na coligada e controlada.

21. Provisão para riscos processuais

A Empresa possui processos cíveis, tributários e trabalhistas, todos em razão do curso normal das suas operações. Em 31 de dezembro de 2015 os montantes envolvidos de R$ 13.503 e de R$ 35.507 (em 31 de dezembro de 2014, R$ 13.503 e de R$ 18.976) se referem a processos de perdas prováveis e possíveis, respectivamente, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos. A provisão de R$ 13.503 mil é considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

	Cíveis e trabalhistas	Tributário	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2014	**4.551**	**8.952**	**13.503**
Provisões	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**4.551**	**8.952**	**13.503**
Provisões	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**4.551**	**8.952**	**13.503**

22. Cobertura de seguros (não auditado)

Os itens do ativo imobilizado estão segurados por montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, segundo a orientação de riscos de consultores especializados.

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para a cobertura de eventuais riscos:

		Cobertura	
Descrição	Tipo de seguro	31/12/2015	31/12/2014
Bens/interesses	Incêndio, explosão, colisão e roubo	11.821	13.800
Garantias	Seguro garantia	62.338	63.583
Responsabilidades	Riscos de Engenharia	22.000	30.981
Responsabilidades	Responsabilidade Civil	5.000	5.000
		101.159	**113.364**

É política da Empresa manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a risco utilizando laudos recentes de avaliação patrimonial para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e orientação da política de seguros da Empresa.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Empresa.

23. Receita operacional líquida

	31/12/2015	31/12/2014
Receita de prestação de serviços	172.308	446.527
Receita de prestação de serviços de incorporação	472.352	532.417
Impostos sobre prestação de serviços	(5.023)	(15.707)
Impostos sobre prestação de serviços de incorporação	(22.107)	(5.013)
Abatimentos e devoluções	-	(11)
	617.550	**958.213**

24. Custo do produto vendido

	31/12/2015	31/12/2014
Matéria-prima, insumos e aluguéis máquinas	(110.202)	(173.199)
Depreciação e amortização	(46.030)	(43.521)
Despesas com pessoal	(34.338)	(73.969)
Encargos sociais	(10.389)	(19.718)
Benefícios	(95)	(736)
Serviços de terceiros	(552)	(43)
Conservação e manutenção	(6.246)	(36.082)
Despesas de utilidades e serviços	(1.478)	(9.627)
Custos de incorporação	(359.835)	(438.422)
Outros custos	(179)	(320)
	(569.344)	**(795.637)**

25. Despesas Administrativas e comerciais

	31/12/2015	31/12/2014
Seguros	(1.274)	(1.462)
Serviços de terceiros	(31.351)	(57.212)
Despesas de utilidades e serviços	(5.615)	(9.563)
Despesas legais e tributárias	(4.708)	(9.559)
Gastos com viagens	(1.879)	(1.861)
Aluguel	(2.031)	(1.961)
Folha de pagamento	(8.333)	(15.196)
Outras depesas	(691)	(398)
	(55.882)	**(97.212)**

26. Outras receitas operacionais

	31/12/2015	31/12/2014
Venda de ativos	13.425	17.594
Custo venda de ativo	(6.220)	(10.334)
Resultado incorporado	(23)	(1.725)
Participação nos resultados	(50)	(1.990)
Outras receitas/despesas	477	241
	7.609	**3.786**

27. Resultado financeiro líquido

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas financeiras:		
Variação monetária	(312)	(425)
Despesas bancárias	(156)	(1.611)
Despesas c/financiamentos	(46)	(698)
Juros passivos	(2.349)	(1.546)
Juros sobre financiamentos	(49.880)	(48.997)
IOF	(67)	(697)
Despesa financeira de incorporação	(4.854)	-
Outros	(526)	(96)
Total despesas financeiras	**(58.190)**	**(54.070)**
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	529	1.263
Rendimento aplicações financeiras	1.238	10.158
Variação monetária ativa	24	474
Juros recebidos	7	8
Receita financeira de incorporação	1.367	12.845
Outros	270	2.032
Total receitas financeiras	**3.435**	**26.780**
Resultado financeiro líquido	**(54.755)**	**(27.290)**

28. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os cálculos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

O Imposto de Renda foi calculado considerando as atuais alíquotas, e a Contribuição Social sobre o lucro foi apurada considerando-se a taxa de 9%, conforme a legislação em vigor.

A conciliação do resultado dos impostos diretos segue demonstrada:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do Imposto de Renda e contribuição social	(248.350)	(77.397)
Adições	65.801	120.406
Exclusões	-	-
Lucro real e base de cálculo	(182.549)	43.009
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	-
Lucro real após comp. Prejuízo fiscal	(182.549)	43.009
Imposto de renda	-	10.728
Contribuição social	-	3.871
Alíquota efetiva	-%	34%

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social, foram compensados com os créditos apurados e Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS, conforme Nota Explicativa nº 9.

29. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Empresa, conforme o quadro abaixo.

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias:

	31/12/2015	31/12/2014
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	4.993	22.654
Duplicatas a receber	185.609	100.705
Adiantamento a fornecedores	92.543	92.154
Outras contas a receber	52.132	57.039
Parte relacionada - Ativa	640.031	517.153
Passivos mantidos pelo custo amortizado		
Fornecedores	71.210	65.250
Empréstimos e financiamentos	313.056	250.275
Outras contas a pagar	14.017	9.600
Adiantamento a clientes	97.903	68.231
Parte relacionada - Passiva	124.128	26.473

Riscos de crédito

Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. O risco máximo de crédito corresponde aos seguintes ativos consignados nas demonstrações contábeis:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos		
Caixa e bancos	4.993	22.654
Contas a receber	185.609	100.705
Outras contas a receber	52.132	57.039
Adiantamento a fornecedores	92.543	92.154
Partes relacionadas	640.031	517.153
	975.308	**789.705**

Endividamento

Os saldos de empréstimos e financiamentos referem-se a operações de FINAME com o Banco Volkswagem, Caterpillar e Volvo para aquisição de veículos. As operações, nesta modalidade, não estão atreladas ao Dólar. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16, a atualização decorre de taxas pré-fixadas e variação da taxa TJLP.

Apuração do valor justo

O valor justo das operações contratadas pela Empresa é apurado com base em informações obtidas com instituições financeiras e demais instituições públicas responsáveis pela publicação de índices de preços, utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende a apuração do valor nominal até a data do vencimento e o desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros por não apresentarem diferenças significativas com os valores contábeis, são apresentados no balanço patrimonial, pelo seu valor contábil.

Hierarquia de valor justo

Os ativos e passivos financeiros são mensurados em nível 1 (mensurações de valor justo de nível 1: são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos).

Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	31/12/2015			
Passivos financeiros	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	71.210	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	302.390	7.245	3.421	-
Partes relacionadas	-	124.128	-	-
Adiantamento a clientes	97.903	-	-	-
Outras contas a pagar	14.017	-	-	-
	485.520	**131.373**	**3.421**	**-**

	31/12/2014			
Passivos financeiros	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	65.250	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	177.002	63.811	9.463	-
Partes relacionadas	-	26.473	-	-
Adiantamento a clientes	68.231	-	-	-
Outras contas a pagar	9.600	-	-	-
	320.083	**90.284**	**9.463**	**-**

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma elevação de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros ou redução de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir:

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	25 pb aumento	**25 pb Diminuição**
31 de dezembro de 2015		
Empréstimos de taxa variável	(48.752)	(29.251)
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(48.752)**	**(29.251)**

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	50 pb Aumento	**50 pb Diminuição**
31 de dezembro de 2015		
Empréstimos de taxa variável	(58.502)	(19.501)
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(58.502)**	**(19.501)**

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Concessionária SPMAR S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária SPMAR S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária SPMAR S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Provisão para manutenção

Conforme Nota Explicativa nº 15, a Companhia possui registrado na rubrica "Provisão para manutenção", no passivo circulante e não circulante, os montantes de R$ 3.582 mil e R$ 41.390 mil, respectivamente. A Administração da Companhia, com base em seu entendimento, optou por não registrar e atualizar contabilmente a provisão para manutenção devido ao fato de estar em processo de cotações de preços para as referidas obras. Dessa forma, não nos foi possível avaliar a razoabilidade dos valores registrados no passivo circulante, não circulante e resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 referente aos respectivos valores.

Ativo fiscal diferidos

A Companhia possui registrado na rubrica "Ativos fiscais diferidos", no ativo não circulante, o montante de R$ 269.192 em 31 de dezembro de 2016. Entretanto, não possui histórico de rentabilidade nos últimos anos e não nos forneceu estudo formal de viabilidade que demonstre a provável ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os prejuízos acumulados e utilização dos créditos tributários. Consequentemente, o ativo não circulante e o resultado do exercício estão registrados a maior neste montante nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção que o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R$ 506.032 mil em 31 de dezembro de 2016, aumentando seu o grau de endividamento, além da Companhia vir apresentando sucessivos e relevantes prejuízos nos últimos exercícios sociais. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Entretanto, conforme descrito Nota Explicativa nº 1, a Administração da Companhia está em processo de reestruturação junto aos controladores, para alongamento da dívida e novas captações. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativo ou quanto aos valores e a classificação de passivo que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

Ênfase

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos atenção para na Nota Explicativa nº 7, a Companhia mantém saldos e transações em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, o resultado de suas operações pode ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas.

Responsabilidade da administração e governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 08 de fevereiro de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 029356/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF 008320/O-5-S-SP

CONCESSIONÁRIA SPMAR S. A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.729	12.024
Contas a receber	6	17.364	22.406
Despesas antecipadas		1.951	7.643
Impostos a recuperar		451	1.257
Adiantamento a fornecedores	8	543	322
Outras contas a receber		173	108
		36.211	**43.760**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		10.938	6.537
Ativos fiscais diferidos	9	269.192	107.867
		280.130	**114.404**
Imobilizado	10	14.373	16.913
Intangível	11	3.657.700	3.743.644
		3.672.073	**3.760.557**
		3.952.203	**3.874.961**
Total do ativo		**3.988.414**	**3.918.721**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	2016	2015
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	401.634	74.068
Fornecedores e outras contas a pagar	13	64.298	129.373
Obrigações trabalhistas e encargos sociais		29.026	18.516
Obrigações fiscais	14	43.703	23.198
Provisão para manutenção	15	3.582	3.582
		542.243	**248.737**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	2.415.706	2.439.434
Provisão para manutenção	15	41.390	41.390
Provisão para contingência	16	1.987	2.098
Obrigações fiscais	14	15.776	15.480
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	71.288	71.288
		2.546.147	**2.569.690**
Patrimônio líquido	17		
Capital social		1.439.261	1.439.261
Prejuízos acumulados		(539.237)	(338.967)
		900.024	**1.100.294**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.988.414**	**3.918.721**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas	18	279.461	431.299
Custos dos serviços prestados	19	(227.855)	(351.705)
Resultado bruto		**51.606**	**79.594**
Despesas gerais e administrativas	19	(32.699)	(25.002)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		**18.907**	**54.592**
Resultado financeiro	20	(380.503)	(299.180)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrrentes	9	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	161.326	59.757
Prejuízo do exercício		**(200.270)**	**(184.831)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(200.270)	(184.831)
Resultado abrangente do exercício	**(200.270)**	**(184.831)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Capital			Prejuízos	Total do patrimônio
	Subscrito	a integralizar	social	acumulados	líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2015	**1.415.031**	**(5.770)**	**1.409.261**	**(154.136)**	**1.255.125**
Aumento de capital por subscrição de ações conforme AGE de 09 de janeiro de 2015	30.000	-	30.000	-	30.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(184.831)	(184.831)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.445.031**	**(5.770)**	**1.439.261**	**(338.967)**	**1.100.294**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(200.270)	(200.270)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.445.031**	**(5.770)**	**1.439.261**	**(539.237)**	**900.024**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(200.270)**	**(184.831)**
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	107.166	12.552
Provisão para manutenção	-	13.570
Provisão para contingência	(111)	1.395
Juros sobre empréstimos e financiamentos	361.545	274.788
Juros sobre atualização de impostos	11.533	-
Ajuste a valor presente	-	1.414
Impostos diferidos	(161.325)	(59.757)
	118.538	**59.131**
Contas a receber	5.042	(1.321)
Impostos a recuperar	806	3.431
Despesas antecipadas	5.692	(6.345)
Adiantamento a fornecedores	(221)	147
Outros recebíveis	(65)	(1)
Depósitos judiciais	(4.401)	(5.934)
Fornecedores e outras contas a pagar	(65.075)	1.506
Obrigações trabalhistas e sociais	3.462	4.099
Obrigações fiscais	16.316	16.299
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**80.094**	**71.012**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	563	1.228
Intangível	(19.216)	(237.115)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(18.653)**	**(235.887)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	30.000
Aquisição de empréstimos e financiamentos	-	134.040
Pagamento de juros e principal de empréstimos e financiamentos	(57.736)	(67.520)
Integralização de capital	-	30.000
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamento	**(57.736)**	**126.520**
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**3.705**	**(38.355)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**12.024**	**50.379**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**15.729**	**12.024**
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**3.705**	**(38.355)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2007, com a razão social DEFIS – Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Em 19 de novembro de 2010, a DEFIS – Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., por meio da ata da Assembleia Geral de Transformação, aprovou a transformação em sociedade anônima e em 20 de janeiro de 2011, por meio da Ata da Assembleia Geral Extraordinária alterou o seu objeto social, bem como a razão social para Concessionária SPMAR S.A., possibilitando a exploração, mediante concessão onerosa, do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas e construção e exploração do Trecho Leste do Rodoanel.

A Concessionária SPMAR é uma companhia do Grupo Heber que tem como objeto social a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário denominado Rodoanel "Mário Covas". A Companhia é responsável pela Administração do Trecho Sul e a construção do Trecho Leste do Rodoanel, no Estado de São Paulo. O direito de explorar o Rodoanel – "Mário Covas" foi concedido por meio de assinatura do Contrato de Concessão nº 001/ ARTESP/ 2011.

Em 10 de março de 2011, a Companhia iniciou suas atividades mediante assinatura do Contrato de Concessão, após liquidar o preço da delegação dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário (concessão onerosa), de R$ 389.308, em 02 de março de 2011.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação de pedágio, sendo facultada à contratante, DER-SP, desautorizar essa arrecadação. Além disso, a Companhia tem o direito de ser remunerada por fontes acessórias de receita, principalmente, receitas decorrentes do uso da faixa de domínio, observadas as restrições constantes no edital.

Trechos da concessão

Rodoanel - Trecho Sul

São 57 km de extensão, mais 4,4 km de interligação com a Av. Papa João XXIII, em Mauá – SP. Seu traçado inicia-se no trevo da Rodovia Régis Bittencourt - no entroncamento com o Trecho Oeste – interligando as Rodovias Anchieta e Imigrantes, além do prolongamento da Avenida Papa João XXIII.

Rodoanel – Trecho Leste

O Trecho Leste possui cerca de 43,5 km e se destina a interligar o Trecho Sul, desde sua ligação com a Av. Papa João XXIII em Mauá, com a Rodovia Presidente Dutra, em Arujá. O traçado percorre o território de seis municípios: Ribeirão Pires, Mauá, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba e Arujá.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo poder concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

A Companhia realizou a integralização de capital de R$1.445.031.

A Companhia, embora possua dívidas significativas classificadas no passivo circulante, está em processo de negociação com as instituições financeiras a repactuação das dívidas, além de iniciar um novo processo de restruturação do endividamento, junto aos controladores para extensão maior dos prazos de vencimento e novas captações.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as iInterpretações tTécnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Diretores da Companhia, em 08 de fevereiro de 2017.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 10** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 11** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 9** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 15** - Provisão para manutenção;
- **Nota Explicativa nº 16 –** Provisão para contingência.

3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Principais práticas contábeis adotadas

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia possui o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, os empréstimos e recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação o seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

iii. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Vide Nota Explicativa nº 3 (e).

Os empréstimos e os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia, quando existentes, são incluídos como um componente de caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

v. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

b. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e na Lei nº 6.404/ 76 são reconhecidos como passivo. Vide Nota Explicativa nº 17.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos Acionistas da Companhia.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido, quando aplicáveis, de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Descrição	Anos
Equipamentos de informática	5
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Contratos de concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorrido.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Intangível em rodovia	35

Conforme previsto no ICPC 01 – Contratos de concessão e no contrato de concessão, todo esse investimento realizado no período de exploração da concessão deverá retornar ao órgão concedente ao final do contrato, ou seja, a vida útil dos ativos (registrado como ativo intangível, conforme ICPC 01), deverá ser amortizado ao longo do contrato. De acordo com a Orientação OCPC 05 – Contratos de concessão, a Companhia optou por amortizar esse montante de forma linear, entendendo que a adoção pela estimativa da curva de demanda não ser a mais adequada as circunstâncias, visto que não reflete o real consumo do ativo ao longo do tempo.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão de manutenção - Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do Contrato de Concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

h. Receitas

Contratos de concessão

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de Contratos de Concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no Contrato de Concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

i. Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

l. Determinação do Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Provisão para manutenções em rodovias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 16,69%a.a.;
- A Companhia entende que as contas a receber de clientes e contas a pagar não sofrem impactos significativos de ajuste a valor presente devido à rápida realização de recebimento e pagamento.

3.1. Novas pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e CPC, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente)

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Entra em vigor em 1º. de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 - "Contratos de Construção", o IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não deve ter efeito relevante em suas demonstrações contábeis, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

As principais alterações que o IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiros sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

(iii) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não tem o CPC equivalente emitido)

A nova norma substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis, porém, não espera ter efeitos relevantes.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia:** o valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo;

- **Ativos intangíveis:** o valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um Contrato de Concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado. Quando a Companhia recebe um ativo intangível como contraprestação por prestação de serviços de construção em um Contrato de Concessão, a Companhia estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido;
- **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	1	1
Saldos bancários	374	196
Numerário em transito **(a)**	-	3
Fundo de troco **(b)**	1.434	1.327
Aplicações financeiras **(c)**	13.920	10.497
	15.729	**12.024**

(a) Numerários em trânsito representam as arrecadações em papel moeda durante os últimos dias do mês de dezembro que não foram depositadas em tempo hábil em contas correntes da Companhia. Estes montantes são depositados em média de dois a três dias após o recebimento;
(b) Montante mantido em cofres para satisfazer a necessidade de troco para os usuários das rodovias;
(c) Aplicações financeiras junto a Caixa Econômica Federal remunerada a 100%da variação do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

6. Contas a receber

	2016	2015
Títulos a receber	1.322	2.181
Cupons de pedágio a receber	285	1.000
Pedágio eletrônico a receber	15.757	19.225
	17.364	**22.406**

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Companhia, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com empresas de arrecadação eletrônica, para as quais inexiste histórico de inadimplência.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2016, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

7. Partes relacionadas

Parte controladora final

A controladora da Companhia é a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e a controladora final é a Contern Construções e Comércio Ltda.

Operações com pessoal-chave da Administração

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Concessionária SPMAR S.A. remunera seus Administradores, conforme valores demonstrados a seguir:

	2016	2015
Salários, ordenados e pró-labore	1.629	1.269
Vale-refeição	105	70
	1.734	**1.339**

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, fornecimento de vale-refeição e vale-transporte.

Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados a seguir:

	2016	2015
Vale-refeição	2.728	2.996
Assistência médica	2.301	2.442
Vale-transporte	404	339
Outros	200	156
	5.633	**5.933**

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Intangível - intangível de construção						
Contern Construções e Comércio Ltda. **(a)**	-	46.241	-	-	-	-
Total	**-**	**46.241**	-	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital						
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	-	-	71.288	71.288	**-**	**-**
	-	**-**	**71.288**	**71.288**	-	-
Fornecedores						
Contern Construções e Comércio Ltda. **(a)**	-	-	**1.356**	**52.046**	**-**	**-**
JN Serviços de Apoio Administrativo Ltda. **(b)**	-	-	**1.664**	**829**	**-**	**-**
		-	**3.020**	**58.875**	**-**	**-**

(a) Os saldos são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras do Trecho Leste do Rodoanel, o qual será compensado com as notas fiscais de prestação de serviços;

8. Adiantamento a fornecedores

	2016	2015
Adiantamento de viagem	3	1
Adiantamento a empregados	67	91
Adiantamento a fornecedores nacionais	473	230
	543	**322**

9. Ativos e passivos fiscais diferidos

Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado é demonstrada a seguir:

	2016	2015
Resultado do exercício antes dos impostos	(361.596)	(244.588)
Alíquota nominal (%)	34	34
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal	(122.943)	(83.160)
Ajuste do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Diferenças temporárias	(10.310)	4.624
Diferenças permanentes	165	282
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	**(133.087)**	**(78.254)**
Imposto correntes	-	-
Imposto diferido	161.326	59.757
Alíquota efetiva de impostos (%)	**-**	**-**

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Provisões diversas	-	714	(675)	-	(1.389)	475
Provisão para manutenção **(a)**	16.613	16.117	-	-	496	3.965
Amortização - ICPC01 **(b)**	32.790	(19.030)	-	-	51.820	(19.621)
AVP Provisão de manutenção **(c)**	-	-	(1.322)	(1.322)	-	376
Depreciações - ICPC01 **(d)**	-	-	(48.756)	(6.291)	(42.465)	(5.176)
Prejuízo fiscal e base negativa (**e**)	270.542	117.679	-	-	152.864	79.738
Total de impostos diferidos	**319.946**	**115.480**	**(50.754)**	**(7.613)**	**161.326**	**59.757**

(a) As provisões para manutenção são constituídas para honrar compromissos operacionais de manter o nível de serviço adequado. Considera-se para esta provisão a atividade de recapeamento para toda a manta asfáltica que será progressivamente substituída ou melhorada;

(b) Amortização do ativo intangível de concessões não é dedutível na base de apuração do lucro real;

(c) O Ajuste a Valor Presente sobre a provisão para manutenção gera receitas financeiras tributáveis por diferenças temporárias;

(d) Depreciação por regime fiscal excluída para fins de apuração do lucro real;

(e) De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, a Companhia reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	2016 Líquido	2015 Líquido
Imobilizado da Administração	10% a 20%	18.541	(4.168)	14.373	16.913
		18.541	**(4.168)**	**14.373**	**16.913**

Movimentação do custo

	2015	Adições/ (baixas)	31/12/2015	Adições/ (baixas)	2016
Imobilizado da Administração	20.332	(1.228)	19.104	(563)	18.541
	20.332	**(1.228)**	**19.104**	**(563)**	**18.541**

Movimentação da depreciação acumulada

	2015	Adições	2015	Adições	2016
Imobilizado da Administração	(1.617)	(574)	(2.191)	(1.977)	(4.168)
	(1.617)	**(574)**	**(2.191)**	**(1.977)**	**(4.168)**

11. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	2016 Líquido	2015 Líquido
Intangível de construção	2,86%	3.422.420	(95.635)	3.326.785	3.401.377
Intangível de outorga	2,86%	389.308	(64.885)	324.423	335.546
Software	2,86%	7.489	(997)	6.492	6.721
		3.819.217	**(161.517)**	**3.657.700**	**3.743.644**

Movimentação do custo

	2015	Adições	2015	Adições/Baixas	2016
Intangível de construção	3.169.400	233.932	3.403.332	19.088	3.422.420
Intangível de outorga	389.308	-	389.308	-	389.308
Software	4.177	3.184	7.361	128	7.489
	3.562.885	**237.116**	**3.800.001**	**19.216**	**3.819.217**

Movimentação da amortização acumulada

	2015	Adições	2015	Adições	2016
Intangível de construção	(1.328)	(627)	(1.955)	(93.680)	(95.635)
Intangível de outorga	(42.638)	(11.123)	(53.762)	(11.123)	(64.885)
Software	(412)	(228)	(640)	(357)	(997)
	(44.378)	**(11.978)**	**(56.357)**	**(105.160)**	**(161.517)**

A Companhia aplicou a Interpretação Técnica ICPC 01 para os ativos diretamente relacionados a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

Além das obras e melhorias, dentro do ativo intangível também estão incluídos bens como veículos utilizados nas atividades operacionais, sistemas de controle de tráfego, equipamentos de vigilância e segurança e sistemas de controle de arrecadação.

O direito de exploração da malha rodoviária (direito de outorga da concessão) também é reconhecido como um ativo intangível, a Companhia realizou o pagamento total ao poder concedente referente ao valor fixo da outorga, em 02 de março de 2011.

12. Empréstimos e financiamentos

		2016	2015
Repasse BNDES	TJLP + 1,75%a.a. a 4,55%a.a.	2.107.228	1.861.542
Capital de giro	CDI + 3,5%a.a.	494.913	439.783
Capital de giro	CDI a 138%	215.199	212.177
		2.817.340	**2.513.502**
Circulante		401.634	74.068
Não circulante		2.415.706	2.439.434

Abertura dos pagamentos dos empréstimos classificados no não circulante:

	2016	2015
2017	-	117.021
2018	191.007	182.036
2019	203.593	194.616
2020	203.593	194.616
2021	203.593	194.616
2022	203.593	194.616
2023	203.593	194.616
2024	203.593	194.616
2025 (+)	1.003.141	972.681
	2.415.706	**2.439.434**

A Companhia realizou a contratação de Financiamento mediante Repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que entre si celebraram a Caixa Econômica Federal e a empresa Concessionária SPMAR S.A., com a interveniência da Cibe Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio Ltda., Heber Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. – Túneis, Terraplenagens e Pavimentações, realizada em 15 de março de 2013.

O total dos créditos foi de R$ 1.528.225.542,52, sendo liberados de acordo com os subcréditos a seguir:

- **Subcrédito "A":** R$ 183.992.700,76 (cento e oitenta e três milhões, novecentos e noventa e dois mil, setecentos Reais e setenta e seis centavos);
- **Subcrédito "B":** R$ 78.854.014,61 (setenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatorze Reais e sessenta e um centavo);

- **Subcrédito "C":** R$ 259.716.247,75 (duzentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e dezesseis mil, duzentos e quarenta e sete Reais e setenta e cinco centavos);
- **Subcrédito "D":** R$ 111.306.963,32 (cento e onze milhões, trezentos e seis mil, novecentos e sessenta e três Reais e trinta e dois centavos);
- **Subcrédito "E":** R$ 362.727.899,05 (trezentos e sessenta e dois milhões, setecentos e vinte e sete mil, oitocentos e noventa e nove Reais e cinco centavos);
- **Subcrédito "F":** R$ 155.454.813,88 (cento e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e treze Reais e oitenta e oito centavos);
- **Subcrédito "G":** R$ 81.037.439,98 (oitenta e um milhões, trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e nove Reais e noventa e oito centavos);
- **Subcrédito "H":** R$ 34.730.331,42 (trinta e quatro milhões, setecentos e trinta mil, trezentos e trinta e um Reais e quarenta e dois centavos);
- **Subcrédito "I":** R$ 176.934.802,83 (cento e setenta e seis milhões, novecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e dois Reais e oitenta e três centavos);
- **Subcrédito "J":** R$ 75.829.201,21 (setenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, duzentos e um Reais e vinte e um centavo);
- **Subcrédito "K":** R$ 7.641.127,71 (sete milhões, seiscentos e quarenta e um mil, cento e vinte e sete Reais e setenta e um centavo).

O financiamento, de acordo com as normas específicas da CEF, com as disposições do BNDES e com as características do projeto, obedecerá aos seguintes prazos:

a) Utilização dos recursos: o prazo para utilização dos recursos colocados à disposição da BENEFICIÁRIA é de:

- **Subcréditos "A" e "B":** até 15/ 03/ 2015;
- **Subcréditos "C" a "F":** até 15/ 03/ 2016;
- **Subcréditos "G" a "K":** até 15/ 03/ 2017.

b) Carência: o prazo de carência será conforme cronograma a seguir:

- **Subcréditos "A" e "B": até 15/03/2015;**
- **Subcréditos "C" a "F": até 15/03/2016;**
- **Subcréditos "G" a "K": até 15/03/2017.**

c) Amortização: o principal da dívida decorrente deste contrato deve ser pago ao Agente Financeiro conforme a seguir:

- Em relação aos Subcréditos "A" e "B": em 180 (cento e oitenta) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no parágrafo primeiro abaixo, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2015;

- Em relação aos Subcréditos "C" a "F": em 180 (cento e oitenta) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no parágrafo primeiro abaixo, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2016;
- Em relação aos Subcréditos "G" a "K": em 180 (cento e oitenta) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no parágrafo primeiro abaixo, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2017.

Em julho de 2015 houve aditivo nos contratos de REPASSE onde foram alterados os seguintes itens:

- **Carência:** O prazo de carência será conforme cronograma abaixo:

i. Dos Subcréditos "A" e "B"; até 15/03/2016;
ii. Dos Subcréditos "C" a "F"; até 15/03/2017;
iii. Dos Subcréditos "G" a "K"; até 15/03/2017.

- **Amortização:** O principal da dívida decorrente deste CONTRATO deve ser pago ao AGENTE FINANCEIRO conforme abaixo:

i. Em relação aos Subcréditos "A" e "B": em 181 (cento e oitenta e um) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no Parágrafo Primeiro abaixo, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2016;
ii. Em relação aos Subcréditos "C" a "F": em 181 (cento e oitenta e um) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no Parágrafo Primeiro abaixo, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2017;
iii. Em relação aos Subcréditos "G" a "K": em 193 (cento e noventa e três) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no Parágrafo Primeiro abaixo, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2017."

Os juros incidentes sobre os subcréditos "A", "C", "E", "G" e "I", sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA incidirão juros de 3,55% (três inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, a título de remuneração, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Para os subcréditos "B", "D", "F", "H" e "J", sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA incidirão juros de 3,55% (três inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, a título de remuneração, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1% (um por cento) ao ano (custo de captação previsto no inciso II do parágrafo quinto do artigo 1º da Medida Provisória nº 453, de 22 de janeiro de 2009, com redação dada pela Medida Provisória n° 462, de 14 de maio de 2009 ("MP nº 453 e MP nº 462")). Para o Subcrédito "K", sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA incidirão juros de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração) ao ano, a título de remuneração, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas neste CONTRATO, tais como principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, serão constituídas as seguintes garantias:

- **Garantias Reais -** alienação fiduciária da totalidade das ações do capital social da beneficiária, detidas pela Infra Bertin e Toniolo, bem como todas as ações derivadas das ações por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das ações e quaisquer bens ou títulos nos quais as ações sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários) e o direito de subscrição de novas ações representativas do capital da beneficiária, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação das acionistas na BENEFICIÁRIA, sejam elas atualmente ou no futuro detidas pelas acionistas (em conjunto, as "ações alienadas fiduciariamente"), e os direitos a todos os lucros, dividendos, juros sobre capital próprio, rendas, distribuições, proventos, bonificações e quaisquer outros valores creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues, ou a serem creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues, por qualquer razão, às ACIONISTAS em relação às ações alienadas fiduciariamente, bem como todos os direitos a quaisquer pagamentos relacionados às AÇÕES alienadas FIDUCIARIAMENTE que possam ser considerados frutos, rendimentos, remuneração ou reembolso de capital, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
  ii) cessão fiduciária, pela beneficiária, de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do contrato de concessão, respeitado o disposto no artigo 28, da Lei nº 8.987/95, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrente da exploração da concessão e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normais legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da concessão objeto do contrato de concessão ("direitos cedidos fiduciariamente"), incluindo (i) todos os direitos creditórios a que a beneficiária tem direito nos termos do edital e do contrato de concessão, presentes e futuros, decorrentes da exploração, operação e conservação do projeto pela beneficiária; (ii) todos os créditos e recebíveis decorrentes da cobrança de pedágio, direitos e garantias, bem como quaisquer outras receitas decorrentes dos direitos cedidos fiduciariamente, incluindo aqueles gerados da exploração da cobrança de pedágio objeto do contrato de concessão e demais contratos firmados pela beneficiária; (iii) o produto resultante do recebimento das quantias decorrentes dos direitos creditórios descritos nos itens (i) e (ii) acima; (iv) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo poder concedente à beneficiária, em caso de extinção, revogação ou modificação da concessão;

(v) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes do contrato de concessão, que possam, nos termos da legislação aplicável, ser objeto de cessão fiduciária; e (vi) todos os direitos creditórios da beneficiária sobre a totalidade de valores a serem depositados e mantidos nas contas do projeto, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios e do contrato de administração de contas.

- **Fiança -** as intervenientes anuentes - fiadoras, CIBE Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio Ltda., Heber Participações S.A., citadas no preâmbulo deste CONTRATO (i) aceitam o presente contrato na qualidade de fiadoras e principais pagadoras, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, responsabilizando-se, solidariamente, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela beneficiária, neste Contrato, até final liquidação deste contrato; e (ii) declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis, da beneficiária oriundo deste contrato, e em conformidade com o artigo 818 do código civil;
- **Contrato suporte de acionistas -** as acionistas celebrarão contrato de suporte para garantir a cobertura integral de eventuais sobrecustos ou atrasos, multas e penalidades impostas pelos órgãos reguladores ou, ainda, receitas inferiores à projetada;
- **SEGUROS -** a beneficiária contratará seguros nas modalidades Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil, Seguro Garantia – Funções de Ampliação e Seguro Garantia – Funções Operacionais.

Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste contrato, no Contrato de Financiamento Finisa e nos Contratos de Garantia, a beneficiária obriga-se para com o agente financeiro a:

(i) Aplicar os recursos recebidos unicamente na execução do projeto de acordo com o "Quadro de Usos e Fontes" constante no Anexo I ao presente contrato, comunicando à caixa, imediatamente e por escrito, quaisquer irregularidades que venha a identificar;

(ii) Aportar os recursos próprios previstos para a execução do projeto, nos montantes e prazos definidos no "Quadro de Usos e Fontes" constante no Anexo I ao presente contrato, bem como, em sua totalidade, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos do orçamento global do projeto;

(iii) Comunicar prontamente ao agente financeiro qualquer ocorrência que importe modificação do projeto ou do "Quadro de Usos e Fontes" constante no Anexo I ao presente contrato, indicando as providências que julgue devam ser adotadas;

(iv) Adotar, durante o prazo de vigência deste contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto;

(v) Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência deste contrato;

(vi) Apresentar ao agente financeiro, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da liberação da última parcela do crédito, a Licença de Operação, oficialmente publicada, do projeto, expedida pelo órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio-Ambiente (SISNAMA), ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

(vii) Manter a relação garantias reais/ colaboração financeira no nível de, no mínimo, 130%(cento e trinta por cento);

(viii) Na hipótese de ocorrer, em função do projeto, redução do seu quadro de pessoal durante o período de vigência deste contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao agente financeiro, para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competentes(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;

(ix) Observar, durante o prazo de vigência deste contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de necessidades especiais;

(x) Comunicar ao agente financeiro, na data do evento, o nome e o CPF/ MF da pessoa que, exercendo função remunerada ou estando entre seus proprietários, controladores ou diretores, tenha sido diplomada ou empossada como Deputado(a) Federal ou Senador(a);

(xi) Manter, a partir do exercício de 2015, inclusive, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") ≥ 1,2 (um inteiro e dois décimos), calculado com base nas demonstrações de resultados da BENEFICIÁRIA, auditadas a cada ano;

(xii) Durante todo o financiamento objeto deste contrato, manter a relação mínima de 20%(vinte por cento) entre Patrimônio Líquido e Ativo Total;

(xiii) Manter, durante todo o financiamento objeto deste contrato, índice "dívida líquida/ EBITDA", em valores não superiores aos constantes da tabela a seguir:

2017	2018	2019	2020	2021 até o final da concessão
10,00	8,00	7,00	6,00	4,00

Entende-se como dívida líquida a soma de todos os empréstimos de curto prazo e de longo prazo, incluindo mútuos em condições de mercado, deduzido das disponibilidades e aplicações financeiras.

Para cálculo do EBITDA considera-se, com base nas Demonstrações contábeis no final de cada exercício, o seguinte cálculo: Lucro Líquido, (+) Imposto de Renda e Contribuição Social, (+) Encargos Financeiros (Despesas Financeiras), (+) Provisão para Manutenção e Conserva Especial, (+) Amortização e Depreciação, (+) Despesa não Caixa, (-) Receita não Caixa.

(xiv) Formalizar com a Caixa o Contrato de Financiamento Finisa, nas condições abaixo, e caso tal financiamento não seja contratado, realizar aportes, em dinheiro, nos mesmos valores e prazos:

Valor máximo (mil) - prazo para captação custo máximo - prazo mínimo de carência - prazo mínimo de amortização

- **R$ 240.000** - a partir de janeiro de 2013;
- **CDI + 3,5% a.a**. - 5 anos - 8 anos;
- **R$ 100.000** - a partir de março de 2013;
- **CDI + 3,5% a.a.** - 5 anos - 10 anos;
- **R$ 25.000** - a partir de janeiro de 2014;
- **CDI + 3,5% a.a**. - 4 anos - 8 anos.

(xv) Apresentar, no prazo de 12 meses contados da data da assinatura deste contrato, o(s) projeto(s) social(is) a ser(em) financiado(s) com os recursos decorrentes do Subcrédito "K";

(xvi) Comprovar a conclusão das escavações e da ligação das duas extremidades do Túnel Santa Luzia até 31 de março de 2013, com extensão total de 2,2 km, e concluir até 31/07/2013 o Centro de Controle de Operações ("CCO"), sendo que os prazos previstos neste item poderão, a critério do da Caixa e do BNDES, ser prorrogados por mais seis meses;

(xvii) Não contrair dívidas adicionais às contraídas com a Caixa no âmbito dos contratos de financiamento, em valor, individual ou agregado, acima de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem prévia e expressa anuência da Caixa e do BNDES;

(xviii) Liquidar integralmente a primeira emissão de debêntures até 31 de março de 2013;

(xix) Sem prévia e expressa anuência da Caixa e do BNDES, não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, ultrapasse o mínimo legal;

(xx) Durante todo o período do financiamento objeto deste contrato, não realizar, sem prévio consentimento da Caixa e do BNDES, (i) alteração de seu objeto social; (ii) concessão de mútuos a suas acionistas ou a partes relacionadas de suas acionistas, exceto ao adiantamento de recursos para a CONTERN, conforme disposto no Contrato de Prestação de Serviços por Empreitada nº 002/211, firmado entre a beneficiária e a CONTERN em 21 de fevereiro de 2011, por meio do qual a CONTERN assume a responsabilidade de construção sob regime de empreitada das obras civis do Trecho Leste do Rodoanel; (iii) redução de capital social; (iv) estorno e devolução de recursos contabilizados no Patrimônio Líquido sob a rubrica de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs); (v) prestação de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros, exceto pelas garantias prestadas no âmbito da linha de crédito da financiamento Finisa e pelas garantias prestadas no âmbito da primeira emissão de debêntures, sendo que essas últimas serão liberadas e posteriormente constituídas em favor da Caixa como condição para utilização da primeira parcela do financiamento objeto deste CONTRATO, nos termos da Cláusula Sétima, item (a) (ii); (vi) transferência de ativos a terceiros, salvo quando se tratar de bens comprovadamente inservíveis ou obsoletos; (vii) alienação de bens essenciais à operação, sem que ocorra sua reposição/substituição por novos de idêntica finalidade; e (viii) constituição, em favor de terceiros, de garantias ligadas aos recebíveis do projeto, com exceção à linha de crédito da financiamento Finisa e das garantias prestadas no âmbito da primeira emissão de debêntures, sendo que essas últimas serão liberadas e posteriormente constituídas em favor da CAIXA como condição para utilização da primeira parcela do financiamento objeto deste CONTRATO, nos termos da Cláusula Sétima, item (a) (ii);

(xxi) Durante todo o período do financiamento objeto deste contrato, manter-se regular com o pacote de seguros exigido no contrato de concessão, mediante o envio, a cada 6 (seis) meses, de relatório contendo a listagem de todas as notificações de irregularidades emitidas pela ARTESP, bem como informações sobre decisões administrativas proferidas em última ou única instância que hajam imposto à BENEFICIÁRIA alguma penalidade, como, por exemplo, mas sem limitação, advertências, cobrança de multas, etc.;

(xxii) Amortizar os saldos da dívida oriundo deste contrato;

(xxiii) Apresentar as informações relacionadas a seguir: (i) balancete trimestral não auditado, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do final do trimestre, acompanhado de relatório de desempenho operacional e financeiro, com dados mensais, cujo modelo será fornecido pela Caixa; (ii) balanço semestral auditado por empresa de auditoria autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do final do semestre, acompanhado do Fluxo de Caixa Realizado/ Projetado para todo período deste contrato, devidamente atualizado; e (iii) até o dia 30 de abril de cada ano, os demonstrativos financeiros auditados por empresa de auditoria autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, acompanhados do relatório de auditoria dos contratos de financiamento/ projeto atestando o cumprimento das obrigações;

(xxiv) Apresentar, sempre que solicitado pela CAIXA, informações complementares às documentações supramencionadas, inclusive para a atualização do Conceito de Risco de Crédito da BENEFICIÁRIA, das ACIONISTAS, das FIADORAS e dos FINANCIAMENTOS;

(xxv) Apresentar cópia de todos os contratos referentes aos serviços, obras e aquisições de materiais e equipamentos, contemplados com recursos do financiamento, sempre que solicitada pela CAIXA, condicionados os desembolsos das parcelas à aceitação prévia dessa documentação pelas duas instituições financiadoras;

(xxvi) Manter e cumprir com, durante todo o período de vigência deste CONTRATO, os CONTRATOS DE GARANTIA;

(xxvii) Manter em vigor, durante o prazo de vigência deste CONTRATO, os CONTRATOS DE SEGURO, conforme previsto no CONTRATO DE CONCESSÃO, consignando cláusula especial em favor da CAIXA, nas apólices de seguros em que tal cláusula é permitida, com o seguinte teor: "Fica entendido e concordado que a presente apólice não poderá ser cancelada, ou sofrer qualquer alteração, inclusive no tocante à presente Cláusula de Beneficiário, sem prévia e expressa anuência da Caixa Econômica Federal, na qualidade de credor, à qual será paga a indenização devida pelo presente contrato de seguro", apresentando à CAIXA, sempre que solicitado, todo e qualquer comprovante do cumprimento das obrigações relativas aos seguros;

(xxviii) Manter, durante a vigência deste CONTRATO, seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio, na hipótese de interrupção de sua arrecadação, com cobertura mínima equivalente a R$12.000.000,00 (doze milhões de reais) e franquia de 10 dias;

(xxix) Apresentar à CAIXA, sempre que esta assim o solicitar, todo e qualquer comprovante do cumprimento das obrigações relativas aos seguros do PROJETO, inclusive cópia da(s) respectiva(s) apólice(s) e do(s) comprovante(s) de pagamento do(s) prêmio(s) devido(s);

(xxx) Manter, durante a vigência deste CONTRATO, seguro garantia, funções de ampliação, que garanta o pontual e exato cumprimento das obrigações contratuais referentes às funções de ampliação assumidas pela BENEFICIÁRIA conforme item 24.1.2 do edital da CONCESSÃO, incluindo obras no Trecho Sul e construção do Trecho Leste, em valores determinados pela ARTESP, atualmente fixado em R$346.541.928,64 (trezentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e um mil, novecentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos);

(xxxi) Depositar todos os recursos provenientes de seus direitos creditórios decorrentes da CONCESSÃO, exclusivamente, conforme o CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS e o CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS;

(xxxii) Comprovar a renovação das apólices de seguros, de acordo com a respectiva periodicidade, apresentando à CAIXA: (i) até 30 (trinta) dias antes da data de vencimento de cada apólice de seguro, a proposta de renovação encaminhada à companhia seguradora; e (ii) até 5 (cinco) dias após data de vencimento de cada apólice de seguro, a renovação do seguro;

(xxxiii) Comprovar a constituição e o preenchimento da conta reserva até o início da amortização do principal da dívida objeto deste contrato e do contrato de financiamento Finisa, na qual deverá ser acumulado saldo equivalente ao valor de, no mínimo, 3 (três) vezes (i) a última parcela vencida de prestação mensal do serviço da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida dos contratos de financiamento; e (ii) no caso da primeira parcela, a primeira parcela vincenda de prestação mensal do serviço da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida dos contratos de financiamento;

(xxxiv) Não onerar o projeto com atividades de gerenciamento de obra não previstas no "Quadro de Usos e Fontes", Anexo I a este CONTRATO;

(xxxv) Manter à disposição da CAIXA registros do movimento diário da operação do sistema rodoviário, que possam ser confrontados com o resultado da contagem física;

(xxxvi) Cumprir, no que couber, até final liquidação da dívida decorrente deste Contrato, as DISPOSIÇÕES DO BNDES e as NORMAS REGULADORAS DO PROGRAMA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS - POC, disponíveis no seguinte endereço eletrônico: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Ferramentas_e_Normas/Roteiros_e_Manuais/disaplic.html, bem como do contrato de abertura de crédito, cujo conteúdo, neste ato, a beneficiária declara ter conhecimento e o aceita como parte integrante e inseparável deste contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos;

(xxxvii) Responsabilizar-se pela funcionalidade do projeto;

(xxxviii) Afixar e manter, em local visível, placa de identificação do projeto, conforme modelo definido pela Caixa e pelo BNDES;

(xxxix) Manter vigentes as procurações outorgadas à CAIXA nos termos do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios e do contrato de alienação fiduciária de ações, sendo que as referidas procurações deverão ser renovadas, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes de seu vencimento até o pagamento e a liberação integral das obrigações garantidas.

Em julho de 2015 foi realizado aditamento ao contrato de Financiamento FINISA que entre si celebram a Caixa Econômica Federal e a empresa Concessionária SPMAR S.A., destinado ao financiamento de plano de investimento – FINISA, com a interveniência da Cibe Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio LTDA., Heber Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. – Túneis, Terraplanagens e Pavimentações., onde os juros calculados sobre os subcréditos "1", "2" e "3" serão cobrados, mensalmente, a partir do dia 15 subsequentes ao desembolso; ficando estabelecido que (i) não serão devidos os pagamentos relativos aos meses de outubro de 2014 a fevereiro de 2016, inclusive; (ii) o valor dos juros que seriam aplicáveis nos meses indicados no item (i) anterior serão capitalizados e incorporados ao saldo devedor do "CONTRATO DE FINANCIAMENTO FINISA"

A "Conta reserva" constante na cláusula Primeira (consta Expressões e Significados, que passará a ter a seguinte redação):

> *i: "CONTA RESERVA: Conta corrente movimentável apenas pelo BANCO DEPOSITARIO, na qual devera ser acumulado saldo equivalente ao valor de, no mínimo 3 vezes (i) a ultima parcela vencida de prestação mensal do serviço da divida, incluindo principal, juros e demais acessórios da divida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO; e (ii) no caso da primeira parcela, a primeira parcela vincenda de prestação mensal do serviço da divida, incluindo principal, juros e demais acessórios da divida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, a ser preenchida conforme CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, A CONTA RESERVA deverá estar totalmente preenchida até 15 de abril de 2016, e mantida ate final liquidação de todas as obrigações decorrentes dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO."*

Alterar o Parágrafo Terceiro da Cláusula Decima Terceira – Das Garantias, que passará a ter a seguinte redação:

> *ii: "PARÁGRAFO TERCEIRO: A BENEFICIÁRIA obriga-se, ainda, a constituir a CONTA RESERVA, em agência bancária da CAIXA, no valor equivalente a, no mínimo, 3 vezes (i) a ultima parcela vencida de prestação mensal do serviço da divida, incluindo principal, juros e demais acessórios da divida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO; e (ii) no caso da primeira parcela, a primeira parcela vincenda de prestação mensal do serviço da divida, incluindo principal, juros e demais acessórios da divida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, a ser preenchida conforme CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, A CONTA RESERVA deverá estar totalmente preenchida até 15 de abril de 2016, e mantida ate final liquidação de todas as obrigações decorrentes dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO."*

Alterar o item (xii) da Cláusula Decima Quarta – Das Obrigações Especiais da Beneficiária, que passará a ter a seguinte redação:

> *iii: "(xii) manter, a partir do exercício de 2017, inclusive, Índice de Cobertura do Serviço da Divida ("ICSD") maior ou igual a 1,2, calculado com base nas demonstrações financeiras de resultados da BENEFICIÁRIA, aditadas a cada ano."*

Alterar o item (xiv) da Cláusula Decima Quarta – Das Obrigações Especiais da Beneficiária, que passará a ter a seguinte redação:

> *iv: "(xiv) manter, durante todo o financiamento objeto deste CONTRATO, índice "Divida Liquida/ EBITDA", em valores não superiores aos constantes na tabela abaixo:*

2015	2016	2017	2018	2019 até o final da concessão
10,00	8,00	7,00	6,00	4,00"

Entende-se como Divida Liquida a soma de todos os empréstimos de curto prazo e de longo prazo, incluindo mútuos em condições de mercado, deduzido das disponibilidades e aplicações financeiras.

Para cálculo do EBITDA considera-se, com base nas Demonstrações Financeiras no final de casa exercício, o seguinte cálculo: Lucro Líquido, (+) imposto de Renda e Contribuição Social, (+) Encargos Financeiros (Despesas Financeiras), (+) Provisão para Manutenção e Conserva Especial, (+) Amortização e Depreciação, (+) Despesa não Caixa, (-) Receita não Caixa."

Alterar o item (xxx) da Cláusula Decima Quarta – Das Obrigações Especiais da Beneficiária, que passará a ter a seguinte redação:

> *v: "(xxx) comprovar a constituição e o preenchimento da CONTA RESERVA até 15 de abril de 2016, na qual deverá ser acumulada saldo equivalente ao valor de, no mínimo, 3 vezes (i) a última parcela vencida de prestação mensal do serviço da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da divida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO; e (ii) no caso da primeira parcela, a primeira parcela vincenda de prestação mensal do serviço da divida, incluindo principal, juros e demais acessórios da divida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO."*

Complementando o aditivo houve alteração na cláusula Décima Sexta do contrato (Das obrigações especiais das Acionistas):

"(vii). Na hipóstese de o EBITDA da Beneficiária, referente ao exercício de 2017, ser inferior a R$ 233.145.650,00, aportar os recursos na Beneficiária, com o objetivo de amortizar o saldo da dívida oriunda dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, até 30 de junho de 2018, no termos definidos na tabela abaixo:

EBITDA (R$ mil)	Aporte para amortização do saldo devedor
Caso o EBITDA seja inferior a R$ 233.145.650,00 e superior a R$ 222.169.080,00	Deverão ser aportados recursos suficientes para amortizar 6,6%do saldo devedor dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, na posição de 31 de dezembro de 2017.
Caso o EBITDA seja inferior a R$ 222.169.080,00 e superior a R$ 206.489.690,00	Deverão ser aportados recursos suficientes para amortizar 16,2%do saldo devedor dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, na posição de 31 de dezembro de 2017.
Caso o EBITDA seja inferior a R$ 206.489.690,00	Deverão ser aportados recursos suficientes para amortizar 26,0%do saldo devedor dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, na posição de 31 de dezembro de 2017.

"(vii). Na hipóstese de o EBITDA da BENEFICIÁRIA, referente ao exercício de 2018, ser inferior a R$ 247.177.810,00, aportar recursos na Beneficiária com o objetivo de amortizar o saldo da divida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, até 30 de junho de 2019, nos termos definidos na tabela abaixo:

EBITDA (R$ mil)	Aporte para amortização do saldo devedor
Caso o EBITDA seja inferior a R$ 247.177.810,00 e superior a R$ 235.636.880,00	Deverão ser aportados recursos suficientes para amortizar 6,5%do saldo devedor dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, na posição de 31 de dezembro de 2018.
Caso o EBITDA seja inferior a R$ 235.636.880,00 e superior a R$ 219.149.850,00	Deverão ser aportados recursos suficientes para amortizar 16,1%do saldo devedor dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, na posição de 31 de dezembro de 2018.
Caso o EBITDA seja inferior a R$ 219.149.850,00	Deverão ser aportados recursos suficientes para amortizar 26,0%do saldo devedor dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, na posição de 31 de dezembro de 2018."

Os aportes previstos nos itens (i), (vii) e (viii) acima poderão ser feitos mediante Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, devendo, entretanto, os aportes previstos no item (i) serem convertidos em integralização de capital da BENEFICIÁRIA, no prazo de 1 ano após das datas limites estabelecidas na referida tabela.

Nesse mesmo contrato (FINISA), houve um novo aditamento em dezembro de 2014, onde foi realizada uma captação de R$ 185.000.000,00, sendo liberado parcialmente em 22 de dezembro a quantia de R$ 107.530.559,55.

Em outubro de 2016 a Companhia assinou contrato de Standstill de reescalonamento das parcelas de 2016 para 2017 dos contratos de Repasse BNDES e do FINISA (CEF).

Em 31 de dezembro de 2016 os covenants estão sendo cumpridos de acordo com o contrato.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	2016	2015
Fornecedores nacionais diversos	56.429	122.208
Seguros a pagar	4.672	6.117
Ônus variável a pagar	667	307
Outras contas a pagar	2.530	741
	64.298	**129.373**

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 23.

14. Obrigações fiscais

	2016	2015
COFINS	13.787	5.664
PIS	2.842	1.246
ISS	20.923	11.323
IRRF	225	365
CSSL	127	112
Parcelamento federal	4.244	1.290
Parcelamento municipal	17.323	18.670
Outros	8	8
	59.479	**38.678**
Circulante	43.703	23.198
Não circulante	15.776	15.480

15. Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Contrato de Concessão. Para essas manutenções previstas, a Administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil da conserva em infraestrutura.

A Administração entende que o contrato de concessão é caracterizado como de natureza executória, conforme Orientação Técnica 05. Essa premissa estabelece que o contrato pode ser finalizado a qualquer momento tanto pelo poder concedente quanto pela concessionária e, dessa forma, a Companhia provisiona apenas as próximas intervenções de conserva que devem ser realizadas em trechos específicos da malha rodoviária.

Os montantes provisionados são fundamentados com base em cronograma Físico Financeiro nº 11 da ARTESP. Os montantes são atualizados por índice de mercado IGP-M.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da provisão para manutenção ajustado a valor presente é de R$ 44.972 e está demonstrado a seguir:

	01/01/2015	Adições	31/12/2015	Adições	31/12/2016
Provisão para manutenção – circulante	2.123	1.460	3.583	-	3.583
AVP – provisão para manutenção - circulante	(43)	42	(1)	-	(1)
	2.080	**1.502**	**3.582**	**-**	**3.582**
Provisão para manutenção – não circulante	33.166	12.110	45.276	-	45.276
AVP – provisão para manutenção – não circulante	(5.258)	1.372	(3.886)	-	(3.886)
	27.908	**13.482**	**41.390**	**-**	**41.390**
	29.988	**14.984**	**44.972**	**-**	**44.972**

Administração da Companhia, com base em seu entendimento, optou por não registrar e atualizar contabilmente a provisão para manutenção devido ao fato de estar em processo de cotações de preços para referidas obras.

16. Provisão para contingências

Os Assessores Jurídicos da Companhia identificaram processo de natureza cível e trabalhista, cuja expectativa de perda foi considerada como provável, no valor de R$ 1.987 (em 31 de dezembro de 2015, R$2.098). Já para os processos identificados como de perdas possíveis, de natureza cível, trabalhista e tributária, no montante de R$ 319.274, a Administração da Companhia não considera necessária constituição de provisão.

Processos Administrativos – ARTESP

No curso normal de suas operações a Companhia mantem algumas discussões no âmbito da esfera administrativa junto a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, que, por entender que a Companhia descumpriu algumas clausulas do Contrato de Concessão nº 001/ ARTESP/ 2011 emitiu diversas Notificações de Infração contra a Companhia, as quais estão em fase de impugnação nos processos administrativos sancionatórios da ARTESP. Assim, encontram-se em discussão na ARTESP, notificações de infração que podem redundar na aplicação de multas pecuniárias, as quais totalizavam, em 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado de R$ 43.936. A Companhia e seus Assessores Jurídicos entendem que a possibilidade de perdas é remota.

17. Patrimônio líquido

O capital social subscrito e parcialmente integralizado de R$ 1.439.261 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2015) está representado por 1.445.030.571 ações, sendo 746.725.695 ações ordinárias e 698.304.876 ações preferenciais (mesmas quantidades em 31 de dezembro de 2015), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes Acionistas:

	Participação %
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	96,84
Toniolo, Busnello S.A.	3,16
	100

Em 28 de junho de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Contern Construções e Comércio Ltda. e a Cibe Investimentos e Participações S.A. capitalizaram a Infra Bertin Empreendimentos S.A. com a totalidade das ações da Concessionária SPMAR S.A.

Em 28 de dezembro de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e a Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, subscreveram e integralizaram parcialmente 336.068.610 novas ações.

Em 03 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, integralizou R$ 11.035.

Em 06 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 523.313.561 novas ações.

Em 10 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 9.122.000 novas ações.

Em 09 de janeiro de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações subscreveram e integralizaram 30.000.000 novas ações.

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Ações preferenciais

As ações preferências de emissão da Companhia não conferem direito a voto, e participam dos lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo-lhes asseguradas prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos Termos do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20%do capital social.

Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.

18. Receitas

	2016	2015
Pedágio em numerário	64.253	54.534
Pedágio por equipamentos eletrônicos	167.411	145.380
Vale pedágio	9.574	9.995
Pedágio em cupons	3.848	3.017
Receita de construção **(a)**	52.315	233.932
Receitas acessórias **(b)**	3.417	3.050
Deduções de receita	(21.357)	(18.609)
	279.461	**431.299**

(a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICPC 01 que diz respeito à contrapartida no resultado de todo o ativo intangível obtido através de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A Administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção;

(b) Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por empresas autorizadas.

19. Gastos por natureza

	2016			2015		
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(24.488)	(3.993)	(28.481)	(25.172)	(3.793)	(28.965)
Provisão para manutenção **(b)**	-	-	-	(13.571)	-	(13.571)
Custo de construção **(a)**	(52.315)	-	(52.315)	(233.930)	-	(233.930)
Serviços de terceiros	(20.939)	(8.150)	(29.089)	(24.565)	(8.148)	(32.713)
Materiais/ equipamentos/ veículos	(8.765)	(434)	(9.199)	(19.913)	(959)	(20.872)
Poder concedente **(c)**	(3.728)	-	(3.728)	(3.240)	-	(3.240)
Depreciação e amortização **(d)**	(105.453)	(1.713)	(107.166)	(12.350)	(202)	(12.552)
Provisão de contingência	-	111	111	-	(1.395)	(1.395)
Outros	(12.167)	(18.520)	(30.687)	(18.964)	(10.505)	(29.469)
	(227.855)	**(32.699)**	**(260.554)**	**(351.705)**	**(25.002)**	**(376.707)**

(a) Referem-se aos custos incorridos quando da contratação de fornecedores para obras na infraestrutura. O reconhecimento do custo de construções ocorre de forma progressiva conforme Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A mensuração do custo é realizada por empresas de Engenharia responsável por emitir os relatórios de medição;

(b) Provisão para realização das próximas conservas em trechos das rodovias seguindo a premissa de contrato executório. Os montantes são provisionados com base em relatórios elaborados pelos Engenheiros da Companhia, respeitando os prazos determinados pelo cronograma da ARTESP;

(c) Pagamento das parcelas variáveis ao poder concedente, conforme obrigação contratual;

(d) A amortização do ativo intangível de construções e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de forma que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo.

20. Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	798	6.087
Descontos obtidos	-	945
Juros ativos	481	726
AVP – provisão para manutenção	-	631
Outras receitas financeiras	-	610
	1.279	**8.999**
Despesas financeiras		
IOF sobre operações financeiras	(24)	(11.265)
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(361.545)	(274.788)
AVP – provisão para manutenção	-	(2.044)
Juros passivos	(12.372)	(10.574)
Despesa bancárias	(279)	(256)
Despesa de comissões bancárias	(264)	(9.074)
Perdas com clientes	(7.141)	-
Outras	(157)	(178)
	(381.782)	**(308.179)**
Resultado financeiro líquido	**(380.503)**	**(299.180)**

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros é composta, conforme a seguir e estão em linha com as necessidades exigidas no Contrato de Concessão:

Descrição	Tipo de seguro	2016
Riscos operacionais	Riscos operacionais	7.576.242
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	72.400
Seguro garantia	Seguro garantia de funções de ampliação	221.394
Seguro garantia	Seguro garantia de funções operacionais, conservação	94.846
		7.964.882

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores da Companhia.

22. Compromissos vinculados ao Contrato de Concessão

Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Compromissos relativos às concessões

Além dos pagamentos ao poder concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2016 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

23. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente a Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	15.729	12.024
Contas a receber de clientes	17.364	22.406
Outros recebíveis	173	108
	33.266	**34.538**

Contas a receber e outros recebíveis

O valor das contas a receber de clientes é originário da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda a forma de arrecadação que não seja papel moeda.

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração considera a distribuição e características dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito.

Praticamente todos os clientes da Companhia vêm operando com a Companhia por, aproximadamente, 1 ano, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R$ 15.729, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia sobre seus passivos financeiros estão descritas na Nota Explicativa nº 12.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrar a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes da Nota Explicativa nº 12.

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	Até 12 meses	1-11 anos
Passivos financeiros não derivativos			
Empréstimos e financiamentos	2.817.340	401.634	2.415.706
	2.817.340	**401.634**	**2.415.706**

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	Até 12 meses	1-11 anos
Passivos financeiros não derivativos			
Empréstimos e financiamentos	2.513.502	74.068	2.439.434
	2.513.502	**74.068**	**2.439.434**

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços do serviço de passagem, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelo perfil do risco da atividade de concessão a Companhia não possui operações de derivativos.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não existindo operações derivativas no intuito de proteção para estas taxas de juros. Devido à principal taxa adotada não oscilar relevantemente, o risco das oscilações de mercado não é significativo.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	2016	**2015**
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	13.920	10.497
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	2.817.340	2.513.502

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscando eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma elevação de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros ou redução de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir:

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	25 pb aumento	**25 pb diminuição**
31 de dezembro de 2016		
Aplicações de taxa variável	200	(160)
Empréstimos de taxa variável	(90.386)	72.309
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(90.186)**	**72.149**

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	50 pb aumento	**50 pb diminuição**
31 de dezembro de 2016		
Aplicações de taxa variável	399	(266)
Empréstimos de taxa variável	(180.773)	120.515
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(180.374)**	**120.249**

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Total do passivo	3.088.390	2.818.427
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(15.729)	(12.024)
Dívida líquida (A)	**3.072.661**	**2.806.403**
Total do patrimônio líquido (B)	**900.024**	**1.100.294**
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado em 31 de dezembro (A/B)	3,41	2,55

Valor justo *versus* valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizadas pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

- **Aplicações financeiras:** são definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.

As debêntures estão classificadas como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas prefixadas.

Hierarquia de valor justo

Os ativos avaliados por valor justo são representados, na Companhia, somente pelas aplicações financeiras. O seu valor justo se equipara substancialmente aos valores contábeis apresentados nos balanços de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, devido ao fato de estarem avaliados pelo nível 2.

Grant Thornton

COMPACTO PARTICIPAÕES S.A.

Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2015

Índice

	Página
Relatório dos Auditores Independentes	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	11

Grant Thornton

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Avenida Antonio Diederichsen, 400, 16º andar
Cj 1605, Ed. Metropolitan | Ribeirão Preto |
14020-250 | SP | | Brasil |

T +55 16 3103.8941
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Compacto Participações S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Compacto Participações S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do Auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Falta de recebimento de confirmação com assessores jurídicos

Na realização de nossos exames das demonstrações de 31 de dezembro de 2015 da Companhia, da suas controladas diretas Acrópole Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., Rubi Geradora e Comercializadora de Energia Ltda., Smart Comercializadora de Energia Ltda., Gaia Energia e Participações S.A. e das suas controladas indiretas Mafe Energia e Participações S.A., Thermes Participações S.A., Águas Paulista Geradora de Energia Ltda., Santana do Araguaia Energia S.A., ESA Energia Ltda., ECB Energia Ltda. e Piqui Energia Ltda., e indiretas Cauipe Geradora de Energia S.A., Energética Capixaba S.A. e Espírito Santo Geradora de Energia S.A., não obtivemos respostas às cartas de circularizações enviadas aos assessores jurídicos, relativo à atual situação das contingências de natureza trabalhista, tributária e cível. Não foi possível nas circunstâncias realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos a necessidade de constituição de provisões que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Falta de recebimento de confirmação com instituições financeiras

Na realização de nossos exames das demonstrações de 31 de dezembro de 2015 da controlada indireta Mafe Energia e Participações S.A., não obtivemos todas as respostas às cartas de circularizações enviadas a algumas instituições financeiras. Consequentemente, apesar de termos realizado testes alternativos de auditoria, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a estas instituições financeiras, como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Falta de análise sobre valor recuperável dos ativos

A controlada direta Gaia Energia e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2015 não realizou a avaliações de recuperação futura dos bens integrantes do ativo imobilizado e intangível conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) aprovado pela Resolução do CFC nº 1.292/10. Consequentemente, não foi possível, concluir sobre os efeitos nas demonstrações contábeis naquela data.

As controladas indiretas Thermes Participações S.A., Água Paulista Geradora de Energia Ltda., Santana do Araguaia Energia S.A., ESA Energia Ltda., ECB Energia Ltda. e Piqui Energia Ltda. e indiretas Cauipe Geradora de Energia S.A., Energética Capixaba S.A, em 31 de dezembro de 2015 não realizaram a avaliações de recuperação futura dos bens integrantes do ativo imobilizado conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) aprovado pela Resolução do CFC nº 1.292/10. Consequentemente, não foi possível, concluir sobre os efeitos nas demonstrações contábeis naquela data.

Análises de vida útil de ativos não circulantes

A controlada direta Gaia Energia e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2015, não realizou a revisão de vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27, aprovados pela Resolução do CFC nº 1.177/09. Consequentemente, não foi possível, concluir sobre os efeitos nas demonstrações contábeis naquela data.

Impactos sobre ajustes de continuidade de investidas não mensurados e divulgados

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, as controladas indiretas Santana Araguaia Energia S.A. e Piqui Energia S.A., que deveriam entrar em operação em 01 de janeiro de 2012, e E.C.B. Energia S.A., E.S.A. Energia S.A., deveriam entrar em operação 01 de abril de 2010. Até a data de emissão desse relatório as controladas não possuíam a anuência formal da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) prorrogando a data de início das operações, fato esse que indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional das entidades. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios das controladas e não foi possível concluir se haveriam ou não eventuais ajustes que poderiam ser requeridos na impossibilidade de ela continuar operando e seus eventuais impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Conforme na Nota Explicativa nº 1, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), revogou a autorização outorgada das controladas indiretas Cauipe Geradora de Energia S.A., Energética Capixaba S.A. e Espírito Santo Geradora de Energia S.A., impossibilitando cada qual estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Usina Termoelétrica, fato esse que indica a existência de incerteza significativa que poderão levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional daquelas entidades.

Exame de controladas

A controlada indireta Mafe Energia Participações S.A., por ter incertezas quando à qualidade e credibilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis não auditadas das controladas Curua Energia S.A. e Buriti Energia S.A., não registrou os ajustes de equivalência patrimonial, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015. Consequentemente, não nos foi possível concluir quanto aos impactos que podem advir da adequação destes assuntos, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Falta de recebimento de confirmação de controladas

A Controlada indireta Mafe Energia Participações possuem operações com as suas controladas Curua Energia S.A. e Buriti Energia S.A., para as quais não foi possível obter as respostas às nossas cartas de circularização para confirmação dos saldos e outras operações junto com as suas controladas citadas. Consequentemente, não obstante à nossa tentativa de realizarmos testes alternativos de auditoria, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações com determinadas controladas. Consequentemente, não nos foi possível concluir quanto aos impactos que podem afetar a adequação dos saldos R$1.231 mil ativo e R$627 mil passivo, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Falta de conciliação

A Controlada indireta Mafe Energia Participações S.A., mantém registrado na rubrica “outros créditos” no ativo não circulante e passivo não circulante os montantes de R$ 3.965 mil e R$ 14.132 mil respectivamente. Não nos foram apresentados os trabalhos de levantamentos e conciliações das documentações suporte até a data de emissão desse relatório. Com isso, não nos foi possível avaliar a suficiência e exigibilidade sobre a referida rubrica, além de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequação e divulgação nas notas explicativas dos referidos saldos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)
Conforme nota explicativa nº 7, a Companhia não reconheceu a "Provisão de Créditos para Liquidação Duvidosa" (PCLD) no montante de R$ 50.366 mil, referentes outras contas a receber os quais não possuem movimentação há longa data. Dessa forma, o saldo de contas a receber de clientes, outras a receber e o patrimônio líquido encontram-se registrados a maior nos referidos valores.

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada direta Gaia Energia e Participações S.A, não reconheceu a "Provisão de Créditos para Liquidação Duvidosa" (PCLD) no montante de R$ 3.349 mil, referentes adiantamento a fornecedores os quais não possuem movimentação há longa data. Dessa forma, o resultado do exercício encontra-se registrado a maior no referido valor.

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada direta Gaia Energia e Participações S.A, não reconheceu a "Provisão de Créditos para Liquidação Duvidosa" (PCLD) no montante de R$33.391 mil, referentes a recebíveis os quais não possuem movimentação há longa data. Dessa forma, o resultado do exercício encontra-se registrado a maior no referido valor.

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada indireta Cauipe Geradora de Energia S.A. não reconheceu a "Provisão de Créditos para Liquidação Duvidosa" (PCLD) no montante de R$ 490 mil, referentes a duplicatas a receber com saldo em aberto há mais de 360 dias, e de recebíveis no montante de R$27.329 mil os quais não possuem movimentação há longa data. Dessa forma, o resultado do exercício encontra-se registrados a maior no em R$19.473 mil.

Não atualização de passivos tributários
As controladas direta Gaia Energia e Participações S.A e indiretas Thermes Participações S.A. e Águas Paulista Geração de Energia S.A. e indiretas Cauípe Geradora de Energia S.A. e Energética Capixaba S.A mantém saldo tributário em aberto em 31 de dezembro de 2015, registrado no passivo e não estão efetuando as devidas atualizações dos juros, conforme legislação fiscal vigente. Consequentemente, apesar de termos realizado testes alternativos de auditoria, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

IOF sobre operações financeiras
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, a Companhia e todas suas controladas possuem valores a pagar e receber com partes relacionadas, registrado nos respectivos passivos. Entretanto, conforme previsão no Decreto-lei no. 6.306/2007, que trata da tributação de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a Companhia e todas suas controladas estão sujeita aos encargos tributários das operações de mútuo existentes entre as partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2015, não foram apurados e registrados estes encargos. Consequentemente, não nos foi possível, diante das circunstâncias, concluir sobre a adequação dos efeitos que poderiam impactar as referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis impactos dos assuntos mencionados nos parágrafos de "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Compacto Participações S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Continuidade das operações

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº1, que a Companhia, sua controlada direta Gaia Energia e Participações S.A e suas controladas indiretas Mafe Energia Participações S.A. e Água Paulista Geradora de Energia Ltda. vem desenvolvendo esforços para reverter os contínuos prejuízos operacionais . Essa condição indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos às realizações e classificações dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificações de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuarem operando.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram executados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 26 de setembro de 2015, com ressalva semelhantes à mencionadas nos parágrafos da "Base para Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", além das mesmas ênfases descritas nos parágrafos dos "Outros Assuntos".

Ribeirão Preto, 30 de junho de 2016.

Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP -239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Milhares Reais)

ATIVO

	Nota	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		-	1
Adiantamentos a fornecedores		26	26
Impostos a recuperar		8	8
Total do ativo circulante		34	35
Não Circulante			
Partes relacionadas	6	406.982	424.766
Outras contas a receber	7	50.366	50.366
Investimentos	8	50.223	50.993
Total do ativo não circulante		507.571	526.125
Total do Ativo		507.605	526.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Milhares Reais)

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

	Nota	2015	2014
Circulante			
Fornecedores		669	665
Empréstimos e financiamentos	9	44.980	28.196
Obrigações fiscais		449	414
Adiantamento de clientes		3.794	3.794
Total do passivo circulante		49.892	33.069
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	-	4.582
Partes relacionadas	6	454.241	469.283
Provisão para perdas de investimentos	8	11.185	9.972
Obrigações fiscais		180	464
Total do passivo não circulante		465.606	484.301
Patrimônio líquido	10		
Capital Social		204.476	204.476
Prejuízos acumulados		(212.369)	(195.686)
Total do patrimonio líquido		(7.893)	8.790
Total do Passivo e patrimonio líquido		507.605	526.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Milhares Reais)

	Notas	2015	2014
Resultados operacionais			
Despesas administrativas	11	(10)	(326)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		(10)	(326)
Resultado Financeiro	12	(14.690)	(5.159)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(1.983)	21.842
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(16.683)	16.357
Resultado do exercício		(16.683)	16.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares Reais)

	2015	2014
Resultado do exercício	(16.683)	16.357
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes em controladas	-	(55.170)
Resultado abrangente do exercício	**(16.683)**	**(38.813)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Milhares Reais)

	Capital Social	Resultado Abrangente	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º janeiro 2014	204.476	55.170	(212.043)	47.603
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes em controladas	-	(55.170)	-	(55.170)
Resultado do exercício	-	-	16.357	16.357
Saldos em 31 de dezembro de 2014	204.476	-	(195.686)	8.790
Resultado do exercício	-	-	(16.683)	(16.683)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	204.476	-	(212.369)	(7.893)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPACTO PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Milhares Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(16.683)	16.357
Ajustes por:		
Resultado equivalência patrimonial	1.983	(21.842)
Juros empréstimos e debêntures	14.203	4.053
	(497)	(1.432)
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/ redução nos ativos em		
Adiantamento a fornecedores	-	(26)
Outras contas a receber	-	4
Aumento/ (redução) nos passivos em		
Fornecedores	4	23
Obrigações fiscais	(249)	(206)
Caixa liquido decorrente das atividades operacionais	(742)	(1.637)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Caixa liquido utilizado nas atividades de investimento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de juros e principal empréstimos	(2.001)	(6.900)
Parte relacionadas	2.742	8.533
Caixa proveniente das atividades de financiamento	741	1.633
(Diminuição)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(1)	(4)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	1	5
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	-	1
(Diminuição)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(1)	(4)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares Reais)

1. Contexto operacional

A Compacto Participações S.A. (Antiga denominação Bertin Energia e Participações S.A.), empresa de estrutura familiar com capital 100% nacional, constituída em 22 de janeiro de 2010, tem sua sede localizada na cidade de São Paulo, e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista, quotista ou similar.

Em 17 de fevereiro de 2014, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia alterou sua denominação social de Bertin Energia e Participações S.A., para Compacto Participações S.A.

Geração de energia - Reestruturação

Durante o ano de 2010, após a segregação dos ativos de infraestrutura em sociedade com o Grupo Equipav, a Companhia efetuou a consolidação dos projetos de energia em duas holdings de negócio, a Star Energy, voltada aos negócios de energia movida a combustíveis fósseis, e a Gaia, voltada para projetos de energia renovável.

A Compacto Participações S.A., é a divisão de energia da Heber Participações S.A., concentrando a administração dos investimentos do grupo em energia de fontes renováveis (Gaia) e energia de fontes fósseis (StarEnergy).

Star Energy Participações S.A. é a empresa criada pelo Grupo Heber para centralizar o controle e desenvolvimento do seu portfólio de projetos termelétricos movidos a combustíveis fósseis (óleo combustível, gás natural e carvão mineral), que juntos hoje formam uma carteira de, aproximadamente, 6,4GW de capacidade instalada. Possuiu unidades termoelétricas em Fortaleza, Campina Grande, Maracanaú e Camaçari.

A divisão de negócios de energia do Grupo Heber atua por meio da Gaia Energia e Participações S.A. desde 2008 no setor de energias renováveis, investindo em tecnologias e fontes alternativas de geração, como centrais hidrelétricas à base de biomassa e usinas eólicas, promovendo menor impacto ambiental e otimização dos recursos naturais. Possui unidades hidroelétricas em Brasnorte, Santa Rita do Passa Quatro, Rio Claro, Salesópolis e Brotas.

As controladas indiretas E.C.B. Energia S.A., E.S.A. Energia S.A., Santana do Araguaia Energia S.A. e Piqui Energia S.A. sofreram impedimento de iniciarem suas operações devido ao Processo nº 48500.007191/2005-78 interposto pela ANEEL. A Administração das controladas está pleiteando com a Aneel revisão do processo, liberando assim as operações das controladas citadas.

As controladas indiretas Cauipe Geradora de Energia S.A., Energética Capixaba S.A. e Espírito Santo Geradora de Energia S.A. estão com seus diretos de outorga suspensos pela ANEEL. A Administração das controladas está pleiteando com a Aneel revisão do processo, liberando assim as operações das controladas citadas.

A relação com a agência reguladora do setor, a ANEEL, também é um fator importante e que vem sendo conduzido de forma constante e presente pelo Grupo.

Com a reestruturação do grupo Star Energy, o Grupo Heber já tem planejado a reestruturação do Grupo Compacto, o qual a Gaia esta inserido. Tal reestruturação assemelha-se à reestruturação que o grupo Star Energia está sofrendo, que basicamente são as cisões das empresas que já possuem os parques industriais, assim possibilitando o inicios das operações, regularização das empresas junto à ANEEL e integralização de saldos de partes relacionadas (integralização essa que objetiva o zeramento dos saldos de partes relacionadas).

2. Entidades do Grupo

Controladas diretas	Percentual de participação 2015	2014
Gaia Energia e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Acrópole Comercializadora de Energia Ltda.	99,99%	99,99%
Smart Comércio de Energia Elétrica Ltda.	99,99%	99,99%
Rubi Geradora e Comercializadora de Energia Ltda.	99,99%	99,99%

A controladora final da Companhia é a Heber Participações S.A., que detém 100% de participação em 31 de dezembro de 2015, onde serão consolidadas todas empresas do Grupo, de acordo com o CPC 36 (R3).

3. Base de preparação

3.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis incluem as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que inclui e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e disposições contidas na legislação societária.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelos gestores da entidade em 30 de junho de 2016.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

4.1. Instrumentos financeiros

a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis
Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos mantidos até o vencimento
São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Valor justo
A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

4.2. Investimentos
Os investimentos em sociedades controlada e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

4.3. Provisões
As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

4.4. Passivo circulante e não circulante
Os passivos circulantes e não circulantes, quando aplicáveis, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

4.5. Instrumentos financeiros

Exposição a riscos cambiais
Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros
Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava saldo de passivo exposto a riscos de taxas de juros de TJPL + 2,32% a.a.

4.6. Consolidação
A Companhia optou por não apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, conforme permite o CPC 36 (R3), pois sua controladora direta Heber Participações S.A. apresentará as demonstrações consolidadas.

4.7. Imposto de Renda e Contribuição Social
O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

4.8. Novos pronunciamentos
Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os efeitos que essas normas e interpretações poderão ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações, a saber:

- IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros);
- IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes);
- Agricultura: Plantas Produtivas (alterações CPC 27/ IAS 16 e CPC 29/ IAS 41).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Determinação do valor justo
Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

i) **Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos;

ii) **Outros recebíveis**: o valor justo de outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor presente;
iii) **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo que é determinado para fins de divulgação é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

6. Partes relacionadas

Controladora
A parte controladora final da Companhia é a Heber Participações S.A.

Devido à Companhia ser caracterizada como uma Holding com o objeto social exclusivo de investimentos em outras sociedades, não houve constituição de quadro de funcionários próprio, portanto, a gestão da Companhia é realizada por profissionais de outra empresa pertencente ao mesmo grupo econômico a Scafati Empreendimentos e Participações Ltda., dessa forma não existem quadro de gestores e diretores diretamente relacionadas a Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

	Saldos em 01/01/14				Saldos em 31/12/14	
	Ativo não circulante (clientes)	Passivo não circulante (fornecedores)	Pagamentos Efetuados	Recebimentos Efetuados	Ativo não circulante (clientes)	Passivo não circulante (fornecedores)
Heber Participações	-	146.339	-	27.251		173.590
Gaia Energia e Participações S.A.	158.044	-	14.089	-	172.133	-
Star Energy Partipações S.A.	212.972	-	1	-	212.973	-
Cibe Energia e Participações S.A.	364	-	-	-	364	-
Acrópole Comercializadora de Energia Ltda.	30.056	-	1	-	30.057	-
Rubi Geradora e Comercializadora de Energia Ltda.	4.612	-	4.627	-	9.239	-
CSCL Acessoria Emrpesarial Ltda.	-	971	-	-	-	971
UTE MC2 João Neiva S.A.	-	25.000	-	-	-	25.000
UTE MC2 Joinvile S.A.	-	25.000	-	-	-	25.000
Hauolimau Emrpeendimentos e Participações S.A.	-	65.000	-	-	-	65.000
Atlantia Bertin Concesões S.A.	-	27.000	-	-	-	27.000
Cibe Investimentos e Participações S.A.	-	152.722	-	-	-	152.722
	406.048	**442.032**	**18.718**	**27.251**	**424.766**	**469.283**

	Saldos em 01/01/15				Saldos em 31/12/15	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Pagamentos Efetuados	Recebimentos Efetuados	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Heber Participações	-	173.590	25.164	-	-	148.426
Gaia Energia e Participações S.A.	172.133	-	-	8.568	163.565	-
Star Energy Partipações S.A.	212.973	-	23	-	212.996	-
Cibe Energia e Participações S.A.	364	-	-	-	364	-
Acrópole Comercializadora de Energia Ltda.	30.057	-	-	-	30.057	-
Rubi Geradora e Comercializadora de Energia Ltda.	9.239	-	-	19.361	-	10.122
CSCL Acessoria Emrpesarial Ltda.	-	971	-	-	-	971
UTE MC2 João Neiva S.A.	-	25.000	-	-	-	25.000
UTE MC2 Joinvile S.A.	-	25.000	-	-	-	25.000
Hauolimau Emrpeendimentos e Participações S.A.	-	65.000	-	-	-	65.000
Atlantia Bertin Concesões S.A.	-	27.000	-	-	-	27.000
Cibe Investimentos e Participações S.A.	-	152.722	-	-	-	152.722
	424.766	**469.283**	**25.187**	**27.929**	**406.982**	**454.241**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico sem atualizações financeiras.

7. Outras contas a receber

Montante a receber da São Fernando Açúcar e Álcool LTDA. derivado de Contrato de Assunção, Confissão e Reescalonamento de Débitos, detalhado na nota 9.

Tal saldo encontra-se sem movimentação de longa data, entretanto a Administração da Companhia entende que o mesmo ainda poderá ser realizado.

8. Investimentos

A composição dos investimentos é apresentada a seguir:

Saldo Investimentos	**2015**	**2014**
Gaia Energia e Participações S.A.	50.213	50.983
Smart Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	10	10
	50.223	**50.993**

Saldo Provisão para perdas investimentos	**2015**	**2014**
Acrópole Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	(1.192)	(1.192)
Rubi Geradora e Comercializadora de Energia Ltda.	(9.993)	(8.780)
	(11.185)	**(9.972)**

Sendo a movimentação:

	Gaia Energia e Participaçõe s S.A.	**Smart Comercializador a de Energia Elétrica**	**Acrópole Comercializador a de Energia Ltda.**	**Rubi Geradora e Comercializador a de Energia Ltda.**	**Total**
Movimentação					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**77.901**	**10**	**(1.191)**	**(2.371)**	**74.349**
Equivalência s/ ganhos/perdas abrangentes controladas	(55.170)	-	-	-	(55.170)
Equivalência patrimonial	28.252	-	(1)	(6.409)	21.842
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**50.983**	**10**	**(1.192)**	**(8.780)**	**41.021**
Equivalência patrimonial	(770)	-	-	(1.213)	(1.983)
Saldo investimentos	50.213	10	-	-	50.223
Saldo provisão de perdas	-	-	(1.192)	(9.993)	(11.185)

9. Empréstimos e Financiamentos

	Taxa de Juros	**31/12/2015**	**31/12/2014**
BNDES Automático	25%	44.980	32.778
		44.980	**32.778**
Circulante		**44.980**	**28.196**
Não Circulante		**-**	**4.582**

Cronograma de pagamento

	2015	**2014**
2015	-	-
2016	-	4.582

A Companhia realizou uma Escritura de Contrato de Assunção, Confissão e Reescalonamento de débitos nº 12.2.0533.1, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Bertin Energia e Participações S.A., com interveniência de terceiros.

O Contrato tem por finalidade a assunção, confissão e reescalonamento do valor de R$ 59.376, calculados na data-base de 15 de dezembro de 2011, correspondente à parte do Subcrédito "B" da Escritura de Contrato de Financiamento Mediante a Abertura de Crédito nº 08.2.1031.1, e seu respectivo Aditivo nº 1, de 16.06.2010. Sobre o principal da dívida da DEVEDORA incidirão juros de 2,32% a.a., acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.:

Compareceram como intervenientes fiadores a Heber Participações S.A. e São Fernando Açúcar e Álcool LTDA.

Garantia da operação: para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do Contrato, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, a Devedora dá ao BNDES, em 2ª hipoteca, no ato constituída, o imóvel objeto da matrícula nº 83.146, de propriedade de São Fernando Açúcar e Álcool Ltda., que neste ato comparece como Interveniente prestador de garantia.

Em 30 de outubro de 2014, houve um aditivo que tem por finalidade suprimir o Parágrafo Terceiro da Cláusula Décima Sexta e alterar a Cláusula Primeira, o Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda, a Cláusula Quarta, e o inciso I da Cláusula Oitava do CONTRATO, que passaram a ter a seguinte redação: "PRIMEIRA - NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO: A DEVEDORA, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, assume, confessa e reconhece como certa e exata a dívida com o BNDES no montante de R$ 32.580, correspondente ao saldo devedor total da dívida decorrente do Contrato, apurada na data base em epigrafe".

A Administração da Companhia está estudando formas para liquidar tal empréstimo, o qual não está sendo liquidado.

10. Patrimônio líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é de R$ 204.476 representados por 204.476.000 ações ordinárias sem valor nominal, ao valor unitário de emissão de R$ 1 (um Real).

	Participação
Heber Participações S.A.	99,99%
Fernando Antonio Bertin	0,01%
	100%

11. Despesas administrativas

	2015	2014
Honorários Profissionais	(5)	(11)
Serviços de terceiros	(5)	(224)
Outros	-	(91)
	(10)	**(326)**

12. Resultado financeiro

	2015	2014
Juros Passivos	(34)	(32)
Despesas Bancárias	(1)	(1.000)
Juros sobre financiamentos	(14.494)	(4.053)
Variação monetária	(161)	(73)
Outros	-	(2)
Total despesas financeiras	**(14.690)**	**(5.160)**
Descontos obtidos	-	1
Total receitas financeiras	**-**	**1**
Financeiras líquidas	**(14.690)**	**(5.159)**

13. Seguros

É política da Companhia é manter cobertura de seguros para os bens sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas, dada suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

* * *

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação - São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cibe Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do Auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia não constitui nenhuma provisão para creditos de liquidação duvidosa de recebíveis no montante de R$ 14.114 mil os quais não possuem movimentação a longa data. Caso essa provisão tivesse sido constituída, o ativo não circulante e o resultado do exercício seriam diluídos naquele valor.

Não obtivemos resposta às cartas de confirmações (circularizações) enviadas às instituições financeiras. Consequentemente, apesar de termos realizado testes alternativos de auditoria, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a estas instituições financeiras, como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A controlada direta Cibe Investimento e Participações S.A., não constitui nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa de recebíveis no montante de R$ 23.227 mil decorrentes da reestruturação societária de junho de 2010. Caso essa provisão tivesse sido constituída, o ativo não circulante e o resultado do exercício da controlada seriam diluídos naquele valor.

A controlada direta Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A., não constituiu nenhuma provisão para credito de liquidação duvidosa de recebíveis no montante de R$ 43.180 mil decorrentes da reestruturação societária de junho de 2013. Caso essa provisão tivesse sido constituída, o ativo não circulante e o da resultado do exercício da controlada seriam diluídos naquele valor.

A controlada direta Cibe Investimento e Participações possui saldo com partes relacionadas que encontram-se com suas operações descontinuadas, decorrentes da reestruturação societária de junho de 2010, entretanto não constituiu nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa de recebíveis das empresas Scafati Empreendimentos e Participações Ltda., Meridional STR - Serviços Técnicos em Rodovias Ltda., GTE - Grupo de Tecnologia de Engenharia Ltda., NAG – Núcleo de Apoio a Gestão Ltda. e GAR - Gestão e Administração em Rodovias Ltda., no montante de R$ 45.676 mil ativos. Caso essa provisão tivesse sido constituída, o ativo não circulante e o resultado do semestre seriam diluídos naquele valor.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, exceto quanto aos assuntos mencionados no parágrafo de “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cibe Participações e Empreendimentos S.A.**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos
Ênfase

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção que a coligada indireta Doreta Empreendimentos e Participações S.A. e a coligada indireta Infra Bertin Empreendimentos S.A., vem desenvolvendo esforços para reverter os contínuos prejuízos operacionais e a situação de passivo a descoberto. Essa condição indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional das coligadas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos às realizações e classificações dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificações de passivos que seriam requeridos na impossibilidade daquelas Instituição continuar operando.

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos atenção para na Nota Explicativa nº 9, onde demonstra que a Companhia mantém saldos e transações em montantes significativos com partes relacionadas que não foram pactuadas em condições usuais de mercado. Consequentemente, o resultado de suas operações pode ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas.

Consolidação

Conforme Nota Explicativa nº 3.5, a Companhia optou por não apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, conforme permite a Resolução CFC nº 1.426/13, pois sua Controladora direta Heber Participações S.A., apresentará as demonstrações consolidadas.

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo de 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins comparativos, foram por nós examinados, tendo sido emitido relatório datado de 29 de maio de 2015 que continha às mesmas modificações descritas no paragrafo "Base para Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis" e ênfases desse relatório.

Ribeirão Preto, 25 de abril de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF 008320/O-5 – S - SP

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota	2015	2014
Circulante			
Impostos a recuperar	7	944	944
		944	**944**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	8	212.893	218.614
Dividendos a receber		34.221	9.841
Outras contas a receber	9	14.114	14.116
		261.228	**242.571**
Investimento	10	1.319.634	1.412.642
Imobilizado		6	-
Intangível		238	260
		1.319.878	**1.412.902**
		1.581.106	**1.655.473**
Total do ativo		**1.582.050**	**1.656.417**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	2015	2014
Circulante			
Fornecedores		-	4
Empréstimos e financiamentos	11	2.709	3.695
Obrigações fiscais		804	800
		3.513	**4.499**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	-	639
Partes relacionadas	9	475.379	478.268
Outras contas a pagar		248	42
Provisão para perda de investimento	10	7.693	16.577
		483.320	**495.526**
Patrimônio líquido	13		
Capital social		250.000	250.000
Reserva de capital		189.930	189.930
Resultados abrangentes		847.418	845.554
Prejuízos acumulados		(192.131)	(129.092)
		1.095.217	**1.156.392**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.582.050**	**1.656.417**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Despesas gerais e administrativas	14	(633)	(176)
Outras receitas e despesas		(31)	-
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		**(664)**	**(176)**
Resultado financeiro líquido	15	(798)	3.711
Resultado de equivalência patrimonial	10	(61.577)	(12.369)
Resultado antes dos impostos		**(63.039)**	**(8.834)**
Imposto de Renda e Contribuição Social corrrentes			(799)
Resultado do exercício		**(63.039)**	**(9.633)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2014	248.732	-	846.134	(119.459)	975.407
					-
Aumento de capital, conforme AGE de 31 de março de 2014	1.268	-	-	-	1.268
Ágio emissão de ações, conforme AGE de 31 de março de 2014	-	198.732	(580)	-	198.152
Resgate de ações, conforme AGE de 31 de março de 2014	-	(8.802)	-	-	(8.802)
Resultado do exercício	-	-	-	(9.633)	(9.633)
					-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**250.000**	**189.930**	**845.554**	**(129.092)**	**1.156.392**
Ajuste variação patrimonial controlada	-	-	12	-	12
Cisão conforme AGE de 31 de agosto de 2015	-	-	1.852	-	1.852
Resultado do exercício	-	-	-	(63.039)	(63.039)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**250.000**	**189.930**	**847.418**	**(192.131)**	**1.095.217**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	**(63.039)**	**(9.633)**
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	61.577	12.369
Juros empréstimos e financiamentos	480	1.566
Depreciação e amortização	22	-
	(960)	**4.302**
Impostos a recuperar		(117)
Outras contas a receber	2	(197)
Fornecedores	(4)	3
Obrigações fiscais	4	799
Outras contas a pagar	206	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(752)**	**4.790**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(6)	-
Investimentos	(43.631)	-
Didivendos recebidos	43.662	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**25**	**-**
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo	3.611	-
Pagamento juros e principal empréstimos	(1.216)	(27.584)
Partes realcionadas	(1.668)	22.790
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	**727**	**(4.794)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**(4)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	4
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**(4)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Resultado do exercício	(63.039)	(9.633)
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de avaliação patrimonial	12	(580)
Total do resultado abrangente do exercício	**(63.027)**	**(10.213)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Cibe Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade constituída em 30 de novembro de 2007, tendo como subscritores e fundadores Empate Engenharia e Comércio Ltda (Grupo Equipav S.A) e Heber Participações S.A.. A Companhia possui como objeto social a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista e atividades de consultoria assistência técnica e manutenção e administração de Empresas relacionadas.

A Companhia passou por reestruturação societária em 15 de junho de 2010, quando teve parte de seu patrimônio líquido cindido com a saída da ex-acionista Empate Engenharia e Comércio Ltda. (Grupo Equipav). A cisão deu início à divisão de ativos, e a Companhia passou a ser controlada exclusivamente pela Heber Participações S.A. (Grupo Bertin), a reestruturação não impediu a Companhia de manter e ampliar seus investimentos em concessões de rodovias e empreendimentos de infraestrutura.

Contexto operacional das controladas

Cibe Investimentos e Participações

A Companhia é uma holding controladora da SPMAR Concessionária S.A. responsável pela construção do trecho leste e administração do trecho sul do Rodoanel da Cidade de São Paulo, além do controle sobre Empresas prestadoras de serviços suportes (consultoria e engenharia) dentro do grupo econômico.

Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.

A Companhia é uma holding que detém a participação em diversas concessionárias de rodovias entre elas Rodovia das Colinas S.A. responsável pela Administração da área que compreende ao Lote 13 do Estado de São Paulo, a Concessionária da Rodovia MG 050 S.A. que foi a primeira concessão com subvenção governamental em atividade no Estado de Minas Gerais, também possui controle com 49,90% das ações da concessionária Rodovias do Tiete S.A. concessão sobre a Rodovia Marechal Rondon.

Scafati Empreendimentos e Participações

A Scafati foi constituída para prestação de serviços corporativos, Gestão, Contabilidade, Consultoria, Recursos Humanos e Presta Serviços para todas as empresas controladas pela Cibe Investimento e Participações S.A., suas receitas anuais, portanto, são decorrentes exclusivamente da prestação de serviços entre as Empresas do Grupo.

GTE Grupo Tecnologia de Engenharia Ltda.

A Sociedade tem por objeto social a elaboração e supervisão de projetos de engenharia; execução de obras públicas e privadas; execução de serviços de engenharia; supervisão de obras e serviços de engenharia; fornecimento de materiais e serviços; prestação de serviços de transporte, carga e descarga de materiais; prestação de serviços de demolições e restaurações; gerenciamento de obras públicas e privadas; prestação de serviços de controle tecnológico de materiais e serviços; locação de equipamentos para construção civil; a prestação de serviços relativos a gestão e administração em rodovias; a prestação de serviços, sob o regime de contratação, relativos a resgate medico, socorro mecânico, limpeza de rodovias e manutenção de equipamentos; a prestação de serviços de assessoria empresarial e participação em outras sociedades.

Em dia 31 de julho de 2015 a GTE incorporou a GAR Gestão e Administração em Rodovias Ltda. Sendo o acervo líquido, apurado por laudo técnico, foi negativo em R$ 1.987 mil.

Em dia 31 de julho de 2015 a GTE incorporou a NAG Núcleo de Apoio à Gestão Ltda. Sendo o acervo líquido, apurado por laudo técnico, foi negativo em R$ 18.727 mil.

Em dia 31 de julho de 2015 a GAN Gestão de Apoio à Negócios Ltda. Sendo o acervo líquido, apurado por laudo técnico, foi R$ 8.606 mil.

Em 31 de agosto de 2016, a GTE sofreu cisão parcial, o valor do acervo líquido cindido foi de R$ 7.685 mil. O valor foi incorporado pela Equipav S.A. Pavimentação, Engenharia e Comércio Ltda. que, com este ato, se retirou da sociedade.

Urbanizadora Convívio Ltda.

A empresa tem como objeto, a construção civil por conta própria, incorporação, loteamento, compra, venda e locação de imóveis.

2. Controladas e participações de não controladores

	Percentual de participação	
Controladas diretas	**2015**	**2014**
Cibe Investimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
GTE Grupo Tecnologia de Engenharia Ltda.	60,04%	50,00%
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	50,00%	50,00%
Meridional STR Serv. Tecnológicos em Rodovias Ltda.	-	0,10%
NAG - Nucleo de Apoio a Gestão Ltda.	-	50,00%
GAR - Gestão e Administração em Rodovias S.A.	-	50,00%
Urbanizadora Convívio Ltda.	99,99%	99,99%
Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.	72,72%	72,72%

3. Base de preparação

3.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis incluem as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Administradores e Diretores da Companhia em 25 de abril de 2016.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Provisão para perda de investimento (Nota Explicativa nº 10).

3.5. Demonstrações consolidadas

A Companhia optou por não apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, conforme permite a Resolução CFC nº 1.426/13, pois sua controladora direta Heber Participações S.A. apresentará as demonstrações consolidadas.

4. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

i. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço, e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

ii. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, os empréstimos e os recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e os recebíveis abrangem contas a receber e contas a pagar.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.
Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e na Lei nº 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide Nota Explicativa nº 13.

iii. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

iv. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativo financeiro

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

Ativo não financeiro

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social deferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

v. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros ativos e despesas com juros sobre transações com partes relacionadas que são reconhecidos no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

vi. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis intermediária se qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias.

Os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado.

A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

vii. Investimentos

Os investimentos nas controladas e coligadas são registrados pelo método de equivalência patrimonial.

viii. Aspectos ambientais

As instalações operadas pela Companhia e suas controladas estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e sistemas.

A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

5. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações contábeis.

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IAS 12 - Income taxes - (alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro)

O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016,/ alterações ao IAS 12 – Income taxes (CPC 32 – Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1° de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

i) **Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos;
ii) **Outros recebíveis:** o valor justo de outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor presente;
iii) **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

7. Impostos a recuperar

	2015	2014
IRPJ	944	944
	944	**944**

8. Partes relacionadas

Controladora

A parte controladora final da Companhia é a Heber Participações S.A.

Devido à Companhia ser caracterizada como uma Holding com o objeto social exclusivo de investimentos em outras sociedades, não houve constituição de quadro de funcionários próprio, portanto, a gestão da Companhia é realizada por profissionais de outra Empresa pertencente ao mesmo grupo econômico a Scafati Empreendimentos e Participações Ltda., dessa forma, não existem quadro de gestores e diretores diretamente relacionadas a Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico sem atualizações financeiras.

	Saldos em 01/01/14		Pagamentos	Recebimentos	Saldos em 31/12/14	
	Ativo	Passivo	efetuados	efetuados	Ativo	Passivo
Heber Participações S.A.	30.152	212.677	231.659	-	78.118	28.984
NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	-	-	-	232	-	232
Concessionária da Rodovia MG 050 S.A.	-	772	-	-	-	772
GTE - Gestão e Tecnologia em Engenharia Ltda.	3.419	-	926	-	4.345	-
Bracol Holding Ltda.	31.313	-	-	-	31.313	-
Consórcio Caminhos do Sol	19	-	-	-	19	-
Cibe Investimentos e Participações S.A.	1.415	185.903	718	25.856	2.133	211.759
Meridional STR Serviço de Tecnologia em Rodovias S.A.	176	40.531	105	1.040	281	41.571
Cibe Saneamento e Participações S.A	27.682	40.287	24.341	50.236	52.023	90.523
GAN - Gestão e Apoio a Negócios Ltda.	53	-	560	-	613	-
Aguas de Itu Exploração de Serviços de Água e Esgoto S.A.	-	-	-	-	-	-
GAR - Gestão e Administração em Rodovias S.A.	12.304	-	30	-	12.334	-
Heber Participações S.A.	632	3.890	219	568	851	4.458
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	-	66.578	-	2.263	-	68.841
Contern Construções e Comércio Ltda.	55	-	4	-	59	-
Urbanizadora Convívio Ltda.	1	-	1	-	2	-
Hauolimau Empreendiemtnos e Participações S.A.	1	29.412	476	-	477	29.412
Laguna Energia S.A.	-	-	1	-	1	-
Usina Navirai S.A. Açúcar e Álcool S.A.	-	-	2	-	2	-
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	1	-	1	-
Davante Participações S.A.	-	-	-	96	-	96
NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	36.029	65	-	1.568	36.042	1.620
	143.251	**580.115**	**259.043**	**81.859**	**218.614**	**478.268**

fls. 3653

	Saldos em 31/12/14		Pagamentos	Recebimentos	Saldos em 31/12/15	
	Ativo	Passivo	efetuados	efetuados	Ativo	Passivo
Heber Participações S.A.	78.118	28.984	6.542	13.054	84.660	42.038
NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	-	232	36.042	1.620	36.042	1.852
Concessionária da Rodovia MG 050 S.A.	-	772	-	-	-	772
GTE - Gestão e Tecnologia em Engenharia Ltda.	4.345	-	153	-	4.498	-
Bracol Holding Ltda.	31.313	-	-	-	31.313	-
Consórcio Caminhos do Sol	19	-	-	-	19	-
Cibe Investimentos e Participações S.A.	2.133	211.759	17.162	-	2.226	194.690
Meridional STR Serviço de Tecnologia em Rodovias S.A.	281	41.571	41.571	281	-	-
Cibe Saneamento e Participações S.A	52.023	90.523	-	17.184	36.081	91.765
GAN - Gestão e Apoio a Negócios Ltda.	613	-	9	-	622	-
Aguas de Itu Exploração de Serviços de Água e Esgoto S.A.	-	-	3.611	-	3.611	-
GAR - Gestão e Administração em Rodovias S.A.	12.334	-	5	-	12.339	-
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	851	4.458	102	-	933	4.438
Contern Construções e Comércio Ltda.	-	68.841	-	41.571	-	110.412
Urbanizadora Convívio Ltda.	59	-	2	-	61	-
Infra Bertin Empreendimentos S.A	2	-	-	-	2	-
Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A	477	29.412	5	-	482	29.412
Laguna Energia S.A	1	-	-	-	1	-
Usina Navirai S.A. Açúcar e Álcool S.A.	2	-	-	-	2	-
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	1	-	-	-	1	-
Davante Participações S.A.	-	96	96	-	-	-
NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	36.042	1.620	1.620	36.042	-	-
	218.614	**478.268**	**106.920**	**109.752**	**212.893**	**475.379**

fls. 3654

9. Outras contas a receber

	2015	2014
Lokelani	9.700	9.700
Kandarpa	1.638	1.638
Outras contas a receber	2.776	2.778
	14.114	**14.116**

10. Investimentos

A composição dos investimentos é apresentada a seguir:

	2015	2014
Adiantamento para futuro aumento de capital	43.662	-
Cibe Investimentos e Participações S.A	162.851	325.322
GTE Grupo Tecnologia de Engenharia Ltda.	8.291	16.989
Meridional STR Serv. Tecnológicos em Rodovias Ltda.	-	31
Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.	1.104.830	1.070.300
	1.319.634	**1.412.642**

A composição da provisão para perda de investimentos é apresentada a seguir:

	2015	2014
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	(7.639)	(7.536)
NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	-	(8.022)
GAR - Gestão e Administração em Rodovias S.A	-	(969)
Urbanizadora Convívio Ltda.	(54)	(50)
	(7.693)	**(16.577)**

Sendo a movimentação:

	Cibe Investimentos e Participações S.A.	GTE Grupo Tecnologia de Engenharia Ltda.	Meridional STR Serv. Tecnológicos em Rodovias Ltda.	Cibe Saneamento e Participaçõe s S.A.	Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	GAR - Gestão e Administração em Rodovias S.A.	Urbanizadora Convívio Ltda.	Hauolimau Participações e Empreendimentos S.A.	Total
Saldo inicial de 01 de janeiro de 2014	**387.960**	**17.475**	**31**	**9.915**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.018.569**	**1.433.950**
Provisão para perdas de investimentos de 01 de janeiro de 2013	**-**	**-**	**-**	**-**	**(7.444)**	**(7.717)**	**(929)**	**(44)**	**-**	**(16.134)**
Ajuste de avaliação patrimonial em coligadas	(580)	-	-	-	-	-	-	-	-	(580)
Resultado da equivalência patrimonial	(62.958)	(486)	-	(1.113)	(92)	(305)	(40)	(6)	51.731	(12.369)
Baixa investimentos	-	-	-	(8.802)	-	-	-	-	-	(8.802)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2014	**325.322**	**16.989**	**31**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.070.300**	**1.412.642**
Provisão para perdas de investimentos 2014	**-**	**-**	**-**	**-**	**(7.536)**	**(8.022)**	**(969)**	**(50)**	**-**	**(16.577)**
Ajuste de avaliação patrimonial em coligadas	12	-	-	-	-				-	12
Dividendos propostos	-	-	-	-	-				(24.380)	(24.380)
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-				(43.662)	(43.662)
Baixa investimento	-	-	(31)	-	-				-	(31)
Cessão / incorporação	-	(8.506)	-	-	-	9.364	994	-	-	1.852
Resultado da equivalência patrimonial	(162.483)	(192)	-	-	(103)	(1.342)	(25)	(4)	102.572	(61.577)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2015	**162.851**	**8.291**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.104.830**	**1.275.972**
Provisão para perdas de investimentos 2015	**-**	**-**	**-**	**-**	**(7.639)**	**-**	**-**	**(54)**	**-**	**(7.693)**

11. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 12:

	Taxa de juros	2015	2014
Capital de Giro	CDI a 100% + 0,73% a.m.	2.709	-
Capital de Giro	CDI a 100% + 4,66% a.a.	-	4.334
		2.709	**4.334**
Circulante		**2.709**	**3.695**
Não circulante		**-**	**639**

Cronograma de pagamentos do passivo não circulante

	2015	2014
2016	-	639
2017	-	-
2018	-	-
2019 - 2020	-	-
	-	**639**

12. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente a Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia:

	2015					
	Valor contábil	Até 12 meses	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	2.709	2.709	-	-	-	-
	2.709	**2.709**	**-**	**-**	**-**	**-**

	2014					
	Valor contábil	Até 12 meses	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores e outras contas a pagar	4	4	-	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	4.334	3.695	-	639	-	-
	4.338	**3.699**	**-**	**639**	**-**	**-**

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros e câmbio, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo.

As operações da Companhia estão expostas a taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não existindo operações com derivativos no intuito de proteção para estas taxas de juros.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
Passivos financeiros	**2015**	**2014**
Empréstimos	2.709	4.334
	2.709	**4.334**

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscando eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma elevação de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros ou redução de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. A análise é conduzida com a mesma base para 2015 e 2014:

	Efeitos no resultado do exercício e patrimônio líquido	
Em 31 de dezembro de 2015	**25 pb aumento**	**25 pb diminuição**
Empréstimos de taxa variável	(120)	96
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(120)**	**96**
Em 31 de dezembro de 2014		
Empréstimos de taxa variável	(392)	313
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(392)**	**313**

	Efeitos no resultado do exercício e patrimônio líquido	
Em 31 de dezembro de 2015	**50 pb aumento**	**50 pb diminuição**
Empréstimos de taxa variável	(240)	160
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(240)**	**160**
Em 31 de dezembro de 2014		
Empréstimos de taxa variável	(783)	522
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(783)**	**522**

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2015	2014
Total do passivo	486.833	500.025
Menos: caixa e equivalentes de caixa	-	-
Dívida líquida **(A)**	**486.833**	**500.025**
Total do patrimônio líquido **(B)**	1.095.217	1.156.392
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado em 31 de dezembro **(A/B)**	0,44	0,43

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa

São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

O contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os empréstimos estão classificados como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas de mercado correspondentes ao risco de crédito da Companhia.

13. Patrimônio líquido

O capital social no montante de R$ 250.000 (em 31 de dezembro de 2014, 250.000) está representado por 241.198.406 (em 31 de dezembro de 2014, 241.198.406) ações ordinárias, sem valor nominal.

Reserva de Capital

A reserva de capital é composta do ágio na subscrição de ações da controlada Heber Participações S.A.

Reserva legal

Calculada ao final de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, visando assegurar a integridade do capital social, limitada a 20% do capital social integralizado.

Dividendos propostos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado no período, ajustado na forma da lei.

14. Despesas administrativas

	2015	2014
Auditoria	(4)	(31)
Serviços de terceiros	(603)	-
Impostos e taxas	(3)	(102)
Propaganda e publicações	-	(43)
Despesas com viagens e estadias	(3)	-
Outros	(20)	-
	(633)	**(176)**

15. Resultado financeiro

	2015	2014
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(480)	(1.566)
Comissão e despesas bancárias	(62)	(2)
Juros incorridos ou pagos	-	-
Outros	(256)	(39)
Total despesas financeiras	**(798)**	**(1.607)**
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	-	5.108
Variação monetária ativa	-	210
Total receitas financeiras	**-**	**5.318**
Financeiras líquidas	**(798)**	**3.711**

16. Provisão para risco processual

Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos declaram que a Companhia não possui processos contingencias envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

17. Seguros

É política da Companhia é manter cobertura de seguros para os bens sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

18. Eventos subsequentes

A Companhia não identificou eventos subsequentes às demonstrações contábeis que necessitem da sua divulgação.

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação - São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cibe Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cibe Participações e Empreendimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards* (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Outros créditos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia não constitui nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa de recebíveis no montante de R$ 22.300 mil os quais não possuem movimentação a longa data. Caso essa provisão tivesse sido constituída, o ativo não circulante e o resultado do exercício seriam diluídos naquele valor.

Resposta de confirmações externas

Não obtivemos resposta à carta de confirmação (circularização) enviada à instituição financeira Banco Safra S.A. Consequentemente, apesar de termos realizado testes alternativos de auditoria, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a esta instituição financeira, como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa de outras contas a receber

A controlada direta Cibe Investimento e Participações S.A., não constitui nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa de recebíveis no montante de R$ 23.227 mil decorrentes da reestruturação societária de junho de 2010. Caso essa provisão tivesse sido constituída, o ativo não circulante e o resultado do exercício da controlada seriam diluídos naquele valor.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa das investidas

A controlada direta Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A., não constituiu nenhuma provisão para credito de liquidação duvidosa de recebíveis no montante de R$ 43.180 mil decorrentes da reestruturação societária de junho de 2013. Caso essa provisão tivesse sido constituída, o ativo não circulante e o do resultado do exercício da controlada seriam diluídos naquele valor.

A controlada direta Cibe Investimento e Participações possui saldo com partes relacionadas que encontram-se com suas operações descontinuadas, decorrentes da reestruturação societária de junho de 2010, entretanto não constituiu nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa de recebíveis das empresas Scafati Empreendimentos e Participações Ltda., Meridional STR - Serviços Técnicos em Rodovias Ltda., GTE - Grupo de Tecnologia de Engenharia Ltda., NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda. e GAR - Gestão e Administração em Rodovias Ltda., no montante de R$ 22.168 mil ativos. Caso essa provisão tivesse sido constituída, o ativo não circulante e o resultado do semestre seriam diluídos naquele valor.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos atenção para na Nota Explicativa nº 6, onde demonstra que a Companhia mantém saldos e transações em montantes significativos com partes relacionadas que não foram pactuadas em condições usuais de mercado. Consequentemente, o resultado de suas operações pode ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas.

Outros assuntos

Conforme Nota Explicativa nº 3.5, a Companhia optou por não apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, conforme permite a Resolução CFC nº 1.426/13, pois sua Controladora direta Heber Participações S.A., apresentará as demonstrações consolidadas.

Responsabilidade da administração e governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 23 de maio de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF 008320/O-5 - S - SP

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota	2016	2015
Circulante			
Impostos a recuperar		36	944
		36	**944**
Não circulante			
Partes relacionadas	6	210.113	212.893
Dividendos a receber		47.068	34.221
Outras contas a receber	7	22.300	14.114
		279.481	**261.228**
Investimento	8	1.229.463	1.319.634
Imobilizado		13	6
Intangível		152	238
		1.229.628	**1.319.878**
		1.509.109	**1.581.106**
Total do ativo		**1.509.145**	**1.582.050**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	2016	2015
Circulante			
			-
Empréstimos e financiamentos	9	2.687	2.709
Obrigações fiscais		1	804
		2.688	**3.513**
Não circulante			
Partes relacionadas	6	473.202	475.379
Provisão para perda de investimento	8	7.790	7.693
Outras contas a pagar		249	248
		481.241	**483.320**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		250.000	250.000
Reserva de capital		189.930	189.930
Resultados abrangentes		845.565	847.418
Prejuízos acumulados		(260.279)	(192.131)
		1.025.216	**1.095.217**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.509.145**	**1.582.050**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Despesas gerais e administrativas		(180)	(633)
Outras receitas/(despesas)		1.853	(31)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		**1.673**	**(664)**
Resultado financeiro líquido		(550)	(798)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(69.236)	(61.577)
Resultado antes dos impostos		**(68.113)**	**(63.039)**
Imposto de Renda e Contribuição Social corrrentes		(35)	-
Prejuízo do exercício		**(68.148)**	**(63.039)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	**(68.148)**	**(63.039)**
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.853)	12
Total do resultado abrangente do exercício	**(70.001)**	**(63.027)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Resultados abrangentes	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2015	**250.000**	**189.930**	**845.554**	**(129.092)**	**1.156.392**
Ajuste variação patrimonial controlada	-	-	12	-	12
Cisão conforme AGE de 31 de agosto de 2015	-	-	1.852	-	1.852
Prejuízo do exercício	-	-	-	(63.039)	(63.039)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**250.000**	**189.930**	**847.418**	**(192.131)**	**1.095.217**
Ajuste variação patrimonial controlada	-	-	(1.853)	-	(1.853)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(68.148)	(68.148)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**250.000**	**189.930**	**845.565**	**(260.279)**	**1.025.216**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(68.148)**	**(63.039)**
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	69.236	61.577
Juros empréstimos e financiamentos	551	480
Depreciação e amortização	86	22
	1.725	**(960)**
Impostos a recuperar	105	-
Outras contas a receber	(8.186)	2
Fornecedores	-	(4)
Obrigações fiscais	-	4
Outras contas a pagar	1	206
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(6.355)**	**(752)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(7)	(6)
Investimentos	6.332	(43.631)
Didivendos recebidos	-	43.662
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**6.325**	**25**
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo	-	3.611
Pagamento juros e principal empréstimos	(573)	(1.216)
Partes realcionadas	603	(1.668)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	**30**	**727**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

1. Contexto operacional

A Cibe Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade constituída em 30 de novembro de 2007, tendo como subscritores e fundadores Empate Engenharia e Comércio Ltda (Grupo Equipav S.A) e Heber Participações S.A. A Companhia possui como objeto social a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista e atividades de consultoria assistência técnica e manutenção e administração das empresas relacionadas.

A Companhia passou por reestruturação societária em 15 de junho de 2010, quando teve parte de seu patrimônio líquido cindido com a saída da ex-acionista Empate Engenharia e Comércio Ltda. (Grupo Equipav). A cisão deu início à divisão de ativos, e a Companhia passou a ser controlada exclusivamente pela Heber Participações S.A. (Grupo Bertin), a reestruturação não impediu a Companhia de manter e ampliar seus investimentos em concessões de rodovias e empreendimentos de infraestrutura.

Contexto operacional das controladas e coligadas

Cibe Investimentos e Participações

A Companhia é uma holding que detém a participação indireta na Concessionária SPMAR S.A., responsável pela construção do trecho leste e administração do trecho sul do Rodoanel da Cidade de São Paulo, além do controle sobre empresas prestadoras de serviços suportes (consultoria e engenharia) dentro do grupo econômico.

Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.

A Companhia é uma holding que detém a participação em diversas concessionárias de rodovias entre elas Rodovia das Colinas S.A. responsável pela Administração da área que compreende ao Lote 13 do Estado de São Paulo, a Concessionária da Rodovia MG 050 S.A. que foi a primeira concessão com subvenção governamental em atividade no Estado de Minas Gerais, também possui controle com 49,90% das ações da concessionária Rodovias do Tiete S.A. concessão sobre a Rodovia Marechal Rondon.

Scafati Empreendimentos e Participações

A Scafati foi constituída para prestação de serviços corporativos, Gestão, Contabilidade, Consultoria, Recursos Humanos e Presta Serviços para todas as empresas controladas pela Cibe Investimento e Participações S.A., suas receitas anuais, portanto, são decorrentes exclusivamente da prestação de serviços entre as Empresas do Grupo.

GTE Grupo Tecnologia de Engenharia Ltda.

A Sociedade tem por objeto social a elaboração e supervisão de projetos de engenharia; execução de obras públicas e privadas; execução de serviços de engenharia; supervisão de obras e serviços de engenharia; fornecimento de materiais e serviços; prestação de serviços de transporte, carga e descarga de materiais; prestação de serviços de demolições e restaurações; gerenciamento de obras públicas e privadas; prestação de serviços de controle tecnológico de materiais e serviços; locação de equipamentos para construção civil; a prestação de serviços relativos a gestão e administração em rodovias; a prestação de serviços, sob o regime de contratação, relativos a resgate medico, socorro mecânico, limpeza de rodovias e manutenção de equipamentos; a prestação de serviços de assessoria empresarial e participação em outras sociedades.

Em dia 31 de julho de 2015, a GTE incorporou a GAR Gestão e Administração em Rodovias Ltda. Sendo o acervo líquido, apurado por laudo técnico, foi negativo em R$ 1.987 mil.

Em dia 31 de julho de 2015, a GTE incorporou a NAG Núcleo de Apoio à Gestão Ltda. Sendo o acervo líquido, apurado por laudo técnico, foi negativo em R$ 18.727 mil.

Em dia 31 de julho de 2015, a GAN Gestão de Apoio à Negócios Ltda. Sendo o acervo líquido, apurado por laudo técnico, foi R$ 8.606 mil.

Em 31 de agosto de 2016, a GTE sofreu cisão parcial, o valor do acervo líquido cindido foi de R$ 7.685 mil. O valor foi incorporado pela Equipav S.A. Pavimentação, Engenharia e Comércio Ltda. que, com este ato, se retirou da sociedade.

Urbanizadora Convívio Ltda.

A empresa tem como objeto, a construção civil por conta própria, incorporação, loteamento, compra, venda e locação de imóveis.

2. Controladas e participações de não controladores

	Participação (%)	
Controladas diretas	2016	2015
Cibe Investimentos e Participações S.A.	100,00	100,00
GTE Grupo Tecnologia de Engenharia Ltda.	-	60,04
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	50,00	50,00
Urbanizadora Convívio Ltda.	99,99	99,99
Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.	72,72	72,72

3. Base de preparação

3.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis incluem as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Administradores e Diretores da Companhia em 23 de maio de 2017.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Provisão para perda de investimento.

3.5. Demonstrações consolidadas

A Companhia optou por não apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, conforme permite a Resolução CFC nº 1.426/13, pois sua controladora direta Heber Participações S.A. apresentará as demonstrações consolidadas.

4. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

i. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, os empréstimos e os recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e os recebíveis abrangem contas a receber e contas a pagar.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

ii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e na Lei nº 6.404/76 são reconhecidos como passivo.

iii. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

iv. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros ativos e despesas com juros sobre transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos que são reconhecidos no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

v. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

vi. Investimentos

Os investimentos nas controladas e coligadas são registrados pelo método de equivalência patrimonial.

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

i) **Outros recebíveis:** o valor justo de outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor presente;
ii) **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

6. Partes relacionadas

Controladora

A parte controladora final da Companhia é a Heber Participações S.A.

Devido à Companhia ser caracterizada como uma Holding com o objeto social exclusivo de investimentos em outras sociedades, não houve constituição de quadro de funcionários próprio, portanto, a gestão da Companhia é realizada por profissionais de outra Empresa pertencente ao mesmo grupo econômico a Scafati Empreendimentos e Participações Ltda., dessa forma, não existem quadro de gestores e diretores diretamente relacionadas a Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico sem atualizações financeiras.

	Saldos em 31/12/14		Pagamentos	Recebimentos	Saldos em 31/12/15	
	Ativo	Passivo	efetuados	efetuados	Ativo	Passivo
Heber Participações S.A.	78.118	28.984	6.542	13.054	84.660	42.038
NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	-	232	36.042	1.620	36.042	1.852
Concessionária da Rodovia MG 050 S.A.	-	772	-	-	-	772
GTE - Gestão e Tecnologia em Engenharia Ltda.	4.345	-	153	-	4.498	-
Bracol Holding Ltda.	31.313	-	-	-	31.313	-
Consórcio Caminhos do Sol	19	-	-	-	19	-
Cibe Investimentos e Participações S.A.	2.133	211.759	17.162	-	2.226	194.690
Meridional STR Serviço de Tecnologia em Rodovias S.A.	281	41.571	41.571	281	-	-
Cibe Saneamento e Participações S.A	52.023	90.523	-	17.184	36.081	91.765
GAN - Gestão e Apoio a Negócios Ltda.	613	-	9	-	622	-
Aguas de Itu Exploração de Serviços de Água e Esgoto S.A.	-	-	3.611	-	3.611	-
GAR - Gestão e Administração em Rodovias S.A.	12.334	-	5	-	12.339	-
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	851	4.458	102	-	933	4.438
Contern Construções e Comércio Ltda.	-	68.841	-	41.571	-	110.412
Urbanizadora Convívio Ltda.	59	-	2	-	61	-
Infra Bertin Empreendimentos S.A	2	-	-	-	2	-
Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A	477	29.412	5	-	482	29.412
Laguna Energia S.A	1	-	-	-	1	-
Usina Navirai S.A. Açúcar e Álcool S.A.	2	-	-	-	2	-
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	1	-	-	-	1	-
Davante Participações S.A.	-	96	96	-	-	-
NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	36.042	1.620	1.620	36.042	-	-
	218.614	**478.268**	**106.920**	**109.752**	**212.893**	**475.379**

fls. 3681

	Saldos em 31/12/15		Pagamentos	Recebimentos	Saldos em 31/12/16	
	Ativo	Passivo	efetuados	efetuados	Ativo	Passivo
Heber Participações S.A.	84.660	42.038	125	1.002	83.658	41.913
NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	36.042	1.852	1.852	36.042	-	-
Concessionária da Rodovia MG 050 S.A.	-	772	-	-	-	772
GTE - Gestão e Tecnologia em Engenharia Ltda.	4.498	-	47.254	-	51.752	-
Bracol Holding Ltda.	31.313	-	-	-	31.313	-
Consórcio Caminhos do Sol	19	-	-	15	4	-
Cibe Investimentos e Participações S.A.	2.226	194.690	129	69	2.157	194.561
Cibe Saneamento e Participações S.A	36.081	91.765	1	-	36.082	91.766
GAN - Gestão e Apoio a Negócios Ltda.	622	-	-	622	-	-
Aguas de Itu Exploração de Serviços de Água e Esgoto S.A.	3.611	-	23	-	3.634	-
GAR - Gestão e Administração em Rodovias S.A.	12.339	-	-	12.339	-	-
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	933	4.438	98	-	958	4.365
Contern Construções e Comércio Ltda.	-	110.412	-	-	-	110.412
Urbanizadora Convívio Ltda.	61	-	4	-	65	-
Infra Bertin Empreendimentos S.A	2	-	-	-	2	-
Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A	482	29.412	5	1	487	29.413
Laguna Energia S.A	1	-	-	1	-	-
Usina Navirai S.A. Açúcar e Álcool S.A.	2	-	-	2	-	-
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	1	-	-	-	1	-
	212.893	**475.379**	**49.491**	**50.093**	**210.113**	**473.202**

fls. 3682

7. Outras contas a receber

	2016	2015
Lokelani	9.700	9.700
Kandarpa	1.638	1.638
Outras contas a receber	10.962	2.776
	22.300	**14.114**

8. Investimentos

A composição dos investimentos é apresentada a seguir:

	2016	2015
Adiantamento para futuro aumento de capital	43.662	43.662
Cibe Investimentos e Participações S.A	42.400	162.851
GTE Grupo Tecnologia de Engenharia Ltda.	-	8.291
Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.	1.143.401	1.104.830
	1.229.463	**1.319.634**

A composição da provisão para perda de investimentos é apresentada a seguir:

	2016	2015
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	(7.731)	(7.639)
Urbanizadora Convívio Ltda.	(59)	(54)
	(7.790)	**(7.693)**

S.A.

nonstrações contábeis
016 e 2015

	Cibe Investimentos e Participações S.A.	GTE Grupo Tecnologia de Engenharia Ltda.	Meridional STR Serv. Tecnológicos em Rodovias Ltda.	Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	GAR - Gestão e Administração em Rodovias S.A.	L C
	325.322	**16.989**	**31**	**-**	**-**	**-**	
de 2015	**-**	**-**	**-**	**(7.536)**	**(8.022)**	**(969)**	
	12	-	-	-			
	-	-	-	-			
	-	-	-	-			
	-	-	(31)	-			
	-	(8.506)	-	-	9.364	994	
	(162.483)	(192)	-	(103)	(1.342)	(25)	
	162.851	**8.291**	**-**	**-**	**-**	**-**	
	-	**-**	**-**	**(7.639)**	**-**	**-**	
	-	(1.853)	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	-	
	(120.451)	(106)	-	(92)	-	-	
	-	(6.332)	-	-	-	-	
	42.400	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	
	-	**-**	**-**	**(7.731)**	**-**	**-**	

9. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 12:

	Taxa de juros	2016	2015
Capital de Giro	CDI a 100% + 0,73% a.m.	2.687	2.709
		2.687	**2.709**

10. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia:

	2016					
	Valor contábil	Até 12 meses	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores e outras contas a pagar	249	-	249	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	2.687	2.687	-	-	-	-
	2.936	**2.687**	**249**	**-**	**-**	**-**

	2015					
	Valor contábil	Até 12 meses	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores e outras contas a pagar	248	-	248	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	2.709	2.709	-	-	-	-
	2.957	**2.709**	**248**	**-**	**-**	**-**

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros e câmbio, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo.

As operações da Companhia estão expostas a taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não existindo operações com derivativos no intuito de proteção para estas taxas de juros.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
Passivos financeiros	2016	2015
Empréstimos	2.687	2.709
	2.687	**2.709**

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscando eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma elevação de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros ou redução de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. A análise é conduzida com a mesma base para 2016 e 2015:

	Efeitos no resultado do exercício e patrimônio líquido	
Em 31 de dezembro de 2016	25 pb aumento	25 pb diminuição
Empréstimos de taxa variável	(138)	110
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(138)**	**110**

	Efeitos no resultado do exercício e patrimônio líquido	
Em 31 de dezembro de 2015	50 pb aumento	50 pb diminuição
Empréstimos de taxa variável	(120)	96
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(120)**	**96**

	Efeitos no resultado do exercício e patrimônio líquido	
Em 31 de dezembro de 2016	50 pb aumento	50 pb diminuição
Empréstimos de taxa variável	(276)	184
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(276)**	**184**

	Efeitos no resultado do exercício e patrimônio líquido	
Em 31 de dezembro de 2015	50 pb aumento	50 pb diminuição
Empréstimos de taxa variável	(240)	160
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(240)**	**160**

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

O contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os empréstimos estão classificados como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas de mercado correspondentes ao risco de crédito da Companhia.

11. Patrimônio líquido

O capital social no montante de R$ 250.000 (em 31 de dezembro de 2015, mesmo valor) está representado por 241.198.406 (em 31 de dezembro de 2015, mesma quantidade) ações ordinárias, sem valor nominal.

Reserva de capital

A reserva de capital é composta do ágio na subscrição de ações da controlada Heber Participações S.A.

12. Provisão para risco processual

Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos declaram que a Companhia não possui processos contingencias envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

13. Seguros

É política da Companhia é manter cobertura de seguros para os bens sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

14. Eventos subsequentes

A Companhia não identificou eventos subsequentes às demonstrações contábeis que necessitem da sua divulgação.

CIBE INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

CIBE INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 16 3620 5769
Fax: + 55 16 3620 5048
www.bdobrazilrcs.com.br

Av. Presidente Vargas 2.121
Cjs 2002, 2003 e 2004 Centro
Ribeirão Preto - SP - 14020-260

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Cibe Investimento e Participações S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cibe Investimento e Participações S.A. ("Companhia")** do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia não constitui nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa de recebíveis no montante de R$ 23.227 mil decorrentes da reestruturação societária de junho de 2010. Caso essa provisão tivesse sido constituída, o ativo não circulante e o resultado do semestre seriam diluídos naquele valor.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, a Companhia possui partes relacionadas que encontram-se com suas operações descontinuadas, decorrentes da reestruturação societária de junho de 2010, entretanto não constituiu nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa de recebíveis das empresas Scafati Empreendimentos e Participações Ltda., Meridional STR - Serviços Técnicos em Rodovias Ltda., GTE - Grupo de Tecnologia de Engenharia Ltda., NAG – Núcleo de Apoio a Gestão Ltda. e GAR - Gestão e Administração em Rodovias Ltda., no montante de R$ 22.168 mil ativos. Caso essa provisão tivesse sido constituída, o ativo não circulante e o resultado do semestre seriam diluídos naquele valor.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo de base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cibe Investimento e Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Ênfase

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção que a coligada direta Doreta Empreendimentos e Participações S.A. e a coligada indireta Infra Bertin Empreendimentos S.A., vem desenvolvendo esforços para reverter os contínuos prejuízos operacionais e a situação de passivo a descoberto. Essa condição indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional das coligadas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos às realizações e classificações dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificações de passivos que seriam requeridos na impossibilidade daquelas Instituição continuar operando.

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos atenção para na Nota Explicativa nº 10, onde demonstra que a Companhia mantém saldos e transações em montantes significativos com partes relacionadas que não foram pactuadas em condições usuais de mercado. Consequentemente, o resultado de suas operações pode ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas.

Consolidação

Conforme Nota Explicativa nº 3.5, a Companhia optou por não apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, conforme permite a Resolução CFC nº 1.426/13, pois sua Controladora Indireta Heber Participações S.A., apresentará as demonstrações consolidadas.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF 008320/O-5 - S - SP

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo

	Nota	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	1
Impostos a recuperar	8	1.729	1.729
Outras contas a receber	11	2	2
		1.731	**1.732**
Não circulante			
Impostos a recuperar	8	2.603	2.603
Adiantamento a fornecedores	9	4.327	4.327
Partes relacionadas	10	408.386	453.127
Outras contas a receber	11	23.227	23.225
Investimento	12	43.662	30.898
Imobilizado		87	52
		482.292	**514.232**
Total do ativo		**484.023**	**515.964**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	2015	2014
Circulante			
Fornecedores		104	120
Empréstimos e financiamentos	13	-	13.976
Obrigações fiscais	14	1.860	1.862
Outras contas a pagar		9	-
		1.973	**15.958**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	-	2.362
Partes relacionadas	10	94.903	94.892
Dividendos propostos	16	9.749	9.749
Provisão para perda de investimentos	12	170.884	67.680
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	43.662	-
		319.198	**174.683**
Patrimônio líquido	16		
Capital social		408.139	408.139
Reserva legal		6.496	6.496
Outros resultados abrangentes		(95.363)	(95.375)
Reserva especial de lucros		-	6.063
Prezuízos acumulados		(156.420)	-
		162.852	**325.323**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**484.023**	**515.964**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Despesas gerais e administrativas		(29)	(101)
Resultado financeiro líquido	18	(28.340)	1.082
Resultado de equivalência patrimonial	12	(103.228)	(62.950)
Outras depesas	19	(30.886)	-
Resultado antes dos impostos		**(162.483)**	**(61.969)**
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente		-	(89)
Prejuízo do exercício		**(162.483)**	**(62.058)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Prejuízo líquido do exercício	(162.483)	(62.058)
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes de controladas	12	(579)
Total do resultado abrangente do período	**(162.471)**	**(62.637)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva		Outros resultados abrangentes	Prezuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		legal	de lucro			
Saldos em 01 de janeiro de 2014	**408.139**	**6.496**	**68.121**	**(94.796)**	**-**	**387.960**
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes de controladas	-	-	-	(579)	-	(579)
Prejuízo do exercício	-	-	(62.058)	-	-	(62.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**408.139**	**6.496**	**6.063**	**(95.375)**	**-**	**325.323**
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes de controladas	-	-	-	12	-	12
Prejuízo do exercício	-	-	(162.483)	-	-	(162.483)
Alocação reultao do exercício	-	-	156.420	-	(156.420)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**408.139**	**6.496**	**-**	**(95.363)**	**(156.420)**	**162.852**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(162.483)	(62.058)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	103.228	62.950
Juros partes relacionadas	-	(3.406)
Juros empréstimos	630	2.356
	(58.625)	**(158)**
Adiantamento a fornecedores		-
Outras contas a receber	(2)	2
Fornecedores	(16)	16
Obrigações fiscais	(2)	90
Outras contas a pagar	9	
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(58.636)**	**(50)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos	30.886	-
Imobilizado	(35)	(25)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**30.851**	**(25)**
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo	-	16.442
Pagamento juros e principal	(16.968)	(16.859)
Partes relacionadas	44.752	492
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	**27.784**	**75**
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	1
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**-**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares Reais)

1. Contexto operacional

A Cibe Investimento e Participações S.A. ("Companhia") localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 26º andar, sala 05, na Cidade de São Paulo, Estado São Paulo, foi constituída em 25 de julho de 2008 e tem como objeto social a participação em outras Sociedades, nacionais ou internacionais, personificadas ou não, na qualidade de Sócio ou Acionista.

Em 19 de março de 2013 a Companhia modificou seu exercício social como início em 1º de julho e térmno em 30 de junho de cada ano para início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantadas as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo a serem apresentadas ao Conselho da Administração e à Assembleia Geral, quais sejam: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração dos fluxos de caixa.

Contexto operacional das controladas e coligadas

Concessionária SPMAR S.A.

A Concessionária SPMAR tem como objetivo social a exploração sob regime de concessão, do sistema rodoviário denominado Rodoanel "Mário Covas". A Companhia é responsável pela Administração do Trecho Sul e a construção do Trecho Leste do Rodoanel no Estado de São Paulo. O direito de explorar o Rodoanel "Mário Covas" foi concedido por meio de assinatura de Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2011.

Em novembro de 2010 o consórcio SPMAR formado pelas empresas Contern Construções e Comércio Ltda. e Cibe Investimentos e Participações S.A. ganhou a licitação do leilão dos trechos Sul e Leste do Rodoanel da Cidade de São Paulo, ofertando o menor deságio sobre as tarifas de pedágio já ofertado nas concessões rodoviárias do Estado de São Paulo (63,3% sobre as tarifas-teto estipuladas em edital, R$ 6,00 para o trecho Sul e R$ 4,50 no trecho Leste).

A Concessionária SPMAR atua na Administração do Trecho Sul e na construção do Trecho Leste do Rodoanel, da Cidade de São Paulo. O prazo da concessão é de 420 meses com término em 2046. Empresa controlada mediante influência significativa, consolidada e avaliada pelo método de equivalência patrimonial com participação de 26% (vide Nota Explicativa nº 10).

Em 29 de junho de 2012, a Companhia capitalizou na Doreta Empreendimentos e Participações S.A. as ações detidas da controlada Concessionária SPMAR S.A.

Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.

A Scafati foi constituída para prestação de serviços corporativos, Gestão, Contabilidade, Consultoria, Recursos Humanos e Presta Serviços para todas as empresas controladas pela Cibe Investimento e Participações S.A., suas receitas anuais, portanto, são decorrentes exclusivamente da prestação de serviços entre as Empresas do Grupo. Empresa controlada, consolidada e avaliada pelo método de equivalência patrimonial com participação de 50% (vide Nota Explicativa nº 10).

Meridional STR - Serviços Técnicos em Rodovias Ltda.

Prestadora de serviços de desenvolvimento de projetos, gerenciamento de obras, subcontratação de empreiteiros e medições para todas as Empresas controladas da Cibe Investimento e Participações S.A., trata-se da divisão de engenharia que foi constituída com o objetivo de centralizar as atividades de engenharia em uma única Empresa, ao invés de cada concessionária manter um Departamento de Engenharia próprio, muitos dos profissionais técnicos da Meridional STR foram profissionais das próprias concessionárias antes da Cisão do Grupo Cibe, ocorrida em junho de 2010. Empresa controlada, consolidada e avaliada pelo método de equivalência patrimonial com participação de 99,90% (vide Nota Explicativa nº 10).

Em 19 de novembro de 2015, a controlada Meridional STR – Serviços Técnicos em Rodovias Ltda., Administrando considerando que a controlada encontrava-se inoperante encerrou suas atividades.

Doreta Empreendimentos e Participações S.A.

Holding criada em 29 de junho de 2012 que tem o objetivo de participar em outras Sociedades.

2. Aquisição de controladas e participações de não controladores

		Percentual de participação	
Controladas diretas	País	31/12/2015	31/12/2014
Meridional STR Serviços Técnicos em Rodovias Ltda.	Brasil	-	99,90%
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	26,00%	26,00%
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	Brasil	50,00%	50,00%

Reestruturação societária

O Grupo Heber deliberou em 29 de junho de 2012, conforme acordo assinado anteriormente em 27 de janeiro de 2012, a criação de duas *"Joint Venture"* de concessão de rodoviárias no Brasil - Atlantia Bertin Participações S.A. e Infra Bertin Participações S.A. - com participação de 50% mais 1 ação para Auto Strade Brasil (Grupo Italiano Atlantia) e 50% menos 1 ação para o Grupo Heber.

Fazem parte das novas holdings as concessões das Nascentes das Gerais, responsável por 371 quilômetros no Estado de Minas Gerais; Rodovia das Colinas com 307 quilômetros nas Rodovias SP280, SP300, SP075 e SP127; Rodovia do Tietê, que administra 406 quilômetros de Rodovia no Corredor Marechal Rondon Leste. Além de quase 450 quilômetros da concessão Triângulo do Sol Auto Estradas (na Região das Cidades de Araraquara, Matão, Taquaritinga e Jaboticabal).

Ainda na data de 29 de junho de 2012 a participação em Concessionária SPMAR S.A. foi transferida para a controladora direta Doreta Participações Empreendimentos e Participações S.A. A alteração da Concessionária SPMAR S.A. foi apenas para estruturação societária.

3. Base de preparação

3.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis incluem as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Diretores da Companhia em 29 de março de 2016.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 12:** provisão para perda de investimento.

3.5. Demonstrações consolidadas

A Companhia optou por não apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, conforme permite a Resolução CFC nº 1.426/13, pois sua controladora indireta Heber Participações S.A. apresentará as demonstrações consolidadas.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas.

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IAS 12 - Income taxes - (alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro)

O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 – Income taxes (CPC 32 – Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1° de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios);
- Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização;
  de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas;
  Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28);
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

5. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

i. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço, e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

ii. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, os empréstimos e os recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
Os empréstimos e os recebíveis abrangem contas a receber e contas a pagar.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e na Lei nº 6.404/76 são reconhecidos como passivo.

iii. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

iv. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativo financeiro

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

Ativo não financeiro

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social deferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

v. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros ativos e despesas com juros sobre transações com partes relacionadas que são reconhecidos no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

vi. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações contábeis intermediária se qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações contábeis intermediárias.

Os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado.

A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

vii. Investimentos

O investimento nas controladas diretas são registrados pelo método de equivalência patrimonial.

viii. Aspectos ambientais

As instalações operadas pela Companhia e suas controladas estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

6. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo:

i) **Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos;

ii) **Outros recebíveis:** o valor justo de outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor presente;

iii) **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

7. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa, e são assim apresentadas:

	2014	2013
Saldos bancários	-	1
	-	**1**

8. Impostos a recuperar

	2015	2014
IRRF	6	6
IRPJ	3.357	3.357
CSSL	969	969
	4.332	**4.332**
Circulante	1.729	1.729
Não circulante	2.603	2.603

9. Adiantamento a fornecedores

	2015	2014
Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.	4.300	4.300
Outros	27	27
	4.327	**4.327**

10. Partes relacionadas

Controladora

A parte controladora final da Companhia é a Heber Participações S.A.

Devido à Companhia ser caracterizada como uma Holding com o objeto social exclusivo de investimentos em outras sociedades, não houve constituição de quadro de funcionários próprio, portanto, a gestão da Companhia é realizada por profissionais de outra empresa pertencente ao mesmo grupo econômico a Scafati Empreendimentos e Participações Ltda., dessa forma não existem quadro de gestores e diretores diretamente relacionadas a Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

	Saldos em 31/12/13				Saldos em 31/12/14	
	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)	Pagamentos Efetuados	Recebimentos Efetuados	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.	196.943	-	25.283	-	222.226	-
Contern Construções e Comércio Ltda.	19.640	-	-	-	19.640	-
Concessionária Rodovias do Tiete S.A.	22.594	-	-	(22.594)	-	-
Heber Participações S.A.	-	91.328	-	-	-	91.328
GTE – Grupo de Tecnologia e Engenharia Ltda. (*)	269	-	-	-	269	-
GAR – Gestão e Administração em Rodovias (*)	6.479	-	-	-	6.479	-
NAG - Núcleo de Apoio a Gestão Ltda. (*)	-	3.420	-	-	-	3.420
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda. (*)	15.420	-	-	-	15.420	-
Meridional STR – Serviços Técnicos em Rodovias Ltda. (*)	23.162	-	346	-	23.508	-
Bertin Energia S.A.	152.722	-	-	-	152.722	-
Tinto Holding Ltda.	3.785	-	-	-	3.785	-
Cibe Saneamento e Participações S.A.	166	-	-	(166)	-	-
Comapi Agripecuária S.A.	7.013	-	-	-	7.013	-
Usina Naviraí S/A - Açúcar e Álcool	2.000	-	-	-	2.000	-
Águas de Itu Exploração de Serv. de Água e Esgoto S.A.	-	144	-	-	-	144
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	42	-	42	-
I.B. Empreendimentos S.A.	20	-	3	-	23	-
	450.213	**94.892**	**25.674**	**(22.760)**	**453.127**	**94.892**

(*) Empresas resultantes da cisão junto a Equipav, as quais encontram-se em fase de operação descontinuada

fls. 3711

	Saldos em 31/12/14				Saldos em 31/12/15	
	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)	Pagamentos Efetuados	Recebimentos Efetuados	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.	222.226	-	-	17.161	205.076	11
Contern Construções e Comércio Ltda.	19.640	-	-	4.090	15.550	-
Heber Participações S.A.	-	91.328	-	-	-	91.328
GTE - Grupo de Tecnologia e Engenharia Ltda. (*)	269	-	-	1	268	-
GAR – Gestão e Administração em Rodovias (*)	6.479	-	-	-	6.479	-
NAG – Núcleo de Apoio a Gestão Ltda. (*)	-	3.420	-	-	-	3.420
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda. (*)	15.420	-	-	-	15.420	-
Meridional STR – Serviços Técnicos em Rodovias Ltda. (*)	23.508	-	-	23.508	-	-
Bertin Energia S.A.	152.722	-	-	-	152.722	-
Tinto Holding Ltda.	3.785	-	-	-	3.785	-
Cibe Saneamento e Participações S.A.	-	144	-	-	-	144
Comapi Agripecuária S.A.	7.013	-	-	-	7.013	-
Usina Naviraí S/A - Açúcar e Álcool	2.000	-	-	-	2.000	-
Águas de Itu Exploração de Serv. de Água e Esgoto S.A.	-	-	-	-	-	-
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	42	-	8	-	50	-
I.B. Empreendimentos S.A.	23	-	-	-	23	-
	453.127	**94.892**	**8**	**44.760**	**408.386**	**94.903**

(*) Empresas resultantes da cisão junto a Equipav, as quais encontram-se em fase de operação descontinuada

fls. 3712

11. Outras contas a receber

	2015	2014
Empate Construções e Comércio Ltda.	23.225	23.225
Outros	4	2
	23.229	**23.227**
Circulante	2	2
Não circulante	23.227	23.225

O montante de R$ 23.225 refere-se a recebíveis da ex-controladora Empate Construções e Comércio Ltda. (Grupo Equipav) decorrentes da reestruturação societária motivada pela Cisão da Cibe Participações e Empreendimentos S.A. em junho de 2010. A administração da Companhia está em processo de revisão de todas as operações que envolveram divisões de ativos com o grupo Equipav.

12. Investimentos

A composição dos investimentos é apresentada a seguir:

	2015	2014
Adiantamento para futuro aumento de capital	43.662	-
Meridional STR - Serviços Técnicos em Rodovias Ltda.	-	30.898
	43.662	**30.898**

Composição da provisão para perda de investimentos é composta a seguir:

	2015	2014
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	163.246	60.145
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	7.639	7.535
	170.885	**67.680**

Sendo a movimentação:

	Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	Meredional STR - Serviços Técnicos em Rodovias Ltda.	Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	Total
Número de mil ações/quotas do capital social	5.813	1	135.136	
Quantidade de ações/quotas possuídas	2.906	1	35.135	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014	(15.071)	30.964	12.531	
Participação societária	50,00%	99,90%	26%	
Saldos líquidos em 01 de janeiro de 2014	**(7.444)**	**30.933**	**3.258**	**26.747**
Resultado da equivalência patrimonial	(91)	(35)	(62.824)	(62.950)
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes de controladoras	-	-	(579)	
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2014	**-**	**30.898**	**-**	**30.898**
Saldos de perdas investimentos em 31 de dezembro de 2014	**(7.535)**	**-**	**(60.145)**	**(67.680)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2014	**(7.535)**	**30.898**	**(60.145)**	**(36.782)**

	Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	Meredional STR - Serviços Técnicos em Rodovias Ltda.	Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	Total
Número de mil ações/quotas do capital social	5.813	1	135.136	
Quantidade de ações/quotas possuídas	2.906	1	35.135	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014	(15.277)	-	(627.868)	
Participação societária	50,00%	0%	26%	
Saldos líquidos em 01 de janeiro de 2015	**(7.535)**	**30.898**	**(60.145)**	**(36.782)**
Resultado da equivalência patrimonial	(103)	(12)	(103.113)	(103.228)
Baixa de investimentos	-	(30.886)	-	(30.886)
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes de controladoras	-	-	(12)	(12)
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2015	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldos de perdas investimentos em 31 de dezembro de 2015	**(7.638)**	**-**	**(163.246)**	**(170.884)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2015	**(7.638)**	**-**	**(163.246)**	**(170.884)**

fls. 3714

13. Empréstimos e financiamentos

	% Taxa de juros	2015	2014
Nacional			
BANRISUL S.A.	100% do CDI + 4,66% a.a.	-	16.338
			16.338
Circulante		-	13.976
Não circulante		-	2.362
		-	**16.338**

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	2015	2014
2015	-	-
2016	-	2.362
	-	**2.362**

Para esse empréstimo não existe clausulas restritivas.

14. Obrigações fiscais

	2015	2014
CSSL a recolher	1.085	1.087
IRRF a recolher	775	775
	1.860	**1.862**

15. Adiantamento para futuro amento de capital

Em 29 de janeiro de 2015, a controladora Cibe Participações S.A. realizou adiantamento para fins de aumento de capital, no valor de R$ 43.662 mil.

16. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015, no montante de R$ 408.139 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2014), está representado por 364.714.241 (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias, sem valor nominal.

Reserva legal

Calculada ao final de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, visando assegurar a integridade do capital social, limitada a 20% do capital social integralizado.

Reserva de lucros a realizar

A Administração da Companhia nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, propôs a retenção dos lucros acumulados, depois da constituição da reserva legal e da reserva especial de lucros, à constituição da reserva de lucros a realizar, que estará sujeita a aprovação na próxima Ata Geral Ordinária/Extraordinária (AGO/E).

Dividendos propostos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado no período, ajustado na forma da lei.

Outros resultados abrangentes

De acordo como a Lei nº 6.4040/76, o saldo contábil do investimento é dado pela aplicação do percentual de participação do investidor sobre o patrimônio líquido da coligada ou controlada. Qualquer mutação ocorrida nesse patrimônio líquido corresponderá a um ajuste no saldo contábil do investimento, mas somente as mutações provenientes de lucros ou prejuízos apurados pelas coligadas e controlados é que serão reconhecidas no resultado do período, ou seja, aquelas não provenientes de lucro ou prejuízos apurados pela coligada ou controladas que foram registradas no patrimônio líquido serão registradas em conta reflexa de mesma natureza daquela verificada na coligada e controlada.

17. Resultado financeiro

	2015	2014
Despesas financeiras:		
Juros pagos ou incorridos	(630)	(2.356)
Comissão e despesas bancárias	(9)	(2)
Descontos concedidos	(27.701)	-
Outros	-	(1)
Total despesas financeiras	**(28.340)**	**(2.359)**
Receitas financeiras:		
Juros auferidos	-	35
Juros partes relacionadas	-	3.406
Total receitas financeiras	**-**	**3.441**
Financeiras líquidas	**(28.340)**	**1.082**

18. Seguros

É política da Companhia é manter cobertura de seguros para os bens sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas, dada suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

19. Gerenciamento de risco e instrumento financeiro

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações contábeis foi:

	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	-	1
Outras contas a receber	2	2
Total circulante	**2**	**3**
Partes relacionadas	408.386	453.127
Adiantamento as forncedores	4.327	4.327
Outras contas a receber	23.227	23.225
Total não circulante	**435.940**	**480.679**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possui nenhuma perda por redução no valor recuperável em seus recebíveis que são substancialmente compostos por créditos com partes relacionadas.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	2015	2014
Fornecedores	104	120
Empréstimos e financiamentos	-	13.976
Total circulante	**104**	**14.096**
Empréstimos e financiamentos	-	2.362
Partes relacionadas	94.903	94.892
Dividendos propostos	9.749	9.749
Total não circulante	**104.652**	**107.003**

Valor justo e valor contábil

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial se aproximam substancialmente dos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com contrapartes ou no valor presente líquido de seus fluxos de caixa futuros. Os outros valores de instrumentos financeiros estão contabilizados pelo método do custo amortizado. A seguir apresentamos a abertura dessa classificação para os instrumentos financeiros:

	2015	2014
Ativos mensurados pelo valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	-	1
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Adiantamento a fornecedores	4.327	4.327
Partes relacionadas	408.386	453.127
Outras contas a receber	23.227	23.227
Passivos mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	-	16.338
Partes relacionadas	94.903	94.892
Dividendos propostos	9.749	9.749

Hierarquia de valor justo

Os ativos avaliados por valor justo são representados somente pelos contratos de mútuos com partes relacionadas. O seu valor justo se equipara substancialmente aos valores contábeis apresentados nos balanços de 31 de dezembro de 2015 e 2014, devido ao fato de estarem avaliados pelo nível 1, ou seja, a preços de mercado.

CIBE INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S. A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 16 3620 5769
Fax: + 55 16 3620 5048
www.bdobrazilrcs.com.br

Av. Presidente Vargas 2.121
Cjs 2002, 2003 e 2004 Centro
Ribeirão Preto – SP - 14020-260

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Cibe Investimentos e Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cibe Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cibe Investimentos e Participações S.A. ("Companhia")** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Provisão para créditos de liquidação duvidosa de outras contas a receber

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia não constitui nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa de recebíveis no montante de R$ 23.231 mil decorrentes da reestruturação societária de junho de 2010. Caso essa provisão tivesse sido constituída, o ativo não circulante e o resultado do exercício seriam diluídos naquele valor.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa de partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, a Companhia possui partes relacionadas que encontram-se com suas operações descontinuadas, decorrentes da reestruturação societária de junho de 2010, entretanto não constituiu nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa de recebíveis das empresas Scafati Empreendimentos e Participações Ltda., Meridional STR - Serviços Técnicos em Rodovias Ltda. e GTE - Grupo de Tecnologia de Engenharia Ltda., no montante de R$ 22.168 mil ativos. Caso essa provisão tivesse sido constituída, o ativo não circulante e o resultado do exercício seriam diluídos naquele valor.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidade da Administração e governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards (IASB) pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 24 de abril de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 029356/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF 008320/O-5 - S - SP

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo

	Nota	2016	2015
Circulante			
Impostos a recuperar	6	1.729	1.729
Outras contas a receber	9	2	2
		1.731	**1.731**
Não circulante			
Depósitos judiciais		36	-
Impostos a recuperar	6	2.367	2.368
Adiantamento a fornecedores	7	4.327	4.327
Partes relacionadas	8	408.185	408.386
Outras contas a receber	9	23.231	23.227
Investimento	10	43.662	43.662
Imobilizado		47	87
		481.855	**482.057**
Total do ativo		**483.586**	**483.788**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	2016	2015
Circulante			
Fornecedores		112	104
Obrigações fiscais	11	1.773	1.773
Outras contas a pagar		8	9
		1.893	**1.886**
Não circulante			
Partes relacionadas	9	94.748	94.903
Dividendos propostos	13	9.749	9.749
Provisão para perda de investimentos	10	291.134	170.884
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	43.662	43.662
		439.293	**319.198**
Patrimônio líquido	13		
Capital social		408.139	408.139
Reserva legal		6.302	6.302
Outros resultados abrangentes		(95.363)	(95.363)
Prezuízos acumulados		(276.678)	(156.374)
		42.400	**162.704**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**483.586**	**483.788**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Despesas gerais e administrativas		(54)	(29)
Resultado financeiro líquido	14	-	(28.340)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(120.250)	(103.228)
Outras depesas		-	(30.886)
Prejuízo do exercício		**(120.304)**	**(162.483)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(120.304)	(162.483)
Equivalência sobre ganhos/ perdas abrangentes de controladas	-	12
Total do resultado abrangente do exercício	**(120.304)**	**(162.471)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva		Outros resultados abrangentes	Prezuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		legal	de lucro			
Saldos em 01 de janeiro de 2015	**408.139**	**6.302**	**6.109**	**(95.375)**	**-**	**325.175**
Equivalência sobre ganhos/ perdas abrangentes de controladas	-	-	-	12	-	12
Prejuízo do exercício	-	-	(162.483)	-	-	(162.483)
Alocação resultado do exercício	-	-	156.374	-	(156.374)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**408.139**	**6.302**	**-**	**(95.363)**	**(156.374)**	**162.704**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(120.304)	(120.304)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**408.139**	**6.302**	**-**	**(95.363)**	**(276.678)**	**42.400**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S. A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(120.304)	(162.483)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	120.250	103.228
Juros empréstimos	-	630
	(54)	**(58.625)**
Adiantamento a fornecedores		
Outras contas a receber	(4)	(2)
Depósitos judiciais	(36)	-
Fornecedores	8	(16)
Obrigações fiscais	1	(2)
Outras contas a pagar	(1)	9
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(86)**	**(58.636)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos	-	30.886
Imobilizado	40	(35)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**40**	**30.851**
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Pagamento juros e principal	-	(16.968)
Partes relacionadas	46	44.752
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	**46**	**27.784**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**(1)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**(1)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIBE INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares Reais)

1. Contexto operacional

A Cibe Investimento e Participações S.A. (" Companhia") localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 26º andar, sala 05, na Cidade de São Paulo, Estado São Paulo, foi constituída em 25 de julho de 2008 e tem como objeto social a participação em outras Sociedades, nacionais ou internacionais, personificadas ou não, na qualidade de Sócio ou Acionista.

Contexto operacional das controladas e coligadas

Concessionária SPMAR S.A.

A Concessionária SPMAR tem como objetivo social a exploração sob regime de concessão, do sistema rodoviário denominado Rodoanel " Mário Covas". A Companhia é responsável pela Administração do Trecho Sul e a construção do Trecho Leste do Rodoanel no Estado de São Paulo. O direito de explorar o Rodoanel " Mário Covas" foi concedido por meio de assinatura de Contrato de Concessão nº 001/ ARTESP/ 2011.

Em novembro de 2010 o consórcio SPMAR formado pelas empresas Contern Construções e Comércio Ltda. e Cibe Investimentos e Participações S.A. ganhou a licitação do leilão dos trechos Sul e Leste do Rodoanel da Cidade de São Paulo, ofertando o menor deságio sobre as tarifas de pedágio já ofertado nas concessões rodoviárias do Estado de São Paulo.

A Concessionária SPMAR atua na Administração do Trecho Sul e na construção do Trecho Leste do Rodoanel, da Cidade de São Paulo. O prazo da concessão é de 420 meses com término em 2046. Companhia tem fluência significativa e avaliada pelo método de equivalência patrimonial com participação de 26% (vide Nota Explicativa nº 10).

Em 29 de junho de 2012, a Companhia capitalizou na Doreta Empreendimentos e Participações S.A. as ações detidas da controlada Concessionária SPMAR S.A.

Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.

A Scafati foi constituída para prestação de serviços corporativos, Gestão, Contabilidade, Consultoria, Recursos Humanos e Presta Serviços para todas as empresas controladas pela Cibe Investimento e Participações S.A., suas receitas anuais, portanto, são decorrentes exclusivamente da prestação de serviços entre as Empresas do Grupo. Companhia avaliada pelo método de equivalência patrimonial com participação de 50%(vide Nota Explicativa nº 10).

Meridional STR - Serviços Técnicos em Rodovias Ltda.

Prestadora de serviços de desenvolvimento de projetos, gerenciamento de obras, subcontratação de empreiteiros e medições para todas as Empresas controladas da Cibe Investimento e Participações S.A., trata-se da divisão de engenharia que foi constituída com o objetivo de centralizar as atividades de engenharia em uma única Empresa, ao invés de cada concessionária manter um Departamento de Engenharia próprio, muitos dos profissionais técnicos da Meridional STR foram profissionais das próprias concessionárias antes da Cisão do Grupo Cibe, ocorrida em junho de 2010. Companhia controlava e avaliava pelo método de equivalência patrimonial com participação de 99,90% (vide Nota Explicativa nº 10).

Em 19 de novembro de 2015, a controlada Meridional STR – Serviços Técnicos em Rodovias Ltda., administrando considerando que a controlada encontrava-se inoperante encerrou suas atividades.

Doreta Empreendimentos e Participações S.A.

Holding criada em 29 de junho de 2012 que tem o objetivo de participar em outras Sociedades.

2. Aquisição de controladas e participações de não controladores

		Percentual de participação	
Controladas diretas	**País**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	26,00%	26,00%
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	Brasil	50,00%	50,00%

3. Base de preparação

3.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis incluem as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Diretores da Companhia em 24 de abril de 2017.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 10:** provisão para perda de investimento.

3.5. Demonstrações consolidadas

A Companhia optou por não apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, conforme permite a Resolução CFC nº 1.426/13, pois sua controladora indireta Heber Participações S.A. apresentará as demonstrações consolidadas.

4. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

i. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço, e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

ii. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, os empréstimos e os recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
Os empréstimos e os recebíveis abrangem contas a receber e contas a pagar.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e na Lei nº 6.404/ 76 são reconhecidos como passivo.

iii. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

iv. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativo financeiro

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

Ativo não financeiro

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social deferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

v. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros ativos e despesas com juros sobre transações com partes relacionadas que são reconhecidos no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

vi. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações contábeis intermediária se qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações contábeis intermediárias.

Os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado.

A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

vii. Investimentos

O investimento nas controladas diretas são registrados pelo método de equivalência patrimonial.

viii. Aspectos ambientais

As instalações operadas pela Companhia e suas controladas estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo:

i) Caixa e equivalentes de caixa: os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos;

ii) **Outros recebíveis:** o valor justo de outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor presente;

iii) **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

6. Impostos a recuperar

	2016	2015
IRRF	6	6
IRPJ	2.808	2.809
CSSL	1.282	1.282
	4.096	**4.097**
Circulante	1.729	1.729
Não circulante	2.367	2.368

7. Adiantamento a fornecedores

	2016	2015
Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.	4.300	4.300
Outros	27	27
	4.327	**4.327**

8. Partes relacionadas

Controladora

A parte controladora final da Companhia é a Heber Participações S.A.

Devido à Companhia ser caracterizada como uma Holding com o objeto social exclusivo de investimentos em outras sociedades, não houve constituição de quadro de funcionários próprio, portanto, a gestão da Companhia é realizada por profissionais de outra empresa pertencente ao mesmo grupo econômico a Scafati Empreendimentos e Participações Ltda., dessa forma não existem quadro de gestores e diretores diretamente relacionadas a Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

CIBE INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares Reais)

	Saldos em 31/12/14				Saldos em 31/12/15	
	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)	Pagamentos Efetuados	Recebimentos Efetuados	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.	222.226	-	-	17.161	205.076	11
Contern Construções e Comércio Ltda.	19.640	-	-	4.090	15.550	-
Heber Participações S.A.	-	91.328	-	-	-	91.328
GTE – Grupo de Tecnologia e Engenharia Ltda.	269	-	-	1	268	-
GAR – Gestão e Administração em Rodovias	6.479	-	-	-	6.479	-
NAG – Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	-	3.420	-	-	-	3.420
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	15.420	-	-	-	15.420	-
Meridional STR – Serviços Técnicos em Rodovias Ltda.	23.508	-	-	23.508	-	-
Bertin Energia S.A.	152.722	-	-	-	152.722	-
Tinto Holding Ltda.	3.785	-	-	-	3.785	-
Cibe Saneamento e Participações S.A.	-	144	-	-	-	144
Comapi Agripecuária S.A.	7.013	-	-	-	7.013	-
Usina Naviraí S/ A - Açúcar e Álcool	2.000	-	-	-	2.000	-
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	42	-	8	-	50	-
I.B. Empreendimentos S.A.	23	-	-	-	23	-
	453.127	**94.892**	**8**	**44.760**	**408.386**	**94.903**

	Saldos em 31/12/15				Saldos em 31/12/16	
	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)	Pagamentos Efetuados	Recebimentos Efetuados	Ativo (clientes)	Passivo (fornecedores)
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.	205.076	11	11	215	204.861	-
Contern Construções e Comércio Ltda.	15.550	-	-	1	15.551	-
Heber Participações S.A.	-	91.328	-	-	-	91.328
GTE – Grupo de Tecnologia e Engenharia Ltda.	268	-	6.480	3.420	6.748	3.420
GAR – Gestão e Administração em Rodovias	6.479	-	-	6.479	-	-
NAG – Núcleo de Apoio a Gestão Ltda.	-	3.420	3.420	-	-	-
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	15.420	-	-	-	15.420	-
Bertin Energia S.A.	152.722	-	-	-	152.722	-
Tinto Holding Ltda.	3.785	-	-	-	3.785	-
Cibe Saneamento e Participações S.A.	-	144	144	-	-	-
Comapi Agripecuária S.A.	7.013	-	-	-	7.013	-
Usina Naviraí S/ A - Açúcar e Álcool	2.000	-	-	-	2.000	-
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	50	-	11	-	61	-
I.B. Empreendimentos S.A.	23	-	1	-	24	-
	408.386	**94.903**	**10.067**	**10.115**	**408.185**	**94.748**

9. Outras contas a receber

	2016	2015
Empate Construções e Comércio Ltda.	23.225	23.225
Outros	8	4
	23.229	**23.229**
Circulante	2	2
Não circulante	23.231	23.227

O montante de R$ 23.225 refere-se a recebíveis da ex-controladora Empate Construções e Comércio Ltda. (Grupo Equipav) decorrentes da reestruturação societária motivada pela Cisão da Cibe Participações e Empreendimentos S.A. em junho de 2010. A administração da Companhia está em processo de revisão de todas as operações que envolveram divisões de ativos com o grupo Equipav.

10. Investimentos

A composição dos investimentos é apresentada a seguir:

	2016	2015
Adiantamento para futuro aumento de capital	43.662	43.662
	43.662	**43.662**

Composição da provisão para perda de investimentos é composta a seguir:

	2016	2015
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	283.403	163.246
Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	7.731	7.639
	291.134	**170.885**

Sendo a movimentação:

	Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	Meredional STR - Serviços Técnicos em Rodovias Ltda.	Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	Total
Número de mil ações/ quotas do capital social	5.813	1	135.136	
Quantidade de ações/ quotas possuídas	2.906	1	35.135	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015	(15.277)	-	(627.868)	
Participação societária	50,00%	0%	26%	
Saldos líquidos em 01 de janeiro de 2015	**(7.535)**	**30.898**	**(60.145)**	**(36.782)**
Resultado da equivalência patrimonial	(103)	(12)	(103.113)	(103.228)
Baixa de investimentos	-	(30.886)	-	(30.886)
Equivalência sobre ganhos/ perdas abrangentes de controladoras	-	-	(12)	(12)
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2015	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldos de perdas investimentos em 31 de dezembro de 2015	**(7.638)**	**-**	**(163.246)**	**(170.884)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2015	**(7.638)**	**-**	**(163.246)**	**(170.884)**

	Scafati Empreendimentos e Participações Ltda.	Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	Total
Número de mil ações/ quotas do capital social	5.813	135.136	
Quantidade de ações/ quotas possuídas	2.906	35.135	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016	(15.462)	(1.090.011)	
Participação societária	50,00%	26%	
Saldos líquidos em 01 de janeiro de 2016	**(7.638)**	**(163.246)**	**(170.884)**
Equivalência sobre ganhos/ perdas abrangentes de controladoras	(93)	(120.157)	(120.250)
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2016	**-**	**-**	**-**
Saldos de perdas investimentos em 31 de dezembro de 2016	**(7.731)**	**(283.403)**	**(291.134)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2016	**(7.731)**	**(283.403)**	**(291.134)**

11. Obrigações fiscais

	2016	2015
CSSL a recolher	998	998
IRRF a recolher	775	775
	1.773	**1.773**

12. Adiantamento para futuro amento de capital

Em 29 de janeiro de 2015, a controladora Cibe Participações S.A. realizou adiantamento para fins de aumento de capital, no valor de R$ 43.662 mil.

13. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016, no montante de R$ 408.139 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2015), está representado por 364.714.241 (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias, sem valor nominal.

Reserva legal

Calculada ao final de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, visando assegurar a integridade do capital social, limitada a 20% do capital social integralizado.

Dividendos propostos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25%do resultado no período, ajustado na forma da lei.

Outros resultados abrangentes

De acordo como a Lei nº 6.4040/76, o saldo contábil do investimento é dado pela aplicação do percentual de participação do investidor sobre o patrimônio líquido da coligada ou controlada. Qualquer mutação ocorrida nesse patrimônio líquido corresponderá a um ajuste no saldo contábil do investimento, mas somente as mutações provenientes de lucros ou prejuízos apurados pelas coligadas e controlados é que serão reconhecidas no resultado do período, ou seja, aquelas não provenientes de lucro ou prejuízos apurados pela coligada ou controladas que foram registradas no patrimônio líquido serão registradas em conta reflexa de mesma natureza daquela verificada na coligada e controlada.

14. Resultado financeiro líquido

	2016	2015
Despesas financeiras:		
Juros pagos ou incorridos	-	(630)
Comissão e despesas bancárias	-	(9)
Descontos concedidos	-	(27.701)
Resultado financeiro líquido	**-**	**(28.340)**

15. Gerenciamento de risco e instrumento financeiro

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações contábeis foi:

	2016	2015
Outras contas a receber	2	2
Total circulante	**2**	**2**
Partes relacionadas	408.185	408.386
Adiantamento as forncedores	4.327	4.327
Outras contas a receber	23.231	23.227
Total não circulante	**435.743**	**435.940**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possui nenhuma perda por redução no valor recuperável em seus recebíveis que são substancialmente compostos por créditos com partes relacionadas.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	2016	2015
Fornecedores	112	104
Total circulante	**112**	**104**
Partes relacionadas	94.748	94.903
Dividendos propostos	9.749	9.749
Total não circulante	**104.497**	**104.652**

Valor justo e valor contábil

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial se aproximam substancialmente dos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com contrapartes ou no valor presente líquido de seus fluxos de caixa futuros. Os outros valores de instrumentos financeiros estão contabilizados pelo método do custo amortizado. A seguir apresentamos a abertura dessa classificação para os instrumentos financeiros:

	2016	2015
Ativos mensurados pelo valor justo	-	-
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Adiantamento a fornecedores	4.327	4.327
Partes relacionadas	408.185	408.386
Outras contas a receber	23.231	23.227
Passivos mensurados pelo custo amortizado		
Partes relacionadas	94.748	94.903
Dividendos propostos	9.749	9.749

Hierarquia de valor justo

Os ativos avaliados por valor justo são representados somente pelos contratos de mútuos com partes relacionadas. O seu valor justo se equipara substancialmente aos valores contábeis apresentados nos balanços de 31 de dezembro de 2016 e 2015, devido ao fato de estarem avaliados pelo nível 1, ou seja, a preços de mercado.

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S. A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Doreta Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Doreta Empreendimentos e Participações S.A.**. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A controlada indireta Concessionária SPMAR S.A., possui registrado na rubrica "Provisão para manutenção", no passivo circulante e não circulante, os montantes de R$ 3.582 mil e R$ 41.390 mil, respectivamente. A Administração da concessionária SPMAR S.A., com base em seu entendimento, optou por não registrar e atualizar contabilmente a provisão para manutenção devido ao fato de estar em processo de cotações de preços para as referidas obras. Dessa forma, não nos foi possível avaliar a razoabilidade dos valores registrados no passivo circulante, não circulante e resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 da controlada indireta referente aos respectivos valores.

A controlada indireta Concessionária SPMAR S.A., possui registrado na rubrica "Ativos fiscais diferidos", no ativo não circulante, o montante de R$ 269.192 em 31 de dezembro de 2016. Entretanto, não possui histórico de rentabilidade nos últimos anos e não nos forneceu estudo formal de viabilidade que demonstre a provável ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os prejuízos acumulados e utilização dos créditos tributários. Consequentemente, o ativo não circulante e o resultado do exercício estão registrados a maior neste montante nas demonstrações contábeis da controlada indireta em 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Companhia vem apresentando sucessivos e relevantes prejuízos nos últimos exercícios e passivo a descoberto. As ações que estão sendo desenvolvidas pela Administração para a superação das atuais dificuldades estão descritas na Nota Explicativa nº 1. Dessa forma, o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do referido processo de reestruturação. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis do auditor

Consolidação

Conforme Nota Explicativa nº 3.2, as demonstrações contábeis da Contern Construções e Comércio Ltda., controladora indireta da Companhia, está apresentando suas demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Responsabilidade da administração e governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 20 de fevereiro de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF 008320/O-5 - S - SP

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S. A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Não circulante			
Partes relacionadas		36	28
Investimentos	6	60.000	60.000
		60.036	**60.028**
Total do ativo		**60.036**	**60.028**

Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Nota	2016	2015
Não circulante			
Partes relacionadas		81	69
Provisão para perda de investimentos	6	1.089.965	627.827
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	60.000	60.000
		1.150.046	**687.896**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	8		
Capital social		114.396	114.396
Outros resultados abrangentes		(24.477)	(24.477)
Prejuízos acumulados		(1.179.929)	(717.787)
		(1.090.010)	**(627.868)**
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**60.036**	**60.028**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Despesas administrativas		(7)	(3)
Resutado equivalência patrimonial	6	(462.137)	(396.584)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		**(462.144)**	**(396.587)**
Resultado financeiro		2	-
Prejuízo do exercício		**(462.142)**	**(396.587)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(462.142)	(396.587)
Equivalência sobre ganhos/ perdas abrangentes de controladas	-	48
Resultado abrangente do exercício	**(462.142)**	**(396.539)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S. A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2015	**114.396**	**(24.525)**	**(321.200)**	**(231.329)**
Prejuízo do exercício	-	-	(396.587)	(396.587)
Perda pelo aumento de participação societária indireta	-	48	-	48
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**114.396**	**(24.477)**	**(717.787)**	**(627.868)**
Prejuízo do exercício	-	-	(462.142)	(462.142)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**114.396**	**(24.477)**	**(1.179.929)**	**(1.090.010)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(462.142)	(396.587)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Resultado equivalência patrimonial	462.137	396.584
	(5)	**(3)**
Variações nos ativos e passivos		
Fornecedores	-	(1)
Partes relacionadas	5	4
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	-	-
Fluxo de caixa decorrente (aplicado nas) das atividades investimentos	-	**-**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades financeiras	-	**-**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares Reais)

1. Contexto operacional

A Doreta Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma Companhia com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de junho de 2012. Sua principal atividade consiste na participação no capital social de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista, quotista ou similar.

Reestruturação

Administração da Companhia está em processo de reestruturação junto aos controladores, para novos aportes de capital pare reverter os contínuos prejuízos operacionais e a situação de passivo a descoberto.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As presentes Demonstrações contábeis incluem as Demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As presentes Demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Diretores da Companhia em 20 de fevereiro de 2017.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Consolidação

A Companhia optou por não apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, conforme permite a Resolução CFC nº 1.426/13, pois sua controladora direta, Contern Construções e Comércio Ltda., apresentará as demonstrações consolidadas.

4. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas Demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço, e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

4.2. Instrumentos financeiros

a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

4.3. Investimento

Nas Demonstrações contábeis da Companhia as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos são revistos semestralmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

4.5. Novas pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e CPC, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente)

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Entra em vigor em 1º. de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 - "Contratos de Construção", o IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.
A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não deve ter efeito relevante em suas demonstrações contábeis, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

As principais alterações que o IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiros sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018. Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

(iii) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não tem o CPC equivalente emitido)

A nova norma substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis, porém, não espera ter efeitos relevantes.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

Caixa e equivalentes de caixa: os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos.

6. Investimentos

	2016	2015
Provisão para perda de investimentos	(1.089.965)	(627.827)
	(1.089.965)	(627.827)

Em 31 de dezembro de 2016	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	100,00%	(1.089.965)	(462.138)

Em 31 de dezembro de 2015	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	100,00%	(627.827)	(396.584)

	Doreta Empreendimentos e Participações S.A.
Movimentação	
Saldos em 1º de janeiro de 2015 (Provisão perda de investimentos)	(231.291)
Equivalência patrimonial	(396.584
Perda pelo aumento de participação societária indireta	48
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Provisão perda de investimentos)	(627.827)
Equivalência patrimonial	(462.138)
Ganho pelo aumento de participação societária indireta	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Provisão perda de investimentos)	(1.089.965)

7. Adiantamento aumento de capital

Em 29 de janeiro de 2015, a controladora Cibe Investimentos S.A. realizou adiantamento para fins de aumento de capital, no valor de R$ 43.662 mil. Na mesma data, a Kandarpa Empreendimentos e Participações S.A. realizou adiantamento para fins de aumento de capital, no valor de R$ 16.338 mil, totalizando no montante de R$60.000 mil.

8. Patrimônio líquido

Capital autorizado

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016, no montante de R$ 114.396 (mesmo valor em 2015), está representado por 67.568 ações ordinárias e 67.568 ações preferenciais (mesma quantidade em 2015), todas nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos Administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação - São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos Acionistas da
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo -SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Doreta Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Doreta Empreendimentos e Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Ênfase

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção que a Companhia e sua controlada direta Infra Bertin Empreendimentos S.A., vem desenvolvendo esforços para reverter os contínuos prejuízos operacionais e a situação de passivo a descoberto. Essa condição indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e da sua controlada. Entretanto, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Administração da Companhia está em processo de reestruturação junto aos controladores para novos aportes de capital. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos às realizações e classificações dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificações de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Instituição continuar operando.

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos atenção para a controlada direta Infra Bertin Empreendimentos S.A., mantém saldos e transações em montantes significativos com partes relacionadas que não foram pactuadas em condições usuais de mercado. Consequentemente, o resultado de suas operações pode ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas.

Consolidação

Conforme Nota Explicativa nº 3.2, as demonstrações contábeis da Contern Construções e Comercio Ltda. controladora indireta da Companhia está apresentando suas demonstrações contábeis consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 18 de março de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF 008320/O-5 - S - SP

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		-	-
		-	-
			-
Não circulante			
Partes relacionadas		28	24
Investimentos	6	60.000	-
		60.028	**24**
Total do ativo		**60.028**	**24**

Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Nota	2015	2014
Não circulante			
Fornecedores		-	1
		-	**1**
Não circulante			
Partes relacionadas		69	61
Provisão para perda de investimentos	6	627.827	231.291
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	60.000	-
		687.896	**231.352**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	8		
Capital social		114.396	114.396
Outros resultados abrangentes		(24.477)	(24.525)
Prejuízos acumulados		(717.787)	(321.200)
		(627.868)	**(231.329)**
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**60.028**	**24**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

fls. 3765

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Despesas administrativas		(3)	(20)
Resutado equivalência patrimonial	6	(396.584)	(241.610)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		**(396.587)**	**(241.630)**
Prejuízo do exercício		**(396.587)**	**(241.630)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2014	**114.396**	**(22.295)**	**(79.570)**	**12.531**
Prejuízo do exercício	-	-	(241.630)	(241.630)
Perda pelo aumento de participação societária indireta	-	(2.230)	-	(2.230)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**114.396**	**(24.525)**	**(321.200)**	**(231.329)**
Prejuízo do exercício			(396.587)	(396.587)
Ganho pelo aumento de participação societária indireta		48		48
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**114.396**	**(24.477)**	**(717.787)**	**(627.868)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

fls. 3767

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(396.587)	(241.630)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Resultado equivalência patrimonial	396.584	241.610
	(3)	**(20)**
		-
Fornecedores	(1)	1
Partes relacionadas	4	37
Outras contas a pagar	-	(19)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	-	(1)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
	-	-
Fluxo de caixa decorrente (aplicado nas) das atividades investimentos	-	**-**
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
	-	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	-	(1)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-** 1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2015	2014
Prejuízo do exercício	(396.587)	(241.630)
Equivalência sobre ganhos/perdas abrangentes de controladas	48	(2.230)
Resultado abrangente do exercício	**(396.539)**	**(243.860)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares Reais)

1. Contexto operacional

A Doreta Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma Companhia com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de junho de 2012. Sua principal atividade consiste na participação no capital social de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista, quotista ou similar.

Reestruturação

Administração da Companhia está em processo de reestruturação junto aos controladores, para novos aportes de capital pare reverter os contínuos prejuízos operacionais e a situação de passivo a descoberto.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As presentes Demonstrações contábeis incluem as Demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As presentes Demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Diretores da Companhia em 18 de março de 2016.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Consolidação

A Companhia optou por não apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, conforme permite a Resolução CFC nº 1.426/13, pois sua controladora direta Contern Construções e Comércio Ltda., apresentará as demonstrações consolidadas.

4. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas Demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço, e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

4.2. Instrumentos financeiros

a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

4.3. Investimento

Nas Demonstrações contábeis da Companhia as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos são revistos semestralmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

4.5. Novos normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IAS 12 – Income taxes – (alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro)

O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 – Income taxes (CPC 32 – Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1° de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)
- Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização);
- de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas;
- Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28);
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

Caixa e equivalentes de caixa: os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos.

6. Investimentos

	2015	2014
Adiantamento para aquisição e investimentos	60.000	-
Provisão para perda de investimentos	(627.827)	(231.291)
	(567.827)	(231.291)

Em 31 de dezembro de 2015	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	100,00%	(627.827)	(396.584)

Em 31 de dezembro de 2014	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	100,00%	(231.291)	(241.610)

	Infra Bertin Empreendimentos S.A.
Movimentação	
Saldos em 1º de janeiro de 2014 (Investimento)	12.549
Equivalência patrimonial	(241.610)
Perda pelo aumento de participação societária indireta	(2.230)
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Provisão perda de investimentos)	(231.291)
Equivalência patrimonial	(396.584)
Ganho pelo aumento de participação societária indireta	48
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Provisão perda de investimentos)	(627.827)

7. Adiantamento aumento de capital

Em 29 de janeiro de 2015, a controladora Cibe Investimentos S.A. realizou adiantamento para fins de aumento de capital, no valor de R$ 43.662 mil.

Na mesma data, a Kandarpa Empreendimentos e Participações S.A. realizou adiantamento para fins de aumento de capital, no valor de R$ 16.338 mil.

8. Patrimônio líquido

Capital autorizado

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015, no montante de R$ 114.396 (mesmo valor em 2014), está representado por 67.568 ações ordinárias e 67.568 ações preferenciais (mesma quantidade em 2014), todas nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos Administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação - São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Infra Bertin Empreendimentos S.A..
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Infra Bertin Empreendimentos S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Infra Bertin Empreendimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A controlada direta Concessionária SPMAR S.A., possui registrado na rubrica "Provisão para manutenção", no passivo circulante e não circulante, os montantes de R$ 3.582 mil e R$ 41.390 mil, respectivamente. A Administração da concessionária SPMAR S.A., com base em seu entendimento, optou por não registrar e atualizar contabilmente a provisão para manutenção devido ao fato de estar em processo de cotações de preços para as referidas obras. Dessa forma, não nos foi possível avaliar a razoabilidade dos valores registrados no passivo circulante, não circulante e resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 da controlada referente aos respectivos valores.

A controlada direta Concessionária SPMAR S.A., possui registrado na rubrica "Ativos fiscais diferidos", no ativo não circulante, o montante de R$ 269.192 em 31 de dezembro de 2016. Entretanto, não possui histórico de rentabilidade nos últimos anos e não nos forneceu estudo formal de viabilidade que demonstre a provável ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os prejuízos acumulados e utilização dos créditos tributários. Consequentemente, o ativo não circulante e o resultado do exercício estão registrados a maior neste montante nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Companhia vem apresentando sucessivos e relevantes prejuízos nos últimos exercícios, aumentando o grau de endividamento e passivo a descoberto. As ações que estão sendo desenvolvidas pela Administração para a superação das atuais dificuldades estão descritas na Nota Explicativa nº 1. Dessa forma, o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do referido processo de reestruturação. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Empresa continuar operando.

Ênfase

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos atenção para na Nota Explicativa nº 7, a Companhia mantém saldos e transações em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, o resultado de suas operações pode ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis do auditor

Consolidação

Conforme Nota Explicativa nº 3.2, as demonstrações contábeis da Contern Construções e Comércio Ltda., controladora indireta da Companhia, está apresentando suas demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Responsabilidade da administração e governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 20 de fevereiro de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF 008320/O-5 - S - SP

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Não circulante			
Partes relacioandas	7	1.500	1.500
Investimentos	5	948.459	1.142.400
		949.959	**1.143.900**
Total do ativo		**949.959**	**1.143.900**

Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Nota	2016	2015
Não circulante			
Debêntures	6	1.928.988	1.660.799
Partes relacionadas	7	50.936	50.928
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	60.000	60.000
		2.039.924	**1.771.727**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	9		
Capital social		114.396	114.396
Outros resultados abrangentes		(24.478)	(24.478)
Prejuízos acumulados		(1.179.883)	(717.745)
		(1.089.965)	**(627.827)**
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**949.959**	**1.143.900**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

fls. 3782

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Despesas gerais e administrativas		(7)	(4)
Resutado equivalência patrimonial	5	(193.941)	(178.995)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		**(193.948)**	**(178.999)**
Resultado financeiro	10	(268.190)	(217.585)
Prejuízo do exercício		**(462.138)**	**(396.584)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(462.138)	(396.584)
Perda pelo aumento de participação societária	-	48
Resultado abrangente do exercício	**(462.138)**	**(396.536)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2015	**114.396**	**(24.526)**	**(321.161)**	**(231.291)**
Prejuízo do exercício	-	-	(396.584)	(396.584)
Perda pelo aumento de participação societária	-	48	-	48
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**114.396**	**(24.478)**	**(717.745)**	**(627.827)**
Prejuízo do exercício	-	-	(462.138)	(462.138)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**114.396**	**(24.478)**	**(1.179.883)**	**(1.089.965)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

fls. 3785

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(462.138)	(396.584)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Encargos debêntures	268.189	217.585
Resultado equivalência patrimonial	193.941	178.995
	(8)	**(4)**
Variações nos ativos e passivos		
Partes relacionadas	8	(1.496)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	**-**	**(1.500)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos		(58.500)
Fluxo de caixa decorrente/(aplicado nas) das atividades investimentos	**-**	**(58.500)**
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	60.000
Fluxo de caixa aplicado nas atividades financeiras	**-**	**60.000**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares Reais)

1. Contexto operacional

A Infra Bertin Empreendimentos S.A. é uma Companhia com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de junho de 2012. Sua principal atividade consiste na participação no capital social de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista, quotista ou similar.

Reestruturação

Administração da Companhia está em processo de reestruturação junto aos controladores, para novos aportes de capital pare reverter os contínuos prejuízos operacionais e a situação de passivo a descoberto.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis incluem as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Diretores da Companhia em 20 de fevereiro de 2017.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Instrumentos financeiros

a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo a por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

3.2. Consolidação

A Companhia optou por não apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, conforme permite a Resolução CFC nº 1.426/13, pois sua controladora indireta Contern Construções e Comercio Ltda. apresentará as demonstrações consolidadas.

3.3. Investimento

Nas demonstrações contábeis da Companhia as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos são revistos semestralmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

3.5. Novas pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e CPC, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente)

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Entra em vigor em 1º. de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 - "Contratos de Construção", o

IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.
A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não deve ter efeito relevante em suas demonstrações contábeis, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.
As principais alterações que o IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiros sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.
Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

(iii) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não tem o CPC equivalente emitido)

A nova norma substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis, porém, não espera ter efeitos relevantes.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo:

i) **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

5. Investimentos

	2016	2015
Adiantamento para aquisição e investimentos	71.288	71.288
Investimento em empresa controlada	877.171	1.071.112
	948.459	**1.142.400**

Em 31 de dezembro de 2016	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Concessionária SPMAR S.A.	96,84%	900.024	(200.270)

Em 31 de dezembro de 2015	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Concessionária SPMAR S.A.	96,84%	1.100.294	(184.831)

	Concessionária SPMAR
Movimentação	
Saldos em 1º de janeiro de 2015 (Investimento)	1.221.559
Adição	28.500
Ganho pelo aumento de participação societária	48
Equivalência patrimonial	(178.995)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Investimento)	**1.071.112**
Equivalência patrimonial	(193.941)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Investimento)	**877.171**

6. Debêntures

	2016	2015
Debêntures privadas	1.928.988	1.660.799
	1.928.988	**1.660.799**

	01/01/2015	Emissão	Juros incorridos	31/12/2014
Debêntures privadas	1.443.214	-	217.585	1.660.799
	1.443.214	**-**	**217.585**	**1.660.799**

	31/12/2015	Emissão	Juros incorridos	31/12/2016
Debêntures privadas	1.660.799	-	268.189	1.928.988
	1.660.799	**-**	**268.189**	**1.928.988**

A Companhia realizou a emissão da primeira série de debêntures simples em 29 de junho de 2012. A quantidade emitida foi de 25 debêntures, ao valor nominal unitário de R$ 24.800 cada uma, totalizando R$ 620.000.

A segunda série de debêntures simples em 01 de março de 2013. A quantidade emitida foi de 10 debêntures, ao valor unitário corrigido (Índice IPCA) de R$ 26.687 cada uma, totalizando R$ 266.872.

Uma parte da terceira série de debêntures simples em 11 de outubro de 2013. A quantidade emitida foi de 04 debêntures, ao valor unitário corrigido (Índice IPCA) de R$ 27.500 cada uma, totalizando R$ 110.000.

Uma parte da terceira (uma Debênture) e uma parte da quarta (04 Debêntures) série de debêntures simples em 05 de março de 2014. A quantidade emitida foi de 05 debêntures, ao valor unitário corrigido (Índice IPCA) de R$ 28.498 cada uma, totalizando R$ 142.490.

A quarta série de debêntures simples em 29 de agosto de 2014. A quantidade emitida foi de 1 debênture, ao valor unitário corrigido (Índice IPCA) de R$ 22.163 cada uma, totalizando R$ 22.163.

Portanto a emissão compreende 4 séries. A primeira série constituida de 25 debêntures, a segunda série de 10 debêntures, e a terceira e quarta séries de 5 debêntures cada.

Os recursos captados foram destinados para investimentos na área de concessões de serviços públicos.

As debêntures negociadas pela Companhia são de espécies quirografárias e são conversíveis em ações com garantia adicional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O vencimento ocorrerá em 31 de julho de 2028, a atualização dos juros é de 100% CDI mais 2,8% a.a. (de 29 de junho a 20 de outubro de 2012), 3,0% a.a. (de 21 de outubro de 2012 a 23 de abril de 2013), e 3,2% a.a. (de 24 de abril de 2013 até o vencimento previsto).

Aos 20 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, foi realizada uma ATA da Assembleia Geral de Debenturistas onde houve um aditamento da renumeração das Debêntures, no qual alterou-se o disposto na cláusula 3.9 da Escritura que passou a vigorar a seguinte redação:

- Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso incidirão juros remuneratórios correspondentes a 10,1920% ao ano, calculado a partir de 01 de Fevereiro de 2014 (inclusive) até 31 de Julho de 2014 (inclusive) ("Período de Equalização"), calculado em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por dias úteis.
- Após o Período de Equalização descrito na cláusula anterior, as Debêntures farão jus ao pagamento de Juros Remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias das taxas DI - Depósitos interfinanceiros de uma dia, over extra-grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ano base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br), acrescida de spreed (sobretaxa) de ("Juros Remuneratórios") de 1,6448% ao ano base de 252 dias úteis calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis corridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, desde 01 de Agosto de 2014 (inclusive) até o Vencimento.

Em 30 de setembro de 2016 houve uma RE-Ratificação da ATA da Assembleia Geral de Debenturista realizada em 20 de Fevereiro de 2014 onde a taxa de juros foi repactuada para CDI (100%) + (mais) 2,64% ao ano.

Termos de garantias sobre as debêntures

- Alienação fiduciária do total das ações do capital social da emissora, detidas pelos acionistas controladores, bem como de dividendos e juros sobre capital próprio e quaisquer outros rendimentos decorrentes de tais ações, direitos ou bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações relativos ao capital social da emissora.

Obrigações da emissora

i) Não outorgar ou autorizar que a empresa controlada Concessionária SPMAR S.A. outorgue qualquer tipo de financiamento, seja a partes relacionadas, seja a terceiros e/ou garantir qualquer financiamento do tipo, exceto se previamente aprovado pelo credor e para adiantamento a fornecedores, o que deverá ser entendido como financiamento;
ii) Entrar em operações com partes relacionadas, com exceção de:

a) Injeção de capital necessária ao financiamento da construção do Trecho Leste, cuja construção foi outorgada à Concessionária SPMAR S.A.;
b) Operações não superiores a R$ 10.000. por ano.

O contrato das debêntures não possui a obrigatoriedade de *covenants* ou índices financeiros.

7. Partes relacionadas

Transações e saldos

	2016		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldos			
Não circulantes			
Toniolo, Busnello S.A.	1.500	-	-
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.	-	2	-
Contern Construções e Comércio Ltda.	-	50.420	-
Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.	-	455	-
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	-	35	-
Cibe Investimentos e Participações	-	24	-
	1.500	**50.936**	**-**

	2015		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldos			
Não circulantes			
Toniolo, Busnello S.A.	1.500	-	-
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.	-	2	-
Contern Construções e Comércio Ltda.	-	50.420	-
Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.	-	455	-
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	-	27	-
Cibe Investimentos e Participações	-	24	-
	1.500	**50.928**	**-**

8. Adiantamento para aumento de capital

Em 29 de janeiro de 2015, a controladora Doreta Empreendimentos e Participações S.A. realizou adiantamento para fins de aumento de capital, no valor de R$ 60.000.

9. Patrimônio líquido

Capital autorizado

O capital social da Companhia, no montante de R$ 114.396, (mesmo valor em 2015) está representado por 67.568 ações ordinárias e 67.568 ações preferenciais, (mesmas quantidades em 2015) todas nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos Administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

10. Resultado financeiro

	2016	2015
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(1)	-
Juros sobre debêntures	(268.189)	(217585)
	(268.190)	**(217.585)**
Resultado financeiro líquido	**(268.190)**	**(217.585)**

11. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente a Administração sobre suas atividades.

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrar a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes da Nota Explicativa nº 6.

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	Até 12 meses	1-11 anos
Passivos financeiros não derivativos			
Debêntures	1.928.988	-	1.928.988
	1.928.988	**-**	**1.928.988**

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	Até 12 meses	1-11 anos
Passivos financeiros não derivativos			
Debêntures	1.660.799	-	1.660.799
	1.660.799	**-**	**1.660.799**

As operações da Companhia estão expostas a taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não existindo operações derivativas no intuito de proteção para estas taxas de juros. Devido à principal taxa adotada não oscilar relevantemente, o risco das oscilações de mercado não é significativo.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31/12/2016	31/12/2015
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Debêntures	1.928.988	1.660.799

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscando eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

As debêntures estão classificadas como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas prefixadas.

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação - São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Acionistas da
Infra Bertin Empreendimentos S.A.
São Paulo -SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Infra Bertin Empreendimentos S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Infra Bertin Empreendimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Ênfase

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção que a Companhia vem desenvolvendo esforços para reverter os contínuos prejuízos operacionais e a situação de passivo a descoberto. Essa condição indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Entretanto, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Administração da Companhia está em processo de reestruturação junto aos controladores para novos aportes de capital. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos às realizações e classificações dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificações de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Instituição continuar operando.

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos atenção para na Nota Explicativa nº 8, onde demonstra que a Companhia mantém saldos e transações em montantes significativos com partes relacionadas que não foram pactuadas em condições usuais de mercado. Consequentemente, o resultado de suas operações pode ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas.

Consolidação

Conforme Nota Explicativa nº 3.2, as demonstrações contábeis da Contern Construções e Comercio Ltda., controladora indireta da Companhia está apresentando suas demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 18 de março de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF 008320/O-5 - S - SP

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014
Não circulante			
Partes relacioandas	8	1.500	-
Investimentos	5	1.142.400	1.262.847
		1.143.900	**1.262.847**
Total do ativo		**1.143.900**	**1.262.847**

Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Nota	2015	2014
Não circulante			
Debêntures	6	1.660.799	1.443.214
Partes relacionadas	8	50.928	50.924
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	60.000	-
		1.771.727	**1.494.138**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	10		
Capital social		114.396	114.396
Outros resultados abrangentes		(24.478)	(24.526)
Prejuízos acumulados		(717.745)	(321.161)
		(627.827)	**(231.291)**
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**1.143.900**	**1.262.847**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

fls. 3802

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Despesas gerais e administrativas		(4)	(26)
Resutado equivalência patrimonial	5	(178.995)	(90.485)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		**(178.999)**	**(90.511)**
Resultado financeiro	11	(217.585)	(151.099)
Prejuízo do exercício		**(396.584)**	**(241.610)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Prejuízo do exercício	(396.584)	(241.610)
Perda pelo aumento de participação societária	48	(2.230)
Resultado abrangente do exercício	**(396.536)**	**(243.840)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2014	**114.396**	**(22.296)**	**(79.551)**	**12.549**
Prejuízo do exercício	-	-	(241.610)	(241.610)
Perda pelo aumento de participação societária	-	(2.230)	-	(2.230)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**114.396**	**(24.526)**	**(321.161)**	**(231.291)**
Prejuízo do exercício	-	-	(396.584)	(396.584)
Perda pelo aumento de participação societária	-	48	-	48
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**114.396**	**(24.478)**	**(717.745)**	**(627.827)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

fls. 3805

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(396.584)	(241.610)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Encargos debêntures	217.585	146.328
Encargos empréstimos	-	4.515
Resultado equivalência patrimonial	178.995	90.485
	(4)	**(282)**
Variações nos ativos e passivos		
Partes relacionadas	(1.496)	483
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	**(1.500)**	**201**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos	(58.500)	(29.359)
Fluxo de caixa decorrente (aplicado nas) das atividades investimentos	**(58.500)**	**(29.359)**
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Adiantamento para futuro aumento de capital	60.000	-
Captação de debêntures	-	164.653
Captação de empréstimos	-	21.000
Pagamento de juros e principal empréstimos	-	(156.495)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades financeiras	**60.000**	**29.158**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares Reais)

1. Contexto operacional

A Infra Bertin Empreendimentos S.A. é uma Companhia com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de junho de 2012. Sua principal atividade consiste na participação no capital social de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista, quotista ou similar.

Reestruturação

Administração da Companhia está em processo de reestruturação junto aos controladores, para novos aportes de capital pare reverter os contínuos prejuízos operacionais e a situação de passivo a descoberto.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis incluem as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Diretores da Companhia em 18 de março de 2016.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Instrumentos financeiros

a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

3.2. Consolidação

A Companhia optou por não apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, conforme permite a Resolução CFC nº 1.426/13, pois sua controladora indireta Contern Construções e Comercio Ltda. apresentará as demonstrações consolidadas.

3.3. Investimento

Nas demonstrações contábeis da Companhia as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos são revistos semestralmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

3.5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IAS 12 - Income taxes - (alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro)

O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 – Income taxes (CPC 32 – Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1° de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)
- Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização);
- de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas;
- Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28);

- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo:

i) **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

5. Investimentos

	2015	2014
Adiantamento para aquisição e investimentos	71.288	41.288
Investimento em empresa controlada	1.071.112	1.221.559
	1.142.400	**1.262.847**

Em 31 de dezembro de 2015	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Concessionária SPMAR S.A.	96,84%	1.100.294	(184.831)

Em 31 de dezembro de 2014	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Concessionária SPMAR S.A.	96,88%	1.255.125	(94.525)

	Concessionária SPMAR
Movimentação	
Saldos em 1º de janeiro de 2014 (Investimento)	781.838
Adição	532.436
Perda pelo aumento de participação societária	(2.230)
Equivalência patrimonial	(90.485)
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Investimento)	**1.221.559**
Adição	28.500
Ganho pelo aumento de participação societária	48
Equivalência patrimonial	(178.995)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Investimento)	**1.071.112**

6. Debêntures

	2015	2014
Debêntures privadas	1.600.799	1.443.214
	1.600.799	**1.443.214**

	01/01/2014	Emissão	Juros incorridos	31/12/2014
Debêntures privadas	1.132.233	164.653	146.328	1.443.214
	1.132.233	**164.653**	**146.328**	**1.443.214**

	31/12/2014	Emissão	Juros incorridos	31/12/2015
Debêntures privadas	1.443.214	-	217.585	1.600.799
	1.443.214	**-**	**217.585**	**1.600.799**

A Companhia realizou a emissão da primeira série de debêntures simples em 29 de junho de 2012. A quantidade emitida foi de 25 debêntures, ao valor nominal unitário de R$ 24.800 cada uma, totalizando R$ 620.000.
A segunda série de debêntures simples em 01 de março de 2013. A quantidade emitida foi de 10 debêntures, ao valor unitário corrigido (Índice IPCA) de R$ 26.687 cada uma, totalizando R$ 266.872.

Uma parte da terceira série de debêntures simples em 11 de outubro de 2013. A quantidade emitida foi de 04 debêntures, ao valor unitário corrigido (Índice IPCA) de R$ 27.500 cada uma, totalizando R$ 110.000.

Uma parte da terceira (01 Debênture) e uma parte da quarta (04 Debêntures) série de debêntures simples em 05 de março de 2014. A quantidade emitida foi de 05 debêntures, ao valor unitário corrigido (Índice IPCA) de R$ 28.498 cada uma, totalizando R$ 142.490.

A quarta série de debêntures simples em 29 de agosto de 2014. A quantidade emitida foi de 1 debênture, ao valor unitário corrigido (Índice IPCA) de R$ 22.163 cada uma, totalizando R$ 22.163.

Portanto a emissão compreende 4 séries. A primeira série constituida de 25 debêntures, a segunda série de 10 debêntures, e a terceira e quarta séries de 5 debêntures cada.

Os recursos captados foram destinados para investimentos na área de concessões de serviços públicos.

As debêntures negociadas pela Companhia são de espécies quirografárias e são conversíveis em ações com garantia adicional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O vencimento ocorrerá em 31 de julho de 2028, a atualização dos juros é de 100% CDI mais 2,8% a.a. (de 29 de junho a 20 de outubro de 2012), 3,0% a.a. (de 21 de outubro de 2012 a 23 de abril de 2013), e 3,2% a.a. (de 24 de abril de 2013 até o vencimento previsto).

Aos 20 dias do mês de Fevereiro do ano de 2014, foi realizada uma ATA da Assembleia Geral de Debenturistas onde houve um aditamento da renumeração das Debêntures, no qual alterou-se o disposto na cláusula 3.9 da Escritura que passou a vigorar a seguinte redação:

- Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso incidirão juros remuneratórios correspondentes a 10,1920% ao ano, calculado a partir de 01 de Fevereiro de 2014 (inclusive) até 31 de Julho de 2014 (inclusive) ("Período de Equalização"), calculado em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por dias úteis.
- Após o Período de Equalização descrito na cláusula anterior, as Debêntures farão jus ao pagamento de Juros Remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias das taxas DI – Depósitos interfinanceiros de uma dia, over extra-grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ano base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br), acrescida de spreed (sobretaxa) de ("Juros Remuneratórios") de 1,6448% ao ano base de 252 dias úteis calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis corridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, desde 01 de Agosto de 2014 (inclusive) até o Vencimento.

Termos de garantias sobre as debêntures

- Alienação fiduciária do total das ações do capital social da emissora, detidas pelos acionistas controladores, bem como de dividendos e juros sobre capital próprio e quaisquer outros rendimentos decorrentes de tais ações, direitos ou bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações relativos ao capital social da emissora.

Obrigações da emissora

i) Não outorgar ou autorizar que a empresa controlada Concessionária SPMAR S.A. outorgue qualquer tipo de financiamento, seja a partes relacionadas, seja a terceiros e/ou garantir qualquer financiamento do tipo, exceto se previamente aprovado pelo credor e para adiantamento a fornecedores, o que deverá ser entendido como financiamento;

ii) Entrar em operações com partes relacionadas, com exceção de:

a) Injeção de capital necessária ao financiamento da construção do Trecho Leste, cuja construção foi outorgada à Concessionária SPMAR S.A.;
b) Operações não superiores a R$ 10.000. por ano.

O contrato das debêntures não possui a obrigatoriedade de *covenants* ou índices financeiros.

7. Partes relacionadas

Transações e saldos

	2015		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldos			
Não circulantes			
Toniolo, Busnello S.A.	1.500	-	-
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.	-	2	-
Contern Construções e Comércio Ltda.	-	50.420	-
Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.	-	455	-
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	-	27	-
Cibe Investimentos e Participações	-	24	-
	1.500-	**50.928**	**-**

	2014		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldos			
Não circulantes			
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.	-	3	-
Contern Construções e Comércio Ltda.	-	50.420	-
Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.	-	455	-
Doreta Empreendimentos e Participações S.A.	-	23	-
Cibe Investimentos e Participações	-	23	-
	-	**50.924**	**-**

8. Adiantamento para aumento de capital

Em 29 de janeiro de 2015, a controladora Doreta Empreendimentos e Participações S.A. realizou adiantamento para fins de aumento de capital, no valor de R$ 60.000.

9. Patrimônio líquido

Capital autorizado

O capital social da Companhia, no montante de R$ 114.396, (mesmo valor em 2014) está representado por 67.568 ações ordinárias e 67.568 ações preferenciais, (mesmas quantidades em 2014) todas nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos Administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

10. Resultado financeiro

	2015	2014
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	-	-
	-	-
Despesas financeiras		
IOF	-	(223)
Despesas bancárias	-	(33)
Juros sobre financiamentos	-	(4.515)
Juros sobre debêntures	(217.585)	(146.328)
	(217.585)	**(151.099)**
Resultado financeiro líquido	**(217.585)**	**(151.099)**

Anexo F – Papéis de trabalho de confronto entre demonstrativos: Divergências entre demonstrações contábeis apresentadas na petição inicial, demonstrações contábeis auditadas, e versão digital encaminhada

ADI

$BRL em milhares	Petição inicial Vs Demonstrações auditadas				Petição inicial Vs Excel recebido			
Grupo de contas	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	8.300	n/ a	n/ a	n/ a	(885)	(11.920)	(11.920)	(11.922)
Ativo não circulante	9.958	n/ a	n/ a	n/ a	(17.372)	(129.641)	(118.334)	(118.334)
Passivo circulante	(4.179)	n/ a	n/ a	n/ a	4.179	80.223	80.223	80.248
Passivo não circulante	(14.079)	n/ a	n/ a	n/ a	14.079	59.657	59.657	59.657
Patrimônio líquido	(0)	n/ a	n/ a	n/ a	0	1.680	(9.627)	(9.649)
Resultado líquido	0	n/ a	n/ a	n/ a	(0)	(22.415)	(11.307)	(23)

Bertin

$BRL em milhares	Petição inicial Vs Demonstrações auditadas				Petição inicial Vs Excel recebido			
Grupo de contas	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	n/ a	n/ a	n/ a	n/ a	(1.262.848)	(0)	(0)	(0)
Ativo não circulante	0	(0)	(0)	n/ a	1.262.847	0	0	(800.655)
Passivo circulante	(50.924)	(50.928)	(50.936)	n/ a	50.924	50.928	50.936	50.938
Passivo não circulante	50.924	50.928	50.936	n/ a	(50.924)	(50.928)	(50.936)	2.124.495
Patrimônio líquido	(0)	0	(0)	n/ a	0	(0)	0	(1.374.777)
Resultado líquido	0	0	(1)	n/ a	(0)	(0)	1	(284.813)

CIBE Investimentos

$BRL em milhares	Petição inicial Vs Demonstrações auditadas				Petição inicial Vs Excel recebido			
Grupo de contas	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	16.784	16.783	16.789	n/ a	(16.784)	(16.783)	(16.789)	(18.520)
Ativo não circulante	(17.020)	(16.784)	(16.789)	n/ a	17.020	16.784	16.789	(465.066)
Passivo circulante	(9.469)	(9.560)	(9.414)	n/ a	9.469	9.560	9.414	11.303
Passivo não circulante	9.557	9.562	9.414	n/ a	(9.557)	(9.562)	(9.414)	429.941
Patrimônio líquido	148	(0)	0	n/ a	(148)	0	(0)	42.341
Resultado líquido	147	(0)	0	n/ a	(147)	0	(0)	(59)

CIBE Participacoes

$BRL em milhares	Petição inicial Vs Demonstrações auditadas				Petição inicial Vs Excel recebido			
Grupo de contas	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	264	264	192	n/ a	(4)	(4)	(4)	(40)
Ativo não circulante	(262)	(262)	(191)	n/ a	2	2	3	(1.509.062)
Passivo circulante	(1)	(0)	0	n/ a	1	0	(0)	2.988
Passivo não circulante	(12.456)	(12.456)	(12.456)	n/ a	(0)	1	0	481.271
Patrimônio líquido	12.455	12.455	12.455	n/ a	1	1	1	1.024.843
Resultado líquido	1	1	(0)	n/ a	(1)	(1)	0	(374)

Comapi

$BRL em milhares	Petição inicial Vs Demonstrações auditadas				Petição inicial Vs Excel recebido			
Grupo de contas	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	n/ a	n/ a	n/ a	n/ a	(193.183)	(153.105)	(191.532)	(191.452)
Ativo não circulante	n/ a	n/ a	n/ a	n/ a	(2.134.872)	(1.929.368)	(1.425.988)	(1.410.554)
Passivo circulante	n/ a	n/ a	n/ a	n/ a	700.706	667.538	686.346	672.436
Passivo não circulante	n/ a	n/ a	n/ a	n/ a	139.645	55.065	71.822	75.340
Patrimônio líquido	n/ a	n/ a	n/ a	n/ a	1.487.705	1.359.870	859.352	854.230
Resultado líquido	n/ a	n/ a	n/ a	n/ a	(208.915)	(127.835)	(500.518)	(5.122)

Compacto

$BRL em milhares	Petição inicial Vs Demonstrações auditadas				Petição inicial Vs Excel recebido			
Grupo de contas	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	(1)	(1)	n/ a	n/ a	1	1	(33)	(33)
Ativo não circulante	(1)	0	n/ a	n/ a	1	(0)	(527.639)	(527.639)
Passivo circulante	(971)	(972)	n/ a	n/ a	971	972	95.551	105.563
Passivo não circulante	972	971	n/ a	n/ a	(972)	(971)	469.574	469.574
Patrimônio líquido	1	1	n/ a	n/ a	(1)	(1)	(37.453)	(47.465)
Resultado líquido	(55.169)	(0)	n/ a	n/ a	55.169	0	(29.559)	(10.012)

Contern

$BRL em milhares	Petição inicial Vs Demonstrações auditadas				Petição inicial Vs Excel recebido			
Grupo de contas	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	507.732	457.457	n/ a	n/ a	(455.183)	(458.412)	(997.564)	(989.912)
Ativo não circulante	(507.731)	(457.455)	n/ a	n/ a	817.215	766.943	(451.831)	(432.609)
Passivo circulante	6.116	5.356	n/ a	n/ a	(5.625)	(4.864)	554.910	588.535
Passivo não circulante	(6.117)	(5.359)	n/ a	n/ a	21.939	21.181	650.349	647.858
Patrimônio líquido	0	1	n/ a	n/ a	(378.347)	(324.848)	244.136	186.127
Resultado líquido	(0)	1	n/ a	n/ a	(25.887)	53.499	(247.866)	(58.009)

Doreta

$BRL em milhares	Petição inicial Vs Demonstrações auditadas				Petição inicial Vs Excel recebido			
Grupo de contas	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	n/ a	n/ a	n/ a	n/ a	(0)	(0)	(0)	(0)
Ativo não circulante	(0)	(0)	(0)	n/ a	0	0	0	(60.036)
Passivo circulante	n/ a	n/ a	n/ a	n/ a	62	69	81	82
Passivo não circulante	62	69	81	n/ a	(62)	(69)	(81)	1.390.685
Patrimônio líquido	(0)	1	0	n/ a	0	(1)	(0)	(1.330.731)
Resultado líquido	0	1	(1)	n/ a	(0)	(1)	1	(240.721)

Heber

$BRL em milhares	Petição inicial Vs Demonstrações auditadas				Petição inicial Vs Excel recebido			
Grupo de contas	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	213	(29.170)	n/ a	n/ a	69	28.889	(150.297)	(146.895)
Ativo não circulante	(12.381)	9.803	n/ a	n/ a	12.381	(9.803)	(2.832.734)	(2.881.453)
Passivo circulante	(20.079)	(2.532)	n/ a	n/ a	19.798	2.813	266.973	261.019
Passivo não circulante	32.692	21.900	n/ a	n/ a	(32.249)	(21.900)	2.116.784	2.166.034
Patrimônio líquido	(445)	(1)	n/ a	n/ a	1	1	599.274	601.295
Resultado líquido	209.319	3.092	n/ a	n/ a	(209.319)	(3.095)	(146.026)	2.063

SPMAR

$BRL em milhares	Petição inicial Vs Demonstrações auditadas				Petição inicial Vs Excel recebido			
Grupo de contas	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017	Dec-2014	Dec-2015	Dec-2016	Jun-2017
Ativo circulante	352.888	387.607	143.480	n/ a	(0)	0	(1)	(69.018)
Ativo não circulante	(352.887)	(387.607)	(143.479)	n/ a	0	(0)	(0)	(3.881.893)
Passivo circulante	4	1	(0)	n/ a	(4)	(1)	0	762.846
Passivo não circulante	(1)	(1)	(1)	n/ a	1	1	1	2.442.217
Patrimônio líquido	(4)	0	0	n/ a	4	(0)	(0)	745.848
Resultado líquido	(1)	5	(0)	n/ a	1	(5)	0	(154.176)

Anexo G

Estatutos sociais das empresas do Grupo Heber

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA

TRANSFORMADA

HEBER PARTICIPACOES LTDA.

TIPO: SOCIEDADE LIMITADA

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35214116301	29/10/1996	22/08/2017 13:13:51

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
10/10/1996	01.523.814/0001-73	

CAPITAL

R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: AV. BRIG. FARIA LIMA	NÚMERO: 1451	
BAIRRO: JARDIM PAULISTANO	COMPLEMENTO: 5 AND. CJ. 54	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 01469-900	UF: SP

OBJETO SOCIAL

HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JARDIM ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.000,00

JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135, RESIDENTE À RUA DOM PEDRO II, 250, APTO. 11 1 AN, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.000,00

JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 6014905, RESIDENTE À RUA CLEMENTE EVANS

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

HUBBARD, 93, JARDIM AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.000,00

NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 392, APTO. 51 5 AN, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.000,00

REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À RUA 13 DE MAIO, 200, APTO. 114 14A, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.000,00

SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 670, APTO. 111, SAO PAULO - SP, CEP 01455-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.000,00

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 016.260/98-3 SESSÃO: 03/02/1998

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 261.126.000,00 (DUZENTOS E SESSENTA E UM MILHÕES, CENTO E VINTE SEIS MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781 - SP, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 392, APTO. 51 5 AN, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 43.521.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À RUA 13 DE MAIO, 200, APTO. 114 14A, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 43.521.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135 - SP, RESIDENTE À RUA DOM PEDRO II, 250, APTO. 11 1 AN, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 43.521.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JARDIM ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 43.521.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 670, APTO. 111, SAO PAULO - SP, CEP 01455-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 43.521.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 6014905 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENTE EVANS HUBBARD, 93, JARDIM AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, REPRESENTANDO FERNANDO HENRIQUE FRADE BERTIN, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 32.211.000,00.

ADMITIDO CLAUDIA MARIA FRADE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 145.922.388-85, RG/RNE: 186804246 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 3.770.000,00.

ADMITIDO FERNANDO HENRIQUE FRADE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 215.489.758-42, RG/RNE: 256971523 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 3.770.000,00.

ADMITIDO MARIO HENRIQUE FRADE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 174.079.598-97, RG/RNE: 256971511 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 3.770.000,00.

INCLUSÃO DE CNPJ 01.523.814/0001-73

NUM.DOC: 053.159/98-6 SESSÃO: 13/04/1998

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 269.460.000,00 (DUZENTOS E SESSENTA E NOVE MILHÕES, QUATROCENTOS E SESSENTA MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781 - SP, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 392, APTO. 51 5 AN, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 44.910.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À RUA 13 DE MAIO, 200, APTO. 114 14A, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 44.910.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135 - SP, RESIDENTE À RUA DOM PEDRO II, 250, APTO. 11 1 AN, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 44.910.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JARDIM ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 44.910.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 670, APTO. 111, SAO PAULO - SP, CEP 01455-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 44.910.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 6014905 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENTE EVANS HUBBARD, 93, JARDIM AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, REPRESENTANDO FERNANDO HENRIQUE FRADE BERTIN, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 32.905.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLAUDIA MARIA FRADE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 145.922.388-85, RG/RNE: 186804246 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.001.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO HENRIQUE FRADE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 215.489.758-42, RG/RNE: 256971523 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.001.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIO HENRIQUE FRADE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 174.079.598-97, RG/RNE: 256971511 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.001.500,00.

NUM.DOC: 082.606/98-5 SESSÃO: 03/06/1998

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 20/05/1998. A.R.Q. DA EMPRESA "HEBER PARTICIPACOES LTDA" DELIBERACOES: APRECIACAO DA APROVACAO DE INTERVENIENCIA COMO PRESTANTE DE FIANCA EM IPERACAO DE FINANCIAMENTO A SER CONCEDIDO PELO BNDES.

NUM.DOC: 136.862/98-6 SESSÃO: 01/09/1998

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 20/08/1998. DELIBERADA A PRESTACAO DA FIANCA A SER CONCEDIDA JUNTO AO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A, EM FAVOR DA EMPRESA BERMAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

NUM.DOC: 136.863/98-0 SESSÃO: 01/09/1998

ALTERACAO DA REDACAO DO PARAGRAFO 4 DA CLAUSULA 5: FICA PROIBIDO OS SOCIOS GERENTES UTILIZAREM-SE DA FIRMA SOCIAL, EM NEGOCIOS OU DOCUMENTOS DE QUALQUER NATUREZA, ALHEIOS AOS FINS DA EMRRESA, ASSIM COMO AFIANCAR OBRIGACOES DE TERCEIROS, RESSALVADOS OS CASOS EM QUE OS SOCIOS REPRESENTANTES DA MAIORIA DO CAPITAL DETENHAM, TAMBEM, MAIS DE 40% DO CAPITAL DA EMPRESA A SER AVALIZADA.

NUM.DOC: 056.286/99-5 SESSÃO: 16/04/1999

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 13/04/1999. APROVARAM A INTERVENIENCIA DA HEBER PARTICIPACOES LTDA, COMO PRESTANTE DE FIANCA NA OPERACAO DE FINANCIAMENTO A SER CONCEDIDO PELO BNDES.

NUM.DOC: 073.092/99-0 SESSÃO: 17/05/1999

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 13/04/1999. DELIBERACOES: APROVARAM A INTERVENIENCIA DA HEBER PARTICIPACOES LTDA, COMO PRESTANTE DE FIANCA NA OPERACAO DE FINANCIAMENTO, EM TODOS OS SEUS TERMOS E CONDICOES ESPECIALMENTE JUNTO AO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL-BRDES.

NUM.DOC: 085.666/99-3 SESSÃO: 01/06/1999

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 296.980.000,00 (DUZENTOS E NOVENTA E SEIS MILHÕES, NOVECENTOS E OITENTA MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781 - SP, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, AP.121 12.AND, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 51.790.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À RUA 13 DE MAIO, 200, APTO. 114 14A, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 51.790.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 44.910.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JARDIM ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 51.790.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À RUA CANDIDO RODRIGUES, 199, LINS, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 51.790.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 6014905 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENTE EVANS HUBBARD, 93, JARDIM AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, REPRESENTANDO FERNANDO HENRIQUE FRADE BERTIN, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 32.905.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLAUDIA MARIA FRADE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 145.922.388-85, RG/RNE: 186804246 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.001.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO HENRIQUE FRADE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 215.489.758-42, RG/RNE: 256971523 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.001.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIO HENRIQUE FRADE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 174.079.598-97, RG/RNE: 256971511 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.001.500,00.

CONSOLIDACAO CONTRATUAL.

NUM.DOC: 134.024/99-0 SESSÃO: 10/08/1999

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 303.385.200,00 (TREZENTOS E TRÊS MILHÕES, TREZENTOS E OITENTA E CINCO MIL, DUZENTOS REAIS).

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 6014905 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JARDIM AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, REPRESENTANDO FERNANDO HENRIQUE FRARE BERTIN, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 32.905.500,00.(REPRESENTANDO FERNANDO HENRIQUE FRARE BERTIN)

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781 - SP, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, APTO. 121 12A, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 53.391.300,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À RUA 13 DE MAIO, 200, APTO. 114 14A, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 53.391.300,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135 - SP, RESIDENTE À RUA DOM PEDRO II, 250, APTO. 11 1A, LINS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 44.910.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JARDIM ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 53.391.300,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À RUA CANDIDO RODRIGUES, 199, LINS, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 53.391.300,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CLAUDIA MARIA FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 145.922.388-

85, RG/RNE: 186804246 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.001.500,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE FERNANDO HENRIQUE FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 256971523 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.001.500,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE MARIO HENRIQUE FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 174.079.598-97, RG/RNE: 256971511 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.001.500,00.

CONSOLIDACAO CONTRATUAL.

NUM.DOC: 179.943/99-6 SESSÃO: 14/10/1999

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 6014905 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JARDIM AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, REPRESENTANDO FERNANDO HENRIQUE FRARE BERTIN, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 38.559.700,00.(REPRESENTANDO FERNANDO HENRIQUE FRARE BERTIN)

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781 - SP, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, APTO. 121 12A, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 50.564.200,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À RUA 13 DE MAIO, 200, APTO. 114 14A, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 50.564.200,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 561, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 50.564.200,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JARDIM ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 50.564.200,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À RUA CANDIDO RODRIGUES, 199, LINS, SAO PAULO - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 50.564.200,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLAUDIA MARIA FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 145.922.388-85, RG/RNE: 186804246, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.001.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO HENRIQUE FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 256971523 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.001.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIO HENRIQUE FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 174.079.598-97, RG/RNE: 256971511 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.001.500,00.

NUM.DOC: 179.944/99-0 SESSÃO: 14/10/1999

SR. REINALDO BERTIN, BRASILEIRA RG.4406782-SP, CPF. 26995867815, RES. RUA 13 DE MAIO, 200 APTO.114 14 AND. CENTRO LINS-SP E O REPRESENTANTE DA NOVA SOCIA QUOTISTA REIVO PARTICIPACOES LTDA.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 6014905 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JARDIM AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, REPRESENTANDO FERNANDO HENRIQUE FRARE BERTIN, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 38.559.700,00.(REPRESENTANDO FERNANDO HENRIQUE FRARE BERTIN)

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781 - SP, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, APTO. 121 12A, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 50.564.200,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À RUA 13 DE MAIO, 200, APTO. 114 14A, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 50.564.200,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135 -

SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 561, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 50.564.200,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JARDIM ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 50.564.200,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À RUA CANDIDO RODRIGUES, 199, LINS, SAO PAULO - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 50.564.200,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLAUDIA MARIA FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 145.992.388-85 (CPF INCORRETO), RG/RNE: 186804246 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.001.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO HENRIQUE FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 256971523 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.001.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIO HENRIQUE FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 174.079.598-97, RG/RNE: 256971511 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.001.500,00.

ADMITIDO REIVO PARTICIPACOES LTDA , NIRE 35215875655, SITUADA À AV. BRIG. FARIA LIMA, 2012, 8 AND. CJ.81, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 50.564.200,00.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AV. BRIG. FARIA LIMA, 2012, 5 CJ 54 S/1, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900.

CONSOLIDACAO CONTRATUAL

NUM.DOC: 027.978/00-0 SESSÃO: 10/02/2000

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 08/02/2000. AOS OITOS DIAS DO MES DE FEVEREIRO DE 2.000, OS QUOTISTAS DA EMPRESA HEBER PARTICIPACOES LTDA., DECIDIRAM APROVAR A INTERVENIENCIA COMO PRESTANTE DE FIANCA, EM OPERACAO DE FINANCIAMENTO A SER CONCEDIDO PELO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. ŸŸ ŸŸ

NUM.DOC: 140.438/00-2 SESSÃO: 28/07/2000

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 05/07/2000. APROVACAO DE PRESTACAO DE FIANCA JUNTO AO BNDES.

NUM.DOC: 151.098/00-1 SESSÃO: 05/08/2000

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 26/07/2000. APROVAM A RE - RATIFICACAO DA ATA DE REUNIAO DO DIA 25/08/00, EM ANEXO, PARA OBJETO DA DECISAO BNDES/DIR N. 38112000 DE 25/07/00 DATADO EFETIVAMENTE DE 24/07/00

NUM.DOC: 022.932/01-0 SESSÃO: 05/02/2001

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 307.345.200,00 (TREZENTOS E SETE MILHÕES, TREZENTOS E QUARENTA E CINCO MIL, DUZENTOS REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781 - SP, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, APTO. 121 12A, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 51.224.200,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 561, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 51.224.200,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JARDIM ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 51.224.200,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À RUA CANDIDO RODRIGUES, 199, LINS, SAO PAULO - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 51.224.200,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 6014905 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JARDIM AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000 JURACY FRARE BERTIN, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E REPRESENTANTE, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $

38.559.700,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLAUDIA MARIA FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 145.992.388-85 (CPF INCORRETO), RG/RNE: 186804246 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.221.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO HENRIQUE FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 215.489.758-42, RG/RNE: 256971523 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.221.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIO HENRIQUE FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 174.079.598-97, RG/RNE: 256971511 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 4.221.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REIVO PARTICIPACOES LTDA , NIRE 35215875655, SITUADA À AV. BRIG. FARIA LIMA, 2012, 8 AND. CJ.81, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 51.224.200,00.

CITADO REINALDO BERTIN, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, ENDEREÇO NÃO INFORMADO, REPRESENTANDO REIVO PARTICIPACOES LTDA, NA SITUAÇÃO DE GERENTE DELEGADO, ASSINANDO PELA EMPRESA.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 004.684/01-1 SESSÃO: 20/03/2001

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 20/02/2001. APROVACAO DE INTERVENIENCIA COMO PRESTANTE DE FIANCA EM OPERACAO DE LINHA DE CREDITO A SER CONCEDIDA PELO BANCO DO BRASIL S/A. AGENCIA DE GRAND CAYMAN A EMPRESA NORWALK TRADING, INC. 49, DAY STREET, NORWAK, CONNECTICUT, 06842 - USA.

NUM.DOC: 004.748/01-3 SESSÃO: 27/03/2001

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 09/02/2001. DELIBERADO: APROVACAO DE PRESTACAO DE FIANCA JUNTO AO BANCO DO BRASIL S/A.

NUM.DOC: 168.258/01-8 SESSÃO: 15/08/2001

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 27/07/2001. ATA DE REUNIAO DOS SOCIOS QUOTISTAS / ADMINISTRADORES PARA APROVACAO DE PRESTACAO DE FIANCA JUNTO AO BNDES.

NUM.DOC: 165.900/01-5 SESSÃO: 27/09/2001

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 21/09/2001. PARA APROVAR A INTERVENIENCIA COMO PRESTANTE DE FRANCA EM OPERACAO DE FINACIAMENTO A SER CONCEDIDA PELO BNDES A EMPRESA BERTIN LTDA., OBJETO DA DECISAO BNDES/DIR N 393/2001.

NUM.DOC: 000.468/02-2 SESSÃO: 16/01/2002

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 23/11/2001. DELIBERACAO: APRECIACAO DA APROVACAO DA INTERVENIENCIA COMO PRESTANTE DE FIANCA, EM OPERACAO DE LINHA DE CREDITO - BNDES - EXIM PRE-EMBARQUE ESPECIAL, NO VALOR DE US$ 10.000000,00, A SER CONCEDIDA PELO BANCO DO BRASIL S.A., AGENCIA DE LI(SP) A EMPRESA BF PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA., CNPJ. 04109847/0001-60 E FILIAIS.

NUM.DOC: 141.387/02-6 SESSÃO: 11/07/2002

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 167.177/02-3 SESSÃO: 02/08/2002

ORDEM DO DIA:A PRESTACAO PELA SOCIEDADE DE GARANTIA, DENOMINADA "CORPORATE GUARANTY", A GENERAL ELECTRIC CAPITAL CORPORATION, PELO FIEL CUMPRIMENTO DAS OBRIGACOES ASSUMIDAS PELA BERTIN LTDA. NO CONTRATO DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL DE AERONAVE "AIRCRAFT OPERATING LEASE AGREEMENT", FIRMADO ENTRE A BERTIN LTDA. E A GENERAL ELECTRIC CAPITAL CORPORATION, RELATIVA A AERONAVE PREMIER I - MODELO 390 - NUMERO DE SERIE RB-40 DE FABRICACAO DA RAYTHEON AIRCRAFT CO.. DELIBERACOES: FOI APROVADA, A PRESTACAO PELA SOCIEDADE DE GARANTIA, DENOMINADA "CORPORATE GUARANTY", A GENERAL ELECTRIC CAPITAL CORPORATION, PELO FIEL CUMPRIMENTO DAS OBRIGACOES ASSUMIDAS PELA BERTIN LTDA. (SOCIEDADE DA QUAL PARTICIPA COMO QUOTISTA MAJORITARIA) NO CONTRATO DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL DE AERONAVE "AIRCRAFT OPERATING LEASE AGREEMENT", FIRMADO ENTRE A BERTIN LTDA. E A GENERAL ELECTRIC CAPITAL CORPORATION, REFERENTE AO ARRENDAMENTO OPERACIONAL DA AERONAVE PREMIER I - MODELO 390 - NUMERO DE SERIE RB-40 DE FABRICACAO DA RAYTHEON AIRCRAFT CO.. PARA TANTO, FICAM OS REPRESENTANTES LEGAIS E PROCURADORES DA SOCIEDADE DEVIDAMENTE AUTORIZADOS A CELEBRAR EM SEU NOME OS INSTRUMENTOS E DOCUMENTOS NECESSARIOS A FORMALIZACAO DA REFERIDA GARANTIA, BEM COMO A PRATICAR TODOS OS ATOS NECESSARIOS PARA ESSE FIM, INCLUINDO REGISTROS PERANTE QUAISQUER AUTORIDADES.

NUM.DOC: 247.855/02-9 SESSÃO: 21/11/2002

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 13/11/2002. DELIBERAM OS SOCIOS QUOTISTAS APRECIAR A APROVACAO DE INTERVENIENCIA COMO PRESTANTE DE FIANCA SOLIDARIA, EM OPERACAO DE FINANCIMENTO A SER CONCEDIDO PELO BNDES A EMPRESA BERTIN LTDA., OBJETO DA DECISAO DIR N. 751/2002 BNDES DE 11/11/2002.

NUM.DOC: 248.273/02-4 SESSÃO: 23/12/2002

OS QUOTISTAS, APROVARAM A INTERVENIENCIA DA HEBER PARTICIPACOES LTDA., COMO PRESTANTE DA FIANCA SOLIDARIA NA OPERACAO DE FINANCIAMENTO.

NUM.DOC: 071.435/04-9 SESSÃO: 09/02/2004

ATA DE REUNIAO DE QUOTISTAS REALIZADA EM 27/10/2003

NUM.DOC: 190.598/04-9 SESSÃO: 15/04/2004

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: ALTERACAO CONTRATUAL: ALTERANDO DE "SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA" PARA "SOCIEDADE LIMITADA"

NUM.DOC: 228.924/04-2 SESSÃO: 27/05/2004

ATA DE REUNIAO DE SOCIOS PARA APROVACAO DE PRESTACAO DE FIANCA JUNTO AO BNDS.

NUM.DOC: 229.056/04-0 SESSÃO: 03/06/2004

ATA DE REUNIAO PARA APROVACAO DE BALANCO:ORDEM DO DIA:TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E O DE RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE UM DE JANEIRO DE DOIS MIL E TRES A TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TRES.

NUM.DOC: 363.405/04-5 SESSÃO: 20/08/2004

A CELEBRACAO DO "EXPORT PREPAYMENT FINANCE AGREEMENT", ENTRE A BERTIN LTDA, COMO TOMADORA, O RABOBANK CURACAO N.V., COMO CREDOR, E O BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S.A., COMO AGENTE ADMINISTRATIVO, NO VALOR DE US$ 40.000.000,00(QUARENTA MILHOES DE DOLARES NORTE AMARICANOS).

NUM.DOC: 433.409/04-6 SESSÃO: 21/10/2004

REUNIAO COM OBJETIVO DE APROVAR AS OPERACOES DE FINANCIAMENTO A SER CONTRATADO PELA RODOVI-AS DAS COLINAS S/A, JUNTO AO SISTEMA BNDS, BEM COMO A CONSTITUICAO DAS GARANTIAS A SEREM PRESTADAS NAS OPERACOES : OPERACAO DIRETA NOS TERMOS DA DECISAO DE DIRETORIA BNDS DE N733/2004,DE20/09/2004, NOS TERMOS DA DECISAO DE DIRETORIA DO BNDS DE N 734/2004, DE 20/09/2004, NO VALOR DE R$ 94.022.499,00 (NOVENTA E QUATRO MILHOES,VINTE E DOIS MIL,QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS).

NUM.DOC: 444.179/04-5 SESSÃO: 23/11/2004

ORDEM DO DIA APRECIAR APROVACAO DE INTERVENIENCIA DA EMPRESA PARA PRESTAR FIANCA SOLIDARIA EM OPERACAO DE FINANCIAMENTO A SER CONCEDIDO PELO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES A EMPRESA BERTIM LTDA, OBJETO DA DECISAO DIR N& 940/2004 BNDS DE 08/11/2004.

NUM.DOC: 444.321/04-4 SESSÃO: 30/11/2004

ORDEM DO DIA: A CELEBRACAO DO "EX=PORT PREPAYMENT FINANCE AGREEMENT", ENTRE A BERTIN LTDA,, COMO TOMADORA, O BANCO ITAU BBA S.A., NASSAU BRANCH, O STANDAD BANK LONDON LTD. E O BAYERRISCHE HYPO- UND VEREINSBANK AG, COMO CREDORES, O BANCO ITAU BBA S.A., NASSAU BRANCH, COMO AGENTE PAGADOR, E O BANCO ITAU BBA S.A., COMO AGENTE ADMINISTRATIVO, EM VALOR ENTRE US$ 23.000.000,00(VINTE E TRES MILHOES DE DOLARES NORTE AMERICANOS) E US$ 30.000.000,00(TRINTA MILHOES DE DOLARES NORTE AMERICANOS).

NUM.DOC: 444.546/04-2 SESSÃO: 10/12/2004

REUNIRAM COM OBJETIVO DE APROVAR A CELEBRACAO, POR RODOVIAS DAS COLINAS, ADITIVO AOS CONTRA-TOS DE FINANCIAMENTO CELEBRADOS COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL E BNDS, PARA MODIFICACAO DAS DECISOES DE DIRETORIA N733/2004 E 734/2004, ALTERANDO A TAXA DE JUROS PARA 4,5% A.A.(NO CASO DAOPERACAO DIRETA) E 6,8% A.A. (NO CASO DA OPERACAO INDIRETA), SENDO 4% PAGOS PELA CAIXA AO BNDS;FICA RATIFICADA A AUTORIZACAO PARA A DIRETORIA DA SOCIEDADE FIRMAR OS RESPECTIVOS CONTRATOS E TODOS OS DOCUMENTOS NECESSARIOS E CORRESPONDENTES AS MULTICITADAS OPERACOES DE CREDITO.

NUM.DOC: 483.911/04-5 SESSÃO: 29/12/2004

A CONFERENCIA DE MERADORIAS DE PROPRIEDADE DA BERTIN LTDA. E DE TITULOS EM GARATIA AO "EXPORT PREPAYMENT FINANCE AGREEMENT" ("CONTRATO") A SER CELEBRADO ENTRE A BERTIN LTDA., COMO TOMADORA, O BANCO ITAU BBA S.A., NASSAU BRANCH, O STANDARD BANK LONDON LTD. E O BAYERISCHE HYPO - UND VEREINSBANK AG, COMO CREDORES, O BANCO ITAU BBA S.A., NASSAU BRANCH, COMO AGENTE PAGADOR, E O BANCO ITAU BBA S.A., COMO AGENTE ADMINISTRATIVO, EM VALOR DE ATE US$ 23.000.000,00 (VINTE E TRES MILHOES DE DOLARES NORTE

AMERICANOS). fls. 3830

NUM.DOC: 074.289/05-6 SESSÃO: 19/04/2005

APROVAR E RATIFICAR A CELEBRACAO PELA SOCIEDADE DE (A) CONTRATO DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL DE AERONAVE (AIRCRAFT OPERATING LEASE AGREEMENT) DATADO DE 13 DE ABRIL DE 2005 (O "CONTRATO DE ARRENDAMENTO"), ENTRE A BERTIN LTDA (NA QUALIDADE DE ARRENDATARIA),("BERTIN") AVN AIR, LLC (NA QUALIDADE DE ARRENDADORA) ("AVN AIR"), A SOCIEDADE(NA QUALIDADE DE FIADORA) E OUTROS FIADORES LISTADOS EM TAL INSTRUMENTO, RELATIVO AO ARRENDAMENTO PELA BERTIN LTDA DE UMA AERONAVE LEARJET, MODELO 45, NUMERO DE SERIE DO FABRICANTE 2020 E PREFIXO BRASILEIRO PR-ONE, COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS PRINCIPAIS: (I) CUSTO ATIVADO DA ARRENDADORA (CONFORME DEFINIDO NO CONTRATO DE ARRENDAMENTO) NO VALOR DE U$$ 7.300.000.00(SETE MILHOES E TREZENTOS MIL DOLARES), (II) PRAZO DE 10 ANOS, (III) PARCELAS TRIMESTRAIS REAJUSTAVEIS (INCLUSIVE COM BASE NA VARIACAO DA LIBOR-DEPOSITOS EM EURODOLAR DE 3 MESES), E (IV) FIADORES = A SOCIEDADE E NATALINO BERTIN, EDITH DE OLIVEIRA PEREIRA BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, ROSA ADRIANA BRAZ SANTANNA BERTIN, FERNANDO ANTONIO BERTIN, SUELY CRISTINA GRANADO BERTIN, REINALDO BERTIN, MARIA IVONE PRADO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO (COLETIVAMENTE, OS "FIADORES"), E(B) FIANCA (GUARANTY) DATADA DE 13 DE ABRIL DE 2005 (A "FIANCA") EM BENEFICIO DA AVN AIR, EMITIDA PELA SOCIEDADE NA QUALIDADE DE PRINCIPAL DEVEDORA E NAO MERAMENTE COMO FIADORA, COM EXPRESSA RENUNCIA AOS DIREITOS E PREVILEGIOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 821, 827, 834, 835. 836. 837. 838 E 839 DO CODIGO CIVIL BRASILEIROE ARTIGO 595 DO CODIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO, E SOLIDARIAMENTE COM A BERTIN E OS DEMAIS FIADORES, EM CARATER IRREVOGAVEL, COM RELACAO A TODAS AS OBRIGACOES, AVENCAS E PROMESSAS, PRINCIPAIS OU ACESSORIAS, DIRETAS OU INDIRETAS, VENCIDAS OU VINCENDAS, CERTAS OU CONTINGENTES, ASSUMIDAS PELA BERTIN NOS TERMOS DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO.

NUM.DOC: 112.846/05-1 SESSÃO: 29/04/2005

TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E O RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO ECONOMICO DE UM DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO E TRIANTA E UM DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO

NUM.DOC: 216.747/05-3 SESSÃO: 22/08/2005

APROVAR E RATIFICAR A CELEBRACAO PELA SOCIEDADE DE DETERMINADO (A) CONTRATO DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL DE AERONAVE (AIRCRAFT OPERATING LEASE AGREEMENT) DATADO DE 02 DE AGOSTO DE 2005 E SEU RESPECTIVO ADITIVO NO.1 (AMENDMENT NO. 1 TO AIRCRAFT OPERATING LEASE AGREEMENT (COLETIVAMENTE, O "CONTRATO DE ARRENDAMENTO"), ENTRE A SOCIEDADE (NA QUALIDADE DE ARRENDATARIA), E A AVN AIR, LLC (NA QUALIDADE DE ARRENDADORA) ("AVN AIR"), RELATIVOS AO ARRENDAMENTO PELA SOCIEDADE DE UMA AERONAVE RAYTHEON AIRCRAFT COMPANY, MODELO 58, NUMERO DE SERIE DO FABRICANTE TH-2074 E PREFIXO BRASILEIRO PR-JBF, COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS PRINCIPAIS: (I) CUSTO ATIVADO DA ARRENDADORA (CONFORME DEFINIDO NO CONTRATO DE ARRENDAMENTO) NO VALOR DE US$ 863,600.00 (OITOCENTOS E SESSENTA E TRES MIL E SEISCENTOS DOLARES NORTE-AMERICANOS); (II) PRAZO DE 7 ANOS; (III) PARCELAS TRIMESTRAIS REAJUSTAVEIS (INCLUSIVE COM BASE NA VARIACAO DA LIBOR - DEPOSITOS EM EURODOLAR DE 3 MESES); E (IV) FIADORES: NATALINO BERTIN, EDITH DE OLIVEIRA PEREIRA BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, ROSA ADRIANA BRAZ SANTANNA BERTIN, FERNANDO ANTONIO BERTIN, SUELY CRISTINA GRANADO BERTIN, REINALDO BERTIN, MARIA IVONE PRADO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO E HEBER PARTICIPACOES LTDA., E (B) CONTRATO DE GARANTIA E INADIMPLEMENTO CRUZADOS E ADITIVO AOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL DE AERONAVE DATADOS DE 25 DE JULHO DE 2002 E 13 DE ABRIL DE 2005 (CROSS-COLLATERAL AND CROSS-DEFAULT AGREEMENT AND AMENDMENT TO THE AIRCRAFT OPERATING LEASE AGREEMENTS DATED JULY 25, 2002 AND APRIL 13, 2005) DATADO DE 02 DE AGOSTO DE 2005 (O "CONTRATO DE GARANTIA CRUZADA" E, JUNTAMENTE COM O CONTRATO DE ARRENDAMENTO, OS "CONTRATOS"), ENTRE A GENERAL ELECTRIC CAPITAL CORPORATION, AVN AIR, A SOCIEDADE E OS FIADORES SUPRA, RELATIVO A GARANTIA CRUZADA DAS OBRIGACOES ASSUMIDAS PELA SOCIEDADE NOS TERMOS DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO E DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL DE AERONAVE DATADOS DE 25 DE JULHO DE 2002 E 13 DE ABRIL DE 2005 (COLETIVAMENTE, OS ARRENDAMENTOS"), PELAS AERONAVES OBJETO DOS ARRENDAMENTOS. 2) AUTORIZAR OS DIRETORES (AGINDO ISOLADAMENTE) E PROCURADORES (AGINDO EM CONJUNTO DE DOIS) DA SOCIEDADE A CELEBRAR EM SEU NOME OS CONTRATOS, BEM COMO TODOS E QUAISQUER CERTIFICADOS, INSTRUMENTOS E DOCUMENTOS NECESSARIOS OU RELACIONADOS AOS CONTRATOS, INCLUINDO SEUS ANEXOS E APENDICES E QUAISQUER ADITAMENTOS AOS M

NUM.DOC: 051.457/05-2 SESSÃO: 27/10/2005

APROVAR E RATIFICAR A CELEBRACAO PELA SOCIEDADE DE DETERMINADO (A) CONTRATO DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL DE AERONAVE (AIRCRAFT OPERATING LEASE AGREEMENT) DATADO DE 19 DE OUTUBRO DE 2005 (O"CONTRATO DE ARRENDAMENTO"), ENTRE A BERTIN LTDA .(NA QUALIDADE DE ARRENDATARIA),("BERTIN") E A AVN AIR, LLC (NA QUALIDADE DE ARRENDADORA) ("AVN AIR"), RELATIVOS AO ARRENDAMENTO PELA BERTIN DE UMA AERONAVE PILATUS AIRCRAFT LTD;PC-12/45, NUMERO DE SERIE DO FABRICANTE 655 E PREFIXO BRASILEIRO PP-BER, COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS PRINCIPAIS: (I) CUSTO ATIVADO DA ARRENDADORA (CONFORME DEFINIDO NO CONTRATO DE ARRENDAMENTO) NO VALOR DE US$ 2.800.000.00 (DOIS MILHOES E OITOCENTOS MIL DOLARES NORTE-AMERICANOS); (II) PRAZO DE 10 ANOS; (III) PARCELAS TRIMESTRAIS REAJUSTAVEIS (INCLUSIVE COM BASE NA VARITRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL DE AERONAVE DATADOS DE 25 DE JULHO DE 2002 E 2 DE AGOSTO DE 2005 (CROSS-

COLLATERAL AND CROSS-DEFAULT AGREEMENT AND AMENDMENT TO THE AIRCRAFT OPERATING LEASE AGREEMENTS DATED JULY 25, 2002 AND AGUST 02, 2005) DATADO DE 19 DE OUTUBRO DE 2005 (O "CONTRATO DE GARANTIA CRUZADA" E, JUNTAMENTE COM O CONTRATO DE ARRENDAMENTO E A FIANCA, OS "CONTRATOS"), ENTRE A GENERAL ELECTRIC CAPITAL CORPORATION, AVN AIR E BERTIN E O FIADOR, RELATIVO A GARANTIA CRUZADA DAS OBRIGACOES ASSUMIDAS PELA BERTIN NOS TERMOS DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO E DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL DE AERONAVE DATADOS DE 25 DE JULHO DE 2002 E 13 DE ABRIL DE 2005 E 2 DE AGOSTO DE 2005 (COLETIVAMENTE, OS ARRENDAMENTOS"), PELAS AERONAVES OBJETO DOS ARRENDAMENTOS. 2)E ADITIVO AOS CON

NUM.DOC: 051.458/05-6 SESSÃO: 27/10/2005

APRECIAR APROVACAO DE INTERVENIENCIA DA EMPRESA PARA PRESTAR FINACA SOLIDARIA EM OPERACAO DE FINANCIAMENTO A SER CONCEDIDO PELO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDS A EMPRESA BERTIN LTDA , OBJETO DAS DECISOES N 969/2005 - BNDS DE 18/10/2005 E DIR N 970/2005- BNDES DE 18/10/2005.

NUM.DOC: 069.532/06-0 SESSÃO: 12/06/2006

ARQUIVAMENTO DE ATA DE REUNIAO PARA APROVACAO DE BALANCO, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2006 QUE DELIBEROU SOBRE OS SEGUINTES ASSUNTOS: TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E DE RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE 01/01/2005 A 31/12/2005.

NUM.DOC: 126.886/06-4 SESSÃO: 29/06/2006

ARQUIVAMENTO DE ATA DE REUNIAO PARA AUTORIZACAO PARA PRESTAR AVAL, REALIZADA EM 05 DE JANEIRO DE 2006 QUE DELIBEROU SOBRE O SEGUINTE ASSUNTO: AUTORIZACAO PARA QUE A HEBER PARTICIPACOES LTDA, PRESTE AVAL A SOCIEDADE AGUAS GUARIROBA S/A, INSCRITA NO CNPJ 04.089.570/0001-50, ESTABELECIDA NA CIDADE DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA RUA BAHIA, 280, NA CEDULA DE CREDITO BANCARIO, NO VALOR DE R$ 2.000.000,00 (DOIS MILHOES DE REAIS), A SER FIRMADA COM O BANCO SAFRA S/A.

NUM.DOC: 000.914/07-1 SESSÃO: 23/01/2007

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 22/05/2006. ARQUIVAMENTO DE ATA DE REUNIAO PARA APROVACAO AUMENTO DE CAPITAL NA COMPANHIA BRASIL CENTRAL ENERGIA S/A, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2006 QUE DELIBEROU SOBRE OS SEGUINTES ASSUNTOS: APRECIAR PROPOSTA DE AUMENTO DE CAPITAL MEDIANTE INTEGRALIZACAO DE CAPITAL, NA COMPNHIA BRASIL CENTRAL ENERGIA S/A, NO VALOR DE R$ 9.348.485,00 (NOVE MILHOES, TREZENTOS E QUARENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS).

NUM.DOC: 000.915/07-5 SESSÃO: 23/01/2007

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 22/07/2006. ARQUIVAMENTO DE ATA DE REUNIAO PARA APROVACAO AUMENTO DE CAPITAL NA COMPANHIA BRASIL CENTRAL ENERGIA S/A, REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2006 QUE DELIBEROU SOBRE OS SEGUINTES ASSUNTOS: APRECIAR PROPOSTA DE AUMENTO DE CAPITAL PARA O VALOR MINIMO DE R$ 52.000.000,00 (CINQUENTA E DOIS MILHOES DE REAIS) , NA COMPANHIA BRASIL CENTRAL ENERGIA S/A.

NUM.DOC: 000.916/07-9 SESSÃO: 23/01/2007

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 18/08/2006. ARQUIVAMENTO DE ATA DE REUNIAO PARA APROVACAO DE PRESTACAO DE FIANCA JUNTO AO BNDES, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2006 QUE DELIBEROU SOBRE OS SEGUINTES ASSUNTOS: APRECIAR PROPOSTA DA OPERACAO DE FINANCIAMENTO JUNTO AO BNDES, NO VALOR TOTAL DE R$ 55.300.000,00 (CINQUENTA E CINCO MILHOES E TREZENTOS MIL REAIS), SENDO R$ 30.100.000,00 (TRINTA MILHOES E CEM MIL REAIS), COM RECURSOS ORIGINARIO DO BNDES E R$ 25.200.000,00 (VINTE E CINCO MILHOES E DUZENTOS MIL REAIS), COM RECURSOS DO FCO (FUNDO CONSTITUICIONAL DO CENTRO OESTE), A COMPANHIA BRASIL CENTRAL ENERGIA S/A

NUM.DOC: 000.917/07-2 SESSÃO: 23/01/2007

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 27/12/2006. ARQUIVAMENTO DE ATA DE REUNIAO PARA APROVACAO AUMENTO DE CAPITAL NA COMPANHIA BRASIL CENTRAL ENERGIA S/A, REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2006 QUE DELIBEROU SOBRE OS SEGUINTES ASSUNTOS: APRECIAR PROPOSTA DE AUMENTO DE CAPITAL, NA COMPANHIA BRASIL CENTRAL ENERGIA S/A, NO VALOR TOTAL DE R$ 25.525.538,81 (VINTE E CINCO MILHOES, QUINHENTOS E VINTE E CINCO MIL, QUINHENTOS E TRINTA E OITO REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS).

NUM.DOC: 172.065/07-0 SESSÃO: 29/05/2007

ARQUIVAMENTO DA REUNIAO DE SOCIOS REALIZADA EM 24/05/2007

NUM.DOC: 172.073/07-8 SESSÃO: 29/05/2007

ARQUIVAMENTO DA ATA DA REUNIAO DE SOCIOS REALIZADA EM 24/05/2007, ONDE A ORDEM DO DIA FOI: DELIBERAR SOBRE A AUTORIZACAO DA HEBER PARTICIPACOES LTDA A ASSINAR COMO FIADORA EM CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE AERONAVA; OUTORGA DE PROCURAÇÕES.

NUM.DOC: 198.607/07-6 SESSÃO: 06/06/2007

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 13/04/2007. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O

BALANCO PATRIMONIAL E O DE RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE UM DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS A TRINTA E UM DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS

NUM.DOC: 306.635/07-0 SESSÃO: 27/08/2007

ATA DE REUNIAO DE SOCIOS QUOTISTAS/ADMINISTRADORES DE 03/08/2007, APROVANDO A INTERVENIENCIA DA EMPRESA PARA PRESTAR FIANCA SOLIDARIA NA OPERACAO DE FINANCIAMENTO CONCEDIDO PELO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES A CURUA ENERGIA LTDA, CNPJ 05.215.888/0001-01, ESTABELECIDA NA RODORIVA BR 163, KM 877-CACHOEIRA DA SERRA, ZONA RURAL, ALTAMIRA-PARA, NIRE 153.0001845-5, EM TODOS OS SEUS TERMOS E CONDICOES.

NUM.DOC: 306.878/07-0 SESSÃO: 28/08/2007

ATA DE REUNIAO DE SOCIOS QUOTISTAS/ADMINISTRADORES DE 03/08/2007, APROVANDO A INTERVENIENCIA DA EMPRESA PARA PRESTAR FIANCA SOLIDARIA NA OPERACAO DE FINANCIAMENTO CONCEDIDO PELO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES A BURITI ENERGIA S.A., CNPJ 05.216.699/0001-45, ESTABELECIDA NA RODOVIA BR 163, KM 877,5-SALTO DO CURUA, ZONA RURAL, ALTAMIRA-PARA, NIRE 153.0001844-7, EM TODOS OS SEUS TERMOS E CONDICOES.

NUM.DOC: 280.513/07-0 SESSÃO: 29/08/2007

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 17/08/2007. ARQUIVAMENTO DE ATA DE REUNIAO, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2007 QUE DELIBEROU SOBRE O SEGUINTE ASSUNTO: AUTORIZAR A SOCIEDADE A GARANTIR, POR MEIO DE AVAL, A CELEBRACAO DE OPERACOES DA BERTIN LTDA JUNTO AO IFC INTERNATIONAL FINANCE C ORPORATION, COM SEDE EM WASHINGTON, ESTADOS UNIDOS DA AMERICA, PARA TOMADA DE RECURSOS FINANCEIROS NO VALOR DE US$ 90.000.000,00 (NOVENTA MILHOES DE DOLARES), COM PRAZO DE 08 (OITO) ANOS E MEIO, VENCIMENTO EM DEZEMBRO DO ANO DE 2015.

SESSÃO: 04/09/2007

B.A. = 1.052.161/07-8. DE 04/09/2007. FUNDAMENTO: FALTA ATRIBUIR ETIQUETA DE REGISTRO POIS TRATA-SE DE TRANSFORMACAO EM UM UNICO DOCUMENTO..

PARECER DO(A) ASSESSORIA: EM 03/10/2007, DRC, SANADA A IRREGULARIDADE SUPRA ATRIBUINDO-SE ETIQUETA DE REGISTRO N. 351.017/07-0. MANTIDO O ARQUIVAMENTO..

NUM.DOC: 351.017/07-0 SESSÃO: 04/09/2007

TRANSFORMAÇÃO DESTA SOCIEDADE PARA NIRE 35300346882.

NUM.DOC: 315.950/07-9 SESSÃO: 24/09/2007

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: OS SOCIOS DELIBERAM ALTERAR O PARAGRAFO 4 DA CLAUSULA 5 , QUE, DE ORA EM DIANTE PASSA A TER A SEGUINTE REDACAO:"PARAGRAFO 4 - FICA EXPRESSAMENTE PROIBIDO AOS SOCIOS ADMINISTRADORES UTILIZAREM-SE DA FIRMA SOCIAL, EM NEGOCIOS OU DOCUMENTOS DE QUALQUER NATUREZA, ALHEIOS AOS FINS SOCIAIS DA EMPRESA, ASSIM COMO AVALIZAR OU AFIANCAR OBRIGACOES DE TERCEIROS , RESSALVADOS OS CASOS EM QUE A PROPRIA HEBER PARTICIPACOES LTDA OU SEUS SOCIOS QUOTISTAS, DETENHAM, TAMBEM, DIRETA OU INDIRETAMENTE, MAIS DE 30% (TRINTA POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA A SER AVALIZADA."

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 327.233/07-2 SESSÃO: 11/10/2007

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 24/09/2007. ATA DE REUNIAO REALIZADA EM 24/09/2007 QUE DELIBEROU SOBRE OS SEGUINTES ASSUNTOS: AUTORIZAR A INTERVENIENCIA DA EMPRESA, NA QUALIDADE DE FIADORA SOLIDARIA E PRINCIPAL PAGADORA, EM OPERACAO DE FINANCIAMENTO NA MODALIDADE LIMITE DE CREDITO ROTATIVO, CONCEDIDO PELO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL BNDES EM FAVOR DA EMPRESA BERTIN LTDA., ATRAVES DA DECISAO DE DIRETORIA - BND ES N 759/2007 BNDES, DE 11/09/2007, EM TODOS OS SEUS TERMOS E CONDICOES.

NUM.DOC: 380.688/07-4 SESSÃO: 11/10/2007

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 03/09/2007. DELIBERACOES: FOI APROVADA A CELEBRACAO DE ADITIVOS, NA CONDICAO DE INTERVENIENTE ANUENTE, AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CREDITO N. 00.2.723.3.1, AMBOS FIRMADOS EM 15/03/2001 COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES.

NUM.DOC: 382.094/07-4 SESSÃO: 15/10/2007

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/10/2007. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 16/07/2007.

NUM.DOC: 382.095/07-8 SESSÃO: 15/10/2007

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 04/10/2007. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 16/07/2007.

NUM.DOC: 382.096/07-1 SESSÃO: 15/10/2007
D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/10/2007. PUBLICOU ATA EM : 16/07/2007.
NUM.DOC: 382.097/07-5 SESSÃO: 15/10/2007
EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 04/10/2007. PUBLICOU ATA EM : 16/07/2007.
NUM.DOC: 428.975/07-0 SESSÃO: 27/11/2007
D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 08/11/2007. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 03/09/2007.
NUM.DOC: 428.976/07-4 SESSÃO: 27/11/2007
EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 08/11/2007. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 03/09/2007.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35214116301
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 21/08/2017

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para GABRIELA DE FREITAS D AVILA : 03427096157. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 90153766, terça-feira, 22 de agosto de 2017 às 13:13:51.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA

TRANSFORMADA

COMAPI CIA. AGRO PASTORIL E INDUSTRIAL LTDA.

TIPO: SOCIEDADE LIMITADA

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35202890294	26/10/1984	22/08/2017 13:25:13

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
26/10/1984	53.907.341/0001-01	111.218.778.112

CAPITAL

Cr$ 6.990.000,00 (SEIS MILHÕES, NOVECENTOS E NOVENTA MIL CRUZEIROS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA	NÚMERO: 2012	
BAIRRO: JD. PAULISTANO	COMPLEMENTO: 5.A CJ.53 S.2	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 01452-002	UF: SP

OBJETO SOCIAL

CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE
CULTIVO DE EUCALIPTO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RESIDENTE À RUA CARIBAS, 276, XINGU, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.165.000,00

JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RESIDENTE À RUA DOM PEDRO II, 250, APTO. 11, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.165.000,00

JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RESIDENTE À RUA CLEMENTE EVANS HUBBARD, 93, XINGU, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 392, APTO. 51, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01455-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.165.000,00

REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JARDIM ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.165.000,00

SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 670, APTO. 111, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01453-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.165.000,00

ARQUIVAMENTOS
NUM.DOC: 198.820/00-0 SESSÃO: 21/03/1986
ABERTURA DE FILIAL NIRE 35900725248, SITUADA À: FAZENDA FLORIDA LINS, SAO PAULO - SP.
NUM.DOC: 205.154/92-0 SESSÃO: 17/12/1992
ABERTURA DE FILIAL NIRE 35901489734, SITUADA À: FAZENDA FLORESTA, S/N, MIRANDOPOLIS - SP. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 23/11/1992.
ABERTURA DE FILIAL NIRE 35901489742, SITUADA À: AV. PEROBAL, S/N, MIRANDOPOLIS - SP. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 23/11/1992.
NUM.DOC: 183.084/93-7 SESSÃO: 24/11/1993
ENCERRAMENTO DA FILIAL C.G.C. 53.907.341/0004-54, SITUADA A FAZENDA SAO JOSE, S/N, BATAYPORA, MS. CEP.99999-999.
ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35900648693, SITUADA À FAZENDA SAO PAULO, S/N, MARABA PAULISTA - SP.
ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999001251, SITUADA À: FAZENDA STO. ANTONIO, S/N, ITAQUIRAI - MS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/11/1993.
NUM.DOC: 080.051/94-7 SESSÃO: 13/06/1994
ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35901489734, SITUADA À FAZENDA FLORESTA, S/N, MIRANDOPOLIS - SP.
NUM.DOC: 061.247/95-9 SESSÃO: 19/04/1995
ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 35901489742, SITUADA À AV. PEROBAL, S/N, MIRANDOPOLIS - SP. ALTERADO PARA AV. SAO PAULO, 1805, LINS - SP.
ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 21999000168, SITUADA À: FAZENDA MANSINHA, S/N, RIACHAO - MA. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 24/03/1994.
NUM.DOC: 058.110/96-3 SESSÃO: 23/04/1996
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 6.990.000,00 (SEIS MILHÕES, NOVECENTOS E NOVENTA MIL REAIS).
ADMITIDO JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RESIDENTE À RUA DOM PEDRO II, 250, APTO. 11, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.165.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 392, APTO. 51, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01455-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.165.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JARDIM ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.165.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RESIDENTE À RUA CARIBAS, 276, XINGU, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.165.000,00.
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 670, APTO. 111, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01453-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.165.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RESIDENTE À RUA CLEMENTE EVANS HUBBARD, 93, XINGU, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.165.000,00.

INCLUSÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 111.218.778.112.

NUM.DOC: 171.902/99-3 SESSÃO: 29/09/1999

INCORPORAÇÃO DE NIRE 35200231099. NIRE 35200498516. NIRE 35201367181. NIRE 35207317495.

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 32.445.000,00 (TRINTA E DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO MIL REAIS).

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35902245511, SITUADA À: RODOVIA MARECHAL RONDON, 44330, KM 443300, LINS - SP, CEP 16400-000. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 02/09/1999.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35902245502, SITUADA À: FAZENDA FLORESTA, ZONA RURAL, LINS - SP, CEP 16400-000. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 02/09/1999.

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA COMAPI LTDA..

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135, RESIDENTE À RUA DOM PEDRO II, 250, APTO. 11, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.407.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 392, APTO. 51, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01455-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.407.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JARDIM ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.407.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333 - SP, RESIDENTE À RUA CARIBAS, 276, XINGU, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.407.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 670, APTO. 111, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01453-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.407.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 6014905, RESIDENTE À RUA CLEMENTE EVANS HUBBARD, 93, XINGU, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.407.500,00.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5.A CJ.53 S.2, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-002.

CONSOLIDACAO CONTRATUAL.

NUM.DOC: 179.945/99-3 SESSÃO: 14/10/1999

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 561, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.407.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781 - SP, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, AP.121 12.AND, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01455-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.407.500,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JARDIM ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.407.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JD. ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.407.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À RUA CANDIDO RODRIGUES, 199, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.407.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 6014905 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENTE EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.407.500,00.

ADMITIDO REIVO PARTICIPACOES LTDA , NIRE 35215875655, SITUADA À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 8.AND. CJ. 81, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.407.500,00.

PERMANECE NA SOCIEDADE COMO REPRESENTANTE DA REIVO PARTICIPACOES LTDA., O SR. REINALDO BERTIN.

NUM.DOC: 004.446/01-0 SESSÃO: 12/02/2001

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35902245502, SITUADA À FAZENDA FLORESTA, ZONA RURAL, LINS - SP, CEP 16400-000.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35900725230, SITUADA À FAZENDA BOA ESPERANCA, DIST. EMILIANOPOLIS, PRESIDENTE BERNARDES - SP.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35900648685, SITUADA À BAIRRO CORREGO DO FIM, FAZ.DOURADO D'OESTE, GUAICARA - SP.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 54900138364, SITUADA À: FAZENDA SANTO ANTONIO, RETIRO CARRAPATO, ITAQUIRAI - MS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 02/02/2001.

NUM.DOC: 044.650/01-2 SESSÃO: 14/05/2001

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999011787, SITUADA À: ESTRADA DA BARRA MANSA KM 150, S/N, FAZENDA PRIMAVERA, AQUIDAUANA - MS, CEP 79200-000.

NUM.DOC: 050.597/02-4 SESSÃO: 08/04/2002

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 35901489742, SITUADA À AV. SAO PAULO, 1805, LINS - SP. ALTERADO PARA AV. JOSE FOGOLIN, S/N, PQ. INDUSTRIAL, LINS - SP, CEP 16404-010.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 52999018461, SITUADA À: RODOVIA ESTADUAL GO 530, 32, KM 32, ARUANA - GO, CEP 76710-000, COM OBJETO DESTACADO DE SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 28/03/2002.

NUM.DOC: 212.408/02-1 SESSÃO: 25/09/2002

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 52999019743, SITUADA À: RODOVIA GO 164, S/N, KM 168, MOZARLANDIA - GO, CEP 76700-000.

NUM.DOC: 197.526/03-2 SESSÃO: 16/09/2003

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 151.782.000,00 (CENTO E CINQUENTA E UM MILHÕES, SETECENTOS E OITENTA E DOIS MIL REAIS).

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA COMAPI AGROPECUARIA LTDA..

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 561, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 25.297.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781 - SP, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, AP.121 12.AND, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01455-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 25.297.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JD. ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 25.297.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 77743621 - SP, RESIDENTE À RUA CANDIDO RODRIGUES, 199, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 25.297.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 6014905 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENTE EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 25.297.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REIVO PARTICIPACOES LTDA , NIRE 35215875655, SITUADA À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 8.AND. CJ. 81, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 25.297.000,00.

CITADO REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À RUA 13

DE MAIO, 200, AP 114 14 A, CENTRO, LINS - SP, REPRESENTANDO REIVO PARTICIPACOES LTDA, COMO, ASSINANDO PELA EMPRESA.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 259.249/03-8 SESSÃO: 12/11/2003

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 113.916.000,00 (CENTO E TREZE MILHÕES, NOVECENTOS E DEZESSEIS MIL REAIS).

CISAO PARCIAL DESTA SOCIEDADE, A FAVOR DE AGROPECUARIA CABOREY LTDA, AGROPECUARIA PROVANIL LTDA E AGROPECUARIA GEA LTDA.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENT EVANS HUBBARD, 561, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 18.986.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781 - SP, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, AP.121 12.AND, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01455-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 18.986.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JD. ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 18.986.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À RUA CANDIDO RODRIGUES, 199, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 18.986.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 6014905 - SP, RESIDENTE À RUA CLEMENTE EVANS HUBBARD, 93, JD. AMERICANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 18.986.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REIVO PARTICIPACOES LTDA , NIRE 35215875655, SITUADA À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 8.AND. CJ. 81, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 18.986.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À RUA 13 DE MAIO, 200, AP 114 14 A, CENTRO, LINS - SP, REPRESENTANDO REIVO PARTICIPACOES LTDA, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 229.054/04-3 SESSÃO: 03/06/2004

ATA DE REUNIAO DE SOCIOS PARA APROVACAO DE BALANCO:ORDEM DO DIA:TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E O DE RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE UM DE JANEIRO DE DOIS MIL E TRES A TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TRES.

INCLUSÃO DE CNPJ 53.907.341/0001-01

NUM.DOC: 278.686/04-7 SESSÃO: 04/06/2004

ALTERACAO CONTRATUAL

NUM.DOC: 229.141/04-3 SESSÃO: 08/06/2004

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 51999015291, CNPJ 53.907.341/0017-79, SITUADA À: RODOVIA MT - 100, FAZ AMPARO, ZONA RURAL, COCALINHO - MT, CEP 78680-000. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 19/05/2004.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 285.902/04-0 SESSÃO: 08/06/2004

ATA DE REUNIAO DE QUOTISTAS REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2003

NUM.DOC: 433.239/04-9 SESSÃO: 08/10/2004

A CELEBRACAO DO "EXPORT PREPAYMENT FINANCE AGREEMENT", ENTRE E BERTIN LTDA., COMO TOMADORA, O RABOBANK CURACAO N.V., COMO CREDOR, E O BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S.A., COMO AGENTE ADMINISTRATIVO, NO VALOR DE US$ 40.000.000,00(QUARENTA MILHOES DE DOLARES AMERICANOS).

NUM.DOC: 433.600/04-4 SESSÃO: 29/10/2004

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35902826891, SITUADA À: ESTR MUNICIPAL GUARANTA-ALVARO DE CARVAL, S/N, KM 11, ZONA RURAL, GUARANTA - SP, CEP 16570-000. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 14/10/2004.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35902826882, SITUADA À: ESTR MUNICIPAL CAFELANDIA-PORTO FERRAO, S/N, KM 4, ZONA RURAL, CAFELANDIA - SP, CEP 16500-000. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 14/10/2004.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35902826874, SITUADA À: ESTR MUNICIPAL LINS-BAIRRO TANGARA, S/N, KM 3, CAPAO BONITO, LINS - SP, CEP 16400-000. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 14/10/2004.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE, CULTIVO DE EUCALIPTO.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 444.307/04-7 SESSÃO: 30/11/2004

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 19/11/2004. DELIBERACOES: APROVAM A TRANSFERENCIA DA PROPRIEDADE FIDUCIARIA DETIDAS PELA SOCIEDADE NO CAPITAL SOCIAL DA ALPHALINS TURISMO LTDA. E A HIPOTECA DO IMOVEL DE PROPRIEDADE DA SOCIEDADE, AO BANCO ITAU BBA S.A. EM GARANTIA AO EXPORT PREPAYMENT FINANCE A SER CELEBRADO ENTRE A BERTIN LTDA. COMO TOMADORA, O BANCO ITAU BBA S.A. NASSAU BRANCH, O STANDARD BANK LONDON LTD. BAYERISCHE HYPO-UND VEREINSBANK AG, COMO CREDORES, O BANCO ITAU BBA S.A. NASSAU BRANCH, COMO AGENTE PAGADOR, E O BANCO ITAU BBA S.A. COMO AGENTE ADMINISTRATIVO.

NUM.DOC: 028.315/05-4 SESSÃO: 18/02/2005

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35902854541, SITUADA À: EST. MUNICIP GUARANTA/ALVARO DE CARVALHO, S/N&, KM 11, FAZ. SANTA HELENA, GUARANTA - SP, CEP 16570-000, COM OBJETO DESTACADO DE SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 16/02/2005.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 112.823/05-1 SESSÃO: 29/04/2005

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 126.576.000,00 (CENTO E VINTE SEIS MILHÕES, QUINHENTOS E SETENTA E SEIS MIL REAIS).

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35902854894, SITUADA À: EST. MUNICIPAL LINS-BAIRRO TANGARA, S/N, KM 03, CAPAO BONITO, LINS - SP, CEP 16400-000, COM OBJETO DESTACADO DE CULTIVO DE EUCALIPTO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 14/10/2004.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ53 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 21.096.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781 - SP, RESIDENTE À RUA CASSIA DA COSTA VIDIGAL, 27, AP 121 12 AND, CENTRO, SAO PAULO - SP, CEP 01000-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 21.096.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ53 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 21.096.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ53 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 21.096.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 6014905 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ53 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 21.096.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REIVO PARTICIPACOES LTDA , NIRE 35215875655, SITUADA À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 8 AND CJ 81, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01000-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 21.096.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ53 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, REPRESENTANDO REIVO PARTICIPACOES LTDA, COMO, ASSINANDO PELA EMPRESA.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 112.824/05-5 SESSÃO: 29/04/2005

ORDEM DO DIA: TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E O DE RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE UM DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO A TRINTA E UM DE DEZEMBRO

DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO. fls. 3840

NUM.DOC: 188.005/05-5 SESSÃO: 18/07/2005

DELIBERACAO: APOS A LEITURA DA ORDEM DO DIA E POSTO EM DISCUSSAO E VOTACAO, FOI APROVADO POR UNANIMIDADE A VENDA DO IMOVEL RURAL DENOMINADO FAZENDA SANTO ANTONIO, COM A AREA TOTAL DE 16.507.6908 HECTARES, SITUADO NO MUNICIPIO DE ITAQUIRAI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, OBJETO DE MATRICULA N&20230, DO CARTORIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DA COMARCA DE NAVIRAI-MS.

NUM.DOC: 057.926/06-2 SESSÃO: 31/03/2006

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903036664, SITUADA À: RODOVIA LINS-GUAICARA, KMS 146+248M, S/N&, SIT. STA VERA, D'OESTE, GUAICARA - SP, CEP 16430-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE APOIO À PRODUÇÃO FLORESTAL. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 30/11/2005.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 069.120/06-7 SESSÃO: 18/05/2006

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 31999094870, SITUADA À: RODOVIA MGT 154 - KM 54, S/N, F AGUA AMAREL, ZONA RURAL, ITUIUTABA - MG, CEP 38300-970, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/04/2006.

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE PROVISÓRIO 51999015291, CNPJ 53.907.341/0017-79, SITUADA À RODOVIA MT - 100, FAZ AMPARO, ZONA RURAL, COCALINHO - MT, CEP 78680-000. ALTERADO PARA RODOVIA MT 326, KM 15 A 32, S/N, FAZEND AMPARO, ZONA RURAL, COCALINHO - MT, CEP 78680-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 069.536/06-5 SESSÃO: 12/06/2006

ARQUIVAMENTO DE ATA DE REUNIAO PARA APROVACAO DE BALANCO, REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2006 QUE DELIBEROU SOBRE OS SEGUINTES ASSUNTOS: TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E DE RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE 01/01/2005 A 31/12/2005.

NUM.DOC: 158.976/06-0 SESSÃO: 18/08/2006

ARQUIVAMENTO DE ATA DE REUNIAO DE SOCIOS REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2006 QUE DELIBEROU SOBRE OS SEGUINTES ASSUNTOS: CELEBRACAO DO "EXPORT PREPAYMENT FINANCE AGREEMENT", ENTRE A BERTIN LTDA., COMO TOMADORA, O RABOBANK CURACAO N.V., COMO CREDOR E O BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S.A., COMO AGENTE ADMINISTRATIVO, NO VALOR DE US$ 25.000.000,00 (VINTE E CINCO MILHOES DE DOLARES NORTE AMERICANOS).

NUM.DOC: 212.393/06-6 SESSÃO: 14/09/2006

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903040963, SITUADA À: RODOVIA DAVID EID, KM 27 + 100 METROS, S/N, F. STA ADELIA, ZONA RURAL, SABINO - SP, CEP 16440-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/08/2006.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999025559, SITUADA À: ANEL RODOVIARIO EDGAR LOPES DE FARIA, S/N, FAZ MARIQUITA, ZONA RURAL, CAMPO GRANDE - MS, CEP 79000-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/08/2006.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 315.926/06-5 SESSÃO: 13/12/2006

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 51999020210, SITUADA À: FAZENDA ALTA FLORESTA,ESTR.ALTA FLORESTA, S/N, GLEBA-1-A, ZONA RURAL, NOVA BANDEIRANTES - MT, CEP 78565-000. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/11/2006.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 034.529/07-0 SESSÃO: 16/02/2007

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999025567, SITUADA À: RODOVIA MS 436, S/N, KM 55 A DIREI, RURAL, CAMAPUA - MS, CEP 79420-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 17999008816, SITUADA À: LOT.SANTO ANTONIO, GLEBA 07, LOTE 03, S/N, FAZ.TUCUNARE, ZONA RURAL, GURUPI - TO, CEP 77400-000.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 51999019661, SITUADA À: RODOVIA BR 158 KM 366, S/N, FAZ.FURNAS, RIBEIRAO CASCALHEIRA - MT, CEP 78675-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 056.099/07-1 SESSÃO: 23/04/2007

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903042265, SITUADA À: ESTRADA VICINAL LINS/MONLEVADE, S/N, KM 16 + 200 M, ZONA RURAL, LINS - SP, CEP 16400-970, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 171.781/07-7 SESSÃO: 18/05/2007

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 20/04/2007. ORDEM DO DIA: TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E O DE RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE 01/01/2006 A 31/12/2006.

NUM.DOC: 198.948/07-4 SESSÃO: 20/06/2007

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE, FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS, FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO, HOTÉIS.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999029660, SITUADA À: RODOVIA 438, S/N, KM11 A ESQUER, ZONA RURAL, CAMAPUA - MS, CEP 79420-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE.

OBJETO DA FILIAL: NIRE 52900417423, CNPJ 53.907.341/0015-07, SITUADA À FAZENDA PLANURA, S/N, ARUANA - GO, ALTERADO PARA: FABRICACAO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 54900138364, SITUADA À FAZENDA SANTO ANTONIO, RETIRO CARRAPATO, ITAQUIRAI - MS.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 54900187586, SITUADA À FAZENDA PRIMAVERA, S/N, AQUIDAUANA - MS.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 231.015/07-0 SESSÃO: 24/07/2007

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999029686, SITUADA À: RODOVIA BENEVENUTO OTTONI, S/N, KM 18 - FAZEN, ZONA RURAL, AGUA CLARA - MS, CEP 79680-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE APOIO À PRODUÇÃO FLORESTAL, FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS DE MADEIRA E DE PEÇAS DE MADEIRA PARA INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS E COMERCIAIS, FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRA E PRODUTOS DERIVADOS E COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 26/06/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999029694, SITUADA À: ESTRADA ITAQUARI-IGUATEMI MS, S/N, KM 25 - FAZEN, ZONA RURAL, IGUATEMI - MS, CEP 79960-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 26/06/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 51999024428, SITUADA À: RODOVIA BR 080, S/N, KM 76 A DIREI, ZONA RURAL, SAO FELIX DO ARAGUAIA - MT, CEP 78670-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 26/06/2007.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 280.695/07-0 SESSÃO: 04/09/2007

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903323043, SITUADA À: RODOVIA BR 153, S/N, KM 186 - SENT, ZONA RURAL, LINS - SP, CEP 16400-033, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 09/08/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903323051, SITUADA À: RODOVIA BR 153, S/N, KM 178 + 100, ZONA RURAL, GUAICARA - SP, CEP 16430-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 09/08/2007.

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: OS SOCIOS, POR UNANIME CONSENSO, RESOLVEM ALTERAR O PARAGRAFO QUARTO DA CLAUSULA 5 - DA ADMINISTRACAO, QUE ORA EM DIANTE PASSA A SER REDIGIDA DA SEGUINTE FORMA:PARAGRAFO QUARTO - FICA EXPRESSAMENTE PROIBIDO AOS SOCIOS ADMINISTRADORES, UTILIZAREM-SE DA FIRMA SOCIAL, EM NEGOCIOS OU DOCUMENTOS DE QUALQUER NATUREZA, ALHEIOS AOS FINS SOCIAIS DA EMPRESA, ASSIM COMO PRESTAR GARANTIAS REAIS OU PESSOAIS EM OBRIGACOES DE TERCEIROS, RESSALVADOS OS CASOS EM QUE, NA DATA DA PRESTACAO DA GARANTIA, OS SOCIOS QUOTISTAS REPRESENTANTES DA MAIORIA DO CAPITAL SOCIAL DESTA EMPRESA DETENHAM, DIRETA OU IDIRETAMENTE, MAIS DE 40 % (QUARENTA POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA A SER GARANTIDA.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 17999010837, SITUADA À: RODOVIA GURUPI PEIXE, S/N, KM 40 + 100 M, ZONA RURAL, PEIXE - TO, CEP 77460-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 09/08/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 17999010829, SITUADA À: ESTRADA NOVO PLANALTO A ARAGUACU MORRO D, S/N, KM 18, ZONA RURAL, ARAGUACU - TO, CEP 77475-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 09/08/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 17999010811, SITUADA À: FAZENDA BATALHA, S/N, LOTEAMENTO JA, ZONA RURAL, ARAGUACU - TO, CEP 77475-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 09/08/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 17999010845, SITUADA À: BR 153, S/N, KM 688 + 100, ZONA RURAL, CARIRI DO TOCANTINS - TO, CEP 77453-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 09/08/2007.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 008.608/08-8 SESSÃO: 14/01/2008

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903324431, SITUADA À: ESTRADA MUNICIPIO LINS/GUAIMBE, S/N°, FAZENDA SAO S, ZONA RURAL, LINS - SP, CEP 16400-970, COM OBJETO DESTACADO DE EXTRAÇÃO DE MADEIRA EM FLORESTAS PLANTADAS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/12/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999032091, SITUADA À: MARGEM ESQUERDA DA BR 060, KM 62, S/N°, FAZENDA NOVA, ZONA RURAL, SIDROLANDIA - MS, CEP 79170-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/12/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999032105, SITUADA À: RODOVIA BR 060, RUMO SIDROLANDIA KM 26, S/N°, FAZENDA LUANA, ZONA RURAL, CAMPO GRANDE - MS, CEP 79072-073, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/12/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999032776, SITUADA À: ESTRADA DO ALCINOPOLIS/TAQUARIZINHO A DI, S/N°, FAZENDA TRANS, ZONA RURAL, ALCINOPOLIS - MS, CEP 79530-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/12/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 17999010861, SITUADA À: RODOVIA PEIXE/JAU DO TOCANTINS KM 58, S/N°, LADO DIREITO,, ZONA RURAL, JAU DO TOCANTINS - TO, CEP 77450-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/12/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999032784, SITUADA À: ESTRADA JATEI A7 PLACAS MARGEM DIREITA, S/N°, ZONA RURAL, JATEI - MS, CEP 79720-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/12/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999032792, SITUADA À: DENOMINADO CHACARA MUTUM, S/N°, ZONA RURAL, RIO BRILHANTE - MS, CEP 79180-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/12/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 52999036214, SITUADA À: RODOVIA GO 164 KM 168, S/N°, FAZENDA SAO J, ZONA RURAL, MOZARLANDIA - GO, CEP 76700-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/12/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999032806, SITUADA À: FAZENDA SANTO ANTONIO, S/N°, ZONA RURAL, ITAQUIRAI - MS, CEP 79965-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/12/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 17999010934, SITUADA À: LOTE 38 DO LOTEAMENTO SAO JOSE, S/N°, FAZENDA VOU T, ZONA RURAL, ALIANCA DO TOCANTINS - TO, CEP 77455-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/12/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 17999010942, SITUADA À: 01 GLEBA REFUGIO OU CARICACAS, S/N°, FAZENDA LEGUA, ZONA RURAL, ANANAS - TO, CEP 77890-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/12/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 17999010951, SITUADA À: RODOVIA MUNICIPAL ALIANCA A SAO JOSE KM, S/N°, FAZENDA QUERO, ZONA RURAL, ALIANCA DO TOCANTINS - TO, CEP 77455-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/12/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 17999010969, SITUADA À: LOTE 04 DO LOTEAMENTO DA MATA ALAGADA, S/N°, FAZENDA PLANE, ZONA RURAL, LAGOA DA CONFUSAO - TO, CEP 77493-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/12/2007.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 17999010977, SITUADA À: LOTE 45 DO LOTEAMENTO CRIXAS, S/N°, ZONA RURAL, CRIXAS DO TOCANTINS - TO, CEP 77463-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 17/12/2007.

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

REMANESCENTE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6.491.135 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ53 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 21.096.000,00.

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4.406.781 - SP, RESIDENTE À RUA CASSIA DA COSTA VIDIGAL, 27, AP 121 12 AND, CENTRO, SAO PAULO - SP, CEP 01000-000, NA SITUAÇÃO DE

ADMINISTRADOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 21.096.000,00. fls. 3843

REMANESCENTE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7.774.333 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ53 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 21.096.000,00.

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7.774.321 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ53 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 21.096.000,00.

REMANESCENTE JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RG/RNE: 6.014.905 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ53 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 21.096.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REIVO PARTICIPACOES LTDA , DOCUMENTO: 35300346874, SITUADA À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 8 AND CJ 81, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01000-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 21.096.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ53 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, REPRESENTANDO REIVO PARTICIPACOES LTDA, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 189.502/08-3 SESSÃO: 29/07/2008

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 20/04/2008. ARQUIVAMENTO DE ATA DE REUNIAO DOS SOCIOS DO DIA 20/04/2008 QUE TINHA POR FIM TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E DO RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE 01/01/2007 A 31/12/2007.

NUM.DOC: 268.544/08-6 SESSÃO: 08/09/2008

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 179.987.553,00 (CENTO E SETENTA E NOVE MILHÕES, NOVECENTOS E OITENTA E SETE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ53 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 29.997.925,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RESIDENTE À RUA CASSIA DA COSTA VIDIGAL, 27, AP 121 12 AND, CENTRO, SAO PAULO - SP, CEP 01000-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 29.997.926,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ53 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 29.997.926,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ53 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 29.997.925,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JURACY FRARE BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 061.826.398-57, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ53 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 29.997.925,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REIVO PARTICIPACOES LTDA , NIRE 35300346874, SITUADA À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 8 AND CJ 81, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01000-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 29.997.926,00.

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ53 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, REPRESENTANDO REIVO PARTICIPACOES LTDA, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2.012, 5 ANDAR, CJ 5, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999034353, CNPJ 53.907.341/0052-51, SITUADA À: ESTRADA CASCALHO CAMAS/AGUA CLARA, S/N, KM 32 A ESQUE, RURAL, RIBAS DO RIO PARDO - MS, CEP 79680-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 25/08/2008.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999034361, SITUADA À: BR 419 - ANASTACIO/ NIOAQUE, S/N, KM 47 A DIREI, RURAL,

	NIOAQUE - MS, CEP 79220-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 25/08/2008.
	ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999034370, SITUADA À: ESTRADA BALSINHA, S/N, FAZENDA SAO R, RURAL, NAVIRAI - MS, CEP 79950-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 25/08/2008.
	ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999034388, SITUADA À: ESTRADA CASSILANDIA/INOCENCIA, S/N, KM 23, 02 KM, RURAL, PARANAIBA - MS, CEP 79500-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 25/08/2008.
	ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999035058, SITUADA À: ESTRADA CAMAPUA/PARAISO, S/N, KM 27 A DIREI, RURAL, CAMAPUA - MS, CEP 79420-000, COM OBJETO DESTACADO DE CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 25/08/2008.
	ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE PROVISÓRIO 17999010942, SITUADA À 01 GLEBA REFUGIO OU CARICACAS, S/N°, FAZENDA LEGUA, ZONA RURAL, ANANAS - TO, CEP 77890-000.
	CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.
NUM.DOC: 124.378/09-2 SESSÃO: 07/04/2009	
	TRANSFORMAÇÃO DESTA SOCIEDADE PARA NIRE 35300367502.
NUM.DOC: 496.048/14-4 SESSÃO: 10/12/2014	
	ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO PUBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN N 28 DE 06/10/2014 E CNJ N 42 DE 31/10/2014.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35202890294
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 21/08/2017

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para GABRIELA DE FREITAS D AVILA : 03427096157. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 90154608, terça-feira, 22 de agosto de 2017 às 13:25:13.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

RECADASTRADA EM 1997, SOB N. 00045102097

EMPRESA

CONTERN CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA.

TIPO: SOCIEDADE LIMITADA

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35203895729	25/09/1986	22/08/2017 13:26:04

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
25/09/1986	56.443.583/0001-80	

CAPITAL

Cz$ 4.580.000.000,00 (QUATRO BILHÕES, QUINHENTOS E OITENTA MILHÕES DE CRUZADOS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA	NÚMERO: 2012	
BAIRRO: JARDIM PAULISTANO	COMPLEMENTO: 5 AND CJ54 S2	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 01451-000	UF: SP

OBJETO SOCIAL

OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
EXTRAÇÃO DE AREIA, CASCALHO OU PEDREGULHO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.654.238-76 (CPF INCORRETO), RG/RNE: 7774333, RESIDENTE À RUA CARIBAS, 278, LINS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.145.000.000,00

NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 670, APTO 111, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.145.000.000,00

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AV. JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, LINS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.145.000.000,00

SILMAR ROBERTO BENTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI, 670, APTO 111, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.145.000.000,00

ARQUIVAMENTOS

SESSÃO: 04/09/1990

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35901265330, SITUADA À: PARQUE INDUSTRIAL DE LINS, S/N, LINS - SP. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 04/09/1990.

NUM.DOC: 210.487/92-6 SESSÃO: 29/12/1992

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 4.580.000.000,00 (QUATRO BILHÕES, QUINHENTOS E OITENTA MILHÕES DE CRUZEIROS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 670, APTO 111, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.145.000.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AV. JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, LINS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.145.000.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.654.238-76 (CPF INCORRETO), RG/RNE: 7774333, RESIDENTE À RUA CARIBAS, 278, LINS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.145.000.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BENTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI, 670, APTO 111, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.145.000.000,00.

NUM.DOC: 182.064/93-1 SESSÃO: 23/11/1993

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 61.000.000,00 (SESSENTA E UM MILHÕES DE CRUZEIROS REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 670, APTO 111, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 15.250.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AV. JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, LINS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 15.250.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333, RESIDENTE À RUA CARIBAS, 278, LINS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 15.250.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BENTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI, 670, APTO 111, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 15.250.000,00.

NUM.DOC: 095.298/96-4 SESSÃO: 24/06/1996

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 1.560.000,00 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E SESSENTA MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781 - SP, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI VITA, 392, AP 51 5 ANDAR, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 390.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À AV. JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, LINS - SP, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 390.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333 - SP, RESIDENTE À RUA CARIBAS, 278, LINS - SP, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 390.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BENTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE:

7774321 - SP, RESIDENTE À RUA ANGELINA MAFFEI, 670, APTO 111, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 390.000,00.

NUM.DOC: 190.186/04-5 SESSÃO: 15/04/2004

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: ALTERACAO CONTRATUAL: ALTERANDO DE "SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA" PARA " SOCIEDADE LIMITADA"

INCLUSÃO DE CNPJ 56.443.583/0001-80

NUM.DOC: 229.055/04-7 SESSÃO: 03/06/2004

ATA DE REUNIAO PARA APROVACAO DE BALANCO:ORDEM DO DIA:TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E O DE RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE UM DE JANEIRO DE DOIS MIL E TRES A TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TRES.

NUM.DOC: 364.644/04-7 SESSÃO: 30/09/2004

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 4.000.000,00 (QUATRO MILHÕES DE REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781 - SP, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, AP 121 12 AND, CENTRO, SAO PAULO - SP, CEP 01100-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.000.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À RUA 13 DE MAIO, 200, AP 114 14 AND, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.000.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE ARIANO RODRIGUES, 413, JARDIM ARIANO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.000.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À RUA CANDIDO RODRIGUES, 199, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.000.000,00.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA EXTRAÇÃO DE AREIA, CASCALHO OU PEDREGULHO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO, CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 028.687/05-0 SESSÃO: 14/03/2005

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 51999015950, CNPJ 56.443.583/0003-41, SITUADA À: SACRE II SALTO BELO, CX.POSTAL 182, ZONA RURAL, CAMPO NOVO DO PARECIS - MT, CEP 78360-000, COM OBJETO DESTACADO DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA, COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE E TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 22/02/2005.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 112.834/05-0 SESSÃO: 29/04/2005

ORDEM DO DIA: TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E O DE RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE UM DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO A TRINTA E UM DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO

NUM.DOC: 150.700/05-2 SESSÃO: 09/06/2005

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 4.218.000,00 (QUATRO MILHÕES, DUZENTOS E DEZOITO MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4.406.781 - SP, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, AP121 12 A, CENTRO, SAO PAULO - SP, CEP 01000-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.054.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4.406.782 - SP, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 A CJ.53 SL1, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.054.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE:

7.774.333 - SP, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 A CJ.53 SL1, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.054.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7.774.321 - SP, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 A CJ.53 SL1, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.054.500,00.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ54 S2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 181.811/05-4 SESSÃO: 07/07/2005

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 60.000.000,00 (SESSENTA MILHÕES DE REAIS).

RETIRA-SE DA SOCIEDADE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781 - SP, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, AP121 12 A, CENTRO, SAO PAULO - SP, CEP 01000-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.054.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5A CJ.53 SL1, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, REPRESENTANDO COMAPI AGROPECUARIA LTDA., NA SITUAÇÃO DE DIRETOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333 - SP, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5A CJ.53 SL1, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.054.500,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5A CJ.53 SL1, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.054.500,00.

ADMITIDO COMAPI AGROPECUARIA LTDA. , NIRE 35202890294, SITUADA À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 S.02, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 59.999.999,00.

CITADO NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4.406.781 - SP, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, AP.121 12ANDA, SAO PAULO - SP, REPRESENTANDO COMAPI AGROPECUARIA LTDA., COMO DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEITO FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7.774.333 - SP, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 SL01, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEITO SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7.774.321 - SP, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 SL01, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 069.538/06-2 SESSÃO: 12/06/2006

ARQUIVAMENTO DE ATA DE REUNIAO PARA APROVACAO DE BALANCO, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2006 QUE DELIBEROU SOBRE OS SEGUINTES ASSUNTOS: TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E DE RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE 01/01/2005 A 31/12/2005.

NUM.DOC: 158.906/06-8 SESSÃO: 15/08/2006

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903040688, SITUADA À: RODOVIA DOM GABRIEL PAULINO BUENO COUTO, S/N, KM 80,4 SP300, JACARE, CABREUVA - SP, CEP 13319-000, COM OBJETO DESTACADO DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 03/08/2006.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 171.782/07-0 SESSÃO: 18/05/2007

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999029651, SITUADA À: MARGEM DIREITA RIO PARANA, SUB-BACIA 63, S/N, BACIA

DO RIO, PARANA, CHAPADAO DO SUL - MS, CEP 79560-000, COM OBJETO DESTACADO DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES E ALUGUEL DE ANDAIMES. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/05/2007.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 172.060/07-2 SESSÃO: 29/05/2007

ARQUIVAMENTO DA ATA DE REUNIAO DE SOCIOS REALIZADA EM 13/04/2007, ORDEM DO DIA TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORA E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E O RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE 01/01/2006 E 31/12/2006.

NUM.DOC: 374.375/07-0 SESSÃO: 21/12/2007

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL, PEÇAS E ACESSÓRIOS, GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS, COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 32999023230, SITUADA À: AVENIDA DANTE MICHELINI, 5500, SALA 01, JARDIM CAMBURI, VITORIA - ES, CEP 29090-900, COM OBJETO DESTACADO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 096.383/08-2 SESSÃO: 03/04/2008

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903393050, SITUADA À: RUA REPUBLICA DO LIBANO, 1121, JARDIM CARLOS, SAO PAULO - SP, CEP 13572-081.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 111.185/08-7 SESSÃO: 28/04/2008

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: 17 ALTERACAO CONTRATO DE 17.03.2008 APROVANDO A RETIFICACAO DO ENDERECO DA FILIAL DO ESPIRITO SANTO, SENDO O ENDERECO CORRETO: AV. DANTE MICHELINI, 5500-COMPLEMENTO C-HELIO FERRAZ PAT 4.500.054,BAIRRO PQ.INDUSTRIAL, NA CIDADE DE VITORIA, ESTADO ESPIRITO SANTO,CEP 29090-900; RATIFICA A ABERTURA DA FILIAL ACIMA MENCIONADA; CONSOLIDACAO DO CONTRATO SOCIAL.

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 32900359095, ALTERADO PARA AVENIDA DANTE MICHELINI, 5500, COMPL.C-HELIO, PARQUE INDUSTRIAL, VITORIA - ES, CEP 29090-900.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 192.205/08-0 SESSÃO: 18/06/2008

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 53999026970, CNPJ 56.443.583/0008-56, SITUADA À: HS/SUL, QUADRA 06, S/N, CJ.A/BL.E/SAL, QUADRA 06, BRASILIA - DF, CEP 70322-915. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 27/05/2008.

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 51900242304, CNPJ 56.443.583/0003-41, ALTERADO PARA RODOVIA MT 160, KM.48,PROXIMO AO SALTO A, KM.48, FAZ.HIROSHIMA, ZONA RURAL, ALTA FLORESTA - MT, CEP 78580-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 189.499/08-4 SESSÃO: 29/07/2008

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 13/04/2008. ARQUIVAMENTO DE ATA DE REUNIAO DOS SOCIOS DO DIA 13/04/2008 QUE TINHA POR FIM TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E DO RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE 01/01/2007 A 31/12/2007.

NUM.DOC: 268.730/08-8 SESSÃO: 15/09/2008

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA OLIMPIADAS, 66, 6 ANDAR, CONJ, VILA OLIMPIA, SAO PAULO - SP, CEP 04551-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 312.332/08-7 SESSÃO: 02/10/2008

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA OLIMPIADAS, 66, 6 ANDAR, CON, VILA OLIMPIA, SAO PAULO - SP, CEP 04551-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 373.292/08-9 SESSÃO: 12/11/2008

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903527188, SITUADA À: R.COR.JULIO AUGUSTO DE OLIVEIRA SALLES, S/N, DIST.INDUSTRIAL, SAO PAULO - SP, CEP 13570-820, COM OBJETO DESTACADO DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 255.663/09-2 SESSÃO: 23/07/2009

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 30/04/2009. TOMAR AS CONTAS DOS ADMNISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E O DE RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE 1/01/2008 E 1/12/2008

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E O DO RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE 01/01/2008 A 30/12/08

NUM.DOC: 407.248/09-2 SESSÃO: 21/10/2009

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5A CJ.53 SL1, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, REPRESENTANDO COMAPI AGROPECUARIA S/A.., NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE COMAPI AGROPECUARIA S/A.. , NIRE 35300367502, SITUADA À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 S.02, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 59.999.999,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, AP.121 12ANDA, SAO PAULO - SP, REPRESENTANDO COMAPI AGROPECUARIA S/A.., COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 SL01, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 SL01, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

NOMEADO JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135, RESIDENTE À AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AND CJ 53 S1, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35903040688, SITUADA À RODOVIA DOM GABRIEL PAULINO BUENO COUTO, S/N, KM 80,4 SP300, JACARE, CABREUVA - SP, CEP 13319-000.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 28999007321, SITUADA À: RUA C, 10, SALA 02, MOSQUEIRO, ARACAJU - SE, CEP 49039-090.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 15999018437, CNPJ 56.443.583/0011-51, SITUADA À: RODOVIA BR-163 (CUIABA-SANTAREM), KM 933, S/N, SALA 02, CENTRAL, ALTAMIRA - PA, CEP 68379-200.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999029651, SITUADA À MARGEM DIREITA RIO PARANA, SUB-BACIA 63, S/N, BACIA DO RIO, PARANA, CHAPADAO DO SUL - MS, CEP 79560-000.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE PROVISÓRIO 32999023230, SITUADA À AVENIDA DANTE MICHELINI, 5500, SALA 01, JARDIM CAMBURI, VITORIA - ES, CEP 29090-900.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 407.628/09-5 SESSÃO: 21/10/2009

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 30/09/2009. AUTORIZAR OS DIRETORES A ASSINAREM O CONTRATO DE CONTRA GARANTIA CONDICOES CONTRATUAIS GERAIS COM A EMPRESA BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS S;A

NUM.DOC: 017.644/10-0 SESSÃO: 13/01/2010

ABERTURA DE FILIAL NIRE 51900317100, CNPJ 56.443.583/0009-37, SITUADA À: RUA DOM WONIBALDO, S/N, CENTRAL, ITIQUIRA - MT, CEP 79780-000, COM OBJETO DESTACADO DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 09/12/2009.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 056.496/10-2 SESSÃO: 18/02/2010

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 850.000.000,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA MILHÕES DE REAIS).

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5A CJ.53 SL1, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE COMAPI AGROPECUARIA S/A.. , NIRE 35300367502, SITUADA À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 S.02, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 849.999.999,00.

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, AP.121 12ANDA, SAO PAULO - SP, REPRESENTANDO COMAPI AGROPECUARIA S/A.., COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REMANESCENTE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774533, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 SL01, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 SL01, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REMANESCENTE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135, RESIDENTE À AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AND CJ 53 S1, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

CITADO ROGERIO CAMARA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 261.638.518-03, RG/RNE: 237882555, RESIDENTE À AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ 53, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, REPRESENTANDO COMAPI AGROPECUARIA S/A...

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 121.535/10-1 SESSÃO: 22/04/2010

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 23900434278, CNPJ 56.443.583/0010-70, SITUADA À: RODOVIA CE 422 KM 3,2, CAUCAIA - CE, CEP 60670-000.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 29999058406, SITUADA À: RODOVIA VIA MATOIM, CIA NORTE, CANDEIAS - BA, CEP 22604-101.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 144.540/10-1 SESSÃO: 05/05/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 12/04/2010. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRMINIAL E DO RESULTADO FINANCEIRO DO ANO DE 2009

NUM.DOC: 160.802/10-6 SESSÃO: 12/05/2010

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/05/2010. OBS: BALANCO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008.

NUM.DOC: 171.101/10-8 SESSÃO: 19/05/2010

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/05/2010.

NUM.DOC: 171.102/10-1 SESSÃO: 19/05/2010

D.C.I. (DIARIO COMERCIO E INDUSTRIA), DE 04/05/2010.

NUM.DOC: 176.146/10-6 SESSÃO: 21/05/2010

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 06/05/2010.

NUM.DOC: 176.147/10-0 SESSÃO: 21/05/2010

D.C.I. (DIARIO COMERCIO E INDUSTRIA), DE 06/05/2010.

NUM.DOC: 208.149/10-7 SESSÃO: 17/06/2010

RETIFICA-SE O ENDERECO DA FILIAL LOZALIZADA NO MUNCIPIO DE ITIQUIRA, ESTADO DO MATO GROSSO, DE RUA DOM WONIBALDO, S/N, BAIRRO CENTRAL, CEP 79780-000, PARA RUA DOM WONIBALDO, 819, BAIRRO CENTRO, CEP 78790-000, NIRE PROVISORIO 51999030312.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS, ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM

OPERADOR, EXCETO ANDAIMES. fls. 3852

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 51900317100, CNPJ 56.443.583/0009-37, SITUADA À RUA DOM WONIBALDO, S/N, CENTRAL, ITIQUIRA - MT, CEP 79780-000. ALTERADO PARA RUA DOM WONIBALDO, 819, CENTRO, ITIQUIRA - MT, CEP 78790-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 389.923/10-2 SESSÃO: 03/11/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 25/10/2010. AUTORIZAR A PRESTACAO DE FIANCA PELA COMPANHIA EM FAVOR DA EMPRESA CONSORCIO SPMAR, A SER CONSTITUIDA COM SEDE NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 3.311, 6 ANDAR, NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N EM CONSTITUICAO, NO CONTRATO PARA EMISSAO DE APOLICE(S) E ENDOSSO(S) DE SEGUR O GARANTIA FIRMADO OU A SER FIRMADO COM A EMPRESA CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS, NA QUALIDADE DE SEGURADORA.

NUM.DOC: 444.349/10-8 SESSÃO: 14/12/2010

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 51999032617, SITUADA À: RODOVIA MT 100, KM 63,6, A ESQUERDA, SL2/ZONA RURA, FAZ.SAO JOAO, ALTO TAQUARI - MT, CEP 78785-000, COM OBJETO DESTACADO DE EXTRAÇÃO E BRITAMENTO DE PEDRAS E OUTROS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO, ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS E COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 43901527578, SITUADA À: RUA PRESIDENTE LUCENA, 3569, SALA 110 A, CENTRO, ESTANCIA VELHA - RS, CEP 93600-000, COM OBJETO DESTACADO DE CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 21999013189, SITUADA À: RUA CORONEL BANDEIRA, 1632, CENTRO, IMPERATRIZ - MA, CEP 65900-010, COM OBJETO DESTACADO DE OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE E OBRAS DE TERRAPLENAGEM.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 057.681/11-9 SESSÃO: 10/02/2011

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 33999157555, SITUADA À: AVENIDA NILO PECANHA, 50, 18AND.C.1809, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 20020-906. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 28/01/2011.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 075.895/11-0 SESSÃO: 24/02/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 14/02/2011. DELIBERAR ACERCA (I) DA CONCESSAO DE FIANCA PELA SOCIEDADE EM FAVOR DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A. ("SPMAR"), EM GARANTIA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, EM CONSONANCIA COM A INSTRUCAO DA COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS CVM N 476, DE 1 6 DE JANEIRO DE 2009, NO VALOR DE R$ 300.000.000,00 (TREZENTOS MILHOES DE REAIS), COM VENCIMENTO EM 18 DE FEVEREIRO DE 2012, RESSALVADAS, ENTRE OUTRAS, AS HIPOTESES DE VENCIMENTO ANTECIPADO E AQUISICAO FACULTATIVA, PREVISTAS NO RESPECTIVO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA COM GARANTIA FIDEJUSSORIA, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA SPMAR (ESCRITURA E "EMISSAO"); (II) DA ALIENACAO FIDUCIARIA DA TOTALIDADE DAS A COES DO CAPITAL SOCIAL DA SPMAR, DETIDAS PELA SOCIEDADE, AS QUAIS, NESTA DATA, SOMAM 404.429.536 (QUATROCENTOS E QUATRO MILHOES QUATROCENTOS E VINTE E NOVE MIL QUINHENTOS E TRINTA E SEIS) ACOES QUE REPRESENTAM 74% (SETENTA E QUATRO POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL DA SPMAR, BEM COMO DE DIVIDENDOS, JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO E QUAISQUER OUTROS RENDIMENTOS DECORRENTES DE TAIS ACOES E DE EVENTUAIS NOVAS ACOES QUE VENHAM A SER CRIADAS OU ADQUIRIDAS NO FUTURO, DIREITOS OU BONUS DE SUBSCRICAO, DEBENTURES CONVERSIVEIS, PARTES BENEFICIARIAS OU OUTROS VALORES MOBILIARIOS CONVERSIVEIS EM ACOES RELATIVOS AO CAPITAL SOCIAL DA SPMAR, NOS TERMOS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS, CELEBRADO NESTA DATA ENTRE A SPMAR, A SOCIEDADE, A CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. E A PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA., NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIARIO (CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCI ARIA DE ACOES); E (III) DA AUTORIZACAO A SER CONCEDIDA AOS ADMINISTRADORES DA SOCIEDADE PARA FIRMAR OS DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA AS OPERACOES ACIMA DESCRITAS.

NUM.DOC: 099.603/11-1 SESSÃO: 16/03/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 26/02/2011. PUBLICOU ATA EM : 14/02/2011.

NUM.DOC: 099.604/11-5 SESSÃO: 16/03/2011

EMPRESAS NEGOCIOS, DE 26/02/2011. PUBLICOU ATA EM : 14/02/2011.

NUM.DOC: 162.009/11-2 SESSÃO: 29/04/2011

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 35901265330, SITUADA À PARQUE INDUSTRIAL DE LINS, S/N, LINS - SP. ALTERADO PARA AVENIDA JOSE FOGOLIN, S/N, BLOCO 3, PARQUE INDUSTRIAL, LINS - SP, CEP 16404-010.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35903393050, SITUADA À RUA REPUBLICA DO LIBANO, 1121, JARDIM CARLOS, SAO PAULO - SP, CEP 13572-081.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 51999032871, SITUADA À: RODOVIA MT 100 KM 56, S/N, ZONA RURAL, ALTO TAQUARI - MT, CEP 78785-000, COM OBJETO DESTACADO DE BRITAMENTO DE PEDRAS, EXCETO ASSOCIADO À EXTRAÇÃO.

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE PROVISÓRIO 51999015950, CNPJ 56.443.583/0003-41, SITUADA À SACRE II SALTO BELO, CX.POSTAL 182, ZONA RURAL, CAMPO NOVO DO PARECIS - MT, CEP 78360-000. ALTERADO PARA RODOVIA MT 160 KM, 48, ZONA RURAL, ALTA FLORESTA - MT, CEP 78580-000.

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE PROVISÓRIO 53999026970, CNPJ 56.443.583/0008-56, SITUADA À HS/SUL, QUADRA 06, S/N, CJ.A/BL.E/SAL, QUADRA 06, BRASILIA - DF, CEP 70322-915. ALTERADO PARA SH/SUL QUADRA 06 CJ.A BL.E SL.726 727, S/N, ED.BUSINES, CENTER PARK, BRASILIA - DF, CEP 70322-915.

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE PROVISÓRIO 15999018437, CNPJ 56.443.583/0011-51, SITUADA À RODOVIA BR-163 (CUIABA-SANTAREM), KM 933, S/N, SALA 02, CENTRAL, ALTAMIRA - PA, CEP 68379-200. ALTERADO PARA RODOVIA BR 163(CUIABA SANTAREM)KM 933, S/N, SL.02, CENTRAL, ALTAMIRA - PA, CEP 68379-200.

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 51900317100, CNPJ 56.443.583/0009-37, ALTERADO PARA RUA DOM WONIBALDO, 819, CENTRO, ITIQUIRA - MT, CEP 78790-000.

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 23900434278, CNPJ 56.443.583/0010-70, SITUADA À RODOVIA CE 422 KM 3,2, CAUCAIA - CE, CEP 60670-000. ALTERADO PARA RODOVIA CE-422 KM 3,2, S/N, CAUCAIA - CE, CEP 60670-000.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE PROVISÓRIO 28999007321, SITUADA À RUA C, 10, SALA 02, MOSQUEIRO, ARACAJU - SE, CEP 49039-090.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 215.384/11-8 SESSÃO: 08/06/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 25/04/2011. DELIBERAR E RATIFICAR ACERCA(I) DA CONCESSAO, POR PARTE DA SOCIEDADE,DE FIANCA EM FAVOR DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A., A QUAL A SOCIEDADE, POSSUI PARTICIPACAO SOCIETARIA, EM GARANTIA AO CONTRATO PARA EMISSAO DE APOLICE(S) E ENDOSSO(S) DE SEGURO GARANTIA; DE AUTORIZACAO PARA A ASSINATURA, POR PARTE DA SOCIEDADE, DOS DOCUMENTOS INERENTES A OPERACAO ACIMA MENCIONADA.

NUM.DOC: 224.778/11-0 SESSÃO: 13/06/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 25/04/2011. APROVACAO DO BALANCO PATRIMONIAL E DE RESULTADO ECONOMICO DO ANO DE 2010

NUM.DOC: 230.857/11-5 SESSÃO: 28/06/2011

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 54999044324, SITUADA À: RODOVIA BR 158-S/N-KM 231, S/N, FAZENDA SANTA, ZONA RURAL, TRES LAGOAS - MS, CEP 79610-100. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 21/06/2011.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 328.424/11-0 SESSÃO: 17/08/2011

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, CJ., JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 381.867/11-0 SESSÃO: 22/09/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 06/09/2011. DELIBERAR ACERCA (I) DA CONCESSAO DE FIANCA PELA SOCIEDADE EM FAVOR DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A. ("SPMAR"), EM GARANTIA DA 2 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, EM CONSONANCIA COM A INSTRUCAO DA COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS CVM N 476, DE 1 6 DE JANEIRO DE 2009, NO VALOR DE R$ 420.000.000,00 (QUATROCENTOS E VINTE MILHOES DE REAIS), COM VENCIMENTO EM 18 DE FEVEREIRO DE 2015, RESSALVADAS, ENTRE OUTRAS, AS HIPOTESES DE VENCIMENTO ANTECIPADO E AQUISICAO FACULTATIVA, PREVISTAS NO RESPECTIVO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA SPMAR (ESCRITURA E "EMISSAO"); (II) DA ALIENACAO FIDUCIARIA DA TOTALID ADE DAS ACOES DO CAPITAL SOCIAL DA SPMAR, DETIDAS PELA SOCIEDADE, AS QUAIS, NESTA DATA, SOMAM 404.429.526 (QUATROCENTOS E QUATRO MILHOES QUATROCENTOS E VINTE E NOVE MIL QUINHENTOS E VINTE E SEIS) ACOES QUE REPRESENTAM 74%

(SETENTA E QUATRO POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL DA SPMAR, BEM COMO DE DIVIDENDOS, JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO E QUAISQUER OUTROS RENDIMENTOS DECORRENTES DE TAIS ACOES E DE EVENTUAIS NOVAS ACOES QUE VENHAM A SER CRIADAS OU ADQUIRIDAS NO FUTURO, DIREITOS OU BONUS DE SUBSCRICAO, DEBENTURES CONVERSIVEIS, PARTES BENEFICIARIAS OU OUTROS VALORES MOBILIARIOS CONVERSIVEIS EM ACOES RELATIVOS AO CAPITAL SOCIAL DA SPMAR, NOS TERMOS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS, A SER CELEBRADO ENTRE A SPMAR, A SOCIEDADE, A CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. E A OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A., NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIARIO (CONTRATO DE ALIENACA O FIDUCIARIA DE ACOES); E (III) DA AUTORIZACAO A SER CONCEDIDA AOS ADMINISTRAD ORES DA SOCIEDADE PARA FIRMAR OS DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA AS OPERACOES ACIMA DESCRITAS.

NUM.DOC: 350.363/11-0 SESSÃO: 23/09/2011

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, CJ.5, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000.

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: ALTERAR CLAUSULA 2 PARA RETIFICAR A ORDEM DA NUMERACAO CRONOLOGICA DO OBJETO SOCIAL DISPOSTOS NA CLAUSULA 2 DA SEDE REGISTRADA NA 31 ALTERACAO DO CONTRATO SOCIAL, ARQUIVADA NA JUCESP SOB N 328.424/11-0 DE NUMERACAO 17,18,19,20,21,22,23,14,25,26 E 27 PARA: 16,17,18,19,20,21,22,23,24, 25 E 26.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE PROVISÓRIO 51999032871, SITUADA À RODOVIA MT 100 KM 56, S/N, ZONA RURAL, ALTO TAQUARI - MT, CEP 78785-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 413.477/11-3 SESSÃO: 14/10/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 27/09/2011. PUBLICOU ATA EM : 06/09/2011.

NUM.DOC: 413.478/11-7 SESSÃO: 14/10/2011

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 27/09/2011. PUBLICOU ATA EM : 06/09/2011.

NUM.DOC: 413.479/11-0 SESSÃO: 14/10/2011

MONITOR, DE 27/09/2011. PUBLICOU ATA EM : 06/09/2011.

NUM.DOC: 459.700/11-0 SESSÃO: 21/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 10/05/2011. OS SOCIOS DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE, SEM QUAISQUER RESERVAS, RESSALVAS OU OPOSICAO, A APROVACAODE PRESTACAO DE AVAL OU FIANCA PELA SOCIEDADE ASSUMA OBRIGACOES COMO DEVEDORA E/OU GARANTIDORAEM FAVOR DO CONSORCIO CONSTRUTOR BELO MONTE, COM ENDERECONA RUA BELEM, 3.158 BAIRRO JARDIM INDEPENDENTE I, CEP 68.372-620, NA CIDADE DE ALTAMIRA, ESTADO DO PARA, DE ACORDO CONSORCIAL FIRMADO PELAS CCONSORCIADAS EM 16.02.2011, EM CONTRATOS DE FINACIAMENTOS QUE TENHAM POR FINALIDADE O EXERCICIO DE SEU OBJETO SOCIAL, DEVENDO TAL OBRIGACAO SER ASSSUMIDA SEMPRE EM CONJUNTO COM AS DEMAIS EMPRESAS INTEGRANTESDO CONSORCIO CONSTRUTOR BELO MONTE.

NUM.DOC: 493.439/11-0 SESSÃO: 09/12/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 10/05/2011. OS SOCIOS DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE , SEM QUAIQUER RESERVAS, RESSALVAS OU OPSICAO, A APROVACAO DE PRESTACAO DE AVAL OU FIANCA PELA SOCIEDADE DE FORMA EXTRAORDINARIA , BEM COMO DELIBERAM QYE A SOCIEDADE ASSUMA OBRIGACOES COMO DEVOLADORA E/OU GARANTIDORA EM FAVAOR DO CONSORCIO CONSTRUTOR BELO MONTE , COM ENDERECO NA RUA BELEM, 3.518, BAIRRO JARDIM INDEPENDENTE I, CEP 68.372-620, NA CIDADE DE ALTAMIRA , ESTADO DO PARA, DE ACORDO COM O PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO) DE PARTICIPACAO CONSTANTE DO ITEM 3.2 DO ACORDO CONSORCIAL FIRMADO PELAS CONSORCIADAS EM 16.02.2011, EM CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS QUE TENHAM POR FINALIDADE O EXERCICIO DE SEU OBJETO SOCIAL , DEVENDO TAL OBRIAGACAO SER ASSUMIDA SEMPRE EM CONJUNTO COM AS DEMAIS EMPRESAS INTEGRANTES DO CONSORCIO CONSTRUTOR BELO MONTE.

NUM.DOC: 493.440/11-2 SESSÃO: 09/12/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 23/11/2011. AUTORIZAR A EMISSAO PELA CIA DE CEDULA DE CREDITO BANCARIO (CCB) N 1166046 EMITIDA RM FAVOR DO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL SA, NO VALOR DE R$ 7.500.000,00 ACRESCIDOS DE JUROS A TAXA CDI MAIS 10,03% AO ANO, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 17.02.2012, AUTORIZADO EVENTUAIS ADITIVOS, PRORROGACOES E/OU RENOVACOES; E AUTORIZAR OS ADMINISTRADORES DA SOCIEDADE A ASSINAREM TODOS E QUAISQUER DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA A FORMALIZACAO DA DELIBERACAO ANTERIOR FICANDO DESDE LOGO AUTORIZADOS A FIRMAREM EVENTUAIS ADITIVOS, PRORROGACOES E/OU RENOVACOES DA CARTULA.

NUM.DOC: 503.541/11-4 SESSÃO: 22/12/2011

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 51999035403, SITUADA À: AV. ERMANO RIBEIRO DA SILVA, 1052, CENTRO,

COCALINHO - MT, CEP 78680-000. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 31/10/2011. fls. 3855

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 31999190267, SITUADA À: RUA LEAO, 277, SERRA VERDE, PASSOS - MG, CEP 37901-308. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 31/10/2011.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 026.023/12-0 SESSÃO: 10/01/2012

RE-RATIFICACAO: O ITEM (II) DA ORDEM DO DIA DEVE PASSAR A CONSTAR CONFORME SEGUE: (II) DA ALIENACAO FIDUCIARIA DA TOTALIDADE DAS ACOES DO CAPITAL SOCIAL DA SMPAR, DETIDAS PELA SOCIEDADE, AS QUAIS, NESTA DATA, SOMAM 404.429.526 ACOES QUE REPRESENTAM 74% DO CAPITAL SOCIAL DA SPMAR, BEM COMO DE DIVIDENDO JUROS SOBRE O CAPITAL PROPRIO QUAISQUER OUTROS RENDIMENTOS DECORRENTES DE TAIS ACOES E DE EVENTUAIS NOVAS ACOES QUE VENHAM A SER CRIADAS OU ADQUIRIDAS NO FUTURO, DIREITOSOU BONUS DE SUBSCRICAO, DEBENTURES CONVERSIVEIS, PARTES BENEFICIARIAS OU OUTROS VALORES MOBILIARIOS CONVERSIVEIS EM ACOES RELATIVAS AO CAPITAL SOCIAL DA SPMAR, NOS TERMOS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS, CELEBRADO NESTA DATA ENTRE A SPMAR, A SOCIEDADE, A CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. E A PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA., NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIARIO.

RE-RATIFICACAO:OS SOCIOS RETIFICAM O AUMENTO DO CAPITAL PARA R$ 404.429.536,00 (QUATROCENTOS E QUATRO MILHOES QUATROCENTOS E VINTE E NOVE MIL QUINHENTOS E VINTE SEIS).

NUM.DOC: 103.281/12-5 SESSÃO: 08/03/2012

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 17/10/2011. AUTORIZAR O CONSORCIO CONSTRUTOR BELO MONTE (CCBM) OBTER EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS PARA CONSTRUCAO DA UHE BELO MONTE. A RESPONSABILIDADE ELOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELA REFERIDO CONSORCIO SERAO SEMPRES ASSUMIDOS EM CONJUNTO COM AS DEMAIS EMPRESAS INTEGRANTES DO CONSORCIO CONSTRUTOR BELO MONTE. NO CASO A CONTERN O PERCENTUAL E DE 10% (DEZ POR CENTO) DE PARTICIPACAO DE ACORDO COM O ITEM 3.2 DO ACORDO CONSOCIAL FIRMADO PELAS CONSORCIADAS EM 16.02.2011.

NUM.DOC: 120.582/12-0 SESSÃO: 19/03/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 16/02/2012. 4.ORDEM DO DIA: DELIBERAR ACERCA (I) DA APROVACAO DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES. NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA COM GARANTIA ADICIONAL. PARA DISTRIBUICAO POBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A. (ADITAMENTO, DEBENTURES E SPMAR, RESPECTIVAM CNTE). NO QUAL A SOCIEDADE E INTERVENIENTE GARANTIDORA E FIADORA DE TODAS AS OBRIGACOES ASSUMIDAS PELA SPMAR. A FIM DE ESTENDER O PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES, COM A RESPECTIVA ALTERACAO DA DATA DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES PARA 16 DE AGOSTO DE 2012; (II) DA CELEBRACAO DE ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS, DATADO DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011, CONFORME ADITADO PELO PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS, DATADO DC 9 DE DEZEMBRO DE 2011, CELEBRADOS ENTRE A SPMAR, A CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A., A SOCIEDADE E A PAVARINI DISTRIBUIDORA DC TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.. NA QUALIDADE DC AGENTE FIDUCIARIO (CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCI ARIA DE ACOES E SEGUNDO ADITAMENTO AP CONTRATO DC ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACO ES. RESPECTIVAMENTE). EM QUE CONSTE A NOVA DATA DC VENCIMENTO DAS DEBENTURES, CONFORME DEFINIDA NO ADITAMENTO; E (III) DA AUTORIZACAO AOS DIRETORES DA SOCIEDADE PARA QUE ESTES ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DO ADITAMENTO E DO SEGUNDO ADITAMENTO AO CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES.

NUM.DOC: 150.863/12-3 SESSÃO: 11/04/2012

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 863.337.364,00 (OITOCENTOS E SESSENTA E TRÊS MILHÕES, TREZENTOS E TRINTA E SETE MIL, TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS).

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5A CJ.53 SL1, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE COMAPI AGROPECUARIA S/A.. , NIRE 35300367502, SITUADA À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 S.02, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 863.337.363,00.

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, AP.121 12ANDA, SAO PAULO - SP, REPRESENTANDO COMAPI AGROPECUARIA S/A.., COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REMANESCENTE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774533,

RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 SL01, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. fls. 3856

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 SL01, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REMANESCENTE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135, RESIDENTE À AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AND CJ 53 S1, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 51900317100, CNPJ 56.443.583/0009-37, SITUADA À RUA DOM WONIBALDO, 819, CENTRO, ITIQUIRA - MT, CEP 78790-000. ALTERADO PARA RODOVIA BR 163, KM 41, NORTE MINEIRINHO, ITIQUIRA - MT, CEP 78790-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 155.731/12-9 SESSÃO: 12/04/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 30/03/2012. DELIBERAR ACERCA DA CONCESSAO, POR PARTE DA SOCIEDADE,DE AVAL E/OU FIANCA EM FAVOR DAS OPERACOES FIRMADAS ENTRE A COMAPI AGROPECUARIA S.A. E BSB PRODUTORA DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL S.A. COM O BANCO DO BRASIL S.A E DA AUTORIZACAO PARA A ASSINATURA, POR PARTE DA SOCIEDADE, DOS DOCUMENTOS INERENTES AS OPERACOES ACIMA MENCIONADOS.

NUM.DOC: 263.064/12-8 SESSÃO: 20/06/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 06/06/2012. APROVACAO DE CONSTITUICAO, POR PARTE DA SOCIEDADE, DE GARANTIA FIDUCIARIA EM FAVOR DA EMPRESA GAIA ENERGIA E PARTICIPACOES S.A., ATRAVES DE CESSAO FIDUCIARIA DE DIREITOS CREDITOROS NO VALOR DE R$ 152.264.873,86.

NUM.DOC: 321.749/12-1 SESSÃO: 25/07/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 03/07/2012. DELIBERA-SE SOBRE: APROVACAO DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO A ESCRITURA DE DEBENTURE DA 1 EMISSAO DE DEBENTURE SIMPLES.

NUM.DOC: 390.008/12-6 SESSÃO: 04/09/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 07/08/2012. DELIBERAR ACERCA DA (I) APROVACAO DE ALTERACOES NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE E SCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A. DATADO DE 15 DE FEVEREIRO DE 2011, CONFORME ADITADO DE TEMPOS EM TEMPOS, CELEBRADO ENTRE A CONCESSIONARIA SPMAR S.A. (EMISSORA), PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA. (AGENTE FIDUCIARIO), HEBER PARTICIPACOES S.A. (H EBER), CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. (CIBE), INFRA BERTIN EMPREEND IMENTOS S.A. (INFRA BERTIN) E A SOCIEDADE (ESCRITURA); (II) AUTORIZAR A ASS INATURA, PELA SOCIEDADE, DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A. (TERCEIR O ADITAMENTO A ESCRITURA) NA FORMA DO ANEXO 1 A PRESENTE ATA; (III) APROVACAO DA ASSINATURA, PELA SOCIEDADE, DE TODOS E QUAISQUER FUTUROS ADITAMENTOS A DOCUMENTOS RELATIVOS A 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A. (EMISSAO); E (IV) AUTORIZACAO AOS DIRETORES DA SOCIEDADE PARA QUE ESTES ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DE TODOS E QUAISQUER ADITAMENTOS RELACIONADOS AOS DOCUMENTOS RELATIVOS A EMISSAO.

NUM.DOC: 426.095/12-1 SESSÃO: 03/10/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 14/09/2012.

NUM.DOC: 426.096/12-5 SESSÃO: 03/10/2012

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 14/09/2012.

NUM.DOC: 446.799/12-9 SESSÃO: 10/10/2012

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 27/09/2012. DELIBERAR ACERCA DA EMISSAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO EM FAVOR DO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A

NUM.DOC: 550.221/12-8 SESSÃO: 26/12/2012

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 19/07/2012. DELIBERAR ACERCA DO CONTRATODE PRESTACAO DE FIANCA A SER CELEBRADO COM O BANCO BVA S.A., COM OBJETIVO DE GARANTIR O CONTRATO DE EMPREITADA A PRECO UNITARIO, PROCESSO ADMINISTRATIVO 50600.009816/2008-73,TENDO COMO BENEFICIARIO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA - DNIT.

NUM.DOC: 550.222/12-1 SESSÃO: 26/12/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 05/10/2012. DELIBERARACERCA DAS EMISSOES DE CEDULASDE CREDITO BANCARIO EM FAVOR DO BANCO VOTORATIM S.A.

NUM.DOC: 550.223/12-5 SESSÃO: 26/12/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 28/09/2012. DELIBERAR A CERCA DA EMISSAO DA CEDULADE CREDITO BANCARIO EM FAVOR DO BANCORURAL S.A.

NUM.DOC: 016.583/13-9 SESSÃO: 04/01/2013

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5A CJ.53 SL1, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1,00.

REMANESCENTE COMAPI AGROPECUARIA S/A.. , NIRE 35300367502, SITUADA À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 S.02, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 863.337.363,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, AP.121 12ANDA, SAO PAULO - SP, REPRESENTANDO COMAPI AGROPECUARIA S/A.., COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182.)

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 SL01, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 SL01, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182.)

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RESIDENTE À AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AND CJ 53 S1, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182.)

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 030.079/13-5 SESSÃO: 17/01/2013

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4.406.782, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5A CJ.53 SL1, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1,00.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182.)

REMANESCENTE COMAPI AGROPECUARIA S/A.. , NIRE 35300367502, SITUADA À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AN CJ53 S.02, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 863.337.363,00.

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: DAR NOVA REDACAO A CLAUSULA 5 DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 130.807/13-8 SESSÃO: 03/04/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 27/03/2013. DELIBERAR ACERCA DA AUTORIZACAO A SER CONCEDIDA PARA A PRESTACAO DE AVAL PARA A COMAPI EM INTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSAO DE DIVIDAS E OUTROS PACTOS.

NUM.DOC: 174.630/13-0 SESSÃO: 09/05/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 26/04/2013. TOMAR AS CONTAS DO ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E O RESULTADO ECONOMICO.

NUM.DOC: 232.487/13-3 SESSÃO: 21/06/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 22/05/2013. APROVAR ACERCA DA AUTORIZACAO PARA QUE A COMPANHIA CONTRATE OPERACOES DE CREDITO JUNTO AO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

NUM.DOC: 232.488/13-7 SESSÃO: 21/06/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 20/05/2013. APROVAR ACERCA DA AUTORIZACAO PARA QUE A COMPANHIA CONTRATE OPERACOES DE CREDITO JUNTO AO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

NUM.DOC: 398.805/13-1 SESSÃO: 18/10/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 11/10/2013. AUTORIZAR A SOCIEDADE ATRAVES DE SEUS DIRETORES E OU PROCURADORES A CONTRATAR CARTA DE FIANCA BANCARIA NO VALOR DE R$ 110.500.000,00 PELO PRAZO DE ATE 360 DIAS A PARTIR DA DATA DE CONTRATACAO E AUTORIZAR A COMPANHIA A CEDER A APLICACAO FINANCEIRA EM CDB NO MONTANTE DE R$ 110.000.000,00 TENDO POR BENEFICIARIA ARTESP AGENCIA REGULADORA DE TRANSPORTES DO ESTADO DE SAO PAULO.

NUM.DOC: 451.181/13-0 SESSÃO: 25/11/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 07/11/2013. AUTORIZAR A SOCIEDADE ATRAVES DE SEUS PROCURADORES E OU DIRETORES A EMITIR CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 201301113010406100048, NOVALOR DE R$ 3.400.000,00 EM FAVOR DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A

NUM.DOC: 028.096/14-9 SESSÃO: 17/01/2014

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 02/01/2014. ARQUIVAMENTO: AUTORIZAR OS DIRETORES OU PROCURADORES DA SOCIEDADE A ASSINAR,NA QUALIDADE DE TERCEIRA GARANTIDORA MEDIANTE APLICACAO EM DEBENTURES NO VALOR DE R$ 8.000.000,00, A SER FIRMADO ENTRE BSB PRODUTORA DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL S.A. E BANCO SAFRA S.A.

NUM.DOC: 031.747/14-0 SESSÃO: 20/01/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 18/12/2013. AUTORIZACAO PARA QUE A SOCIEDADE, ATRAVES DE SEUS DIRETORES E/OU PROCURADORES, POSSAM TOMAR EMPRESTIMO NO VALOR TOTAL DE R$ 15.000.000,00, ATRAVES DE EMISSAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 124.6141, EM FAVOR DO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAIS S.A.

NUM.DOC: 129.014/14-0 SESSÃO: 03/04/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 10/03/2014. OS SOCIOS DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A COMPANHIA, ATRAVES DE SEU DIRETOR, A AUTORIZAR A SOCIEDADE A SER REPRESENTADA ISOLADAMENTE PELO SR. SILMAR ROBERTO BERTIN, BRASILEIRO, PORTADOR DA CEDULA DE IDENTIDADE RG N 7.774.321-0 SSP/SP E INSCRITO NO CPF/MF SOB O N 015.751.668-79, MEDIANTE PROCURACAO PUBLICA EXPEDIDA POR CARTORIO COMPETENTE, COM PODERES ESPECIFICOS PARA CONSTITUIR UMA SOCIEDADE EMPRESARIAL NA REPUBLICA DO PARAGUAI, PODENDO ASSINAR CONTRATOS E ALTERACOES SOCIAIS, ACEITANDO SUAS CLAUSULAS, DEFINIR E INTEGRALIZAR O CAPITAL SOCIAL, ESCOLHER A RAZAO SOCIAL, DEFINIR A SEDE E O OBJETO SOCIAL, RECEBER CONVOCACOES, DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE QUALQUER MATERIA DE INTERESSE DA SOCIEDADE, INCLUSIVE AQUELAS QUE EXIJAM QUORUM ESPECIAL, ADMITIR SOCIOS, DEFINIR A FORMA DE ADMINISTRACAO, BEM COMO NOMEAR ADMINISTRADORES, EXERCER OS PODERES PERMITIDOS PELO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE A SER CONSTITUIDA, REPRESENTA-LA PERANTE QUALQUER REPARTICAO PUBLICA OU ONDE FOR NECESSARIO, PODENDO PRATICAR QUALQUER ATO NECESSARIO E EM LEI PERMITIDOS, PARA EFETUAR O REGISTRO E LEGALIZACAO DA EMPRESA SUPRAMENCIONADA, BEM COMO CADASTRA-LA OU INSCREVE-LA ONDE FOR NECESSARIO, REQUERER CERTIDOES, PAGAR IMPOSTOS E TAXAS, APRESENTAR, RETIRAR E ASSINAR DOCUMENTOS, PRESTAR DECLARACOES, RECEBER E DAR QUITACAO, ENFIM E TUDO MAIS PRATICAR PARA O BOM E FIEL CUMPRIMENTO DO MANDATO A SER OUTORGADO.

NUM.DOC: 199.076/14-5 SESSÃO: 23/05/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 02/04/2014. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E O DE RESULTADO ECONOMICO DO PERIODO DE UM DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE A TRINTA E UM DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

NUM.DOC: 428.330/14-9 SESSÃO: 22/10/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 01/10/2014. OS SOCIOS DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A SOCIEDADE, ATRAVES DE SEUS DIRETORES E/OU PROCURADORES, A PRESTAR GARANTIA FIDEJUSSORIA NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE GARANTIDORA EM OBRIGACOES DE TERCEIROS, A "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.", EMPRESA COM SEDE NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 2012, 9 ANDAR, CONJUNTO 93, SALA 03, NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, CEP: 01451-000, INSCRITA NO CNPJ SOB O N 09.191.336/0001-53, NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 185.000.000,00 (CENTO E OITENTA E CINCO MILHOES DE REAIS) FIRMADO JUNTO A CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

NUM.DOC: 457.146/14-0 SESSÃO: 12/11/2014

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35903527188, SITUADA À R.COR.JULIO AUGUSTO DE OLIVEIRA SALLES, S/N, DIST.INDUSTRIAL, SAO PAULO - SP, CEP 13570-820.

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 51900317100, CNPJ 56.443.583/0009-37, SITUADA À RODOVIA BR 163, KM 41, NORTE MINEIRINHO, ITIQUIRA - MT, CEP 78790-000. ALTERADO PARA RUA DOMINGOS DE LIMA, 993, VILA AURORA, RONDONOPOLIS - MT, CEP 78740-000.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 23900434278, CNPJ 56.443.583/0010-70, SITUADA À RODOVIA CE-422 KM 3,2, S/N, CAUCAIA -

CE, CEP 60670-000. fls. 3859

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 43901527578, SITUADA À RUA PRESIDENTE LUCENA, 3569, SALA 110 A, CENTRO, ESTANCIA VELHA - RS, CEP 93600-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 001.808/15-1 SESSÃO: 08/01/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 26/12/2014. OS SOCIOS DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A SOCIEDADE, ATRAVES DE SEUS DIRETORES E/OU PROCURADORES, A ASSINAR A EMISSAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 1272458, NO VALOR DE R$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHOES DE REAIS), CONTRATADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2014, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 12 DE JANEIRO DE 2015, JUNTO AO "BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A." COM SEDE SOCIAL EM SAO PAULO, CAPITAL, NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 4.440, INSCRITO NO CNPJ SOB O N 07.450.604/0001-89, BEM COMO AUTORIZAR SOMENTE EM RELACAO A ESTE CONTRATO, FUTUROS ADITAMENTOS, RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 059.856/15-4 SESSÃO: 04/02/2015

ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO PUBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN N 28 DE 06/10/2014 E CNJ N 42 DE 31/10/2014.

NUM.DOC: 084.487/15-0 SESSÃO: 19/02/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 03/02/2015. OS SOCIOS DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A SOCIEDADE, ATRAVES DE SEUS DIRETORES E/OU PROCURADORES, A PRESTAR AVAL A "AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO S.A.", SOCIEDADE ANONIMA, COM SEDE NA CIDADE DE ITU, ESTADO DE SAO PAULO, NA RUA BARTIRA, N 300, VILA LEIS, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURIDICA NO MINISTERIO DA FAZENDA SOB O N 08.455.185/0001-30, NA EMISSAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO NO MONTANTE TOTAL DE R$ 35.000.000,00 (TRINTA E CINCO MILHOES DE REAIS), COM VENCIMENTO EM 42 (QUARENTA E DOIS) MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA DE EMISSAO DA CCB, COM TAXA CDI + 0,38% A.A., JUNTO AO BANRISUL - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A..

NUM.DOC: 088.393/15-0 SESSÃO: 26/02/2015

ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO PUBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN N 28 DE 06/10/2014 E CNJ N 42 DE 31/10/2014.

NUM.DOC: 301.647/15-0 SESSÃO: 14/07/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 29/06/2015. ARQ: AUTORIZACAO DA COMPANHIA, ATRAVES DOS SEUS SOCIOS E/OU PROCURADORES A FIRMAR A CEDULA DE CREDITO BANCARIO, NA MODALIDADE DE MUTUO.

NUM.DOC: 323.665/15-9 SESSÃO: 24/07/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 30/06/2015. 4 ADITAMENTO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO N 0407.158-11 PROMOVENDO ALTERACOES NO CONTRATO FINISA I, BEM COMO O 1 ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO N 449.012-36, PROMOVENDO ALTERACOES NO CONTRATO FINISA II, A FIM DE ALTERAR, EM AMBOS, AS DEFINICOES DE CONTA RESERVA, BEM COMO ALTERAR O ITEM RELATIVO AS GARANTIAS E AS OBRIGACOES ESPECIAIS DA BENEFICIARIA;ADITAMENTO N 3 AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE N 0391.565-82, CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL BNDES, A FIM DE ALTERAR AS DEFINICOES DE CONT A RESERVA, BEM COMO ALTERAR O CRONOGRAMA DE PRAZOS DE CARENCIA E AMORTIZACAO, A INCIDENCIA DE JUROS, GARANTIAS, OBRIGACOES ESPECIAIS DA BENEFICIARIA E DAS ACIONISTAS;AUTORIZACAO, EM RELACAO AOS CONTRATOS DESCRITOS NESTA ATA, FUTUROS ADITAMENTOS, RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 856.260/15-0 SESSÃO: 19/08/2015

JC - Nº 1087770/15 DE 18/08/2015.. MANDADO DE SEGURANCA N. 1028663-55. 2015.8.26.0053. TRAMITE: 2 VARA VARA DA FAZENDA PUBLICA DO FORO CENTRAL COMARCA DE SAO PAULO. EMPRESA/IMPETRANTE: 'CONTERN - CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA' (NIRE 35203895729). IMPETRADA: PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO - JUCESP. DESPACHO INICIAL: "INDEFIRO LIMINAR".

NUM.DOC: 851.081/16-2 SESSÃO: 28/01/2016

"CANCELADO POR ORDEM JUDICIAL".

NUM.DOC: 872.223/16-4 SESSÃO: 02/09/2016

JC - Nº 1102565/16 DE 30/06/2016.. PROCESSO N. 0170662-71.2012. 8.26.0100. TRATA-SE DE DECISAO EXPEDIDA PELO(A) MM. JUIZ(A) DE DIREITO DA 30. VARA CIVEL DO FORO CENTRAL CIVEL DA COMARCA DE SAO PAULO/SP, NOS AUTOS DA ACAO DE EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL ONDE FIGURA(M) COMO REQUERENTE(S) VALTER LUIS MACEDO DE CARVALHAES PINHEIRO E OUTROS E COMO REQUERIDO(S) HEBER PARTICIPACOES S/A E OUTROS, POR MEIO DO QUAL DETERMINOU A ESTA JUCESP QUE EFETUE O CANCELAMENTO DA ANOTACAO JUDICIAL DE 13/01/2016, PROTOCOLO N. 11.02956/13-2,

AVERBADA NO REGISTRO DESTA EMPRESA. APONDO-SE A INFORMACAO "CANCELADO POR ORDEM JUDICIAL" AO ULTIMO ARQUIVAMENTO N. 851.081/16-2, SESSAO DE 28/01/2016. APONDO-SE A EXPRESSAO "PENDENCIA ADMINISTRATIVA NA FOLHA DE ROSTO DA FICHA CADASTRAL. (MANIFESTACAO CJ/JUCESP N. 1684/2016 DE 29/08/2016)

NUM.DOC: 850.251/17-5 SESSÃO: 19/01/2017

JC - Nº 1185726/16 DE 09/12/2016.. PROCESSO N. 0059096-43.2016. 403.6182. TRATA-SE DE OFICIO N. 388/2016 EXPEDIDO PELO MM. JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE EXECUCOES FISCAIS DA 1 SUBSECAO JUDICIARIA DE SAO PAULO, ONDE FIGURA COMO REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL E REQUERIDO: TINTO HOLDING LTDA E OUTROS, ENCAMINHA A JUCESP A DECISAO JUDICIAL PROFERIDA NOS AUTOS, DETERMINANDO EM SEDE DE LIMINAR, A INSDISPONIBILIDADE DOS BENS DE TINTO HOLDING LTDA., NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO E HEBER PARTICIPACOES S.A., ATE O VALOR LIMITE DO DEBITO DE R$ 3.197.148.574,37. ACRESCENTANDO-SE A INFORMACAO "BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016. 4.03.6182", AO LADO DOS NOMES DOS SOCIOS NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO NAS SOCIEDDES EM QUE CONSTAREM COMO SOCIOS. MANTENDO-SE A EXPRESSAO "PENDENCIA JUDICIAL" NA FOLHA DE FOSTO DA FICHA CADASTRAL. (MANIFESTACAO CJ/JUCESP N. 56/2017 D.P. 17/01/2017).

NUM.DOC: 851.760/17-0 SESSÃO: 17/03/2017 PENDÊNCIA JUDICIAL

JC - Nº 1070371/17 DE 15/03/2017.. MANDADO DE SEGURANCA/APELACAO N 1028663-55.2015.8 26.0053. TRAMITE: 5 CAMARA DE DIREITO PUBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTICA DE SAO PAULO. IMPETRANTE/APELANTE: CONTERN CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA. (NIRE: 35203895729). IMPETRADA/APELADA: JUCESP. MATERIA: DELIBERACAO N 02/2015. ACORDAO: PORTANTO, O MM. JUIZ SINGULAR- INCOMPETENTE PARA O JULGAMENTO DESTA ACAO. AO CONTRARIO, RECONHECIDA A INCOMPETENCIA, OS AUTOS DEVEM SER REMETIDOS AO JUIZO COMPETENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 64, 3 , DO CODIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015, COM REDACAO SEMELHANTE A DO ARTIGO 113, 2 , DO CODIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. POR MEU VOTO, DOU PROVIMENTO AO RECURSO. EM CONSEQUENCIA, DETERMINO A REMESSA DOS AUTOS DESTE MANDADO DE SEGURANCA A E. JUSTICA FEDERAL PARA O REGULAR PROCESSAMENTO E APRECIACAO DA LIDE. SAO PAULO, 30 DE SETEMBRO DE 2016.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35203895729
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 21/08/2017

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para GABRIELA DE FREITAS D AVILA : 03427096157. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 90154675, terça-feira, 22 de agosto de 2017 às 13:26:04.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
BERTIN ENERGIA PARTICIPACOES S.A		
		TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35300378300	05/04/2010	22/08/2017 13:23:17
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
22/01/2010	11.814.800/0001-62	

CAPITAL
R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA	NÚMERO: 3311	
BAIRRO: JARDIM PAULISTANO	COMPLEMENTO: AND6 SL 05	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 04538-133	UF: SP

OBJETO SOCIAL
OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, CJ 53 SL 02, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO. JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6491135, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, AD5CJ53SL2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO. NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIROA FARIA LIMA, 2012, AD5 CJ 53 SL2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO. REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA,

2012, AD5CJ53SL2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO. fls. 3862

SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 774321, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIROS FARIA LIMA, 2012, AD5CJ53SL2, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 117.251/10-0 SESSÃO: 05/04/2010

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, CJ 53 SL 02, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E DIRETOR ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JOSE ANTONIO DOS SANTOS MALTA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 007.943.008-20, RG/RNE: 85881077, RESIDENTE À RUA PROFESSOR PEDREIRA DE FREITAS, 372, BLCAAPTO81, TATUAPE, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ORESTEER GONCALVES JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 004.591.968-20, RG/RNE: 99584049, RESIDENTE À RUA JACQUES, 450, APTO71TORREB, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR FINANCEIRO.

NUM.DOC: 057.007/11-1 SESSÃO: 09/02/2011

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 204.465.542,02 (DUZENTOS E QUATRO MILHÕES, QUATROCENTOS E SESSENTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E DOIS CENTAVOS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 31/12/2010.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 31/12/2010. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE.

INCLUSÃO DE CNPJ 11.814.800/0001-62

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 123.051/11-3 SESSÃO: 01/04/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.D., DATADA DE: 25/03/2011. DELIBERACOES; SOBRE A OUTORGA DE AVAL PELA COMPANHIA EM FAVOR DO BANCO CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.

NUM.DOC: 175.524/11-7 SESSÃO: 05/05/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 27/04/2011.

NUM.DOC: 175.525/11-0 SESSÃO: 05/05/2011

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 27/04/2011.

NUM.DOC: 238.901/11-7 SESSÃO: 21/06/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 11/04/2011. 1. DATA, HORA E LOCAL: REALIZADA AOS 11 (ONZE) DIAS DO MES DE ABRIL DE 2011, AS 13:00H, NA SEDE SOCIAL DA COMPANHIA, NA CAPITAL DO ESTADO DE SAO PAULO, A AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 3.311, 6 ANDAR, SALA 05, JARDIM PAULISTANO, CEP 04538-133. 2. CONVOCACAO E PRESENCA: PRESENTE A TOTALIDADE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA SOCIEDADE.3. MESA: OS TRABALHOS FORAM PRESIDIDOS PELO SR. FERNANDO ANTONIO BERTIN E SECRETARIADOS PELA SRA. ANGELICA PINGNATARI.4. ORDEM DO DIA: (I) RENUNCIA DE DIRETORES E ELEICAO DE SUBSTITUDOS.5. DELIBERACOES: OS CONSELHEIROS DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, O QUANTO SEGUE:5.1. CONHECER DA RENUNCIA DO SR. JOSE ANTONIO DOS SANTOS MALTA AO CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE E DO SR. ORESTES GONCALVES JUNIOR AO CARGO DE DIRETOR FINANCEIRO, DESTA COMPANHIA, APRESENTADA POR ESCRITO, NESTA DATA, CONFORME ANEXO I DA PRESENTE ATA, COM EFEITOS A SURTIR NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS OU A PARTIR DA NOMEACAO DE SEU SUBSTITUTO, O QUE OCORRER PRIMEIRO.5.2. REGISTRAR NESTA OPORTUNIDADE, MANIFESTACAO DOS ACIONISTAS DE LOUVOR E AGRADECIMENTO AOS DIRETORES RENUNCIANTES JOSE ANTONIO DOS SANTOS MALTA E ORESTES GONCALVES JUNIOR POR TODOS OS RELEVANTES SERVICOS PRESTADOS EM FAVOR DESTA COMPANHIA AO LONGO DO EXERCICIO DE SEU MANDATO.5.3. ELEGER PARA O CARGO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO O SR. EVANDRO MIESSI MENTE, BRASILEIRO, CASADO, ENGENHEIRO, PORTADOR DA CEDULA DE IDENTIDADE RG N 7.774.332, SSP/SP, INSCRITO NO CPF/MF SOB O N 015.224.648-75, DOMICILIADO NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2.012, 5 ANDAR, CONJUNTO 53, NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, CEP 01451-000, PARA CUMPRIMENTO DE MANDATO COMPLEMENTAR ATE 01 DE FEVEREIRO DE 2.012, EM SUBSTITUICAO AO DIRETOR SR. FERNANDO ANTONIO BERTIN.5.4. ELEGER PARA O CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE O SR. FERNANDO ANTONIO BERTIN, BRASILEIRO, CASADO, EMPRESARIO, PORTADOR DA CEDULA DE IDENTIDADE RG N 7.774.333 SSP/SP, INSCRITO NO CPF/MF SOB O N 001.854.238-76, DOMICILIADO NA CAPITAL DO ESTADO DE SAO PAULO, NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, CONJ. 53, JARDIM PAULISTANO, CEP 01469-900, PARA CUMPRIMENTO DE MANDATO COMPLEMENTAR ATE 01 DE FEVEREIRO DE 2.012, EM SUBSTITUICAO AO DIRETOR RENUNCIANTE SR. JOSE ANTONIO DOS SANTOS MALTA.5.5. ELEGER PARA O CARGO DE

DIRETOR FINANCEIRO O SR. NATALINO BERTIN, BRASILEIRO, CASADO, EMPRESA fls. 3863

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, CJ 53 SL 02, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE JOSE ANTONIO DOS SANTOS MALTA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 007.943.008-20, RG/RNE: 85881077, RESIDENTE À RUA PROFESSOR PEDREIRA DE FREITAS, 372, BLCAAPTO81, TATUAPE, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE ORESTEER GONCALVES JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 004.591.968-20, RG/RNE: 99584049, RESIDENTE À RUA JACQUES, 450, APTO71TORREB, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR FINANCEIRO.

ELEITO EVANDRO MIESSI MENTE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.224.648-75, RG/RNE: 7774332, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CJ 53, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO.

ELEITO NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 440781, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, SAO PAULO - SP, CEP 04538-133, COMO DIRETOR FINANCEIRO.

NUM.DOC: 415.795/11-4 SESSÃO: 19/10/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 30/09/2011. DELIBERAR SOBRE A ALTERACAO DO ENDERECO DA SEDE DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 2 DO ESTATUTO SOCIAL.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2.277, 12 ANDAR, SAL, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 30/09/2011.

NUM.DOC: 440.056/11-1 SESSÃO: 04/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 10/10/2011. ORDEM DO DIA: (I) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS E O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES, RELATIVOS AO EXERCICIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, DEVIDAMENTE PUBLICADAS NO DIARIO OFICIAL EMPRESARIAL E NO EMPRESAS & NEGOCIOS, AMBOS NO DIA 27 DE ABRIL DE 2011; E (II) APROVAR A DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO DE 2010 E A RESPECTIVA DISTRIBUICAO DE DIVIDENDOS.

NUM.DOC: 455.926/11-6 SESSÃO: 16/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 30/09/2011. APROVADA A ALTERACAO DO ENDERECO DA SEDE DA CIA.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/11/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 30/09/2011. OBS: APROVADA A ALTERACAO DO ENDERECO DA SEDE DA CIA.

NUM.DOC: 455.927/11-0 SESSÃO: 16/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 30/09/2011. APROVADA A ALTERACAO DO ENDERECO DA SEDE DA CIA.

NUM.DOC: 074.668/12-2 SESSÃO: 15/02/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 02/02/2012. REELEICAO DOS ATUAIS DIRETORES DA COMPANHIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7.774.333 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2.277, 12 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE EVANDRO MIESSE MENTE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.224.648-75, RG/RNE: 7.774.332 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2.012, 5 ANDAR, CJ., JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4.406.781 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2.277, 12 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO DIRETOR FINANCEIRO.

NUM.DOC: 082.879/12-6 SESSÃO: 24/02/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 02/02/2012. REELEICAO DOS ATUAIS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7.774.333-7 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2277, 12 ANDAR (PAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E DIRETOR PRESIDENTE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4.406.781-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2277, 12 ANDAR (PAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E DIRETOR FINANCEIRO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7.774.321 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2277, 12 ANDAR (PAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4.406.782 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2277, 12 ANDAR (PAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6.491.135 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2277, 12 ANDAR (PAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

NUM.DOC: 285.508/12-0 SESSÃO: 02/07/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 19/06/2012. APROVACAO DA ASSUNCAO, CONFISSAO E REESCALONAMENTO DO VALOR DE R$ 59.375.680,10 CORRESPONDENTE A PARTE DO SUBCREDITO 'B' DA ESCRITURA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CREDITO N 08.2.1031.1 E SEU RESPECTIVO ADITIVO 1., FIRMADOS ENTRE SAO FERNANDO ACUCAR E ALCOOL LTDA E BNDS.

NUM.DOC: 422.551/12-0 SESSÃO: 27/09/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.D., DATADA DE: 04/09/2012. ORDEM DO DIA: DELIBERAR SOBRE A PRESTACAO DE FIANCA PELA COMPANHIA EM GARANTIA DAS OBRIGACOES PECUNIARIAS ASSUMIDAS PELA CIBE ENERGIA E PARTICIPACOES S.A. EM DECORRENCIA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES.

NUM.DOC: 537.435/12-8 SESSÃO: 12/12/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 29/11/2012. PUBLICOU ATA: A.R.D. EM : 23/08/2012.

NUM.DOC: 537.436/12-1 SESSÃO: 12/12/2012

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 29/11/2012. PUBLICOU ATA: A.R.D. EM : 23/08/2012.

NUM.DOC: 309.702/13-6 SESSÃO: 15/08/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 10/05/2013. ALTERACAO DO ARTIGO 17 DO ESTATUTO SOCIAL SOCIAL, CONSOLIDAR O ESTATUTO SOCIAL DA COMAPNHIA. MANIFESTAR-SE SOBRE A RENUNCIA DE MEMBRO DA DIRETORIA DA COMPANHIA, DELIBERAR ACERCA DA ELEICAO DO NOVOS MEMBROS DA DIRETORIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7.774.333, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2277, 12 ANDAR (PAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4.406.781-1, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2277, 12 ANDAR (PAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E DIRETOR FINANCEIRO.

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7.774.321, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2277, 12 ANDAR (PAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4.406.782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2277, 12 ANDAR (PAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REMANESCENTE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6.491.135, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2277, 12 ANDAR (PAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE EVANDRO MIESSI MENTE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.224.648-75, RG/RNE: 7.774.332, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO.

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: ALTERAR O ARTIGO 17 DO ESTATUTO SOCIAL, CONSOLIDAR O ESTUTO SOCIAL DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 094.293/14-4 SESSÃO: 11/03/2014

CONSOLIDACAO DO ESTATUTO SOCIAL.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 17/02/2014. I - ALTERACAO DA DENOMINACAO SOCIAL DA COMPANHIA; II - CONSEQUENTE ALTERACAO DO ARTIGO 1 DO ESTATUTO SOCIAL; III - ALTERACAO DO ARTIGO 22; IV - CONSOLIDAR O ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA; E V - MANIFESTAR-SE ACERCA DA RENUNCIA DE MEMBRO DO CONSELHO DE

ADMINISTRACAO. fls. 3865

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA COMPACTO PARTICIPACOES S.A.. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 17/02/2014.

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: APROVADA A ALTERACAO DO ARTIGO 22 DO ESTATUTO SOCIAL, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE NOVA REDACAO:"ARTIGO 22 - COMPANHIA CONSIDERAR-SE-A OBRIGADA QUANDO REPRESENTADA:I - POR QUAISQUER DOIS DIRETORES ASSINANDO EM CONJUNTO; II - POR QUALQUER DIRETOR EM CONJUNTO COM UM PROCURADOR COM PODERES ESPECIAIS, DEVIDAMENTE CONSTITUIDO NA FORMA DO PARAGRAFO UNICO; OU III - POR QUAISQUER DOIS PROCURADORES COM PODERES ESPECIAIS, DEVIDAMENTE CONSTITUIDOS NA FORMA DO PARAGRAFO ABAIXO.PARAGRAFO 2 - AS PROCURACOES SERAO OUTORGADAS EM NOME DA COMPANHIA PELA ASSINATURA CONJUNTA DE 02 (DOIS) DIRETORES DEVENDO ESPECIFICAR OS PODERES CONFERIDOS E, COM EXCECAO DAS PROCURACOES OUTORGADAS PARA FINS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS CONFERIDAS A ADVOGADOS, SERAO VALIDAS POR NO MAXIMO 01 (UM) ANO."

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4.406.781-1, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2277, 12 ANDAR (PAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E DIRETOR FINANCEIRO.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7.774.321, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2277, 12 ANDAR (PAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4.406.782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2277, 12 ANDAR (PAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE JOAO BERTIN FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 711.616.358-15, RG/RNE: 6.491.135, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2277, 12 ANDAR (PAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

REMANESCENTE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7.774.333, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2277, 12 ANDAR (PAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01452-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO E CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR CONCEDIDA NO PROCESSO N. 0059096-43.2016.03.6182.)

NUM.DOC: 032.066/15-6 SESSÃO: 19/01/2015

ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO PUBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN N 28 DE 06/10/2014 E CNJ N 42 DE 31/10/2014.

NUM.DOC: 858.741/15-5 SESSÃO: 05/11/2015

JC - Nº 1089081/15 DE 25/05/2015.. PROCESSO N. 16561.720045/2015-73. TRATA-SE DE OFICIO EXPEDIDO PELA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, POR MEIO DO QUAL ENCAMINHA REQUISICAO N. 15.00.01.45.78 CONTENDO A RELACAO DE BENS E DIREITOS ARROLADOS, PARA QUE SEJA PROVIDENCIADA A AVERBACAO OU REGISTRO DE ARROLAMENTO DE 99,99% DA PARTICIPACAO SOCIAL DESTA EMPRESA, REFERENTE AO CONTRIBUINTE HEBER PARTICIPACOES S.A. CNPJ 01.523.814/0001-73. ESCLARECENDO-SE QUE A OCORRENCIA DE ALIENACAO, TRANSFERENCIA OU ONERACAO DE QUALQUER DOS BENS E DIREITOS RELACIONADOS DEVERA SER COMUNICADA A RECEITA FEDERAL DO BRASIL, NO PRAZO DE 48 HORAS. APONDO-SE SE A EXPRESSAO "ANOTACAO ADMINISTRATIVA" NA FOLHA DE ROSTO DA FICHA CADASTRAL.

NUM.DOC: 851.040/16-0 SESSÃO: 28/01/2016 PENDÊNCIA JUDICIAL

JC - Nº 1102956/13 DE 11/11/2013.. PROCESSO N. 583.00.2012. 170 662-0. TRATA-SE DE OFICIO EXPEDIDO PELO MM. JUIZ DE DIREITO DA 30 VARA CIVEL DO FORUM CENTRAL CIVEL DA COMARCA DE SAO PAULO, ONDE FIGURA (M) COMO EXEQUENTE (S): VALTER LUIS MACEDO DE CARVALHAES PINHEIRO; MARCO ANTONIO VAZ CAPUTE; MARCOS ANTONIO GRECCO; E NELSON LUIZ BELOTTI DOS SANTOS, COMO EXECUTADO (S): HEBER PARTICIPACOES S/A (CNPJ 01.523.814/0001-73); FERNANDO ANTONIO BERTIN (CPF 001.854.238-76); NATALINO BERTIN (CPF 250.015.238-34); REINALDO BERTIN (CPF 269.958.678-15); E SILMAR ROBERTO BERTIN (CPF 015.751.668-79, PELO QUAL CERTIFICA, ATENDENDO A SOLICITACAO DOS EXEQUENTES, PARA FINS DE AVERBACAO NO REGISTRO DE IMOVEIS, DE VEICULOS OU REGISTROS DE OUTROS BENS SUJEITOS A PENHORA OU ARRESTO (ARTIGO 615 A DO CPC), QUE FOI DISTRIBUIDA, NO DIA 24/07/2012, A PRESENTE ACAO DE EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL, SOB O N. DE PROCESSO SUPRA, CUJO VALOR DA CAUSA E: R$ 10.107.985,04.

NUM.DOC: 850.255/17-0 SESSÃO: 19/01/2017

JC - Nº 1185726/16 DE 09/12/2016.. PROCESSO N. 0059096-43.2016. 403.6182. TRATA-SE DE OFICIO N. 388/2016 EXPEDIDO PELO MM. JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE EXECUCOES FISCAIS DA 1 SUBSECAO JUDICIARIA DE SAO PAULO, ONDE FIGURA COMO REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL E REQUERIDO: TINTO HOLDING LTDA E OUTROS, ENCAMINHA A JUCESP A DECISAO

JUDICIAL PROFERIDA NOS AUTOS, DETERMINANDO EM SEDE DE LIMINAR, A INSDISPONIBILIDADE DOS BENS DE TINTO HOLDING LTDA., NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO E HEBER PARTICIPACOES S.A., ATE O VALOR LIMITE DO DEBITO DE R$ 3.197.148.574,37. ACRESCENTANDO-SE A INFORMACAO "BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016. 4.03.6182", AO LADO DOS NOMES DOS SOCIOS NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO NAS SOCIEDADES EM QUE CONSTAREM COMO SOCIOS. MANTENDO-SE A EXPRESSAO "PENDENCIA JUDICIAL" NA FOLHA DE FOSTO DA FICHA CADASTRAL. (MANIFESTACAO CJ/JUCESP N. 56/2017 D.P. 17/01/2017)

NUM.DOC: 870.951/17-8 SESSÃO: 15/05/2017

JC - Nº 1069646/17 DE 09/03/2017.. PROCESSO N. 0059096-43.2016. 403.6182. TRATA-SE DE OFICIO N. 010/2017 EXPEDIDO PELO(A) MM. JUIZ(A) FEDERAL DA 8. VARA FEDERAL DE EXECUCOES FISCAIS DE SAO PAULO/SP, ONDE FIGURA(M) COMO EMBARGANTE: FAZENDA NACIONAL, POR MEIO DO QUAL ENCAMINHA DECISAO PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARACAO, DATADA DE 16/02/2017, QUE DEFERIU A LIMINAR PARA DECRETAR A INDISPONIBILIDADE DOS BENS DO EXECUTADO FERNANDO ANTONIO BERTIN (CPF 001.854.238-76), COMO SEGUE: "2) DEFIRO O ADITAMENTO DO PEDIDO PARA QUE A ORDEM DE INDISPONIBILIDADE CONCEDIDA SE ESTENDA A FERNANDO ANTONIO BERTIN, ACRESCENDO A DECISAO DE FLS. 351/355: I - DEFIRO A LIMINAR PARA TORNAR INDISPONIVEIS OS BENS DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, CPF 001.854.238-76. NOS TERMOS DO ART. 4., 3. DA LEI N. 8397/92, PARA A EFETIVACAO DA MEDIDA DETERMINO: A) A INDISPONIBILIDADE DOS BENS DO EXECUTADO FERNANDO ANTONIO BERTIN, CPF 001.854.238-76, REQUERIDA PELA FAZENDA NACIONAL, SEJA ANOTADA JUNTO AO CADASTRO NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA, POR MEIO ELETRONICO DISPONIVEL E PARA ESTE JUIZO, E CASO, INDISPONIVEL." INSERINDO-SE A INFORMACAO "BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR CONCEDIDA NO PROCESSO N. 0059096-43.2016 4.03.6182" AO LADO DO NOME DE FERNANDO ANTONIO BERTIN NO QUADRO DE SOCIOS / DIRETORES / TITULARES DA EMPRESA. (MANIFESTACAO CJ/JUCESP N. 652/2017 DE 10/05/2017)

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300378300
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 21/08/2017

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para GABRIELA DE FREITAS D AVILA : 03427096157. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 90154462, terça-feira, 22 de agosto de 2017 às 13:23:17.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA

CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A.

TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35300352653	21/01/2008	22/08/2017 13:16:53

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
30/11/2007	09.376.519/0001-43	

CAPITAL

R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: AV BRIGADEIRO FARIA LIMA	NÚMERO: 1744	
BAIRRO:	COMPLEMENTO: 8 ANDAR SL 1	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 01451-910	UF: SP

OBJETO SOCIAL

HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS
ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

JOSE CARLOS BOTELHO DE MORAES TOLEDO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 053.879.938-21, RG/RNE: 4430031, RESIDENTE À AV SELMA PARADA, 201, ED 2 SL 201, JD MADALENA, SAO PAULO - SP, CEP 13091-904, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

LUIS VITAL DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 102.278.678-40, RG/RNE: 158529947, RESIDENTE À AV SELMA PARADA, 201, ED 2 SL 201, JD MADALENA, SAO PAULO - SP, CEP 13091-904, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, AP 121 12 AND, SAO PAULO - SP, CEP 01456-040, NA SITUAÇÃO DE PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À RUA TREZA DE MAIO, 200, AP 114 4

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

ANDA, LINS - SP, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO. fls. 3868

ROSEMARY DE FATIMA TARALLO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 082.219.098-23, RG/RNE: 94362762, RESIDENTE À AV SELMA PARADA, 201, ED 2 SL 201, JD MADALENA, SAO PAULO - SP, CEP 13091-904, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À RUA CANDIDO RODRIGUES, 199, LINS - SP, CEP 16400-483, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 032.393/08-8 SESSÃO: 21/01/2008

REMANESCENTE LUIS VITAL DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 102.278.678-40, RG/RNE: 158529947, RESIDENTE À AV SELMA PARADA, 201, ED 2 SL 201, JD MADALENA, SAO PAULO - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE ROSEMARY DE FATIMA TARALLO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 082.219.098-23, RG/RNE: 94362762, RESIDENTE À AV SELMA PARADA, 201, ED 2 SL 201, JD MADALENA, SAO PAULO - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE JOSE CARLOS BOTELHO DE MORAES TOLEDO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 053.879.938-21, RG/RNE: 4430031, RESIDENTE À AV SELMA PARADA, 201, ED 2 SL 201, JD MADALENA, SAO PAULO - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, AP 121 12 AND, SAO PAULO - SP, CEP 01456-040, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À RUA TREZA DE MAIO, 200, AP 114 4 ANDA, LINS - SP, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À RUA CANDIDO RODRIGUES, 199, LINS - SP, CEP 16400-483, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEITO HAMILTON AMADEO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 039.875.108-03, RG/RNE: 35542228X, RESIDENTE À RUA PEDRO GOMES CARDIM, 128, AP 32 A, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05617-901, COMO DIRETOR.

ELEITO JORGE LUIZ TREVISANI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 809.258.478-87, RG/RNE: 81358404, RESIDENTE À RUA AROEIRAS, 595, CHACARA FLORA, ITU - SP, CEP 13306-300, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

ELEITO MANUEL DOS SANTOS RODRIGUES, NACIONALIDADE PORTUGUESA, CPF: 228.304.997-00, RG/RNE: 383604679, RESIDENTE À RUA DEP. LAERCIO CORTE, 1200, AP 2131 BL B, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05706-290, COMO DIRETOR.

ELEITO SANTIAGO CRESPO, NACIONALIDADE ARGENTINA, CPF: 212.930.698-50, RG/RNE: V159958A, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, ED CY BL C1, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05705-901, COMO DIRETOR COMERCIAL.

NUM.DOC: 085.810/08-3 SESSÃO: 19/03/2008

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 14/02/2008. PUBLICOU ATA EM : 30/11/2007.

NUM.DOC: 085.811/08-7 SESSÃO: 19/03/2008

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 14/02/2008. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 30/11/2007.

NUM.DOC: 257.791/08-5 SESSÃO: 06/08/2008

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 13/06/2008. DELIBERACOES: LAVRAR A PRESENTE ATA EM FORMA DE SUMARIO; RATIFICAR A DECISAO TOMADA PELOS CONSELHEIROS DA COMPANHIA EM SEDE NA ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO, REALIZADA EM 13/06/2008, REFERENTE A PRESTACAO DE GARANTIA, NA FORMA DE AVAL A CEDULA DE CREDITO BANCARIO, NO VALOR TOTAL DE R$ 1.000.000,00, ASSUMINDO SOLIDARIAMENTE OS COMPROMISSOS DE MARACANAU GERADORA DE ENERGIA S.A., INSCRITA NO CNPJ 09.047.261/0001-31, FACE AO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A, SOCIEDADE COM SEDE EM SAO PAULO, INSCRITA NO CNPJ 07.450.604/0001-89, DECORRENTES DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 1018504.

NUM.DOC: 257.796/08-3 SESSÃO: 06/08/2008

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 13/06/2008. DELIBERACOES: O CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBEROU AUTORIZAR A COMPANHIA A PRESTACAO DE GARANTIA, NA FORMA DE AVAL A CEDULA DE CREDITO BANCARIO, NO VALOR DE R$ 1.000.000,00, ASSUMINDO SOLIDARIAMENTE OS COMPROMISSOS DE MARACANAU GERADORA DE ENERGIA S.A., FACE AO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A., DECORRENTES DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N. 1018504.

NUM.DOC: 272.231/08-3 SESSÃO: 20/08/2008

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 12/08/2008. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 13/06/2008.

NUM.DOC: 298.169/08-3 SESSÃO: 10/09/2008

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 28/08/2008. DELIBERACOES: AUTORIZAR A COMPANHIA A PRESTAR GARANTIA SOLIDARIA, NA FORMA DE CARTA DE FIANCA AO CONTRATO DE GARANTIA BANCARIA, TENDO-SE COMO BENEFICIARIO O BRADESCO, CONFORME FIANCA N. 2.033.396-0, EMITIDA PELO PROPRIO BRADESCO, NO VALOR DE R$ 15.000.000,00, GARANTINDO AS OBRIGACOES ASSUMIDAS POR CIBE SANEAMENTO REFERENTES AO CONTRATO DE GARANTIA BANCARIA, NO SENTIDO DE QUE, CASO A PROPOSTA APRESENTADA PELA CIBE SANEAMENTO PARA AQUISICAO E OPERACAO DA ESTACAO DE TRATAMENTO DE AGUA TKCSA SEJA ACEITA PELA MESMO, A CIBE SANEAMENTO, OU UMA SOCIEDADE A SER INCORPORADA E CONTROLADA PELA CIBE SANEAMENTO, DEVERA ASSINAR OS RESPECTIVOS CONTRATOS DE AQUISICAO E PRESTACAO DE SERVICOS COM A TKCSA, SOB PENA DA TKCSA EXECUTAR A GARANTIA DE LICITACAO (BID BOND) ORIUNDA DO CONTRATO DE GARANTIA BANCARIA E, EM SEGUIDA, DO BRADESCO EXECUTAR A FIANCA AQUI AUTORIZADA.

NUM.DOC: 298.170/08-5 SESSÃO: 10/09/2008

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 28/08/2008. DELIBERACOES: APROVARAM LAVRAR A PRESENTE ATA EM FORMA SUMARIO; RATIFICAR A DECISAO TOMADA PELOS CONSELHEIROS DA COMPANHIA EM REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2008, NO SENTIDO DE APROVAR A PRESTACAO DE GARANTIA SOLIDARIA NA FORMA DE CARTA DE FIANCA AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CONSTITUICAO DE GARANTIAS E OUTRAS AVENCAS, E FAVOR DE BANCO BRADESCO COM VALOR TOTAL DE R$ 15.000.000,00, GARANTINDO AS OBRIGACOES ASSUMIDAS POR CIBE SANEAMENTO E PARTICIPACOES S.A REFERENTES A VINCULACAO DA PROPOSTA DE AQUISICAO E OPERACAO DA ESTACAO DE TRATAMENTO DE AGUA DA THYSSENKRUPP CSA SIDERURGICA DO ATLANTICO.

NUM.DOC: 311.696/08-9 SESSÃO: 22/09/2008

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 11/08/2008. DELIBERACOES: APROVARAM LAVRAR A PRESENTE ATA EM FORMA DE SUMARIO; RATIFICAR A DECISAO TOMADA PELOS CONSELHEIROS DA COMPANHIA, REFERENTE A CELEBRACAO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITAMENTO A CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 1018504 PARA A RENOVACAO DA PRESTACAO DE GARANTIA, NA FORMA DE AVAL, NO VALOR TOTAL DE R$ 1.000.000,00, ASSUMINDO SOLIDARIAMENTE OS COMPROMISSOS DE MARACANAU GERADORA DE ENERGIA S.A. AUTORIZAR A DIRETORIA A TOMAR TODAS AS PROVIDENCIAS NECESSARIAS PARA A EFETIVACAO DAS DELIBERACOES SUPRA.

NUM.DOC: 311.697/08-2 SESSÃO: 22/09/2008

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 11/08/2008. DELIBERACOES: O CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBEROU AUTORIZAR A COMPANHIA A CELEBRAR O INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITAMENTO A CEDULA DE CREDITO BANCARIO N. 1018504 PARA A RENOVACAO DA PRESTACAO DE GARANTIA, NA FORMA DE AVAL, NO VALOR TOTAL DE R$ 1.000.000,00, ASSUMINDO SOLIDARIAMENTE OS COMPROMISSOS DE MARACANAU GERADORA DE ENERGIA S.A., FACE AO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A..

NUM.DOC: 323.797/08-8 SESSÃO: 30/09/2008

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 18/09/2008. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 28/08/2008.

NUM.DOC: 323.798/08-1 SESSÃO: 30/09/2008

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 18/09/2008. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 28/08/2008.

NUM.DOC: 337.869/08-0 SESSÃO: 14/10/2008

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 27/09/2008. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 11/08/2008.

NUM.DOC: 338.285/08-8 SESSÃO: 15/10/2008

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 12/08/2008. DELIBERACOES: AUTORIZAR A COMPANHIA A PRESTAR GARANTIA SOLIDARIA AO CONTRATO DE EMPRESTIMO, REPRESENTADO POR CEDULA DE CREDITO BANCARIO E CARTA DE CREDITO ATRAVES DE UM CONTRATO DE GARANTIA FIDEJUSSORIA, CONTRATO DE EQUITY SUPPORT AGREEMENT E PENHOR DE ACOES EM FAVOR DA UTE BORBOREMA ENERGETICA S.A. E DA UTE MARACANAU GERADORA DE ENERGIA S.A..

NUM.DOC: 338.286/08-1 SESSÃO: 15/10/2008

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 12/08/2008. DELIBERACOES: RATIFICAR A DECISAO TOMADA PELOS CONSELHEIROS DA COMPANHIA EM SEDE NA ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO, REALIZADA EM 12/08/2008, REFERENTE A PRESTACAO GARANTIA SOLIDARIA AO CONTRATO DE EMPRESTIMO, REPRESENTADO POR CEDULA DE CREDITO BANCARIA E CARTA DE CREDITO ATRAVES DE UM CONTRATO DE GARANTIA FIDEJUSSORIA, CONTRATO DE EQUITY SUPPORT AGREEMENT E PENHOR DE ACOES EM FAVOR DA UTE BORBOREMA ENERGETICA S.A. E DA UTE MARACANAU GERADORA DE ENERGIA S.A..

NUM.DOC: 355.432/08-0 SESSÃO: 23/10/2008

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 11/09/2008. DELIBERACOES: AUTORIZAR A COMPANHIA A PRESTAR GARANTIA SOLIDARIA, NA FORMA DE AVAL AO CONTRATO DE SEGURO-GARANTIA N. 02-0739-0150367 E RESPECTIVOS ENDOSSOS, FIRMADO ENTRE CIBE SANEAMENTO E J. MALUCELLI SEGURADORA, TENDO-SE COMO AVALIADORA A CIBE SANEAMENTO E COMO BENEFICIARIA A J. MALUCELLI, GARANTINDO AS OBRIGACOES ASSUMIDAS PELA CIBE SANEAMENTO, DECORRENTES DO CONTRATO DE CONCESSAO CELEBRADO ENTRE A AGUAS DE ITU E O MUNICIPIO DE ITU.

NUM.DOC: 396.013/08-9 SESSÃO: 04/12/2008

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 27/09/2008. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 11/08/2008.

NUM.DOC: 396.014/08-2 SESSÃO: 04/12/2008

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 27/09/2008. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 11/08/2008.

NUM.DOC: 410.609/08-0 SESSÃO: 19/12/2008

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 28/11/2008. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 12/08/2008.

NUM.DOC: 025.628/09-4 SESSÃO: 20/01/2009

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 09/01/2009. DELIBERACOES: FOI AUTORIZADA A SOCIEDADE A PRESTAR GARANTIA SOLIDARIA, EM FAVOR DE BORBOREMA ENERGETICA S.A. E DE MARACANAU GERADORA DE ENERGIA S.A., NOS CONTRATOS DE EMPRESTIMO ENTRE REFERIDAS SOCIEDADES E OS BANCOS UNIBANCO - UNIAO DOS BANCOS BRASILEIROS S.A. E BANCO VOTORANTIM S.A., NOS TERMOS DAS CEDULAS DE CREDITO BANCARIO NS. 044.505936-5, 044.505937-3, 61547-5, 61575-7 E DEMAIS CONTRATOS CORRELACIONADOS, DESDE QUE A SOMA DOS VALORES PRINCIPAIS DOS EMPRESTIMOS GARANTIDOS NAO ULTRAPASSE O LIMITE DE R$ 18.000.000,00, ACRESCIDO DE JUROS A TAXA CDI+0,85 POR CENTO.

NUM.DOC: 065.200/09-3 SESSÃO: 19/02/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 31/01/2009. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 13/06/2008.

NUM.DOC: 065.201/09-7 SESSÃO: 19/02/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 31/01/2009. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 12/08/2008.

NUM.DOC: 065.202/09-0 SESSÃO: 19/02/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 31/01/2009. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 11/09/2008.

NUM.DOC: 065.203/09-4 SESSÃO: 19/02/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 31/01/2009. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 09/01/2009.

NUM.DOC: 077.341/09-0 SESSÃO: 09/03/2009

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 16/02/2009. DELIBERACOES: FOI APROVADA A AUTORIZACAO E RATIFICACAO DA PRESTACAO DE GARANTIAS REAIS E FIDEJUSSORIAS PELA SOCIEDADE EM FAVOR DAS EMPRESAS BORBOREMA ENERGETICA S.A. E MARACANAU GERADORA DE ENERGIA S.A. NSO CONTRATOS DE CAPITAL DE GIRO E DE PRESTACAO DE GARANTIA FIDEJUSSORIAS FIRMADOS COM O UNIBANCO- UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E O BANCO VOTORANTIM S.A., EM 22/08/2008, 25/08/2008, 15/01/2009 E 12/02/2009.

NUM.DOC: 077.405/09-2 SESSÃO: 09/03/2009

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 12/11/2008. DELIBERACOES: AUTORIZAR A COMPANHIA, POR INTERMEDIO DE SEUS DIRETORES OU DE PROCURADORES REGULARMENTE CONSTITUIDOS, A PRESTAR DE AVAL AS OBRIGACOES ASSUMIDAS POR AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO S.A, EM FACE DO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A, NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA OBTENCAO DE CAPITAL DE GIRO, REPRESENTADO PELA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N. 01-1158/08, CUJO VALOR TOTAL E DE R$ 6.000.000,00.

NUM.DOC: 124.626/09-9 SESSÃO: 08/04/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 26/03/2009. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 12/11/2008.

NUM.DOC: 124.627/09-2 SESSÃO: 08/04/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 26/03/2009. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 16/02/2009.

NUM.DOC: 136.255/09-7 SESSÃO: 17/04/2009

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 13/04/2009. DELIBERACOES: O CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBEROU APROVAR A OUTORGA DE AVAL PELA COMPANHIA AO BANCO DO BRASIL S.A. COMO GARANTIA SOLIDARIA DA CONCESSIONARIA RODOVIAS DO TIETE S.A. SOB O CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO PARA CONCESSAO DE FINANCIAMENTO A SER CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA, O BANCO DO BRASIL S.A. DENTRE OUTRAS PARTES, E SOB CEDULAS DE CREDITO BANCARIO VINCULADAS A TAL CONTRATO, RELACIONADOS AO PROJETO DE CONCESSAO E POSTERIOR EXECUCAO DOS SERVICOS DO SISTEMA RODOVIARIO DEFINIDO POR CORREDOR MARECHAL RONDON LESTE,

CONSTITUIDO POR TRECHO DA RODOVIA SP-300 E ACESSOS, TOTALIZANDO 417 QUILOMETROS, CORRESPONDENTE AO LOTE 21 DO PROGRAMA ESTADUAL DE CONCESSOES RODOVIARIAS DO GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO.

NUM.DOC: 182.843/09-9 SESSÃO: 27/05/2009

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 11/05/2009. DELIBERACOES: OS ACIONISTAS RESOLVERAM RATIFICAR A APROVACAO FEITA PELO CONSELHO DE ADMINISTRACAO, EM 13/04/2009, REFERENTE A OUTORGA DE AVAL PELA COMPANHIA AO BANCO DO BRASIL S.A. COMO GARANTIA SOLIDARIA DA CONCESSIONARIA RODOVIAS DO TIETE S.A. SOB O CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO PARA CONCESSAO DE FINANCIAMENTO A SER CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA, O BANCO DO BRASIL S.A., DENTRE OUTRAS PARTES.

NUM.DOC: 183.788/09-6 SESSÃO: 28/05/2009

REMANESCENTE LUIS VITAL DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 102.278.678-40, RG/RNE: 158529947, RESIDENTE À AV SELMA PARADA, 201, ED 2 SL 201, JD MADALENA, SAO PAULO - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE ROSEMARY DE FATIMA TARALLO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 082.219.098-23, RG/RNE: 94362762, RESIDENTE À AV SELMA PARADA, 201, ED 2 SL 201, JD MADALENA, SAO PAULO - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE JOSE CARLOS BOTELHO DE MORAES TOLEDO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 053.879.938-21, RG/RNE: 4430031, RESIDENTE À AV SELMA PARADA, 201, ED 2 SL 201, JD MADALENA, SAO PAULO - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À RUA CASSIO DA COSTA VIDIGAL, 27, AP 121 12 AND, SAO PAULO - SP, CEP 01456-040, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À RUA TREZA DE MAIO, 200, AP 114 4 ANDA, LINS - SP, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À RUA CANDIDO RODRIGUES, 199, LINS - SP, CEP 16400-483, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE HAMILTON AMADEO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 039.875.108-03, RG/RNE: 35542228X, RESIDENTE À RUA PEDRO GOMES CARDIM, 128, AP 32 A, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05617-901, COMO DIRETOR.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE JORGE LUIZ TREVISANI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 809.258.478-87, RG/RNE: 81358404, RESIDENTE À RUA AROEIRAS, 595, CHACARA FLORA, ITU - SP, CEP 13306-300, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

REMANESCENTE MANUEL DOS SANTOS RODRIGUES, NACIONALIDADE PORTUGUESA, CPF: 228.304.997-00, RG/RNE: 383604679, RESIDENTE À RUA DEP. LAERCIO CORTE, 1200, AP 2131 BL B, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05706-290, COMO DIRETOR.

REMANESCENTE SANTIAGO CRESPO, NACIONALIDADE ARGENTINA, CPF: 212.930.698-50, RG/RNE: V159958A, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, ED CY BL C1, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05705-901, COMO DIRETOR COMERCIAL.

ELEITO ALEXANDRE TUJISOKI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 051.364.688-40, RG/RNE: 14080974 - SP, RESIDENTE À RUA AFONSO DE FREITAS, 755, APTO 11, PARAISO, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO.

NUM.DOC: 199.131/09-0 SESSÃO: 10/06/2009

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 20/05/2009. DELIBERACOES: AUTORIZAR E APROVAR A CESSAO DE DIRETO DE USO DA AERONAVE CESSNA CITATION MUSTANG, MODELO 510, ANO DE FABRICACAO 2008, PREFIXO PP-WGS SOB O NUMERO DE SERIE DO FABRICANTE 510-0099, ARRENDADA PELA EMPRESA NAG - NUCLEO DE APOIO A GESTAO LTDA, CNPJ 08.678.977/0001-74, SOB O CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL N. 175.749 COM O BRADESCO LEASING S.A, PELO VALOR TOTAL DE R$ 6.800.000,00 PARA O SR. FILADELFO DOS REIS DIAS, CPF 047.942.901-44 E RG 152.052; AUTORIZAR A DIRETORIA E OS PROCURADORES REGULARMENTE CONSTITUIDOS TOMAREM TODOS OS ATOS E PROVIDENCIAS NECESSARIAS A EFETIVACAO DA DELIBERACAO SUPRA.

NUM.DOC: 218.569/09-9 SESSÃO: 24/06/2009

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 217.129.846,00 (DUZENTOS E DEZESSETE MILHÕES, CENTO E VINTE NOVE MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 31/12/2008.

NUM.DOC: 229.271/09-1 SESSÃO: 01/07/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 11/06/2009. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 24/04/2009.

NUM.DOC: 229.272/09-5 SESSÃO: 01/07/2009

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 15/06/2009. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 24/04/2009.

NUM.DOC: 229.823/09-9 SESSÃO: 01/07/2009

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 225.701.594,00 (DUZENTOS E VINTE CINCO MILHÕES, SETECENTOS E UM MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 26/05/2009.

NUM.DOC: 232.032/09-9 SESSÃO: 03/07/2009

B.A. = 1.051.489/10-6, DE 03/07/2009, FUNDAMENTO: DOCUMENTO ARQUIVADO EM DATA ANTERIOR A CISAO DA CIBE REDOVIAS - REGISTRO 290.234/09-8, EM 19/08/2009; FALTA O PROTOCOLO DE JUSTIFICATIVA E LAUDO DE AVALIACAO DA EMPRESA CINDIDA.

PARECER DA ASSESSORIA: O SR. PRESIDENTE EM 13/07/2011 DECIDIU PELA CONVALIDACAO DO ARQUIVAMENTO 232.032/09-9 DA SOCIEDADE CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CISÃO PARCIAL DE NIRE 35300353501, EM FAVOR DESTA.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 01/06/2009. DELIBERACOES: APROVAR A PROPOSTA CONTIDA NO PROTOCOLO E JUSTIFICACAO DE CISAO PARCIAL.; RATIFICAR A NOMEACAO DOS PERITOS, PREVIAMENTE CONTRATADOS PELOS ADMINISTRADORES DAS SOCIEDADES ENVOLVIDAS PARA PROCEDER A AVALIACAO DO ACERVO LIQUIDO A SER CINDIDO DA CIBE RODOVIAS E PARTICIPACOES S.A.; APROVAR A OPERACAO DE CISAO PARCIAL DO ACERVO LIQUIDO DA CIBE RODOVIAS E PARTICIPACOES S.A.; CONSIGNAR QUE EM RAZAO DA INCORPORACAO DO ACERVO CINDIDO DA CIBE RODOVIAS E PARTICIPACOES S.A.; FICAM OS ADMINISTRADORES DA COMPNAHIA EXPRESSAMENTE AUTORIZADOS A PROMOVER TODOS OS ATOS NECESSARIOS A INCORPORACAO DO ACERVO LIQUIDO DA CIBE RODOVIAS E PARTICIPACOES S.A.

NUM.DOC: 232.033/09-2 SESSÃO: 03/07/2009

CISÃO PARCIAL DE NIRE 35221231608, EM FAVOR DESTA.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 01/06/2009. DELIBERACOES: FOI APROVADA A PROPOSTA DE CISAO PARCIAL DA NAG- NUCLEO DE APOIO A GESTAO LTDA., SEGUIDA DE VERSAO DE PARTE DE SEU PATRIMONIO LIQUIDO CINDIDO PARA A COMPANHIA, NOS TERMOS DO PROTOCOLO E JUSTIFICACAO DE CISAO PARCIAL.

NUM.DOC: 234.997/09-6 SESSÃO: 08/07/2009

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 25/06/2009. DELIBERACOES: FOI APROVADA A OURTOGA DE AVAL, EM FAVOR DA METROVIAS S.A. CONCESSIONARIA DE RODOVIAS, NA NOTA DE CREDITO COMERCIAL QUE ESTA PRETENDE CELEBRAR COM O BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A, NO VALOR DE R$ 2.300.000,00, COM VENCIMENTO FINAL EM 20/06/2010.

NUM.DOC: 238.103/09-2 SESSÃO: 15/07/2009

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 201, 26 ANDAR SL 1, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100. CONFORME A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 03/06/2009.

NUM.DOC: 252.810/09-0 SESSÃO: 21/07/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 03/07/2009. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 31/12/2008.

NUM.DOC: 252.811/09-4 SESSÃO: 21/07/2009

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 13/07/2009. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 31/12/2008.

NUM.DOC: 363.967/09-6 SESSÃO: 18/09/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 29/08/2009. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 31/12/2008.

NUM.DOC: 363.968/09-0 SESSÃO: 18/09/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 29/08/2009. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 26/05/2009.

NUM.DOC: 363.969/09-3 SESSÃO: 18/09/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 29/08/2009. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 01/06/2009.

NUM.DOC: 363.970/09-5 SESSÃO: 18/09/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 29/08/2009. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 01/06/2009.

NUM.DOC: 473.363/09-4 SESSÃO: 23/12/2009

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 14/12/2009. DELIBERACOES: FOI APROVADA A REESTRUTURACAO DAS DIVIDAS OBJETO DAS NOTAS DE CREDITO COMERCIAIS, EMITIDAS POR ROBINA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA., EM FAVOR DO BANCO DO BRASIL S/A, ATRAVES DE RENEGOCIACAO COM O MESMO BANCO.

NUM.DOC: 040.969/10-1 SESSÃO: 27/01/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 27/06/2009. DELIBAR ACERCA DE OUTORGA DE FIANCAS PELA COMPANHIA NOS CONTRATOS CONTRATUAIS FIRMADOS ENTRE AS EMPRESAS.E TAMBEM APROVAM A OUTORGA DE FIANCA E AS RATIFICAM NOS CONTRATOS

INCLUSÃO DE CNPJ 09.376.519/0001-43

NUM.DOC: 040.970/10-3 SESSÃO: 27/01/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 30/11/2009. DELIBAR SOBRE AS FIANCAS PRESTADAS NAS CONDICOES CONTRATUAIS GERAIS FIRNADAS ENTRE RODOVIAS DAS COLINAS S.A E A UBF GARANTIAS & SEGUROS S.A

NUM.DOC: 070.077/10-1 SESSÃO: 03/03/2010

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 351.701.594,00 (TREZENTOS E CINQUENTA E UM MILHÕES, SETECENTOS E UM MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 02/06/2009.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 02/06/2009. AUMENTO DE CAPITAL, NOMEACAO DE PERITOS AVALIADORES, ALTERACAO DO ARTIGO 5

NUM.DOC: 172.019/10-2 SESSÃO: 20/05/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 22/04/2010. DELIBERACOES:APROVAR A CONCESSAO DE FIANCA CORPORATIVA,COMO GARANTIA DO EMPRESTIMO PONTE APROVADO,NO VALOR DE ATE R$ 100.000.000,00 COM RECURSOS OBTIDOS JUNTO AO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.,A UMA TAXA DE ATE 14% AO ANO,COM UM PRAZO TOTAL DE 12 MESES,COM PARCELA UNICA NO FINAL DO EMPRESTIMO,PODENDO SER PRORROGADO OU RENOVADO DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO PROJETO.

NUM.DOC: 227.904/10-2 SESSÃO: 01/07/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 28/04/2010. DELIBERACOES: O CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBEROU, AUTORIZAR A EMISSAO DAS CELULAS DE CREDITO BANCARIO ENUNCIADAS NA ORDEM DO DIA, PELA CONCESSONARIA RODOVIAS DO TIETE, EM TANTAS PARCELAS QUANTAS FOREM NECESSARIAS, POREM NO VALOR TOTAL LIMITADO, PARA O CONJUNTO DE PARCELAS, EM R$ 35.171.300,00, OBSERVANDO-SE A ULTIMA DATA DE VENCIMENTO EM 08/10/2010.

NUM.DOC: 227.919/10-5 SESSÃO: 01/07/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 15/06/2010. DELIBERACOES: OS CONSELHEIROS RESOLVERAM APROVAR E AUTORIZAR A CONTRATACAO DO EMPRESTIMO JUNTO AO BANCO ITAU BBA S.A. PELA COMPANHIA, NO VALOR DE R$ 3.287.168,00, ACRESCIDOS DE JUROS A TAXA CDI MAIS 3% AO ANO, COM VENCIMENTO EM 20/10/2010, NOS TERMOS DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 100110060008100.

NUM.DOC: 258.830/10-4 SESSÃO: 21/07/2010

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE LUIS VITAL DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 102.278.678-40, RG/RNE: 158529947, RESIDENTE À AV SELMA PARADA, 201, ED 2 SL 201, JD MADALENA, SAO PAULO - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE ROSEMARY DE FATIMA TARALLO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 082.219.098-23, RG/RNE: 94362762, RESIDENTE À AV SELMA PARADA, 201, ED 2 SL 201, JD MADALENA, SAO PAULO - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE JOSE CARLOS BOTELHO DE MORAES TOLEDO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 053.879.938-21, RG/RNE: 4430031, RESIDENTE À AV SELMA PARADA, 201, ED 2 SL 201, JD MADALENA, SAO PAULO - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, SAO PAULO - SP, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CJ.53, JARIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE HAMILTON AMADEO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 039.875.108-03, RG/RNE: 35542228, RESIDENTE À RUA PEDRO GOMES CARDIM, 128, AP 32 A, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05617-901, COMO DIRETOR.

REMANESCENTE MANUEL DOS SANTOS RODRIGUES, NACIONALIDADE PORTUGUESA, CPF: 228.304.997-00, RG/RNE: 383604679, RESIDENTE À RUA DEP. LAERCIO CORTE, 1200, AP 2131 BL B, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05706-290, COMO DIRETOR.

REMANESCENTE SANTIAGO CRESPO, NACIONALIDADE ARGENTINA, CPF: 212.930.698-50, RG/RNE: 159958, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, ED CY BL C1, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05705-901, COMO DIRETOR COMERCIAL.

REMANESCENTE ALEXANDRE TUJISOKI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 051.364.688-40, RG/RNE: 14080974, RESIDENTE À RUA AFONSO DE FREITAS, 755, APTO 11, PARAISO, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

NUM.DOC: 262.070/10-8 SESSÃO: 27/07/2010

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 588.879.590,00 (QUINHENTOS E OITENTA E OITO MILHÕES, OITOCENTOS E SETENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS E NOVENTA REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 31/12/2009.

NUM.DOC: 277.129/10-2 SESSÃO: 02/08/2010

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, SAO PAULO - SP, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CJ.53, JARIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E DIRETOR.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE HAMILTON AMADEO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 039.875.108-03, RG/RNE: 32542228X, RESIDENTE À RUA PEDRO GOMES CARDIM, 128, AP 32 A, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05617-901, COMO DIRETOR.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE MANUEL DOS SANTOS RODRIGUES, NACIONALIDADE PORTUGUESA, CPF: 228.304.997-00, RG/RNE: 383604679, RESIDENTE À RUA DEP. LAERCIO CORTE, 1200, AP 2131 BL B, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05706-290, COMO DIRETOR.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE SANTIAGO CRESPO, NACIONALIDADE ARGENTINA, CPF: 212.930.698-50, RG/RNE: V159958A, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, ED CY BL C1, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05705-901, COMO DIRETOR COMERCIAL.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ALEXANDRE TUJISOKI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 051.364.688-40, RG/RNE: 14080974, RESIDENTE À RUA AFONSO DE FREITAS, 755, APTO 11, PARAISO, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182.)

NUM.DOC: 281.088/10-0 SESSÃO: 06/08/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 30/07/2010. DELIBERACOES: AUTORIZAR A CONTRATACAO, PELA COMPANHIA COM O BANCO DO BRASIL S.A., NO ANO DE 2010, DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E/OU EMPRESTIMOS , INCLUINDO-SE, MAS NAO SE LIMITANDO, NOTAS DE CREDITO COMERCIAL, CEDULAS DE CREDITO BANCARIO E SIMILARES DESDE QUE, INDIVIDUALMENTE, CADA CONTRATO NAO ULTRAPASSE O VALOR PRINCIPAL DE R$ 70.000.000,00, NOS TERMOS, CONDICOES E TAXAS PRATICADAS NO MERCADO NA DATA EM QUE A OPERACAO SE REALIZAR.

NUM.DOC: 288.206/10-1 SESSÃO: 11/08/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 02/01/2010. DELIBERACOES: RATIFICAR TODAWS AS OPERACOES QUE FORAM REALIZADAS PELA COMPANHIA, POR SUAS CONTROLADAS DIRETAS E INDIRETAS E COM AS CONTROLADAS DA COMPANHIA (HEBER E EMPATE) E/OU COM EMPRESAS CONTROLADAS DESTAS OU POR ESTAS CONTROLADAS, DURANTE O CALENDARIO CIVIL DO ANO DE 2009, QUE RESULTARAM NOS SALDOS DAS TRANSACOES INTER COMPANY ORA APROVADOS, CONSTANTES DOS BALANCOS PRELIMINARES ACIMA REFERIDOS.

NUM.DOC: 296.416/10-1 SESSÃO: 18/08/2010

CISÃO PARCIAL DE NIRE 35218877951, EM FAVOR DESTA.

NUM.DOC: 298.295/10-6 SESSÃO: 20/08/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 10/08/2010. DELIBERACOES: AUTORIZAR A COMPANHIA A ASSUMIR E CONFESSAR DIVIDA DA CIBE RODOVIAS E PARTICIPACOES S.A., NO VALOR DE R$100.000,000,00, CONSISTENTE EM PARTE DO SALDO DEVEDOR DA OPERACAO DE CREDITO REPRESENTADA PELA CEDULA DE CREDITO BANCARIA, EMITIDA EM 16/12/2009, NO VALOR DE R$182.000.000,00 EM FAVOR DO BANCO DO BRASIL S.A., PODENDO, PARA TANTO, EMITIR CEDULA DE CREDITO

BANCARIO, FORMALIZAR INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSAO, ASSUNCAO E CONFISSAO DE DIVIDA E QUAISQUER OUTROS DOCUMENTOS NECESSARIOS A ASSUNCAO DESTA DIVIDA.

NUM.DOC: 298.346/10-2 SESSÃO: 20/08/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 13/08/2010. DELIBERACOES: RETIFICAR A AUTORIZACAO CONCEDIDA AOS DIRETORES DA COMPANHIA PARA FIRMAREM CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E SIMILARES, EXCLUINDO-SE A LIMITACAO ACERCA DAS TAXAS, TERMOS E CONDICOES, AS QUAIS PODERAO SER NEGOCIADAS A EPOCA DOS MENCIONADOS CONTRATOS.

NUM.DOC: 329.482/10-5 SESSÃO: 10/09/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 12/07/2010. DELIBERACOES: APROVAR O RECEBIMENTO DA DACAO EM PAGAMENTO DA "HEBER" PARA A COMPANHIA, DAS ACOES DE EMISSAO DAS COMPANHIAS AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO S.A., CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S.A. E CONCESSIONARIA RODOVIAS DO TIETE S.A.

NUM.DOC: 347.400/10-3 SESSÃO: 23/09/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 30/06/2010. DELIBERACOES: EM RELACAO A DESTINACAO DO RESULTADO APURADO PELA COMPANHIA NO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2009, CONSIGNAR QUE FOI REGISTRADO PREJUIZO, NO MONTANTE DE R$ 41.739.000,00, O QUAL SERA DESTINADO A CONTA DE PREJUIZOS ACUMULADAS, RAZAO PELA QUAL NAO SAO DISTRIBUIDOS DIVIDENDOS OBRIGATORIOS.

NUM.DOC: 360.228/10-0 SESSÃO: 05/10/2010

CISÃO PARCIAL DE NIRE 35300353501, EM FAVOR DESTA.

NUM.DOC: 396.474/10-0 SESSÃO: 01/11/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 28/09/2010. DELIBERACOES: APROVA A AUTORGA,PELA SOCIEDADE DE FIANCA EM FAVOR DA ENERGETICA SUAPE II S/A,PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO INSCRITA NO CNPJ/MF SOB NO. 09.373.678/0001-94,EM FAVOR DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL,NO VALOR DE ATE EUR 35.303.520,00 EM NEGOCIO JURIDICO DE ABERTURA DE CREDITO DOCUMENTARIO PARA PAGAMENTO DE IMPORTACAO,TUDO CONFORME A MINUTA CM300046/10 QUE E OBJETO DO ANEXO I AO PRESENTE INSTRUMENTO;AUTORIZAR A ASSINATURA PELA DIRETORIA DA SOCIEDADE DO INSTRUMENTO OBJETO DO ANEXO I E DE QUAISQUER OUTROS DOCUMENTOS NECESSARIOS A IMPLEMENTACAO DA OUTORGA DA FIANCA ORA APROVADA.

NUM.DOC: 428.053/10-5 SESSÃO: 06/12/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 18/11/2010. DELIBERACOES: OS ACIONISTAS, APROVARAM: A EMISSAO, PELA COMPANHIA, DE 140 DEBENTURES, COM VALOR NOMINAL UNITARIO DE R$ 1.000.000,00, NO MOTANTE TOTAL DE R$ 140.000.000,00, NOS TERMOS E CONDICOES A SEREM OPORTUNAMENTE DEFINIDOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA CAMPANHIA.

NUM.DOC: 428.054/10-9 SESSÃO: 06/12/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 18/11/2010. DELIBERACOES: OS CONSELHEIROS, DELIBERARAM PELA: APROVACAO DA EMISSAO, PELA COMPANHIA, DE 140 DEBENTURES, NO MONTANTE TOTAL DE R$ 140.000.000,00.

NUM.DOC: 428.055/10-2 SESSÃO: 06/12/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.D., DATADA DE: 18/11/2010. DELIBERACOES: A APROVACAO DOS TERMOS E CONDICOES DA 1 EMISSAO, PELA COMPANHIA, DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFICA, COM GARANTIA FIDEJUSSORIA, PARA DISTRIBUICAO COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, EM CONSONANCIA COM A INSTRUCAO DA COMISSAO DE VALORES IMOBILIARIOS-CVM N 476, DE JANEIRO DE 2009, COM VALOR NOMINAL UNITARIO DE R$ 1.000.000,00, NO MONTANTE TOTAL DE R$ 140.000.000,00.

NUM.DOC: 997.072/10-6 SESSÃO: 09/12/2010

REVISÃO EX-OFICIO - INTERESSADO: , , FUNDAMENTO : MOTIVO: REVISAO DE OFICIO INTERPOSTA PELA D. PROCURADORIA PARA O CANCELAMENTO DO REGISTRO N. 232.032/09-9, DE 03/07/2009, DA SOCIEDADE CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A, E DO REGISTRO N. 290.234/09-8 DA SOCIEDADE CIBE RODOVIAS E PARTICIPACOES LTDA., RELATIVOS CISAO PARCIAL DESTA ULTIMA, COM VERSAO DE SEU PATRIMONIO LIQUIDO CINDIDO PARA CIBE-PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A.

REVISÃO EX-OFICIO - INTERESSADO: , , FUNDAMENTO : DE 13.07.2011. CONSIDERANDO AS RAZOES DE FATO E DE DIREITO APRESENTADAS PELA D. PROCURADORIA; CONSIDERANDO AS RAZOES APRESENTADAS PELOS I. VOGAIS, DECIDO PELA CONVALIDACAO DOS ATOS ARQUIVADOS SOB N S 232.032/09-9, 290.234/09-8, 281.402/10-3, RESPECTIVAMENTE DAS SOCIEDADES CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A, CIBE RODOVIAS E PARTICIPACOES S/A, E G.A.R. GESTAO E ADMINISTRACAO EM RODOVIAS LTDA. DECISAO FINAL.

NUM.DOC: 447.538/10-0 SESSÃO: 17/12/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 03/11/2010. DELIBERACOES: AUTORIZAR A EMISSAO, PELA COMPANHIA, EM FAVOR DO CREDOR BANCO VOTORANTIM S.A., DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 10103993, NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 30.000.000,00, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 07/12/2010.

NUM.DOC: 032.929/11-0 SESSÃO: 20/01/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 14/10/2010. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 12/07/2010.

NUM.DOC: 032.930/11-2 SESSÃO: 20/01/2011

MONIOR MERCANTIL, DE 14/10/2010. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 12/07/2010.

NUM.DOC: 032.931/11-6 SESSÃO: 20/01/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 14/10/2010. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 30/06/2010.

NUM.DOC: 032.932/11-0 SESSÃO: 20/01/2011

JORNAL MONITOR MERCANTIL, DE 14/10/2010. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 30/06/2010.

NUM.DOC: 034.131/11-5 SESSÃO: 26/01/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 08/12/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 18/11/2010.

NUM.DOC: 034.132/11-9 SESSÃO: 26/01/2011

MONITOR MERCANTIL, DE 08/12/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 18/12/2010.

NUM.DOC: 034.133/11-2 SESSÃO: 26/01/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 08/12/2010. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 18/11/2010.

NUM.DOC: 034.135/11-0 SESSÃO: 26/01/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 08/12/2010. PUBLICOU ATA: A.R.D. EM : 18/11/2010.

NUM.DOC: 034.136/11-3 SESSÃO: 26/01/2011

MONITOR MERCANTIL, DE 08/12/2010. PUBLICOU ATA: A.R.D. EM : 18/11/2010.

NUM.DOC: 034.134/11-6 SESSÃO: 28/01/2011

MONITOR MERCANTIL, DE 08/12/2010. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 18/11/2010.

NUM.DOC: 075.269/11-9 SESSÃO: 23/02/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 14/02/2011. DELIBERACAO: APROVAR A LAVRATURA DA PRESENTE ATA NA FORMA DE SUMARIO, APROVAR A CONCESSAO DE FIANCA PELA COMPANHIA EM FAVOR DA SPMAR, AUTORIZAR DA ALIENACAO FIDUCIARIA DE 304.063.400 ACOES QUE REPRESENTAM 74,5% DO CAPITAL SOCIAL DA CIBE INVESTIMENTOS E AUTORIZAR OS DIREITOS DA COMPANHIA A TOMAREM TODAS AS PROVIDENCIAS NECESSARIAS PARA EFETIVACAO DAS DELIBERACOES ACIMA.

NUM.DOC: 094.468/11-4 SESSÃO: 02/03/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 15/02/2011. DELIBERACOES: APROVAR A CONCESSAO DE FIANCA CORPORATIVA, COMO GARANTIA DO FINANCIAMENTO APROVADO JUNTO AO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (BNB), NO VALOR DE ATE R$ 212.581.828,00, A SEREM PROVIDOS COM RECURSOS DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT, NO AMBITO DO PROGRAMA FAT-PROINF, A TAXA DE ATE TJLP + 4% A.A, COM PRAZO TOTAL DE ATE 17 ANOS, MAS SEMPRE LIMITADO AO PRAZO ESTATUTARIO DE DURACAO DA SOCIEDADE, COM ATE 2 ANOS E 6 MESES DE CARENCIA.

NUM.DOC: 100.165/11-4 SESSÃO: 17/03/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 25/02/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 14/02/2011.

NUM.DOC: 100.166/11-8 SESSÃO: 17/03/2011

MONITOR MERCANTIL, DE 25/02/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 14/02/2011.

NUM.DOC: 142.320/11-0 SESSÃO: 13/04/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 27/03/2011. DELIBERACOES: AUTORIZAR A COMPANHIA A CELEBRAR O PRIMEIRO ADITIVO A NOTA DE CREDITO COMERCIAL N 306.400.882 EMITIDA EM FAVOR DO BANCO DO BRASIL S.A. EM 29/09/2009; AUTORIZAR OS DIRETORES DA COMPANHIA, A TOMAR TODAS AS PROVIDENCIAS NECESSARIAS AO CUMPRIMENTO DAS DELIBERACOES AQUI APROVADAS.

NUM.DOC: 151.979/11-0 SESSÃO: 25/04/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 07/04/2011. FOI APROVADA A LAVRATURA DESTA ATA NA FORMA DE SUMARIO, COMO FACULTA O ARTIGO 130, CAPITULO 1 DA LEI N 6.404/76; A COMPANHIA FOI AUTORIZADA NOS TERMOS DO ARTIGO 19

ITEM "IX" DO ESTATUTO SOCIAL, A PRESTAR FIANCA CORPORATIVA, COMO GARANTIA DO FINANCIAMENTO APROVADO JUNTO AO BANCO DO NORDESTE S.A (BNB), NOS VALORES DE: R$ 106.290.000,00, A SEREM PROVIDOS POR MEIO DE CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO POR INSTRUMENTO PARTICULAR N 44.2011.1191.5072; 19.091.772,00 EUROS, POR MEIO DA PROPOSTA DE ABERTURA DE CREDITO DOCUMENTARIO PARA PAGAMENTO DE IMPORTACAO CM 300011/11; 3.623.256,00 EUROS, POR MEIO DE PROPOSTA DE ABERTURA DE CREDITO DOCUMENTARIO PARA PAGAMENTO DE IMPORTACAO CM 300012/11, E 26.322.800,00 EUROS.

NUM.DOC: 193.446/11-0 SESSÃO: 24/05/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 18/03/2011. DELIBERAR SOBRE (I) APROVACAO DE CONSTITUICAO, POR PARTE DA COMPANHIA, DE GARANTIA FINDUCIARIA EM FAVOR DE EMPRESA BRACOL HOLDING LTDA. ATRAVES DE CESSAO FINDUCIARIA DE CERTIDOES DE DEPOSITO BANCARIO NO VALOR R$ 30.455.879,00 (TRINTA MILHOES, QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS); (II) AUTORIZACAO A SER CONCEDIDA AOS DIRETORES DA COMPANHIA PARA QUE ESTES ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DA EMISSAO.

NUM.DOC: 291.335/11-1 SESSÃO: 27/07/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 01/06/2009. ATA DE REUNIÃO DOS QUOTISTAS

NUM.DOC: 291.336/11-5 SESSÃO: 27/07/2011

PROTOCOLO E JUSTIFICACAO DE CISAO PARCIAL DA CIBE RODOVIAS E PARTICIPACOES S.A. SEGUIDA DE INCORPORACAO DA PARCELA CINDIDA PELA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A.

NUM.DOC: 291.337/11-9 SESSÃO: 27/07/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 14/06/2009. ATA DE REUNIÃO DOS QUOTISTAS

NUM.DOC: 324.642/11-8 SESSÃO: 10/08/2011

DIARIO OFICIAL EMPRESARIAL., DE 30/07/2011.

NUM.DOC: 324.643/11-1 SESSÃO: 10/08/2011

MONITOR MERCANTIL., DE 01/08/2011.

NUM.DOC: 342.435/11-5 SESSÃO: 30/08/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 04/08/2011. DELIBERACOES: A EXTENSAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES EM ATE 180 DIAS; E DELEGAR, AO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA, A COMPETENCIA PARA A TOMADA DE PROVIDENCIAS , INCLUINDO NEGOCIACAO E CELEBRACAO DE ADITAMENTO A ESCRITURA E QUAISQUER DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA A EXTENSAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES.

NUM.DOC: 342.436/11-9 SESSÃO: 30/08/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 04/08/2011. DELIBERAR SOBRE (I) A APROVACAO DOS TERMOS E CONDICOES DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO, DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA FIDEJUSSORIA, PARA DISTRIBUICAO COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A., DATADA DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010 (ADITAMENTO); E (II) A AUTORIZACAO AOS DIRETORES DA COMPANHIA PARA QUE ESTES ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DO ADITAMENTO.

NUM.DOC: 342.437/11-2 SESSÃO: 30/08/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.D., DATADA DE: 04/08/2011. OS DIRETORES DA COMPANHIA DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM QUAISQUER RESTRICOES, CONFORME AUTORIZADO PELO ARTIGO 23, INCISO (XII) (B) DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, A APROVACAO DOS TERMOS E CONDICOES DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO (ADITAMENTO) A ESCRITURA DA 1 EMISSAO, DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA FIDEJUSSORIA, PARA DISTRIBUICAO COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A., DATADA DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010

NUM.DOC: 342.451/11-0 SESSÃO: 30/08/2011

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 04/08/2011. DELIBERACOES: (I) APROVADA A EXTENSAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES E CONSEQUENTES ALTERACOES NAS ESCRITURAS EM 18.11.2010 ENTRE A COMPANHIA, O AGENTE FIDUCIARIO E HEBER PARTICIPACOES; (II) AUTORIZADA A ASSINATURA PELO AGENTE FIDUCIARIO DO PRIMEIRO ADITAMENTO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DA ESCRITURA 1 DA EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES EM SERIE UNICA , DA ESPECIE QUIROGRAFIA COM GARANTIA FIDEJUSSARORIA, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLABORACAO, DA CIBE PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS S.A.

NUM.DOC: 354.348/11-5 SESSÃO: 05/09/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 12/08/2011. AUTORIZAR A COMPANHIA A CELEBRAR O SEGUNDO ADITIVO A NOTA DE CREDITO COMERCIAL N 306.400.882, EMITIDA EM FAVOR DO BANCO DO BRASIL S.A. EM 29 DE SETEMBRO DE 2010, NO

VALOR DE TOTAL DE R$ 3.500.000,00 (TRES MILHOES E QUINHENTOS MIL REAIS), PRORROGANDO SEU VENCIMENTO PARA O DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2012;5.2. AUTORIZAR A COMPANHIA A CELEBRAR O SEGUNDO ADITIVO A NOTA DE CREDITO COMERCIAL N 306.400.882, EMITIDA EM FAVOR DO BANCO DO BRASIL S.A. EM 29 DE SETEMBRO DE 2010, NO VALOR DE TOTAL DE R$ 3.500.000,00 (TRES MILHOES E QUINHENTOS MIL REAIS), PRORROGANDO SEU VENCIMENTO PARA O DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2012;

NUM.DOC: 377.359/11-7 SESSÃO: 16/09/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 03/09/2011. PUBLICOU ATA: A.R.D. EM : 04/08/2011.

NUM.DOC: 377.360/11-9 SESSÃO: 16/09/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.D., DATADA DE: 04/08/2011. APROVAR O INSTRUMENTO PARTICILAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO.

MONITOR MERCANTIL, DE 03/09/2011. PUBLICOU ATA: A.R.D. EM : 04/08/2011. OBS: APROVAR O INSTRUMENTO PARTICILAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO.

NUM.DOC: 377.361/11-2 SESSÃO: 16/09/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 18/03/2011. DELIBERAR SOBRE A APROVACAO DA CONSTITUICAO DE GARANTIAS FINDUCIARIAS EM FAVOR DA BRACOL.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 03/09/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 18/03/2011. OBS: DELIBERAR SOBRE A APROVACAO DA CONSTITUICAO DE GARANTIAS FINDUCIARIAS EM FAVOR DA BRACOL.

NUM.DOC: 377.362/11-6 SESSÃO: 16/09/2011

NEGOCIOS & MEPRESAS, DE 05/09/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 18/03/2011.

NUM.DOC: 377.363/11-0 SESSÃO: 16/09/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 03/09/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 04/08/2011.

NUM.DOC: 377.364/11-3 SESSÃO: 16/09/2011

NEGOCIOS & EMPRESAS, DE 05/09/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 18/03/2011.

NUM.DOC: 377.365/11-7 SESSÃO: 16/09/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 03/09/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 07/04/2011.

NUM.DOC: 377.366/11-0 SESSÃO: 16/09/2011

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 05/09/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 07/04/2011.

NUM.DOC: 377.367/11-4 SESSÃO: 16/09/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 03/09/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 04/08/2011.

NUM.DOC: 377.368/11-8 SESSÃO: 16/09/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 04/08/2011. APROVAR A EXTENSAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES; DELEGACAO AO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DE COMPETENCIA PARA TOMADA DE PROVIDENCIAS.

NEGOCIOS E EMPRESAS, DE 03/09/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 04/08/2011. OBS: APROVAR A EXTENSAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES; DELEGACAO AO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DE COMPETENCIA PARA TOMADA DE PROVIDENCIAS.

NUM.DOC: 377.369/11-1 SESSÃO: 16/09/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 04/08/2011. APROVAR A EXTENSAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES E CONSEQUENTES ALTERACOES NA ESCRITURA CELEBRADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2010 ENTRE A COMPANHIA.

NUM.DOC: 377.370/11-3 SESSÃO: 16/09/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 04/08/2011. APROVAR A EXTENSAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES E CONSEQUENTES ALTERACOES NA ESCRITURA CELEBRADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2010 ENTRE A COMPANHIA.

NUM.DOC: 380.936/11-2 SESSÃO: 21/09/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 08/08/2011. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010; E (II) DELIBERAR SOBRE A DESTINACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

NUM.DOC: 381.866/11-7 SESSÃO: 22/09/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 06/09/2011. DA ALIENACAO FIDUCIARIA DE 304.063.400 (TREZENTAS E QUATRO MILHOES, SESSENTA E TRES MIL E QUATROCENTAS) ACOES QUE REPRESENTAM 74,5% (SETENTA E QUATRO VIRGULA

CINCO POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL TOTAL DA CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. (CIBE INVESTIMENTOS), DETIDAS PELA COMPANHIA, BEM COMO DE DIVIDENDOS, JU ROS SOBRE CAPITAL PROPRIO E QUAISQUER OUTROS RENDIMENTOS DECORRENTES DE TAIS ACOES E DE EVENTUAIS NOVAS ACOES QUE VENHAM A SER CRIADAS OU ADQUIRIDAS NO FUTURO, DIREITOS OU BONUS DE SUBSCRICAO, DEBENTURES CONVERSIVEIS, PARTES BENEFICIARIAS OU OUTROS VALORES MOBILIARIOS CONVERSIVEIS EM ACOES RELATIVOS AO CAPITAL SOCIAL DA CIBE INVESTIMENTOS, DETIDAS PELA COMPANHIA, NOS TERMOS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS, CELEBRADO NESTA DATA ENTRE A COMPANHIA, CONCESSIONARIA SPMAR S.A., A CIBE INVESTIMENTOS E A OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A., NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIARIO (CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES); (II) DA AUTORIZACAO A SER CONCEDIDA A DIRETORIA DA COMPANHIA PARA FIRMAR OS DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA AS OPERACOES ACIMA DESCRITAS.

NUM.DOC: 395.634/11-8 SESSÃO: 30/09/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 30/08/2011. DELIBERAR ACERCA DA PRESTACAO DE AVAL SOLIDARIO EM FAVOR DA MARACANAU GERADORA DE ENERGIA S.A.

NUM.DOC: 413.688/11-2 SESSÃO: 14/10/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 25/08/2011. 2.APROVAR A PROPOSTA DA DIRETORIA DA COMPANHIA DE ALTERAR O ENDERECO DA SUA SEDE SOCIAL PARA AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2.012, 5 ANDAR, CONJUNTO 53, SALA 06, JARDIM PAULISTANO, NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, CEP: 01469-900;

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CONJ, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 25/08/2011.

NUM.DOC: 414.516/11-4 SESSÃO: 17/10/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 06/09/2011. DELIBERAR ACERCA DA ALIENACAO FIDUCIARIA DE 304.063.400 ACOES QUE REPRESENTAM 74,5% DO CAPITAL SOCIAL TOTAL DA CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A., DA AUTORIZACAO A SER CONCEDIDA A DIRETORIA DA COMPANHIA PARA FIRMAR SO DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA AS OPERACOES ACIMA DESCRITAS.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 27/09/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 06/09/2011. OBS: DELIBERAR ACERCA DA ALIENACAO FIDUCIARIA DE 304.063.400 ACOES QUE REPRESENTAM 74,5% DO CAPITAL SOCIAL TOTAL DA CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A., DA AUTORIZACAO A SER CONCEDIDA A DIRETORIA DA COMPANHIA PARA FIRMAR SO DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA AS OPERACOES ACIMA DESCRITAS.

NUM.DOC: 414.517/11-8 SESSÃO: 17/10/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 06/09/2011. DELIBERAR ACERCA DA ALIENACAO FIDUCIARIA DE 304.063.400 ACOES QUE REPRESENTAM 74,5% DO CAPITAL SOCIAL TOTAL DA CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A., DA AUTORIZACAO A SER CONCEDIDA A DIRETORIA DA COMPANHIA PARA FIRMAR SO DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA AS OPERACOES ACIMA DESCRITAS.

MONITOR MERCANTIL, DE 27/09/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 06/09/2011. OBS: DELIBERAR ACERCA DA ALIENACAO FIDUCIARIA DE 304.063.400 ACOES QUE REPRESENTAM 74,5% DO CAPITAL SOCIAL TOTAL DA CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A., DA AUTORIZACAO A SER CONCEDIDA A DIRETORIA DA COMPANHIA PARA FIRMAR SO DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA AS OPERACOES ACIMA DESCRITAS.

NUM.DOC: 419.959/11-7 SESSÃO: 20/10/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 08/08/2011. DISCUTIR SOBRE AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS E DESTINACAO DOS RESULTADOS DO EXERCICIO.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 08/10/2011. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 08/08/2011. OBS: DISCUTIR SOBRE AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS E DESTINACAO DOS RESULTADOS DO EXERCICIO.

NUM.DOC: 419.960/11-9 SESSÃO: 20/10/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 08/08/2011. DISCUTIR SOBRE AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS E DESTINACAO DOS RESULTADOS DO EXERCICIO.

MONITOR MERCANTIL, DE 08/10/2011. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 08/08/2011. OBS: DISCUTIR SOBRE AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS E DESTINACAO DOS RESULTADOS DO EXERCICIO.

NUM.DOC: 439.273/11-0 SESSÃO: 04/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 16/08/2011. AUTORIZAR A COMPANHIA A CELEBRAR O PRIMEIRO ADITIVO A CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 306.400.876, EMITIDA EM FAVOR DO BANCO DO BRASIL S.A. EM 16 DE AGOSTO DE 2011, NO VALOR DE R$ 100.000.000,00 (CEM MILHOES DE REAIS), PRORROGANDO SEU VENCIMENTO PARA O DIA 16 DE MARCO DE 2013, FICANDO DESDE LOGO AUTORIZADAS EVENTUAIS PRORROGACOES, RENOVACOES E ADITAMENTOS;

NUM.DOC: 439.274/11-4 SESSÃO: 04/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 15/09/2011. RATIFICAR A ATA DA REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA SOCIEDADE REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2010 (RCA) PARA AUTORIZAR A COMPANHIA A CONTRATAR CEDULA D E CREDITO BANCARIO (CCB) NA MODALIDADE MUTUO JUNTO AO BANCO VOTORANTIM S.A., NOS TERMOS DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N. 10099453.

NUM.DOC: 446.590/11-3 SESSÃO: 09/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 21/06/2010. PUBLICACAO DA ATA AGE 21/06/2010 DA CIBE PARTICIPCOES E EMPREENDIMENTOS S.A. COM ELEICAODOS NOVOS CONSELHEIROS E ALTERACAO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.

MONITOR MERCANTIL, DE 21/08/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 21/06/2010. OBS: PLUBLICACAO DA ATA AGE 21/06/2010 DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A. COM ELEICAO DOS NOVOS CONSELHEIROS E ALTERACAO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 446.591/11-7 SESSÃO: 09/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 03/06/2009. PUBLICACAO DA ATA AGOE DE 31.06.09 DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A. COM APROVACAO DAS CONTAS DO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.08 E ALTERACAO DE SEDE DA COMPANHIA.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 21/08/2010. PUBLICOU ATA: A.G.O./A.G.E. EM : 03/06/2009. OBS: PUBLICACAO DA ATA AGOE DE 31.06.09 DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A. COM APROVACAO DAS CONTAS DO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.08 E ALTERACAO DE SEDE DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 446.592/11-0 SESSÃO: 09/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 03/06/2009. PUBLICACAO DA ATA AGOE DE 31.06.09 DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A. COM APROVACAO DAS CONTAS DO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.08 E ALTERACAO DE SEDE DA COMPANHIA.

MONITOR MERCANTIL, DE 21/08/2010. PUBLICOU ATA: A.G.O./A.G.E. EM : 03/06/2009. OBS: PUBLICACAO DA ATA AGOE DE 31.06.09 DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A. COM APROVACAO DAS CONTAS DO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.08 E ALTERACAO DE SEDE DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 446.593/11-4 SESSÃO: 09/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 21/06/2010. ELEICAO DOS NOVOS DIRETORES DA COPANHIA E ALTERACAO DO ESTATUTO SOCIAL

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 21/08/2010. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 21/06/2010. OBS: ELEICAO DOS NOVOS DIRETORES DA COMPANHIA E ALTERACAO DO ESTATUTO SOCIAL.

NUM.DOC: 446.594/11-8 SESSÃO: 09/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 21/06/2010. ELEICAO DOS NOVOS DIRETORES DA COMPANHIA E ALTERACAO DO ESTATUTO SOCIAL.

MONITOR MERCANTIL, DE 21/08/2010. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 21/06/2010. OBS: ELEICOA DOS NOVOS DIRETORES DA COMPANHIA E ALTERACAO DO ESTATUTO SOCIAL.

NUM.DOC: 446.595/11-1 SESSÃO: 09/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 21/06/2010. PUBLICACAO DA ATA AGE 21/06/10 DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A. COM ELEICAO DOS NOVOS CONSELHEIROS E A ALTERACAO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 21/08/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 21/06/2010. OBS: PUBLICACAO DA ATA AGE 21/06/10 DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A. COM ELEICAO DOS NOVOS CONSELHEIROS E A ALTERACAO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 456.379/11-3 SESSÃO: 16/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 16/08/2010. DELIBERAR ACERCA DA RENOVACAO E MANUNTENCAO DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS COM O BANCO/INSTITUICAO FINANCEIRA BANCO ITAU BBA S.A. JA EXISTENTES, BEM COMO DA CONTRATACAO DE NOVOS FINANCIAMENTOS COM A MESMA INSTITUICAO FINANCEIRA.

NUM.DOC: 456.380/11-5 SESSÃO: 16/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 21/08/2010. DELIBERAR ACERCA DA CONTRATACAO DE CEDULA DE CREDITO BANCARIO CCB JUNTO AO BANCO VOTORANTIM S.A. NO VALOR DE R$ 18.883.592,76 (DEZOITO MILHOES, OITOCENTOS E TRINTA E TRES MIL QUINHENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS).

NUM.DOC: 456.381/11-9 SESSÃO: 16/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 30/09/2010. AUTORIZAR A CONTRATACAO PELA COMPANHIA COM O BANCO FIBRA

S.A., NO PRAZO DE ATE 214 DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA DA PRESENTE ATA, DE FINANCIAMENTO E/OU EMPRESTIMO, INCLUINDO-SE, MAS NAO SE LIMITANDO, A NOTAS DE CREDITO COMERCIAL, CEDULAS DE CREDITO BANCARIO E SIMILARES DESDE QUE, INDIVIDUALMENTE, CADA CONTRATO NAO ULTRAPASSE O VALOR PRINCIPAL DE R$ 14.0000.000,00 (QUATORZE MILHOES DE REAIS).

NUM.DOC: 456.382/11-2 SESSÃO: 16/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 07/10/2010. AUTORIZAR A EMISSAO PELA CIA, PARA O CREDOR BANCO VOTORANTIN S.A. DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO DE N 10102491, NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 30.000.000,00 (TRINTA MILHOES DE REAIS), COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 07/12/2010.

NUM.DOC: 456.383/11-6 SESSÃO: 16/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 21/10/2010. DELIBERAR SOBRE A EMISSAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO EM FAVOR DO BANCO VOTORANTIM.

NUM.DOC: 456.384/11-0 SESSÃO: 16/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 29/10/2010. AUTORIZAR A CELEBRACAO, POR PARTE DA COMPANHIA, COM OS BANCOS VOTORANTIN E BANCO DO BRASIL, DOS TERMOS E CONDICOES PARA A ESTRUTURACAO DE CAPTACAO DE RECURSOS E SUPORTE FINANCEIRO PARA A IMPLANTACAO DO PROJETO RODOANEL SUL-LESTE (TERM SHEET).

NUM.DOC: 456.475/11-4 SESSÃO: 16/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 19/04/2011. APOS DISCUTIREM AS MATERIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA, OS ACIONISTAS, POR UNANIMIDADE E SEM RESERVAS OU OPOSICOES, NOS TERMOS DO ART. 19, INCISO XI, DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, APROVAM E RATIFICAM AS FIANCAS PRESTADAS NO CONTRATO DE CONDICOES CONTRATUAIS GERAIS (CCG) FIRMADO ENTRE A CONCESSIONARIA RODOVIAS DO TIETE S/A, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 10.678.505/0001-63 E A ALLIANZ SEGUROS S/A, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 61.573.796/0001-66, EM 19 DE ABRIL DE 2011, PARA EMISSAO DE APOLICES DE SEGURO GARANTIA CORRESPONDENTES PARA: A) GARANTIR EXCLUSIVAMENTE O CUMPRIMENTO DAS FUNCOES OPERACIONAIS, DE CONSERVACAO E DE PAGAMENTO DO VALOR MENSAL VARIAVEL; B) GARANTIR EXCLUSIVAMENTE O CUMPRIMENTO DAS FUNCOES DE AMPLIACAO, CORRESPONDENTE A 1,5% (UM E MEIO POR CENTO) DO VALOR DA CONTRATACAO, LIMITADO A 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DO INVESTIMENTO, AMBOS RELATIVOS A CONCESSAO ONEROSA DOS SERVICOS PUBLICO DE EXPLORACAO DA MALHA RODOVIARIO ESTADUAL DO CORREDOR MARECHAL RONDON LESTE, CONSTITUIDO PELAS RODOVIAS SP-300, SP-101, SP-113, SP-209, SP-308, CONTORNO DE PIRACICABA E ACESSOS, CORRESPONDENDO AO LOTE 21 DO PROGRAMA ESTADUAL DE CONCESSOES RODOVIARIAS, REFERENTE AO CONTRATO DE CONCESSAO RODOVIARIA N 004/ARTESP/2009, ASSIM COMO RECONHECEM A VALIDADE E OS EFEITOS DAS FIANCAS PRESTADAS.

NUM.DOC: 480.637/11-8 SESSÃO: 26/11/2011

DIARIO OFICIAL EMPRESARIAL, DE 18/11/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 25/08/2011.

NUM.DOC: 480.638/11-1 SESSÃO: 30/11/2011

MONITOR FINANCEIRO, DE 18/11/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 25/11/2011.

NUM.DOC: 494.135/11-6 SESSÃO: 09/12/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 29/11/2011. AUTORIZAR A COMPANHIA, A PRESTAR AVAL SOLIDARIO EM FAVOR DO BANCO SAFRA S.A., NO VALOR DE R$ 5.000.000,00 (CINCO MILHOES DE REAIS), ACRESCIDOS DE JUROS A TAXA CDI ACRESCIDO DE 0,45% AO MES, EMITIDO PELA AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO S.A..

NUM.DOC: 509.523/11-0 SESSÃO: 28/12/2011

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 248.731.796,00 (DUZENTOS E QUARENTA E OITO MILHÕES, SETECENTOS E TRINTA E UM MIL, SETECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 01/12/2011.

CISÃO PARCIAL DESTA SOCIEDADE COM TRANSFERÊNCIA DE PARTE DO SEU PATRIMÔNIO PARA NIRE 35300346882.

NUM.DOC: 025.134/12-7 SESSÃO: 09/01/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 07/12/2011. DELIBERAR ACERCA DA RATIFICACAO DE ATOS PRATICADOS PELA DIRETORIA.

NUM.DOC: 025.135/12-0 SESSÃO: 09/01/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 22/12/2011. DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE A CONCESSAO DE AVAL DA COMPANHIA EM GARANTIA ABERTURA DE CREDITO FIXO EM FAVOR DO BANCO DO BRASIL S.A.

NUM.DOC: 076.289/12-6 SESSÃO: 16/02/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.D., DATADA DE: 06/02/2012. DELIBERACOES: DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, A APROVACAO DOS TERMOS E CONDICOES DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE

ESCRITURA DA 1 EMISSAO, DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA FIDEJUSSORIA, PARA DISTRIBUICAO COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A (SEGUNDO ADIANTAMENTO), CONFORME APROVADO PELA ASSEMBELIA GERAL EXTRAORDINARIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 06/02/2012 E PELA REUNIAO DO CONSELGO DE ADMINISTRACAO REALIZADA EM 06/02/2012.

NUM.DOC: 076.290/12-8 SESSÃO: 16/02/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 06/02/2012. DELIBERACOES: OS CONSELHEIROS, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM QUAISQUER RESSALVAS OU RESTRICOES, DE ACORDO COM A DECISAO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 06/02/2012 E CONFORME ARTIBUICAO PREVISTA NO ARTIGO 19 (XIV) DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA: (I) APROVACAO DO ADIATAMENTO; (II) AUTORIZACAO AOS DIRETORES DA COMPANHIA PARA QUE ESTES ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DO ADIATAMENTO.

NUM.DOC: 076.291/12-1 SESSÃO: 16/02/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 06/02/2012. DELIBERACOES: OS ACIONISTAS PRESENTES POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM QUAISQUER RESSALVAS OU RESTRICOES, APROVARAM, (I) LAVRAR A PRESENTE ATA EM FORMA DE SUMARIO; (II) ALTERAR A DATA DE VENCIMENTO FINAL DE DEBENTURES DE 08/02/2012 PARA 08/05/2012; (II) DELEGAR, AO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA, A COMPETENCIA PARA A TOMADA DE PROVIDENCIAS, INCLUINDO NEGOCIACAO E CELEBRACAO DE ADITAMENTO A ESCRITURA E QUAISQUER DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA A EXTENSAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DE DEBENTURES.

NUM.DOC: 076.292/12-5 SESSÃO: 16/02/2012

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 06/02/2012. DELIBERACOES: ALTERAR A DATA DE VENCIMENTO FINAL DEDEBENTURESDE 08/02/2012 PARA 08/05/2012. PARA TANTO, RESOLVEM ALTERAR A CLAUSULA 4.1.4.1 DA ESCRITURA, A QUAL PASSARA A VIGER: O VENCIMENTO FINAL DAS DEBENTURES OCORRERA EM 08/05/2012, RESSALVADAS AS HIPOTESES DE VENCIMENTO ANTECIPADO PREVISTAS NA CLAUSULA 5.3 ABAXO. NA OCASIAO DO ENCIMENTO O EMISSORA OBRIGA- SE A PROCEDER AO PAGAMENTO DAS EBENTURES QUE AINDA ESTEJAM EM CIRCULACAO PELO SALDO DE SEU VALOR NOMINAL UNITARIO , ACRESCISO DOS JUROS REMUNERATORIOS DEVIDOS, BEM COMO DE EVENTUAIS ENCARGOS MORATORIOS.

NUM.DOC: 083.948/12-0 SESSÃO: 27/02/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 16/02/2012. DELIBERAR ACERCA DA CELEBRACAO DE ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTROS AVENCAS,DATADA DE 25 DE FEVEREIRODE 2011, CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA, A CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S/A E A PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA, NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIARIA, EM QUE CONSTE A NOVA DATA DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES, CONFORME DEFINIDA NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES,EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIRIGRAFICA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA SPMAR; E A AUTORIZACAO AOS DIRETORES DA COMPANHIA PARA QUE ESTEM ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DO ADITAMENTO AO CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES.

NUM.DOC: 083.949/12-4 SESSÃO: 27/02/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 16/02/2012. DELIBERAR ACERCA DA CELEBRACAO DE ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTROS AVENCAS,DATADA DE 25 DE FEVEREIRODE 2011, CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA, A CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S/A E A PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA, NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIARIA, EM QUE CONSTE A NOVA DATA DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES, CONFORME DEFINIDA NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES,EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIRIGRAFICA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA SPMAR; E A AUTORIZACAO AOS DIRETORES DA COMPANHIA PARA QUE ESTEM ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DO ADITAMENTO AO CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES.

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO CONFORME A.R.C.A., DATADA DE: 16/02/2012.

NUM.DOC: 147.197/12-0 SESSÃO: 04/04/2012

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 14/03/2012. . ISTO POSTO, OS DEBENTURISTAS PRESENTES, PELA UNANIMIDADE DE VOTOS, TOMARAM AS SEGUINTES DELIBERACOES:1.NO QUE DIZ RESPEITO A MATERIA DO ITEM (I) CONSTANTE DA ORDEM DO DIA ACIMA, OS DEBENTURJSTAS CONCEDERAM A ANUENCIA PARA REORGANIZACAO SOCIETARIA ENVOLVENDO A EMISSORA, OBSERVADOS OS TERMOS DA CLAUSULA 5.4.1.1 (VI) DA ESCRITURA, CONFORME A SOLICITACAO DE WAIVER.II.OS DEBENTURISTAS DECIDIRAM AUTORIZAR A PRATICA DE TODOS OS ATOS NECESSARIOS AO REGISTRO DA PRESENTE ATA, BEM COMO AUTORIZAR O AGENTE FIDUCIARIO A ASSINAR TODOS E QUAISQUER DOCUMENTOS E A PRATICAR QUAISQUER ATOS NECESSARIOS AO CUMPRIMENTO DAS DELIBERACOES ORA TOMADAS.DEFINICOES:TODOS OS

TERMOS INICIADOS EM LETIAS MATI~SCULAS, MAS NAO DEFINIDOS NESTA ATA, TERAO OS SIGNIFICADOS A ELES ATRIBUIDOS NA ESCRITURA.NTE ATINGIDOS

NUM.DOC: 215.165/12-3 SESSÃO: 23/05/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 04/05/2012. APROVACAO DA EXTENSAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES (DEBENTURES) OBJETO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO, DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA FIDEJUSSORIA

NUM.DOC: 215.166/12-7 SESSÃO: 23/05/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 04/05/2012. A APROVACAO DOS TERMOS E CONDICOES DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO, DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA FIDEJUSSORIA, PARA DISTRIBUICAO COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A.

NUM.DOC: 215.167/12-0 SESSÃO: 23/05/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.D., DATADA DE: 04/05/2012. OS DIRETORES DA COMPANHIA DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM QUAISQUER RESTRICOES, CONFORME AUTORIZADO PELO ARTIGO 23, INCISO,DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, A APROVACAO DOS TERMOS E CONDICOES DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO, DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA FIDEJUSSORIA, PARA DISTRIBUICAO COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A

NUM.DOC: 215.168/12-4 SESSÃO: 23/05/2012

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 04/05/2012. ALTERAR A DATA DE VENCIMENTO FINAL DAS DEBENTURES DE 08 DE MAIO DE 2012 PARA 7 DE JULHO DE 2012.

NUM.DOC: 215.273/12-6 SESSÃO: 24/05/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 06/02/2012. OBS: DELIBERA-SE SOBRE: (I) APROVACAO DOS TERMOS E CONDICOES DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO; (II) AUTORIZACAO PARA A DIRETORIA TOMAR AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DO ITEM ANTERIOR.

NUM.DOC: 215.274/12-0 SESSÃO: 24/05/2012

DOE, DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 06/02/2012. OBS: DELIBERA-SE SOBRE: (I) APROVACAO DOS TERMOS E CONDICOES DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO; (II) AUTORIZACAO PARA A DIRETORIA TOMAR TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA FORMALIZACAO DO ITEM ANTERIOR.

NUM.DOC: 215.275/12-3 SESSÃO: 24/05/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.R.D. EM : 06/02/2012. OBS: DELIBERA-SE SOBRE: APROVACAO DOS TERMOS E CONDICOES DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO.

NUM.DOC: 215.276/12-7 SESSÃO: 24/05/2012

EMP E NEG, DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.R.D. EM : 06/02/2012. OBS: DELIBERA-SE SOBRE: APROVACAO DOS TERMOS E CONDICOES DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO.

NUM.DOC: 215.277/12-0 SESSÃO: 24/05/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 06/02/2012. OBS: DELIBERA-SE SOBRE: APROVACAO DA EXTENSAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES.

NUM.DOC: 215.278/12-4 SESSÃO: 24/05/2012

DOE, DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 06/02/2012. OBS: DELIBERA-SE SOBRE: APROVACAO DA EXTENSAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES.

NUM.DOC: 223.643/12-9 SESSÃO: 28/05/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA EM : 06/02/2012. OBS: DELIBERA-SE SOBRE: (I) APROVAR A EXTENSAO DO PRAZO DO VENCIMENTO DAS DEBENTURES; (II) AUTORIZAR A ASSINATURA DO AGENTE FIDUCIARIODO SEGUNDO ADITAMENTO.

NUM.DOC: 223.645/12-6 SESSÃO: 28/05/2012

EMP E NEG, DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA EM : 06/02/2012. OBS: DELIBERA-SE SOBRE: (I) APROVAR A EXTENSAO DO PRAZO DO VENCIMENTO DAS DEBENTURES; (II) AUTORIZAR A ASSINATURA DO AGENTE FIDUCIARIODO SEGUNDO ADITAMENTO.

NUM.DOC: 223.646/12-0 SESSÃO: 28/05/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA EM : 14/03/2012. OBS: DELIBERA-SE SOBRE: (I)

CONCEDER ANUENCIA PARA REORGANIZACAO SOCIETARIA; (II) PRATICAR TODOS OS ATOS NECESSARIOS AO REGISTRO DA ATA EM QUESTAO.

NUM.DOC: 223.647/12-3 SESSÃO: 28/05/2012

EMP E NEG, DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA EM : 14/03/2012. OBS: DELIBERA-SE SOBRE: (I) CONCEDER ANUENCIA PARA REORGANIZACAO SOCIETARIA; (II) PRATICAR TODOS OS ATOS NECESSARIOS AO REGISTRO DA ATA EM QUESTAO.

NUM.DOC: 224.328/12-8 SESSÃO: 29/05/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 09/05/2012. DELIBERAR SOBRE A EMISSAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO EM FAVOR DO BANCO BANRIRUL - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

NUM.DOC: 230.986/12-2 SESSÃO: 31/05/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 16/02/2012. OBS: DELIBERAR ACERCA (I) DA CELEBRACAO DE ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS, DATADO DE 25/2/2011, CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA , A CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. , E A PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA, NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIARIO (CONTRATO DE ALIENACAO, RESPECTIVAMENTE), E, QUE CONSTE NOVA DATA DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES, CONFORME DEFINICA NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, EM ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA SPMAR (ADITAMENTO E DEBENTURES, RESPECTIVAMENTE); E (II) A AUTORIZACAO AOS DIREITOS DA COMPANHIA PARA QUE ESTES ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DO ADITAMENTO AO CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES.

NUM.DOC: 230.987/12-6 SESSÃO: 31/05/2012

EMP E NEG, DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 16/02/2012. OBS: DELIBERAR ACERCA (I) DA CELEBRACAO DE ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS, DATADO DE 25/2/2011, CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA , A CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. , E A PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA, NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIARIO (CONTRATO DE ALIENACAO, RESPECTIVAMENTE), E, QUE CONSTE NOVA DATA DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES, CONFORME DEFINICA NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, EM ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA SPMAR (ADITAMENTO E DEBENTURES, RESPECTIVAMENTE); E (II) A AUTORIZACAO AOS DIREITOS DA COMPANHIA PARA QUE ESTES ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DO ADITAMENTO AO CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES.

NUM.DOC: 251.888/12-5 SESSÃO: 13/06/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 18/05/2012. I)RATIFICAR, SEM RESSALVAS, A TRANSFERENCIA, PARA A COMPANHIA, DA TOTALIDADE DAPARTICIPACAO ACIONARIA DA HAUOLIMAU EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOESS.A., SOCIEDADE ANONIMA COM SEDE NA CIDADE E ESTADO DE SAO PAULO, NA AV. BRIGADEIROFARIA LIMA, 2.012, 50 ANDAR, CEP 01451-910, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 13.516.097/0001-31, TORNANDO-SE ESTA SUBSIDIARIA INTEGRAL DA COMPANHIA.(II)TENDO EM VISTA A REESTRUTURACAO SOCIETARIA A SER REALIZADA PELA CIBEINVESTIMENTOS E PARTLCIPACOES S.A., SOCIEDADE ANONIMA COM SEDE NA CIDADEE ESTADO DE SAO PAULO, NA AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2.012, 50 ANDAR, CONJUNTO 53, SALA07.CEP 01451-910, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 10.405.940/0001-14 (CIBEINVESTIMENTO'), SOCIEDADE SUBSIDIARI A DA COMPANHIA, DE ACORDO COM OS TERMOS DOSACORDOS DE INVESTIMENTOS CELEBRADOS ENTRE A COMPANHIA E A AUTOSTRADE CONCESSOES EPARTICIPACOES BRASIL LTDA., SOCIEDADE LIMITADA INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOAJURIDICA DO MINISTERIO DA FAZENDA (CNPF/MF) SOB NO 02.530.164/0001-56, COM SEDE NAAVENIDA PAULISTA, 1079, 9 ANDAR, CONJUNTO 91, PARTE, CONDOMINIO EDIFICIO TORRE JOAOSALEM, BELA VISTA, NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO EM 27 DE JANEIRO DE2012, APROVAR A TRANSFERENCIA, PARA A COMPANHIA, DA TOTA1IDADE DA PARTICIPACAO ACIONARIADETIDA PELA CIBE INVESTIMENTOS NA (I) ATLANTIA BERTIN PARTICIPACOES S.A. SOCIEDADE ANONIMA COM SEDE NA CIDADE E ESTADO DE SAO PAULO, NA AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA. 2.277. 12 ANDAR, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 14.975.903/0001-00; E (B) INFRA BERTIN PARTICLPACOES S.A., SOCIEDADE ANONIMA COM SEDE NA CIDADE E ESTADO DE SAO PAULO, NA AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2.012, 5 ANDAR, CEP 01451-910, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 10.019.317/0001-47 E, POSTERIORMENTE A TRANSFERENCIA DA TOTALIDADE DE SUA PARTICIPACAO ACIONARIA NA INFRA BERTIN PARTICIPACOES S.A. E ATLANTIA BERTIN PARTJCIPACOES S.A. PARA A HAUOLIMAU EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A., SOCIEDADES ACIMA QUALIFICADAS.(III) AUTORIZAR A DIRETORIA DA COMPANHIA A CELEBRAR TODOS E QUAISQUER DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA A PRATICA DE TODOS OS ATOS NECESSARIOS A IMPLEMENTACAO E FORMALIZACAO DAS MATERIAS ACIMA TRATADAS INCLUINDO, MAS NAO SE LIMITANDO, A ASSINATURA DE TODOS OS DOCUMENTOS SOCIETARIOS QUE SEJAM NECESSARIOS PARA A IMPLEMENTACAO DA REESTRUTURACAO SOCIETARIA DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 288.999/12-5 SESSÃO: 05/07/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 20/06/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 09/05/2012. OBS: DELIBERAR SOBRE A EMISSAO DE CEDULA DE CREDITO BANCARIO EM FAVOR DO BANCO BANRISUL - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO

NUM.DOC: 289.000/12-9 SESSÃO: 05/07/2012

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 20/06/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 09/05/2012. OBS: DELIBERAR SOBRE A EMISSAO DE CEDULA DE CREDITO BANCARIO EM FAVOR DO BANCO BANRISUL - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

NUM.DOC: 289.001/12-2 SESSÃO: 05/07/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 20/06/2012. PUBLICOU ATA: A.R.D. EM : 04/05/2012. OBS: OS DIRETORES APROVAM SEM RESSALVAS OS TERMOS E CONDICOES DO INTRUMENTO DE PARTICULAR DE TERCEIRO ADITAMENTO AO DE ESCRITURA E 1 EMISSAO DE DEBENTURES.

NUM.DOC: 289.002/12-6 SESSÃO: 05/07/2012

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 20/06/2012. PUBLICOU ATA: A.R.D. EM : 04/05/2012. OBS: OS DIRETORES APROVAM SEM RESSALVAS OS TERMOS E CONDICOES DO INTRUMENTO DE PARTICULAR DE TERCEIRO ADITAMENTO AO DE ESCRITURA E 1 EMISSAO DE DEBENTURES.

NUM.DOC: 289.042/12-4 SESSÃO: 05/07/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 20/06/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 04/05/2012.

NUM.DOC: 289.043/12-8 SESSÃO: 05/07/2012

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 20/06/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 04/05/2012. OBS: AUTORIZACAO AOS DIRETORES DA COMPANHIA PARA QUE ESTES ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DO ADITAMENTO.

NUM.DOC: 291.243/12-5 SESSÃO: 05/07/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 20/06/2012. PUBLICOU ATA EM : 04/05/2012. OBS: APROVAR A EXTENCAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES E CONSEQUENTES ALTERACOES NA ESCRITURA.

NUM.DOC: 291.244/12-9 SESSÃO: 05/07/2012

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 20/06/2012. PUBLICOU ATA EM : 04/05/2012. OBS: APROVAR A EXTENCAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES E CONSEQUENTES ALTERACOES NA ESCRITURA.

NUM.DOC: 291.245/12-2 SESSÃO: 05/07/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 20/06/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 04/05/2012. OBS: ALTERACAO DAS CONDICOES PARA RESGATE ANTECIPADO DAS DEBENTURES.

NUM.DOC: 291.246/12-6 SESSÃO: 05/07/2012

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 20/06/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 04/05/2012. OBS: ALTERACAO DAS CONDICOES PARA RESGATE ANTECIPADO DAS DEBENTURES.

NUM.DOC: 314.298/12-5 SESSÃO: 23/07/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 03/07/2012. AUTORIZACAO AOS DIRETORES DA COMPANHIA PARA QUE ESTES ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DO PRIMEIRO ADITAMENTO AS CONTRATO DE SUPORTE DE ACIONISTAS.

NUM.DOC: 348.424/12-7 SESSÃO: 09/08/2012

DIARIO OFICIAL EMPRESARIAL, DE 27/07/2012.

NUM.DOC: 348.425/12-0 SESSÃO: 09/08/2012

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 27/07/2012.

NUM.DOC: 439.594/12-1 SESSÃO: 08/10/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 14/09/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 03/07/2012.

NUM.DOC: 439.595/12-5 SESSÃO: 08/10/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.D., DATADA DE: 05/07/2012. DELIBERACOES: OS DIRETORES DA COMPANHIA DELIBERAM POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM QUAISQUER RESTRICOES, CONFORME AUTORIZADO PELO ARTIGO 23, INCISO (XII) (B) DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, A APROVACAO DOS TERMOS E CONDICOE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO, DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIES QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA FIDEJUSSORIA, PARA DISTRIBUICAO COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A ("QUARTO ADITAMENTO"), CONFORME APROVADO PELA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA COMPANHIA E PELA REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRCAO REALIZADA EM 05/07/2012.

NUM.DOC: 439.596/12-9 SESSÃO: 08/10/2012

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 14/09/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 03/07/2012.

NUM.DOC: 440.248/12-7 SESSÃO: 09/10/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 28/09/2012.

NUM.DOC: 440.249/12-0 SESSÃO: 09/10/2012

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 28/09/2012. PUBLICOU ATA EM : 21/05/2012. OBS: ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA FIDEJUSSORIA, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO REALIZADA EM 21/05/2012.

NUM.DOC: 440.250/12-2 SESSÃO: 09/10/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 28/09/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 05/07/2012.

NUM.DOC: 440.251/12-6 SESSÃO: 09/10/2012

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 28/09/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 05/07/2012. OBS: RATIFICACAO DA RECOMPRA DE 131 DEBENTURES; APROVACAO DA EXTENSAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS 9 DEBENTURES QUE PERMANECEM EM CIRCULACAO; DELEGACAO, AO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA CIA., DA COMPETENCIA PARA TOMADA DE PROVIDENCIAS, INCLUINDO NEGOCIACAO E CELEBRACAO DO ADITAMENTO A ESCRITURA.

NUM.DOC: 440.252/12-0 SESSÃO: 09/10/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 28/09/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 05/07/2012.

NUM.DOC: 440.253/12-3 SESSÃO: 09/10/2012

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 28/09/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 05/07/2012. OBS: DELIBERAR SOBRE A APROVACAO DOS TERMOS E CONDICOES DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA; AUTORIZACAO AOS DIRETORES DA CIA. PARA QUE ESTES ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA FORMALIZACAO DO ADITAMENTO.

NUM.DOC: 440.254/12-7 SESSÃO: 09/10/2012

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 21/05/2012. ORDEM DO DIA: (I) CONCEDER A ANUENCIA PARA NAO DECLARACAO DO VENCIMENTO ANTECIPADO AUTOMATICO POR NAO CUMPRIMENTO DE OBRIGACAO PREVISTA NA ALINEA "A" DO INCISO I DA CLAUSULA 6.1 DA ESCRITURA DE EMISSAO; (II) CONCESSAO DE PRAZO PARA QUE A COMPANHIA CUMPRA A OBRIGACAO PREVISTA NA ALINEA "A" DO INCISO I DA CLAUSULA 6.1 DA ESCRITURA DE EMISSAO; (III) PRATICAR TODOS OS ATOS NECESSARIOS AO REGISTRO DA PRESENTE ATA, BEM COMO AUTORIZAR O AGENTE FIDUCIARIO A ASSINAR TODOS E QUAISQUER DOCUMENTOS E A PRATICAR QUAISQUER ATOS NECESSARIOS AO CUMPRIMENTO DAS DELIBERACOES ORA TOMADAS.

NUM.DOC: 440.255/12-0 SESSÃO: 09/10/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 05/07/2012. RATIFICACAO DA RECOMPRA DE 131 DEBENTURES, OBJETO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, DATADO DE 18/11/2010, CONFORME ADITAMENTO DE TEMPOS EM TEMPOS, AS QUAIS FORAM RESGATADAS PELA COMPANHIA EM 29/06/2012, E SEU CONSEQUENTE CANCELAMENTO; A APROVACAO DA EXTENSAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DE NOVE DEBENTURES QUE PERMANECEM EM CIRCULACAO E A DELEGACAO, AO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA, DA COMPETENCIA PARA TOMADA DE PROVIDENCIAS, INCLUINDO NEGOCIACAO E CELEBRACAO DE ADITAMENTO A ESCRITURA E QUAISQUER DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA FORMALIZAR A EXTENSAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES.

NUM.DOC: 440.256/12-4 SESSÃO: 09/10/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 05/07/2012. DELIBERAR SOBRE: (I) APROVACAO DOS TERMOS E CONDICOES DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO, DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA FIDEJUSSORIA, PARA DISTRIBUICAO COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO; E (II) AUTORIZACAO AOS DIRETORES DA COMPANHIA PARA QUE ESTES ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DO ADITAMENTO.

NUM.DOC: 475.621/12-8 SESSÃO: 05/11/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 01/10/2012. DELIBERAR SOBRE A APROVACAO DOS TERMOS E CONDICOES DA 1 EMISSAO, PELA COMPANHIA, DE DEBENTURES SIMPLES, NOMINATIVAS, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, SEM GARANTIAS, DATADAS DE 01/10/2012 E COM VENCIMENTO FINAL PARA 01/10/204, A CONTERN CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA, NOS TERMOS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE 1 EMISSAO PRIVADA DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA.

NUM.DOC: 511.460/12-0 SESSÃO: 23/11/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 08/11/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 01/10/2012.

NUM.DOC: 511.461/12-4 SESSÃO: 23/11/2012

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 08/11/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 01/10/2012.

NUM.DOC: 033.910/13-3 SESSÃO: 28/01/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 01/12/2012. AUTORIZAR A CIA A CELEBRAR O QUINTO ADITIVO A NOTA DE CREDITO COMERCIAL N 306.400.882, EMITIDA PELO BANCO DO BRASIL S.A. EM 29 DE SETEMBRO DE 2010, NO VALOR TOTAL DE R$ 3.500.000,00.

NUM.DOC: 191.684/13-2 SESSÃO: 23/05/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 15/04/2013. MANIFESTAR-SE A RENUNICA DO DIRETOR ALEXANDRE TUJISOKI E ELEICAO DO CARGO VAGO DE DIRETOR DA CIA PARA MANDATO DE TRES ANOS, A INICIAR NA PRESENTE DATA .

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7.774.321, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CJ.53, JARIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E DIRETOR.

ELEITO REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4.406.782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 300.172/13-8 SESSÃO: 06/08/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 17/07/2013. DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE A CONCESSAO DE AVAL PELA COMPANHIA EM FAVOR DA EMPRESA AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO S.A, NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITAMENTO A CONTRATO CEDULA DE CREDITO/ NOTA DE CREDITO N 006158009, NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 2.156.239,21 FIRMADO COM O BANCO SAFRA S.A E NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITAMENTO A CONTRATO CEDULA DE CREDITO NOTA DE CREDITO N 006158017, NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 1.639.223,80 FIRMADO COM O BANCO SAFRA S.A

NUM.DOC: 333.510/13-6 SESSÃO: 28/08/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 16/08/2013. DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE A CONCESSAO DE AVAL PELA COMPANHIA DE AVAL PELA COMPANHIA EM FAVOR DA EMPRESA AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUAS E ESGOTO S.A INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITAMENTO A CONTRATO DE CEDULA DE CREDITO NOTA DE CREDITO N 006158611, NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 1.638.140,54, FIRMADO COM O BANCO SAFRA S,A E NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITAMENTO A CONTRATO CEDULA DE CREDITO NOTA DE CREDITO N 006158602, NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 2.154.814,26 FIRMANDO COM O BANCO SAFRA S.A

NUM.DOC: 340.918/13-5 SESSÃO: 02/09/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 21/06/2013. REELEICAO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL.

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782-3, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CJ. 5, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARI ALIMA, 2.012, 5 ANDAR CJ. 5, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEITO FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7.774.333-7, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: APROVAR A ALTERACAO DO ARTIGO 16 DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, REDUZINDO O NUMERO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DE ADMINISTRACAO PARA 3 MEMBROS.

NUM.DOC: 340.921/13-4 SESSÃO: 02/09/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 22/06/2013. DELIBERAR SOBRE A REELEICAO DA DIRETORIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CJ. 5, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARI ALIMA, 2.012, 5 ANDAR CJ. 5, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 348.723/13-1 SESSÃO: 09/09/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 04/09/2013. DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE A CONCESSAO DE AVAL PELA CIA EM FAVOR DE EMPRESA TERCEIRA NA CEDULA DE CREDITO BANCARIO FIRMADO COM O BANCO SAFRA S.A.

NUM.DOC: 351.803/13-0 SESSÃO: 13/09/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 30/08/2013. AUTORIZAR A COMPANHIA, ATRAVES DE SEUS DIRETORES E OU PROCURADORES, NO STERMOS DO ITEM XI DO ARTIGO 19 DO ESTATUTO SOCIAL, A PRESTAR AVAL EM FAVOR DA EMPRESA GAIA ENERGIA E PARTICIPACOES S.A NO NONO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITAMENTO A CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 81652-0 NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 140.196.031,26 100% PERIODO DE VIGENCIA DE 30/08/2013 A 28.11.2013

NUM.DOC: 451.890/13-9 SESSÃO: 26/11/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 01/11/2013. ALTERACAO DE ARTIGOS DO ESTATUTO SOCIAL.

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: ALTERAR OS ARTIGOS 16,17,20 E 21 E 22 DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 451.891/13-2 SESSÃO: 26/11/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 07/11/2013. DELIBERAR SOBRE A EMISSAO DE CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 201301130104061000049, NO VALOR DE R$ 4.600,00 PRESTACAO DE AVAL EM FAVOR DA EMPRESA CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A NA EMISSAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 2013101113010461000046 E NO PRIMEIRO ADITAMENTO A DECULA DE CREDITO BANCARIO N 20120111301952210001 TODAS EM FAVOR DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A

NUM.DOC: 021.167/14-0 SESSÃO: 14/01/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 28/11/2013. APROVACAO A PRESTACAO DE AVAL, PELA CIA., EM FAVOR DE I) GAIA ENERGIA E PARTICIPACOES S.A. NO 12 INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITAMENTO A CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 816511, COMO INICIO NA PRESENTA DATA E VENCIMENTO PREVISTO PARA 26/02/2014, E NO II) NO 10 INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITAMENTO A CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 816520, COMO INICIO NA PRESENTA DATA E VENCIMENTO PARA 26/02/2014; E EM FAVOR DE II) CONTERN CONSTRUCOES E COMERCIO S.A., NA EMISSAO DE CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 10165877, COMO INICIO NA PRESENTA DATA E VENCIMENTO PREVISTO PARA 26/11/2016; TODOS EM FAVOR DO BANCO VOTORANTIM S.A.

NUM.DOC: 021.292/14-0 SESSÃO: 14/01/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 30/12/2013. AUTORIZAR OS DIRETORES E/OU PROCURADORES DA COMPANHIA A ASSINAR ACORDO EXTRAJUDICIAL COM O BANCO DO BRASIL S.A, NA QUALIDADE DE DEVEDORA PRINCIPAL E AVALISTA/DEVEDORA SOLIDARIA, RELATIVO AS SEGUINTES ACOES DE EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAIS: (I) N 1073886-55.2013.8.26.0100, EM CURSO NA 40 VARA CIVEL DO FORUM CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL, FUNDADA NA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 189.301.369; (II) N 1077048-58.2013.8.26.0100, EM CURSO NA 07 VARA CIVEL DO FORUM CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL, FUNDADA NA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 306.400.876; (III) N 1076097-64.2013.8.26.0100, EM CURSO NA 38 VARA CIVEL DO FORUM CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL, FUNDADA NA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 306.400.877 E; (IV) N 10768286020-13.8.26.0100, EM CURSO NA 23 VARA CIVEL DO FORUM CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL, FUNDADA NA NOTA DE CREDITO BANCARIO N 306.400.882.

NUM.DOC: 220.505/14-7 SESSÃO: 10/06/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 02/05/2014. OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A COMPANHIA A PRESTAR AVAL EM FAVOR DA "AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO S.A.", SOCIEDADE ANONIMA, COM SEDE DA CIDADE DE ITU, ESTADO DE SAO PAULO, NA RUA BARTIRA, N 300, VILA REIS, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURIDICA DO MINISTERIO DA FAZENDA SOB N 08.455.185/0001-30, NO I - ARRENDAMENTO MERCANTIL N 497 - TRA N 97E0021193, NO VALOR DE R$ 38.439,03 (TRINTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E TRES CENTAVOS), COM INICIO EM 02/05/2014 E TERMINO PREVISTO PARA MAIO DE 2017, TAXA DE 1,39916% A.M.; II - ARRENDAMENTO MERCANTIL N 497 - TRA N 97E0020986, NO VALOR DE R$ 26.346,03 (VINTE E SEIS MIL, TREZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E TRES CENTAVOS) COM INICIO EM 02/05/2014 E TERMINO PREVISTO PARA MAIO DE 2017, TAXA DE 1,39916% A.M.; E III - ARRENDAMENTO MERCANTIL N 497 - TRA N 97E0021268, NO VALOR DE R$ 50.596,48 (CINQUENTA MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS) COM INICIO EM 02/05/2014 E TERMINO PREVISTO PARA MAIO DE 2017, TAXA DE 1,51924% A.M., TODAS EM FAVOR DO BANCO COMMERCIAL INVESTMENT TRUST DO BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O N 43.818.780/0001-94, COM SEDE NA ALAMEDA RIO NEGRO, N 585, EDIFICIO PADAUIRI, SALA 72, ALPHAVILLE - BARUERI/SP, CEP: 06454-000, BEM COMO AUTORIZAR SOMENTE EM RELACAO A ESTES CONTRATOS, FUTUROS ADITAMENTOS, RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 246.196/14-2 SESSÃO: 25/06/2014

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 250.000.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MILHÕES DE REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 31/03/2014.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 31/03/2014. I - AUMENTO DO CAPITAL POR MEIO DE CAPITALIZACAO DE MUTUO ENTRE A SOCIEDADE E A ACIONISTA "HEBER PARTICIPACOES S.A."; E II - CONSOLIDAR O ESTATUTO SOCIAL.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 246.197/14-6 SESSÃO: 25/06/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 31/03/2014. DELIBERAR SOBRE O RESGATE DE ACOES DE EMISSAO DA COMPANHIA E CONSOLIDAR O ESTATUTO SOCIAL.

NUM.DOC: 270.116/14-0 SESSÃO: 11/07/2014

DIARIO OFICIAL EMPRESARIAL, DE 18/06/2014.

NUM.DOC: 270.117/14-3 SESSÃO: 11/07/2014

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 18/06/2014.

NUM.DOC: 306.503/14-1 SESSÃO: 08/08/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 27/06/2014. AS MATERIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA FORAM COLOCADAS EM DISCUSSAO E VOTACAO, TENDO SIDO TOMADAS AS SEGUINTES DELIBERACOES: I - APROVADAS INTEGRALMENTE E SEM RESERVAS AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, BEM COMO AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, RELATIVAS AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013; E II - OS ACIONISTAS TOMARAM CONHECIMENTO DA CONTA DE LUCROS E DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS E DECIDIRAM PELA MANUTENCAO DOS LUCROS ACUMULADOS E PELA NAO DISTRIBUICAO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS E CONSEQUENTEMENTE SUA REVERSAO.

NUM.DOC: 362.250/14-5 SESSÃO: 10/09/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 13/08/2014. OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A COMPANHIA A FIGURAR COMO GARANTIDORA NO CONTRATO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA DE ACOES CELEBRADO ENTRE GESTAO E CRESCIMENTO I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES, ORA VENDEDORA E SANEAMENTO AGUAS DO BRASIL S.A., COMO COMPRADORA, TENDO COMO INTERVENIENTES ANUENTES AS EMPRESAS AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO S.A., INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 08.455.185/0001-30 E CIBE SANEAMENTO E PARTICIPACOES S.A., INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 09.376.498/0001-66, CELEBRADO EM 13 DE AGOSTO DE 2014.

NUM.DOC: 392.020/14-2 SESSÃO: 25/09/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 26/02/2014. OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A COMPANHIA A PRESTAR AVAL EM FAVOR DA "GAIA ENERGIA E PARTICIPACOES S.A.", INSCRITA NO CNPJ N 09.504.914/0001-64, NO I - DECIMO TERCEIRO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITAMENTO A CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 816511 NO VALOR DE R$ 34.738.024,22 (TRINTA E QUATRO MILHOES, SETECENTOS E TRINTA E OITO MIL, VINTE E QUATRO REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS), ENCARGOS DE 100% CDI MAIS 4,65% A.A., EMITIDA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2014 COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 27 DE MAIO DE 2014; II - DECIMO PRIMEIRO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITAMENTO A CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 816520 NO VALOR DE R$ 46.163.219,31 (QUARENTA E SEIS MILHOES, CENTO E SESSENTA E TRES MIL, DUZENTOS E DEZENOVE REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS); III - NONO ADITIVO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUICAO DE GARANTIA DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE IMOVEL N 838580, EMITIDO EM 26 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO FIGURAR COMO OUTORGANTE IV - NO PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUICAO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES EM GARANTIA N 113107-2, EMITIDO EM 26 DE FEVEREIRO DE 2014, TODOS EM FAVOR DO BANCO VOTORANTIM S.A., COM SEDE NA AVENIDA DAS NACOES UNIDAS, N 14.171 18 ANDA R, TORRE A, SAO PAULO/SP, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O N 59.588.111/0001-03, BEM COMO AUTORIZAR SOMENTE EM RELACAO A ESTES CONTRATOS, FUTUROS ADITAMENTOS, RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 393.954/14-6 SESSÃO: 30/09/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.D., DATADA DE: 22/09/2014. OS MEMBROS DA DIRETORIA DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A COMPANHIA, ATRAVES DE SEUS DIRETORES E/OU PROCURADORES, NOS TERMOS DAS ALINEAS "E" E "H" DO ARTIGO 20 DO ESTATUTO SOCIAL, A PRESTAR AVAL EM FAVOR DA EMPRESA "CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.", EMPRESA INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 10.405.940/0001-14 COM SEDE SOCIAL DA COMPANHIA, NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 2012, 5 ANDAR, CONJUNTO 53, SALA 07, JARDIM PAULISTANO, NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO NA EMISSAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 201401113010406100007 5, NO VALOR TOTAL DE R$ 303.000,00 (TREZENTOS E TRES MIL REAIS), COM INICIO NA PRESENTE DATA E VENCIMENTO PREVISTO PARA 19 DE SETEMBRO DE 2015, COM 100% CDI E TAXA DE 4,66% AO ANO, EM FAVOR DO

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., BEM COMO AUTORIZAR SOMENTE EM RELACAO A ESTE CONTRATO, FUTUROS ADITAMENTOS, RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 455.814/14-4 SESSÃO: 10/11/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 29/10/2014. OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A COMPANHIA A PRESTAR AVAL EM FAVOR DA SOCIEDADE "AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO S.A.", INSCRITA NO CNPJ N 08.455.185/0001-30, SEDIADA NA CIDADE DE ITU, ESTADO DE SAO PAULO, NA RUA BARTIRA, N 300, BAIRRO VILA LEIS, CEP: 13309-210, NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO N 06228899, NO VALOR DE R$ 5.300.000,00 (CINCO MILHOES E TREZENTOS MIL REAIS) FIRMADO COM O BANCO SAFRA S.A., BEM COMO AUTORIZAR SOMENTE EM RELACAO A ESTES CONTRATOS, FUTUROS ADITAMENTOS, RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 504.356/14-8 SESSÃO: 12/12/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.D., DATADA DE: 25/11/2014. OS MEMBROS DA DIRETORIA DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A COMPANHIA, ATRAVES DE SEUS DIRETORES E/OU PROCURADORES, NOS TERMOS DAS ALINEAS "E" E "H" DO ARTIGO 20 DO ESTATUTO SOCIAL, A PRESTAR AVAL EM FAVOR DA EMPRESA "CONTERN - CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA", COM SEDE NO MUNICIPIO DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 2012, 5 ANDAR, CONJUNTO 51/52, JARDIM PAULISTANO, CEP: 01451-000, DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 56.443.583/0001-80, NO ADITAMENTO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 6.190.269, EMITIDO EM 28 DE SETEMBRO DE 2012, NO VALOR DE R$ 32.750.000,00 (TRINTA E DOIS MILHOES, SETECENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), TAXA CDI + 3,75% A.A., EM FAVOR DO BANCO BRADESCO S.A. BEM COMO AUTORIZAR SOMENTE EM RELACAO A ESTE CONTRATO, FUTUROS ADITAMENTOS, RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 002.005/15-3 SESSÃO: 08/01/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.D., DATADA DE: 22/12/2014. OS MEMBROS DA DIRETORIA DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A COMPANHIA, ATRAVES DE SEUS DIRETORES E/OU PROCURADORES, NOS TERMOS DAS ALINEAS "E" E "H" DO ARTIGO 20 DO ESTATUTO SOCIAL, A: I - PRESTAR GARANTIA FIDEJUSSORIA A "SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S.A.", INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 72.145.931/0001-99, EMPRESA COM SEDE NA AVENIDA PAULISTA, N 500, 5 E 6 ANDARES, BELA VISTA, CIDADE E ESTADO DE SAO PAULO, OBRIGANDO-SE ATRAVES DE INSTRUMENTOS CELEBRADOS POR ESCRITO, COMO FIADORA E PRINCIPAL PAGADORA DE "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.", EMPRESA COM SEDE NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 2012, 9 ANDAR, CONJUNTO 93, SALA 03, NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, CEP 01451-000, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 09.191.336/0001-53, RELATIVAMENTE AS OBRIGACOES ACESSORIAS E PRINCIPAIS ADVINDAS DO(S) CONTRATO(S) DE SEGURO GARANTIA FIRMADO(S) ENTRE A REFERIDA SEGURADORA E A "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.", O QUAL TEM POR OBJETO A EMISSAO DE APOLICES E DOCUMENTOS DE SEGURO, COSSEGURO E/OU RESSEGURO A DIVERSOS SEGURADOS, CONFORME SOLICITACOES FEITAS PELA "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.";II - RATIFICAR A ASSUNCAO DE OBRIGACOES, PELA SOCIEDADE, NOS MOLDES ACIMA DESCRITOS, OCORRIDA MEDIANTE A ASSINATURA, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE FIADORA, DO(S) CONTRATO(S) DE SEGURO-GARANTIA MENCIONADO(S) NO ITEM "I" ACIMA, BEM COMO RECONHECER QUE A CONCESSAO DA FIANCA ACIMA MENCIONADA ENCONTRA-SE EM PERFEITA CONSONANCIA COM OS INTERESSES E OBJETIVOS SOCIAIS, FICANDO PORTANTO AFASTADA QUALQUER POSSIBILIDADE DE SE VISLUMBRAR, EM SEU CONTRATO SOCIAL/ESTATUTO SOCIAL, QUALQUER PROIBICAO A PRESTACAO DA FIANCA EM TELA. DESSE MODO, A FIANCA OBJETO DESTA AUTORIZACAO SERA PERFEITAMENTE VALIDA E OPERANTE EM RELACAO A SOCIEDADE, AO CREDOR E A QUAISQUER TERCEIROS.

NUM.DOC: 046.522/15-3 SESSÃO: 28/01/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.D., DATADA DE: 22/12/2014. OS MEMBROS DA DIRETORIA DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A COMPANHIA, ATRAVES DE SEUS DIRETORES E/OU PROCURADORES, NOS TERMOS DAS ALINEAS "E" E "H" DO ARTIGO 20 DO ESTATUTO SOCIAL, A: I - PRESTAR GARANTIA FIDEJUSSORIA A "LIBERTY SEGUROS S.A.", SOCIEDADE ANONIMA COM SEDE NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, NA RUA DOUTOR GERALDO DE CAMPOS MOREIRA, N 110, 6 ANDAR, BROOKLIN NOVO - SAO PAULO/SP - CEP: 04571-020, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 61.550.141/0001-72, OBRIGANDO-SE ATRAVES DE INSTRUMENTOS CELEBRADOS POR ESCRITO, COMO FIADORA E PRINCIPAL PAGADORA DE "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.", EMPRESA COM SEDE NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 2012, 9 ANDAR, CONJUNTO 93, SALA 03, NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, CEP: 01451-000, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 09.191.336/0001-53, RELATIVAMENTE AS OBRIGACOES ACESSORIAS E PRINCIPAIS ADVINDAS DO(S) CONTRATO(S) DE SEGURO GARANTIA FIRMADO(S) ENTRE A REFERIDA SEGURADORA E A "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.", O QUAL TEM POR OBJETO A EMISSAO DE APOLICES E DOCUMENTOS DE SEGURO, COSSEGURO E/OU RESSEGURO A DIVERSOS SEGURADOS, CONFORME SOLICITACOES FEITAS PELA "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.";II - RATIFICAR A ASSUNCAO DE OBRIGACOES, PELA SOCIEDADE, NOS MOLDES ACIMA DESCRITOS, OCORRIDA MEDIANTE A ASSINATURA, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE FIADORA, DO(S) CONTRATO(S) DE SEGURO-GARANTIA MENCIONADO(S) NO ITEM "I" ACIMA, BEM COMO RECONHECER QUE A CONCESSAO DA FIANCA ACIMA MENCIONADA

ENCONTRA-SE EM PERFEITA CONSONANCIA COM OS INTERESSES E OBJETIVOS SOCIAIS, FICANDO PORTANTO AFASTADA QUALQUER POSSIBILIDADE DE SE VISLUMBRAR, EM SEU CONTRATO SOCIAL/ESTATUTO SOCIAL, QUALQUER PROIBICAO A PRESTACAO DA FIANCA EM TELA. DESSE MODO, A FIANCA OBJETO DESTA AUTORIZACAO SERA PERFEITAMENTE VALIDA E OPERANTE EM RELACAO A SOCIEDADE, AO CREDOR E A QUAISQUER TERCEIROS.

NUM.DOC: 276.783/15-3 SESSÃO: 26/06/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 26/05/2015. AUTORIZACAO DA COMPANHIA, ATRAVES DE SEUS CONSELHEIROS E/OU PROCURADORES A PRESTAR AVAL EM FAVOR DA CONTERN CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA., NA EMISSAO DO ADITIVO A CEDULA DE CREDITO BANCARIO - CAPITAL DE GIRO N 6.190.269, NO VALOR DE R$ 35.500.000,00 (TRINTA E CINCO MILHOES E QUINHENTOS MIL REAIS), ENCARGOS 100% CDI + 0,3037 % A.M., COM INICIO EM 26/05/2015 E PREZO FINAL EM 28/09/2016, BEM COMO AUTORIZAR SUAS PRORROGACOES E POSTERIORES ADITAMENTOS.

NUM.DOC: 365.055/15-3 SESSÃO: 19/08/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 05/08/2015. AUTORIZACAO DA COMPANHIA, ATRAVES DE SEUS CONSELHEIROS E/OU PROCURADORES A FIRMAR CEDULA DE CREDITO BANCARIO MODALIDADE MUTUO N 006282001, NO VALOR DE R$ 3. 611.159,22 (TRES MILHOES, SEISCENTOS E ONZE MIL, CENTO E CINQUENTA E NOVE REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS), ENCARGOS 100% CDI + 0,73 % A.M., COM INICIO EM 05/08/2015 E PRAZO FINAL EM 21/11/2016, BEM COMO AUTORIZAR SUAS PRORROGACOES E POSTERIORES ADITAMENTOS.

NUM.DOC: 858.739/15-0 SESSÃO: 05/11/2015

JC - Nº 1089081/15 DE 25/05/2015.. PROCESSO N. 16561.720045/2015-73. TRATA-SE DE OFICIO EXPEDIDO PELA DELEGACIA DA RECEITA FE DERAL DO BRASIL, POR MEIO DO QUAL ENCAMINHA REQUISICAO N. 15.00.01.45.78 CONTENDO A RELACAO DE BENS E DIREITOS ARROLADOS, PARA QUE SEJA PROVIDENCIADA A AVERBACAO OU REGISTRO DE ARROLAMENTO DE 100% DA PARTICIPACAO SOCIAL DESTA EMPRESA, REFERENTE AO CONTRIBUINTE HEBER PARTICIPACOES S.A. ESCLARECENDO-SE QUE A OCORRENCIA DE ALIENACAO, TRANSFERENCIA OU ONERACAO DE QUALQUER DOS BENS E DIREITOS RELACIONADOS DEVERA SER COMUNICADA A RECEITA FEDERAL DO BRASIL, NO PRAZO DE 48 HORAS. APONDO-SE SE A EXPRESSAO "ANOTACAO ADMINISTRATIVA NA FOLHA DE ROSTO DA FICHA CADASTRAL.

NUM.DOC: 851.057/16-0 SESSÃO: 28/01/2016 PENDÊNCIA JUDICIAL

JC - Nº 1102956/13 DE 11/11/2013.. PROCESSO N. 583.00.2012. 170662-0. TRATA-SE DE OFICIO EXPEDIDO PELO MM. JUIZ DE DIREITO DA 30 VARA CIVEL DO FORUM CENTRAL CIVEL DA COMARCA DE SAO PAULO, ONDE FIGURA (M) COMO EXEQUENTE (S): VALTER LUIS MACEDO DE CARVALHAES PINHEIRO; MARCO ANTONIO VAZ CAPUTE; MARCOS ANTONIO GRECCO; E NELSON LUIZ BELOTTI DOS SANTOS, COMO EXECUTADO (S): HEBER PARTICIPACOES S/A (CNPJ 01.523.814/0001-73); FERNANDO ANTONIO BERTIN (CPF 001.854.238-76); NATALINO BERTIN (CPF 250.015.238-34); REINALDO BERTIN (CPF 269.958.678-15); E SILMAR ROBERTO BERTIN (CPF 015.751.668-79, PELO QUAL CERTIFICA, ATENDENDO A SOLICITACAO DOS EXEQUENTES, PARA FINS DE AVERBACAO NO REGISTRO DE IMOVEIS, DE VEICULOS OU REGISTROS DE OUTROS BENS SUJEITOS A PENHORA OU ARRESTO (ARTIGO615 A DO CPC), QUE FOI DISTRIBUIDA, NO DIA 24/07/2012, A PRESENTE ACAO DE EXEC UCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL, SOB O N. DE PROCESSO SUPRA, CUJO VALOR DA CAUSA E: R$ 10.107.985,04.

NUM.DOC: 367.522/16-0 SESSÃO: 18/08/2016

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 21/06/2016. DELIBERAR SOBRE A REELEICAO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRATRACAO DA COMPANHIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333-7 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, ASSINANDO PELA EMPRESA.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182.)

NUM.DOC: 398.569/16-2 SESSÃO: 09/09/2016

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 22/06/2016. DELIBERAR SOBRE A REELEICAO DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA COMPANHIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO, ASSINANDO PELA EMPRESA.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182.)

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO, ASSINANDO PELA EMPRESA.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO 0059096-43.2016.4.03.6182.)

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774321-0 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO, ASSINANDO PELA EMPRESA.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR CONCEDIDA NO PROCESSO N. 0059096-43.2016.03.6182.)

NUM.DOC: 468.803/16-6 SESSÃO: 27/10/2016

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 13/10/2016. OS DIRETORES DA COMPANHIA OUTORGAM KARINA FERNANDA SOLER PARRA ARNAL, HARMODIO MOREIRA DUTRA E LEANDRO MAKINO, COM PODERES AMPLOS E/OU ESPECIFICOS PARA REPRESENTAR A OUTORGANTE PERANTE O FORO EM GERAL, EM QUALQUER JUIZO, INSTANCIA OU TRIBUNAL.

NUM.DOC: 850.253/17-2 SESSÃO: 19/01/2017

JC - Nº 1185726/16 DE 09/12/2016.. PROCESSO N. 0059096-43.2016. 403.6182. TRATA-SE DE OFICIO N. 388/2016 EXPEDIDO PELO MM. JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE EXECUCOES FISCAIS DA 1 SUBSECAO JUDICIARIA DE SAO PAULO, ONDE FIGURA COMO REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL E REQUERIDO: TINTO HOLDING LTDA E OUTROS, ENCAMINHA A JUCESP A DECISAO JUDICIAL PROFERIDA NOS AUTOS, DETERMINANDO EM SEDE DE LIMINAR, A INSDISPONIBILIDADE DOS BENS DE TINTO HOLDING LTDA., NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO E HEBER PARTICIPACOES S.A., ATE O VALOR LIMITE DO DEBITO DE R$ 3.197.148.574,37. ACRESCENTANDO-SE A INFORMACAO "BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016. 4.03.6182", AO LADO DOS NOMES DOS SOCIOS NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO NAS SOCIEDDES EM QUE CONSTAREM COMO SOCIOS. MANTENDO-SE A EXPRESSAO "PENDENCIA JUDICIAL" NA FOLHA DE FOSTO DA FICHA CADASTRAL. (MANIFESTACAO CJ/JUCESP N. 56/2017 D.P. 17/01/2017).

NUM.DOC: 850.320/17-3 SESSÃO: 19/01/2017

JC - Nº 1185726/16 DE 09/12/2016.. PROCESSO N. 0059096-43.2016. 403.6182. TRATA-SE DE OFICIO N. 388/2016 EXPEDIDO PELO MM. JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE EXECUCOES FISCAIS DA 1 SUBSECAO JUDICIARIA DE SAO PAULO, ONDE FIGURA COMO REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL E REQUERIDO: TINTO HOLDING LTDA E OUTROS, ENCAMINHA A JUCESP A DECISAO JUDICIAL PROFERIDA NOS AUTOS, DETERMINANDO EM SEDE DE LIMINAR, A INSDISPONIBILIDADE DOS BENS DE TINTO HOLDING LTDA., NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO E HEBER PARTICIPACOES S.A., ATE O VALOR LIMITE DO DEBITO DE R$ 3.197.148.574,37. ACRESCENTANDO-SE A INFORMACAO "BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016. 4.03.6182", AO LADO DOS NOMES DOS SOCIOS NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO NAS SOCIEDADES EM QUE CONSTAREM COMO SOCIOS. MANTENDO-SE A EXPRESSAO "PENDENCIA JUDICIAL" NA FOLHA DE FOSTO DA FICHA CADASTRAL. (MANIFESTACAO CJ/JUCESP N. 56/2017 D.P. 17/01/2017)

NUM.DOC: 870.953/17-5 SESSÃO: 15/05/2017

JC - Nº 1069646/17 DE 09/03/2017.. PROCESSO N. 0059096-43.2016. 403.6182. TRATA-SE DE OFICIO N. 010/2017 EXPEDIDO PELO(A) MM. JUIZ(A) FEDERAL DA 8. VARA FEDERAL DE EXECUCOES FISCAIS DE SAO PAULO/SP, ONDE FIGURA(M) COMO EMBARGANTE: FAZENDA NACIONAL, POR MEIO DO QUAL ENCAMINHA DECISAO PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARACAO, DATADA DE 16/02/2017, QUE DEFERIU A LIMINAR PARA DECRETAR A INDISPONIBILIDADE DOS BENS DO EXECUTADO FERNANDO ANTONIO BERTIN (CPF 001.854.238-76), COMO SEGUE: "2) DEFIRO O ADITAMENTO DO PEDIDO PARA QUE A ORDEM DE INDISPONIBILIDADE CONCEDIDA SE ESTENDA A FERNANDO ANTONIO BERTIN, ACRESCENDO A DECISAO DE FLS. 351/355: I - DEFIRO A LIMINAR PARA TORNAR INDISPONIVEIS OS BENS DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, CPF 001.854.238-76. NOS TERMOS DO ART. 4., 3. DA LEI N. 8397/92, PARA A EFETIVACAO DA MEDIDA DETERMINO: A) A INDISPONIBILIDADE DOS BENS DO EXECUTADO FERNANDO ANTONIO BERTIN, CPF 001.854.238-76, REQUERIDA PELA FAZENDA NACIONAL, SEJA ANOTADA JUNTO AO CADASTRO NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA, POR MEIO ELETRONICO DISPONIVEL E PARA ESTE JUIZO, E CASO, INDISPONIVEL." INSERINDO-SE A INFORMACAO "BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR CONCEDIDA NO PROCESSO N. 0059096-43.2016 4.03.6182" AO LADO DO NOME DE FERNANDO ANTONIO BERTIN NO QUADRO DE SOCIOS / DIRETORES / TITULARES DA EMPRESA. (MANIFESTACAO CJ/JUCESP N. 652/2017 DE 10/05/2017)

NUM.DOC: 623-3/000 SESSÃO: 06/12/2010

ESCRITURA DE DEBENTURE EMITIDA EM 19/11/2010, COM VENCIMENTO EM 12/08/2011, NOMINATIVA, NÃO CONVERSIVEL, SEM PREFERENCIA, AGENTE FIDUCIARIO PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA, COM MONTANTE DE $ 140.000.000,00 (CENTO E QUARENTA MILHÕES DE REAIS), COM VALOR UNITARIO DE $ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS), TOTAL DE TÍTULOS IGUAL A: 140.

ADITAMENTO REGISTRADO SOB N: 623-3/001 DATADO DE: 18/08/2011, INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA FIDEJUSSORIA, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA

COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A.. fls. 3893

ADITAMENTO REGISTRADO SOB N: 623-3/002 DATADO DE: 16/02/2012, INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA FIDEJUSSORIA, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A

ADITAMENTO REGISTRADO SOB N: 623-3/003 DATADO DE: 23/05/2012, INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA FIDEJUSSORIA, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A.

ADITAMENTO REGISTRADO SOB N: 623-3/004 DATADO DE: 20/08/2012, INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA FIDEJUSSORIA, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CIBE PARTICIPACOES EMPREENDIMENTOS S.A.

NUM.DOC: 001.050/9-000 SESSÃO: 23/11/2012

ESCRITURA DE DEBENTURE EMITIDA EM 01/10/2012, COM VENCIMENTO EM 01/10/2014, NOMINATIVA, NÃO CONVERSIVEL, SEM PREFERENCIA, AGENTE FIDUCIARIO NI, COM MONTANTE DE $ 80.000.000,00 (OITENTA MILHÕES DE REAIS), COM VALOR UNITARIO DE $ 1,00 (UM REAL), TOTAL DE TÍTULOS IGUAL A: 80000000.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300352653
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 21/08/2017

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para GABRIELA DE FREITAS D AVILA : 03427096157. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 90154013, terça-feira, 22 de agosto de 2017 às 13:16:53.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.		
		TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35300361539	16/09/2008	22/08/2017 13:15:59
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
25/07/2008	10.405.940/0001-14	

CAPITAL
R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: AV. BRIG. FARIA LIMA	NÚMERO: 1744	
BAIRRO:	COMPLEMENTO: 8 AND SL 11	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 01451-910	UF: SP

OBJETO SOCIAL
OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
JOSE CARLOS BOTELHO DE MORAES TOLEDO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 053.879.938-21, RG/RNE: 4430031, RESIDENTE À AV. SELMA PARADA, 201, SL 201, JD MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO. LUIS VITAL DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 102.278.678-40, RG/RNE: 158529947, RESIDENTE À AV. SELMA PARADA, 201, SL 201, JD MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO. NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À AV. SELMA PARADA, 201, SL 201, JD MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO. REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À RUA TREZE DE MAIO, 200, AP 114 14 AND, LINS - SP, NA SITUAÇÃO DE PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

ROSEMARY DE FATIMA TARALLO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 082.219.098-23, RG/RNE: 943627622762, RESIDENTE À AV. SELMA PARADA, 201, SL 201, JD MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À RUA CANDIDO RODRIGUES, 199, LINS - SP, CEP 16400-483, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 308.807/08-0 SESSÃO: 16/09/2008

REMANESCENTE LUIS VITAL DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 102.278.678-40, RG/RNE: 158529947, RESIDENTE À AV. SELMA PARADA, 201, SL 201, JD MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE ROSEMARY DE FATIMA TARALLO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 082.219.098-23, RG/RNE: 94362762, RESIDENTE À AV. SELMA PARADA, 201, SL 201, JD MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE JOSE CARLOS BOTELHO DE MORAES TOLEDO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 053.879.938-21, RG/RNE: 4430031, RESIDENTE À AV. SELMA PARADA, 201, SL 201, JD MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À AV. SELMA PARADA, 201, SL 201, JD MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À RUA TREZE DE MAIO, 200, AP 114 14 AND, LINS - SP, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À RUA CANDIDO RODRIGUES, 199, LINS - SP, CEP 16400-483, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEITO HAMILTON AMADEO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 039.875.108-03, RG/RNE: 32542228X, RESIDENTE À RUA PEDRO GOMES, 128, AP32A, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05617-901, COMO DIRETOR.

ELEITO JORGE LUIZ TREVISAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 809.258.478-87, RG/RNE: 81358404, RESIDENTE À RUA AROEIRAS, 595, CHACARA FLORA, SAO PAULO - SP, CEP 13306-300, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

ELEITO MANUEL DOS SANTOS RODRIGUES, NACIONALIDADE PORTUGUESA, CPF: 228.304.997-00, RG/RNE: 383604679, RESIDENTE À RUA DEP. LAERCIO CORTE, 1200, AP 2131 BL B, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05706-290, COMO DIRETOR.

ELEITO SANTIAGO CRESPO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 212.930.698-50, RG/RNE: V159958A, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, BL C CJ 82, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05705-901, COMO DIRETOR.

NUM.DOC: 012.411/09-7 SESSÃO: 05/01/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 28/11/2008.

NUM.DOC: 244.296/10-8 SESSÃO: 15/07/2010

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE LUIS VITAL DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 102.278.678-40, RG/RNE: 158529947, RESIDENTE À AV. SELMA PARADA, 201, SL 201, JD MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE ROSEMARY DE FATIMA TARALLO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 082.219.098-23, RG/RNE: 94362762, RESIDENTE À AV. SELMA PARADA, 201, SL 201, JD MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE JOSE CARLOS BOTELHO DE MORAES TOLEDO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 053.879.938-21, RG/RNE: 4430031, RESIDENTE À AV. SELMA PARADA, 201, SL 201, JD MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, AND.5 CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, AND.5 CJ.53, JARDIM

PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO. fls. 3896

REMANESCENTE HAMILTON AMADEO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 039.875.108-03, RG/RNE: 32542228, RESIDENTE À RUA PEDRO GOMES, 128, AP32A, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05617-901, COMO DIRETOR.

REMANESCENTE JORGE LUIZ TREVISAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 809.258.478-87, RG/RNE: 81358404, RESIDENTE À RUA AROEIRAS, 595, CHACARA FLORA, SAO PAULO - SP, CEP 13306-300, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

REMANESCENTE MANUEL DOS SANTOS RODRIGUES, NACIONALIDADE PORTUGUESA, CPF: 228.304.997-00, RG/RNE: 383604679, RESIDENTE À RUA DEP. LAERCIO CORTE, 1200, AP 2131 BL B, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05706-290, COMO DIRETOR.

REMANESCENTE SANTIAGO CRESPO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 212.930.698-50, RG/RNE: 159958, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, BL C CJ 82, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05705-901, COMO DIRETOR.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, AND.5 CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

NUM.DOC: 262.813/10-5 SESSÃO: 28/07/2010

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 279.484.565,00 (DUZENTOS E SETENTA E NOVE MILHÕES, QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 16/06/2010.

NUM.DOC: 277.650/10-0 SESSÃO: 02/08/2010

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, AND.5 CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, AND.5 CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO DIRETOR.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE HAMILTON AMADEO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 039.875.108-03, RG/RNE: 32542228X, RESIDENTE À RUA PEDRO GOMES, 128, AP32A, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05617-901, COMO DIRETOR.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE JORGE LUIZ TREVISAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 809.258.478-87, RG/RNE: 81358404, RESIDENTE À RUA AROEIRAS, 595, CHACARA FLORA, SAO PAULO - SP, CEP 13306-300, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE MANUEL DOS SANTOS RODRIGUES, NACIONALIDADE PORTUGUESA, CPF: 228.304.997-00, RG/RNE: 383604679, RESIDENTE À RUA DEP. LAERCIO CORTE, 1200, AP 2131 BL B, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05706-290, COMO DIRETOR.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE SANTIAGO CRESPO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 212.930.698-50, RG/RNE: V159958A, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, BL C CJ 82, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 05705-901, COMO DIRETOR.

REMANESCENTE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, AND.5 CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEITO ALEXANDRE TUJISOKI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 051.364.688-40, RG/RNE: 14080974, RESIDENTE À AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 201, 26 AND SL 1, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO DIRETOR.

NUM.DOC: 308.213/10-5 SESSÃO: 24/08/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 29/06/2010. DELIBERACOES: APROVAR A MODIFICACAO DO EXERCICIO SOCIAL, O QUAL INICIARA EM 1 DE JULHO E TERMINARA EM 30 DE JUNHO DE CADA ANO, O QUE JA VALERA PARA O EXERCICIO SOCIAL CORRENTE, QUE DEVERA SER ENCERRADO EM 30 DE JUNHO PROXIMO; BEM COMO APROVAR A CORRESPONDENTE ALTERACAO DO ART. 29 DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 309.601/10-1 SESSÃO: 25/08/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 18/07/2010. DELIBERACOES: RETIFICAR E RATIFICAR A A.G.E. DA SOCIEDADE EM 16/06/2010 PARA: (I) RETIFICAR O BOLETIM DE SUBSCRICAO ANEXO A ATA DA AGE AJUSTANDO SUA REDACAO NOS TERMOS DO ANEXO I A PRESENTE ATA, EM ESPECIAL PARA QUE CONSTE A CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A. COMO SUBSCRITORA DA TOTALIDADE DAS ACOES EMITIDAS EM DECORRENCIA DO AUMENTO DO CAPITAL APROVADO NA AGE, AO INVES DA CIA. QUE, POR UM LAPSO, CONSTOU ERRONEAMENTE.

NUM.DOC: 319.872/10-5 SESSÃO: 01/09/2010

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 408.138.792,00 (QUATROCENTOS E OITO MILHÕES, CENTO E TRINTA E OITO MIL, SETECENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 13/07/2010.

NUM.DOC: 333.949/10-9 SESSÃO: 17/09/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 16/06/2010. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA

MONITOR MERCANTIL, DE 21/08/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 16/06/2010. OBS: AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA.

INCLUSÃO DE CNPJ 10.405.940/0001-14

NUM.DOC: 333.950/10-0 SESSÃO: 17/09/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 16/06/2010. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA.

DOE, DE 21/08/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 16/06/2010. OBS: AUMENTO DO CAPITAL DA COMPANINHA.

NUM.DOC: 333.952/10-8 SESSÃO: 17/09/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 21/06/2010. ATA RCA DE 21.06.10 DA CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. COM ELEICAO DOS NOVOS DIRETORES DA COMPANHIA.

MONITOR MERCANTIL, DE 21/08/2010. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 21/06/2010. OBS: PUBLICACAO DA ATA RCA DE 21.06.10 DA CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.COM ELEICAO DOS NOVOS DIRETORES DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 333.953/10-1 SESSÃO: 17/09/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 21/06/2010. PUBLICACAO DA ATA AGE 21/06/10 DA CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. COM ELEICAO DOS NOVOS CONSELHEIROS E ALTERACAO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 21/08/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 21/06/2010. OBS: PUBLICACAO DA ATA AGE 21/06/10 DA CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. COM ELEICAO DOS NOVOS CONSELHEIROS E ALTERACAO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 333.954/10-5 SESSÃO: 17/09/2010

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 21/08/2010. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 21/06/2010.

NUM.DOC: 333.991/10-2 SESSÃO: 17/09/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 21/06/2010. PUBLICACAO DA ATA AGE 21/06/10 DA CIBE INVESTIMENTOS E EMPREENDIMENTOS S.A. COM ELEICAO DOS NOVOS CONSELHEIROS E ALTERACAO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.

MONITOR MERCANTIL, DE 21/08/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 21/06/2010. OBS: PUBLICACAO DA ATA AGE 21/06/10 DA CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. COM ELEICAO DOS NOVOS CONSELHEIROS E ALTERACAO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 378.902/10-6 SESSÃO: 21/10/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 13/07/2010. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 14/10/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 13/07/2010. OBS: ATA DA A.G.E. EM 13/07/2010.

NUM.DOC: 378.903/10-0 SESSÃO: 21/10/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 13/07/2010. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

MONITOR MERCANTIL, DE 14/10/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 13/07/2010. OBS: ATA DA AGE EM 13/07/2010.

NUM.DOC: 392.661/10-0 SESSÃO: 28/10/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 29/06/2010. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

MONITOR MERCANTIL, DE 22/10/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 29/06/2010. OBS: ATA A.G.E. 29/06/2010.

NUM.DOC: 392.662/10-3 SESSÃO: 28/10/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 29/06/2010. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 22/10/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 29/06/2010. OBS: ATA DA A.G.E EM 29/06/2010.

NUM.DOC: 392.663/10-7 SESSÃO: 28/10/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 18/07/2010. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 22/10/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 18/07/2010. OBS: ATA DA A.G.E. EM 18/07/2010.

NUM.DOC: 392.664/10-0 SESSÃO: 28/10/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 18/07/2010. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

MONITOR MERCANTIL, DE 22/10/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 18/07/2010. OBS: ATA DA A.G.E. EM 18/07/2010.

NUM.DOC: 393.386/10-7 SESSÃO: 29/10/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 05/10/2010. ATA DE REUNIÃO DOS QUOTISTAS

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 15/10/2010.

NUM.DOC: 393.387/10-0 SESSÃO: 29/10/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 05/10/2010. ATA DE REUNIÃO DOS QUOTISTAS

MONITOR MERCANTIL, DE 15/10/2010.

NUM.DOC: 396.480/10-0 SESSÃO: 01/11/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 21/10/2010. DELIBERACOES: FORAM INTEGRALMENTE APROVADOS, O RELATORIO DA ADMINISTRACAO, AS NOTAS EXPLICATIVAS, BEM COMO O BALANCO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRACOES FINACNEIDAS DA COMPANHIA, RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2009.

NUM.DOC: 396.481/10-3 SESSÃO: 01/11/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 22/10/2010. DELIBERACOES: APROVAR, O RELATORIO DA ADMINISTRACAO, AS NOTAS EXPLICATIVAS, ADEMONSTRACAO DO RESULTADO, A DEMONSTRACAO DAS MUTACOES DO PATRIMONIO LIQUIDO, A DEMONSTRACAO DOS FLUXOS DE CAIXA, BEM COMO O BALANCO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA COMPANHIA, RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 30/06/2010.

NUM.DOC: 396.482/10-7 SESSÃO: 01/11/2010

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 201, 26 AND. SL.5, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 22/10/2010.

NUM.DOC: 399.827/10-9 SESSÃO: 08/11/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 29/10/2010. DELIBERACOES: AUTORIZAR A CELEBRACAO,POR PARTE DA COMPANHIA,COM OS BANCOS VOTORANTIM E BANCO DO BRASIL,DOS TERMOS E CONDICOES PARA A ESTRUTURACAO DE CAPTACAO DE RECURSOS E SUPORTE FINANCEIRO PARA A IMPLANTACAO DO PROJETO RODOANEL SUL-LESTE (TERM SHEET);

NUM.DOC: 401.372/10-8 SESSÃO: 10/11/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 22/10/2010. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/11/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 22/10/2010. OBS: ATA DA AGE REALIZADA EM 22/10/2010.

NUM.DOC: 401.373/10-1 SESSÃO: 10/11/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 22/10/2010. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

MONITOR MERCANTIL, DE 04/05/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 22/10/2010. OBS: ATA DA AGE REALIZADA EM 22/10/2010 AS 15HS.

NUM.DOC: 401.374/10-5 SESSÃO: 10/11/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 21/10/2010. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/11/2010. PUBLICOU ATA: A.G.O./A.G.E. EM : 21/10/2010. OBS: ATA DA A.G.O.E EM 21/10/20010.

NUM.DOC: 401.375/10-9 SESSÃO: 10/11/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 21/10/2010. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

MONITOR MERCANTIL, DE 04/10/2010. PUBLICOU ATA: A.G.O./A.G.E. EM : 21/10/2010. OBS: ATA DA A.G.O.E. 21/10/2010.

NUM.DOC: 401.376/10-2 SESSÃO: 10/11/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 22/10/2010. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/11/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 22/10/2010. OBS: ATA DA A.G.E. EM 22/10/2010.

NUM.DOC: 401.377/10-6 SESSÃO: 10/11/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 22/10/2010. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

MONITOR MERCANTIL, DE 04/11/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 22/10/2010. OBS: ATA DA A.G.E. EM 22/10/2010.

NUM.DOC: 458.523/10-0 SESSÃO: 24/12/2010

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 07/12/2010. DELIBERACOES: ASSINAR O CONTRATO DE SUPORTE DE ACIONISTAS ENTRE CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A., OPWAY - ENGENHARIA S.A., LEAO & LEAO LTDA., CONCESSIONARIA RODOVIAS DO TIETE S.A., PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS, NA QUALIDADE DE AGENTE DE NOTAS, HEBER PARTICIPACOES S.A. E ASCENDI GROUP SGPS S.A.

NUM.DOC: 020.007/11-5 SESSÃO: 14/01/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 10/12/2010. AUTORIZAR A COMPANHIA A ASSINAR O CONTRATO DE CONCESSAO JUNTO A AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SAO PAULO ARTES P, REFERENTE AO CONCORRENCIA PUBLICA INTERNACIONAL, EDITAL N 001/2010, APOS A ADJUDICACAO E HOMOLOGACAO DO OBJETO DA REFERIDA CONCORRENCIA PARA O CONSORCIO SPMAR.

NUM.DOC: 073.668/11-4 SESSÃO: 21/02/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 14/02/2011. DELIBERAR ACERCA (I) DA CONCESSAO DE FIANCA PELA COMPANHIA EM FAVOR DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A. ("SPMAR"), EM GARANTIA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, EM CONSONANCIA COM A INSTRUCAO DA COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS CVM N 476, DE 1 6 DE JANEIRO DE 2009, NO VALOR DE R$ 300.000.000,00 (TREZENTOS MILHOES DE REAIS), COM VENCIMENTO EM 18 DE FEVEREIRO DE 2012, RESSALVADAS, ENTRE OUTRAS, AS HIPOTESES DE VENCIMENTO ANTECIPADO E AQUISICAO FACULTATIVA, PREVISTAS NO RESPECTIVO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA COM GARANTIA FIDEJUSSORIA, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA SPMAR (ESCRITURA E "EMISSAO"); (II) DA ALIENACAO FIDUCIARIA DA TOTALIDADE DAS A COES DO CAPITAL SOCIAL DA SPMAR, DETIDAS PELA COMPANHIA, AS QUAIS, NESTA DATA, SOMAM 142.096.864 (CENTO E QUARENTA E DOIS MILHOES, NOVENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO) ACOES QUE REPRESENTAM 26% (VINTE E SEIS POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL DA SPMAR, BEM COMO DE DIVIDENDOS, JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO E QUAISQUER OUTROS RENDIMENTOS DECORRENTES DE TAIS ACOES E DE EVENTUAIS NOVAS ACOES QUE VENHAM A SER CRIADAS OU ADQUIRIDAS NO FUTURO, DIREITOS OU BONUS DE SUBSCRICAO, DEBENTURES CONVERSIVEIS, PARTES BENEFICIARIAS OU OUTROS VALORES MOBILIARIOS CONVERSIVEIS EM ACOES RELATIVOS AO CAPITAL SOCIAL DA SPMAR, NOS TERMOS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS, CELEBRADO NESTA DATA ENTRE A SPMAR, A COMPANHIA, CONTERN CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA. E A PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA., NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIARIO (CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES) ; E (III) DA AUTORIZACAO A SER CONCEDIDA A DIRETORIA DA COMPANHIA PARA FIRMAR OS DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA AS OPERACOES ACIMA DESCRITAS.

NUM.DOC: 096.884/11-3 SESSÃO: 10/03/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 14/02/2011. DELIBERAR SOBRE A CONCESSAO DE FIANCA; DA ALIENACAO FINDUCIARIA; DA AUTORIZACAO A SER CONCEDIDA A DIRETORIA.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 25/02/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 14/02/2011. OBS: DELIBERAR SOBRE A CONCESSAO DE FIANCA; DA ALIENACAO FINDUCIARIA; DA AUTORIZACAO A SER CONCEDIDA A DIRETORIA.

NUM.DOC: 096.885/11-7 SESSÃO: 10/03/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 14/02/2011. DELIBERAR SOBRE A CONCESSAO DE FINANCA; DA ALIENACAO FINDUCIARIA; DA AUTORIZACAO A SER CONCEDIDA A DIRETORIA.

MONITOR MERCANTIL, DE 25/02/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 14/02/2011.

NUM.DOC: 193.704/11-0 SESSÃO: 24/05/2011

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, AND.5 CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, AND.5 CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO DIRETOR.

REMANESCENTE ALEXANDRE TUJISOKI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 051.364.688-40, RG/RNE: 14080974, RESIDENTE À AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 201, 26 AND SL 1, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO DIRETOR.

ELEITO SERGIO RAY SANTILLAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 217.030.218-27, RG/RNE: V223559-S, RESIDENTE A ALAMEDA COTOVIA, 152, M.PASSAROS, ALDEIA DA SERRA, SAO PAULO - SP, CEP 06428-210, COMO DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

NUM.DOC: 230.378/11-0 SESSÃO: 16/06/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 08/06/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 05/05/2011.

NUM.DOC: 230.379/11-4 SESSÃO: 16/06/2011

MONITOR MERCANTIL, DE 08/06/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 05/05/2011.

NUM.DOC: 261.309/11-0 SESSÃO: 08/07/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 14/06/2011. DELIBERAR ACERCA DA ALIENACAO FIDUCIARIA DAS ACOES DE TITULARIDADE DA COMPANHIA NA CONCESSIONARIA RODOVIAS DO TIETES.A. EM GARANTIA DE SUA SEGUNDA EMISSAO DE NOTAS PROMISSORIAS COMERCIAIS, NOS TERMOS DA INSTRUCAO CVM N 134, DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990, CONFORME ALTERADA , MEDIANTE OFERTA PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS NOS TERMOS DA INSTRUCAO CVM N 476, DE 16 DEJANEIRO DE 2009, CONFORME ALTERADA, NO MONTANTE TOTAL DE R$ 484.200.000,00 (QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO MILHOES E DUZENTOS MIL REAIS).

NUM.DOC: 324.434/11-0 SESSÃO: 10/08/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 30/07/2011.

NUM.DOC: 324.435/11-3 SESSÃO: 10/08/2011

MONITOR MERCANTIL, DE 01/08/2011.

NUM.DOC: 335.792/11-0 SESSÃO: 25/08/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 28/07/2011. APROVAR A CONCESSAO DE FIANCA PELA COMPANHIA.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 12/08/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 28/07/2011. OBS: APROVAR A CONCESSAO DE FIANCA PELA COMPANHIA.

NUM.DOC: 335.793/11-3 SESSÃO: 25/08/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 28/07/2011. APROVAR A CONCESSAO DE FIANCA PELA COMPANHIA.

MONITOR MERCANTIL, DE 12/08/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 28/07/2011. OBS: APROVAR A CONCESSAO DE FIANCA PELA COMPANHIA.

NUM.DOC: 335.794/11-7 SESSÃO: 25/08/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 14/06/2011. APROVAR ALIENACAO FINDUCIARIA.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 12/08/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 14/06/2011. OBS: APROVAR A ALIENACAO FINDUCIARIA DA TOTALIDADE DAS ACOES.

NUM.DOC: 335.795/11-0 SESSÃO: 25/08/2011

MONITOR MERCANTIL, DE 12/08/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 14/06/2011.

NUM.DOC: 377.336/11-7 SESSÃO: 16/09/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 08/08/2011. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010; E (II) DELIBERAR SOBRE A DESTINACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

NUM.DOC: 381.865/11-3 SESSÃO: 22/09/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 06/09/2011. DA CONCESSAO DE FIANCA PELA COMPANHIA EM FAVOR DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A. ("SPMAR"), EM GARANTIA DA 2 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, EM CONSONANCIA COM A INSTRUCAO DA COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS CVM N 476, DE 16 DE JANEIRO DE 2009, NO VALOR DE R$ 420.000.000,00 (QUATROCENTOS E VINTE MILHOES DE REAIS), COM VENCIMENTO EM 18 DE FEVEREIRO DE 2015, RESSALVADAS, ENTRE OUTRAS, AS HIPOTESES DE VENCIMENTO ANTECIPADO E AQUISICAO FACULTATIVA, PREVISTAS NO RESPECTIVO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA SPMAR (ESCRIT URA E "EMISSAO"); (II) DA ALIENACAO FIDUCIARIA DA TOTALIDADE DAS ACOES DO CAPI TAL SOCIAL DA SPMAR, DETIDAS PELA COMPANHIA, AS QUAIS, NESTA DATA, SOMAM 142.096.871 (CENTO E QUARENTA E DOIS MILHOES, NOVENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E SETENTA E UMA) ACOES QUE REPRESENTAM 26% (VINTE E SEIS POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL DA SPMAR, BEM COMO DE DIVIDENDOS, JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO E QUAISQUER OUTROS RENDIMENTOS

DECORRENTES DE TAIS ACOES E DE EVENTUAIS NOVAS ACOES QUE VENHAM A SER CRIADAS OU ADQUIRIDAS NO FUTURO, DIREITOS OU BONUS DE SUBSCRICAO, DEBENTURES CONVERSIVEIS, PARTES BENEFICIARIAS OU OUTROS VALORES MOBILIARIOS CONVERSIVEIS EM ACOES RELATIVOS AO CAPITAL SOCIAL DA SPMAR, NOS TERMOS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS, A SER CELEBRADO ENTRE A SPMAR, A COMPANHIA, A CONTERN CONTRUCOES E COMERCIO LTDA. E A OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A., NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIARIO (CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES); E (III) DA AU TORIZACAO A SER CONCEDIDA A DIRETORIA DA COMPANHIA PARA FIRMAR OS DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA AS OPERACOES ACIMA DESCRITAS

NUM.DOC: 403.878/11-1 SESSÃO: 05/10/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 27/09/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 06/09/2011.

NUM.DOC: 403.879/11-5 SESSÃO: 05/10/2011

MONITOR MERCANTIL, DE 27/09/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 06/09/2011.

NUM.DOC: 429.916/11-5 SESSÃO: 25/10/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 25/08/2011. APROVAR A PROPOSTA DA DIRETORIA DA COMPANHIA DE ALTERAR O ENDERECO DA SUA SEDE SOCIAL PARA AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2.012, 5 ANDAR, CONJUNTO 53, SALA 07, JARDIM PAULISTANO, NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, CEP: 01469-900;

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CONJ, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 25/08/2011.

NUM.DOC: 431.844/11-2 SESSÃO: 27/10/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 08/08/2011. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2010; E DELIBERAR SOBRE A DESTINACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2010.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 08/10/2011. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 08/08/2011. OBS: TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2010; E DELIBERAR SOBRE A DESTINACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2010.

NUM.DOC: 431.845/11-6 SESSÃO: 27/10/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 08/08/2011. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2010; E DELIBERAR SOBRE A DESTINACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2010.

MONITOR MECANTIL, DE 08/10/2011. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 08/08/2011. OBS: TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2010; E DELIBERAR SOBRE A DESTINACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2010.

NUM.DOC: 446.471/11-2 SESSÃO: 09/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 19/04/2011. APOS DISCUTIREM AS MATERIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA, OS ACIONISTAS, POR UNANIMIDADE E SEM RESERVAS OU OPOSICOES, NOS TERMOS DO ART. 19, INCISO XI, DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, APROVAM E RATIFICAM AS FIANCAS PRESTADAS NO CONTRATO DE CONDICOES CONTRATUAIS GERAIS (CCG) FIRMADO ENTRE A CONCESSIONARIA RODOVIAS DO TIETE S/A, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 10.678.505/0001-63 E A ALLIANZ SEGUROS S/A, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 61.573.796/0001-66, EM 19 DE ABRIL DE 2011, PARA EMISSAO DE APOLICES DE SEGURO GARANTIA CORRESPONDENTES PARA: A) GARANTIR EXCLUSIVAMENTE O CUMPRIMENTO DAS FUNCOES OPERACIONAIS, DE CONSERVACAO E DE PAGAMENTO DO VALOR MENSAL VARIAVEL; B) GARANTIR EXCLUSIVAMENTE O CUMPRIMENTO DAS FUNCOES DE AMPLIACAO, CORRESPONDENTE A 1,5% (UM E MEIO POR CENTO) DO VALOR DA CONTRATACAO, LIMITADO A 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DO INVESTIMENTO, AMBOS RELATIVOS A CONCESSAO ONEROSA DOS SERVICOS PUBLICO DE EXPLORACAO DA MALHA RODOVIARIO ESTADUAL DO CORREDOR MARECHAL RONDON LESTE, CONSTITUIDO PELAS RODOVIAS SP-300, SP-101, SP-113, SP-209, SP-308, CONTORNO DE PIRACICABA E ACESSOS, CORRESPONDENDO AO LOTE 21 DO PROGRAMA ESTADUAL DE CONCESSOES RODOVIARIAS, REFERENTE AO CONTRATO DE CONCESSAO RODOVIARIA N 004/ARTESP/2009, ASSIM COMO RECONHECEM A VALIDADE E OS EFEITOS DAS FIANCAS PRESTADAS.

NUM.DOC: 475.583/11-5 SESSÃO: 30/11/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 18/11/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 25/08/2011.

NUM.DOC: 475.584/11-9 SESSÃO: 30/11/2011

MONITOR MERCANTIL, DE 18/11/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 25/08/2011.

NUM.DOC: 499.824/11-8 SESSÃO: 14/12/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 06/12/2011. DELIBERAR ACERCA DA ASSINATURA DO CONTRATO DE SUPORTE DE ACIONISTAS E DA ALIENACAO FIDUCIARIA DAS ACOES DE TITULARIDADE DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 026.880/12-0 SESSÃO: 11/01/2012

RE-RATIFICACAO: RETIFICAM A INFORMACAO CONSTANTE DO ITEM DA ORDEM DO DIA E DO ITEM 3 DAS DELIBERACOESDA ATA,NO TOCANTE AO NUMERO DE ACOES DA SPMAR DE TITULARIDADE DA COMPANHIA,O QUAL POR UM LAPSO CONSTOU COMO SENDO 142.096.864 ACOES,QUANDO O CORRETO SERIA 142.096.874 ACOES.

NUM.DOC: 077.175/12-8 SESSÃO: 22/02/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 23/01/2012. CELEBRACAO DE ACORDO DE INVESTIMENTOS.

NUM.DOC: 085.635/12-1 SESSÃO: 29/02/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 16/02/2012. DELIBERAR ACERCA DA APROVACAO DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA , DA ESPECIE QUIROGRAFARIA COM GARANTIA ADICIONAL,PARA DISTRIBUIDORA PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A, NO QUAL A COMPANHIA E INTERVENIENTE E FIADORA DE TODAS AS OBRIGACOES ASSUMIDAS PELA SPMAR, A FIM DE ESTENDER O PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES, COM A RESPECTIVA ALTERACAO DA DATA DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES PARA 16 DE AGOSTO DE 32012; DA CELEBRACAO DO SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS, DATADO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011, CONFORME ADITADO PELO PRIMEIRO ADITAMENTO.

NUM.DOC: 188.461/12-7 SESSÃO: 04/05/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 23/04/2012. DELIBERAR SOBRE A OUTORGA, PELA CIA, DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE 100% DAS ACOES DE SUA TITULARIDADE DE EMISSAODOVIA DAS COLINAS S.A, ASSIM COMO OS DIREITOS E VANTAGENS DECORRENTES DE TAIS ACOES, TODAS AS ACOES DERIVADAS POR MEIO DE DESDOBRAMENTO, GRUPAMENTO OU BONIFICACAO E QUAISQUER BENS U TITULOS NOS QUAIS AS ACOES SEJAM CONVERTIDAS E O DIREITO DE SUBSCRICAO DE NOVAS ACOES. AUTORIZACAO EXPRESSA PARA QUE A DIRETORIA DA CIA PRATIQUE TODOS OS ATOS, TOME TODAS AS PROVIDENCIAS E ADOTE TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS A FORMALIZACAO, EFETIVACAO E ADMINISTRACAO DAS DELIBERACOES DESTA REUNIAO, OBJETIVANDO AS GARANTIAS APRESTADAS NO AMBITO DE EMISSAO

NUM.DOC: 197.669/12-8 SESSÃO: 14/05/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 19/04/2012. PUBLICOU ATA EM : 30/06/2011. OBS: DEMONSTRACOES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCICIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE JUNHO DE 2011 E 2010.

NUM.DOC: 197.670/12-0 SESSÃO: 14/05/2012

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 19/04/2012.

NUM.DOC: 200.812/12-9 SESSÃO: 18/05/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 27/04/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 23/04/2012. OBS: DELIBERA-SE ACERCA DE: (I) OUTORGA PELA CIA DE ALIENACAO FIDUCIARIA; (II) AUTORIZACAO EXPRESSA PARA QUE A DIRETORIA DA CIA. PRATIQUE TODOS OS ATOS E MEDIDAS NECESSARIAS PARA A EFETIVACAO DAS DELIBERACOES TOMADAS NESTA ASSEMBLEIA.

NUM.DOC: 200.813/12-2 SESSÃO: 18/05/2012

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 27/04/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 23/04/2012.

NUM.DOC: 219.620/12-0 SESSÃO: 24/05/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 06/02/2012.

NUM.DOC: 219.621/12-3 SESSÃO: 24/05/2012

EMPRESA E NEGOCIOS, DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 16/02/2012. OBS: DELIBERA-SE SOBRE: (I) APROVACAO DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITAMENTO A ESXRITURA; (II) CLEBRACAO DO SEGUNDO ADITAMENTO AO INTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA.

NUM.DOC: 219.690/12-1 SESSÃO: 24/05/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 23/01/2012. OBS: DELIBERA-SE SOBRE: CELEBRACAO DE ACORDO DE INVESTIMENTOS.

NUM.DOC: 219.691/12-5 SESSÃO: 24/05/2012

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 23/01/2012.

NUM.DOC: 220.166/12-2 SESSÃO: 24/05/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 05/05/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 06/12/2011. OBS: DELIBERAR ACERCA DA ASSINATURA DO CONTRATO DE SUPORTE DE ACIONISTA. DA ALIENACAO FIDUCIARIA DAS ACOES DE TITULARIDADE DA CIA NA CONCESSIONARIA RODOVIAS DO TIETE S.A, EM GARANTIA DE SUA TERCEIRA EMISSAAO DE NOTAS PROMISSORIAS.

NUM.DOC: 220.167/12-6 SESSÃO: 24/05/2012

EMP E NEG, DE 05/05/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 06/12/2011. OBS: DELIBERAR ACERCA DA ASSINATURA DO CONTRATO DE SUPORTE DE ACIONISTA. DA ALIENACAO FIDUCIARIA DAS ACOES DE TITULARIDADE DA CIA NA CONCESSIONARIA RODOVIAS DO TIETE S.A, EM GARANTIA DE SUA TERCEIRA EMISSAAO DE NOTAS PROMISSORIAS.

NUM.DOC: 220.168/12-0 SESSÃO: 24/05/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 14/03/2012. DELIBERAR ACERCA DA REORGANIZACAO SOCIETARIA DO GRUPO, DELIBERAR ACERCA DE ASSUNCAO,PARA A CIA, DE DIVIDASORIGINALMENTE CONTRAIDAS PELA ACIONISTA CIBE PARTICIPACOES EEMPREENDIMENTOS S.A INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O NUMERO 09.376.519/0001-43 ("CIBE PARTICIPACOES"),DELIBERAR, NOS TERMOS DO INCISO (X) DO ARTIGO 19 DO ESTATUTO SOCIAL DA CIA A AQUISICAO DEPARTICVIPACOES EM OUTRAS SOCIEDADES E AUTORIZAR A DIRETORIA DA CIA A CELEBRAR TODOS EQUAISQUER DOCUMENTOS QUE SEJAM NECESSARIOS PARA IMPLEMENTACAO DAS REFERIDASDELIBERACOES.

NUM.DOC: 238.839/12-6 SESSÃO: 01/06/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 08/05/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 21/04/2012. OBS: CERTIFICA-SE QUE A ATA EM EPIGRAFE FOI REGISTRADA SOB O N 188.461/12-7 EM 05/05/2012.

NUM.DOC: 238.840/12-8 SESSÃO: 01/06/2012

EMP E NEG, DE 21/04/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 08/05/2012. OBS: CERTIFICA-SE QUE A ATA EM EPIGRAFE FOI REGISTRADA SOB O N 188.461/12-7 EM 05/05/2012.

NUM.DOC: 256.747/12-0 SESSÃO: 18/06/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 18/05/2012. RATIFICAR SEM RESSALVAS A TRANSFERENCIA PARA A CIA DA TOTALIDADE DA PARTICIPACAO ACIONARIA DA DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A., SEDE CIDADE DE SAO PAULO-SP NA AV BRIG FARIA LIMA, 2012-5 ANDAR, CEP 01451-910 CNPJ 15.315.842/0001-00 TORNANDO-SE SUBSIDIARIA INTEGRAL DA CIA.RATIFICAR A DECLARACAO DE TODOS OS ATOS NECESSARIOS A IMPLEMENTACAO E FORMALIZACAO DAS MATERIAS ACIMA TRATADAS E PRATICADOS PELA DIRETORIA DA CIA. INCLUINDO MAS NAO SE LIMITANDO A ASSINATURA DE CONTRATOS E OUTROS DOCUMENTOS SOCIETARIOS.

NUM.DOC: 263.547/12-7 SESSÃO: 20/06/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 11/06/2012. DELIBERAR ACERCA DA LAVRATURA DESTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA NA FORMA DE SUMARIO, COMO FACULTA O ARTIGO 130, 1 DA LEI N 6.404/76; DA APROVACAO DA CELEBRACAO DE ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS A SER CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA, ASCENDI INTERNATIONAL HOLDING B.V. A CONCESSIONARIA RODOVIAS DO TIETE S.A. E A PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS E ADITAMENTO AO CONTRATO DE SUPORTE DE ACIONISTAS A SER CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA, A CRT, A ASCENDI HOLDING, O AGENTE FIDUCIARIO E A HEBER PARTICIPACOES S.A. ,PARA QUE CONSTE A NOVA DATA DE VENCIMENTO DAS NOTAS PROMISSORIAS COMERCIAIS DA TERCEIRA EMISSAO DA CRT, EMITIDAS NOS TERMOS DA INSTRUCAO CVM N 134, DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990, CONFORME ALTERADA, MEDIANTE OFERTA PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS NOS TERMOS DA INSTRUCAO CVM N 476, DE 16 DE JANEIRO DE 2009, CONFORME ALTERADA, NO MONTANTE TOTAL DE R$484.200.000,00 (QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO MILHOES E DUZENTOS MIL REAIS) (TERCEIRA EMISSAO E NOTAS COMERCIAIS), TENDO EM VISTA QUE A NOVA DATA DE VEN CIMENTO E 12 DE AGOSTO DE 2012; (3) DA AUTORIZACAO PARA A DIRETORIA DA COMPANHIA PRATICAR TODOS OS ATOS E ASSINAR TODOS OS DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA A FORMALIZACAO DAS MATERIAS ACIMA, INCLUINDO QUAISQUER DOCUMENTOS E ADITAMENTOS RELACIONADOS A EXTENSAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS NOTAS COMERCIAIS.

NUM.DOC: 314.381/12-0 SESSÃO: 23/07/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 29/06/2012. ARTIGO 44, 4 DA LEI DAS S.A.5.4.CONSIGNAR QUE O PRECO DO RESGATE DE ACOES ORA DELIBERADO E DE APROXIMADAMENTE R$ 0,646949 POR ACAO, TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 67.122.093,00 (SESSENTA E SETE MILHOES CENTO E VINTE E DOIS MIL E NOVENTA E TRES REAIS), SENDO O PAGAMENTO REALIZADO MEDIANTE A ENTREGA DE (A) 100.000 (CEM MIL) ACOES ORDINARIAS NOMINATIVAS, SEM VALOR NOMINAL, DE EMISSAO DA INFRA BERTIN PARTICIPACOES S.A., SOCIEDADE ANONIMA, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURIDICA DO MINISTERIO DA FAZENDA (CNPJ/MF) SOB N 15.019.317/0001-47, COM SEDE NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, NA AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 2.012, 5 ANDAR, REPRESENTATIVAS DE 100% (CEM POR CENTO) DE SEU CAPITAL SOCIAL TOTAL E VOTANTE, NO VALOR DE R$ 1.080,00 (MIL E OITENTA REAIS); E (B) 67.121.733 (SESSENTA E SETE MILHOES CENTO E VINTE E UMA MIL SETECENTAS E TRINTA E TRES) ACOES ORDINARIAS NOMINATIVAS, SEM VALOR NOMINAL, DE EMISSAO DA ATLANTIA BERTIN PARTICIPACOES S.A, SOCIEDADE ANONIMA, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURIDICA DO MINISTERIO DA FAZENDA (CNPJ/MF) SOB N 14.975.903/0001-00, COM SEDE NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, NA AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 2.277, 12 ANDAR, REPRESENTATIVAS DE 100%

(CEM POR CENTO) DE SEU CAPITAL SOCIAL TOTAL E VOTANTE, NO VALOR DE R$ 67.121.013,00 (SESSENTA E SETE MILHOES, CENTO E VINTE E UM MIL E TREZE REAIS), TODAS DETIDAS PELA COMPANHIA, FICANDO CONSIGNADO QUE TAL PAGAMENTO SERA REALIZADO COM BASE NOS RESPECTIVOS VALORES CONTABEIS DAS REFERIDAS ACOES REGISTRADOS PELA COMPANHIA, NA DATA-BASE DE 29

NUM.DOC: 314.382/12-4 SESSÃO: 23/07/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 03/07/2012. ORDEM DO DIA. DELIBERAR ACERCA DA (1) APROVACAO DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO A ESCRITURA DA IA EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A. ADITAMENTO, DEBENTURES E SPMAR, RESPECTIVAMENTE), NO QUAL A COMPANHIA E INTERVENIENTE GARANTIDORA E FIADORA DE TODAS AS OBRIGACOES ASSUMIDAS PELA SPMAR, A FIM DE REFLETIR ALTERACOES DECORRENTES DA REORGANIZACAO SOCIETARIA ENVOLVENDO O GRUPO BERTIN E O GRUPO ATLANTIA (REORGANIZACAO SOC IETARIA), BEM COMO AS DEMAIS ALTERACOES NECESSARIAS EM RAZAO DAS DELIBERACOES REALIZADAS PELOS TITULARES DAS DEBENTURES NAS ASSEMBLEIAS GERAIS DE DEBENTURISTAS REALIZADAS EM 18 DE MAIO DE 2012 E EM 22 DE JUNHO DE 2012 (AGD); (II) CELEB RACAO DO TERCEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS, DATADO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011, CELEBRADO ENTRE A SPMAR, A CONTEM CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA. (CONTERN), A COMPAN HIA E A PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA., NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIARIO (AGENTE FIDUCIARIO), CONFORME ADITADO DE TEMPOS EM T EMPOS (CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E TERCEIRO ADITAMENTO AO CO NTRATO DE ALIENACAO FIDUCIIARIA~DE ~ RESPECTIVAMENTE, DE FORMA A REFLETIR NO CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE AS ALTERACOES DECORRENTES DA REORGANIZACAO SOCIETARIA DAS DELIBERACOES REALIZADAS PELOS TITULARES DAS DEBENTURES NA AGD; (III) CELEBRACAO DO PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE SUPORTE DE ACIONISTAS, DATADO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011, CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA, A SPMAR, A CONTEM, O AGENTE FIDUCIARIO, A HEBER PARTICIPACOES S.A. E A CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A. (CONTRATO, DE SUPORTE DE ACIONISTAS E ~ CONTRATO DE SUPORTE DE ACIONISTAS, RESPECTIVAMENTE), DE FORMA A REFLETIR NO CONTRATO DE SUPORTE DE AC IONISTAS AS ALTERACOES DECORRENTES DA REORGANIZACAO SOCIETARIA E DAS DELIBERACOES REALIZADAS PELOS TITULARES DAS DEBENTURES NA AGD; (IV) APROVACAO DE PRORROGACAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES PARA 1 DE MARCO DE 2013, CASO A SPMAR E OS TITULARES DAS DEBENTURES ASSIM DECIDAM; E (V) AUTORIZACAO AOS DIRETORES DA COMPANHIA PARA QUE ESTES ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMAL

NUM.DOC: 448.625/12-0 SESSÃO: 15/10/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 14/09/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 03/07/2012.

NUM.DOC: 448.626/12-3 SESSÃO: 15/10/2012

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 14/09/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 03/07/2012.

NUM.DOC: 117.929/13-0 SESSÃO: 19/03/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 25/02/2013. AUTORIZAR A SOCIEDADE ATRAVES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO A PRESTAR AVAL EM FAVOR DA EMPRESA CONCESSIONARIA SPMAR S.A, NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS DO BANCO NACIONAL DE DESEMVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL-BNDES NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 1.528.225.542,52 E CONTRATO DE FINANCIAMENTO A INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - FINISA NO VALOR DE R$ 365.000.000,00 AMBOS FIRMADOS COM A CAIXA FEDERAL.

NUM.DOC: 124.263/13-6 SESSÃO: 25/03/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 26/02/2013. DELIBERA-SE SOBRE: RE-RATIFICAR OS TERMOS CONSTANTES NA ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2013 AS 11:00 HS, PARA QUE CONSTE QUE A COMPANHIA ESTA PRESTANDO FIANCA, AO INVES DE AVAL, A CONCESSIONARIA SPMAR S.A., RATIFICANDO TODOS OS DEMAIS TERMOS.

NUM.DOC: 125.294/13-0 SESSÃO: 28/03/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 19/03/2013. DELIBERA-SE SOBRE A ALTERACAO DO EXERCICIO SOCIAL DA CIA.

NUM.DOC: 174.817/13-7 SESSÃO: 09/05/2013

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 25/04/2013.

NUM.DOC: 174.818/13-0 SESSÃO: 09/05/2013

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 25/04/2013.

NUM.DOC: 192.066/13-4 SESSÃO: 24/05/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 15/04/2013. DELIBERAR SOBRE A RENUNCIA DO DIRETOR ALEXANDRE TUJOSOKI E ELEICAO DO CARGO VAGO DE DIRETOR DA CIA, PARA UM MANDATO DE TRES ANOS, A INICIAR NA PRESENTE DATA E COM TERMINO PREVISTO PARA 14.04.2016.

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, AND.5 CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, AND.5 CJ.53, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO DIRETOR.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE SERGIO RAY SANTILLAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 217.030.218-27, RG/RNE: V223559-S, RESIDENTE À ALAMEDA COTOVIA, 152, M.PASSAROS, ALDEIA DA SERRA, SAO PAULO - SP, CEP 06428-210, COMO DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

NUM.DOC: 340.917/13-1 SESSÃO: 02/09/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 22/06/2013. REELEICAO DA DIRETORIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782-3 - SP, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CJ. 5, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CJ. 5, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO DIRETOR E DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 340.919/13-9 SESSÃO: 02/09/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 21/06/2013. DELIBERA SOBRE A REELEICAO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO.

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782-3, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CJ. 5, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR CJ. 5, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO DIRETOR E DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEITO FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7.774.333-7, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: APROVAR A ALTERACAO DO ARTIGO 16 DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, REDUZINDO O NUMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO PARA 3 MEMBROS.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4.406.781-1, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182.)

NUM.DOC: 451.897/13-4 SESSÃO: 26/11/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 07/11/2013. DELIBERAR SOBRE PRIMEIRO ADITAMENTO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 20120111301952210000001, NO VALOR DE 13.650.524,86 E EMISSAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 20130111301046100046, NO VALOR DE R$ 800.000,00 EM FAVOR DO BANCO DO ESTADOS DE DO RIO GRANDE DO SUL.

NUM.DOC: 455.423/13-1 SESSÃO: 28/11/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 01/11/2013. APROVADA A ALTERACAO DOS ARTIGOS 16, 17, 20, 21 E 22 DO ESTATUTO SOCIAL; E APROVACAO DA CONSOLIDACAO DO REFERIDO ESTATUTO SOCIAL JA REFLETINDO AS ALTERACOES RETRO CITADAS.

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: APROVADA A ALTERACAO DOS ARTIGOS 16, 17, 20, 21 E 22 DO ESTATUTO SOCIAL; E APROVACAO DA CONSOLIDACAO DO REFERIDO ESTATUTO SOCIAL JA REFLETINDO AS ALTERACOES RETRO CITADAS.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 021.294/14-8 SESSÃO: 14/01/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 30/12/2013. AUTORIZAR OS DIRETORES E/OU PROCURADORES DA COMPANHIA A

ASSINAR ACORDO EXTRAJUDICIAL COM O BANCO DO BRASIL S.A, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE GARANTIDORA, RELATIVO AS SEGUINTES ACOES DE EXECUCAO DE TITULOS EXTRAJUDICIAIS: (I) N 1073886-55.2013.8.26.0100, EM CURSO NA 40 VARA CIVEL DO FORUM CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL, FUNDADA NA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 189.301.369; (II) N 1077048-58.2013.8.26.0100, EM CURSO NA 07 VARA CIVEL DO FORUM CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL, FUNDADA NA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 306.400.876; (III) N 1076097-64.2013.8.26.0100, EM CURSO NA 38 VARA CIVEL DO FORUM CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL, FUNDADA NA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 306.400.877 E; (IV) N 10768286020-13.8.26.0100, EM CURSO NA 23 VARA CIVEL DO FORUM CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL, FUNDADA NA NOTA DE CREDITO BANCARIO N 306.400.882.

NUM.DOC: 027.066/14-9 SESSÃO: 16/01/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 30/12/2013. ELEICAO DO SR. FERNANDO ANTONIO BERTIN PARA O CARGO DE DIRETOR DA COMPANHIA, PARA UM MANDATO DE TRES ANOS, A INICIAR NA PRESENTE DATA E COM TERMINO PREVISTO PARA 30.12.2016.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333-7 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 032.836/14-4 SESSÃO: 21/01/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 30/12/2013. OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E, SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A COMPANHIA ATRAVES DE SEUS MEMBROS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 19 E 23 DO ESTATUTO SOCIAL, A SUBSCREVER ACORDOS JUDICIAIS E/OU EXTRAJUDICIAIS, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE GARANTIDOR EM OBRIGACOES DE TERCEIROS, PODENDO OFERECER BENS A PENHORA, ALIENAR, CEDER E CONSTITUIR ONUS REAIS SOBRE SEUS BENS E ATIVOS NAS OPERACOES FIRMADAS PELAS "TINTO HOLDING LTDA" E "CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A." COM O "BANCO DO BRASIL S.A.", AJUIZADAS OU NAO, BEM COMO RENUNCIAR A DIREITOS.

NUM.DOC: 292.743/14-2 SESSÃO: 31/07/2014

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 16/07/2014.

NUM.DOC: 292.744/14-6 SESSÃO: 31/07/2014

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 16/07/2014.

NUM.DOC: 349.122/14-3 SESSÃO: 04/09/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 19/07/2014. I - APROVADAS INTEGRALMENTE E SEM RESERVAS AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, BEM COMO AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, RELATIVAS AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013; E II - OS ACIONISTAS TOMARAM CONHECIMENTO DA CONTA DE LUCROS E DIVIDENDOS PROPOSTOS E DECIDIRAM PELA MANUTENCAO DOS LUCROS ACUMULADOS E PELA NAO DISTRIBUICAO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS E CONSEQUENTEMENTE SUA REVERSAO.

NUM.DOC: 394.124/14-5 SESSÃO: 30/09/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.D., DATADA DE: 22/09/2014. OS MEMBROS DA DIRETORIA DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A COMPANHIA A EMITIR CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 201401113010406100007 5, NO VALOR TOTAL DE R$ 303.000,00 (TREZENTOS E TRES MIL REAIS), COM INICIO NA PRESENTE DATA E VENCIMENTO PREVISTO PARA 19 DE SETEMBRO DE 2015, COM 100% CDI E TAXA DE 4,66% AO ANO, EM FAVOR DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., BEM COMO AUTORIZAR SOMENTE EM RELACAO A ESTE CONTRATO, FUTUROS ADITAMENTOS, RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 428.064/14-0 SESSÃO: 22/10/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 01/10/2014. OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A COMPANHIA, ATRAVES DE SEUS MEMBROS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS "19" E "23" DO ESTATUTO SOCIAL, A PRESTAR AVAL A "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.", EMPRESA COM SEDE NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 2012, 9 ANDAR, CONJUNTO 93, SALA 03, NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, CEP: 01451-000, INSCRITA NO CNPJ SOB O N 09.191.336/0001-53, NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 185.000.000,00 (CENTO E OITENTA E CINCO MILHOES DE REAIS) FIRMADO JUNTO A CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

NUM.DOC: 033.787/15-3 SESSÃO: 21/01/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 22/12/2014. OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A COMPANHIA ATRAVES DE SEUS MEMBROS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS "19" E "23" DO ESTATUTO SOCIAL, A: I - PRESTAR GARANTIA FIDEJUSSORIA A "SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S.A.", INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 72.145.931/0001-99, EMPRESA COM SEDE

NA AVENIDA PAULISTA, N 500, 5 E 6 ANDARES, BELA VISTA, CIDADE E ESTADO DE SAO PAULO, OBRIGANDO-SE ATRAVES DE INSTRUMENTOS CELEBRADOS POR ESCRITO, COMO FIADORA E PRINCIPAL PAGADORA DE "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.", EMPRESA COM SEDE NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 2012, 9 ANDAR, CONJUNTO 93, SALA 03, NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, CEP 01451-000, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 09.191.336/0001-53, RELATIVAMENTE AS OBRIGACOES ACESSORIAS E PRINCIPAIS ADVINDAS DO(S) CONTRATO(S) DE SEGURO GARANTIA FIRMADO(S) ENTRE A REFERIDA SEGURADORA E A "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.", O QUAL TEM POR OBJETO A EMISSAO DE APOLICES E DOCUMENTOS DE SEGURO, COSSEGURO E/OU RESSEGURO A DIVERSOS SEGURADOS, CONFORME SOLICITACOES FEITAS PELA "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.";II - RATIFICAR A ASSUNCAO DE OBRIGACOES, PELA SOCIEDADE, NOS MOLDES ACIMA DESCRITOS, OCORRIDA MEDIANTE A ASSINATURA, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE FIADORA, DO(S) CONTRATO(S) DE SEGURO-GARANTIA MENCIONADO(S) NO ITEM "I" ACIMA, BEM COMO RECONHECER QUE A CONCESSAO DA FIANCA ACIMA MENCIONADA ENCONTRA-SE EM PERFEITA CONSONANCIA COM OS INTERESSES E OBJETIVOS SOCIAIS, FICANDO PORTANTO AFASTADA QUALQUER POSSIBILIDADE DE SE VISLUMBRAR, EM SEU CONTRATO SOCIAL/ESTATUTO SOCIAL, QUALQUER PROIBICAO A PRESTACAO DA FIANCA EM TELA. DESSE MODO, A FIANCA OBJETO DESTA AUTORIZACAO SERA PERFEITAMENTE VALIDA E OPERANTE EM RELACAO A SOCIEDADE, AO CREDOR E A QUAISQUER TERCEIROS.

NUM.DOC: 047.848/15-7 SESSÃO: 28/01/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 22/12/2014. OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A COMPANHIA ATRAVES DE SEUS MEMBROS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS "19" E "23" DO ESTATUTO SOCIAL, A: I - PRESTAR GARANTIA FIDEJUSSORIA A "LIBERTY SEGUROS S.A.", SOCIEDADE ANONIMA COM SEDE NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, NA RUA DOUTOR GERALDO DE CAMPOS MOREIRA, N 110, 6 ANDAR, BROOKLIN NOVO - SAO PAULO/SP - CEP: 04571-020, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 61.550.141/0001-72, OBRIGANDO-SE ATRAVES DE INSTRUMENTOS CELEBRADOS POR ESCRITO, COMO FIADORA E PRINCIPAL PAGADORA DE "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.", EMPRESA COM SEDE NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 2012, 9 ANDAR, CONJUNTO 93, SALA 03, NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, CEP: 01451-000, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 09.191.336/0001-53, RELATIVAMENTE AS OBRIGACOES ACESSORIAS E PRINCIPAIS ADVINDAS DO(S) CONTRATO(S) DE SEGURO GARANTIA FIRMADO(S) ENTRE A REFERIDA SEGURADORA E A "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.", O QUAL TEM POR OBJETO A EMISSAO DE APOLICES E DOCUMENTOS DE SEGURO, COSSEGURO E/OU RESSEGURO A DIVERSOS SEGURADOS, CONFORME SOLICITACOES FEITAS PELA "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.";II - RATIFICAR A ASSUNCAO DE OBRIGACOES, PELA SOCIEDADE, NOS MOLDES ACIMA DESCRITOS, OCORRIDA MEDIANTE A ASSINATURA, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE FIADORA, DO(S) CONTRATO(S) DE SEGURO-GARANTIA MENCIONADO(S) NO ITEM "I" ACIMA, BEM COMO RECONHECER QUE A CONCESSAO DA FIANCA ACIMA MENCIONADA ENCONTRA-SE EM PERFEITA CONSONANCIA COM OS INTERESSES E OBJETIVOS SOCIAIS, FICANDO PORTANTO AFASTADA QUALQUER POSSIBILIDADE DE SE VISLUMBRAR, EM SEU CONTRATO SOCIAL/ESTATUTO SOCIAL, QUALQUER PROIBICAO A PRESTACAO DA FIANCA EM TELA. DESSE MODO, A FIANCA OBJETO DESTA AUTORIZACAO SERA PERFEITAMENTE VALIDA E OPERANTE EM RELACAO A SOCIEDADE, AO CREDOR E A QUAISQUER TERCEIROS.

NUM.DOC: 326.357/15-4 SESSÃO: 27/07/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 30/06/2015. 4 ADITAMENTO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO N 0407.158-11 PROMOVENDO ALTERACOES NO CONTRATO FINISA I, BEM COMO O 1 ADITAMENTO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO N 449.012-36, PROMOVENDO ALTERACOES NO CONTRATO FINISA II, A FIM DE ALTERAR, EM AMBOS, AS DEFINICOES DE CONTA RESERVA, BEM COMO ALTERAR O ITEM RELATIVO AS GARANT IAS E AS OBRIGACOES ESPECIAIS DA BENEFICIARIA;ADITAMENTO N 3 AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE N 0391.565-82, CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL BNDES, A FIM DE ALTERAR AS DEFINICOES DE C ONTA RESERVA, BEM COMO ALTERAR O CRONOGRAMA DE PRAZOS DE CARENCIA E AMORTIZACA O, A INCIDENCIA DE JUROS, GARANTIAS, OBRIGACOES ESPECIAIS DA BENEFICIARIA E DAS ACIONISTAS;AUTORIZACAO, EM RELACAO AOS CONTRATOS DESCRITOS NESTA ATA, FUTUROS ADITAMENTOS, RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 851.043/16-1 SESSÃO: 28/01/2016 PENDÊNCIA JUDICIAL

JC - Nº 1102956/13 DE 11/11/2013.. PROCESSO N. 583.00.2012. 170 662-0. TRATA-SE DE OFICIO EXPEDIDO PELO MM. JUIZ DE DIREITO DA 30 VARA CIVEL DO FORUM CENTRAL CIVEL DA COMARCA DE SAO PAULO, ONDE FIGURA (M) COMO EXEQUENTE (S): VALTER LUIS MACEDO DE CARVALHAES PINHEIRO; MARCO ANTONIO VAZ CAPUTE; MARCOS ANTONIO GRECCO; E NELSON LUIZ BELOTTI DOS SANTOS, COMO EXECUTADO (S): HEBER PARTICIPACOES S/A (CNPJ 01.523.814/0001-73); FERNANDO ANTONIO BERTIN (CPF 001.854.238-76); NATALINO BERTIN (CPF 250.015.238-34); REINALDO BERTIN (CPF 269.958.678-15); E SILMAR ROBERTO BERTIN (CPF 015.751.668-79, PELO QUAL CERTIFICA, ATENDENDO A SOLICITACAO DOS EXEQUENTES, PARA FINS DE AVERBACAO NO REGISTRO DE IMOVEIS, DE VEICULOS OU REGISTROS DE OUTROS BENS SUJEITOS A PENHORA OU ARRESTO (ARTIGO615 A DO CPC), QUE FOI DISTRIBUIDA, NO DIA 24/07/2012, A PRESENTE ACAO DE EXEC UCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL, SOB O N. DE PROCESSO SUPRA, CUJO VALOR DA CAUSA E: R$ 10.107.985,04.

NUM.DOC: 367.260/16-5 SESSÃO: 18/08/2016

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 21/06/2016. DELIBERAR SOBRE A REELEICAO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE FERNANDO ANTONIO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 001.854.238-76, RG/RNE: 7774333-7 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01469-900, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

NUM.DOC: 398.570/16-4 SESSÃO: 09/09/2016

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 22/06/2016. DELIBERAR SOBRE A REELEICAO DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA COMPANHIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO, ASSINANDO PELA EMPRESA.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182.)

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO, ASSINANDO PELA EMPRESA.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182.)

NUM.DOC: 850.258/17-0 SESSÃO: 19/01/2017

JC - Nº 1185726/16 DE 09/12/2016.. PROCESSO N. 0059096-43.2016. 403.6182. TRATA-SE DE OFICIO N. 388/2016 EXPEDIDO PELO MM. JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE EXECUCOES FISCAIS DA 1 SUBSECAO JUDICIARIA DE SAO PAULO, ONDE FIGURA COMO REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL E REQUERIDO: TINTO HOLDING LTDA E OUTROS, ENCAMINHA A JUCESP A DECISAO JUDICIAL PROFERIDA NOS AUTOS, DETERMINANDO EM SEDE DE LIMINAR, A INSDISPONIBILIDADE DOS BENS DE TINTO HOLDING LTDA., NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO E HEBER PARTICIPACOES S.A., ATE O VALOR LIMITE DO DEBITO DE R$ 3.197.148.574,37. ACRESCENTANDO-SE A INFORMACAO "BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016. 4.03.6182", AO LADO DOS NOMES DOS SOCIOS NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO NAS SOCIEDDES EM QUE CONSTAREM COMO SOCIOS. MANTENDO-SE A EXPRESSAO "PENDENCIA JUDICIAL" NA FOLHA DE FOSTO DA FICHA CADASTRAL. (MANIFESTACAO CJ/JUCESP N. 56/2017 D.P. 17/01/2017).

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300361539
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 21/08/2017

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para GABRIELA DE FREITAS D AVILA : 03427096157. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 90153939, terça-feira, 22 de agosto de 2017 às 13:15:59.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA

DORETA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A.

TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35300435796	07/03/2012	22/08/2017 13:17:44

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
02/03/2012	15.315.842/0001-00	

CAPITAL

R$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: RUA FERNANDO DE ALBUQUERQUE	NÚMERO: 31	
BAIRRO: CONSOLACAO	COMPLEMENTO: CJ 72	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 01309-030	UF: SP

OBJETO SOCIAL

HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS
OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

CECILIA MARIA DOS SANTOS NOGUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 043.037.578-61, RG/RNE: 11124876, RESIDENTE À RUA JOAO LUSO, 59, APTO 4, VILA TIBIRICA, SANTO ANDRE - SP, CEP 09130-150, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR.

DIEGO CARREIRO MESA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 297.886.318-86, RG/RNE: 302441190, RESIDENTE À LARGO SENADOR RAUL CARDOSO, 104, VL CLEMENTINO, SAO PAULO - SP, CEP 04021-070, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 180.897/12-3 SESSÃO: 25/04/2012

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 17/04/2012. ALTERACAO DA DIRETORIA, ALTERACAO DE ENDERECO, ALTERACAO DE ATIVIDADE ECONOMICA.

REMANESCENTE DIEGO CARREIRO MESA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 297.886.318-86, RG/RNE: 302441190, RESIDENTE À LARGO SENADOR RAUL CARDOSO, 104, VL CLEMENTINO, SAO PAULO - SP, CEP 04021-070, COMO DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REMANESCENTE CECILIA MARIA DOS SANTOS NOGUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 043.037.578-61, RG/RNE: 11124876, RESIDENTE À RUA JOAO LUSO, 59, APTO 4, VILA TIBIRICA, SANTO ANDRE - SP, CEP 09130-150, COMO DIRETOR.

ELEITO REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO DIRETOR.

ELEITO SILMAR BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO DIRETOR.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 17/04/2012.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, PART, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 17/04/2012.

INCLUSÃO DE CNPJ 15.315.842/0001-00

NUM.DOC: 284.987/12-8 SESSÃO: 02/07/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 21/06/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 17/04/2012. OBS: ATA AGE 11HS.

NUM.DOC: 284.988/12-1 SESSÃO: 02/07/2012

MONITOR MERCANTIL, DE 21/06/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 17/04/2012.

NUM.DOC: 314.295/12-4 SESSÃO: 23/07/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 29/06/2012. DELIBERA-SE: I) A REFORMA GLOBAL DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA E (II) FIXACAO DA REMUNERACAO GLOBAL E INDIVIDUAL ANUAL DA ADMINISTRACAO DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 314.296/12-8 SESSÃO: 23/07/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 29/06/2012. DELIBERAR SOBRE A APROVACAO DOS TERMOS E DA CELEBRACAO, PELA INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A., SUBSIDIARIA DA COMPANHIA, DA ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSAO PRIVADA DE DEBENTURES CONVERSIVEIS EM ACOES, EMITIDA PELA INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS E SUBSCRITA E INTEGRALIZADA PELA ATLANTIA BERTIN CONCESSOES S.A., NA QUAL A COMPANHIA E A HAUOLIMAU EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. COMPARECEM COMO INTERVENIENTES GARANTIDORAS E A COMPANHIA OUTORGA, EM FAVOR DA AB CONCESSOES, EM GARANTIA DO PAGAMENTO DA DIVIDA ORIUNDA DAS DEBENTURES CONVERSIVEIS, ALIENACAO FIDUCIARIA DE TODAS AS ACOES EMITIDAS E EM CIRCULACAO DO CAPITAL SOCIAL DA INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS QUE SEJAM DETIDAS PELA COMPANHIA.

NUM.DOC: 314.299/12-9 SESSÃO: 23/07/2012

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 114.395.589,00 (CENTO E QUATORZE MILHÕES, TREZENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E OITENTA E NOVE REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 29/06/2012.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 29/06/2012. DELIBERAR SOBRE: (I) NOMEACAO E CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AVALIACAO DE BENS A SEREM CONTRIBUIDOS AO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA; (II) HOMOLOGACAO DE LAUDOS DE AVALIACAO; (III) CRIACAO DE ACOES PREFERENCIAIS DA COMPANHIA; (IV) AUMENTOS DE CAPITAL DA COMPANHIA; E (V) CONVERSAO DE ACOES ORDINARIAS EM PREFERENCIAIS DE EMISSAO DA COMPANHIA; E (VI) CONSEQUENTE ALTERACAO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 321.955/12-2 SESSÃO: 25/07/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 29/06/2012. DELIBERAR SOBRE A ELEICAO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À RUA TREZE DE MAIO, 200, AP. 114, CENTRO, LINS - SP, CEP 16400-045, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E DIRETOR.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, CJ 5, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E DIRETOR.

ELEITO NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND, CJ 54,, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO CONSELHEIRO

ADMINISTRATIVO.

ELEITO JOSE CARLOS DE MORAES FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 017.127.778-31, RG/RNE: 12375348 - SP, RESIDENTE À RUA BARRA DO UMA, 435, CONDOMINIO MA, NAO INFORMADO, VINHEDO - SP, CEP 13280-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

NUM.DOC: 143.506/13-4 SESSÃO: 12/04/2013

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 29/03/2013.

NUM.DOC: 143.507/13-8 SESSÃO: 12/04/2013

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 29/03/2013.

NUM.DOC: 160.021/13-3 SESSÃO: 25/04/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 16/04/2012. DELIBERRA SOBRE A REELIECAO DA DIRETORIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2.012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, DIRETOR E DIRETOR PRESIDENTE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2.012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, DIRETOR E DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 172.849/13-5 SESSÃO: 06/05/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 19/04/2013. I)TOMAR CONTA DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS REFERENTES A 2012, II) APROVAR A DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DO MESMO ANO, BEM COMO A DISTRIBUICAO DOS DIVIDENDOS.

NUM.DOC: 159.957/14-0 SESSÃO: 06/05/2014

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 16/04/2014.

NUM.DOC: 159.958/14-3 SESSÃO: 06/05/2014

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 16/04/2014.

NUM.DOC: 187.976/14-4 SESSÃO: 09/05/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 04/04/2014. I - DELIBERAR ACERCA DA ALTERACAO DO ARTIGO 14, PARAGRAFO PRIMEIRO, DO ESTATUTO SOCIAL; II - PROCEDER COM A REELEICAO DA DIRETORIA DA COMPANHIA; E III - CONSOLIDACAO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, DIRETOR, DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO E DIRETOR PRESIDENTE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, DIRETOR E DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: ALTERADO O ARTIGO 14, PARAGRAFO 1 , DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, AUMENTANDO O MANDATO DA DIRETORIA PARA 2 (DOIS) ANOS, O QUAL PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDACAO:" 1 - O MANDATO DA DIRETORIA SERA DE 02 (DOIS) ANOS, PERMITIDA A REELEICAO, SENDO O MANDATO PRORROGADO, AUTOMATICAMENTE, ATE ELEICAO E POSSE DOS RESPECTIVOS SUBSTITUTOS."

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 205.872/14-1 SESSÃO: 27/05/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 23/04/2014. I - APROVADAS INTEGRALMENTE E SEM RESERVAS AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, BEM COMO AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, RELATIVAS AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013; II - OS ACIONISTAS TOMARAM CONHECIMENTO DA CONTA DE LUCROS E DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS E DECIDIRAM PELA MANUTENCAO DOS LUCROS ACUMULADOS E PELA NAO DISTRIBUICAO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS E CONSEQUENTEMENTE SUA REVERSAO.

NUM.DOC: 301.205/15-2 SESSÃO: 14/07/2015

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 29/06/2015. DELIBERAR SOBRE A REELEICAO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE

ADMINISTRACAO DA COMPANHIA. fls. 3912

ELEITO JOSE CARLOS DE MORAES FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 017.127.778-31, RG/RNE: 12375348-X - SP, RESIDENTE À RUA BARRA DO UMA, 435, CONDOMINIO MARAMBAI, VINHEDO - SP, CEP 13280-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, DIRETOR, DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO E DIRETOR PRESIDENTE.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, DIRETOR E DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

ELEITO NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4406781-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

NUM.DOC: 851.069/16-2 SESSÃO: 28/01/2016 PENDÊNCIA JUDICIAL

JC - Nº 1102956/13 DE 11/11/2013.. PROCESSO N. 583.00.2012. 170662-0. TRATA-SE DE OFICIO EXPEDIDO PELO MM. JUIZ DE DIREITO DA 30 VARA CIVEL DO FORUM CENTRAL CIVEL DA COMARCA DE SAO PAULO, ONDE FIGURA (M) COMO EXEQUENTE (S): VALTER LUIS MACEDO DE CARVALHAES PINHEIRO; MARCO ANTONIO VAZ CAPUTE; MARCOS ANTONIO GRECCO; E NELSON LUIZ BELOTTI DOS SANTOS, COMO EXECUTADO (S): HEBER PARTICIPACOES S/A (CNPJ 01.523.814/0001-73); FERNANDO ANTONIO BERTIN (CPF 001.854.238-76); NATALINO BERTIN (CPF 250.015.238-34); REINALDO BERTIN (CPF 269.958.678-15); E SILMAR ROBERTO BERTIN (CPF 015.751.668-79, PELO QUAL CERTIFICA, ATENDENDO A SOLICITACAO DOS EXEQUENTES, PARA FINS DE AVERBACAO NO REGISTRO DE IMOVEIS, DE VEICULOS OU REGISTROS DE OUTROS BENS SUJEITOS A PENHORA OU ARRESTO (ARTIGO615 A DO CPC), QUE FOI DISTRIBUIDA, NO DIA 24/07/2012, A PRESENTE ACAO DE EXEC UCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL, SOB O N. DE PROCESSO SUPRA, CUJO VALOR DA CAUSA E: R$ 10.107.985,04.

NUM.DOC: 258.738/16-9 SESSÃO: 13/06/2016

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 04/04/2016. AGE - I. AUTORIZAR A LAVRATURA DA PRESENTE ATA EM FORMA DE SUMARIO; II. FOI APROVADA A REELEICAO DA ATUAL DIRETORIA DA COMPRANHIA;

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406872-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, DIRETOR, DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO E DIRETOR PRESIDENTE.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, DIRETOR E DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

NUM.DOC: 850.290/17-0 SESSÃO: 19/01/2017

JC - Nº 1185726/16 DE 09/12/2016.. PROCESSO N. 0059096-43.2016. 403.6182. TRATA-SE DE OFICIO N. 388/2016 EXPEDIDO PELO MM. JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE EXECUCOES FISCAIS DA 1 SUBSECAO JUDICIARIA DE SAO PAULO, ONDE FIGURA COMO REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL E REQUERIDO: TINTO HOLDING LTDA E OUTROS, ENCAMINHA A JUCESP A DECISAO JUDICIAL PROFERIDA NOS AUTOS, DETERMINANDO EM SEDE DE LIMINAR, A INSDISPONIBILIDADE DOS BENS DE TINTO HOLDING LTDA., NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO E HEBER PARTICIPACOES S.A., ATE O VALOR LIMITE DO DEBITO DE R$ 3.197.148.574,37. ACRESCENTANDO-SE A INFORMACAO "BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016. 4.03.6182", AO LADO DOS NOMES DOS SOCIOS NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO NAS SOCIEDADES EM QUE CONSTAREM COMO SOCIOS. MANTENDO-SE A EXPRESSAO "PENDENCIA JUDICIAL" NA FOLHA DE FOSTO DA FICHA CADASTRAL. (MANIFESTACAO CJ/JUCESP N. 56/2017 D.P. 17/01/2017)

NUM.DOC: 080.759/17-8 SESSÃO: 15/02/2017

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 22/11/2016. DELIBERA SOBRE A RENUNCIA/ELEICAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO.

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406872-3, RESIDENTE À

AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, DIRETOR, DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO E DIRETOR PRESIDENTE.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, DIRETOR E DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE JOSE CARLOS DE MORAES FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 017.127.778-31, RG/RNE: 12375348-X, RESIDENTE À RUA BARRA DO UMA, 435, CON MARAMBAIA, VINHEDO - SP, CEP 13280-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEITO ARMANDO FRANCHINI JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 343.017.138-59, RG/RNE: 32079683, RESIDENTE À AV. PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHECK, 1545, 7 ANDAR, VILA OLIMPIA, SAO PAULO - SP, CEP 04543-011, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300435796
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 21/08/2017

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para GABRIELA DE FREITAS D AVILA : 03427096157. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 90154089, terça-feira, 22 de agosto de 2017 às 13:17:44.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA

WALELIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.

TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35300418298	06/01/2012	22/08/2017 13:18:31

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
16/12/2011	15.019.586/0001-03	

CAPITAL

R$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: RUA FERNANDO DE ALBUQUERQUE	NÚMERO: 31	
BAIRRO: CONSOLACAO	COMPLEMENTO: CONJUNTO 72	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 01309-030	UF: SP

OBJETO SOCIAL

ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS
HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

CECILIA MARIA DOS SANTOS NOGUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 043.037.578-61, RG/RNE: 11124876 - SP, RESIDENTE À RUA JOAO LUSO, 59, APTO. 04, VILA TIBIRICA, SANTO ANDRE - SP, CEP 09130-150, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR.

DIEGO CARREIRO MESA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 297.886.318-86, RG/RNE: 302441190 - SP, RESIDENTE À RUA ARTHUR SOTER LOPES DA SILVA, 258, JARDIM ESMERALDA, SAO PAULO - SP, CEP 05367-140, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE.

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 160.922/12-4 SESSÃO: 20/04/2012

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 15/03/2012. DELIBERACOES APROVADAS: ALTERACAO DO NOME EMPRESARIAL; ALTERACAO DO ENDERECO DA SEDE; ALTERACAO DO OBJETO SOCIAL; TOMAR CONHECIMENTO E ACEITAR RENUNCIA DOS DIRETORES; ELEGER NOVOS DIRETORES; CONSOLIDAR O ESTATUTO SOCIAL; APROVAR A LAVRATURA DESTA ATA.

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 15/03/2012.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 15/03/2012.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 15/03/2012.

INCLUSÃO DE CNPJ 15.019.586/0001-03

NUM.DOC: 270.078/12-5 SESSÃO: 28/06/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 21/06/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 15/03/2012. OBS: ATA DA A.G.E EM 15/03/2012.

NUM.DOC: 270.079/12-9 SESSÃO: 28/06/2012

MONITOR MERCANTIL, DE 21/06/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 15/03/2012. OBS: ATA DA A.G.E EM 15/03/2012.

NUM.DOC: 320.552/12-3 SESSÃO: 23/07/2012

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 114.395.589,00 (CENTO E QUATORZE MILHÕES, TREZENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E OITENTA E NOVE REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 28/06/2012.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 28/06/2012. DELIBERAR SOBRE A APROVACAO DO AUMENTO DE CAPITAL.

NUM.DOC: 320.553/12-7 SESSÃO: 23/07/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 03/07/2012. DELIBERAR SOBRE APROVACAO DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, APROVACAO DA CELEBRACAO DO TERCEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS, DATADO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011; APROVACAO DA CELEBRACAO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR EM TERCEIRO GRAU DE COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTOS, A SER CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA; AUTORIZACAO AOS DIRETORES DA COMPANHIA PARA QUE ESTES ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DO ADITAMENTO, DO TERCEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA;

NUM.DOC: 321.158/12-0 SESSÃO: 24/07/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 29/06/2012. INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, CONVERSIVEIS EM ACOES , COM GARANTIA REAL, DA INFRA BERTIN EMPREENDIMENTOS S.A.

B.A. = 3.201.248/17-4. DE 24/07/2012. FUNDAMENTO: ESCRITURA DE DEBENTURE ARQUIVADO COMO ANEXO DA AGE QUE DELIBEROU SOBRE A EMISSAO DE DEBENTURE. DISCUMPRIMENTO DO ARTIGO 62, II, DE LEI N. 6.404/76..

PARECER DO(A) ASSESSORIA: DRC EM 28/06/2017, SANADA A IRREGULARIDADE POR DETERMINACAO DO SENHOR PRESIDENTE DESTA JUCESP, DESENTRANHANDO DO REFERIDO REGISTRO 321.158/12-0 O INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES E OS RESPECTIVOS ANEXOS (FLS. 13/72), E DEVOLVIDO A SOCIEDADE ARMAZENANDO-SE COPIA DA ALUDIDA DOCUMENTACAO. MANTENHA-SE ARQUIVAMENTO..

NUM.DOC: 341.336/12-9 SESSÃO: 03/08/2012

DIARIO OFICIAL EMPRESARIAL, DE 14/07/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 29/06/2012.

NUM.DOC: 341.337/12-2 SESSÃO: 03/08/2012

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 14/07/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 29/06/2012.

NUM.DOC: 362.257/12-7 SESSÃO: 17/08/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 07/08/2012. APROVACAO DE ALTERACOES NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A. DATADO DE 15 DE FEVEREIRO DE 2011; AUTORIZAR A ASSINATURA, PELA COMPANHIA, DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES; APROVACAO DA ASSINATURA, PELA COMPANHIA, DE TODOS E QUAISQUER FUTUROS ADITAMENTOS A DOCUMENTOS RELATIVOS A 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A.; E AUTORIZACAO AOS DIRETORES DA COMPANHIA PARA QUE ESTES ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DE TODOS E QUAISQUER ADITAMENTOS RELACIONADOS AOS DOCUMENTOS RELATIVOS A EMISSAO.

NUM.DOC: 422.989/12-5 SESSÃO: 28/09/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 14/09/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 28/06/2012.

NUM.DOC: 422.990/12-7 SESSÃO: 28/09/2012

MONITOR MERCANTIL, DE 14/09/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 28/06/2012. OBS: ATA DA A.G.E EM 28/06/2012 AS 18:00HS.

NUM.DOC: 438.214/12-2 SESSÃO: 04/10/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 14/09/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 03/07/2012.

NUM.DOC: 438.222/12-0 SESSÃO: 05/10/2012

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 14/09/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 03/07/2012. OBS: DELIBERAR SOBRE A APROVACAO DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS COM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA COM GARANTIA ADICIONAL.

NUM.DOC: 110.563/13-0 SESSÃO: 11/03/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.D., DATADA DE: 25/02/2013. AUTORIZAR DIRETORES E OU PROCURADORES DESTA SOCIEDADE A PRESTAR AVAL EM FAVOR DA EMPRESA CONCESSIONARIA SPMAR S.A NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE DE RECURSOS DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES, NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 1.528.225.542,22 E CONTRATO DE FINANCIAMENTO A INSFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - FINISA, NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 365.000.000,00 AMBOS FIRMADOS COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

NUM.DOC: 124.257/13-6 SESSÃO: 25/03/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 25/02/2013. DELIBERA-SE SOBRE: AUTORIZAR A SOCIEDADE A ALIENAR FIDUCIARIAMENTE SUAS ACOES DE EMISSAO NA EMPRESA CONCESSIONARIA SPMAR S.A., NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL BNDES, NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 1.528.225.542,52 (UM BILHAO, QUINHENTOS E VINTE E OITO MILHOES, DUZENTOS E VINTE E CINCO MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS) E CONTRATO DE FINANCIAMENTO A INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - FINISA, NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 365.000.000,00 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO MILHOES DE REAIS) AMBOS FIRMADOS COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

NUM.DOC: 130.619/13-9 SESSÃO: 03/04/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 15/03/2013. DELIBERA-SE SOBRE A REELEICAO DE MEMBROS DA DIRETORIA.

REMANESCENTE DIEGO CARREIRO MESA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 297.886.318-86, RG/RNE: 30244119-0, RESIDENTE À RUA ARTHUR SOTER LOPES DA SILVA, 258, JARDIM ESMERALDA, SAO PAULO - SP, CEP 05367-140, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

REMANESCENTE CECILIA MARIA DOS SANTOS NOGUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 043.037.578-61, RG/RNE: 11124876, RESIDENTE À RUA JOAO LUSO, 59, APTO. 04, VILA TIBIRICA, SANTO ANDRE - SP, CEP 09130-150, COMO DIRETOR.

ELEITO REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4.408.702-3, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEITO SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7.774.321-0, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 144.016/13-8 SESSÃO: 15/04/2013

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO: BOLETIM DE SUBSCRICAO DE DEBENTURES CONVERSIVEIS EM ACOES.

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 01/03/2013. DELIBERAR SOBRE BOLETIM DE SUBSCRICAO DE DEBENTURES CONVERSIVEIS EM ACOES.

NUM.DOC: 172.850/13-7 SESSÃO: 06/05/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 19/04/2013. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRACAO EXAMINAR DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, RELATIVAS AO EXERCICIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012.

NUM.DOC: 398.578/13-8 SESSÃO: 18/10/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 11/10/2013. OS DIRETORE E OU PROCURADORES DESTA SOCIEDADE A PRESTAR GARANTIA COMO DEVEDOR SOLIDARIO EM FAVOR DA EMPRESA CONTERN CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA, NO CONTRATO DE PRESTACAO DE FIANCA N F158/13, FIRMADO COM O BANCO BTG PACTUAL S.,A

NUM.DOC: 435.656/13-2 SESSÃO: 05/11/2013

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 11/10/2013. DELIBERAR SOBRE A ANTECIPACAO DA DATA DA EMISSAO DA 4 (QUARTA)SERIE DAS DEBENTURES, ALTERANDO-SE A CLAUSULA 3.7 DA ESCRITURA; E A AUTORIZACAO PARA QUE A

EMISSORA PRATIQUE TODOS OS ATOS NECESSARIOS A FIM DE FORMALIZAR O ADITAMENTO A ESCRITURA. fls. 3917

NUM.DOC: 033.126/14-8 SESSÃO: 22/01/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 13/01/2014. APOS A PRESTACAO DOS DEVIDOS ESCLARECIMENTOS REFERENTES AS MATERIAS DA ORDEM DO DIA, OS ACIONISTAS DETENTORES DE 100% (CEM POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL, SEM QUAISQUER RESTRICOES, APROVARAM A SOCIEDADE A EMITIR CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 004/14, NO VALOR DE R$ 21.000.000,00 (VINTE E UM MILHOES DE REAIS), COM INICIO NA PRESENTE DATA E VENCIMENTO PREVISTO PARA 01 DE SETEMBRO DE 2014, COM ENCARGOS DE CDI 0,2158%, EQUIVALENTE A 2,50% A.A., EM FAVOR DO "BANCO BTG PACTUAL S.A." INSTITUICAO FINANCEIRA COM SEDE NA CIDADE E ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NA PRAIA DE BOTAFOGO, N 501 5 E 6 ANDARES, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O N 30.306.294/ 0001-45.

NUM.DOC: 107.327/14-4 SESSÃO: 24/03/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 10/03/2014. FOI APROVADA A REELEICAO DA ATUAL DIRETORIA DA COMPANHIA, SENDO REELEITOS OS SRS. REINALDO BERTIN, PORTADOR DA CEDULA DE IDENTIDADE RG N 4.408.702-3, INSCRITO NO CPF/MF SOB N 269.958.678-15 E SILMAR ROBERTO BERTIN, PORTADOR DA CEDULA DE IDENTIDADE RG N 7.774.321-0, INSCRITO NO CPF/MF SOB N 015.751.668-79, OS QUAIS, APOS ACEITAREM O CARGO DE DIRETORES SEM DESIGNACAO ESPECIFICA, TOMAM POSSE DE SEUS RESPECTIVOS CARGOS PARA UM MANDATO DE 01 (UM) ANO, COM TERMINO PREVISTO PARA 10/03/2015.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4408702-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 189.059/14-0 SESSÃO: 13/05/2014

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 24/04/2014.

NUM.DOC: 189.060/14-1 SESSÃO: 13/05/2014

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 24/04/2014.

NUM.DOC: 209.315/14-3 SESSÃO: 02/06/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 25/04/2014. I - APROVADAS INTEGRALMENTE E SEM RESERVAS AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, BEM COMO AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, RELATIVAS AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013; II - OS ACIONISTAS TOMARAM CONHECIMENTO DA CONTA DE LUCROS E DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS E DECIDIRAM PELA MANUTENCAO DOS LUCROS ACUMULADOS E PELA NAO DISTRIBUICAO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS E CONSEQUENTEMENTE SUA REVERSAO.

NUM.DOC: 401.394/14-1 SESSÃO: 02/10/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 05/09/2014. APOS A PRESTACAO DOS DEVIDOS ESCLARECIMENTOS REFERENTES AS MATERIAS DA ORDEM DO DIA, OS ACIONISTAS DETENTORES DE 100% (CEM POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL, SEM QUAISQUER RESTRICOES, APROVARAM A COMPANHIA A PRESTAR GARANTIA FIDEJUSSORIA NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE GARANTIDORA EM OBRIGACOES DE TERCEIROS, PODENDO OFERECER BENS A PENHORA, ALIENAR, CEDER E CONSTITUIR ONUS REAIS SOBRE SEUS BENS E ATIVOS NAS OPERACOES FIRMADAS PELA "CONCESSIONARIA SPMAR S.A." NO CONTRATO DE PRESTACAO DE FIANCA N 21/00837-X FIRMADO COM O BANCO DO BRASIL S.A. NO VALOR DE ATE R$ 50.000.000,00 (CINQUENTA MILHOES DE REAIS), BEM COMO AUTORIZAR SOMENTE EM RELACAO A ESTE CONTRATO, FUTUROS ADITAMENTOS, RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 428.300/14-5 SESSÃO: 22/10/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 01/10/2014. APOS A PRESTACAO DOS DEVIDOS ESCLARECIMENTOS REFERENTES AS MATERIAS DA ORDEM DO DIA, OS ACIONISTAS DETENTORES DE 100% (CEM POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL, SEM QUAISQUER RESTRICOES, APROVARAM A COMPANHIA A PRESTAR GARANTIA FIDEJUSSORIA NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE GARANTIDORA EM OBRIGACOES DE TERCEIROS, PODENDO, ASSINAR CONTRATO DE FINANCIAMENTO, ALTERACOES CONTRATUAIS, OFERECER BENS A PENHORA, ALIENAR, CEDER E CONSTITUIR ONUS REAIS SOBRE SEUS BENS E ATIVOS NAS OPERACOES FIRMADAS PELA "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.", EMPRESA COM SEDE NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 2012, 9 ANDAR, CONJUNTO 93, SALA 03, NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, CEP: 01451-000, INSCRITA NO CNPJ SOB O N 09.191.336/0001-53, ESPECIALMENTE NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 185.000.000,00 (CENTO E OITENTA E CINCO MILHOES DE REAIS) FIRMADO JUNTO A CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

NUM.DOC: 001.565/15-1 SESSÃO: 08/01/2015

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 22/12/2014. APOS A PRESTACAO DOS DEVIDOS ESCLARECIMENTOS REFERENTES AS MATERIAS DA ORDEM DO DIA, OS ACIONISTAS DETENTORES DE 100% (CEM POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL, SEM QUAISQUER RESTRICOES, APROVARAM A COMPANHIA A: I - PRESTAR GARANTIA FIDEJUSSORIA A "SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S.A.", INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 72.145.931/0001-99, EMPRESA COM SEDE NA AVENIDA PAULISTA, N 500, 5 E 6 ANDARES, BELA VISTA, CIDADE E ESTADO DE SAO PAULO, OBRIGANDO-SE ATRAVES DE INSTRUMENTOS CELEBRADOS POR ESCRITO, COMO FIADORA E PRINCIPAL PAGADORA DE "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.", EMPRESA COM SEDE NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 2012, 9 ANDAR, CONJUNTO 93, SALA 03, NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, CEP 01451-000, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 09.191.336/0001-53, RELATIVAMENTE AS OBRIGACOES ACESSORIAS E PRINCIPAIS ADVINDAS DO(S) CONTRATO(S) DE SEGURO GARANTIA FIRMADO(S) ENTRE A REFERIDA SEGURADORA E A "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.", O QUAL TEM POR OBJETO A EMISSAO DE APOLICES E DOCUMENTOS DE SEGURO, COSSEGURO E/OU RESSEGURO A DIVERSOS SEGURADOS, CONFORME SOLICITACOES FEITAS PELA "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.";II - RATIFICAR A ASSUNCAO DE OBRIGACOES, PELA SOCIEDADE, NOS MOLDES ACIMA DESCRITOS, OCORRIDA MEDIANTE A ASSINATURA, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE FIADORA, DO(S) CONTRATO(S) DE SEGURO-GARANTIA MENCIONADO(S) NO ITEM "I" ACIMA, BEM COMO RECONHECER QUE A CONCESSAO DA FIANCA ACIMA MENCIONADA ENCONTRA-SE EM PERFEITA CONSONANCIA COM OS INTERESSES E OBJETIVOS SOCIAIS, FICANDO PORTANTO AFASTADA QUALQUER POSSIBILIDADE DE SE VISLUMBRAR, EM SEU CONTRATO SOCIAL/ESTATUTO SOCIAL, QUALQUER PROIBICAO A PRESTACAO DA FIANCA EM TELA. DESSE MODO, A FIANCA OBJETO DESTA AUTORIZACAO SERA PERFEITAMENTE VALIDA E OPERANTE EM RELACAO A SOCIEDADE, AO CREDOR E A QUAISQUER TERCEIROS.

NUM.DOC: 046.523/15-7 SESSÃO: 28/01/2015

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 22/12/2014. APOS A PRESTACAO DOS DEVIDOS ESCLARECIMENTOS REFERENTES AS MATERIAS DA ORDEM DO DIA, OS ACIONISTAS DETENTORES DE 100% (CEM POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL, SEM QUAISQUER RESTRICOES, APROVARAM A COMPANHIA, A: I - PRESTAR GARANTIA FIDEJUSSORIA A "LIBERTY SEGUROS S.A.", SOCIEDADE ANONIMA COM SEDE NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, NA RUA DOUTOR GERALDO DE CAMPOS MOREIRA, N 110, 6 ANDAR, BROOKLIN NOVO - SAO PAULO/SP - CEP: 04571-020, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 61.550.141/0001-72, OBRIGANDO-SE ATRAVES DE INSTRUMENTOS CELEBRADOS POR ESCRITO, COMO FIADORA E PRINCIPAL PAGADORA DE "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.", EMPRESA COM SEDE NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 2012, 9 ANDAR, CONJUNTO 93, SALA 03, NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, CEP: 01451-000, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 09.191.336/0001-53, RELATIVAMENTE AS OBRIGACOES ACESSORIAS E PRINCIPAIS ADVINDAS DO(S) CONTRATO(S) DE SEGURO GARANTIA FIRMADO(S) ENTRE A REFERIDA SEGURADORA E A "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.", O QUAL TEM POR OBJETO A EMISSAO DE APOLICES E DOCUMENTOS DE SEGURO, COSSEGURO E/OU RESSEGURO A DIVERSOS SEGURADOS, CONFORME SOLICITACOES FEITAS PELA "CONCESSIONARIA SPMAR S.A.";II - RATIFICAR A ASSUNCAO DE OBRIGACOES, PELA SOCIEDADE, NOS MOLDES ACIMA DESCRITOS, OCORRIDA MEDIANTE A ASSINATURA, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE FIADORA, DO(S) CONTRATO(S) DE SEGURO-GARANTIA MENCIONADO(S) NO ITEM "I" ACIMA, BEM COMO RECONHECER QUE A CONCESSAO DA FIANCA ACIMA MENCIONADA ENCONTRA-SE EM PERFEITA CONSONANCIA COM OS INTERESSES E OBJETIVOS SOCIAIS, FICANDO PORTANTO AFASTADA QUALQUER POSSIBILIDADE DE SE VISLUMBRAR, EM SEU CONTRATO SOCIAL/ESTATUTO SOCIAL, QUALQUER PROIBICAO A PRESTACAO DA FIANCA EM TELA. DESSE MODO, A FIANCA OBJETO DESTA AUTORIZACAO SERA PERFEITAMENTE VALIDA E OPERANTE EM RELACAO A SOCIEDADE, AO CREDOR E A QUAISQUER TERCEIROS.

NUM.DOC: 158.825/15-9 SESSÃO: 10/04/2015

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 10/03/2015. DELIBERAR SOBRE A REELIECAO DA DIRETORIA DA COMPANHIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4408702-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

NUM.DOC: 323.759/15-4 SESSÃO: 24/07/2015

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 30/06/2015. AGE: DELIBERAR SOBRE A AUTORIZACAO DOS ACIONISTAS DA SOCIEDADE.

NUM.DOC: 851.077/16-0 SESSÃO: 28/01/2016

JC - Nº 1102956/13 DE 11/11/2013.. PROCESSO N. 583.00.2012. 170662-0. TRATA-SE DE OFICIO EXPEDIDO PELO MM. JUIZ DE DIREITO DA 30 VARA CIVEL DO FORUM CENTRAL CIVEL DA COMARCA DE SAO PAULO, ONDE FIGURA (M) COMO EXEQUENTE (S): VALTER LUIS MACEDO DE CARVALHAES PINHEIRO; MARCO ANTONIO VAZ CAPUTE; MARCOS ANTONIO GRECCO; E NELSON LUIZ BELOTTI DOS SANTOS, COMO EXECUTADO (S): HEBER PARTICIPACOES S/A (CNPJ 01.523.814/0001-73); FERNANDO ANTONIO BERTIN (CPF 001.854.238-76); NATALINO BERTIN (CPF 250.015.238-34); REINALDO BERTIN (CPF 269.958.678-15); E SILMAR ROBERTO BERTIN (CPF 015.751.668-79, PELO QUAL CERTIFICA, ATENDENDO A SOLICITACAO DOS

EXEQUENTES, PARA FINS DE AVERBACAO NO REGISTRO DE IMOVEIS, DE VEICULOS OU REGISTROS DE OUTROS BENS SUJEITOS A PENHORA OU ARRESTO (ARTIGO615 A DO CPC), QUE FOI DISTRIBUIDA, NO DIA 24/07/2012, A PRESENTE ACAO DE EXEC UCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL, SOB O N. DE PROCESSO SUPRA, CUJO VALOR DA CAUSA E: R$ 10.107.985,04.

NUM.DOC: 131.327/16-1 SESSÃO: 23/03/2016

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 10/03/2016. REELEICAO DE MEMBROS DA DIRETORIA

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.(BENS INDISPONIVEIS EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

NUM.DOC: 370.184/16-6 SESSÃO: 24/08/2016

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 09/08/2016. PUBLICOU ATA EM : 31/12/2013. OBS: NAS DEMONSTRACOES CONTABEIS DO EXERCICIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, PUBLICADAS NO DIA 24 DE ABRIL DE 2014 NESTE VEICULO, SAIU A SEGUINTE INCORRECAO NO RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES: NO PARAGRAFO BASE PARA OPINIAO COM RESSALVA SOBRE AS DEMONSTRACOES CONTABEIS, ONDE SE L : 'CONFORME MENCIONADO NA NOTA EXPLICATIVA N 7 S DEMONSTRACOES CONTABEIS, A COMPANHIA POSSUI VALORES A PAGAR COM PARTES RELACIONADAS, REGISTRADO NO PASSIVO NAO CIRCULANTE NO MONTANTE DE R$ 31 MIL, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013. ENTRETANTO, CONFORME PREVISAO NOS DECRETOS-LEI N S 6.306/2007 E11.330/2004, QUE TRATAM DA TRIBUTACAO DO IMPOSTO SOBRE OPERACOES FINANCEIRAS (IOF) E IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF), A EMPRESA ESTA SUJEITA AOS ENCARGOS TRIBUTARIOS DAS OPERACOES DE MUTUO EXISTENTES ENTRE AS PARTES RELACIONADAS. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, NAO FORAM APURADOS E REGISTRADOS ESTES ENCARGOS. CONSEQUENTEMENTE, NAO FOI POSSIVEL, DIANTE DAS CIRCUNST NCIAS, CONCLUIR SOBRE A ADEQUACAO DOS EFEITOS QUE PODERIAM IMPACTAR AS REFERIDAS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS. LEIA-SE CORRENTEMENTE: CONFORME MENCIONADO NA NOTA EXPLICATIVA N 7 S DEMONSTRACOES CONTABEIS, A COMPANHIA POSSUI VALORES A PAGAR COM PARTES RELACIONADAS, REGISTRADO NO PASSIVO NAO CIRCULANTE NO MONTANTE DE R$ 31 MIL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013. ENTRETANTO, CONFORME PREVISAO NO DECRETO N 6.306/2007 E NA LEI N 11.033/2004, QUE TRATAM, RESPECTIVAMENTE, DA TRIBUTACAO DO IMPOSTO SOBRE OPERACOES FINANCEIRAS (IOF) E IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF), A EMPRESA ESTA SUJEITA AOS ENCARGOS TRIBUTARIOS DAS OPERACOES DE MUTUO EXISTENTES ENTRE AS PARTES RELACIONADAS. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, NAO FORAM APURADOS E REGISTRADOS (PROVISIONADOS) ESTES ENCARGOS. CONSEQUENTEMENTE, NAO FOI POSSIVEL, DIANTE DAS CIRCUNST NCIAS, CONCLUIR SOBRE A ADEQUACAO DOS EFEITOS QUE PODERIAM IMPACTAR AS REFERIDAS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS.

NUM.DOC: 370.185/16-0 SESSÃO: 24/08/2016

ARQUIVAMENTO DE JORNAL, DE 09/08/2016. PUBLICOU ATA EM : 31/12/2013. OBS: NAS DEMONSTRACOES CONTABEIS DO EXERCICIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, PUBLICADAS NO DIA 24 DE ABRIL DE 2014 NESTE VEICULO, SAIU A SEGUINTE INCORRECAO NO RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES: NO PARAGRAFO BASE PARA OPINIAO COM RESSALVA SOBRE AS DEMONSTRACOES CONTABEIS, ONDE SE L : 'CONFORME MENCIONADO NA NOTA EXPLICATIVA N 7 S DEMONSTRACOES CONTABEIS, A COMPANHIA POSSUI VALORES A PAGAR COM PARTES RELACIONADAS, REGISTRADO NO PASSIVO NAO CIRCULANTE NO MONTANTE DE R$ 31 MIL, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013. ENTRETANTO, CONFORME PREVISAO NOS DECRETOS-LEI N S 6.306/2007 E11.330/2004, QUE TRATAM DA TRIBUTACAO DO IMPOSTO SOBRE OPERACOES FINANCEIRAS (IOF) E IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF), A EMPRESA ESTA SUJEITA AOS ENCARGOS TRIBUTARIOS DAS OPERACOES DE MUTUO EXISTENTES ENTRE AS PARTES RELACIONADAS. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, NAO FORAM APURADOS E REGISTRADOS ESTES ENCARGOS. CONSEQUENTEMENTE, NAO FOI POSSIVEL, DIANTE DAS CIRCUNST NCIAS, CONCLUIR SOBRE A ADEQUACAO DOS EFEITOS QUE PODERIAM IMPACTAR AS REFERIDAS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS. LEIA-SE CORRENTEMENTE: CONFORME MENCIONADO NA NOTA EXPLICATIVA N 7 S DEMONSTRACOES CONTABEIS, A COMPANHIA POSSUI VALORES A PAGAR COM PARTES RELACIONADAS, REGISTRADO NO PASSIVO NAO CIRCULANTE NO MONTANTE DE R$ 31 MIL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013. ENTRETANTO, CONFORME PREVISAO NO DECRETO N 6.306/2007 E NA LEI N 11.033/2004, QUE TRATAM, RESPECTIVAMENTE, DA TRIBUTACAO DO IMPOSTO SOBRE OPERACOES FINANCEIRAS (IOF) E IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF), A EMPRESA ESTA SUJEITA AOS ENCARGOS TRIBUTARIOS DAS OPERACOES DE MUTUO EXISTENTES ENTRE AS PARTES RELACIONADAS. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, NAO FORAM APURADOS E REGISTRADOS (PROVISIONADOS) ESTES ENCARGOS. CONSEQUENTEMENTE, NAO FOI POSSIVEL, DIANTE DAS CIRCUNST NCIAS, CONCLUIR SOBRE A ADEQUACAO DOS EFEITOS QUE PODERIAM IMPACTAR AS REFERIDAS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS.

NUM.DOC: 850.260/17-6 SESSÃO: 19/01/2017

JC - Nº 1185726/16 DE 09/12/2016.. PROCESSO N. 0059096-43.2016. 403.6182. TRATA-SE DE OFICIO N. 388/2016 EXPEDIDO PELO MM. JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE EXECUCOES FISCAIS DA 1 SUBSECAO JUDICIARIA DE SAO PAULO, ONDE FIGURA COMO

REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL E REQUERIDO: TINTO HOLDING LTDA E OUTROS, ENCAMINHA A JUCESP A DECISAO JUDICIAL PROFERIDA NOS AUTOS, DETERMINANDO EM SEDE DE LIMINAR, A INSDISPONIBILIDADE DOS BENS DE TINTO HOLDING LTDA., NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO E HEBER PARTICIPACOES S.A., ATE O VALOR LIMITE DO DEBITO DE R$ 3.197.148.574,37. ACRESCENTANDO-SE A INFORMACAO "BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016. 4.03.6182", AO LADO DOS NOMES DOS SOCIOS NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO NAS SOCIEDADES EM QUE CONSTAREM COMO SOCIOS. MANTENDO-SE A EXPRESSAO "PENDENCIA JUDICIAL" NA FOLHA DE FOSTO DA FICHA CADASTRAL. (MANIFESTACAO CJ/JUCESP N. 56/2017 D.P. 17/01/2017)

NUM.DOC: 133.489/17-6 SESSÃO: 22/03/2017

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 10/03/2017. ORDEM DO DIA: DELIBERAR SOBRE A REELEICAO DA DIRETORIA DA COMPANHIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR.

NUM.DOC: 002.178/7-000 SESSÃO: 07/07/2017

ESCRITURA DE DEBENTURE EMITIDA EM 29/06/2012, COM VENCIMENTO EM 31/07/2028, NOMINATIVA, NÃO CONVERSIVEL, GARANTIA REAL, AGENTE FIDUCIARIO NI, COM MONTANTE DE $ 1.120.000.000,00 (UM BILHÃO, CENTO E VINTE MILHÕES DE REAIS), COM VALOR UNITARIO DE $ 24.800.000,00 (VINTE QUATRO MILHÕES, OITOCENTOS MIL REAIS), TOTAL DE TÍTULOS IGUAL A: 40.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300418298
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 21/08/2017

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para GABRIELA DE FREITAS D AVILA : 03427096157. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 90154140, terça-feira, 22 de agosto de 2017 às 13:18:31.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA

DEFIS CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL S.A.

TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35300388186	08/12/2010	22/08/2017 13:19:23

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
19/11/2010	09.191.336/0001-53	

CAPITAL

R$ 1.000,00 (UM MIL REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: AV. BERNARDINO DE CAMPOS	NÚMERO: 98	
BAIRRO: PARAISO	COMPLEMENTO: 14 AD SL 9	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 04004-040	UF: SP

OBJETO SOCIAL

PESQUISAS DE MERCADO E DE OPINIÃO PÚBLICA
ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS POR CONTRATO OU COMISSÃO
HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

ALEXANDRE TUJISOKI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 051.364.688-40, RG/RNE: 14080974, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 201, 26AD, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5AD CJ 53, JD. PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-919, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ARQUIVAMENTOS

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

TRANSFORMADA DE NIRE 35221785697.

INCLUSÃO DE CNPJ 09.191.336/0001-53

NUM.DOC: 014.528/11-3 SESSÃO: 04/01/2011

MONITOR MERCANTIL, DE 10/12/2010. PUBLICOU ATA EM : 19/11/2010.

NUM.DOC: 014.529/11-7 SESSÃO: 04/01/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 10/12/2010. PUBLICOU ATA EM : 19/11/2010.

NUM.DOC: 056.296/11-3 SESSÃO: 08/02/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 20/01/2011. DELIBERACOES APROVADAS.

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA CONCESSIONARIA SPMAR S.A.. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 20/01/2011.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7.774.321 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E DIRETOR PRESIDENTE.

ELEITO NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4.406.781-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEITO REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4.406.782 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS, PONTES, TÚNEIS E SERVIÇOS RELACIONADOS. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 20/01/2011.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 9 ANDAR, CONJ, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 20/01/2011.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 056.297/11-7 SESSÃO: 08/02/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 20/01/2011. DELIBERACOES APROVADAS.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7.774.321, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E DIRETOR PRESIDENTE.

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 4.406.781-1, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4.406.782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE ALEXANDRE TUJISOKI , DOCUMENTO: 00000000001, CPF: 000.000.000-01 (CPF INCORRETO), COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEITO CARLOS MEDEIROS DE BRITTO PEREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 344.412.717-00, RG/RNE: 2647403, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEITO ROGERIO CAMARA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 261.638.518-03, RG/RNE: 237882255, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEITO RUBIA BERTIN DINIZ JUNQUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 117.868.988-37, RG/RNE: 24487559, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEITO PEDRO RACHE DE ANDRADE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 855.750.037-87, RG/RNE: 049202492, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 073.667/11-0 SESSÃO: 21/02/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 14/02/2011. DELIBERAR SOBRE A (I) AUTORIZACAO PARA QUE A COMPANHIA CONTRAIA DIVIDAS POR MEIO DE QUAISQUER INSTRUMENTOS, EM UMA OPERACAO ISOLADA OU OPERACOES SUCESSIVAS, NO MONTANTE TOTAL DE ATE R$2.600.000.000 (DOIS BILHOES, SEISCENTOS MILHOES DE REAIS) (EMPRESTIMO); (II) AUTORIZACAO DA COMPANHIA PARA CEDER FIDUCIARIAMENTE S EUS DIREITOS CREDITORIOS, CONFORME ABAIXO DEFINIDO; (III) AUTORIZACAO AOS DIRETORES DA COMPANHIA PARA QUE ESTES ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DO EMPRESTIMO E DA GARANTIA PREVISTA NO ITEM (II) ACIMA; E (IV) AUTORIZACAO PARA QUE A COMPANHIA CELEBRE TODOS OS INSTRUMENTOS PUBLICOS OU PRIVADOS DE GARANTIA REAL OU FIDEJUSSORIA DE QUALQUER NATUREZA RELATIVOS AOS EMPRESTIMOS.

NUM.DOC: 073.673/11-0 SESSÃO: 21/02/2011

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 546.526.400,00 (QUINHENTOS E QUARENTA E SEIS MILHÕES, QUINHENTOS E VINTE SEIS MIL, QUATROCENTOS REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 13/02/2011.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 13/02/2011. DELIBERAR A RESPEITO DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 073.674/11-4 SESSÃO: 21/02/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 14/02/2011. DELIBERAR SOBRE (I) A APROVACAO DA 1 EMISSAO, PELA COMPANHIA, DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, EM CONSONANCIA COM A INSTRUCAO DA COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS CVM N 4 76, DE 16 DE JANEIRO DE 2009 ("INSTRUCAO CVM 476"), COM VALOR NOMINAL UNITARIO DE R$ 1.000.000,00 (UM MILHAO DE REAIS) ("VALOR NOMINAL UNITARIO"), NO MONTANTE TOTAL DE R$ 300.000.000,00 (TREZENTOS MILHOES DE REAIS) (DEBENTURES E EMISS AO, RESPECTIVAMENTE); (II) A DEFINICAO DOS TERMOS E CONDICOES FINAIS DA EMISSA O, NOS TERMOS DO ARTIGO 59 DA LEI N 6.404/76; (III) AUTORIZACAO DA COMPANHIA PARA PRATICAR TODOS OS ATOS NECESSARIOS AO REGISTRO DAS DELIBERACOES ANTERIORES.

NUM.DOC: 074.238/11-5 SESSÃO: 22/02/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 20/01/2011. DELIBERAR A RESPEITO DA ALTERACAO DA DENOMINACAO SOCIAL DA CIA.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 12/02/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 20/01/2011. OBS: DELIBERAR A RESPEITO DA ALTERACAO DA DENOMINACAO SOCIAL DA CIA.

NUM.DOC: 074.239/11-9 SESSÃO: 22/02/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 20/01/2011. DELIBERAR A RESPEITO DA ALTERACAO DA DENOMINACAO SOCIAL DA CIA.

MONITOR MERCANTIL, DE 12/02/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 20/01/2011.

NUM.DOC: 074.242/11-8 SESSÃO: 22/02/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 20/01/2010. RECEBER A RENUNCIA DO SR.SILMAR ROBERTO BERTIN AO CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 12/02/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 20/01/2010. OBS: RECEBER A RENUNCIA DO SR.SILMAR ROBERTO BERTIN AO CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE.

NUM.DOC: 074.243/11-1 SESSÃO: 22/02/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 20/01/2010. RECEBER A RENUNCIA DO SR.SILMAR ROBERTO BERTIN AO CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE.

MONITOR, DE 12/02/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 20/01/2010. OBS: RECEBER A RENUNCIA DO SR.SILMAR ROBERTO BERTIN AO CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE.

NUM.DOC: 094.071/11-1 SESSÃO: 02/03/2011

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS, PONTES, TÚNEIS E SERVIÇOS RELACIONADOS. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 15/02/2011.

NUM.DOC: 096.252/11-0 SESSÃO: 10/03/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 14/02/2011. DELIBERAR SOBRE A APROVACAO DA 1 EMISSAO,PELA CIA DE DEBENTURES SIMPLES.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 25/02/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 14/02/2011. OBS: DELIBERAR SOBRE A APROVACAO DA 1 EMISSAO,PELA CIA DE DEBENTURES SIMPLES.

NUM.DOC: 096.253/11-3 SESSÃO: 10/03/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 14/02/2011. DELIBERAR SOBRE A APROVACAO DA 1 EMISSAO,PELA CIA DE

DEBENTURES SIMPLES.

MONITOR MERCANTIL, DE 25/02/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 14/02/2011.

NUM.DOC: 097.609/11-0 SESSÃO: 11/03/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 25/02/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 14/02/2011.

NUM.DOC: 097.610/11-2 SESSÃO: 11/03/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 14/02/2011. AUTORIZACAO PARA QUE A CIA CONTRAIA DIVIDA O MONTANTE TOTAL DE ATE R$2.600.000.000

MPNITOR MERCANTIL, DE 25/02/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 14/02/2011. OBS: AUTORIZACAO PARA QUE A CIA CONTRAIA DIVIDA O MONTANTE TOTAL DE ATE R$2.600.000.000.

NUM.DOC: 097.666/11-7 SESSÃO: 11/03/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 25/02/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 13/02/2011.

NUM.DOC: 097.667/11-0 SESSÃO: 11/03/2011

MONITOR MERCANTIL, DE 25/02/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 13/02/2011.

NUM.DOC: 142.321/11-4 SESSÃO: 13/04/2011

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 44067811, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4.406.782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE CARLOS MEDEIROS DE BRITTO PEREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 344.412.717-00, RG/RNE: 2647403, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

REMANESCENTE ROGERIO CAMARA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 261.638.518-03, RG/RNE: 237882255, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

REMANESCENTE RUBIA BERTIN DINIZ JUNQUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 117.868.988-37, RG/RNE: 24487559, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

REMANESCENTE PEDRO RACHE DE ANDRADE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 855.750.037-87, RG/RNE: 049202492, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 163.601/11-2 SESSÃO: 03/05/2011

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 44067811, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4.406.782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE CARLOS MEDEIROS DE BRITTO PEREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 344.412.717-00, RG/RNE: 2647403, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE ROGERIO CAMARA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 261.638.518-03, RG/RNE: 237882255, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

REMANESCENTE RUBIA BERTIN DINIZ JUNQUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 117.868.988-37, RG/RNE: 24487559, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

REMANESCENTE PEDRO RACHE DE ANDRADE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 855.750.037-87, RG/RNE: 049202492, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEITO ALEXANDRE TUJISOKI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 051.364.688-40, RG/RNE: 14.080.974, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO DE FARIA LIMA, 201, 26 ANDAR, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO DIRETOR.

ELEITO SERGIO RAY SANTILLAN, NACIONALIDADE ARGENTINA, CPF: 217.030.218-27, RG/RNE: V223559-S, RESIDENTE À ALAMEDA COTOVIA, 152, M DOS PASAROS, ALDEIA DA SERRA, BARUERI - SP, CEP 06428-210, COMO DIRETOR.

ELEITO MARCELO DE AFONSECA E SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 004.171.698-17, RG/RNE: 7.313.895-2, RESIDENTE À RUA JESUINO ARRUDA, 202, 11 ANDAR, ITAIM BIBI, SAO PAULO - SP, CEP 04532-080, COMO DIRETOR.

NUM.DOC: 192.813/11-0 SESSÃO: 03/05/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 07/05/2011. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 15/02/2011.

NUM.DOC: 192.738/11-2 SESSÃO: 23/05/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 07/05/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 15/04/2011.

NUM.DOC: 192.739/11-6 SESSÃO: 23/05/2011

MONITOR MERCANTIL, DE 07/05/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 15/04/2011.

NUM.DOC: 192.814/11-4 SESSÃO: 23/05/2011

MONITOR MERCANTIL, DE 07/05/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 15/02/2011.

NUM.DOC: 192.815/11-8 SESSÃO: 23/05/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 07/05/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 24/02/2011.

NUM.DOC: 192.816/11-1 SESSÃO: 23/05/2011

MONITOR MERCANTIL, DE 07/05/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 24/02/2011.

NUM.DOC: 201.967/11-0 SESSÃO: 30/05/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 25/02/2011. DELIBERAR SOBRE A ALTERACAO DE CNAE.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 07/05/2011. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 25/02/2011. OBS: DELIBERAR SOBRE A ALTERACAO DE CNAE.

NUM.DOC: 201.968/11-3 SESSÃO: 30/05/2011

MONITOR FINANCEIRO, DE 09/05/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 15/02/2011.

NUM.DOC: 381.907/11-9 SESSÃO: 23/09/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 09/09/2011. DELIBERACOES: 1. APROVACAO DA 2 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DE ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, COM VALOR NOMINAL UNITARIO DE R$ 1.000.000,00, EM CONSONANCIA COM A INSTRUCAO DA COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - CVM N 476, DE 16/01/2009, CONFORME ALTERADA, BEM COMO SOBRE OS SEUS TERMOS E CONDICOES; 2. A DEFINICAO DOS TERMOS E CONDICOES FINAIS DAS EMISSOES; E 3. AUTORIZACAO DA COMPANHIA PARA PRATICAR TODOS OS ATOS NECESSARIOS AO REGISTRO DAS DELIBERACOES ANTERIORES.

NUM.DOC: 421.233/11-4 SESSÃO: 24/10/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 06/09/2011. APROVACAO DA 2 EMISSAO, PELA CIA., DE DEBENTURES SIMPLES; DEFINICAO DOS TERMOS E CONDICOES FINAIS DA EMISSAO; AUTORIZACAO DA COMPANHIA PARA PRATICAR TODOS OS ATOS NECESSARIOS AO REGISTRO DAS DELIBERACOES ANTERIORES.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 27/09/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 06/09/2011. OBS: APROVACAO DA 2 EMISSAO, PELA CIA., DE DEBENTURES SIMPLES; DEFINICAO DOS TERMOS E CONDICOES FINAIS DA EMISSAO; AUTORIZACAO DA COMPANHIA PARA PRATICAR TODOS OS ATOS NECESSARIOS AO REGISTRO DAS DELIBERACOES ANTERIORES.

NUM.DOC: 421.234/11-8 SESSÃO: 24/10/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 06/07/2011. APROVACAO DA 2 EMISSAO, PELA CIA., DE DEBENTURES SIMPLES; DEFINICAO DOS TERMOS E CONDICOES FINAIS DA EMISSAO; AUTORIZACAO DA COMPANHIA PARA PRATICAR TODOS OS ATOS NECESSARIOS AO REGISTRO DAS DELIBERACOES ANTERIORES.

MONITOR MERCANTIL, DE 27/09/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 06/07/2011. OBS: APROVACAO DA 2 EMISSAO, PELA CIA., DE DEBENTURES SIMPLES; DEFINICAO DOS TERMOS E CONDICOES FINAIS DA EMISSAO; AUTORIZACAO DA COMPANHIA PARA PRATICAR TODOS OS ATOS NECESSARIOS AO REGISTRO DAS DELIBERACOES ANTERIORES.

NUM.DOC: 075.363/12-4 SESSÃO: 15/02/2012

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 09/12/2011. APROVAR AS ALTERACOES NO CONTRATO DE ADMINISTRACAO DE

CONTAS CELEBRADO EM 25DE FEVEREIRO DE 2011 ENTRE A COMPANHIA, O AGENTE FIDUCIARIO, CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOESS.A. ("CIBE INVESTIMENTOS") E BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE BANCO DEPOSITARIO ("BANCODEPOSITARIO") ("CONTRATO DE ADMINISTRACAO DE CONTAS"), DE FORMA A CONTEMPLAR MODIFICACOESSOLICITADAS PELA AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SAOPAULO - ARTESP; (II) AUTORIZAR A ASSINATURA PELO AGENTE FIDUCIARIO DO PRIMEIRO ADITAMENTO AOCONTRATO DE ADMINISTRACAO DE CONTAS, O QUAL SE ENCONTRA NO ANEXO A A PRESENTE ATA ("PRIMEIROADITAMENTO AO CONTRATO DE ADMINISTRACAO DE CONTAS"); (III) APROVAR AS ALTERACOES NO INST11LMENTOPARTICULAR DE CONTRATO DE CESSAO FIDUCIARIA DE DIREITOS CREDITORIOS E OUTRAS AVENCAS CELEBRADO EM 25DE FEVEREIRO DE 2011 ENTRE A COMPANHIA, O AGENTE FIDUCIARIO E O BANCO DEPOSITARIO ("CONTRATO DECESSAO FIDUCIARIA DE DIREITOS CREDITORIOS"), DE FORMA A CONTEMPLAR MODIFICACOES SOLICITADAS PELAAGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SAO PAULO -ARTESP; (IV) AUTORIZAR A ASSINATURA PELO AGENTE FIDUCIARIO DO PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTOPARTICULAR DE CONTRATO DE CESSAO FIDUCIARIA DE DIREITOS CREDITORIOS C OUTRAS A VENCAS, O QUAL SEENCONTRA NO ANEXO B A PRESENTE ATA ("PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE CESSAO FIDUCIARIA"):

NUM.DOC: 104.065/12-6 SESSÃO: 09/03/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 27/02/2012. AUTORIZAR A CONTRATACAO DE CEDULA DE CREDITO BANCARIO ("CCB") N 1177182 JUNTO AO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A., NO VALOR DE R$ 6.000.000,00 (SEIS MILHOES DE REAIS), COM VENCIMENTO EM 28.05.2012, ACRESCIDOS DE JUROS A TAXA CDI MAIS 10,03% AO ANO, AUTORIZANDO, IGUALMENTE, AS RENOVACOES E PRORROGACOES QUE SE FIZEREM NECESSARIAS; PARA TANTO, FICA DESDE JA A DIRETORIA E/OU OS PROCURADORE CONSTITUIDOS, AUTORIZADOS A PRATICAR TODOS OS ATOS NCESSARIOS PARA O FIEL CUMPRIMENTO DA DELIBERACAO ACIMA.

NUM.DOC: 124.328/12-0 SESSÃO: 09/03/2012

MONITOR MERCANTIL, DE 08/03/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 09/12/2011.

NUM.DOC: 124.324/12-5 SESSÃO: 19/03/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 16/02/2012. APROVACAO DA PRORROGACAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES OBJETO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO; AUTORIZACAO PARA A COMPANHIA CELEBRAR O SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE COTNRATO DE CESSAO FIDUCIARIA DE DIREITOS CREDITORIOS E OUTRAS AVENCAS DATADO DE 25/02/2011; AUTORIZACAO AOS DIRETORES DA CIA, PARA QUE ADOTEM TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS PARA A FORMALIZACAO DAS DELIBERACOES ANTERIORES.

NUM.DOC: 124.325/12-9 SESSÃO: 19/03/2012

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 16/02/2012. AUTORIZAR A PRORROGACAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES; AUTORIZAR A ASSINATURA PELO AGENTE FIDUCIARIO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO; APROVAR ALTERACOES NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS DATADO DE 25/02/2011; AUTORIZAR A ASSINATURA PELO FIDUCIARIO DO SEGUNDO ADITAMENTO AO CONSTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA E OUTRAS AVECAS; APROVAR ALTERACAO NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DO SEGUNDO ADITAMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES OUTRAS AVENCAS DATADO DE 25/02/2011; AUTORIZAR A ASSINATURA PELO AGENTE FIDUCIARIO DO PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA E OUTRAS AVENCAS;

NUM.DOC: 124.326/12-2 SESSÃO: 19/03/2012

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 16/02/2012. AUTORIZAR A PRORROGACAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES; AUTORIZAR A ASSINATURA PELO AGENTE FIDUCIARIO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO; APROVAR ALTERACOES NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS DATADO DE 25/02/2011; AUTORIZAR A ASSINATURA PELO FIDUCIARIO DO SEGUNDO ADITAMENTO AO CONSTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA E OUTRAS AVECAS; APROVAR ALTERACAO NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DO SEGUNDO ADITAMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES OUTRAS AVENCAS DATADO DE 25/02/2011; AUTORIZAR A ASSINATURA PELO AGENTE FIDUCIARIO DO PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA E OUTRAS AVENCAS;

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO CONFORME ATA, DATADA DE: 16/02/2012.

NUM.DOC: 124.327/12-6 SESSÃO: 19/03/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 08/03/2012. PUBLICOU ATA EM : 09/12/2011. OBS: AGD - (I) APROVAR AS ALTERACOES NO CONTRATO DE ADM. DE CONTAS CELEBRADO EM 25.02.2011 ENTRE A CIA , O AGENTE FIDUCIARIO, CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A ("CIBE INVESTIMENTOS") E BANCO DO BRASIL S.A, NA QUALIDADE DE BANCO DEPOSITARIO ("BANCO DEPOSITARIO") ("CONTRATO DE ADM DE CONTAS"), DE FORMA A CONTEMPLAR MODIFICACOES SOLICITADAS PELA

AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DE TRASPORTES DO ESTADO DE SAO PAULO - ARTESP (II) AUTORIZAR A ASSINATURA PELO AGENTE FIDUCIARIO DO PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE ADM DE CONTAS ("PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE ADM CONTAS"); (III) APROVAR AS ALTERACOES NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSAO FIDUCIARIA DE DIREITOS CREDITORIOS E OUTRAS AVENCAS CELEBRADO EM 25/02/2011 ENTRE A CIA. O AGENTE FIDUCIARIO E O BANCO DEPOSITARIO ("CONTRATO DE CESSAO FIDUCIARIA DE DIREITOS CREDITORIOS") DE FORMA CONTEMPLAR MODIFICACOES SOLICITADAS PELA AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICIOS FIDUCIARIO DO PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSAO FIDUCIARIA DE DIREITOS CREDITORIOS E OUTRAS AVANCAS ("PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE CESSAO FIDUCIARIO"); (V)APROVAR AS ALTERACOES DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS CELEBRADO EM 25/02/2011 ENTRE A CIA , O AGENTE FIDUCIARIO, CONTEM CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA ("CONTEM") E CIBE INVESTIMENTOS ("CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES"), DE FORMA A RETIFICAR O NUMERO DE ACOES DETIDAS POR CADA UM DOS ACIONISTAS DA CIA (VI) AUTORIZAR A ASSINATURA, PELA CIA, PELO AGENTE FIDUCIARIO DO PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS ("PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA"), (VII) DELIBERAR SOBRE A INCONSISTENCIA VERIFICADA NA DECLARACAO PRESTADA PELA EMISSORANA ESCRITURA COM RELACAO A DIVISAO DO CAPITAL DA CIA, MAIS ESPECIFICAMENTE AO NUMERO DE ACOES DETIDAS POR SEUS ACIONISTAS E (VIII) POR FIM, P RATICAR TODOS OS ATOS NECESSARIOS AO REGISTRO DA PRESENTE ATA , BEM COMO A ASSINATURA DE TODOS E QUAISQUER DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA DAR CUMPRIMENTO AS DELIBERACOES ORA TOMADAS.

NUM.DOC: 151.018/12-1 SESSÃO: 11/04/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 29/03/2012. DELIBERAR ACERCA DA EMISSAO DE CEDULA DE CREDITO BANCARIO EM FAVOR DO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

NUM.DOC: 200.906/12-4 SESSÃO: 18/05/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 26/04/2012. PUBLICOU ATA EM : 31/12/2011. OBS: BALANCO PATRIMONIAL DE 31/12/2011.

NUM.DOC: 200.907/12-8 SESSÃO: 18/05/2012

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 26/04/2012. PUBLICOU ATA EM : 31/12/2011. OBS: BALANCO PATRIMONIAL DE 31/12/2011.

NUM.DOC: 213.635/12-4 SESSÃO: 21/05/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 16/02/2012. OBS: DELIBERA-SE SOBRE: APROVACAO DA PRORROGACAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES OBJETO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES.

NUM.DOC: 213.636/12-8 SESSÃO: 21/05/2012

EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 16/02/2012. OBS: DELIBERA-SE SOBRE: APROVACAO DA PRORROGACAO DO PRAZO DE VENCIMENTO DAS DEBENTURES OBJETO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES.

NUM.DOC: 257.732/12-3 SESSÃO: 19/06/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 29/03/2012.

NUM.DOC: 257.733/12-7 SESSÃO: 19/06/2012

EMP E NEG, DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 27/02/2012. OBS: DELIBERAR ACERCA DA EMISSAO DE CEDULA DE CREDITO BANCARIO EM FAVOR DO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

NUM.DOC: 257.734/12-0 SESSÃO: 19/06/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 29/03/2012. OBS: DELIBERAR ACERCA DA EMISSAO DE CEDULA DE CREDITO BANCARIO EM FAVOR DO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

NUM.DOC: 257.735/12-4 SESSÃO: 19/06/2012

EMP E NEG, DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 27/02/2012. OBS: DELIBERAR SOBRE A ANALISE E APROVACAO DE CONTRATACAO DE EMPRESTIMO JUNTO AO BANCO INDUSTRIA E COMERCIAL S.A.

NUM.DOC: 269.607/12-2 SESSÃO: 27/06/2012

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 18/05/2012. ORDEM DO DIA: (I) CONCEDER AUTORIZACAO AO AGENTE FIDUCIARIO PARA LIBERAR E EXTINGUIR OS DIREITOS DE GARANTIA CRIADOS PELO CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES DA CIBE INVESTIMENTOS (CONFORME DEFINIDO NA ESCRITURA); (II) EXCLUIR TODAS AS HIPOTESES DE VENCIMENTO ANTECIPADO DISPOSTAS NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1A EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A., CELEBRADO EM 15 DE FEVEREIRO DE 2011, CONFORME ADITADO DE TEMPOS EM TEMPOS, (C~JT URA) REFERENTES AO VENCIMENTO

ANTECIPADO CRUZADO DAS INTERVENIENTES GARANTIDOR AS; (III) CONCEDER ANUENCIA PARA O M&A (CONFORME ABAIXO DEFINIDO). O QUAL RESULTARA NA ALTERACAO DO CONTROLE ACIONARIO DA COMPANHIA, CONFORME ANE~EJ A PRESENTE ATA; (IV) AUTORIZAR A ASSINATURA, PELO AGENTE FIDUCIARIO, DOS ADITAMENTOS A ESCRITURA E AOS CONTRATOS DE GARANTIA (CONFORME DEFINIDOS NA ESCRITURA) E DOS DEMAIS INSTRUMENTOS DESCRITOS NESTA ATA PARA EFETIVACAO DAS DE~ ACOES TOMADAS; E (V) AUTORIZAR PREVIAMENTE O AGENTE FIDUCIARIO DECLARAR ANTECIPA E VENCIDAS TODAS AS OBRIGACOES OBJETO DA ESCRITURA E EXIGIR O IMEDIATO PAGAMENTO, PELA COMAPANHIA E PELAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS, DE TODOS OS VALORES DEVIDOS NOS TERMOS DA ESCRITURA, CASO A COMPANHIA, OS INTERVENIENTES GARANTIDORES E A INFRABERTIN NAO CUMPRAM COM DETERMINADAS OBRIGACOES.

NUM.DOC: 283.269/12-1 SESSÃO: 28/06/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA EM : 16/02/2012. OBS: A ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS, TEVE SUA ORDEM DO DIA BASEADA NA DISCUSSAO DE APROVACAO NA ALTERACAO NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURISTAS SIMPLES, NAO CONVEERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA.

NUM.DOC: 283.270/12-3 SESSÃO: 28/06/2012

EMP E NEG, DE 04/05/2012. PUBLICOU ATA EM : 16/02/2012. OBS: A ATA DA ASSEBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS, TEVE SUA ORDEM DO DIA BASEADA NA DISCUSSAO DE APROVACOES NA ALTERACAO NO INSTRUMENTO PARTICULAR DA ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURISTAS SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES , EM SERIE UNICA , DA ESPECIE QUIROGRAFARIA.

NUM.DOC: 309.514/12-5 SESSÃO: 18/07/2012

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 21/06/2012. DELIBERAR ACERCA DA RETIFICACAO E RATIFICACAO DAS DELIBERACOES CONSTANTES DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2012, E REGISTRADA PERANTE A JUCESP.

NUM.DOC: 313.026/12-9 SESSÃO: 19/07/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 29/06/2012. DELIBERAR A RESPEITO DA INTEGRALIZACAO PARCIAL DO CAPITAL SUBSCRITO DA COMPANHIA NO MONTANTE DE R$ 258.999.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E OITO MILHOES, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE MIL REAIS)

NUM.DOC: 345.990/12-2 SESSÃO: 06/08/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 03/07/2012. A APROVACAO DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES , EM SERIE UNICA DA ESPECIE QUIROGRAFARIA COM GARANTIA ADICIONAL , PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO , DA CONCESSIONARIA , A FIM DE REFLETIR ALTERACOES DECORRENTES DA REORGANIZACAO SOCIETARIA ENVOLVENDO O GRUPO BERTIN E O GRUPO ATLANTIA, BEM COMO AS DEMAIS ALTERACOES NECESSARIAS EM RAZAO DAS DELIBERACOES REALIZADAS PELOS DEBENTURISTAS DAS DEBENTURES DA AGD REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2012.

NUM.DOC: 356.272/12-6 SESSÃO: 15/08/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 03/08/2012. ADMISSAO DE NOVOS DIRETORES A CIA.

REMANESCENTE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 44067811, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4.406.782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE RUBIA BERTIN DINIZ JUNQUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 117.868.988-37, RG/RNE: 24487559, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

REMANESCENTE PEDRO RACHE DE ANDRADE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 855.750.037-87, RG/RNE: 049202492, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE ALEXANDRE TUJISOKI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 051.364.688-40, RG/RNE: 14.080.974, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO DE FARIA LIMA, 201, 26 ANDAR, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO DIRETOR.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE SERGIO RAY SANTILLAN, NACIONALIDADE ARGENTINA, CPF: 217.030.218-27, RG/RNE: V223559-S, RESIDENTE À ALAMEDA COTOVIA, 152, M DOS PASAROS, ALDEIA DA SERRA, BARUERI - SP, CEP 06428-210, COMO DIRETOR.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE MARCELO DE AFONSECA E SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 004.171.698-17, RG/RNE: 7.313.895-2, RESIDENTE À RUA JESUINO ARRUDA, 202, 11 ANDAR, ITAIM BIBI, SAO PAULO - SP, CEP 04532-080, COMO DIRETOR.

ELEITO JOSE CARLOS MEDEIROS DE BRITTO PEREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 344.412.717-00, RG/RNE: 2.647.403, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEITO JOSE ALBERTO OLIVEIRA BETHONICO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 501.276.676-87, RG/RNE: MG-1.215.362, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEITO WENDEL DA SILVA CALEFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 271.306.078-82, RG/RNE: 25.551.704, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 362.251/12-5 SESSÃO: 17/08/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 07/08/2012. DELIBERAR SOBRE APROVACAO DE ALTERACOES NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIOAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A. DATADA DE 15 DE FEVEREIRO DE 2011.

NUM.DOC: 365.227/12-2 SESSÃO: 20/08/2012

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 13/08/2012. APROVAR ALTERACOES NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A. DATADO DE 15 DE FEVEREIRO DE 2011; AUTORIZAR A ASSINATURA PELO AGENTE FIDUCIARIO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES; APROVAR ALTERACOES NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS, DATADO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011; AUTORIZAR A ASSINATURA PELO AGENTE FIDUCIARIO DO QUARTO ADITAMENTO AO CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA E OUTRAS AVENCAS; AUTORIZAR A ASSINATURA PELO AGENTE FIDUCIARIO DO TERCEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE CESSAO FIDUCIARIA DE DIREITO CREDITORIOS E OUTRAS AVENCAS; APROVAR ALTERACOES NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PENHOR EM TERCEIRO GRAU DE COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO, CELEBRADO EM 10 DE JULHO DE 2012, ENTRE A COMPANHIA, O AGENTE FIDUCIARIO E BRACOL HOLDING LTDA; E AUTORIZAR A ASSINATURA PELO AGENTE FIDUCIARIO DO PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE PENHOR EM TERCEIRO GRAU.

NUM.DOC: 440.074/12-5 SESSÃO: 08/10/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 14/09/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 03/07/2012.

NUM.DOC: 440.075/12-9 SESSÃO: 08/10/2012

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 14/09/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 03/07/2012. OBS: APROVACAO DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES.

NUM.DOC: 453.534/12-0 SESSÃO: 16/10/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 25/09/2012. APROVACAO E CONTROLE DO ORCAMENTO ANUAL DA COMPANHIA; APROVACAO DO PROJETO DE CERTIFICACAO ISO 9001 E A IMPLATACAO DA POLITICA DE QUALIDADE; DEMONSTRACOES DO RESULTADO DO EXERCICIO DE AGOSTO DE 2011 E AGOSTO DE 2012; CONTRATACAO DE SEGURO PARA OS EXECUTIVOS E ALTERACAO DAS PROCURACOES FINANCEIRAS OUTORGADAS AO CSCL.

NUM.DOC: 472.502/12-8 SESSÃO: 29/10/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 19/10/2012. PUBLICOU ATA EM : 18/05/2012.

NUM.DOC: 472.503/12-1 SESSÃO: 29/10/2012

MONITOR MERCANTIL, DE 29/10/2012. PUBLICOU ATA EM : 18/05/2012.

NUM.DOC: 472.504/12-5 SESSÃO: 29/10/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 19/10/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 03/08/2012.

NUM.DOC: 472.505/12-9 SESSÃO: 29/10/2012

NEGOCIOS E EMPRESAS, DE 19/10/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 03/08/2012.

NUM.DOC: 472.506/12-2 SESSÃO: 29/10/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 18/10/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 03/07/2012.

NUM.DOC: 472.507/12-6 SESSÃO: 29/10/2012

MONITOR MERCANTIL, DE 18/10/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 03/07/2012.

NUM.DOC: 472.508/12-0 SESSÃO: 29/10/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 18/10/2012. PUBLICOU ATA EM : 13/08/2012.

NUM.DOC: 472.509/12-3 SESSÃO: 29/10/2012

MONITOR MERCANTIL, DE 18/10/2012. PUBLICOU ATA EM : 13/08/2012.

NUM.DOC: 472.510/12-5 SESSÃO: 29/10/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 18/10/2012. PUBLICOU ATA EM : 21/06/2012.

NUM.DOC: 472.511/12-9 SESSÃO: 29/10/2012

MONITOR MECANTIL, DE 18/10/2012. PUBLICOU ATA EM : 21/06/2012.

NUM.DOC: 472.514/12-0 SESSÃO: 29/10/2012

MONITOR MERCANTIL, DE 18/10/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 29/06/2012.

NUM.DOC: 472.515/12-3 SESSÃO: 29/10/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 18/10/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 29/06/2012.

NUM.DOC: 472.522/12-7 SESSÃO: 29/10/2012

MONITOR MERCANTIL, DE 18/10/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 07/08/2012.

NUM.DOC: 472.523/12-0 SESSÃO: 29/10/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 18/10/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 07/08/2012.

NUM.DOC: 473.464/12-3 SESSÃO: 30/10/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 27/09/2012. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011; DELIBERAR SOBRE O RESULTADO DO EXECICICIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

NUM.DOC: 487.581/12-0 SESSÃO: 05/11/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 23/10/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 25/09/2012.

NUM.DOC: 487.582/12-3 SESSÃO: 05/11/2012

MONITOR MERCANTIL, DE 23/10/2012. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 25/09/2012.

NUM.DOC: 516.346/12-0 SESSÃO: 04/12/2012

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE NATALINO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 250.015.238-34, RG/RNE: 44067811, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND. CJ.53, JD.PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-919, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEITO JOSE CARLOS DE MORAES FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 017.127.778-31, RG/RNE: 12.375.348-X, RESIDENTE À RUA BARRA DO UNA, 435, CON.MARAMBAIA, SAO PAULO - SP, CEP 13280-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEITO REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4.406.782, RESIDENTE À RUA TREZE DE MAIO, 200, APTO.114, LINS - SP, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE ALEXANDRE TUJISOKI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 051.364.688-40, RG/RNE: 14080974, RESIDENTE À AV.BRIGADEIRO FARIA LIMA, 201, 26 ANDAR, PINHEIROS, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

NUM.DOC: 516.346/12-0 SESSÃO: 05/12/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 19/10/2012. DELIBERAR SOBRE (I) O PEDIDO DE RENUNCIA DE UM MEMBRO DE CONSELHEIRO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA; (II) A ELEICAO DE UM NOVO MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA E (III) REELEICAO DOS DEMAIS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO.

NUM.DOC: 516.347/12-3 SESSÃO: 05/12/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 19/10/2012. DELIBERAR SOBRE NOMEACAO DE UM CONSELHEIRO PARA O CARGO DE PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À RUA TRZE DE MAIO, 200, APTO. 114, LINS - SP, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO E PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

NUM.DOC: 545.893/12-4 SESSÃO: 20/12/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 13/11/2012. ELEICAO DE DIRETOR DA COMPANHIA.

ELEITO MARCOS ABREU FONSECA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 022.741.988-02, RG/RNE: 7785141-9 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 545.894/12-8 SESSÃO: 20/12/2012

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 11/11/2012. ACEITAR A RENUNCIA DO DIRETOR DA COMPANHIA. SR. JOSE ALBERTO OLIVEIRA BETHONICO.

NUM.DOC: 031.352/13-3 SESSÃO: 21/01/2013

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 10/01/2013. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 11/11/2012.

NUM.DOC: 031.353/13-7 SESSÃO: 21/01/2013

MONITOR FINANCEIRO, DE 10/01/2013. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 11/11/2012.

NUM.DOC: 031.354/13-0 SESSÃO: 21/01/2013

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 10/01/2013. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 13/11/2012.

NUM.DOC: 031.355/13-4 SESSÃO: 21/01/2013

MONITOR MERCANTIL, DE 10/01/2013. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 13/11/2012.

NUM.DOC: 033.656/13-7 SESSÃO: 24/01/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 07/01/2013. ELEICAO DE MEMBRO DA DIRETORIA DA COMPANHIA.

ELEITO RICARDO LEONEL D'ERCOLE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 060.112.868-01, RG/RNE: 8320896-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR - CJ., JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR.

NUM.DOC: 057.029/13-1 SESSÃO: 04/02/2013

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 882.595.010,00 (OITOCENTOS E OITENTA E DOIS MILHÕES, QUINHENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, DEZ REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 28/12/2012.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 28/12/2012. DELIBERA-SE SOBRE O AUMENTO DE CAPITAL DA CIA.

NUM.DOC: 071.130/13-5 SESSÃO: 14/02/2013

DIARIO OFICIAL EMPRESARIAL, DE 31/01/2013. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 07/01/2013.

NUM.DOC: 071.131/13-9 SESSÃO: 14/02/2013

MONITOR MERCANTIL, DE 31/01/2013. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 07/01/2013.

NUM.DOC: 080.265/13-3 SESSÃO: 20/02/2013

DELIBERACOES: ACEITAR A RENUNCIA DO SR. JOSE CARLOS MEDEIROS DE BRITTO PEREIRA, DO CARGO QUE OCUPA NA DIRETORIA DA COMPANHIA.

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 04/02/2013. SAIDA DE MEMBRO DA DIRETORIA.

NUM.DOC: 104.264/13-5 SESSÃO: 06/03/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 26/02/2013. DELIBERAR SOBRE APROVACAO DA SOCIEDADE PARA EFETUAR ALTERACAO DA CLAUSULA 5.1.1 "AQUISICAO FACULTATIVA"DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSAO , A FIM DE PERMITIR A AQUISICAO PARCIAL DAS DEBENTURES PELA CIA, AQUISICAO FACULTATIVA DE 206 DE DEBENTURES PELA CIA EM 01 DE MARCO DE 2013 PELO VALOR NOMINAL UNITARIO ACRESCIDO DA REMUNERACAO DEVIDA A DATA DA AQUISICAO FACULTATIVA NOS TERMOS DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES E SERIE UNICA DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL DA CONCESSIONARIA SMPAR S.A.BEM COMO QUANTO CONSEQUENTE CANCELAMENTO DAS MESMAS.

NUM.DOC: 105.362/13-0 SESSÃO: 08/03/2013

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 27/02/2013. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 04/02/2013.

NUM.DOC: 105.363/13-3 SESSÃO: 08/03/2013

MONITOR MERCANTIL, DE 27/02/2013. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 04/02/2013.

NUM.DOC: 110.581/13-1 SESSÃO: 11/03/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 22/11/2012. DELIBERAR SOBRE: APROVACAO DO ORCAMENTO DA COMPANHIA REFERENTE AO EXERCICIO DE 2013, DEMONSTRACAO DOS RESULTADOS DO PERIODO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2012, FATOS RELEVANTES DA OPERACAO DA CONCESSIONARIA E EVOLUCAO DO BNDES.

NUM.DOC: 116.869/13-6 SESSÃO: 15/03/2013

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 08/03/2013. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 28/12/2012.

NUM.DOC: 116.870/13-8 SESSÃO: 15/03/2013

MONITOR MERCANTIL, DE 08/03/2013. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 28/12/2012.

NUM.DOC: 117.525/13-3 SESSÃO: 18/03/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 26/02/2013. DELIBERAR SOBRE APROVACAO PARA SOXIEDADE FIRMAR CONTRATO DE FINANCIMENTO MEDIANTE REPASSE DE RECURSOS DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL - BNDES NO VALOR DE R$ 1.528.225.542,52 E CONTRATO DE FIANNCIAMENTO A INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - FINISA NO VALOR DE R$ 365.000.000,00 AMBOS FIRMADOS COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

NUM.DOC: 124.260/13-5 SESSÃO: 26/03/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 26/02/2013. DELIBERA-SE SOBRE APROVAR A SOCIEDADE A FIRMAR CONTRATO DE CESSAO FIDUCIARIA DE DIREITOS CREDITORIOS COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

NUM.DOC: 124.921/13-9 SESSÃO: 27/03/2013

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 15/03/2013.

NUM.DOC: 124.922/13-2 SESSÃO: 27/03/2013

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 15/03/2013.

NUM.DOC: 161.984/13-7 SESSÃO: 29/04/2013

ARQUIVAMENTO DE ATA, DATADA DE: 27/02/2013. DELIBERACOES: (I) APROVAR A ALTERACAO A CLAUSULA 5.1.1 DA ESCRITURA, QUE PASSAR A VIGER, A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA DO QUADRO ADITAMENTO A ESCRITURA; (II) AUTORIZAR A ASSINATURA, PELO AGENTE FIDUCIARIO, DO QUADRO ADITAMENTO A ESCRITURA; (III) APROVOU POR MEIO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA REALIZADA EM 26/02/2013, A AQUISICAO FACULTATIVA DE 206 DEBENTURES.

NUM.DOC: 172.851/13-0 SESSÃO: 06/05/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 19/04/2013. I)TOMAR CONTA DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS REFERENTES A 2012, II) APROVAR A DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DO MESMO ANO, BEM COMO A DISTRIBUICAO DOS DIVIDENDOS.

NUM.DOC: 334.922/13-6 SESSÃO: 30/08/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 02/07/2013. CORRIGIR O NUMERO DE ACOES FORMAL E O BOLETIM DE SUBSCRICAO, REFERENTE AO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA REALIZADO NA AGE DE 28.12.2012 REGISTRADA NA JUCESP SOB O NUMERO 057.029/13-1, EM SESSAO DE 04.02.2013.

NUM.DOC: 347.031/13-4 SESSÃO: 05/09/2013

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 24/08/2013. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 19/04/2013.

NUM.DOC: 347.032/13-8 SESSÃO: 05/09/2013

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 24/08/2013. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 19/04/2013.

NUM.DOC: 351.805/13-8 SESSÃO: 13/09/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 03/09/2013. DELIBERAR SOBRE APROVACAO PARA SOCIEDADE EMITIR CEDULA DE CREDITO BANCARIO, NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 30.000.000,00 EM FAVOR DE BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A - BIC BANCO , COM VENCIMENTO EM 45 DIAS A CONTAR DA DATA DE SUA EMISSAO.

NUM.DOC: 373.194/13-4 SESSÃO: 23/09/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 06/05/2013. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

ELEITO ALBERTO LUIZ LODI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 666.535.766-04, RG/RNE: M2965126 - MG, RESIDENTE A AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 9 ANDAR - SAL, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR.

NUM.DOC: 396.736/13-0 SESSÃO: 15/10/2013

DIARIO OFICIAL EMPRESARIAL, DE 27/09/2013. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 02/07/2013.

NUM.DOC: 396.737/13-4 SESSÃO: 15/10/2013

EMPREGOS E NEGOCIOS, DE 27/09/2013. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 02/07/2013.

NUM.DOC: 436.960/13-8 SESSÃO: 07/11/2013

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 27/09/2013. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 06/05/2013.

NUM.DOC: 436.961/13-1 SESSÃO: 07/11/2013

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 27/09/2013. PUBLICOU ATA: A.R.C.A. EM : 06/05/2013.

NUM.DOC: 460.258/13-8 SESSÃO: 03/12/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 24/10/2013. APROVAR A EMISSAO DE CEDULA DE CREDITO BANCARIA PARA A COMPANHIA , EM FAVOR DO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. BIC BANCO.

NUM.DOC: 463.133/13-4 SESSÃO: 04/12/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 04/10/2013. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE ALBERTO LUIZ LODI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 666.535.766-04, RG/RNE: M2965126, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 9 ANDAR - SAL, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR.

NUM.DOC: 482.594/13-5 SESSÃO: 20/12/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 25/11/2013. APROVAR PARA A SOCIEDADE O CONTRATO DE SEGUNDO ADITAMENTO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO EM FAVOR DO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. - BIC BANCO.

NUM.DOC: 482.595/13-9 SESSÃO: 20/12/2013

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 25/11/2013. APROVAR PARA A SOCIEDADE EMITIR CEDULA DE CREDITO BANCARIO, EM FAVOR DO BANCO ONDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. - BIC BANCO.

NUM.DOC: 033.129/14-9 SESSÃO: 22/01/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 06/01/2014. APROVACAO DA EMISSAO, PELA CIA., DE CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 1246142, CEDULAS DE CREDITO BANCARIO NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHOES DE REAIS) EM FAVOR DO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. - BIC BANCO, ENTRE 06.01.14 E 05/02/14, BEM COMO SUAS PRORROGACOES E RESPECTIVOS ADITAMENTOS.

NUM.DOC: 040.365/14-1 SESSÃO: 24/01/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 18/12/2013. OS CONSELHEIROS, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, SEM QUAISQUER RESERVAS OU OPOSICOES, DELIBERARAM, APROVAR:A - A AUTORIZACAO PARA A SOCIEDADE FIRMAR O TERMO DE PERMISSAO DE USO COM A "MRS LOGISTICA S.A.", POSSIBILITANDO AS CONSECUCOES DA OBRA DO TRECHO LESTE DO RODOANEL MARIO COVAS NO EXATO PONTO DE INTERSECCAO COM A LINHA FERREA DA MRS, LOCALIZADA NO MUNICIPIO DE RIBEIRAO PIRES, ONDE SERA CONSTRUIDO UM TUNEL SUBTERRANEO DENOMINADO OAE 90,970, MESMO ESTANDO CIENTE DA PREVISAO DAS CONTRAPARTIDA DA SPMAR, POIS SEM ESTA NAO PODERA DAR ANDAMENTO AS OBRAS DO RODOANEL LESTE, QUE SE REFEREM A, ALEM DO PAGAMENTO ANUAL DO VALOR DE R$ 8.796,15 (OITO MIL, SETECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E QUINZE CENTAVOS), ANUALMENTE REAJUSTADA PELA VARIACAO NOMINAL DO IGP-M DA FGV - FUNDACAO GETULIO VARGAS, TAMBEM DA CONSTRUCAO IMEDIATA E A SEU EXCLUSIVO CUSTO DE UM VIADUTO FERROVIARIO COM NO MINIMO 10 METROS DE LARGURA PARA ACOMODAR ATE 2 (DUAS) LINHAS FERREAS DA SEGREGACAO SUDESTE, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I DO REFERIDO TERMO DE PERMISSAO DE USO, SENDO QUE, CASO NAO SEJA ESTA CONSTRUCAO INICIADA JUNTAMENTE COM AS OBRAS DO RODOANEL LESTE, PODERA INCIDIR MULTA NO VALOR DE R$ 20.000.000,00 (VINTE MILHOES DE REAIS). VALOR IGUAL INCIDIRA CASO A SPMAR NAO INICIE A OBRA EM ATE 30 (TRINTA) DIAS DA DATA DO CRONOGRAMA ESTABELECIDO NO ANEXO II.B - AUTORIZAR A SOCIEDADE A OUTORGAR PROCURACAO AOS SRS. RODRIGO MIRANDA E RENATO CARNEVALLI CINTRA E SRAS. CAMILA MIASSO DE SOUZA SILVA E JULIANA JERONYMO JORVINO, COM PODERES PARA OS OUTORGADOS, SEMPRE EM CONJUNTO DE DOIS E INDEPENDENTE DA ORDEM DE NOMEACAO, REPRESENTA-LA PERANTE QUAISQUER INSTITUICOES FINANCEIRAS E/OU BANCARIAS, OS QUAIS TERAO PODERES PARA ASSINAR PROPOSTAS DE ABERTURA OU CANCELAMENTO DE CONTAS CORRENTES, ASSINAR E EMITIR CHEQUES, ASSINAR CONTRATOS DE SERVICOS BANCARIOS, AUTORIZAR DEBITOS E TRANSFERENCIAS DE SALDOS POR MEIO ELETRONICO OU ATRAVES DE CARTA OU CHEQUE, SOLICITAR INFORMACOES DE SALDOS DE CONTAS CORRENTES, EMISSAO DE TED, REQUISITAR TALOES DE CHEQUES, RECEBER E DAR QUITACAO,

FAZER APLICACOES FINANCEIRAS, EFETUAR PAGAMENTOS ATRAVES DE GUIAS, CONVENIOS, PAGAMENTOS COM CODIGO DE BARRA, ACESSAR/MOVIMENTAR O GERENCIADOR FINANCEIRO PARA PAGAMENTO DE ICMS, EFETUAR CRIACAO DE SENHA DE ACESSO, ENFIM, PRATICAR TODOS OS ATOS NECESSARIOS AO BOM E FIEL CUMPRIMENTO DO MANDATO, NOS TERMOS QUE DELE CONSTAR.

NUM.DOC: 157.763/14-6 SESSÃO: 29/04/2014

DIARIO OFICIAL EMPRESARIAL, DE 22/03/2014.

NUM.DOC: 157.764/14-0 SESSÃO: 29/04/2014

EMPREGOS E NEGOCIOS, DE 22/03/2014.

NUM.DOC: 188.797/14-2 SESSÃO: 13/05/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 16/04/2014. I - APROVAR, INTEGRALMENTE E SEM RESERVAS, O RELATORIO DA ADMINISTRACAO, AS NOTAS EXPLICATIVAS, O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES, BEM COMO O BALANCO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA "COMPANHIA", RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, PREPARADOS PELA DIRETORIA, DE ACORDO COM AS REGRAS CONTABEIS E PELA LEI N 6.404/76, AS QUAIS FORAM COLOCADAS, PELOS DIRETORES, A DISPOSICAO DOS ACIONISTAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 133, DA SUPRACITADA LEI. OS DOCUMENTOS ORA APROVADOS FORAM AUTENTICADOS PELA MESA E FICAM ARQUIVADOS NA SEDE DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 130, 1 , ALINEA "A", DA LEI N 6.404/76; II - EM RELACAO A DESTINACAO DO RESULTADO APURADO PELA COMPANHIA NO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, CONSIGNAR QUE FOI REGISTRADO PREJUIZO, NO MONTANTE DE R$ 592.000,00 (QUINHENTOS E NOVENTA E DOIS MIL REAIS), O QUAL SERA DESTINADO A CONTA DOS PREJUIZOS ACUMULADOS, RAZAO PELA QUAL NAO SERAO DISTRIBUIDOS DIVIDENDOS OBRIGATORIOS.

NUM.DOC: 190.110/14-4 SESSÃO: 14/05/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 27/01/2014. I - APROVAR A PREVISAO ORCAMENTARIA DOS CUSTOS E DESPESAS DO ANO DE 2014, ANEXO I, NO QUAL FORAM CONSIDERADOS COMO PRINCIPAIS PREMISSAS PARA APROVACAO: DESENVOLVIMENTO DO ORCAMENTO DE FORMA CONJUNTA ENTRE DIRETORIA, GERENTES E COORDENADORES; O ORCAMENTO APROVADO SERA A LINHA DE BASE PARA MONITORAR O DESEMPENHO DA CONCESSIONARIA; OS DIRETORES, GERENTES E COORDENADORES SERAO OS RESPONSAVEIS PELA DISSEMINACAO DA CULTURA DO CONTROLE ORCAMENTARIO E AUSTERIDADE DE GASTOS; OS ACIONISTAS CONSIDERAM QUE O OBJETIVO PRINCIPAL E A MANUTENCAO DA MARGEM DE EBITDA EM 70% (DEMONSTRACOES EM IFRS), QUE SERA O PRINCIPAL INDICADOR PARA AVALIAR O DESEMPENHO DOS EXECUTIVOS DA COMPANHIA; II - APROVAR OS PREMIOS ANUAIS PARA A EQUIPE DA CONCESSIONARIA, QUE SERAO VINCULADOS AO PLANO DE METAS PARA 2014, QUE SERA APROVADO EM OUTRA REUNIAO PELO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA ATE O DIA 30 DE JULHO DE 2014; E III - APROVAR AS DEMONSTRACOES DOS RESULTADOS DA COMPANHIA NO EXERCICIO DE 2013.

NUM.DOC: 246.837/14-7 SESSÃO: 26/06/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 29/05/2014. APOS DISCUTIDAS AS MATERIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA, OS CONSELHEIROS, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, SEM QUAISQUER RESERVAS OU OPOSICOES, DELIBERARAM, APROVAR A EMISSAO DE CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 1259625, NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 1.630.000,00 (UM MILHAO, SEISCENTOS E TRINTA MIL REAIS) EM FAVOR DO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. - BIC BANCO, COM EMISSAO EM 29.05.2014 E VENCIMENTO EM 18.08.2014, SOBRE O QUAL INCIDIRA ENCARGOS DE 100% DO CDI MAIS 10,03% A.A., BEM COMO AUTORIZAR DESDE JA EVENTUAIS PRORROGACOES E RESPECTIVOS ADITAMENTOS.

NUM.DOC: 251.161/14-6 SESSÃO: 04/07/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 26/05/2014. DELIBERAR SOBRE A RETIFICACAO DO NUMERO TOTAL DE ACOES REPRESENTATIVAS DO CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO, DISPOSTO NO ITEM 4.4 DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE 02 DE JULHO DE 2013, ARQUIVADA NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO ("JUCESP") SOB O N 334.922/13-6.

ARQUIVAMENTO DE RE-RATIFICAÇÃO: RE - RATIFICACAO - OUTROS - REGISTRAR QUE, POR UM EQUIVOCO FORMAL, CONSTOU INCORRETAMENTE O NUMERO TOTAL DE ACOES REPRESENTATIVAS DO CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO, DISPOSTO NO ITEM 4.4 DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE 02 DE JULHO DE 2013, ARQUIVADA NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO ("JUCESP") SOB O N 334.922/13-6.

NUM.DOC: 325.757/14-8 SESSÃO: 20/08/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 31/07/2014. REELEGER COMO MEMBROS DA DIRETORIA DA COMPANHIA, A FIM DE QUE REINICIEM NOVO MANDATO A PARTIR DE 04.08.2014, ENCERRANDO-SE EM 03.08.2015, PERMITINDO-SE A REELEICAO, OS SENHORES: WENDEL DA SILVA CALEFFI, MARCOS ABREU FONSECA E RICARDO LEONEL D'ERCOLE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE WENDEL DA SILVA CALEFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 271.306.078-82, RG/RNE: 25551704 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE MARCOS ABREU FONSECA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 022.741.988-02, RG/RNE: 7785141-9 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE RICARDO LEONEL D'ERCOLE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 060.112.868-01, RG/RNE: 8320896-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 401.416/14-8 SESSÃO: 02/10/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 05/09/2014. APOS DISCUTIDAS AS MATERIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA, OS CONSELHEIROS, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, SEM QUAISQUER RESERVAS OU OPOSICOES, DELIBERARAM APROVAR A CONTRATACAO DA PRESTACAO DE FIANCA (CONTRATO N 21/00837-X) COM O BANCO DO BRASIL S.A. NO VALOR DE ATE R$ 50.000.000,00 (CINQUENTA MILHOES DE REAIS) INCLUINDO TODOS OS ATOS NECESSARIOS AO EVENTUAL ACIONAMENTO DA CARTA DE FIANCA PELO BENEFICIARIO.

NUM.DOC: 414.641/14-0 SESSÃO: 14/10/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 03/10/2014. I - INSTALADA A ASSEMBLEIA, APOS A DISCUSSAO DA MATERIA DA ORDEM DO DIA, OS PRESENTES DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM QUAISQUER RESTRICOES APROVAR A INTEGRALIZACAO POR PARTE DO ACIONISTA "TONIOLO BUSNELLO" DO VALOR DE R$ 11.034.867,00 (ONZE MILHOES, TRINTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS) ATRAVES DO APORTE DA QUANTIA ACIMA DESCRITA, EM DINHEIRO, NA COMPANHIA, DEVIDAMENTE CONTABILIZADOS COMO AFAC;II - DO TOTAL DISPONIBILIZADO DE R$ 13.886.861,05 (TREZE MILHOES, OITOCENTOS E OITENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E UM REAIS E CINCO CENTAVOS), ACIMA DESCRITO, FOI APLICADO O DESCONTO DE R$ 2.851.994,05 (DOIS MILHOES, OITOCENTOS E CINQUENTA E UM MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E CINCO CENTAVOS), DEVIDAMENTE ACORDADO ENTRE OS ACIONISTAS "INFRA BERTIN" E "TONIOLO BUSNELLO", E INTEGRALIZADO O TOTAL DE R$ 11.034.867,00 (ONZE MILHOES, TRINTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS) SENDO QUE SE REFERE A SUBSCRICAO DE 16.804.702 (DEZESSEIS MILHOES, OITOCENTAS E QUATRO MIL, SETECENTAS E DUAS) ACOES, CONFORME ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2013.

NUM.DOC: 415.650/14-8 SESSÃO: 15/10/2014

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 1.405.908.571,00 (UM BILHÃO, QUATROCENTOS E CINCO MILHÕES, NOVECENTOS E OITO MIL, QUINHENTOS E SETENTA E UM REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 06/10/2014.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 06/10/2014. DELIBERAR A RESPEITO DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA, BEM COMO DA INTEGRALIZACAO DE R$ 523.313.561,00 (QUINHENTOS E VINTE E TRES MILHOES, TREZENTOS E TREZE MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E UM REAIS) DO CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 425.251/14-7 SESSÃO: 16/10/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 01/10/2014. DELIBERAR SOBRE: I - APROVACAO PARA SOCIEDADE FIRMAR CONTRATO DE FINANCIAMENTO NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 185.000.000,00 (CENTO E OITENTA E CINCO MILHOES DE REAIS) JUNTO A CAIXA ECONOMICA FEDERAL; II APROVAR AS ALTERACOES NO CONTRATO FIN ISA, N 0407.158-11, NO VALOR DE R$ 365.000.000,00 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO MILHOES DE REAIS) CELEBRADO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL EM 15/03/2013, A FIM DE ALTERAR O CRONOGRAMA DE REPOSICAO PACTUADO; E III - ESTENDER AS GARANTIAS CEDIDAS NO CONTRATO FINISA N 0407.158-11 E CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE N 0391.565-82 A FIM DE ESTENDER AS GARANTIAS AO CONTRATO FINISA NO VALOR DE R$ 185.000.000,00 (CENTO E OITENTA E CINCO MILHOES DE REAIS).

NUM.DOC: 428.721/14-0 SESSÃO: 23/10/2014

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 1.412.408.571,00 (UM BILHÃO, QUATROCENTOS E DOZE MILHÕES, QUATROCENTOS E OITO MIL, QUINHENTOS E SETENTA E UM REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 10/10/2014.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 10/10/2014. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ARQUIVAMENTO DE RE-RATIFICAÇÃO: RE - RATIFICACAO - OUTROS - INSTALADA A ASSEMBLEIA, APOS A DISCUSSAO DA MATERIA DA ORDEM DO DIA, OS PRESENTES DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM QUAISQUER RESTRICOES: I - REGISTRAR QUE, POR UM EQUIVOCO FORMAL, CONSTOU INCORRETAMENTE O NUMERO TOTAL DE ACOES REPRESENTATIVAS DO CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO, DISPOSTO NO ITEM "5.2" DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE 06 DE OUTUBRO DE 2014; II - EM RAZAO DAS RETIFICACOES APROVADAS ACIMA, ALTERAR O ARTIGO 5 DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 002.153/15-4 SESSÃO: 08/01/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 26/12/2014. APOS DISCUTIDAS AS MATERIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA, OS CONSELHEIROS, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, SEM QUAISQUER RESERVAS OU OPOSICOES, DELIBERARAM, APROVAR A EMISSAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 1272473, NO VALOR DE R$ 700.000,00 (SETECENTOS MIL REAIS) CONTRATADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2014, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 26 DE MARCO DE 2015, JUNTO AO "BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A." COM SEDE SOCIAL EM SAO PAULO, CAPITAL, NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 4.440,

INSCRITO NO CNPJ SOB O N 07.450.604/0001-89, BEM COMO AUTORIZAR SOMENTE EM RELACAO A ESTE CONTRATO FUTURAS CONTRATACOES E ADITAMENTOS NO LIMITE DE ATE R$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHOES DE REAIS), RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 003.683/15-1 SESSÃO: 12/01/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 15/12/2014. APOS DISCUTIDAS AS MATERIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA, OS CONSELHEIROS, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, SEM QUAISQUER RESERVAS OU OPOSICOES, DELIBERARAM, APROVAR A ASSINATURA DO CONTRATO PARA PRESTACAO DE FIANCA NO VALOR NOMINAL DE ATE R$ 60.000.000,00 (SESSENTA MILHOES DE REAIS) JUNTO AO BANCO BTG PACTUAL, TENDO COMO BENEFICIARIA A AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SAO PAULO - ARTESP, BEM COMO OS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS DE GARANTIA ACESSORIOS PREVISTOS NO CONTRATO, AUTORIZANDO OS DIRETORES DA COMPANHIA A ADOTAR QUAISQUER PROVIDENCIAS QUE SE FACAM NECESSARIAS PARA O FIEL CUMPRIMENTO DA PRESENTE DELIBERACAO.

NUM.DOC: 031.226/15-2 SESSÃO: 16/01/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 22/12/2014. APOS DISCUTIDAS AS MATERIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA, OS CONSELHEIROS, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, SEM QUAISQUER RESERVAS OU OPOSICOES, DELIBERARAM, APROVAR A ASSINATURA DO CONTRATO DE SEGURO GARANTIA JUNTO A "SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S.A.", O QUAL TEM POR OBJETO A EMISSAO DE APOLICE E DOCUMENTOS DE SEGURO, COSSEGURO E/OU RESSEGURO A DIVERSOS SEGURADOS, CONFORME SOLICITACOES FEITAS PELA "COMPANHIA".

NUM.DOC: 047.552/15-3 SESSÃO: 28/01/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 22/12/2014. APOS DISCUTIDAS AS MATERIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA, OS CONSELHEIROS, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, SEM QUAISQUER RESERVAS OU OPOSICOES, DELIBERARAM, APROVAR A ASSINATURA DO CONTRATO DE SEGURO GARANTIA JUNTO A "LIBERTY SEGUROS S.A.", O QUAL TEM POR OBJETO A EMISSAO DE APOLICE E DOCUMENTOS DE SEGURO, COSSEGURO E/OU RESSEGURO A DIVERSOS SEGURADOS, CONFORME SOLICITACOES FEITAS PELA "COMPANHIA".

NUM.DOC: 105.106/15-0 SESSÃO: 05/03/2015

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 1.445.030.571,00 (UM BILHÃO, QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO MILHÕES, TRINTA MIL, QUINHENTOS E SETENTA E UM REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 09/01/2015.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 09/01/2015. DELIBERAR SOBRE O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA COM EMISSAO DE NOVAS ACOES.

NUM.DOC: 123.929/15-5 SESSÃO: 19/03/2015

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 07/03/2015.

NUM.DOC: 123.930/15-7 SESSÃO: 19/03/2015

EMPRESAS & NEGOCIOS, DE 09/03/2015.

NUM.DOC: 137.511/15-2 SESSÃO: 27/03/2015

ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO PUBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN N 28 DE 06/10/2014 E CNJ N 42 DE 31/10/2014.

NUM.DOC: 246.914/15-4 SESSÃO: 10/06/2015

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 30/04/2015. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, RELATIVAS AO EXERCICIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, DEVIDAMENTE PUBLICADAS NO DIARIO OFICIAL EMPRESARIAL DO ESTADO DE SAO PAULO (PAG. 06 A 09), DO DIA 07 DE MARCO DE 2015, E JORNAL EMPRESAS & NEGOCIOS (PAG. 05 A 06), DOS DIAS 07 A 09 DE MARCO DE 2015, CONFORME ANEXO.

NUM.DOC: 311.099/15-4 SESSÃO: 20/07/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 29/06/2015. DELIBERAR SOBRE APROVACAO PARA SOCIEDADE EMITIR A CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 1278372, NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 15.371.000,00 (QUINZE MILHOES, TREZENTOS E SETENTA E UM MIL REAIS) EM FAVOR DO BANCO INSDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. BIC BANC O, COM EMISSAO EM 06.07.2015 E VENCIMENTO EM 06.08.2015, BEM COMO AUTORIZAR SUAS PRORROGACOES E RESPECTIVOS ADITAMENTOS.

NUM.DOC: 387.659/15-8 SESSÃO: 31/08/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 10/08/2015. DELIBERAR SOBRE APROVACAO PARA SOCIEDADE EMITIR A CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 1279462, NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 15.371.000,00 (QUINZE MILHOES, TREZENTOS E SETENTA E UM MIL REAIS) EM FAVOR DO BANCO INSDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. BIC BANC O, COM EMISSAO EM 12.08.2015 E VENCIMENTO EM 26.01.2016, BEM COMO AUTORIZAR SUAS PRORROGACOES E RESPECTIVOS ADITAMENTOS.

NUM.DOC: 398.581/15-0 SESSÃO: 08/09/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 03/08/2015. DELIBERAR SOBRE: (I) A REELEICAO DOS DIRETORES SEM

DESIGNACAO ESPECIFICA DA COMPANHIA. fls. 3937

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE MARCOS ABREU FONSECA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 022.741.988-02, RG/RNE: 7785141-9 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE RICARDO LEONEL D'ERCOLE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 060.112.868-01, RG/RNE: 8320896-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 398.582/15-4 SESSÃO: 08/09/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 02/08/2015. DELIBERAR SOBRE: (I) A RENUNCIA DE DIRETOR SEM DESIGNACAO ESPECIFICA DA COMPANHIA.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE WENDEL DA SILVA CALEFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 271.306.078-82, RG/RNE: 25.551.704, RESIDENTE À AV.BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD.PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 472.182/15-8 SESSÃO: 21/10/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 30/06/2015. ARCA: DELIBERAR SOBRE: I. APROVACAO PARA A COMPANHIA FIRMAR O 3 ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE N 0391.565-82 CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE FINANCIAMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES; II. APROVACAO PARA A COMPANHIA FIRMAR O 4 ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO N 0407.158-11 PROMOVENDO ALTERACOES NO CONTRATO FINISA I; III. APROVACAO PARA A COMPANHIA FIRMAR O 3 ADITIVO AO CONTRATO DE ADMINISTRACAO DE CONTAS, FIRMADO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL; IV. APROVACAO PARA A COMPANHIA FIRMAR O 3 ADITIVO AO CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS; V. APROVACAO PARA A COMPANHIA FIRMAR O 3 ADITIVO AO CONTRATO DE SUPORTE DE ACIONISTAS, FIRMADO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL;

NUM.DOC: 479.000/15-3 SESSÃO: 21/10/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 21/09/2015. A ELEICAO DE NOVO MEMBRO DA DIRETORIA

ELEITO ALMIR BITTENCOURT PACELI JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 383.381.648-10, RG/RNE: 46391054 - SP, RESIDENTE À RUA ELZIRA ANTONIA DA SILVA FERRAZONI, 80, PARQUE ALTO DA BOA, LINS - SP, CEP 16402-151, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

NUM.DOC: 481.805/15-1 SESSÃO: 26/10/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 20/07/2015. APROVACAO PARA A COMPANHIA FIRMAR O 4 ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE N 0391.565-82 CONTRATADO COM O BNDES, FIRMADO COM A CEF, APROVACAO DA COMPANHIA FIRMAR O 5 ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO N 0407.158-11 PROMOVENDO ALTERACOES NO CONTRATO FINISA I, BEM COMO O 2 ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO N 449.012-36, PROMOVENDO ALTERACOES NO FINISA II, FIRMADOS COM A CEF; APROVACAO PARA A COMPANHIA FIRMAR O 4 ADITIVO AO CONTRATO DE ALIENACAO FIDUCIARIA DE ACOES E OUTRAS AVENCAS E O 4 ADITIVO AO CONTRATO DE CESSAO FIDUCIARIA DE DIREITOS CREDITORIOS E EMERGENTES DE CONCESSAO E OUTRAS AVENCAS, FIRMADOS COM A CEF.

NUM.DOC: 481.807/15-9 SESSÃO: 26/10/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 16/10/2015. DELIBERAR SOBRE A APROVACAO PARA SOCIEDADE FIRMAR ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTACAO DE FIANCA JUNTO AO BANCO BTG PACTUAL, A FIM DE CONSTAR (I) QUE O VALOR NOMINAL DA FIANCA PASSA A SER DE R$ 10.000.000,00 (DEZ MILHOES DE REAIS) (II); QUE SEU VENCIMENTO SERA EM 28 DE SETEMBRO DE 2016 E (III) AUTORIZACAO, EM RELACAO AOS CONTRATOS DESCRITOS NESTA ATA, FUTUROS ADITAMENTOS, RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 507.408/15-9 SESSÃO: 12/11/2015

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 19/10/2015. REELEICAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JOSE CARLOS DE MORAES FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 017.127.778-31, RG/RNE: 12375348-X - SP, RESIDENTE À RUA BARRA DO UNA, 435, COND. MARAMBA, N/I, VINHEDO - SP, CEP 13280-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 9 ANDAR, CJ., JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 9 ANDAR, CJ., JARDIM

PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

NUM.DOC: 851.064/16-4 SESSÃO: 28/01/2016

CANCELADO POR ORDEM JUDICIAL, CONFORME DETERMINACAO REGISTRADA SOB N. 857.308/16-6 DE 18/05/2016.

NUM.DOC: 134.898/16-3 SESSÃO: 30/03/2016

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 16/03/2016.

NUM.DOC: 134.899/16-7 SESSÃO: 30/03/2016

JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS, DE 16/03/2016.

NUM.DOC: 857.308/16-6 SESSÃO: 18/05/2016 PENDÊNCIA JUDICIAL

JC - Nº 1074330/16 DE 28/04/2016.. PROCESSO N. 0170662-71.2012. 8.26.0100. TRATA-SE DE OFICIO EXPEDIDO PELO(A) MM. JUIZ(A) DE DIREITO DA 30. VARA CIVEL DO FORO CENTRAL CIVEL DA COMARCA DE SAO PAULO/SP, NOS AUTOS DA ACAO DE EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL ONDE FIGURA(M) COMO REQUERENTE(S): VALTER LUIS MACEDO DE CARVALHAES PINHEIRO E OUTROS E COMO REQUERIDO(S): HEBER PARTICIPACOES S/A E OUTROS, POR MEIO DO QUAL DETERMINOU QUE EFETUE O CANCELAMENTO DA ANOTACAO DE 13/01/2016, PROTOCOLO N. 1102956/13-2, AVERBADA NO REGISTRO DESTA EMPRESA. REMOVENDO-SE A EXPRESSAO "ANOTACAO JUDICIAL" NA FOLHA DE ROSTO DA FICHA CADASTRAL DA EMPRESA SUPRACITADA, TENDO EM VISTA QUE A REFERIDA EMPRESA NAO COMPOE O POLO PASSIVO DA ACAO EPIGRAFADA A SEQUER HA DETERMINACAO DE DESCONSIDERACAO DA PERSONALIDADE JURIDICA EM SEU DESFAVOR. APONDO-SE A EXPRESSAO "CANCELADO POR ORDEM JUDICIAL" AO LADO DO ARQUIVAMENTO N. 851.064/16-4. SESSAO DE 28/01/2016, EM ESTRITO CUMPRIMENTO DA R. DECISAO. (MANIFESTACAO CJ/JUCESP N. 948/2016 D.P. 16/05/2016).

NUM.DOC: 386.216/16-2 SESSÃO: 09/09/2016

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 15/04/2016. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, RELATIVAS AO EXERCICIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

NUM.DOC: 488.157/16-0 SESSÃO: 11/11/2016

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 28/07/2016. DELIBERAR SOBRE: (I) APROVACAO PARA A COMPANHIA FIRMAR O 5 ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE N 0391.565-82 CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES, FIRMADO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL, A FIM DE ALTERAR AS DEFINICOES DE CONTA RESERVA , BEM COMO ALTERAR O CRONOGRAMA DE PRAZOS DE CARENCIA E AMORTIZACAO, A INCIDENCIA DE JUROS, GARANTIAS, OBRIGACOES ESPECIAIS DA BENEFICIARIA E DAS ACIONISTAS E (II) APROVACAO PARA A COMPANHIA FIRMAR O 6 ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO N 0407.158-11 (SUBCREDITOS N 0407.158-11, N 407.159-25 E N 407.160-54) PROMOVENDO ALTERACOES NO CONTRATO FINISA.

NUM.DOC: 488.173/16-4 SESSÃO: 11/11/2016

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 28/09/2016. DELIBERAR SOBRE A APROVACAO PARA A COMPANHIA FIRMAR O 4 ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTACAO DE FIANCA JUNTO AO BANCO BTG PACTUAL, A FIM DE CONSTAR, QUE O VALOR NOMINAL DA FIANCA PASSA A SER DE R$ 10.000.000,00 (DEZ MILHOES DE REAIS) QUE SEU VENCIMENTO SERA EM 28 DE JANEIRO DE 2017, QUE A COMISSAO PAGA AO BANCO PASSARA A SER DE 4,5% (QUATRO INTEIROS E CINCO DECIMOS POR CENTO) AO ANO, COM BASE DE 360 DIAS SOBRE O VALOR DA FIANCA.

NUM.DOC: 488.174/16-8 SESSÃO: 11/11/2016

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 20/10/2016. DELIBERAR SOBRE APROVACAO PARA A COMPANHIA FIRMAR O 6 ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE REPASSE N 0391.565-82 CONTRATADO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES, FIRMADO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL, A FIM DE SUSPENDER A COBRANCA DOS PERIODOS INADIMPLIDOS PELA COMPANHIA, ATE 15 DE FEVEREIRO DE 2017, DATA EM A COMPANHIA SE COMPROMETE A PAGA-LAS INTEGRALMENTE, ACRESCIDAS DE TODOS OS ENCARGOS E MULTAS, AJUSTADOS NO CONTRATO DE REPASSE E, APROVACAO PARA A COMPANHIA FIRMAR O 7 ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO FINISA I N 0407.158-11 (SUBCREDITOS N 0407.158-11, N 407.159-25 E N 407.160-54) A FIM DE SUSPENDER A COBRANCA DOS PERIODOS INADIMPLIDOS PELA COMPANHIA, ATE 15 DE FEVEREIRO DE 2017, DATA EM A COMPANHIA SE COMPROMETE A PAGA-LAS INTEGRALMENTE, ACRESCIDAS DE TODOS OS ENCARGOS E MULTAS, AJUSTADOS NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO FINISA I.

NUM.DOC: 850.261/17-0 SESSÃO: 19/01/2017

JC - Nº 1185726/16 DE 09/12/2016.. PROCESSO N. 0059096-43.2016. 403.6182. TRATA-SE DE OFICIO N. 388/2016 EXPEDIDO PELO MM. JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE EXECUCOES FISCAIS DA 1 SUBSECAO JUDICIARIA DE SAO PAULO, ONDE FIGURA COMO REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL E REQUERIDO: TINTO HOLDING LTDA E OUTROS, ENCAMINHA A JUCESP A DECISAO JUDICIAL PROFERIDA NOS AUTOS, DETERMINANDO EM SEDE DE LIMINAR, A INSDISPONIBILIDADE DOS BENS DE TINTO HOLDING LTDA., NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO E HEBER PARTICIPACOES S.A., ATE O VALOR LIMITE DO DEBITO DE R$ 3.197.148.574,37. ACRESCENTANDO-SE A INFORMACAO "BENS

INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016. 4.03.6182", AO LADO DOS NOMES DOS SOCIOS NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO NAS SOCIEDADES EM QUE CONSTAREM COMO SOCIOS. MANTENDO-SE A EXPRESSAO "PENDENCIA JUDICIAL" NA FOLHA DE FOSTO DA FICHA CADASTRAL. (MANIFESTACAO CJ/JUCESP N. 56/2017 D.P. 17/01/2017)

NUM.DOC: 171.847/17-9 SESSÃO: 13/04/2017

CARTA RENÚNCIA DATADA DE: 08/03/2017, DE JOSE CARLOS DE MORAES FILHO, CPF 017.127.778-31, RG / RNE: 12375348-X.

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 9 ANDAR, CJ., JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 9 ANDAR, CJ., JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE JOSE CARLOS DE MORAES FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 017.127.778-31, RESIDENTE À RUA BARRA DO UNA, 435, COND. MARAMBA, N/I, VINHEDO - SP, CEP 13280-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

NUM.DOC: 194.842/17-4 SESSÃO: 02/05/2017

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 06/04/2017. PUBLICOU ATA EM : 31/12/2016. OBS: DEMONSTRACOES CONTABEIS REFERENTES AOS EXERCICIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015.

NUM.DOC: 194.843/17-8 SESSÃO: 02/05/2017

ARQUIVAMENTO DE JORNAL, DE 06/04/2017. PUBLICOU ATA EM : 31/12/2016. OBS: DEMONSTRACOES CONTABEIS REFERENTES AOS EXERCICIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015.

SESSÃO: 19/06/2017

ANOTACAO DE 19/06/2017, PROTOCOLO N. 1108228/17-3, PROCESSO N. 1003753-59.2017. 8.26.0322. TRATA-SE DE OFICIO EXPEDIDO PELO(A) MM. JUIZ(A) DE DIREITO DA 2. VARA CIVEL DO FORO E COMARCA DE LINS/SP, NOS AUTOS DA ACAO DE EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL, ONDE FIGURA(M) COMO EXEQUENTE: JMF RODRIGUES TRANSPORTES E LOCACOES E COMO EXECUTADO: REINALDO BERTIN E OUTROS, POR MEIO DO QUAL COMUNICOU A DECISAO DE DLS. 633/634, PARA AS DEVIDAS PROVIDENCIAS, TENDO EM VISTA TER SIDO CONCEDIDA A TUTELA DE URGENCIA DE NATUREZA CAUTELAR CONSISTENTE EM ARRESTO ATE O LIMITE DE R$ 10.305.000,00 DAS ACOES DESTA EMPRESA.

NUM.DOC: 333.384/17-9 SESSÃO: 20/07/2017

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 03/11/2016. RETIFICACAO DA RCA DATADA EM 15.04.2011.

ARQUIVAMENTO DE RE-RATIFICAÇÃO: MANIFESTAR-SE SOBRE A RETIFICACAO A ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO REALIZADA EM 15.04.2011, ARQUIVADA NA JUCESP SOB . N 0.384.411/-4, EM SESSAO DE 03.03.2011, PARA CONSTAR A RENUNCIA DA SRA. RUBIA BERTIN DINIZ JUNQUEIRA DO CARGO DE DIRETORA DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 333.385/17-2 SESSÃO: 20/07/2017

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 22/11/2016. RENUNCIA E ELEICAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 9 ANDAR, CJ., JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 9 ANDAR, CJ., JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE JOSE CARLOS DE MORAES FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 017.127.778-31, RG/RNE: 12.375.348-X, RESIDENTE À RUA BARRA DO UNA, 435, COND. MARAMBA, VINHEDO - SP, CEP 13280-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEITO ARMANDO FRANCHINI JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 343.017.138-59, RG/RNE: 32079683, RESIDENTE À AV. PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHECK, 1545, 7 ANDAR, VILA OLIMPIA, SAO PAULO - SP, CEP 04543-011, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

NUM.DOC: 668-3/000 SESSÃO: 21/02/2011

ESCRITURA DE DEBENTURE EMITIDA EM 18/02/2011, COM VENCIMENTO EM 18/02/2012, NOMINATIVA, NÃO CONVERSIVEL, SEM PREFERENCIA, AGENTE FIDUCIARIO PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA, COM MONTANTE DE $ 300.000.000,00 (TREZENTOS MILHÕES DE REAIS), COM VALOR UNITARIO DE $ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS), TOTAL DE TÍTULOS IGUAL A: 300.

ADITAMENTO REGISTRADO SOB N: 668-3/001 DATADO DE: 19/03/2012, INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO A ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSAO DE DEBENTURE SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A

ADITAMENTO REGISTRADO SOB N: 668-3/003 DATADO DE: 08/10/2012, INSTRUMETO PARTICULAR DE TERCEIROS ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A

ADITAMENTO REGISTRADO SOB N: 668-3/004 DATADO DE: 29/04/2013, INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTO ADITAMENTO A ESCRITURA DA 1 EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES, EM SERIE UNICA, DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA COM ESFORCOS RESTRITOS DE COLOCACAO, DA CONCESSIONARIA SPMAR S.A.

NUM.DOC: 770-5/000 SESSÃO: 23/09/2011

ESCRITURA DE DEBENTURE EMITIDA EM 06/09/2011, COM VENCIMENTO EM 18/02/2015, NOMINATIVA, NÃO CONVERSIVEL, SEM PREFERENCIA, AGENTE FIDUCIARIO OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIO, COM MONTANTE DE $ 420.000.000,00 (QUATROCENTOS E VINTE MILHÕES DE REAIS), COM VALOR UNITARIO DE $ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS), TOTAL DE TÍTULOS IGUAL A: 420.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300388186
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 21/08/2017

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para GABRIELA DE FREITAS D AVILA : 03427096157. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 90154187, terça-feira, 22 de agosto de 2017 às 13:19:23.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA

AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTOS.A

TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35300353161	01/02/2008	22/08/2017 13:21:14

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
17/11/2006	08.455.185/0001-30	

CAPITAL

R$ 7.753.000,00 (SETE MILHÕES, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: RUA ANTONIO CORAZZA	NÚMERO: 92	
BAIRRO: JD CORAZZA	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: ITU	CEP: 13301-251	UF: SP

OBJETO SOCIAL

GESTÃO DE REDES DE ESGOTO
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

JORGE LUIZ TREVISANI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 809.258.478-87, RG/RNE: 81358404, RESIDENTE À RUA AROEIRAS, 595, CHACARA FLORA, ITU - SP, CEP 13306-300, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE.

SANTIAGGO CRESPO, NACIONALIDADE ARGENTINA, CPF: 212.930.698-50, RG/RNE: V159958A, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR FINANCEIRO.

ARQUIVAMENTOS

SESSÃO: 01/02/2008

TRANSFORMADA DE NIRE 35221089259.

NUM.DOC: 085.767/08-6 SESSÃO: 19/03/2008

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 12/02/2008. DELIBERACOES: APROVARAM LAVRAR A PRESENTE ATA NA FORMA SUMARIA; AUTORIZAR A COMPANHIA A CONTRATAR EMPRESTIMO JUNTO AO BANCO BRADESCO S.A. ATE O VALOR DE R$ 40.000.000,00, PODENDO RENOVAR E PRORROGAR QUANTAS VEZES FORAM NECESSARIAS, BEM COMO RATIFICAR TODAS AS OPERACOES FINANCEIRAS ATE O PRESENTE REALIZADAS PELA COMPANHIA; AUTORIZAR A DIRETORIA DA SOCIEDADE A PRATICAR TODOS OS ATOS NECESSARIOS PARA O FIEL CUMPRIMENTO DO QUANTO ACIMA DELIBERADO.

NUM.DOC: 283.033/08-3 SESSÃO: 27/08/2008

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 11/07/2008. DELIBERACOES: APROVAR A PRESENTE E AS SUCESSIVAS RENOVACOES, ENQUANTO SEJAM JULGADAS NECESSARIAS PELA DIRETORIA, DO SEGURO GARANTIA CONTRATADO COM A J. MALUCELLI SEGURADORA S.A., REFERENTE AS APOLICES DE NS. 01-0747-0150192, 01-0747-0150193, 01-0747-0150194 E 01-0747-0150139, AFIANCADAS PELA EQUIPAV S.A. - PAVIMENTACAO, ENGENHARIA E COMERCIO E PELA EMPATE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA., CUJO O OBJETIVO E A COBERTURA DE RISCOS ENVOLVENDO O PAGAMENTO DA OUTORGA A CAVO ITU SERVICOS E SANEAMENTOS S.A..

NUM.DOC: 310.790/08-6 SESSÃO: 19/09/2008

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE SANTIAGGO CRESPO, NACIONALIDADE ARGENTINA, CPF: 212.930.698-50, RG/RNE: V159958-A, RESIDENTE À RUA ITAPAIUNA, 1800, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR FINANCEIRO.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE JORGE LUIZ TREVISANI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 809.258.478-87, RG/RNE: 81358404, RESIDENTE À RUA AROEIRAS, 595, CHACARA FLORA, ITU - SP, CEP 13306-300, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEITO FERNANDO HUMPHREYS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 358.107.779-53, RG/RNE: 1.048.065-5, RESIDENTE À RUA ANTONIO CORAZZA, 92, JARDIM CORAZZA, ITU - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEITO ANA PAULA MEDINA DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 037.235.987-65, RG/RNE: 09106700-9, RESIDENTE À RUA ANTONIO CORAZZA, 92, JARDIM CORAZZA, ITU - SP, COMO DIRETOR FINANCEIRO.

NUM.DOC: 321.682/08-7 SESSÃO: 26/09/2008

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 04/09/2008. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 11/07/2008.

NUM.DOC: 337.188/08-7 SESSÃO: 13/10/2008

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 27/09/2008. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 14/07/2008.

NUM.DOC: 374.017/08-6 SESSÃO: 13/11/2008

REMANESCENTE FERNANDO HUMPHREYS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 358.107.779-53, RG/RNE: 10480655, RESIDENTE À RUA ANTONIO CORAZZA, 92, JARDIM CORAZZA, ITU - SP, CEP 13301-251, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ANA PAULA MEDINA DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 037.235.987-65, RG/RNE: 091067009, RESIDENTE À RUA ANTONIO CORAZZA, 92, JARDIM CORAZZA, ITU - SP, CEP 13301-251, COMO DIRETOR.

NUM.DOC: 398.112/08-3 SESSÃO: 08/12/2008

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 13/11/2008. DELIBERACOES: APROVADA A CELEBRACAO DE CONTRATOS E ASSUNCAO DE OBRIGACOES POR MEIO DAS CONDICOES CONTRATUAIS GERAIS - CONTRATO PARA EMISSAO DE APOLICE(S) E ENDOSSO(S) DE SEGURO GARANTIA, FIRMADAS COM A J. MALUCELLI SEGURADORA S/A (SEGURADORA), REFERENTE AO CONTRATO DE CONCESSAO N. 146/2007 FIRMADO COM O MUNICIPIO DA ESTANCIA TURISTICA DE ITU.

NUM.DOC: 028.014/09-1 SESSÃO: 23/01/2009

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 12/11/2008. DELIBERACOES: FOI APROVADA A CONTRATACAO DE EMPRESTIMO PARA OBTENCAO DE CAPITAL DE GIRO JUNTO AO BANCO INDUSTRIAL S.A. ATE O VALO R DE R$ 6.000.000,00, NOS TERMOS DA CEDULA BANCARIA N 01-1158/08, EM QUE SE CONFIGURA O COMO CREDOR O REFERIDO BANCO, E COMO AVALISTA A CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A., PODENDO A COMPANHIA RENOVAR E PRORROGAR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS A REFERIDA OPERACAO.

NUM.DOC: 072.210/09-6 SESSÃO: 26/02/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 31/01/2009. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 13/11/2008.

NUM.DOC: 072.211/09-0 SESSÃO: 26/02/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 31/01/2009. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 12/11/2008.

NUM.DOC: 075.804/09-8 SESSÃO: 04/03/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 31/01/2009. PUBLICOU ATA: A.G.O./A.G.E. EM : 30/09/2008.

NUM.DOC: 232.029/09-0 SESSÃO: 03/07/2009

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 31/05/2009. DELIBERACOES: MEDIANTE EXPRESSA RENUNCIA DO DIREITO DE PREFERENCIA DOS DEMAIS ACIONISTAS, PREVISTO NO ART. 171 DA LEI N. 6.409/76, APROVAR A INTEGRALIZACAO DE 2.480.000 ACOES ORDINARIAS NOMINATIVAS, SEM VALOR NOMINAL, EMITIDAS PELO PRECO DE EMISSAO DE R$ 1,00 CADA UMA, TODAS SUBSCRITAS PELA ACIONISTA, EQUIPAV S.A. - PAVIMENTACAO, ENGENHARIA E COMERCIO, MEDIANTE A CAPITALIZACAO DE CREDITOS DE MUTUOS CONTRA A COMPANHIA, DECORRENTES DE DIVERSOS INSTRUMENTOS DE ASSUNCAO DE DIVIDAS E CESSAO DE CREDITOS FIRMADOS.

NUM.DOC: 387.485/09-0 SESSÃO: 07/10/2009

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 31/08/2009. DELIBERACOES: LAVRAR A PRESENTE ATA NA FORMA DE SUMARIO; AUTORIZAR A COMPANHIA A CONTRATACAO DE FINANCIAMENTO, PELA SOCIEDADE, NO VALOR TOTAL DE R$ 2.710.000,00, A TAXA DE JUROS MAXIMA DE CDI 5,5% A.A, COM PRAZO DE 90 DIAS, NOS TERMOS DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO - CAPITAL DE GIRO ("CCB"), SENDO QUE REFERIDA CEDULA SERA FIRMADA EM 04/09/2009 PELA SOCIEDADE E PELO BANCO BRADESCO S.A, NA QUAL SERA DADO COMO GARANTIA DE EMPRESTIMO EM FAVOR DA COMPANHIA O AVAL SOLIDARIO DA EMPRESA EQUIPAV S.A ACUCAR E ALCOOL, INSCRITA NO CNPJ 43.932.102/0001-58 E HEBER S.A, INSCRITA NO CNPJ 01.523.814/0001-73, BEM COMO AUTORIZAR A COMPANHIA A RENOVAR E PRORROGAR A "CCB" QUANTAS VEZES SE FIZEREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 387.486/09-4 SESSÃO: 07/10/2009

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 29/08/2009. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 31/05/2009.

NUM.DOC: 453.467/09-0 SESSÃO: 27/11/2009

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 10/07/2009. DELIBERACOES: OS ACIONISTAS DECIDIRAM AUTORIZAR A COMPANHIA A FORMALIZAR, COMO INTERVENIENTES GARANTIDORES, O INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUICAO DE GARANTIA CESSAO FIDUCIARIA DE DIREITOS CREDITORIOS, JUNTO AO BANCO FIBRA S/A, NO VALOR DE R$ 24.999.000,00, NOS TERMOS DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO SOB N. CG 338209, ONDE FIGURAM O BANCO FIBRA S/A, COMO CREDOR, E AGUAS GUARIROBA AMBIENTAL LTDA COMO DEVEDOR.

INCLUSÃO DE CNPJ 08.455.185/0001-30

NUM.DOC: 044.402/10-7 SESSÃO: 03/02/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 11/12/2009. AUTORIZAR A COMPANHIA A EMITIR ADITAMENTO A CEDULA DE CREDITO BANCARIO, NA MODALIDADE CAPITAL DE GIRO N 3228144 PARA O BANCO BRADESCO S.A., NO VALOR NOMINAL DE R$ 2.765.235,57

NUM.DOC: 062.831/10-0 SESSÃO: 18/02/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 14/01/2010. DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE A CELEBRACAO DE CONTRATOS E ASSUNCAO DE OBRIGACOES POR MEIO DAS CONDICOES CONTRATUAIS GERAIS - CONTRATO PARA EMISSAO DE APOLICE (S) E ENDOSSO (S) DE SEGURO GARANTIA, FIRMADAS COM A J. MALUCELLI SEGURADORA S/A, REFERENTE AO CONTRATO DE CONCESSAO N 146/2007, FIRMADO COM O MUNICIPIO DA ESTANCIA TURISTICA DE ITU/SP

NUM.DOC: 098.216/10-7 SESSÃO: 19/03/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 26/02/2010. DELIBERACOES:AUTORIZAR A COMPANHIA A EMITIR A CONTRATACAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO,NA MODALIDADE DE CAPITAL DE GIRO,PARA O BANCO BRADESCO S.A,NO VALOR NOMINAL DE R$ 2.670.150,00.

NUM.DOC: 117.893/10-9 SESSÃO: 07/04/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 08/03/2010. DELIBERACOES: APROVAR E AUTORIZAR A COMPANHIA A CONTRATAR FINANCIAMENTO, NO VALOR TOTAL DE R$ 1.197.556,00, A TAXA DE JUROS MAXIMA DE CDI MAIS 5,5% , COM PRAZO DE 90 DIAS, CONFORME CEDULA DE CREDITO BANCARIO - CAPITAL DE GIRO, QUE SERA FIRMADA EM 12/03/2010 COM O BANCO BRADESCO S.A., NA QUAL SERA DADO O AVAL SOLIDARIO DA EQUIPAV S/A ACUCAR E ALCOOL, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB N. 43.932.102/0001-58 E HEBER S.A., INSCRITA NO CNPJ/MF SOB N. 01.523.814/0001-73; FICANDO AUTORIZADAS AS RENOVACOES E PRORROGACOES A CCB QUANTAS VEZES SE FIZEREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 162.593/10-7 SESSÃO: 14/05/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 26/04/2010. DELIBERACOES: APROVAR E AUTORIZAR A COMPANHIA A CONTRATAR FINANCIAMENTO, NO VALOR TOTAL DE R$1.197.555,95.

NUM.DOC: 244.291/10-0 SESSÃO: 15/07/2010

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE FERNANDO HUMPHREYS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 358.107.779-53, RG/RNE: 10480655, RESIDENTE À RUA ANTONIO CORAZZA, 92, JARDIM CORAZZA, ITU - SP, CEP 13301-251, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE ANA PAULA MEDINA DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 037.235.987-65, RG/RNE:

091067009, RESIDENTE À RUA ANTONIO CORAZZA, 92, JARDIM CORAZZA, ITU - SP, CEP 13301-251, COMO DIRETOR. fls. 3944

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JULIO DE OLIVEIRA MOREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 125.158.248-62, RG/RNE: 13748675, RESIDENTE À AV.BRIGADEIRO FARIA LIMA, 201, 26 ANDAR, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SIDNEY MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 057.272.618-05, RG/RNE: 18219669, RESIDENTE À AV.BRIGADEIRO FARIA LIMA, 201, 26 ANDAR, SAO PAULO - SP, CEP 05426-100, COMO DIRETOR FINANCEIRO.

NUM.DOC: 259.928/10-0 SESSÃO: 23/07/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 10/06/2009. DELIBERACOES: FORAM INTEGRALMENTE APROVADOS, O RELATORIO DA ADMINISTRACAO, AS NOTAS EXPLICATIVAS, BEM COMO O BALANCO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA COMPANHIA, RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIA ENCERRADO EM 31/12/2008.

NUM.DOC: 281.350/10-3 SESSÃO: 06/08/2010

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 19.128.337,00 (DEZENOVE MILHÕES, CENTO E VINTE OITO MIL, TREZENTOS E TRINTA E SETE REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 31/12/2009.

NUM.DOC: 287.580/10-6 SESSÃO: 10/08/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 23/07/2010. DELIBERACOES: APROVAR E AUTORIZAR A COMPANHIA A CONTRATAR DOIS FINANCIAMENTOS, O PRIMEIRO NO VALOR TOTAL DE R$ 1.197.555,95, A TAXA DE JUROS MAXIMA DE CDI MAIS 5,5% A.A., COM PRAZO DE 90 DIAS, COMFORME CEDULA DE CREDITO BANCARIO, QUE SERA FIRMADA EM 28/07/2010.

NUM.DOC: 343.867/10-2 SESSÃO: 17/09/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 10/06/2010. DELIBERACOES: AUTORIZAM A COMPANHIA A EMITIR AS CEDULAS DE CREDITO BANCARIO, NA MODALIDADE DE CAPITAL DE GIRO ("CCB") ABAIXO DESCRITAS, JUNTO AO BANCO BRADESCO S.A., ACRESCIDOS DE JUROS A TAXA CDI MAIS 5,5% AO ANO.

NUM.DOC: 344.463/10-2 SESSÃO: 20/09/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 21/06/2010. ATA AGE 21.06.10 DA AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUAS E ESGOTO S.A. COM ELEICAO DA NOVA DIRETORIA DA COMPANHIA.

PERISCOPIO, DE 31/08/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 21/06/2010.

NUM.DOC: 344.464/10-6 SESSÃO: 20/09/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 21/06/2010. ATA AGE 21.06.10 DA AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUAS E ESGOTO S.A. COM ELEICAO DA NOVA DIRETORIA DA COMPANHIA.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 21/08/2010. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 21/06/2010. OBS: PUBLICACAO NO DIARIO OFICIAL DA ATA AGE 21.06.10 DA AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUAS E ESGOTO S.A. COM ELEICAO DA NOVA DIRETORIA DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 344.489/10-3 SESSÃO: 20/09/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 10/06/2009. ATA AGO 10.06.09 DA AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUAS E ESGOTO S.A. COM APROVACAO DAS CONTAS DO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.08.

PERISCOPIO, DE 21/08/2010. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 10/06/2009.

NUM.DOC: 344.683/10-2 SESSÃO: 20/09/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 30/06/2010. DELIBERACOES: A LAVRATURA DA PRESENTE ATA NA FORMA DE SUMARIO, NOS TERMOS DO ART. 130, PARAGRAFO 1 DA LEI N 6404/76. APROVAR AS PUBLICACOES REFERIDAS NO ITEM IV PRECEDENTE E A REALIZACAO DA PRESENTE ASSEMBLEIA APOS O PRAZO PREVISTO NOS ARTIGOS 132 E 133.

NUM.DOC: 345.652/10-1 SESSÃO: 21/09/2010

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 10/06/2009. ATA AGO 10.06.09 DA AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUAS E ESGOTO S.A. COM APROVACAO DAS CONTAS DO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.08.

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 21/08/2010. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 10/06/2009. OBS: PUBLICACAO NO DIARIO OFICIAL DA ATA AGO 10.06.09 DA AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUAS E ESGOTO S.A. COM APROVACAO DAS CONTAS DO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.08.

NUM.DOC: 058.932/11-2 SESSÃO: 14/02/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 31/01/2011. 2.APROVAR A PRESENTE E FUTURAS RENOVACOES E/OU ENDOSSOS, ENQUANTO SEJAM JULGADAS NECESSARIAS PELA DIRETORIA, DOS SEGUINTES SEGUROS GARANTIAS, A SABER: FUNCOES OPERACIONAIS DE MANUTENCAO E DE PAGAMENTO DO VALOR MENSAL PARA FISCALIZACAO, NO VALOR DA GARANTIA R$

15.039.698,92 (QUINZE MILHOES, TRINTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS); FUNCOES DE AMPLIACAO NO VALOR DA GARANTIA NO VALOR DE R$ 6.089.685,50 (SEIS MILHOES, OITENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS); E GARANTIA DE PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS NAS ACOES DE DESAPROPRIACAO AJUIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE ITU, ATE O LIMITE DA APOLICE NO VALOR DA GARANTIA DE R$ 345.044,51 (TREZENTOS E QUARENTA E CINCO MIL, QUARENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS), TODOS DE ACORDO COM O CONTRATO DE CONCESSAO N 146/2007, CUJO O OBJETO E A CONCESSAO ONEROSA PARA EXPLORACAO DOS SERVICOS, PUBLICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO DO MUNICIPIO DA ESTANCIA TURISTICA DE ITU / SP.

NUM.DOC: 291.531/11-8 SESSÃO: 27/07/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 22/06/2011. DELIBERAR SOBRE: (I) ALTERACAO DA COMPOSICAO DA DIRETORIA DA COMPANHIA; (II) ALTERACAO DA ARTIGO 16 DO ESTATUTO SOCIAL; E (III) ELEICAO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

ELEITO JULIO DE OLIVEIRA MOREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 125.158.248-62, RG/RNE: 1.374.867-5 - PR, RESIDENTE À RUA ANTONIO CORAZZA, 92, JARDIM CORAZZA, ITU - SP, CEP 13301-251, COMO DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEITO SIDNEY MARQUES DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 057.272.618-05, RG/RNE: 18.219.669 - SP, RESIDENTE À RUA ANTONIO CORAZZA, 92, JARDIM CORAZZA, ITU - SP, CEP 13301-251, COMO DIRETOR.(DIRETOR EXECUTIVO)

NUM.DOC: 326.477/11-1 SESSÃO: 12/08/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 31/12/2010. BALANCO PATRIMONIAL FINDO EM 31/12/2010.

NUM.DOC: 326.478/11-5 SESSÃO: 12/08/2011

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 31/12/2010. BALANCO PATRIMONIAL FINDO EM 31/12/2010.

NUM.DOC: 356.850/11-0 SESSÃO: 08/09/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 12/08/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 22/06/2011.

NUM.DOC: 356.851/11-4 SESSÃO: 08/09/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 22/06/2011. ALTERAR A COMPOSICAO DA MESA DA DIRETORIA; ALTERAR O ART 16 DO ESTATUTO; ELEGER DIRETORES.

JORNAL DO POVO, DE 13/08/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 22/06/2011.

NUM.DOC: 380.935/11-9 SESSÃO: 21/09/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 08/08/2011. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010; E (II) DELIBERAR SOBRE A DESTINACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

NUM.DOC: 432.839/11-2 SESSÃO: 31/10/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 08/10/2011. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 08/08/2011.

NUM.DOC: 432.840/11-4 SESSÃO: 31/10/2011

PERISCOPIO, DE 08/10/2011. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM : 08/08/2011.

NUM.DOC: 446.586/11-0 SESSÃO: 09/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 03/10/2011. APROVAR A PROPOSTA DA DIRETORIA DA COMPANHIA DE ALTERAR O ENDERECO DA SUA SEDE SOCIAL PARA RUA BARTIRA, N 300, BAIRRO VILA LEIS, NA CIDADE DE ITU, ESTADO DE SAO PAULO, CEP: 13309-210;EM CONSEQUENCIA DA DELIBERACAO PRECEDENTE, O ARTIGO 2 DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDACAO:ART. 2 - A COMPANHIA TEM SUA SEDE SOCIAL NA CIDADE DE ITU, ESTADO DE SAO PAULO, NA RUA BARTIRA, N 300, BAIRRO VILA LEIS, CEP: 13309-210, PODENDO A QUALQUER TEMPO INSTALAR OUTRAS FILIAIS EM QUALQUER PONTO DO MUNICIPIO DE ITU, POR DELIBERACAO DA DIRETORIA.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA BARTIRA, 300, VILA LEIS, ITU - SP, CEP 13309-210. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 03/10/2011.

NUM.DOC: 446.587/11-4 SESSÃO: 09/11/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 19/10/2011. APROVAR A DETITUICAO DO DIRETOR JULIO DE OLIVEIRA MOREIRA. E ELEGER PARA DIRETORIA DA COMPANHIA, O SR REINALDO BERTIM, COM MANDATO DE (02) DOIS ANOS CONTADOS A PARTIR DO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2011.

NUM.DOC: 496.551/11-5 SESSÃO: 13/12/2011

PERISCOPIO, DE 19/11/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 03/10/2011.

NUM.DOC: 496.773/11-2 SESSÃO: 13/12/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 19/11/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 19/10/2011.

NUM.DOC: 496.774/11-6 SESSÃO: 13/12/2011

PERISCOPIO, DE 19/11/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 19/10/2011. OBS: ATA AGE 19/10/2011 AS 09H.

NUM.DOC: 496.776/11-3 SESSÃO: 13/12/2011

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 19/11/2011. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 03/10/2011. OBS: ATA AGE EM 03/10/2011 AS 09H.

NUM.DOC: 497.108/11-2 SESSÃO: 13/12/2011

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 29/11/2011. 1.LAVRAR A PRESENTE ATA NA FORMA DE SUMARIO, NOS TERMOS DO ART. 130 1 DA LEI 6.404/76;2.AUTORIZAR A EMISSAO PELA COMPANHIA DE CEDULA DE CREDITO BANCARIO (C CB) N ...., NA MODALIDADE DE MUTUO EM FAVOR DO BANCO SAFRA S.A., NO VALOR DE R $ 5.000.000,00 (CINCO MILHOES DE REAIS), ACRESCIDOS DE JUROS A TAXA CDI ACRESCIDO DE 0,45% AO MES, COM VENCIMENTO EM ....., E QUE SERA FIRMADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011, FICANDO DESDE LOGO, AUTORIZADAS AS RENOVACOES E PRORROGACOES DA C CB QUANTAS VEZES SE FIZEREM NECESSARIAS.3.O FINANCIAMENTO SERA FIRMADO COM O B ANCO SAFRA S.A., E TERA O AVAL SOLIDARIO DA CIBE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A., INSCRITA NO CNPJ/MF SOB N 09.376.519/0001-43 E A MANUTENCAO DA TRAVA DE DOMICILIO BANCARIO DOS RECEBIVEIS DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL ATE QUE A OPERACAO SEJA LIQUIDADA.4.AUTORIZAR A DIRETORIA DA SOCIEDADE OU SEUS PROCURADORES REGULARMENTE CONSTITUIDOS, A PRATICAR TODOS OS ATOS NECESSARIOS PARA O FIEL CUMPRIMENTO DA DELIBERACAO ACIMA.

NUM.DOC: 023.802/12-1 SESSÃO: 05/01/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 22/12/2011. DELIBERAR ACERCA DA ABERTURA DE CREDITO FIXO, CELEBRACAO DE TERMO DE COMPROMISSO EM FAVOR DO BANCO DO BRASIL S.A.

NUM.DOC: 077.176/12-1 SESSÃO: 22/02/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 01/02/2012. DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE A CELEBRACAO DE CONTRATOS E ASSUNCAO DE OBRIGACOES POR MEIO DAS CONDICOES CONTRATUAIS GERAIS - CONTRATO PARA EMISSAO DE APOLICE (S) E ENDOSSO (S) DE SEGURO GARANTIA, FIRMADOS COM A J. MALUCELLI SEGURADORA S/A (SEGURADORA), REFERENTE AO CONTRATO DE CONCESSAO N 146/2007, FIRMADO COM O MUNICIPIO DA ESTANCIA TURISTICA DE ITU / SP.

NUM.DOC: 104.441/12-4 SESSÃO: 12/03/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 24/02/2012. DELIBERACOES: APOS DISCUTIDA A MATERIA CONSTANTE DA ORDEM DO DIA, OS ACIONISTAS, REPRESENTANDO A TOTALIDADE DO CAPITAL SOCIAL, POR UNANIMIDADE E SEM RESERVAS, DELIBERAM:1.APROVAR A LAVRATURA DA PRESENTE ATA NA FORMA DE SUMARIO, NOS TERMOS DO ART. 130, 1 DA LEI 6.404/76;2.APROVAR A PRESENTE E FUTURAS RENOVACOES E/OU ENDOSSOS, ENQUANTO SEJAM JULGADAS NECESSARIAS PELA DIRETORIA, DOS SEGUINTES SEGUROS GARANTIAS, A SABER: FUNCOES OPERACIONAIS DE MANUTENCAO E DE PAGAMENTO DO VALOR MENSAL PARA FISCALIZACAO, NO VALOR DA GARANTIA R$ 15.781.456,87 (QUINZE MILHOES, SETECENTOS E OITENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS); FUNCOES DE AMPLIACAO NO VALOR DA GARANTIA NO VALOR DE R$ 6.179.343,68 (SEIS MILHOES,CENTO E SETENTA E NOME MIL, TREZENTOS E QUARENTA E TRES REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS), E GARANTIA DE PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS NAS ACOES DE DESAPROPRIACAO AJUIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE ITU, ATE O LIMIE DA APOLICE NO VALOR DA GARANTIA DE R$ 392.979,88 (TREZENTOS E NOVENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), TODOS DE ACORDO COM O CONTRATO DE CONCESSAO N 146/2007, CUJO OBJETO E A CONCESSAO ONEROSA PARA EXPORTACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO DO MUNICIPIO DA ESTENCIA TURISTICA DE ITU/SP.

NUM.DOC: 188.429/12-8 SESSÃO: 04/05/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 11/04/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 01/02/2012.

NUM.DOC: 188.430/12-0 SESSÃO: 04/05/2012

JORNAL DO POVO, DE 12/04/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 01/02/2012.

NUM.DOC: 190.460/12-0 SESSÃO: 09/05/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 11/04/2012. DELIBERAR SOBRE (A) A DESTITUICAO DO DIRETOR EXECUTIVO ANTERIORMENTE ELEITO, SR. SIDNEY MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR E (B) A ELEICAO DO NOVO DIRETOR EXECUTIVO DA COMPANHIA, EM SUBSTITUICAO AO DESTITUIDO.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE SIDNEY MARQUES DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 057.272.618-05, RG/RNE: 182196690, RESIDENTE À RUA ANTONIO CORAZZA, 92, JARDIM CORAZZA, ITU - SP, CEP 13301-251, COMO DIRETOR E DIRETOR OPERACIONAL.

ELEITO MARIO MARCIO GONCALVES DE PAULA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 166.068.388-27, RG/RNE: 20.015.897-1, RESIDENTE À RUA SAO PAULO, 338, BRASIL, ITU - SP, CEP 13301-380, COMO DIRETOR.

NUM.DOC: 197.673/12-0 SESSÃO: 14/05/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 11/04/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 24/02/2012.

NUM.DOC: 197.674/12-4 SESSÃO: 14/05/2012

PERISCOPIO, DE 12/04/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 24/02/2012.

NUM.DOC: 256.398/12-4 SESSÃO: 18/06/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 12/05/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 29/11/2011. OBS: DELIBERAR ACERCA DA CONTRATACAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO (MUTUO) JUNTO AO BANCO SAFRA S.A.

NUM.DOC: 256.399/12-8 SESSÃO: 18/06/2012

OUTROS, DE 12/05/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 29/11/2011. OBS: DELIBERAR ACERCA DA CONSTRATACAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO (MUTUO) JUNTO AO BANCO SAFRA S.A.

NUM.DOC: 256.400/12-0 SESSÃO: 18/06/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 12/05/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 22/12/2011. OBS: DELIBERAR ACERCA DA ABERTURA DE CREDITO FIXO, CELEBRACAO DE TERMO DE TERMO DE COMPROMISSO EM FAVOR DO BANCO DO BRASIL S.A. E CONTRATO DE ADMINISTRACAO DE CONTAS.

NUM.DOC: 256.401/12-3 SESSÃO: 18/06/2012

PERISCOPIO, DE 12/05/2012. PUBLICOU ATA EM : 22/12/2011. OBS: DELIBERAR ACERCA DA ABERTURA DE CREDITO FIXO, CELEBRACAO DE TERMO DE TERMO DE COMPROMISSO EM FAVOR DO BANCO DO BRASIL S.A. E CONTRATO DE ADMINISTRACAO DE CONTAS.

NUM.DOC: 256.402/12-7 SESSÃO: 18/06/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 01/04/2012. DELIBERAR ACERCA DE ELEICAO DE DIRETOR.

NUM.DOC: 266.449/12-8 SESSÃO: 22/06/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 05/06/2012. PUBLICOU ATA EM : 31/12/2011. OBS: BALANCO PATRIMONIAL.

NUM.DOC: 266.450/12-0 SESSÃO: 22/06/2012

OUTROS, DE 05/06/2012. PUBLICOU ATA EM : 31/12/2011. OBS: BALANCO PATRIMONIAL.

NUM.DOC: 297.429/12-7 SESSÃO: 12/07/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 20/06/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 11/04/2012. OBS: DESTITUICAO DO DIRETOR EXECUTIVO ANTERIORMENTE ELEITO SR. SIDNEY MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR, ELEICAO DO NOVO DIRETOR EXECUTIVO DA CIA.

NUM.DOC: 297.430/12-9 SESSÃO: 12/07/2012

PERICOPIO, DE 20/06/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 11/04/2012. OBS: DESTITUICAO DO DIRETOR EXECUTIVO ANTERIORMENTE ELEITO SR. SIDNEY MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR, ELEICAO DO NOVO DIRETOR EXECUTIVO DA CIA.

NUM.DOC: 297.431/12-2 SESSÃO: 12/07/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 29/05/2012. DELIBERAR SOBRE INCLUSAO DE DIRETOR NA CIA.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE MARIO MARCIO GONCALVES DE PAULA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 166.068.388-27, RESIDENTE À RUA SAO PAULO, 338, BRASIL, ITU - SP, CEP 13301-380, COMO DIRETOR.

ELEITO JOSE CARLOS MEDEIROS DE BRITTO PEREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 344.412.717-00, RG/RNE: 2.647.403, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ 54, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR TÉCNICO.

NUM.DOC: 303.345/12-3 SESSÃO: 16/07/2012

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 23/06/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 01/04/2012. OBS: DESTITUICAO DO DIRETOR PRESIDENTE ANTERIORMENTE ELEITO, SR. REINALDO BERTIN E A ELEICAO DO NOVO DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA, EM SUBSTITUICAO AO DESTITUIDO.

NUM.DOC: 303.346/12-7 SESSÃO: 16/07/2012

PERISCOPIO, DE 23/06/2012. PUBLICOU ATA: A.G.E. EM : 01/04/2012. OBS: DESTITUICAO DO DIRETOR PRESIDENTE ANTERIORMENTE ELEITO, SR. REINALDO BERTIN E A ELEICAO DO NOVO DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA, EM SUBSTITUICAO AO DESTITUIDO.

NUM.DOC: 103.851/13-6 SESSÃO: 06/03/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 28/12/2012. DELIBERA-SE SOBRE APROVAR A PREVISAO ORCAMENTARIA PREVISTA PARA O ANO DE 2013.

NUM.DOC: 131.729/13-5 SESSÃO: 05/04/2013

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 23/03/2013.

NUM.DOC: 131.730/13-7 SESSÃO: 05/04/2013

DIARIO DE S. PAULO, DE 23/03/2013.

NUM.DOC: 145.655/13-1 SESSÃO: 17/04/2013

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 35.159.110,00 (TRINTA E CINCO MILHÕES, CENTO E CINQUENTA E NOVE MIL, CENTO E DEZ REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 28/03/2013.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 28/03/2013. DELIBERAR SOBRE O AUMENTO DE CAPITAL E CONSOLIDACAO DO ESTATUTO SOCIAL.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 173.447/13-2 SESSÃO: 07/05/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 19/04/2013. I)TOMAR CONTA DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS REFERENTES A 2011 E 2012, II) APROVAR A DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DOS MESMOS ANOS, BEM COMO AS RESPECTIVAS DISTRIBUICOES DOS DIVIDENDOS.

NUM.DOC: 299.184/13-4 SESSÃO: 05/08/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 17/07/2013. FOI APROVADA A COMPANHIA A ASSINAR INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITAMENTO/CEDULA DE CREDITO/ NOTA DE CREDITO N 006158009 E INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITAMENTO/ CEDULA DE CREDITO/ NOTA DE CREDITO N 006158017, JUNTO AO BANCO SAFRA S.A , NOS VALORES TOTAL DE R$ 2.156.239,21 E R$ 1.639.223,80 RESPECTIVAMENTE,PODENDO RENOVAR E PRORROGAR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS, BEM COMO RETIFICAR TODAS AS OPERACOES FINANCEIRAS ATE O PRESENTE REALIZADAS PELA COMPANHIA.

NUM.DOC: 348.724/13-5 SESSÃO: 09/09/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 27/08/2013. DELIBERAR ACERCA DA ANALISE E APROVACAO DE ASSINATURA DE CONTRATO DE EMISSAO DE CEDULAS DE CREDITO JUNTO AO BRANCO SAFRA S.A. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA CIA.

NUM.DOC: 384.443/13-8 SESSÃO: 02/10/2013

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 09/08/2013. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ELEITO ALMIR BITTENCOURT PACELI JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 383.381.648-10, RG/RNE: 46391054 - SP, RESIDENTE À RUA GERALDO BENEDETTI, 197, JARDIM SANTA TEREZA, ITU - SP, CEP 13311-040, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ELEITO RENATO HONORIO DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 283.638.488-32, RG/RNE: 33077834-1 - SP, RESIDENTE À RUA SEIS, 255, QUINTA DAS VIDEIRAS, JUNDIAI - SP, CEP 13211-873, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: ALTERAR O ARTIGO 16 DO ESTATUTO SOCIAL PARA AUMENTAR O NUMERO DE DIRETORES DA COMPANHIA, TODOS SEM DESIGNACAO ESPECIFICA.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 412.487/13-5 SESSÃO: 22/10/2013

CONSOLIDACAO DO ESTATUTO SOCIAL.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 19/09/2013. DELIBERAR SOBRE A ELEICAO DE NOVOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA.

REMANESCENTE ALMIR BITTENCOURT PACELI JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 383.381.648-10, RG/RNE: 46391054, RESIDENTE À RUA GERALDO BENEDETTI, 197, JARDIM SANTA TEREZA, ITU - SP, CEP 13311-040, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

REMANESCENTE RENATO HONORIO DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 283.638.488-32, RG/RNE: 33077834-1, RESIDENTE À RUA SEIS, 255, QUINTA DAS VIDEIRAS, JUNDIAI - SP, CEP 13211-873, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE JOSE CARLOS MEDEIROS DE BRITO PEREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 344.412.717-00, RG/RNE: 2.647.403, RESIDENTE À AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 AND CJ 54, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP,

COMO DIRETOR TÉCNICO. fls. 3949

NUM.DOC: 131.705/14-3 SESSÃO: 09/04/2014

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 22/03/2014.

NUM.DOC: 131.706/14-7 SESSÃO: 09/04/2014

D.O.M. (DIARIO OFICIAL DO MUNICIPIO), DE 22/03/2014.

NUM.DOC: 199.217/14-2 SESSÃO: 23/05/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 06/05/2014. DELIBERAR SOBRE: I - INCLUSAO DE ATIVIDADE ECONOMICA NO OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA; E II - CONSOLIDACAO DO ESTATUTO SOCIAL COM A ALTERACAO SUPRAMENCIONADA.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 06/05/2014.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 199.571/14-4 SESSÃO: 23/05/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 24/04/2014. OS CONSELHEIROS DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, E SEM QUAISQUER RESTRICOES, APROVAR:I - A EMISSAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 1256335, NO VALOR DE R$ 7.500.000,00 (SETE MILHOES E QUINHENTOS MIL REAIS), COM INICIO A PARTIR DA PRESENTE DATA E VENCIMENTO PREVISTO PARA 14 DE JULHO DE 2014, COM ENCARGOS DE 100% DA VARIACAO DO CDI MAIS 0,80% A.M., EM FAVOR DO BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A., INSTITUICAO FINANCEIRA SITO NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 4.400, ITAIM BIBI, SAO PAULO - SP, CEP: 04538-132; E II - AUTORIZAR QUE O DIRETOR SR. ALMIR BITTENCOURT PACELI JUNIOR ASSINE A CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 1256335 COMO REPRESENTANTE DA COMPANHIA.

NUM.DOC: 205.544/14-9 SESSÃO: 26/05/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 23/04/2014. I - APROVADAS INTEGRALMENTE E SEM RESERVAS AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, BEM COMO AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, RELATIVAS AOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013; II - OS ACIONISTAS TOMARAM CONHECIMENTO DA CONTA DE LUCROS E DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS E DECIDIRAM PELA MANUTENCAO DOS LUCROS ACUMULADOS E PELA NAO DISTRIBUICAO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS E CONSEQUENTEMENTE SUA REVERSAO.

NUM.DOC: 290.973/14-4 SESSÃO: 29/07/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 15/07/2014. EM CONFORMIDADE COM A ORDEM DO DIA, OS CONSELHEIROS, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, SEM RESERVAS OU OPOSICOES, DELIBERARAM A APROVACAO DA EMISSAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 1256335, NO VALOR PRINCIPAL DE R$ 3.820.000,00 (TRES MILHOES OITOCENTOS E VINTE MIL REAIS), 100% VARIACAO DO CDI, MAIS 0,80% A.M., COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 13 DE OUTUBRO DE 2014, EM FAVOR DO "BICBANCO - BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.", INSTITUICAO FINANCEIRA INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N 07.450.604/0001-89, SITUADA NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 4.400, ITAIM BIBI, SAO PAULO - SP, CEP: 04538-132, BEM COMO AUTORIZAR SOMENTE EM RELACAO A ESTE CONTRATO, FUTUROS ADITAMENTOS RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 348.149/14-1 SESSÃO: 03/09/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 19/02/2014. DELIBERAR SOBRE A EMISSAO DAS CEDULAS DE CREDITO BANCARIO N 00130/2014, 00131/2014 E 00132/2014 EM QUE FIGURA COMO CREDORA A EMPRESA "TRUST - COMPANY - LIONS MERCHANT BANK S.A.".

NUM.DOC: 412.734/14-0 SESSÃO: 09/10/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 12/09/2014. INSTALADA A ASSEMBLEIA, OS ACIONISTAS REPRESENTANDO A TOTALIDADE DO CAPITAL SOCIAL DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE E SEM QUALQUER RESSALVA E/OU RESTRICAO AUTORIZAR A COMPANHIA A ASSINAR O PRIMEIRO ADITAMENTO A NOTA DE CREDITO COMERCIAL N 20122011130104061000030, EMITIDO EM 17/10/2012 - TIPO DE CREDITO CEB SAC POS CDI - GERAL - GAR.REAL - IND., EM FAVOR DO BANRISUL - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., BEM COMO AUTORIZAR SOMENTE EM RELACAO A ESTE CONTRATO, FUTUROS ADITAMENTOS, RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 455.813/14-0 SESSÃO: 10/11/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 29/10/2014. OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBERAM, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E, SEM QUAISQUER RESTRICOES, AUTORIZAR A COMPANHIA ATRAVES DE SEUS MEMBROS, NOS TERMOS DO ARTIGO 21, ALINEA "I", A CELEBRAR CONTRATO DE FINANCIAMENTO N 06228899, NO VALOR DE R$ 5.300.000,00 (CINCO MILHOES E TREZENTOS MIL REAIS), JUNTO AO BANCO SAFRA S/A.

NUM.DOC: 504.840/14-9 SESSÃO: 15/12/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 26/11/2014. OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE E SEM QUALQUER RESSALVA E/OU RESTRICAO, NOS TERMOS DO ARTIGO 21, ALINEA "I", AUTORIZAR A COMPANHIA A ASSINAR O ADITAMENTO A CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 4155097, NO VALOR DE R$ 378.643,08 (TREZENTOS E SETENTA E OITO MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E TRES REAIS E OITO CENTAVOS) CONTRATADA EM 26/11/2014, ORIGINALMENTE EMITIDA EM 28/10/2010, NO VALOR TOTAL DE R$ 1.262.143,60 (UM MILHAO, DUZENTOS E SESSENTA E DOIS MIL, CENTO E QUARENTA E TRES REAIS E SESSENTA CENTAVOS), JUNTO AO BANCO BRADESCO S.A., BEM COMO AUTORIZAR SOMENTE EM RELACAO A ESTE CONTRATO, FUTUROS ADITAMENTOS, RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 005.850/15-0 SESSÃO: 15/01/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 26/12/2014. OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE E SEM QUALQUER RESSALVA E/OU RESTRICAO, NOS TERMOS DO ARTIGO 21, ALINEA "I", AUTORIZAR A COMPANHIA A ASSINAR EMISSAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO N 1272474, NO VALOR DE R$ 3.820.000,00 (TRES MILHOES, OITOCENTOS E VINTE MIL REAIS) CONTRATADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2014, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 26 DE MARCO DE 2015, JUNTO AO "BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A." COM SEDE SOCIAL EM SAO PAULO, CAPITAL, NA AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, N 4.440, INSCRITO NO CNPJ SOB O N 07.450.604/0001-89, BEM COMO AUTORIZAR SOMENTE EM RELACAO A ESTE CONTRATO, FUTUROS ADITAMENTOS, RENOVACOES E/OU PRORROGACOES, CONFORME NECESSIDADE DA COMPANHIA, POR QUANTAS VEZES FOREM NECESSARIAS.

NUM.DOC: 073.007/15-8 SESSÃO: 13/02/2015

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 15/01/2015. EM CONFORMIDADE COM A ORDEM DO DIA, A ACIONISTA, REPRESENTANDO A TOTALIDADE DO CAPITAL SOCIAL, POR UNANIMIDADE E SEM QUAISQUER RESSALVAS E RESTRICOES, DELIBEROU: I - REELEGER OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA, PARA UM MANDATO DE 01 (UM) ANO, A CONTAR DA PRESENTE DATA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE WENDEL DA SILVA CALEFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 271.306.078-82, RG/RNE: 25551704 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PEDRO RACHE DE ANDRADE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 855.750.037-87, RG/RNE: 04920249-2 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

NUM.DOC: 073.240/15-1 SESSÃO: 13/02/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 03/02/2015. OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBERARAM, POR UNANIMIDADE E SEM QUALQUER RESSALVA E/OU RESTRICAO, NOS TERMOS DO ARTIGO 21, ALINEA "I", AUTORIZAR A COMPANHIA A ASSINAR EMISSAO DA CEDULA DE CREDITO BANCARIO NO MONTANTE TOTAL DE R$ 35.000.000,00 (TRINTA E CINCO MILHOES DE REAIS), COM VENCIMENTO EM 42 (QUARENTA E DOIS) MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA DE EMISSAO DA CCB, COM TAXA CDI + 0,38% A.A., JUNTO AO BANRISUL - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A..

NUM.DOC: 165.285/15-1 SESSÃO: 15/04/2015

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 20/03/2015. PUBLICOU ATA EM : 18/02/2015.

NUM.DOC: 165.286/15-5 SESSÃO: 15/04/2015

DIARIO DE SAO PAULO, DE 20/03/2015. PUBLICOU ATA EM : 18/02/2015.

NUM.DOC: 188.310/15-0 SESSÃO: 30/04/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 23/04/2015. AUTORIZACAO DA COMPANHIA, ATRAVES DE SEUS CONSELHEIROS E/OU PROCURADORES A ASSINAR: CEDULA DE CREDITO BANCARIO - MODALIDADE MUTUO N 1276269, NO VALOR DE R$ 3.820.000,00 (TRES MILHOES, OITOCENTOS E VINTE MIL), ENCARGOS 100% CDI + 0,8% A.M., COM INICIO EM 22/04/2015 E PRAZO FINAL EM 18/04/2016.

NUM.DOC: 247.766/15-0 SESSÃO: 11/06/2015

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 27/04/2015. TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, RELATIVAS AO EXERCICIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, DEVIDAMENTE PUBLICADAS NO DIARIO OFICIAL EMPRESARIAL DO ESTADO DE SAO PAULO (PAG. 30 A 33), DO DIA 20 DE MARCO DE 2015, E JORNAL DIARIO DE SAO PAULO (PAG. 35 A 37), DE 20 DE MARCO DE 2015, CONFORME ANEXO.

NUM.DOC: 284.260/15-0 SESSÃO: 01/07/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 26/05/2015. AUTORIZACAO DA COMPANHIA, ATRAVES DE SEUS CONSELHEIROS

E/OU PROCURADORES A ASSINAR: ADITIVO A CEDULA DE CREDITO BANCARIO - CAPITAL DE GIRO N 004.155.097, NO VALOR DE R$ 378.643,08 (TREZENTOS E SETENTA E OITO MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E TRES REAIS E OITO CENTAVOS), ENCARGOS 100% CDI + 0,24% A.M., COM INICIO EM 26/05/2015 E PRAZO FINAL EM 15/10/2015, BEM COMO AUTORIZAR SUAS PRORROGACOES E POSTERIORES ADITAMENTOS.

NUM.DOC: 375.124/15-9 SESSÃO: 25/08/2015

D.O.M. (DIARIO OFICIAL DO MUNICIPIO), DE 11/06/2015.

NUM.DOC: 042.590/16-4 SESSÃO: 26/01/2016

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE WENDEL DA SILVA CALEFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 271.306.078-82, RG/RNE: 25551704, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ALMIR BITTENCOURT PACELI JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 383.381.648-10, RG/RNE: 46.391.054, RESIDENTE À RUA ELZIRA ANTONIA DA SILVA FERRAZONI, 80, PQ A. DA BOA VISTA, LINS - SP, CEP 16402-151, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REMANESCENTE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JD PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

NUM.DOC: 851.063/16-0 SESSÃO: 28/01/2016

"CANCELADO, POR ORDEM JUDICIAL" - CONFORME DETERMINACAO REGISTRADA SOB N. 857.962/16-4 DE 30/05/2016.

NUM.DOC: 857.962/16-4 SESSÃO: 30/05/2016 PENDÊNCIA JUDICIAL

JC - Nº 1084002/16 DE 05/05/2016.. PROCESSO N. 0170662-71.2012. 8.26.0100. TRATA-SE DE OFICIO JUDICIAL EXPEDIDO PELO MM. JUIZ DE DIREITO DA 30 VARA CIVEL DO FORO CENTRAL CIVEL DA COMARCA DE SAO PAULO - SP, NOS AUTOS DE EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL, ONDE FIGURA (M) COMO REQUERENTE (S): VALTER LUIS MACEDO DE CARVALHAES PINHEIRO E OUTROS E COMO REQUERIDO (S): HEBER PARTICIPACOES S/A E OUTROS, ENCAMINHANDO A JUCESP O INTEIRO TEOR DA R. DECISAO PROFERIDA DIA 29.04.2016, PARCIALMENTE TRANSCRITA A SEGUIR. "(...) TRATAM-SE DE MANIFESTACOES APRESENTADAS PELAS EMPRESAS MAFE ENERGIA E AGUAS DE ITU, NA QUALIDADE DE TERCEIRAS INTERESSADAS, AMBAS ATINGIDAS PELA AVERBACAO DA PRESENTE EXECUCAO EM SEUS REGISTROS PERANTE A JUCESP. DE SE ESCLARECER, POR PRIMEIRO, QUE, CONFORME OFICIO DE FLS. 5830/5843, TAIS AVERBACOES SAO ORIUNDAS DE CERTIDAO DE DISTRIBUICAO DA EXECUCAO EXPEDIDA CONTRA OS EXECUTADOS, NOS TERMOS DO QUE AUTORIZA O ARTIGO 615-A DO ANTIGO CPC, ATUALMENTE CORRESPONDENTE AO ARTIGO 828 DO NCPC. NAO OBSTANTE, FORTE NOS MESMOS ARGUMENTOS JA EXPOSTOS A FL. 5844, ESTENDO OS EFEITOS DA DECISAO AS REFERIDAS EMPRESAS E DETERMINO A JUCESP QUE EFETUE O CANCELAMENTO DA ANOTACAO JUDICIAL DE 13/01/2016, PROTOCOLO N. 110956/13-1, AVERBADA NO REGISTRO DE MAFE ENERGIA E PARTICIPACOES S.A., INSCRITA NO CNPJ SOB N. 08.386.634/0001-36 (NIRE 35300334701), BEM COMO DA ANOTACAO DE 13/01/2016, PROTOCOLO N. 1102956/13-2, AVERBADA NO REGISTRO DE AGUAS DE ITU EXPLORACAO DE SERVICOS DE AGUA E ESGOSTO S.A., INSCRITA NO CNPJ SOB N. 08.455185/0001-30 (NIRE 35300353161), SERVINDO A PRESENTE DECISAO COMO OFICIO, A SER APRESENTADA DIRETAMENTE PELAS EMPRESAS INTERESSADAS JUNTO AO REFERIDO ORGAO. II. POR FIM, CUMPRA-SE COM URGENCIA A DETERMINACAO DE FL. 5844, ITEM III, NO SENTIDO DE QUE SEJA DADA CIENCIA AO PERITO NOMEADO ACERCA DA MANIFESTACAO DA PARTE EXEQUENTE DE FLS. 5660/5666. INTIME-SE.". SUBSTITUINDO-SE O TEXTO DO ARQUIVAMENTO N. 851.063/16-0, SESSAO DE 28/01/2016 DESTA EMPRESA, PELA INFORMACAO "CANCELADO, POR ORDEM JUDICIAL" NA FICHA CADASTRAL DA SOCIEDADE. (MANIFESTACAO CJ/JUCESP N. 1002/2016, DE 24/05/2016)

NUM.DOC: 380.837/16-0 SESSÃO: 30/08/2016

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 18/07/2016. DELIBERAR A ELEICAO DE MENBROS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA COMPANHIA, A ANTECIPACAO DO VENCIMENTO DO MANDATO E REELEICAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ALMIR BITTENCOURT PACELI JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 383.381.648-10, RG/RNE: 46391054 - SP, RESIDENTE À RUA ELZIRA ANTONIA DA SILVA FERRAZONI, 80, PARQUE ALTO DA BOA, LINS - SP, CEP 16402-151, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE REINALDO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 269.958.678-15, RG/RNE: 4406782-3 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SILMAR ROBERTO BERTIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.751.668-79, RG/RNE: 7774321-0 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2012, 5 ANDAR, JARDIM

PAULISTANO, SAO PAULO - SP, CEP 01451-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.(BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016.4.03.6182)

NUM.DOC: 468.802/16-2 SESSÃO: 27/10/2016

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 13/10/2016. OS DIRETORES DA COMPANHIA OUTORGAM KARINA FERNANDA SOLER PARRA ARNAL, HARMODIO MOREIRA DUTRA E LEANDRO MAKINO, COM PODERES AMPLOS E/OU ESPECIFICOS PARA REPRESENTAR A OUTORGANTE PERANTE O FORO EM GERAL, EM QUALQUER JUIZO, INSTANCIA OU TRIBUNAL.

NUM.DOC: 850.289/17-8 SESSÃO: 19/01/2017

JC - Nº 1185726/16 DE 09/12/2016.. PROCESSO N. 0059096-43.2016. 403.6182. TRATA-SE DE OFICIO N. 388/2016 EXPEDIDO PELO MM. JUIZO FEDERAL DA 8 VARA DE EXECUCOES FISCAIS DA 1 SUBSECAO JUDICIARIA DE SAO PAULO, ONDE FIGURA COMO REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL E REQUERIDO: TINTO HOLDING LTDA E OUTROS, ENCAMINHA A JUCESP A DECISAO JUDICIAL PROFERIDA NOS AUTOS, DETERMINANDO EM SEDE DE LIMINAR, A INSDISPONIBILIDADE DOS BENS DE TINTO HOLDING LTDA., NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO E HEBER PARTICIPACOES S.A., ATE O VALOR LIMITE DO DEBITO DE R$ 3.197.148.574,37. ACRESCENTANDO-SE A INFORMACAO "BENS INDISPONIVEIS, EM SEDE DE LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N. 0059096-43.2016. 4.03.6182", AO LADO DOS NOMES DOS SOCIOS NATALINO BERTIN, REINALDO BERTIN, SILMAR ROBERTO BERTIN, JOAO BERTIN FILHO NAS SOCIEDADES EM QUE CONSTAREM COMO SOCIOS. MANTENDO-SE A EXPRESSAO "PENDENCIA JUDICIAL" NA FOLHA DE FOSTO DA FICHA CADASTRAL. (MANIFESTACAO CJ/JUCESP N. 56/2017 D.P. 17/01/2017)

NUM.DOC: 315.322/17-2 SESSÃO: 10/07/2017

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 14/02/2017. ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DELIBERAR SOBRE: (I) ALTERACAO DA DENOMINACAO SOCIAL, (II)A ALTERACAO DO OBJETO SOCIAL; (III) ALTERACAO DO ENDERECO DA SEDE DA COMPANHIA, (IV) CONSOLIDACAO DO ESTADTUTO SOCIAL DA COMPANHIA

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA AGUAS DE ITU GESTAO EMPRESARIAL S.A.. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 14/02/2017.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 14/02/2017.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA AUGUSTA, 890, 9 , CJ. 905, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, CEP 01304-001. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 14/02/2017.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300353161
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 21/08/2017

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para GABRIELA DE FREITAS D AVILA : 03427096157. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 90154323, terça-feira, 22 de agosto de 2017 às 13:21:13.

Anexo H

Petição do Grupo Heber se manifestando acerca da petição da Caixa Econômica Federal

THOMAZ BASTOS
WAISBERG
KURZWEIL
ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE RECUPERAÇÕES JUDICIAIS, FALÊNCIAS E CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Recuperação Judicial n° 1080871-98.2017.8.26.0100

HEBER PARTICIPAÇÕES S.A. e **OUTRAS** (em conjunto denominadas "Grupo Heber"), já devidamente qualificadas nos autos do seu **Pedido de Recuperação Judicial** em epígrafe, vêm, por meio de seus advogados, em atenção à petição de fls. 2322/2323 apresentada pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** ("CEF"), expor e ao final requerer o quanto segue.

THOMAZ BASTOS
WAISBERG
KURZWEIL
ADVOGADOS

I. BREVE INTRÓITO

Por meio da petição de fls. 2322/2323, a CEF requer o indeferimento do pedido de processamento de recuperação judicial, e suas consequências legais, formulado pela CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A, ante o quanto disposto na Cláusula 6 do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" ("Contrato") (fls. 2327/2356) que, conforme alega a CEF, limitaria, à aprovação prévia pela CEF e pelo BNDES – isto é, credores do Grupo Heber –, o ajuizamento de recuperação judicial da SPMAR.

Subsidiariamente, a CEF requer seja suspensa a apreciação do pedido formulado pela SPMAR até que se obtenha as autorizações pretensamente necessárias.

A CEF, diga-se desde já, a maior credora desta recuperação judicial [1], antes mesmo de ter sido concedido o processamento do pedido de recuperação judicial do Grupo Heber – o que se espera ocorra dentro dos próximos dias – apresenta a manifestação com o claríssimo intuito de tumultuar este feito recuperacional, o que não se pode permitir e deve ser evitado a todo custo, não apenas em benefício do sucesso do procedimento que aqui se pretende, mas principalmente ante à obediência

[1] Conforme amplamente noticiado nesta última semana, após a publicidade do ajuizamento do pedido de recuperação judicial do Grupo Heber.

de princípios gerais do direito. Especialmente aqueles que norteiam o procedimento estabelecido pela lei de recuperação judicial.

Assim, conforme se passará a demonstrar, o pedido da CEF não pode prosperar e deverá ser imediata e integralmente rechaçado, por ser medida impositiva. Vejamos.

I. A INVALIDADE, INCONSTITUCIONALIDADE E A ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA EM EVIDENTE AFRONTA AO QUANTO DISPOSTO NA LEI 11.101/2005 - O PRINCÍPIO DA ORDEM PÚBLICA COMO CONTRÁRIO À CLÁUSULA EM QUESTÃO

A livre iniciativa e a liberdade contratual são princípios básicos do direito privado e garantem aos indivíduos a tutela dos próprios interesses. A liberdade contratual garante que os recursos sejam alocados às partes que mais os valorizam, o que permite a circulação de riquezas e o próprio desenvolvimento econômico[2].

É certo que, após detido estudo da Teoria Geral dos Contratos, especialmente seus princípios contratuais, com ênfase na autonomia da vontade e na função social do contrato, a lei de ordem pública, *in casu*, a Lei 11.101/2005 ("LFR"), traz na esfera privada certa limitação,

[2] Carvalho de Mendonça, José Xavier. **Tratado de Direito Comercial Brasileiro**, v. VII, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1946, acessado em 19/8/2017 https://www.sacramone.com.br/single-post/2016/11/02/Cl%C3%A1usula-de-vencimento-antecipado-na-recupera%C3%A7%C3%A3o-judicial.

motivo pelo qual se afirma que com o decorrer dos anos, e do aprimoramento das relações econômicas e sociais, houve a redução da plena e absoluta liberdade de contratar em relação ao modelo liberal, datado do século XIX, readequando a vontade privada (e a sua autonomia) e impondo a ela uma limitação quando inserida num contexto maior, dentro de parâmetros estabelecidos pelo legislador, buscando, no final, a máxima verificação da função social do contrato.

Assim, como a função social do contrato sobrepõe-se à autonomia da vontade, sendo certo que o legislador intervém, limitando ou até mesmo afastando a liberdade de contratar, para tanto relativizando as regras do livre mercado, objetivando a defesa de princípios que extrapolam o interesse privado, é igualmente certo que a cláusula contratual que pretende excluir da parte contratante direito constitucionalmente garantido, qual seja, o direito de petição, insculpido no art. 5º, inciso XXXIV, alínea "a", da CF/88, ainda que por vias transversas, deve ser considerada nula e de nenhum efeito, conforme entendimento deste MM. Juízo[3].

E, se os princípios gerais do Direito dos Contratos, da autonomia da vontade e da função social do contrato, não apenas podem, mas devem ser relativizados quando extrapolam lei de ordem

[3] Analogamente vide decisão proferida em 27/4/2015 (fls. 8627/8630) nos autos do processo nº 1030812-77.2015.8.26.0100, em trâmite junto à 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Capital/SP, Juiz de Direito Daniel Carnio Costa, decisão proferida em 27/4/2015, DJE 11/5/2015 – ref. Grupo OAS.

pública, de natureza cogente, que não podem ser afastadas e sim devem ser devidamente aplicadas, não é demais concluir que a cláusula que claramente tolhe o acesso da parte contratante ao Poder Judiciário para requerer o ajuizamento de seu pedido de recuperação judicial, é nula de pleno direito, e deve ser afastada.

Nesse sentido, imperioso citar as palavras do mestre Trajano de Miranda Valverde[4]:

> *"é fora de dúvida que não valeria a cláusula ou convenção, que proibisse o acionista de votar nas deliberações da assembleia geral ordinária, sem o consentimento do credor, ou que obrigasse o acionista a votar nesse ou naquele sentido, em qualquer outra assembleia geral."*

Ainda mais, Exa., quando referida cláusula gera incontroverso conflito de interesse à parte que lhe aproveita, uma vez que, não é preciso estar muito atento para notar que a CEF não tem nenhum interesse em ver a SPMAR como uma das impetrantes deste pedido recuperacional (racionalmente a CEF deveria apoiar o presente pedido, mas como tem visão limitada, sempre *data venia*, sobre os fatos, tenta se esquivar).

Mas é de se lembrar e, como amplamente exposto na petição inicial deste feito, que as Requerentes possuem avais, fianças e garantias cruzadas sobre os seus endividamentos particulares, sendo

[44] Trajano Miranda Valverde, sociedade por ações, V. II p. 72, citado por Eizirik, Nelson, a Lei das S/A comentada. Volume I – Arts. 1º a 120. São Paulo: Quartier Latin, 2011. pg 643.

certo que um inadimplemento de uma das Requerentes, implicaria em vencimento antecipado das obrigações assumidas em contratos com cláusulas de inadimplemento cruzado (*cross-default*), corroborando a tese de que o soerguimento destas empresas só poderia acontecer de modo conjunto.

Além disso, Exa., é certo que a própria CEF considera as Requerentes como grupo econômico de fato, eis que no momento da concessão do crédito às Requerentes, requereu garantia fidejussória da Heber Participações S.A., Contern Construções e Comércio Ltda e Cibe Investimentos e Participações S.A. (**doc. 1** - curiosamente referido contrato não foi acostado aos autos pela CEF, o que deixa claro o intuito de induzir esse juízo a erro). Não há dúvidas, portanto, que a exclusão da SPMAR deste feito, ou mesmo submeter sua integração neste feito à vontade do seu credor é, em primeira e última análises, desvirtuamento não apenas do princípio da manutenção da atividade, previsto no art. 47 da LFR – como também inibirá o conclave de credores para as deliberações que deverão ser tomadas sobre o respectivo plano de recuperação judicial, dando a apenas um deles o poder de decidir o futuro de todos os demais credores.

Pretende a CEF, com absurda manifestação antes mesmo do deferimento do pedido, tumultuar o presente procedimento, e, de maneira totalmente egoísta, se ver "afastada" da presente recuperação judicial, visando satisfazer de modo individual seu crédito, em prejuízo da coletividade de credores, da atividade empresarial, dos empregados e do

próprio sistema instaurado pela LFR. Há que se colocar limites na atuação dos credores.

Deveras, empresas em dificuldade, buscam a equalização da sua momentânea crise financeira – como é caso das requerentes – por intermédio da previsão legal da recuperação judicial, se sujeitando às suas disposições, o que implica na adoção de diversos sacrifícios e estrito cumprimento das disposições legais. E os credores, podem agir de modo irresponsável na busca de seu crédito?

Patente que a resposta é negativa. O Brasil adotou com a LRF uma nova sistemática jurídica, visando a preservação da empresa, manutenção da fonte produtora e estimulo a atividade econômica[5], por óbvio, a política pública, externada pela LRF visa incentivar a economia. Desse conceito, extrai-se que os sacrifícios para a consecução desse objetivo devem ser suportados por todas as partes envolvidas no processo.

O que não se pode admitir, a fim de preservar o intuito do legislador pátrio, que atitudes irresponsáveis e impensadas de credores prejudiquem o objetivo maior que é a preservação da atividade produtora.

[5]Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

THOMAZ BASTOS
WAISBERG
KURZWEIL
ADVOGADOS

Não se quer dizer que o credor não deva ter seus direitos de crédito preservados; aliás, o sistema da recuperação judicial fornece ao credor diversos mecanismos para manutenção dos seus direitos e garantias. O que não se pode admitir é o cerceamento do direito de requerer a recuperação judicial, seja por cláusula impeditiva diretamente prevista no respectivo contrato de crédito, seja por meio indireto, ao tolher a devedora do exercício de seus direitos políticos societários de aprovação do pedido de recuperação judicial.

Como se não bastasse Exa., deve-se ressaltar que o ajuizamento de Pedido de Recuperação Judicial é ato exclusivo de gestão e administração da companhia (tanto que a própria lei societária permite o ajuizamento do pedido com a autorização da diretoria e anuência do controlador[6]); e como lecionou, sempre de forma brilhante, o Professor Modesto Carvalhosa[7], "***as matérias de voto convencionalmente submetidas ao prévio consentimento do credor, seja pignoratício, seja proprietário fiduciário, não podem ter objeto atos de administração e gestão da companhia*** *(...)"*. E isso por motivos óbvios: para evitar situações como a que

[6] Art. 122, parágrafo único da Lei 6.404/1976*:*
"Art. 122. Compete privativamente à assembleia geral: (...)
Parágrafo único. Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de concordata poderá ser formulado pelos administradores, com a concordância do acionista controlador, se houver, convocando-se imediatamente a assembléia-geral, para manifestar-se sobre a matéria".

[7] Carvalhosa, Modesto, Comentários à lei de sociedades anônimas, 2o volume: artigos 75 a 137 – 4.ed. rev. e atual – São Paulo: Saraiva, 2008. pg 437.
No mesmo sentido: "*Dentro dessa lógica, é possível afirmar que o limite do exercício ou não do consentimento pelo credor pignoratício identifica-se, grosso modo, com uma genérica proibição de causar dano ao acionista devedor"* (Penteado, Mauro Bardawil. **O penhor de ações no Direto Brasileiro**, Ed. Malheiros, 2008, p. 173)

se apresenta, onde o credor tenta interferir na gestão da companhia, em seu único e exclusivo interesse.

Assim, sem mais delongas, as Recuperandas requerem seja declarada nula a Cláusula 6 invocada pela CEF, eis que nitidamente ilegal e abusiva, bem como "[e]*m decorrência da recuperação judicial, o regime jurídico ao qual são submetidas as diversas relações jurídicas celebradas pelo empresário devedor altera-se de um regime exclusivamente privado e individual dos contratantes para um regime peculiar. Nesse novo regime, as diversas relações jurídicas são apreciadas não apenas quanto aos interesses individuais de cada um dos contratantes, mas também em função dos interesses dos diversos envolvidos com a manutenção do desenvolvimento daquela atividade pelo empresário*"[8].

[8] Lazzarini, Alexandre Alves. **Reflexões sobre a recuperação judicial de empresas, in Direito Recuperacional – Aspectos Teóricos e Práticos** (Newton de Lucca e Alessandra de Azevedo Domingues coord.), Quartier Latin, São Paulo, 2009, acessado em 19/8/2017 https://www.sacramone.com.br/single-post/2016/11/02/Cl%C3%A1usula-de-vencimento-antecipado-na-recupera%C3%A7%C3%A3o-judicial.

II. A IMPOSSIBILIDADE DO CREDOR PRATICAR ATOS DE GESTÃO NA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL; NÍTIDO CONFLITO DE INTERESSE INTRÍNSECO À CLÁUSULA *VS* O *STATUS* DE CREDOR

Não apenas pelas razões acima delineadas, as quais por si só afastam a eficácia da Cláusula 6 do Contrato *sub judice*, ainda assim deve ser pronta e integralmente rechaçado o pleito da CEF.

Com efeito, a principal diferença entre os institutos da recuperação judicial e da falência são a ausência de concurso de credores, posto que a recuperação não é processo de execução coletiva em que os bens das recuperandas são arrecadados para sua respectiva liquidação e satisfação dos créditos de seus credores, e a manutenção da administração da empresa recuperanda por seus gestores, não havendo interferência de terceiros e/ou credores, mas apenas a fiscalização do administrador judicial, nos termos do art. 64, da LFR, sendo certo que esta administração somente poderia ser afastada conforme os casos expressamente previstos nos incisos do referido art. 64.

Logo, não faz sentido permitir que a CEF se valha de cláusula que, repita-se, limita o direito constitucional de petição da SPMAR em ajuizar seu pedido de recuperação judicial, uma vez que possui nítido conflito de interesse, não pode, em nenhuma hipótese, interferir em atos de gestão e administração da companhia e ainda porque referido pedido de

recuperação judicial não é isolado e está entrelaçado com outras 9 empresas do Grupo Heber (dentre as quais a própria CEF requereu e obteve garantias fidejussórias de 3 das 9 sociedades Requerentes).

Assim, não cabe à CEF – ou a qualquer outro credor – mediante egoísticos e desarrazoados argumentos, praticar atos de gestão da empresa, nem mesmo interferir na administração da SPMAR – ou de qualquer outra empresa do grupo. Isto já que **(i)** o presente feito não pode ser analisado como pedido individualizado e/ou desmembrado de recuperação judicial e **(ii)** tal restrição contém conflito intrínseco de interesse, já que afasta o devedor de uma recuperação judicial onde se objetiva se proteger e negociar com o credor, que não pode, portanto e na origem, exercer tal restrição.

Apesar do quanto acima exposto Exa., que afasta de forma inexorável a sua pretensão, vale consignar que a CEF objetiva, com o seu petitório, basicamente, administrar as Requerentes, praticando verdadeira ingerência nas finanças e decisões empresarias da SPMAR e de outras 9 recuperandas, tentando exercer claro controle nas companhias.

Esquece a CEF que suas arbitrariedades (que inclusive fundamentam a presente medida extrema), impedem a concessionária de utilizar as receitas da concessão para cumprimento do contrato de concessão, levando, mês a mês, a SPMAR a um cenário de "estrangulamento" de caixa, pagamento mínimo de despesas (as vezes até mesmo tributos), colocando em risco constante a concessão, que no final é a

única fonte de receita para pagamento da própria CEF. Um verdadeiro paradoxo que se pretende equacionar com esta Recuperação Judicial (que a CEF tenta evitar!).

Mesmo com parcos conhecimentos sobre a operação da SPMAR, suas dificuldades, situação financeira, pretende a CEF praticar atos de gestão decidindo o futuro da concessionária (e do resto do grupo!) impedindo a reestruturação das suas dúvidas com estapafúrdio pedido de indeferindo do presente pedido. Estaria a CEF disposta a arcar com os prejuízos decorrentes de impensada decisão?

Isto, já que o administrador deve arcar com os ônus dos seus atos, inclusive os prejuízos causados aos demais credores, funcionários, terceiros, pelos seus atos de gestão; esse potencial ato de gestão (se em tese pudesse ser praticado), estaria caucionado com todas as informações necessários e dados financeiros, operacionais e econômicos de todo o grupo a fim de decidir se o pedido de recuperação judicial não é o melhor caminho a ser adotado pela SPMAR e pelas demais 9 empresas requerentes do presente pedido recuperacional?

É óbvio que não Exa. E nem tente a CEF tentar ludibriar esse DD. Juízo com seu pedido subsidiário para a análise deste pedido; se fosse séria, teria feito esse pedido como único pleito em sua petição. Mas não: mostrando seu claro e cristalino conflito de interesse, já demonstrou que seria contra qualquer deliberação para aprovar o ajuizamento

desta Recuperação Judicial ao requerer seu não processamento. E essa escolha Exa., mais uma vez, mostra-se óbvia: a CEF possuí um enorme conflito de interesse, iniciada no momento da concessão do empréstimo (e, claro, da assinatura do contrato de alienação fiduciária), para deliberar sobre a Recuperação Judicial de sua devedora. E a petição atravessada pela CEF deixou o conflito claríssimo, podendo esse DD. Juízo rechaçar, de imediato, o pedido realizado pelo referido credor.

Vale ainda ressaltar que, antes do ajuizamento do pedido, não houve a consolidação da propriedade das ações por parte da CEF, tampouco no respectivo instrumento foi constituído qualquer usufruto sobre as ações que pudessem transferir à CEF a possibilidade de qualquer exercício de direito político frente ao capital social da SPMAR.

Se de outro modo se entender, somente pelo amor ao debate, e se permitir que a CEF decida, inclusive em atos de gestão e administração das Requerentes, ela estará se caracterizando como a administradora de fato da SPMAR e de todo o Grupo Heber, e, ao pretender prejudicar esta companhia, deverá ter apurado seu voto em claro conflito de interesses sob a óptica da responsabilidade civil, bem como sucessão de todas as dívidas e contingências do Grupo Heber, que deverão ser atribuídos à CEF e seus gestores[9], situação essa que não se pode permitir de acordo com os

[9] Neste sentido: "(...), *a partir do momento em que o credor pignoratício atuar abusivamente, exercendo os fins sociais e econômicos em relação aos quais seus direitos foram criados, então deverá ser*

ditames dos princípios gerais do direito comercial de preservação da empresa, boa-fé e função social do contrato.

III. PEDIDOS

Diante de todo o exposto, as Recuperandas requerem digne-se este juízo a indeferir integralmente o pleito da CEF, ante **(i)** a evidente nulidade da Cláusula 6 invocada, que indubitavelmente confronta com princípios constitucionais e de ordem pública; **(ii)** o claro conflito de interesse intrínseco à cláusula, já que a CEF não pode, em qualquer hipótese, decidir sobre a Recuperação Judicial de seu próprio devedor, que não caso é mais que um conflito em tese, já que a credora já demonstrou que não é favorável a este pedido; bem como, **(iii)** ausência de substrato lógico ou jurídico para conceder ao credor de empresa recuperanda o poder decisório sobre a impetração ou não de pedido de recuperação judicial, que cuida exclusivamente de ato de administração e, inclusive, pode ser passível de responsabilização pessoal do gestor.

---

responsabilizado com base nos arts. 187 e 927 do Código Civil". (Penteado, Mauro Bardawil. **O penhor de ações no Direto Brasileiro**, Ed. Malheiros, 2008, p. 179)

THOMAZ BASTOS
WAISBERG
KURZWEIL
ADVOGADOS

Termos em que,

Pedem deferimento.

São Paulo, 21 de agosto de 2017.

p.p. **Joel Luís Thomaz Bastos**
OAB/SP 122.443

p.p. **Ivo Waisberg**
OAB/SP 146.176

p.p. **Bruno Kurzweil de Oliveira**
OAB/SP 248.704

p.p. **Renato Fermiano Tavares**
OAB/SP 236.172

p.p. **Fernanda Athanagildo Corrêa**
OAB/SP 329.750